



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades

Gabriel Rolemberg

**Capitalismo dependente e classes sociais: as relações políticas e econômicas
da grande burguesia interna brasileira**

Rio de Janeiro

2024

Gabriel Rolemberg

Capitalismo dependente e classes sociais: as relações políticas e econômicas da grande burguesia interna brasileira

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Floriano José Godinho de Oliveira

Rio de Janeiro

2024

Gabriel Rolemberg

**Capitalismo dependente e classes sociais: as relações políticas e econômicas da grande
burguesia interna brasileira**

Tese apresentada, como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor, ao Programa de
Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação
Humana, da Universidade do Estado do Rio de
Janeiro.

Aprovada em 23 de janeiro de 2024.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Floriano José Godinho de Oliveira (Orientador)
Faculdade de Educação - UERJ

Prof. Dr. Jaime Sebastián Osorio Urbina
Universidade Autônoma Metropolitana

Prof. Dr. Danilo Enrico Martuscelli
Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Juliane da Costa Furno
Faculdade de Ciências Econômicas - UERJ

Prof. Dr. Roberto Santana Santos
Faculdade de Educação - UERJ

Rio de Janeiro

2024

Ao Nilo, meu mais novo amor.

AGRADECIMENTOS

Devo muito a pessoas especiais para que esse trabalho pudesse existir. Antes de tudo, agradeço a minha mãe Izabela, minha avó Teresa, e minha esposa Michelle. Essas três mulheres são o meu porto seguro, sinônimos de acolhimento e inspiração. Não haveria eu sem elas, e, portanto, não se poderia falar em Tese alguma sem a sua presença constante, ainda que geograficamente distante.

Agradeço imensamente ao meu orientador, Professor Floriano de Oliveira, por aceitar conduzir minha orientação diante de um momento conturbado do meu Doutorado. Suas colocações em nossos encontros, muitas vezes um pouco mais “duras”, embora francas e corretas, foram parte importante de um processo em que predominou a liberdade de formulação teórica e de pesquisa, essenciais, acredito, para que eu alcançasse um horizonte mais amplo nos resultados encontrados com esse trabalho. Dentre os membros do corpo docente do PPFH, lembro igualmente com muita satisfação do Professor Zacarias Gama, amigo e mestre a quem agradeço pelo incentivo à minha jornada acadêmica desde antes do meu ingresso no Programa de Pós-graduação.

Sinto-me honrado e muito grato à Banca Examinadora dessa Tese, formada pelo Professor Floriano e pelos Professores Danilo Martuscelli, Jaime Osorio, Juliane Furno e Roberto Santana Santos. Grandes intelectuais, os quais acompanho e admiro com frequência e que aceitaram a tarefa de avaliar meu trabalho. Com essa incrível Banca, pudemos ter um debate intenso, com questões e críticas afiadas e extremamente pertinentes. Obrigado por essa oportunidade única.

Em se tratando de intelectuais, não posso deixar de agradecer em particular a minhas tias Maria de Lourdes Mollo e Fernanda Sobral, professoras da Universidade de Brasília que me ajudaram muito nessa caminhada, com orientações, conselhos e recomendações sobre o caminho a seguir. E, falando de família, agradeço todo o carinho do meu irmão Rique, minha sogra Leila, meu sogro Odair e seu Délio, que me fazem perceber o mais bonito significado que a palavra “Família” carrega consigo. Com exceção de seu Délio, que não pôde comparecer por motivos mais do que justos, vocês todos estiveram presentes na Defesa, me dando toda a força e somando à “torcida organizada” nesse momento. Sou imensamente grato por esse e tantos outros gestos de carinho e consideração.

Agradeço a todos e todas os/as camaradas das Brigadas Populares, irmãos e irmãs de luta com quem aprendo e construo nossa jornada nas favelas, ocupações, universidades e

sindicatos enquanto fundamento às formulações teóricas e conjunturais revolucionárias, acima de tudo comprometidas com a realidade do nosso povo. Diante de nós, militantes, é sempre posto o desafio de entender a realidade para transformá-la. Uma máxima que deve deixar de ser mero jargão de esquerda e se tornar um incômodo permanente do nosso trabalho intelectual. Devo ao nosso trabalho militante essa preocupação constante e importante com que carrego minhas pesquisas. Meus e minhas camaradas, muito obrigado!

Aos trabalhadores e trabalhadoras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, obrigado por propiciarem um ambiente de excelência à pesquisa e ao desenvolvimento da ciência nessa instituição que é sinônimo de pioneirismo e resistência na educação brasileira. Agradeço também à Capes, pelo financiamento da minha pesquisa ao longo de quatro dos cinco anos e meio necessários à conclusão desse trabalho. Foi um apoio primordial para que eu pudesse seguir em frente.

Meu agradecimento ao povo brasileiro, grande responsável pela existência dessa pesquisa. O compromisso de luta pela dignidade, justiça, igualdade e liberdade do nosso povo está sempre e cada vez mais firme e renovado nos meus pensamentos e ações, também como a forma com a qual posso retribuir tamanha generosidade.

Por fim, preciso falar da imensa honra e gratidão que é concluir meu doutorado no mesmo Programa de Pós-graduação em que lecionou o Professor Theotonio dos Santos, um gigante intelectual da nossa América e do mundo, o qual, embora, infelizmente, não tenha tido a oportunidade de conhecer pessoalmente, devo todos os agradecimentos pelos caminhos teóricos e analíticos que, a partir da sua obra, aguçaram meu interesse em compreender o capitalismo brasileiro, suas contradições e dilemas para sua superação.

RESUMO

ROLEMBERG, Gabriel. *Capitalismo dependente e classes sociais: as relações políticas e econômicas da grande burguesia interna brasileira*. 2024. 389 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Esta Tese tem como objeto as relações políticas e econômicas da grande burguesia interna brasileira no capitalismo dependente neoliberal, fase para a qual transita o capitalismo brasileiro a partir da década de 1980 e que se consolida da década de 1990 até a atualidade, constituída pelo padrão exportador de especialização produtiva brasileiro, pelo Estado dependente neoliberal e pela ideologia neoliberal. A burguesia interna, nos termos concebidos pelo intelectual marxista grego Nicos Poulantzas, é uma fração burguesa atravessada tanto por relações de dependência quanto de conflito com o capital estrangeiro imperialista e traduz tal ambivalência em uma movimentação política pendular na conjuntura, assim como em uma característica fragilidade político-ideológica. Objetiva-se desvelar os elementos que determinam a ambivalência econômica e o movimento pendular político do extrato superior da burguesia interna brasileira e a relação que esses elementos estabelecem entre si e com as tendências estruturais do capitalismo dependente neoliberal do país, de forma a compreender quais entre eles prevalecem enquanto determinantes para a própria conceitualização dessa fração de classe para caso concreto da formação econômico-social nacional. A principal hipótese pela qual a pesquisa se norteou é de que os elementos que determinam a dependência da grande burguesia interna frente ao capital estrangeiro no capitalismo neoliberal brasileiro detêm um caráter preponderante em relação àqueles que determinam os conflitos dessa fração de classe com esse capital, embora ambos se façam presentes em suas relações de classe. Para o desenvolvimento da análise, realiza-se, na primeira parte da Tese, uma exposição dos determinantes estruturais do capitalismo neoliberal dependente brasileiro, recorrendo às categorias e conceitos situados em uma intercessão teórica entre a Teoria Marxista da Dependência e a Teoria Poulantziana das Classes Sociais. Na segunda parte da Tese, analisa-se a) a movimentação política da grande burguesia interna brasileira da década 1980 a 2022, por meio da observação da articulação entre política estatal, bloco no poder e frações de classe nas diferentes fases do capitalismo dependente neoliberal; e b) as relações econômicas de uma amostra da grande burguesia interna entre meados da década de 1990 até 2022 por meio da investigação das fases do ciclo do capital de tais grupos econômicos, em especial da incidência das leis tendenciais da dependência sobre elas. Esta amostra é constituída pelos grupos denominados “campeãs nacionais”, que receberam financiamento do BNDES no período dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). As conclusões gerais do trabalho apontam para a) a existência de uma movimentação política pendular da grande burguesia interna no período investigado, embora sem o enfrentamento aberto às formas institucionais do poder estrutural do capital financeiro e b) a indicação de elementos relevantes de dependência e conflito com o capital estrangeiro nas relações econômicas da grande burguesia interna, embora os elementos referentes à dependência, por serem mais perenes e em alguns casos terem se agravado ao longo do tempo, prevaleçam sobre os elementos de conflito, os quais se relacionam mais diretamente com mudanças conjunturais.

Palavras-chave: Burguesia interna; capitalismo dependente; neoliberalismo; classes sociais; dependência; economia política.

RESUMEN

ROLEMBERG, Gabriel. *Capitalismo dependiente y clases sociales: las relaciones políticas y económicas de la gran burguesía interna brasileña*. 2024. 389 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Esta Tesis tiene como objeto las relaciones políticas y económicas de la gran burguesía interna brasileña en el capitalismo dependiente neoliberal, fase a la que transita el capitalismo brasileño a partir de los años 1980 y que se consolida desde los años 1990 hasta la actualidad, constituida por el patrón exportador de especialización productiva, por el Estado dependiente neoliberal y por la ideología neoliberal. La burguesía interna, en los términos concebidos por el intelectual marxista griego Nicos Poulantzas, es una fracción burguesa atravesada por relaciones tanto de dependencia como de conflicto con el capital extranjero imperialista y traduce esta ambivalencia en un movimiento político pendular en la coyuntura, así como en una fragilidad característica. político-ideológico. El objetivo es develar los elementos que determinan la ambivalencia económica y el movimiento pendular político del estrato superior de la burguesía interna brasileña y la relación que esos elementos establecen entre sí y con las tendencias estructurales del capitalismo neoliberal dependiente del país, para comprender cuáles de ellos prevalecen como determinantes para la conceptualización misma de esta fracción de clase para el caso específico de la formación económico-social nacional. La principal hipótesis por la que se guió la investigación es que los elementos que determinan la dependencia de la gran burguesía interna del capital extranjero en el capitalismo neoliberal brasileño tienen un carácter preponderante en relación a aquellos que determinan los conflictos de esta fracción de clase con este capital, aunque ambos están presentes en sus relaciones de clase. Para el desarrollo del análisis, en la primera parte de la Tesis, se realiza una exposición de los determinantes estructurales del capitalismo neoliberal dependiente brasileño, utilizando categorías y conceptos ubicados en una intersección teórica entre la Teoría Marxista de la Dependencia y la Teoría Poulantziana de la Clases Sociales. En la segunda parte de la Tesis, analizamos a) el movimiento político de la gran burguesía brasileña desde la década de 1980 hasta 2022, a través de la observación de la articulación entre política de Estado, bloque de poder y fracciones de clase en las diferentes fases del capitalismo dependiente neoliberal; y b) las relaciones económicas de una muestra de la gran burguesía interna entre mediados de los años 1990 y 2022 a través de la investigación de las fases del ciclo del capital de tales grupos económicos, en particular la incidencia de las leyes de tendencia de dependencia en ellos. Esta muestra está compuesta por grupos denominados “campeones nacionales”, que recibieron financiamiento del BNDES durante el período de los gobiernos del Partido de los Trabajadores (PT). Las conclusiones generales del trabajo apuntan a a) la existencia de un movimiento político pendular de la gran burguesía interna en el período investigado, aunque sin confrontación abierta con las formas institucionales del poder estructural del capital financiero y b) la indicación de elementos relevantes de dependencia y conflicto con el capital extranjero en las relaciones económicas de la gran burguesía interna, aunque los elementos referidos a la dependencia, al ser más perennes y en algunos casos han empeorado en el tiempo, prevalecen sobre los elementos de conflicto, que están más directamente relacionados a cambios coyunturales.

Palabras clave: Burguesía interna; capitalismo dependiente; neoliberalismo; clases sociales; dependencia; economía política.

ABSTRACT

ROLEMBERG, Gabriel. *Dependent capitalism and social classes: the political and economic relations of the Brazilian internal big bourgeoisie*. 2024. 389 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

This Thesis has as its object the political and economic relations of the Brazilian internal big bourgeoisie in neoliberal dependent capitalism, a phase to which Brazilian capitalism transited from the 1980s onwards and which is consolidated from the 1990s to the present, constituted by the Brazilian export pattern of productive specialization, by the neoliberal dependent State and by neoliberal ideology. The internal bourgeoisie, in the terms conceived by the Greek Marxist intellectual Nicos Poulantzas, is a bourgeois fraction crossed by both dependency and conflict relations with imperialist foreign capital and translates this ambivalence into a pendulum political movement in the conjuncture, as well as a characteristic fragility political-ideological. The objective is to unveil the elements that determine the economic ambivalence and the political pendulum movement of the upper stratum of the Brazilian internal bourgeoisie and the relationship that these elements establish among themselves and with the structural tendencies of the country's neoliberal dependent capitalism, in order to understand which among them prevail as determinants for the conceptualization of this class fraction for the specific case of national economic-social formation. The main hypothesis by which the research was guided is that the elements that determine the dependence of the internal big bourgeoisie on foreign capital in Brazilian neoliberal capitalism have a preponderant character in relation to those that determine the conflicts of this class fraction with this capital, although both are present in their class relations. For the development of the analysis, in the first part of the Thesis, an exposition of the structural determinants of Brazilian dependent neoliberal capitalism is carried out, using categories and concepts located in a theoretical intersection between the Marxist Theory of Dependence and the Poulantzian Theory of Social Classes. In the second part of the Thesis, we analyze a) the political movement of the Brazilian internal big bourgeoisie from the 1980s to 2022, through observation of the articulation between state policy, power bloc and class fractions in the different phases of neoliberal dependent capitalism; and b) the economic relations of a sample of the internal big bourgeoisie between the mid-1990s and 2022 through the investigation of the phases of the capital cycle of such economic groups, in particular the incidence of the tendency laws of dependence on them. This sample consists of groups called “national champions”, which received funding from BNDES during the period of the Workers' Party (PT) governments. The general conclusions of the Thesis point to a) the existence of a pendulum political movement of the internal big bourgeoisie in the period investigated, although without open confrontation with the institutional forms of the structural power of financial capital and b) the indication of relevant elements of dependence and conflict with foreign capital in the economic relations of the internal big bourgeoisie, although the elements referring to dependence, as they are more perennial and in some cases have worsened over time, prevail over the elements of conflict, which are more directly related to conjunctural changes .

Keywords: Internal bourgeoisie; dependent capitalism; neoliberalism; Social classes; dependency; political economy.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Crescimento anual do salário real médio no Brasil e média de crescimento global dos salários	79
Tabela 2	Valor das exportações de bens e serviços brasileiras (milhões de dólares a preços correntes) e participação no PIB (com base em dados em dólares a preços correntes) – 1990-2019	137
Tabela 3	Brasil: exportações segundo fator agregado (%) – 1964-2018	138
Tabela 4	PIB Total e setorial - Taxas médias anuais de crescimento – 1989-2011	139
Tabela 5	Contribuição ao crescimento do PIB por períodos selecionados (1996-2018)	145
Tabela 6	Proporção da população ocupada que recebe até 2 salários mínimos em relação à população ocupada total - anos selecionados (1992-2011)	149
Tabela 7	Volume e participação relativa dos 10 setores industriais responsáveis pela maior parcela de IED greenfield no Brasil (2003-2014)	154
Tabela 8	Quadro-síntese das relações políticas da grande burguesia interna no capitalismo neoliberal	301
Tabela 9	Listagem dos 50 maiores tomadores de recursos do BNDES, montante de recursos, ramo de atividade e acionistas controladores/principais acionistas - 2004-2015	311
Tabela 10	Campeãs nacionais, segundo receitas, ramo de atividade e posição no ranking de empresas do ranking de atividade econômica em 2022	318
Tabela 11	Grupos econômicos da pesquisa de composição acionária, segundo período dos dados disponibilizados, porcentagem média de discriminação da origem dos acionistas e ramo de atividade	324
Tabela 12	Categorias “Produtivista” e “Rentista”, subcategorias componentes e exemplos de acionistas.	325
Tabela 13	Grupos econômicos da pesquisa de composição acionária, segundo período dos dados disponibilizados sobre empréstimos e financiamentos em moeda nacional/estrangeira e ramo de atividade	326
Tabela 14	Índice de internacionalização e posição no Ranking de internacionalização das campeãs nacionais.	332

Tabela 15	Grupos econômicos, segundo atividade econômica principal constante no CNPJ e classificações nas matrizes insumo-produto de 1995-2009 e 2010-2018.	335
Tabela 16	Seleção de produtos considerados máquinas e equipamentos para as matrizes de 1995-2019 e de 2010-2018	337
Tabela 17	Grupos econômicos, segundo atividade econômica principal constante no CNPJ e classificação em subgrupo ocupacional	342
Tabela 18	Proporção entre SMN e rendimento médio dos trabalhadores e salários médios das ocupações dos ramos de atividade das campeãs nacionais	345
Tabela 19	Grupos econômicos, segundo atividade econômica principal constante no CNPJ e classificação no levantamento de produtividade média	349
Tabela 20	Grupos econômicos, segundo atividade econômica principal constante no CNPJ e classificação nas CNAE 2.0 e CNAE 1995	351
Tabela 21	Grupos econômicos e período de disponibilidade de dados sobre quantitativo de trabalhadores terceirizados	352
Tabela 22	Campeãs nacionais, segundo divisão CNAE/ISIC e nível de intensidade tecnológica	360
Tabela 23	Grupos econômicos e período de disponibilidade de dados sobre receitas do exterior	363
Tabela 24	Grupos econômicos e período de disponibilidade de dados sobre remuneração dos acionistas.	366
Tabela 25	Grupos econômicos e período de disponibilidade de dados sobre endividamento em moeda estrangeira	367

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Participação da Indústria de Transformação no PIB brasileiro 1947-2016 (%)	140
Gráfico 2	Participação da Indústria de Transformação no Emprego Formal brasileiro (%) 1985-2015	140
Gráfico 3	Hiato tecnológico da indústria de transformação brasileira classificada por fator de conteúdo e sofisticação tecnológica – 1970-2008	141
Gráfico 3	Indicador de consumo aparente de bens industriais- 1995-2019	144
Gráfico 5	Fluxo anual de Investimento Direto no País (IDP) no Brasil - 1995 a 2019	152
Gráfico 4	Evolução da Taxa de Lucro do Setor Financeiro e Não-Financeiro 1995-2007 (%)	198
Gráfico 5	Taxa de lucro (Lucro líquido / Patrimônio líquido: 240 maiores empresas financeiras e não-financeiras por receita de vendas de capital aberto	198
Gráfico 6	Evolução da taxa de lucro da Indústria de Commodities e Setor Financeiro	198
Gráfico 9	Evolução dos desembolsos do BNDES (em bilhões de reais) – 1995-2021	309
Gráfico 10	Desembolsos do BNDES por porte de empresa (R\$ bilhões e percentual) - 2006-2014	309
Gráfico 11	Participação média na composição acionária das campeãs nacionais segundo origem do controle dos acionistas (%) (1997-2012)	328
Gráfico 12	Participação média na composição acionária das campeãs nacionais segundo tipo produtivista ou rentista dos acionistas (%) (1997-2022)	330
Gráfico 13	Proporção média de empréstimos e financiamentos em moeda nacional e estrangeira em relação ao total de empréstimos e financiamentos das campeãs nacionais (2011-2022)	331

Gráfico 14	Proporção média de importações sobre consumo intermediário total dos ramos de atividade econômica (1995-2009)	337
Gráfico 15	Proporção média de importações de máquinas e equipamentos sobre consumo total de máquinas e equipamentos dos ramos de atividade econômica (1995-2009)	338
Gráfico 16	Proporção média de importações sobre consumo intermediário total dos ramos de atividade econômica (2010-2018)	338
Gráfico 17	Proporção média de importações de máquinas e equipamentos sobre consumo total de máquinas e equipamentos dos ramos de atividade econômica (2010-2018)	339
Gráfico 18	Evolução real do salário médio das ocupações dos ramos de atividade das campeãs nacionais, do salário mínimo legal, do SMN e do rendimento médio mensal por trabalhador (2003-2021), a preços de dezembro de 2022	344
Gráfico 19	Nível percentual dos salários das ocupações dos ramos de atividade das campeãs nacionais em relação ao Salário Mínimo Necessário (2003-2021)	347
Gráfico 20	Evolução da produtividade por trabalhador ocupado, em preços de 2020 - Indústria e Transporte - 1994-2022	353
Gráfico 21	Evolução da produtividade por trabalhador ocupado, em preços de 2020 - Ramos industriais - 1994-2022	354
Gráfico 22	Índice médio de acidentes de trabalho dos ramos de atividade das campeãs nacionais (por mil trabalhadores ocupados) - 2002-2006	355
Gráfico 23	Índice médio de acidentes de trabalho dos ramos de atividade das campeãs nacionais (por mil trabalhadores ocupados) - 2007-2021	355
Gráfico 24	Percentual de trabalhadores terceirizados em relação ao total de trabalhadores das campeãs nacionais - 2007-2022	357
Gráfico 25	Quantitativo de trabalhadores terceirizados, empregados diretos e total de trabalhadores das campeãs nacionais - 2007-2022	358
Gráfico 26	Proporção média de receitas do exterior em relação ao total de receitas das campeãs nacionais (%) 1997-2022	364

Gráfico 27	Taxa de remuneração dos acionistas das campeãs nacionais e taxa de crescimento do ativo imobilizado 1997-2022	368
Gráfico 28	Grau de endividamento externo médio das campeãs nacionais 2008-2022	370

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	18
1	AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E O ESTADO NO CAPITALISMO DEPENDENTE.....	41
1.1	A Teoria Marxista da Dependência.....	42
1.2	A categoria da dependência.....	44
1.2.1	Condição, determinação e classes sociais no capitalismo dependente.....	48
1.3	As leis tendenciais do capitalismo dependente.....	49
1.3.1	<u>A categoria transferência de valor como intercâmbio desigual.....</u>	51
1.3.2	<u>Superexploração da força de trabalho.....</u>	66
1.3.3	<u>Cisão no ciclo do capital.....</u>	85
1.4	O Estado capitalista dependente.....	99
1.4.1	<u>O Estado capitalista: o Estado “neuro” liberal e a crítica marxista.....</u>	101
1.4.2	<u>Algumas determinações e características do Estado capitalista dependente...</u>	106
2	GLOBALIZAÇÃO, PADRÃO EXPORTADOR DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA E ESTADO DEPENDENTE NEOLIBERAL.....	110
2.1	Globalização.....	111
2.2	Padrão de reprodução do capital e o padrão exportador de especialização produtiva.....	119
2.2.1	<u>A abordagem do padrão de reprodução do capital.....</u>	119
2.2.2	<u>Padrão de reprodução e o ciclo do capital industrial.....</u>	123
2.2.3	<u>Condições para o desenvolvimento do padrão de reprodução: a forma de Estado e o sistema mundial.....</u>	130
2.2.4	<u>O Padrão Exportador de Especialização Produtiva: determinações e características do caso brasileiro</u>	132
2.3	O Estado dependente neoliberal.....	159
3	A TEORIA POULANTZIANA DAS CLASSES SOCIAIS E O CONCEITO DE BURGUESIA INTERNA.....	164
3.1	As contribuições de Poulantzas e algumas indicações do marxismo estrutural.....	164

3.2	Classes sociais, efeitos pertinentes e o lugar das relações econômicas e políticas de classe.....	167
3.3	Frações burguesas e sistemas de fracionamento.....	172
3.4	Burguesia interna.....	180
3.5	Bloco no poder e hegemonia política.....	187
4	AS RELAÇÕES POLÍTICAS DA GRANDE BURGUESIA INTERNA NO CAPITALISMO NEOLIBERAL BRASILEIRO.....	189
4.1	Bloco no poder e hegemonia política no Estado neoliberal brasileiro.....	191
4.2	Década de 1980: transição ao padrão exportador de especialização produtiva e ao Estado neoliberal e o abandono das aspirações desenvolvimentistas da grande burguesia interna.....	200
4.2.1	<u>Da crise da dívida à falência do Plano Cruzado e a dissociação da burguesia brasileira do desenvolvimentismo.....</u>	201
4.2.2	<u>Abertura política, Assembleia Constituinte e eleições de 1989.....</u>	209
4.3	1990-1998: Neoliberalismo ortodoxo e alinhamento da grande burguesia interna à política neoliberal.....	213
4.3.1	<u>A política neoliberal ortodoxa da década de 1990.....</u>	214
4.3.2	<u>Governos Collor e Itamar Franco e a adesão gradualista da grande burguesia interna ao neoliberalismo.....</u>	218
4.3.3	<u>Plano Real, eleições de 1994 e I governo FHC: consolidação da hegemonia da burguesia integrada no bloco no poder.....</u>	225
4.4	1998-2002: Contradições do neoliberalismo, tripé macroeconômico e o tensionamento da unidade no bloco no poder.....	236
4.5	2003-2013: Neoliberalismo desenvolvimentista e a ascensão da grande burguesia interna no bloco no poder.....	245
4.5.1	<u>Neoliberalismo desenvolvimentista e frente neodesenvolvimentista.....</u>	245
4.5.2	<u>Primeiro governo Lula: continuidade neoliberal, crise política e acomodação de interesses da grande burguesia interna.....</u>	251
4.5.3	<u>Segundo governo Lula: reforço neodesenvolvimentista com adesão da grande burguesia interna.....</u>	263
4.5.4	<u>Nova Matriz Econômica, enfrentamento ao rentismo e a ameaça à hegemonia da grande burguesia integrada no bloco no poder.....</u>	268

4.6	2013-2022: Restauração neoliberal sob reunificação burguesa: o golpe jurídico-parlamentar e os novos governos neoliberais ortodoxos.....	275
4.6.1	<u>Ofensiva da grande burguesia integrada, reunificação burguesa e o golpe de 2016.....</u>	275
4.6.2	<u>Reformas neoliberais ortodoxas e a grande burguesia interna entre a adesão e a resistência seletiva ao neoliberalismo ortodoxo.....</u>	287
4.6.3	<u>Neofascismo brasileiro, apoio à agenda econômica e o fracasso da “terceira via” da burguesia brasileira.....</u>	292
4.7	Quadro-síntese da movimentação política da grande burguesia interna.....	300
5	AS RELAÇÕES ECONÔMICAS DA GRANDE BURGUESIA INTERNA NO CAPITALISMO NEOLIBERAL BRASILEIRO: UM ESTUDO SOBRE AS CAMPEÃS NACIONAIS.....	306
5.1	As campeãs nacionais do BNDES nos governos do PT: uma amostra da grande burguesia interna brasileira.....	307
5.1.1	<u>O BNDES como centro de poder da grande burguesia interna no neoliberalismo desenvolvimentista.....</u>	307
5.1.2	<u>Seleção de amostra de grupos econômicos da grande burguesia interna....</u>	310
5.1.3	<u>Levantamento individualizado e por ramos de atividade.....</u>	316
5.2	<u>O ciclo do capital das campeãs nacionais.....</u>	320
5.2.1	<u>Primeira fase da circulação(D-M):</u>	320
5.2.2	<u>Fase da produção (...P...):</u>	348
5.2.3	<u>Segunda fase da circulação(M'-D')</u>	359
5.3	As campeãs nacionais entre a dependência e o conflito com o capital estrangeiro: principais conclusões.....	370
5.3.1	<u>As campeãs nacionais e a dependência do capital estrangeiro.....</u>	370
5.3.2	<u>As campeãs nacionais e o conflito com o capital estrangeiro.....</u>	373
5.4	A preponderância da dependência sobre o conflito com o capital estrangeiro nas relações econômicas das campeãs nacionais.....	375
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	377
	REFERÊNCIAS.....	381

APÊNDICE A - Link para acesso às tabelas referentes ao ciclo do capital das campeãs nacionais.....	389
---	-----

Eu [...] nunca percebi a história, a não ser *a posteriori*, das classes dominantes mais enriquecidas do Brasil em relação aos juros. Eu não percebi, também, qual era o nível de aversão deles a pagar qualquer parte da crise. E nunca percebi que eles achavam correto arrebentar o Estado em relação a qualquer política de conteúdo nacional mínimo. Achei que eles tinham interesse efetivo num projeto nacional de desenvolvimento, não no sentido nacionalista da palavra. Por exemplo, que usar política de conteúdo nacional, recuperar a cadeia de petróleo e gás, criar a cadeia de fármacos, colocar aqui uma parte da estrutura da indústria automobilística, através de toda aquela política que nós fizemos de garantir que as grandes empresas viessem para o Brasil – que se interessariam por isso. E o que eu vejo é que esse processo é tão duro que eles não se interessam, não. Não se interessam e a internacionalização ultrapassa as pessoas. A financeirização ultrapassa as pessoas. Você pode ter um grupo que o seu dirigente perceba que isso deva ser feito, mas o conjunto do grupo, não.

Ex-presidenta Dilma Rousseff¹

¹ Marcos Piccin e Valter Pomar, “Entrevista exclusiva: Dilma Rousseff sem censura, ou quase”. Disponível em: <<http://www.pagina13.org.br/revista-esquerda-petista/entrevista-exclusiva-dilma-rousseff-sem-censura-ou-quase/>>.

INTRODUÇÃO

A questão das classes dominantes no Brasil, e, mais detidamente, do *caráter particular* da classe burguesa na formação econômico-social brasileira do ponto de vista econômico, político e ideológico, constituiu por um período considerável, situado aproximadamente entre as décadas de 1930 e 1970, uma preocupação das análises e prognósticos que se inscrevem no campo do marxismo e teve incidências em outras correntes não marxistas. As análises marxistas que tiveram como objeto a burguesia brasileira, constitutivas de uma grande tarefa interpretativa que abarcava apreender o próprio sentido histórico particular do desenvolvimento capitalista no Brasil e a formulação tática e estratégica revolucionária, informaram a prática das organizações socialistas brasileiras e tornaram-se, no caso de algumas importantes produções intelectuais, verdadeiros clássicos das ciências sociais brasileiras.

O presente trabalho se associa a um conjunto de interpretações de autores marxistas contemporâneos sobre a burguesia no Brasil. Ele tem como sustentação teórica e inclui em sua proposta teórico-metodológica as categorias e conceitos formulados pela Teoria Marxista da Dependência (TMD)², considerada por nós uma teoria central para a compreensão das tendências fundamentais ao capitalismo brasileiro e latino-americano, e pela teoria Poulantziana das classes sociais³, que vem atualizando conceitos importantes para pensar a complexidade das lutas de classe no Brasil e suas relações com o Estado e a política.

O entendimento subjacente à presente proposta, que acompanha e justifica nosso interesse, é o de que, tal qual no passado, a compreensão da classe burguesa na formação social brasileira é matéria indispensável no transcurso da elaboração estratégica que devem ter as organizações que visam como uma necessidade das maiorias sociais e um objetivo que carregam o desenvolvimento das forças produtivas do país e a transformação radical das relações sociais pela via da tomada do poder político nacional, ou seja, que entendem como necessidade histórica o processo revolucionário.

Nesta Introdução, fazemos um breve resgate do debate sobre a burguesia brasileira, com foco em sua vertente marxista, no intuito de situar a problemática que aqui é enfrentada dentro de um campo de contribuições que atravessou as ciências sociais brasileiras por um período

² (MARINI, 1992, 2011, 2012, 1979, 1996, 2012, 2017; SANTOS, 1991, 2016, 2011, 2018; BAMBIRRA, 1978, 2019; OSORIO, 2012, 2004; MARTINS, 2011, 2017; LUCE, 2018; CARCANHOLO & AMARAL, 2012; FERREIRA, 2018; entre outros);

³ (POULANTZAS, 1976, 1978, 2019; BOITO JR., 2013, 2018; SAES, 2007, 2014; MARTUSCELLI, 2010, 2014, 2018; BERRINGER, 2020; BUGIATO, 2014; FARIAS, 2019, 2009, entre outros);

importante. Logo em seguida, introduzimos o objeto de pesquisa, os objetivos e a proposta teórico-metodológica do trabalho. Ao final do texto introdutório, sintetizamos cada capítulo que fará parte do caminho de investigação trilhado na tese.

Burguesia brasileira, capital estrangeiro e classes dominadas: breve resgate histórico

Ao longo de parte do século XX, as preocupações que guiaram as produções intelectuais em torno da temática da classe burguesa na formação econômico-social brasileira se inscreveram no conjunto de ensaios cujo objetivo mais elevado era apreender os nexos explicativos da formação histórica do Brasil, as chamadas “teorias interpretativas brasileiras”⁴, que buscavam, em muitos casos, identificar os interesses e desdobramentos no processo político não só da burguesia ou de sua fração industrial, mas também de outras classes proprietárias, a exemplo da classe proprietária de terras. No campo do marxismo, destacaram-se obras de que tinham a perspectiva de apontar as tarefas do movimento comunista dentro de um horizonte estratégico revolucionário. Para além dos marxistas, contudo, é possível afirmar que noções mais ou menos explícitas e sistematizadas sobre a burguesia brasileira estiveram presentes no pensamento econômico e social do “desenvolvimentismo”, no que se refere ao papel que davam ou renegavam aos capitalistas nacionais aliados ao Estado brasileiro na promoção do “desenvolvimento”⁵.

Foi assim que, em um intervalo que vai das décadas de 1930 a 1960, algumas teses sobre a burguesia e seu papel no desenvolvimento capitalista brasileiro foram aventadas. Entre intelectuais marxistas, predominava a tese da *revolução em etapas*, introduzida pela Internacional Comunista desde a década de 1920 e adotada como linha política do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Baseada na interpretação de que haviam “resquícios feudais” na formação econômico-social brasileira, essa tese identificava como passo necessário ao movimento dos trabalhadores vencer a etapa da revolução designada como *democrática, antifeudal e anti-imperialista*⁶. Segundo essa concepção, a superação de relações feudais e o desenvolvimento das forças produtivas nos marcos do capitalismo atravancado pelo imperialismo se faziam necessários previamente à etapa socialista da revolução. Para tanto urgia, do ponto de vista tático e estratégico, a conformação de uma aliança entre o proletariado

⁴ Como as denomina Antonio Carlos Mazzeo (2015, p. 115);

⁵ Para um mapeamento do pensamento econômico “desenvolvimentista” entre 1930 e 1964, ver (BIELSCHOWSKY, 2004) Para uma análise crítica da “ideologia do desenvolvimento”, ver (PRADO, 2020);

⁶ (MAZZEO, 2015, p. 122);

e a “burguesia nacional” – uma fração da burguesia, nas palavras de Nelson Werneck Sodré, “objetivamente interessada na exploração do mercado nacional e, conseqüentemente, na eliminação do domínio dos monopólios sobre esse mercado”⁷. Em outras palavras, uma fração burguesa cuja base material voltada à realização do capital no mercado interno traduzia-se contradições com o imperialismo e o latifúndio entendido como de tipo feudal, as quais poderiam se manifestar, a depender da correlação de forças da conjuntura, em um alinhamento dela em torno de um projeto político de cunho anti-imperialista e progressista. Essa aliança deveria ter como objetivos principais a realização de uma reforma agrária e o desenvolvimento capitalista sobre bases nacionais.

Entre os assim reconhecidos desenvolvimentistas brasileiros – um amplo espectro de autores que defendia a ideia de industrialização integral com o recurso ao planejamento estatal e ao ordenamento da expansão econômica pelo Estado como via para a superação da pobreza e do subdesenvolvimento⁸ - havia posições diversas sobre o papel e o *grau* de importância do capital privado nacional – a burguesia brasileira - para o desenvolvimento, este visto sempre nos marcos do capitalismo⁹. Entretanto, desde os interlocutores diretos da burguesia industrial como Roberto Simonsen, os quais, evidentemente, davam à burguesia brasileira um papel de destaque para a industrialização, até autores do “desenvolvimentismo nacionalista do setor público” como Celso Furtado até a década de 1960¹⁰, essa vertente do pensamento econômico e social compactuava na observação da viabilidade de uma classe burguesa que promoveria o desenvolvimento econômico, ainda que no caso de Furtado, por exemplo, fosse uma tarefa do Estado pela via da política econômica a própria “criação” de uma burguesia nacional “com espírito de desenvolvimento”¹¹.

A partir da década de 1960, as tendências do debate sobre a burguesia brasileira mudam substancialmente e as proposições em defesa do caráter “progressista” e “democrático” da burguesia nacional, bem como das alianças entre burguesia nacional e trabalhadores, são submetidas a uma rigorosa crítica. Para tanto concorreram fatores como a crise do modelo de substituição de importações fundamentado no ideário desenvolvimentista, o golpe empresarial-militar de 1964, a crise do movimento comunista internacional iniciada com a dissolução do

⁷ (SODRÉ, 1967, p. 368);

⁸ Utilizamos aqui a definição de “desenvolvimentismo” encontrada em Bielschowsky (2004, p. 7);

⁹ Bielschowsky divide os desenvolvimentistas do período 1930-1964 em três correntes: a desenvolvimentista do setor privado; a desenvolvimentista “não nacionalista” do setor público; e a nacionalista do setor público.;

¹⁰ Celso Furtado iria rever sua posição original quanto à viabilidade de uma “burguesia nacional” após o golpe de 1964, aproximando-se de uma perspectiva da dependência (embora com diferenças substanciais em relação às teorias marxista e weberiana da dependência);

¹¹ (GARBIERO, 2018);

Komintern, a qual reverberou na crise do PCB, e a Revolução Cubana de 1959. Dentro do movimento comunista brasileiro, a noção de “etapa democrática, antifeudal e anti-imperialista” da revolução foi criticada na esteira da fragmentação do partido em diferentes organizações. Passou-se a recusar a ideia de permanências feudais na formação econômico-social brasileira e a burguesia brasileira, em vez de exercer o papel propugnado pela aliança com a classe operária, foi analisada diante do fato concreto de ter se aliado aos interesses imperialistas no golpe de 1964.

Por vias distintas e em alguns casos inconciliáveis, autores como Caio Prado Jr., Fernando Henrique Cardoso, Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Vania Bambirra, Celso Furtado em uma nova fase intelectual, Florestan Fernandes e Jacob Gorender, entre vários clássicos que podem ser mencionados, apontavam o caráter *dependente e associado* (ainda que contraditório) da burguesia brasileira e, por consequência, a inviabilidade de consecução de uma estratégia centrada em uma aliança do proletariado com essa burguesia para avançar no processo revolucionário ou mesmo na construção de um capitalismo plenamente desenvolvido sob bases nacionais. Ilustremos: Prado Jr. apontava a ausência de grandes obstáculos ao desenvolvimento da burguesia brasileira desde seu surgimento impostos por estruturas econômicas, políticas e sociais não capitalistas e as características da ordem econômica e social do país organizada em função de atividades mercantis ligadas ao exterior, de forma que não se produziram cisões de grande envergadura na classe burguesa e o imperialismo teve com ela uma relação em que predominaram o impulso e complementação, mais do que de oposição e contradição¹². Cardoso indica a existência dos setores “tradicional” e “moderno” dentro da burguesia industrial que se conformaram com o fim da “aliança desenvolvimentista” e defende a possibilidade do setor “moderno” – associado ao capital estrangeiro - protagonizar o processo de desenvolvimento econômico dentro dos marcos da dependência¹³. Marini recupera os fundamentos materiais da renúncia das burguesias latino-americanas e da burguesia brasileira em particular nos anos 1960 a levar a cabo uma política de desenvolvimento autônomo e a se manter nos marcos da política bonapartista de apoio nas massas populares, na medida em que a consolidação de uma nova divisão internacional do trabalho e o condicionamento imposto pelo setor externo produzem a integração com os capitais imperialistas realizada sob a forma

¹² (BANDOLI, 2012);

¹³(GARBIERO, 2018) “De fato, a partir desse momento, no cerne mesmo do sistema industrial aparecerá cindida a estrutura dos grupos e classes sociais: haverá um proletariado mais ‘moderno’ e outro mais “tradicional”; um setor empresarial que controla a indústria de alta produtividade e tecnologia desenvolvida e um setor industrial ‘tradicional’, ou seja, o que se constituiu durante a etapa de substituição fácil de importações; e assim por diante”(CARDOSO, 1981, p. 124 e 125);

da associação de capitais¹⁴. Dentro do mesmo campo teórico da TMD, Theotonio dos Santos¹⁵ e Vania Bambirra¹⁶ explicam a capitulação das burguesias latino-americanas das alianças com as classes trabalhadoras em conjunturas posteriores à Segunda Guerra Mundial com o abandono dos projetos reformistas de desenvolvimento nacional autônomo. Furtado apresenta o padrão sociocultural das “elites” ou “grupos dominantes” como constitutivo da situação de dependência na medida em que esses grupos mimetizam os padrões de consumo dos países centrais, processo que incide sobre o tipo de atividades econômicas impulsionadas na industrialização do país sem que haja, contudo, correspondência com o nível de desenvolvimento das forças produtivas que permita a generalização desse padrão para o conjunto da população¹⁷. Florestan Fernandes ressalta que faz parte da essência da dominação burguesa nas economias capitalistas dependentes a hipertrofia dos fatores políticos e sociais dessa dominação, diante da apropriação dual do excedente econômico pelas burguesias locais e as burguesias dos países hegemônicos, de maneira que a transformação capitalista é acompanhada da formação de uma classe burguesa cujas funções auto defensivas e repressivas de dominação são intensificadas em alinhamento com os interesses de dominação imperialista e de forma avessa a processos de maior abertura democrática¹⁸. Gorender analisa o que considera o princípio básico da posição da burguesia brasileira como classe - a “aceitação seletiva do capital estrangeiro” – consolidado na fase do crescimento de investimentos estrangeiros na indústria de transformação no período posterior à Segunda Guerra Mundial e

¹⁴ “Desta forma, a burguesia industrial latino-americana passa do ideal de desenvolvimento autônomo para uma integração direta com os capitais imperialistas, dando lugar a um novo tipo de dependência muito mais radical que a anterior.[...]O desenvolvimento capitalista integrado reforça o divórcio entre a burguesia e as massas populares, intensificando a superexploração a que estas estão submetidas e negando-lhes sua reivindicação mais elementar: o direito ao trabalho”(MARINI, 2017, p. 62);

¹⁵ “Qual é a origem desta capitulação burguesa? O grau de desenvolvimento da tecnologia moderna não permite a um país atrasado desenvolver-se suficientemente sem contar, ao menos em certo momento, com o auxílio de elementos técnicos e científicos dos países desenvolvidos. [...] Ao mesmo tempo, o imperialismo, que vem realizando um processo de integração mundial, penetrou profundamente nos setores mais lucrativos da economia desses países, em aliança com poderosas forças internas.”(SANTOS, 2018, p. 149);

¹⁶ ; “Como consequência de todos esses elementos [efeitos da penetração sistemática do capital estrangeiro], ocorrem mudanças qualitativas no sentido e na orientação das formas de funcionamento e de dominação interna dos sistemas capitalistas dependentes latino-americanos. Essas mudanças se expressam fundamentalmente no abandono realista, por parte das classes dominantes, dos projetos reformistas de desenvolvimento nacional autônomo[...]”(BAMBIRRA, VANIA, 2019, p. 126);

¹⁷ “Sobra dizer que a industrialização que atualmente se realiza na periferia sob o controle das grandes empresas é processo qualitativamente distinto da industrialização que, em etapa anterior, conheceram os países cêntricos e, ainda mais, da que nestes prossegue no presente[...] o capitalismo periférico engendra o mimetismo cultural e requer permanente concentração de renda a fim de que as minorias possam reproduzir as formas de consumo dos países cêntricos. Esse ponto é fundamental para o conhecimento da estrutura global do sistema capitalista. Enquanto no capitalismo cêntrico a acumulação de capital avançou, no correr do último século, com inegável estabilidade na repartição da renda, funcional como social, no capitalismo periférico a industrialização vem provocando crescente concentração”(FURTADO, 1974, p. 45) Para uma análise comparativa do pensamento de Celso Furtado, Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso, ver (ROLEMBERG, 2023);

¹⁸ (BANDOLI, 2012; LUCE, 2018);

traduzido em certo consenso em reivindicações de protecionismo alfandegário somado à aceitação do investimento externo¹⁹.

Com o risco de cometer alguma imprecisão, é possível situar as contribuições que tinham como centro de suas preocupações a problemática da “burguesia nacional” – aqui apresentada de forma breve e ilustrativa – em um intervalo entre as décadas de 1930 a 1970. Entretanto, transcorrido esse período, esse tipo de análise passa a perder terreno nas ciências sociais. Armando Boito Jr. descreve o processo:

O declínio desse tipo de pesquisa é um dos episódios que fazem parte do declínio do prestígio do marxismo na universidade brasileira[...]. Noções como classe social, fração de classe, ideologia e Estado de classe desapareceram, no Brasil, da pesquisa sobre empresários industriais, banqueiros e agronegócio. Na maioria dos casos, estudam-se tais setores como grupos que competem entre si, como fazem quaisquer outros grupos, para influir na política de Estado – entidade que é apresentada, implicitamente, como uma arena neutra para disputa entre interesses múltiplos e situados em condições de igualdade uns diante dos outros. (BOITO JR., 2018, p. 21)

Assim, a temática da burguesia estudada a partir da noção de classe social, bem como o estudo em geral das classes sociais, sofrem um revés que acompanha aquele sofrido a nível teórico e político pelo marxismo no Brasil, o qual coincide e se relaciona com a ascensão do neoliberalismo na década de 1990 na conjuntura que se abre sob uma reconfiguração da inserção do país na divisão internacional do trabalho.

Não obstante, nas últimas décadas passa ocorrer uma renovação do interesse do estudo da burguesia brasileira. Uma nova leva de pesquisadores tem nas classes sociais seu objeto de pesquisa e procura apreender os interesses e movimentações nas conjunturas recentes e históricas sob a ótica dos fracionamentos que dão complexidade à análise das classes e sua relação com o Estado brasileiro em diferentes momentos da política. Parte importante dessas reflexões desenvolve interpretações inspiradas na teoria do Estado e das classes sociais formulada pelo marxista grego Nicos Poulantzas. Conceitos como os de bloco no poder, burguesia interna, fração de classe, autonomia relativa, bonapartismo, entre outros, passam a comparecer de forma explícita - com retificações e desenvolvimentos - nas análises desses autores, ainda que alguns deles também se fizessem presentes enquanto noções implícitas nos estudos clássicos sobre a burguesia, por exemplo a noção de fração de classe. Agregado a esse

¹⁹ (GORENDER, 1990). A caracterização de Gorender da “burguesia brasileira” é bastante próxima do conceito de “burguesia interna” de Poulantzas, com o qual trabalhamos na nossa pesquisa, embora o autor não indique essa referência em sua obra *A burguesia brasileira*;

instrumental teórico, Berringer²⁰ aponta como características dessa corrente os debates que ela faz com algumas teses clássicas da sociologia brasileira com o objetivo de entender a formação e a dinâmica do capitalismo brasileiro, nos quais, segundo a autora, “há uma recusa do ecletismo teórico presente em teses produzidas na USP, em especial por Florestan Fernandes, e uma contraposição a alguns marxistas como Caio Prado Jr. e Ruy Mauro Marini”²¹ e a maior ênfase que eles detêm na realização de pesquisas empíricas, com análise documental e de dados primários.

A corrente poulantziana contemporânea de análise das classes sociais no Brasil se contrapõe à tese em voga de que a última onda de internacionalização da economia capitalista – a globalização – teria levado a uma homogeneização dos interesses dos capitalistas a nível mundial, a ponto de que as reflexões em torno de subdivisões na burguesia ou de particularidades nacionais da classe burguesa teriam se tornado ultrapassadas²². Discorreremos mais a frente sobre isso. Aqui, cabe afirmar que as considerações que essa corrente apresenta sobre as particularidades do Estado capitalista, bem como o desenvolvimento desigual e a repartição não-igualitária do mais-valor no capitalismo a nível global, estão inseridas em sua argumentação contrária à noção de “homogeneização” das burguesias. Assim, a corrente poulantziana assume a importância das categorias de *dependência* e de *imperialismo* em suas análises e percebe os fracionamentos de classe como decorrentes, também, desses fenômenos.

É sob essa compreensão que os autores poulantzianos brasileiros vem desenvolvendo importantes análises da burguesia brasileira, envolvendo, por exemplo, a sua movimentação na conjuntura das crises políticas ocorridas no Brasil nas décadas de 1990 e 2000²³, a relação entre burguesia brasileira e a política externa nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Lula²⁴, os conflitos de classe, o bloco no poder e a frente política que sustentou os governos do Partido dos Trabalhadores (PT)²⁵, a participação das frações da burguesia brasileira no golpe de 2016²⁶, entre outros. Também vale citar contribuições teóricas à noção poulantziana dos fracionamentos da burguesia²⁷ e a análise das relações entre capitalismo brasileiro, processo político e classes sociais em uma perspectiva de longa duração²⁸ e na sua fase atual²⁹.

²⁰ (BERRINGER, 2020);

²¹ (BERRINGER, 2020, p. 39);

²² (MARTUSCELLI, 2010) Ver Capítulo I;

²³ (MARTUSCELLI, 2015);

²⁴ (BERRINGER, 2015);

²⁵ (BOITO JR., 2018);

²⁶ (BOITO JR., 2018; MARTUSCELLI, 2017);

²⁷ (FARIAS, 2009; SAES, 2014);

²⁸ (SAES, 2016);

²⁹ (SAES, 2007);

O debate sobre a burguesia brasileira demonstra, dessa forma, sua relevância histórica e atualidade, dada sua longevidade e o rico arsenal de contribuições contemporâneas a ele referentes. Nessa discussão, como é possível entrever no breve resgate histórico que aqui fizemos, apresenta-se uma problemática comum, dentro da qual se divisam as divergências de interpretação e de inspiração teórico-metodológica. Trata-se, na forma como aqui a enunciamos, da preocupação *sobre as relações políticas e econômicas que a classe capitalista brasileira estabelece ou poderia vir a estabelecer com o capital estrangeiro e com as classes dominadas, diante de condições políticas e econômicas que podem apresentar um caráter estrutural ou variar de acordo com as conjunturas*. Assim, a defesa teórica dos anos 1930 a 1960 da “burguesia nacional” e de uma política de frente ampla das classes populares com esses capitalistas sustentava-se sobre a noção de contradições de relevo entre uma fração burguesa e o imperialismo no Brasil, noção que, embora aceitasse que essa burguesia fosse dependente a nível tecnológico e financeiro do capital estrangeiro, não considerava que a dependência pudesse atingir a fase de associação de capitais e interesses entre ambos a tal ponto de inviabilizar a constituição da frente política propugnada. Já a partir da década de 1960, alguns pensadores marxistas se insurgem política e teoricamente contra essa concepção. Entre eles, os marxistas da TMD, apontando o “novo anel da espiral da dependência”³⁰ que comportava a submissão das burguesias latino-americanas ao imperialismo e o abandono dos projetos de desenvolvimento autônomo em aliança com as classes populares. No debate contemporâneo, essa problemática ressurgiu em dimensões do debate como em torno da caracterização econômica e política das distintas frações de classe e da análise das movimentações das frações na conjuntura, sobretudo na caracterização da fragilidade político-ideológica de parte da burguesia brasileira diante do imperialismo (quando não de pleno alinhamento), e levanta, como em discussões passadas, questionamentos quanto aos limites de uma ou mais frações de classe sustentarem com alguma longevidade alianças políticas sob um viés nacional e popular.

A presente Tese insere-se dentro dessa mesma problemática. Nela, concentramos a investigação no extrato superior de uma fração da burguesia brasileira – a grande burguesia interna – que apresenta uma posição política e econômica particular na sua relação com o capital estrangeiro e as classes dominadas. Vejamos, em síntese, os determinantes da grande burguesia interna que serão objeto da nossa pesquisa.

³⁰ Expressão utilizada por Marini (2011a, p. 166);

As relações políticas e econômicas da grande burguesia interna no padrão de reprodução do capital brasileiro

O nosso objeto de pesquisa são as relações políticas e econômicas da grande burguesia interna brasileira na fase do capitalismo dependente brasileiro que se consolida na década de 1990, em que se estabelecem o padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva e a forma estatal neoliberal no Brasil. Particularmente, investigamos as relações que a grande burguesia interna estabeleceu com o capital estrangeiro e as classes populares nesse período, as suas oscilações na esfera política e sua ambivalência na esfera econômica, bem como a prevalência de algumas relações sobre outras em uma interação contraditória e cambiante de acordo com as conjunturas que se abrem no período. Aqui, fazemos uma síntese dos determinantes desse objeto que terão importância para nossa pesquisa, introduzindo de forma breve os conceitos que o constituem, e apontaremos o objetivo principal da pesquisa.

A *burguesia interna* é um conceito desenvolvido pelo marxista grego Nicos Poulantzas³¹ para designar uma fração da classe capitalista que se desenvolveu em determinadas formações econômico-sociais com a internacionalização do capital ocorrida na fase imperialista posterior à Segunda Guerra Mundial. Poulantzas examina em sua teorização os casos das formações imperialistas europeias e das formações caracterizadas por ele como de industrialização dependente da Espanha, Grécia e Portugal, mas reconhece a possibilidade de surgimento dessa fração de classe em formações periféricas e dependentes como as latino-americanas.

Na quadra de internacionalização do capital do pós-guerra, no decorrer de um movimento de forte penetração do capital estrangeiro nessas formações econômico-sociais, o marxista grego identifica uma nova diferenciação de frações burguesas segundo seu modo de inserção no sistema econômico capitalista internacional³². Nesse contexto, forma-se a fração da burguesia interna, um segmento das classes capitalistas locais cuja característica distintiva é a posição ambígua que ela assume em sua relação com o capital estrangeiro imperialista³³. Poulantzas a entende como uma fração burguesa que ocupa uma posição intermediária³⁴ quando comparada à “burguesia integrada” – fração capitalista associada ao capital estrangeiro marcada

³¹ Poulantzas formula o conceito nas suas obras *As classes sociais no capitalismo de hoje* (1978) e *A crise das ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha* (1976);

³² (SAES, 2014);

³³ Para o caso de sua análise das formações imperialistas da Europa Ocidental, Poulantzas menciona um processo similar referindo-se à relação de parte das burguesias locais com o capital norte-americano;

³⁴ (MARTUSCELLI, 2014; BOITO JR., 2018, p. 56);

por funcionar como uma mera extensão dos seus interesses - e a “burguesia nacional” – a fração cuja configuração da acumulação de capital sobre bases nacionais engendraria contradições com o imperialismo que poderiam se desdobrar na sua participação em frentes nacionais ou anti-imperialistas sob determinadas conjunturas.

Essa ambiguidade é traduzida em relações econômicas e políticas próprias da burguesia interna. Quanto às relações econômicas, tem-se que essa fração capitalista é determinada por um tipo particular de ambivalência³⁵ com o capital estrangeiro imperialista: por um lado, ela tem uma relação de dependência com esse capital – precisa recorrer ao financiamento e a tecnologias estrangeiras para a reprodução do seu capital. Além do mais, tem o interesse em comum do capital em geral de rebaixamento dos custos da força de trabalho. Por outro, contudo, a burguesia interna possui interesses econômicos particulares que acarretam alguns conflitos com ele – segundo Poulantzas³⁶, sua necessidade de proteção e apoio do Estado contra a concorrência estrangeira, a disputa do mercado interno e no acesso a novos mercados e, como corolário da sua própria dependência, as disputas que faz com ele pela apropriação do valor produzido pelos trabalhadores nacionais.

Quanto às relações políticas, a burguesia interna se caracteriza por uma fragilidade particular que transparece em sua movimentação na conjuntura³⁷. A relação de dependência da burguesia interna traz a ela dificuldades em enfrentar politicamente o capital estrangeiro e a fração integrada e torna – de forma geral - inviável levar esses enfrentamentos às últimas consequências. Poulantzas também aponta outras cisões que existem no interior da burguesia interna, como aquelas entre capital monopolista e não-monopolista e aquelas determinadas pela interiorização em seu próprio seio das contradições entre os capitais estrangeiros, que contribuem para que essa fração seja incapaz de exercer a hegemonia sobre as outras forças sociais que detém o poder político do Estado.

Tal fragilidade se manifesta, concretamente, em uma movimentação característica da burguesia interna na conjuntura política: em sua relação com as classes dominadas, ela apresenta um comportamento oscilante. Martuscelli descreve teoricamente essa movimentação como um *movimento pendular*³⁸. Em tempos de relativo crescimento econômico, ela pode fazer algumas concessões materiais a essas classes e colocar-se em uma posição de resistência seletiva aos interesses imperialistas, sem confrontá-los abertamente. Mas, numa situação de

³⁵ Como a denomina Martuscelli (2014);

³⁶ (POULANTZAS, 1976);

³⁷ (MARTUSCELLI, 2014);

³⁸ (MARTUSCELLI, 2018; 2017);

crise ou recessão, há uma tendência de parte importante dela se voltar contra direitos sociais e trabalhistas, impostos e reajustes salariais, vistos como encargos a sua competitividade, constituindo para tanto uma frente única com o imperialismo contra as classes populares.

O conceito poulantziano vem sendo adotado por vários analistas para compreender as relações de classe na conjuntura brasileira recente³⁹. Essas análises identificam uma fração da classe capitalista que, no contexto dos anos 1990 - quando da implementação de reformas neoliberais que promoveram a abertura comercial, a desregulamentação financeira, as privatizações de grandes empresas nacionais e a redução de direitos trabalhistas e sociais - e dos anos 2000 - no decorrer da implementação de uma política econômica e de uma política externa favorável ao fortalecimento de grandes capitais nacionais - tem apresentado um comportamento político frágil e oscilante⁴⁰, marcado por mudanças de posição e de localização no campo político, ora afastando-se, ora se alinhando aos interesses do capital estrangeiro e da burguesia integrada, e uma tendência a uma resistência seletiva a esse capital ou, sob outro ponto de vista, a uma aceitação com restrições de sua participação na economia nacional⁴¹.

A nossa Tese se alinha a esse espectro de análises que recorre ao conceito de burguesia interna e afirma sua viabilidade na formação econômico-social brasileira. Não obstante, constitui o objeto da nossa pesquisa não toda a burguesia interna, mas apenas o extrato do grande capital que a compõe. Ou seja, a grande burguesia interna brasileira⁴². Poulantzas, quando analisa essa fração de classe, admite tanto capitais de pequeno e médio porte que podem compô-la quanto o grande capital. Alguns autores brasileiros também concentram sua investigação nesse extrato específico dela⁴³. Estes costumam considerá-la como um grupo

³⁹ (BOITO JR., 2018; BERRINGER, 2015; MARTUSCELLI, 2018; MARTUSCELLI, 2015; SAES, 2016);

⁴⁰ A título de exemplo, que abordaremos em maior profundidade na Tese, um momento central de manifestação da *fragilidade político-ideológica* da burguesia interna na conjuntura recente – ou seja, de execução de seu *movimento pendular* – observado por essas análises se dá na capitulação dessa fração de classe da frente política liderada por ela e apoiada em setores populares durante os governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), frente que havia cumprido o papel de sustentação desses governos. Essa capitulação ocorreu nos últimos anos do período de governo petista e foi um elemento determinante para a explicação do isolamento político da ex-presidente Dilma Rousseff e do impeachment sofrido por ela em 2016. A fragilidade da burguesia interna se deu, nessa perspectiva, exatamente em seu recuo diante da burguesia integrada e do capital estrangeiro, os quais haviam construído a oposição aos governos petistas e lideraram o campo golpista bem-sucedido que deu fim ao governo de Rousseff (BOITO JR., 2018; MARTUSCELLI, 2017). Temos, diante da conjuntura brasileira recente, mais um exemplo, entre outros que poderiam ser citados, de uma capitulação burguesa de frentes formadas com setores populares, como, em outra conjuntura, ocorreu com a burguesia industrial analisada pelos “clássicos da burguesia nacional”.

⁴¹ As análises poulantzianas apontam as conjunturas políticas em que transparece essa tendência. Ilustremos aqui com o momento da implementação das reformas neoliberais do início dos anos 1990, em que parte da classe capitalista brasileira apoia uma política de “abertura gradual” da economia e o processo de privatizações com restrições a participação do capital estrangeiro (MARTUSCELLI, 2015). Também abordaremos em mais detalhes esse momento na Tese;

⁴² Excluimos da nossa investigação, portanto, os segmentos do médio e pequeno capital que compõem a burguesia interna;

⁴³ (BOITO JR., 2018; BERRINGER, 2015; BUGIATO, 2014);

heterogêneo, formado por ramos da indústria de transformação, do agronegócio, do comércio, da construção pesada, da construção naval e, em alguns casos, até grandes bancos nacionais. Não se trata, contudo, de uma configuração invariável dado que, alinhados à própria compreensão poulantziana das classes sociais, a qual considera as variações nos fracionamentos de classe de acordo com a conjuntura⁴⁴, esses autores percebem deslocamentos de segmentos de uma fração capitalista para outra com as mudanças do processo político.

A pesquisa que aqui propomos se concentra na investigação dos seguintes determinantes das relações de classe da burguesia interna brasileira: a ambivalência de suas relações econômicas e a fragilidade político-ideológica de suas relações políticas, manifesta em seu movimento pendular característico na conjuntura. Não obstante, essas relações, como é o caso das relações sociais em geral, devem ser devidamente historicizadas para que seja possível apreender suas conexões fundamentais. O nosso estudo se concentra em sua configuração particular na fase atual do capitalismo dependente brasileiro: o capitalismo dependente neoliberal, cuja dimensão econômica é o padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva e a dimensão política é o Estado dependente neoliberal.

O padrão de reprodução do capital é uma categoria desenvolvida pelo economista marxista chileno Jaime Osorio⁴⁵ para a apreensão dos determinantes particulares do movimento do capital social, nas suas fases de circulação e produção, em espaços geográficos e períodos históricos específicos. Osorio propõe que as economias da América Latina, na atual fase do sistema capitalista mundial, apresentam um padrão de reprodução do capital que denomina padrão exportador de especialização produtiva.

O autor analisa a conformação de um novo e particular “padrão de conduta” ou de “novas trilhas”⁴⁶ percorridas pelo capital em sua reprodução na América Latina, na quadra da atual fase do capitalismo mundial denominada como mundialização ou globalização em que, sob a base de avanços tecnológicos e produtivos da microeletrônica, a redução no preço dos transportes e o estabelecimento de um novo estágio do capital financeiro, prevalecem uma intensa integração do mercado mundial, a segmentação dos processos produtivos em um novo patamar, a realocação de indústrias e serviços e uma grande mobilidade do capital⁴⁷. Nessa nova configuração do capitalismo mundial, a América Latina passa por um processo de reinserção na divisão internacional do trabalho como uma região que se volta progressivamente

⁴⁴ (FARIAS, 2019);

⁴⁵ (OSORIO, 2012a; 2012b);

⁴⁶ Expressões que utiliza na elucidação da categoria padrão de reprodução do capital (OSORIO, 2012);

⁴⁷ (OSORIO, 2012);

à especialização produtiva orientada predominantemente às exportações. Trata-se de um padrão que se assemelha em alguma medida com a inserção inicial da região no mercado mundial a partir de meados do século XIX até o início do século XX, como no peso que passam a ter os bens agromineiros nas exportações, mas que apresenta diferenças substanciais em relação ao seu passado secular enquanto região eminentemente exportadora de bens primários, especialmente para o caso das economias da região com maior grau de industrialização, em aspectos como o maior grau de elaboração tecnológica das mercadorias exportadas, a clara diferenciação interna da estrutura produtiva, a robustez de seus mercados internos e a centralidade da acumulação financeira e do capital fictício.

Em suma, o novo – já não tão novo assim - padrão de reprodução do capital latino-americano tem na importância assumida pelas exportações nas economias nacionais e na especialização produtiva regressiva em algumas atividades em virtude de vantagens naturais ou comparativas na produção e no comércio internacional elementos centrais da sua natureza e particularidade – um processo que assume no caso de algumas economias, como a brasileira, a face da desindustrialização e da reprimarização da pauta exportadora. Esse padrão é caracterizado, além disso, pelo aumento da flexibilidade laboral e precariedade do trabalho, aumento da exploração e superexploração do trabalho, por um papel ampliado da participação do capital estrangeiro nas economias e por elevados níveis de pobreza e indigência das populações. Sob esse padrão operam, nas formas que se tornam mais importantes dentro dessa configuração particular, as tendências mais gerais do capitalismo dependente: as transferências de valor para as economias centrais e os capitais internos de maior produtividade, a superexploração da força de trabalho e o “divórcio” das estruturas produtivas nacionais das necessidades mais elementares das maiorias sociais.

A categoria de padrão de reprodução do capital estabelecida por Osorio faz referência a tendências gerais observáveis em determinado período para o conjunto da região latino-americana. No entanto, o próprio autor adverte a necessidade de diferenciar as especificidades do desenvolvimento desse padrão nas diversas formações econômico-sociais. É nesse sentido que adentramos, nesta Tese, as características do padrão exportador de especialização produtiva *brasileiro* e as comparamos aos aspectos do padrão latino-americano proposto por Osorio. Há aí particularidades importantes. Notadamente, a maior robustez do mercado interno nacional e a participação importante do consumo popular em parte do período recente e o peso das exportações que não assume importância tão grande quanto em outras economias latino-americanas. No caso do Brasil, consideramos que, após um período de transição da década de 1980, o padrão exportador de especialização produtiva se consolida nos anos 1990, mediante a

“inserção ativa”⁴⁸ da economia brasileira na globalização com a implementação das contrarreformas neoliberais.

Segundo argumentação que buscaremos desenvolver⁴⁹, o padrão exportador de especialização produtiva tem, como sua contraparte política, o Estado dependente neoliberal, uma forma de Estado capitalista cuja configuração responde, predominantemente, às necessidades de reprodução da grande burguesia integrada ao capital estrangeiro, fração burguesa que se torna hegemônica no bloco no poder nesse padrão de reprodução do capital. Tal configuração pode ser identificada e compreendida na relação com a dimensão econômica e com a dimensão política da luta de classes: no âmbito econômico, o Estado neoliberal promove uma política baseada, em linhas gerais, na redução de direitos trabalhistas e sociais, na limitação da participação estatal nas atividades produtivas da economia, na adoção de políticas macroeconômicas conservadoras e na desregulamentação comercial e financeira; no âmbito político, essa forma estatal se caracteriza pela agudização do caráter subsoberano do Estado dependente - a restrição na margem de manobra para a construção de políticas públicas nacionais frente às determinações do capital e dos países imperialistas, pelo agravamento da precariedade institucional e pelo reforço da dimensão repressiva e excludente diante da fragilização dos mecanismos de construção de consenso social do Estado burguês.

Na nossa pesquisa, a ambivalência das relações econômicas e o movimento pendular das relações políticas da grande burguesia interna brasileira são investigados, respectivamente, em sua relação com as leis tendenciais do capitalismo dependente e sua configuração particular no padrão exportador de especialização produtiva brasileiro (que apresenta algumas particularidades em relação à proposta original de Osório que também serão expostas) e com a forma estatal neoliberal e as políticas estatais existentes em cada conjuntura.

O objetivo principal da nossa pesquisa é desvelar os elementos que determinam a ambivalência econômica e o movimento pendular político da grande burguesia interna e a relação que esses elementos estabelecem entre si e com as tendências estruturais do capitalismo neoliberal dependente brasileiro, de forma a compreender quais entre eles prevalecem enquanto determinantes para a própria conceitualização dessa fração de classe para caso da formação econômico-social nacional. Ou seja, presume-se – e essa é uma hipótese a ser averiguada – que, na ambivalência entre dependência e conflito com o capital estrangeiro que caracteriza as relações econômicas da burguesia interna e na sua tradução em uma movimentação política

⁴⁸ (PAULANI, 2008);

⁴⁹ A formulação original do padrão de reprodução do capital em Osório não entende a *forma de Estado* como contraparte política do mesmo, diferente do que argumentamos;

pendular, há elementos principais e secundários que permitam estabelecer uma hierarquia entre elas. Vejamos como essa proposta se desenvolve nas nossas hipóteses.

Hipótese principal, hipóteses específicas e proposta teórico-metodológica

A hipótese principal do nosso trabalho é que os elementos que determinam a dependência da grande burguesia interna frente ao capital estrangeiro no capitalismo neoliberal brasileiro detêm um caráter preponderante em relação àqueles que determinam os conflitos dessa fração de classe com esse capital, embora ambos se façam presentes em suas relações de classe. Os elementos ligados à dependência da grande burguesia interna constituiriam, eles mesmos, tendências e aspectos próprios ao capitalismo dependente brasileiro em sua fase atual e se caracterizariam pela longevidade de sua incidência, enquanto os elementos referentes aos conflitos teriam, em grande medida, uma relação com aspectos conjunturais políticos e econômicos que favorecem uma resistência seletiva ao capital estrangeiro, mas que podem variar com mudanças conjunturais.

O trajeto teórico-metodológico traçado para confirmar ou refutar essa hipótese exige trabalhar com diferentes níveis de análise e com algumas hipóteses específicas que deverão ser avaliadas. Dessa forma, partimos na nossa pesquisa de um nível de análise mais alto com a exposição das leis tendenciais do capitalismo dependente, que apontam para aspectos essenciais das formações econômico-sociais dependentes e que são analisados, mais a frente, no âmbito das relações de produção/econômicas da grande burguesia interna. Nesse nível, tratamos das categorias *transferência de valor como intercâmbio desigual, superexploração da força de trabalho e cisão no ciclo do capital*, desenvolvidas pela TMD.

Caminhamos então, descendo um pouco o nível de abstração, para os determinantes e características do capitalismo dependente neoliberal brasileiro, os quais apontam novos elementos econômicos e políticos que irão informar a nossa investigação sobre mais alguns aspectos das relações estabelecidas pela grande burguesia interna. Aqui ressaltamos a condição exportadora que vai se robustecendo na economia brasileira, a sua especialização regressiva no mercado mundial, a financeirização da economia e os principais elementos que caracterizam a forma estatal neoliberal dependente.

Após a delimitação desse quadro de determinações estruturais, nossa pesquisa será capaz de voltar-se, teórica e metodologicamente, ao objeto em si que a constitui – as relações políticas e econômicas da grande burguesia interna. Nesse ponto, lançamos nossas hipóteses específicas, referentes a esses campos de relações, e a metodologia proposta para seu desenlace.

Primeira hipótese específica: as relações políticas da grande burguesia interna brasileira caracterizaram-se, sob a forma estatal neoliberal, por uma movimentação ziguezagueante de acordo com as mudanças de conjuntura, em que ora ela defendeu a aplicação da política neoliberal ortodoxa, alinhando-se ao capital estrangeiro contra as classes populares, ora ofereceu-lhe uma resistência seletiva, momento em que se aproximou das organizações da classe trabalhadora e até lhe fez algumas concessões.

A nossa hipótese relacionada às relações políticas da grande burguesia interna sob o Estado dependente neoliberal propõe que essa fração de classe tenha apresentado, na sua movimentação na conjuntura, um típico movimento pendular, reflexo de sua fragilidade político-ideológica.

O recorte temporal considerado para essa hipótese é o período da década de 1980 – década de transição ao capitalismo neoliberal - até 2022, intervalo no qual, como sugerimos, consolida-se no Brasil o padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva, com a implementação de reformas pela política de Estado que passaram a privilegiar a acumulação financeira e a especialização na produção de bens e serviços de menor intensidade tecnológica e que tiveram como principais beneficiadas a fração integrada da grande burguesia e o capital financeiro internacional.

Parte dessas proposições estão presentes em alguns estudos já realizados por autores poulantzianos⁵⁰. Na nossa Tese, procuramos fazer uma leitura crítica delas acrescentando novos elementos quando necessário dentro de uma pesquisa bibliográfica mais ampla e da pesquisa empírica em documentos de entidades patronais, artigos e entrevistas concedidos à imprensa, informes oficiais, entre outros.

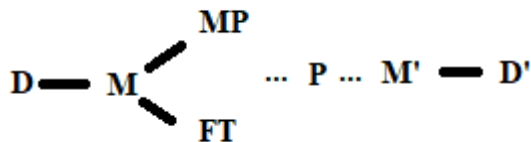
Segunda hipótese específica: A grande burguesia interna no padrão exportador de especialização produtiva caracteriza-se por uma ambivalência de suas relações de produção, em que tanto elementos que apontam para a dependência em relação ao capital estrangeiro quanto elementos que apontam para conflitos com o capital estrangeiro estão presentes na reprodução do seu capital.

As relações econômicas da grande burguesia interna, ou seja, suas relações de produção, seriam marcadas por essa ambivalência, representada pela oposição dependência *versus* conflito com o capital estrangeiro.

Essa hipótese se desdobra em alguns determinantes que propomos para os polos da oposição. Para que possamos fazê-lo, recorreremos a uma investigação preliminar em que nos

⁵⁰ (BOITO JR., 2018; MARTUSCELLI, 2018; 2015);

fundamentamos no instrumental teórico-metodológico do ciclo do capital, tal qual representado por Marx. No Volume II de *O Capital*, Marx⁵¹ orienta sua atenção para o estudo do processo de circulação do capital e traz à evidência o *ciclo do capital industrial*, composto pelas fases de circulação e produção que o capital industrial passa no processo de sua reprodução ampliada. Assim ele nos indica a seguinte representação:



Em que D é o capital monetário investido pelo capitalista para iniciar a acumulação, M as mercadorias necessárias compradas para dar início ao processo produtivo (MP - meios de produção e FT - força de trabalho), ...P... é a fase de produção, M' as mercadorias que são levadas ao mercado e D' a forma monetária do capital após a realização da venda, equivalente ao valor do capital monetário inicial acrescido do mais-valor.

A utilização do ciclo do capital para a apreensão do movimento concreto do capital em uma formação econômico-social é proposta por Osorio em sua formulação do padrão de reprodução do capital. É com esse instrumental que o autor conceitualiza, por exemplo, o padrão exportador de especialização produtiva. Aqui, adotamos, de forma semelhante ao autor, o ciclo do capital como fundamento teórico-metodológico para observar as “pegadas” do capital. No entanto, no nosso caso o procedimento serve à indicação dos principais determinantes das relações de produção e circulação dos capitais *individuais* da grande burguesia interna que caracterizam a forma particular em que se movimentam esses capitais.

Nossa investigação é feita relacionando os aspectos de cada fase do ciclo do capital com os conceitos e categorias do padrão exportador de especialização produtiva e das leis tendenciais do capitalismo dependente – a *transferência de valor como intercâmbio desigual*, a *superexploração da força de trabalho* e a *cisão no ciclo do capital* - de modo a identificar as variáveis que nos servem à pesquisa.

O recorte temporal de investigação para as relações econômicas da grande burguesia interna no padrão exportador de especialização produtiva é de meados da década de 1990 até 2022, com algumas das variáveis pesquisadas em recortes mais curtos. Tais definições decorreram da disponibilidade de dados encontrados.

⁵¹⁵¹ (MARX, 2014);

Para o estudo desse conjunto de determinantes econômicos, adotamos como metodologia de pesquisa a investigação sobre dados financeiros, operacionais e trabalhistas de um conjunto selecionado de grandes grupos econômicos nacionais representativos da grande burguesia interna. Ou seja, adotamos como unidade de análise os capitais individuais. Por meio desse levantamento de dados sobre cada um dos momentos do ciclo do capital, chegaremos a conclusões a respeito da dependência da grande burguesia interna e de elementos de conflito que esta possui com o capital estrangeiro.

Essa opção metodológica nos coloca o desafio de selecionar de forma criteriosa esse grupo de capitais, de modo a identificar uma amostra representativa da grande burguesia interna. Propomos aqui que uma amostra relevante de capitais pertencentes a essa fração capitalista seriam as grandes empresas de capital predominantemente nacional beneficiárias das políticas de crédito e financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no intervalo temporal de 2004 a 2015 – um conjunto de grupos que denominamos, seguindo o termo convencionado no debate acadêmico, político e midiático, de *campeãs nacionais*. Conforme veremos, durante esse período, que corresponde a praticamente todo o intervalo dos governos do PT, o BNDES funcionou como um instrumento de política econômica privilegiado para parte importante da grande burguesia interna brasileira. Nesse ínterim, o Banco multiplicou sua dotação orçamentária⁵², resgatou aspectos desenvolvimentistas – existentes desde a origem da instituição e esvaziados na década de 1990 – com mudanças estatutárias, concentrou seus aportes em um grupo reduzido de grandes empresas de uma variedade de ramos de atividade econômica e em sua maioria formadas por capital predominantemente nacional e foi fundamental para a política de internacionalização de grandes empresas brasileiras⁵³. Foi, dessa forma, uma peça-chave para a política neodesenvolvimentista que favorecia a grande burguesia interna⁵⁴.

Terceira hipótese específica: As determinações vinculadas à dependência da grande burguesia interna apresentam, no padrão exportador de especialização produtiva, um caráter

⁵² Os desembolsos do BNDES aumentaram continuamente de 39,8 bilhões de reais em 2004 para 168,4 bilhões em 2010, sofreram uma baixa relativa em 2011(138,9 bilhões) e se recuperaram, alcançando 190,4 bilhões em 2014. A partir de 2015, sofrem uma vertiginosa queda e se reduzem a 55,3 bilhões em 2019, seguindo-se uma leve recuperação até chegar a 64,3 bilhões de reais em 2021(Fonte: BNDES). Ver Gráfico 6 no Capítulo IV;

⁵³ No ano de 2008, por exemplo, todas as 30 maiores multinacionais brasileiras (excetuando-se instituições financeiras) receberam empréstimos do BNDES e/ou tiveram participação acionária do Banco de forma direta ou em empresas controladas por elas. Essas empresas são dos ramos petrolífero, minerador, petroquímico, alimentício, de bebidas, de energia, siderúrgico, companhias aéreas, de telecomunicações, da construção civil, de papel e celulose, sucroalcooleiro e de produtos cosméticos (ALMEIDA, 2009);

⁵⁴ (BUGIATO, 2014; 2016; BOITO JR., 2018);

constante ou mesmo crescente, enquanto aquelas relacionadas ao conflito com o capital estrangeiro variam de acordo com aspectos da conjuntura política ou apresentam tendência declinante.

Analisamos nessa hipótese a correlação entre aspectos das relações políticas e econômicas da grande burguesia interna.

Propomos que aqueles determinantes das relações econômicas da grande burguesia interna vinculados a sua condição dependente do capital estrangeiro apresentam uma correlação menor com as mudanças ocorridas na sua movimentação política de acordo com as conjunturas. Esses determinantes apresentariam um caráter constante ou até crescente – ou seja, de aumento do grau de dependência do capital estrangeiro pela grande burguesia interna - ao longo do período investigado – 1990 a 2022 – enquanto sua movimentação política teria se caracterizado pela alternância de posições típica do movimento pendular.

Ao contrário, os determinantes das relações de produção ligados aos conflitos entre a grande burguesia interna e o capital estrangeiro apresentariam, senão um arrefecimento, uma correlação maior com sua movimentação política conjuntural: a sua maior incidência sobre o ciclo do capital dela coincidiria com os intervalos da conjuntura em que a grande burguesia interna teve seus interesses contemplados em maior medida pela política de Estado com a melhora de sua posição no bloco no poder.

A validação dessa hipótese específica apontará, na nossa compreensão, para a existência de uma hierarquia entre as determinações econômicas da grande burguesia interna, ponto em que chegamos a uma possível solução da nossa hipótese geral. Considerando a incidência mais longa e crescente das determinações da dependência do extrato do grande capital dessa fração burguesa em relação a suas determinações de conflito com o capital estrangeiro, dentro de um quadro mais aberto de possibilidades ligadas à conjuntura política, teremos um indicativo do caráter preponderante da dependência da grande burguesia interna brasileira, sobretudo tendo-se em conta que essas determinações são, elas mesmas, as determinações das formações econômico-sociais dependentes e da forma de reprodução do capital no padrão exportador de especialização produtiva brasileiro. Sob outra perspectiva, essa constatação nos demonstrará a amplitude relativa de um campo aberto a contradições da conjuntura, em que, ainda que estruturalmente dependente do capital estrangeiro, a grande burguesia interna pode assumir em momentos diversos uma movimentação de disputa e resistência a esse capital até certos limites, que estaria vinculada a condições particulares surgidas para a reprodução do seu capital.

Política e economia, teoria e prática

De forma breve, cabe defender em linhas gerais a relevância teórica e política da Tese que propomos para o debate de classes sociais.

Na perspectiva poulantziana, as classes sociais (e frações de classe) definem-se pelo seu lugar no conjunto da divisão social do trabalho - a qual compreende, além das relações de produção (econômicas), as relações políticas e ideológicas de dominação e as práticas econômicas, políticas e ideológicas (luta de classes). Assim, ao contrário da caricatura feita, sobretudo por antimarxistas, em torno da perspectiva marxista das classes, estas não se reduzem, nem mesmo podem ser identificadas, apenas por suas condições econômicas. As classes sociais e frações de classe detêm, sempre, também um lugar específico nas relações políticas e ideológicas de uma formação econômico-social. As distinções em torno da burguesia interna, burguesia compradora e burguesia nacional são exemplos notáveis desse aspecto. Sua conceituação requer que, à análise de suas relações de produção, sejam relacionados os elementos políticos e ideológicos que dão a essas frações um caráter particular – a ambivalência e fraqueza política da burguesia interna, a submissão da burguesia compradora e as virtuais tendências nacionalistas e anti-imperialistas da burguesia nacional.

Se isso é verdade, contudo, a análise do lugar das classes e frações nas relações econômicas ocupa uma posição de particular importância no seguinte sentido: as relações de produção, que determinam o processo de trabalho e constituem com ele o processo de produção, traduzem-se sob a forma de poderes de classe, ligados às relações políticas e às relações ideológicas. A existência econômica das classes e frações de classe é traduzida, necessariamente, em “práticas político-ideológicas materiais específicas” por meio de efeitos pertinentes, de modo que o lugar das classes sociais nas relações econômicas detém o papel principal em sua determinação e sua investigação oferece pistas sobre as características das relações e práticas estabelecidas nos níveis político e ideológico.

Embora constata-se a importância das relações econômicas para as classes sociais nessa perspectiva, consideramos que os estudos atuais sobre o tema no Brasil ainda devem avanços no exame do lugar da burguesia interna nas relações de produção e na relação que a determinação econômica estabelece, por efeitos pertinentes, para a explicação da sua fraqueza político-ideológica. Na nossa avaliação, autores ligados à escola poulantziana das classes sociais foram bem-sucedidos em identificar os efeitos da condição ambivalente da burguesia interna na sua atuação política e ideológica, motivo pelo qual, inclusive, a parte do nosso estudo voltado às relações políticas da grande burguesia interna brasileira se concentra na pesquisa

bibliográfica. Não obstante, colocam como tarefa para a apreensão do conceito dessa fração de classe o entendimento da forma que assumem suas relações econômicas, e, especialmente, de como a economia e a política se relacionam na sua determinação estrutural.

É sob essa perspectiva que consideramos que a Teoria Marxista da Dependência tenha aportes teórico-metodológicos de grande valia que nesse trabalho trazemos à tona. Na perspectiva desenvolvida pela TMD, é um equívoco considerar a posição subordinada que ocupam as formações “periféricas” ou dependentes como decorrente exclusivamente de elementos externos que “retardam”, “desviam” ou “impedem” a sua própria dinâmica. Ao contrário, a dependência sob essa perspectiva apresenta determinantes internos às formações econômico-sociais tanto no nível das estruturas econômicas, políticas e ideológicas como no das classes sociais e da luta de classes. Dessa forma, a TMD abre a possibilidade para uma agenda de pesquisa sobre estas últimas, e o faz expressamente na medida em que considera, como fator político e econômico fundamental para a reprodução da dependência, o caráter dependente das burguesias nessas formações econômico-sociais, a exemplo das interpretações sobre a “burguesia nacional” de Marini, Bamberger e Santos que mencionamos na primeira seção dessa Introdução.

Dessa forma, se a perspectiva poulantziana, conforme observamos, considera as dimensões da dependência e do imperialismo em suas análises ao observar o fracionamento da classe capitalista segundo sua inserção no sistema econômico internacional, a TMD, sob um viés teórico-metodológico, abre passagem à análise das classes sociais e frações enquanto grupos simultaneamente condicionados pela dependência e determinados pelas estruturas internas das formações econômico-sociais. É diante dessa aproximação teórica que procuramos, na presente Tese, abrir um diálogo entre a perspectiva da TMD e suas categorias e conceitos mais importantes e a perspectiva poulantziana das análises sobre as classes sociais e frações de classe no contexto da quadra atual do capitalismo brasileiro. Como acreditamos já ter evidenciado até aqui, tomamos essa opção por entender que, enquanto as análises brasileiras de inspiração poulantziana e o próprio pensamento de Nicos Poulantzas oferecem um formidável instrumental de análise para a apreensão das classes sociais e seus fracionamentos, do Estado e de suas relações em conjunturas concretas, a Teoria Marxista da Dependência nos desvela elementos e tendências que podem servir à apreensão de características fundamentais desses grupos no capitalismo dependente brasileiro atual.

Por fim, cabe uma observação voltada à prática política e à utilidade que este trabalho possa ter a esse respeito. A análise que realizamos, ao se concentrar no *lugar* designado à grande burguesia interna nas relações de produção da formação econômico-social brasileira e na sua

movimentação política característica relacionada a esse lugar, poderá servir ao entendimento de *limites estruturais* à atuação na luta de classes dessa fração da burguesia. Ou seja, de *determinações estruturais* que delimitam um quadro de possibilidades de alianças e enfrentamentos possíveis às organizações e partidos da classe trabalhadora. Cabe advertir, nesse sentido, que não é o intuito desse trabalho propor uma ou mais configurações de aliança ou frente específicas que devem buscar essas organizações na sua relação com outras classes. Para tanto, seria necessária a análise de um quadro mais amplo das classes e forças sociais – para além de uma fração burguesa – e dos cenários abertos a sua movimentação na conjuntura política atual, o que ultrapassa os limites dessa Tese. Almejamos que ela possa, entretanto, servir de subsídio a esse empreendimento, na exata medida em que tenha sucesso em apontar a delimitação estrutural na qual se inserem essas alternativas.

Divisão de capítulos

O presente trabalho está dividido em cinco capítulos, que manterão a mesma ordem na Tese.

No Capítulo I, realizamos apontamentos sobre as determinações gerais do capitalismo dependente no âmbito das relações de produção e do Estado. Discorremos sobre a categoria da dependência em sua tradição marxista e sobre as categorias que a subjazem e constituem tendências estruturais do capitalismo dependente. Expomos brevemente o debate sobre o Estado capitalista em geral e a crítica marxista, para em seguida apresentar algumas características e determinantes do Estado capitalista dependente.

No Capítulo II, dando continuidade e aproximando a análise do capitalismo dependente a um nível mais concreto, discorremos sobre a atual fase de globalização do capital, correspondente padrão de reprodução do capital das economias latino-americanas – o padrão exportador de especialização produtiva – e sua variante brasileira, e sobre os elementos que caracterizam a forma de Estado dependente neoliberal.

No Capítulo III, são estabelecidos conceitos da teoria poulantziana das classes sociais sobre os quais a perspectiva do estudo da grande *burguesia interna* brasileira se sustenta. Serão debatidos os conceitos de classe social, fração de classe, burguesia interna, bloco no poder e hegemonia política, buscando estabelecer um diálogo entre as formulações originais de Poulantzas e algumas contribuições mais recentes. Fazemos também algumas indicações da particularidade do conceito de burguesia interna nas formações econômico-sociais dependentes

No Capítulo IV, analisamos as relações políticas da grande burguesia interna sob o Estado dependente neoliberal brasileiro. Observamos as principais movimentações políticas

realizadas pela grande burguesia interna pautadas em sua relação com a política de Estado em suas variantes neoliberal ortodoxa e neoliberal desenvolvimentista, as quais traduzem uma conformação particular do bloco no poder e de sua relação com as classes populares.

No Capítulo V, analisamos as relações econômicas da grande burguesia interna. Na primeira parte do capítulo, introduzimos alguns dos aspectos principais da orientação assumida pelo BNDES no período neoliberal desenvolvimentista e apresentamos a amostra de grupos econômicos da grande burguesia interna – as chamadas campeãs nacionais - identificados entre os beneficiários dessa política. Na seção seguinte adentramos o instrumental teórico-metodológico do *ciclo do capital industrial*, elencando variáveis para a pesquisa da ambivalência da grande burguesia interna em cada uma das fases desse ciclo, e, em seguida, expomos e analisamos os resultados encontrados. Fechamos com as principais sínteses do estudo econômico, buscando construir os nexos com as categorias e conceitos expostos nos capítulos anteriores que contribuem para desvelar o caráter ambivalente das relações de produção da grande burguesia interna.

1 AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E O ESTADO NO CAPITALISMO DEPENDENTE

O capitalismo é caracterizado por um movimento eminentemente contraditório, no qual suas tendências mais ou menos elementares são contra-arrestadas por contratendências, em uma relação dialética cujo desdobramento não invalida, mas reafirma na particularidade suas determinações mais abstratas em mediação com outras mais concretas, o que implica na diversificação e complexificação da realidade social. Essa característica, quando da análise no nível das relações estabelecidas em um sistema mundial capitalista, coloca na centralidade da reflexão teórica a noção do desenvolvimento desigual do capitalismo. Com ele, categorias como imperialismo e dependência ganham vida, e sua consideração passa a ser necessária para o entendimento concreto da realidade social em que se dá a reprodução da vida e da riqueza material na sociedade da mercadoria – tornada desse modo sociedades diferenciadas entre si.

Nesse capítulo, analisamos as tendências mais gerais que orientam as relações de produção do capital nas economias dependentes, desdobradas elas próprias das leis da acumulação capitalista, as formas e alguns exemplos históricos de sua manifestação e algumas das determinações referentes ao Estado dependente. O sentido da nossa análise é, em primeiro lugar, desvelar elementos fundamentais ao entendimento da realidade social brasileira, sem o qual nossa análise sobre uma fração de classe no país em determinado período histórico, ao dispensar um ponto de vista da totalidade social, estaria prejudicada. Em segundo lugar, pretendemos que tais elementos constituam, para a nossa pesquisa, um aporte teórico-metodológico central. Mais precisamente, no que se refere às relações econômicas e políticas da grande burguesia interna brasileira, como teremos a oportunidade de destrinchar ao longo desse trabalho.

Ao colocarmos como escopo, para o primeiro momento dessa análise, as formações econômico-sociais dependentes, cabe advertirmos o seguinte: neste primeiro Capítulo, assim como em grande parte do Capítulo II, nossa exposição não fará referência exclusiva a tendências da formação econômico-social brasileira. Trataremos, de forma geral, de tendências observáveis para as formações latino-americanas, muito embora busquemos, quando possível, analisar suas formas de manifestação com exemplos brasileiros. É no decorrer na exposição desse trabalho como um todo que, aproximando-se de níveis mais concretos de análise, passamos então a tratar dos determinantes próprios ao Brasil, entendendo que esse método é o mais adequado para apreendermos certos elementos essenciais que, embora não sejam exclusivos da realidade brasileira, constituem-na enquanto uma formação que se encontra na periferia do capitalismo mundial.

Na primeira seção desse Capítulo, tratamos do surgimento e do embate teórico no qual se insere a Teoria Marxista da Dependência (TMD), corpo teórico ao qual nos filiamos nesse trabalho. Na segunda seção, introduzimos a categoria da *dependência*, segundo sua compreensão pela TMD, sua gestação conceitual, sua perspectiva teórico-metodológica e a possibilidade aberta por essa perspectiva ao estudo das classes sociais. Na terceira seção, dissertamos sobre as *leis tendenciais do capitalismo dependente* e suas *formas de manifestação*, buscando indicar as conexões que as constituem, pautar algumas contribuições que objetivaram seu aprimoramento teórico-categorial e trazê-las à luz das formas concretas que assume em seu funcionamento. Na quarta seção, sintetizo determinantes e características do Estado capitalista dependente, desde o nível mais elevado de análise do Estado capitalista em geral até as determinações particulares das estruturas políticas atravessadas pelas relações de dependência.

1.1 A Teoria Marxista da Dependência

As teorias articuladas em torno do paradigma da dependência foram formuladas inicialmente na América Latina entre as décadas de 1960 e 1970. Essas formulações, distintas em suas matrizes teórico-metodológicas, tinham em comum a colocação do problema do subdesenvolvimento da América Latina sob uma nova perspectiva, crítica às interpretações do nacional-desenvolvimentismo e às teses que dominavam os partidos comunistas latino-americanos à época. Após um período de grande influência na região, com boa parte das produções intelectuais realizadas a partir do México e do Chile onde seus formuladores se encontravam na condição de exilados políticos, esse paradigma foi marginalizado com os processos de redemocratização neoliberal da América Latina e a crise do movimento socialista. Contudo, nas primeiras décadas do século XXI, ele rompeu sua condição de exílio e vem em um processo de renovação e crescimento sob o esforço de novos pesquisadores e militantes alinhados à sua vertente radical e revolucionária, a Teoria Marxista da Dependência (TMD).

Em seu embate em torno da problemática do desenvolvimento e de sua divergência com as teorias desenvolvimentistas, sustentadas sob o nacionalismo metodológico⁵⁵, as teorias da dependência assinalavam que o desenvolvimento do capitalismo havia estabelecido não apenas uma desigualdade ou disparidade entre nações "desenvolvidas" ou "subdesenvolvidas" ou entre o "centro" e a "periferia", cuja correção de rumos no caso desta última em torno de heranças

⁵⁵ A ideia de uma "economia mundial como um agregado de economias nacionais independentes que se relacionam entre si, principalmente por meio do comércio" (MARTINS, 2011, p. 229);

históricas e grupos parasitários, assim como de aspectos da estrutura econômica tais quais a especialização produtiva, poderia colocá-las na trajetória de desenvolvimento trilhada pelos países centrais⁵⁶. As “desigualdades” do desenvolvimento, nas perspectivas da dependência, decorrem em essência da conformação de uma divisão do trabalho hierarquizada e constituída pela articulação de classes e grupos sociais que ultrapassam as fronteiras nacionais, mas que estão subordinadas à dominação política e ideológica e à acumulação de capital das classes dominantes dos países centrais.

Essa compreensão de subdesenvolvimento dos países da América Latina representou um salto teórico importante para o pensamento social latino-americano. Do ponto de vista da teoria do desenvolvimento, ela rompe com a noção de uma trajetória linear e universal cujo horizonte idealizado seria o grau de avanço das forças produtivas, bem como de condições políticas e sociais alcançados pelos países de capitalismo central. As estruturas chamadas “atrasadas” e “modernas” das economias periféricas são, a partir dessa inflexão, observadas em uma articulação entre as determinações da economia mundial e das formações econômico-sociais dependentes, bem como das classes sociais dominantes dessas formações. A inserção da América Latina no capitalismo mundial corresponde, dessa forma, a uma situação particular e distinta daquela apresentada no passado pelos países centrais, e o subdesenvolvimento aparece não como um momento pela qual as nações atravessam caracterizado por reminiscências *do passado*, mas como a situação própria do lugar ocupado pela região na divisão internacional do trabalho. Do ponto de vista da teoria das classes sociais, ela faz a crítica ao nacionalismo metodológico em sua apreensão das classes e grupos e incide diretamente na questão relevante aos partidos comunistas da “burguesia nacional”, ao desvelar as relações estabelecidas entre as classes dominantes latino-americanas e dos países centrais e a virtual inviabilidade de uma liderança nacionalista por estas últimas em prol de um processo de desenvolvimento capitalista sobre bases nacionais.

As teorias da dependência estabelecidas nesse período, partindo dessa visão convergente, apresentarão divergências de relevo quanto à interpretação de sua dinâmica, formas de desenvolvimento e alternativas políticas⁵⁷. É possível traçar duas vertentes daí conformadas: de um lado, a Teoria Marxista da Dependência (TMD), proposta por Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos; e, de outro, a teoria da dependência associada de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Há um aspecto teórico-metodológico distintivo da vertente revolucionária da dependência - a TMD - que a eleva a um grau mais elevado de

⁵⁶ Para uma análise em perspectiva das teorias do desenvolvimentismo e da dependência, ver (MARTINS, 2011);

⁵⁷ (MARTINS, 2011, p. 231);

compreensão do capitalismo dependente latino-americano sobre sua adversária da “dependência associada”⁵⁸. Essa teoria, ao investir de maneira profícua sobre a teoria do valor desenvolvida por Marx para apreender a particularização nas formações econômico-sociais dependentes das leis gerais das relações de produção capitalistas, caracterizada por um sentido particular em que operam dialeticamente as tendências e contratendências do capital⁵⁹, conseguiu trazer à luz as *leis tendenciais próprias das relações de produção do capitalismo dependente*. Aqui se situa um ponto fundamental, que demonstra, entre outros pontos, a grande contribuição teórico-metodológica dessa perspectiva, assim como o lugar que cabe a sua utilização no presente trabalho. Ao investir na análise da *reprodução do capital da grande burguesia interna brasileira*, são essas leis tendenciais – categorias da dependência - que utilizo como aportes metodológicos. Assim, considero que possuem uma funcionalidade teórico-metodológica ímpar e múltipla: aportes fundamentais para a apreensão das *tendências e contratendências* do capitalismo dependente no âmbito econômico, bem como para a análise do funcionamento do capitalismo dependente sobre recortes temporais e lugares geográficos específicos, sua contribuição também seria proveitosa para a apreensão das classes sociais e frações de classe do capitalismo dependente, na medida em que indicam elementos centrais para a compreensão de seu lugar nas relações de produção.

1.2 A categoria da dependência

A categoria da *dependência*, na TMD, é síntese de múltiplas determinações, tal qual todas as categorias no marxismo. Ela apresenta aqui uma formulação original, distinta (embora naturalmente devedora, em alguns casos) de significados dados ao termo em outras abordagens. As origens do termo no marxismo remontam a Lenin. Após a publicação de *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*, Lenin iria reformular o argumento apresentado nessa obra, segundo o qual a exportação de capitais haveria de trabalhar pela redução – de forma desigual e “por saltos” – dos desníveis de desenvolvimento das forças produtivas entre países imperialistas e

⁵⁸ Para uma análise comparativa sobre as vertentes da Teoria Marxista da Dependência, ver (MARTINS, 2011; KATZ, 2020; ROLEMBERG, 2023);

⁵⁹ Sobre esse aspecto do método da TMD, ver a noção de dialética negativa apresentada por (LUCE, 2018, p. 19 a 22);

países dominados⁶⁰. Priorizando a dimensão política do problema⁶¹, dentro da qual construía sua proposta anti-imperialista, o dirigente bolchevique esboçou em obras posteriores a noção de dependência para apontar a diferenciação entre nações opressoras e oprimidas, aprofundando elementos da sua análise sobre o imperialismo antes apenas tangenciados⁶².

O pioneirismo de Lenin no uso do vocábulo e da noção de dependência, contudo, ainda não lhe oferecia o status de categoria. Como analisa o historiador Mathias Luce:

não só o fenômeno que vislumbrava ainda não amadurecera todas suas tendências; também sua análise - e a apreensão de seu movimento interno mediante o conhecimento de suas diferentes conexões - precisaria do recurso da retrospecção histórica para se chegar a captar sua lógica imanente e sua historicidade no terreno de nossas sociedades. (LUCE, 2018, p. 206 e 207)

Luce indica alguns momentos posteriores que foram marcantes para o estabelecimento da noção de dependência antes de sua conceitualização no âmbito do marxismo pela TMD: a polêmica aberta pelo dirigente do Partido Socialista Equatoriano Ricardo Paredes no VI Congresso da Internacional Comunista, em 1926, contra a classificação dos países da América Latina como coloniais e semicoloniais em seus documentos oficiais, defendendo o uso do termo países dependentes em alguns casos; e a polêmica do peruano José Carlos Mariátegui com o Comintern e seu Secretariado Latino-Americano. Os debates travados dentro da esquerda nas décadas posteriores ocuparam um lugar prioritário para a formulação de uma nova categoria implicada em uma nova visão da América Latina. Esta luta, conforme já mencionamos, era travada sobre as teses oficiais dos partidos comunistas latino-americanos em torno da etapa “democrático-burguesa, antifeudal e anti-imperialista”, as quais defendiam a conformação de uma frente ampla dos setores populares com as burguesias nacionais. Recorda Marini: “Contra-pondo-se a isso, a ‘nova esquerda’ caracterizava a revolução como, simultaneamente, anti-imperialista e socialista, rechaçando o predomínio das relações feudais no campo e negando à burguesia latino-americana capacidade para dirigir a luta anti-imperialista”⁶³

Para os autores da nova esquerda marxista, em cujo seio surgiu a TMD, o subdesenvolvimento não era um pré-capitalismo ou falta de capitalismo. Era um

⁶⁰ Diz Lenin: “O capitalismo é a produção de mercadorias no grau superior do seu desenvolvimento, quando até a força de trabalho se transforma em mercadoria. O desenvolvimento da troca – tanto no interior do país como, em especial, no campo internacional – é um traço distintivo e característico do capitalismo. O desenvolvimento desigual, por saltos, das diferentes empresas e ramos da indústria e dos diferentes países é inevitável sob o sistema capitalista”(LENIN, 2012, p. 93); “ A exportação de capitais influencia o desenvolvimento do capitalismo no interior dos países em que são investidos, acelerando-o determinadamente” (LENIN, 2012, p. 96) A respeito da reformulação ou mudança de enfoque de Lenin, ver (BAMBIRRA, 1978, p. 46 a 53); (LUCE, 2018, p. 206) e (KATZ, 2020, p. 54 e 55);

⁶¹ (KATZ, 2020);

⁶² (LUCE, 2018, p. 206);

⁶³ (MARINI, 2011c, p. 64);

modo particular de manifestação das relações capitalistas. A nação não era um todo homogêneo, mas formada por antagonismos de classe. O imperialismo não era um fenômeno externo, mas que também fincava raízes em nossas sociedades. As burguesias internas não tinham uma vocação anti-imperialista, mas eram associadas e integradas – subordinadamente – ao poder das relações imperialistas. A luta anti-imperialista não poderia ser dissociada do enfrentamento ao capitalismo, mas somente seria encaminhada de maneira consequente enfrentando o inimigo imediato – a burguesia interna, o sócio menor do imperialismo – para poder encarar a batalha ulterior do antagonismo personificado pelos centros imperialistas. (LUCE, 2018, p. 208).

A categoria da *dependência*, na TMD, nasce da crítica à noção de subdesenvolvimento como ausência de desenvolvimento e da sobreposição acrítica que, na prática, se fazia da questão nacional à luta de classes pelas teses dos partidos comunistas latino-americanos. Pelo contrário, nas sociedades de capitalismo dependente, o imperialismo não é um elemento exclusivamente exógeno, portanto tampouco se trata de uma dependência “externa”, e a libertação nacional atravessa e implica a liderança dos trabalhadores em um processo revolucionário de caráter socialista. Subjazem a essa interpretação dois elementos fundamentais à apreensão da categoria: a *perspectiva de relação articulada e dialética entre o externo e o interno e seu lugar específico de conexão entre níveis de abstração e instâncias da totalidade social*.

Vejam os cada um deles. A dialética do externo e do interno é apresentada por Theotonio dos Santos como o método capaz de apreender a dinâmica em que as formações econômico-sociais se desenvolvem condicionadas pela internacionalização do capitalismo e determinadas a partir dessa relação com os seus elementos internos, produzindo novas objetivações. Nas nações latino-americanas, ela se manifestou inicialmente na formação de um capitalismo cujo dinamismo articulou-se ao exterior e condicionou as possibilidades de desenvolvimento industrial nos limites de uma orientação debilitada e distinta daquela observada nos países centrais – uma industrialização dependente e inorgânica⁶⁴. Essa dialética apresenta dois momentos fundamentais: o momento em que o externo se internaliza, *condicionando* a dinâmica das estruturas internas; e aquele em que logo se exterioriza, a partir da *determinação dos* elementos internos das estruturas sujeitas a esses condicionamentos. Como desdobramentos, temos a geração de *leis de movimento próprias*, as quais, no caso da América Latina, produzem e reproduzem as relações de dependência⁶⁵.

Conforme o autor,

⁶⁴ (SANTOS, 1991);

⁶⁵ (LUCE, 2018, p. 210);

A dependência, como se vê, não é uma relação de uma economia nacional autóctone com outra que a submete, mas sim uma relação básica que *constitui e condiciona* as próprias estruturas internas das regiões dominadas e dependentes. Por dependência entendemos, pois, uma situação econômica, social e política na qual certas sociedades têm sua estrutura *condicionada* pelas necessidades, pelas ações e pelos interesses de outras nações que exercem sobre ela uma dominação. O resultado é que essas sociedades se definem segundo a situação condicionante que dá marco ao seu desenvolvimento ou segundo as respostas que elas podem oferecer aos estímulos produzidos pela sociedade dominante. *A resposta final não está, entretanto, determinada por essa situação condicionante, mas pelas forças internas que compõem a sociedade dependente. É o caráter dessas forças internas que explica sua situação submissa, assim como sua capacidade de enfrentamento com os impulsos externos que a condicionam.* (SANTOS *apud* MARTINS, 2011, p. 230 e 231).

A dialética entre o externo e o interno abre caminho para visualizar a medida em que se deram, no processo histórico, as *diferenciações* entre as formações econômico-sociais latino-americanas. Na região, o desenvolvimento capitalista dependente não se deu de forma homogênea, pois não se trata de um processo determinado do exterior. Assim, por exemplo, Brasil, México, Argentina, Uruguai, Colômbia e Chile puderam contar historicamente com um nível de desenvolvimento industrial e tecnológico relativo mais elevado que o de outros países da região *devido à determinação de seus elementos internos*, cujas implicações sobre as estruturas políticas, ideológicas e as relações de classe também foram particulares⁶⁶. Essa percepção nos dá a noção da categoria da *dependência* como *elemento articulador dos níveis de abstração da economia mundial e das formações econômico-sociais, bem como das instâncias econômica, política e ideológica da totalidade social*. Ela permite discernir a forma como se articulam e os limites que competem aos níveis de abstração da realidade. Ao mesmo tempo, caracteriza-se como uma situação condicionante também do ponto de vista político. Assim, por exemplo, afirma Santos que

o que ocorre a nível econômico, retraduz-se igualmente no social e no político. A lógica de exclusão e de desenvolvimento raquítico das economias dependentes é a mesma que converte suas burguesias em simples ‘anões’, *que aspiram a um desenvolvimento completo, mas que se sacrificam prontamente ao capital internacionalmente hegemônico.* (SANTOS, 1991, p. 29 e 30).

⁶⁶ O estudo da tipologia da industrialização dependente de Vânia Bambirra (2019) demonstra como se deu esse processo. Mais a frente trataremos dessa questão;

1.2.1 Condição, determinação e classes sociais no capitalismo dependente

A categoria da dependência, presidida pela dialética do externo e do interno, nos oferece uma noção importante para a apreensão das classes sociais e frações de classe nas formações econômico-sociais dependentes. Ela se dá no discernimento dos aspectos da *condição* e da *determinação* que a constituem. A dependência é a situação em que: (a) as estruturas internas de algumas sociedades se veem *condicionadas* pela dinâmica da economia internacional estabelecida de acordo com o desenvolvimento e as contradições dos monopólios e Estados capitalistas dos países centrais; (b) as forças e estruturas internas dessas sociedades, operando em relação ao marco estabelecido pela situação condicionante, *determinam* a medida e a forma com que se dá a subordinação e/ou o grau de enfrentamento aos impulsos externos⁶⁷.

Ainda com Santos,

As palavras *condicionado* e *determinado* refletem conceitos precisos. Uma certa estrutura socioeconômica possui leis de movimento *determinadas* por seus elementos constitutivos e as relações que estabelecem entre si. Estes elementos explicam, em última instância, suas leis de movimento. Em termos dialéticos, todo fenômeno se move a partir de suas contradições internas que determinam e abastecem os marcos de possibilidade de suas ações. Contudo, os elementos internos que conformam uma realidade não esgotam, senão operam em determinadas *condições*, em um campo de ação que modifica seu funcionamento, permitindo o pleno desenvolvimento de certas partes, bloqueando o desenvolvimento de outras, agudizando ou reduzindo as contradições que as opõem, introduzindo novos elementos sobre os quais reagem os elementos internos, exigindo sua adaptação ou inclusive o rompimento das estruturas existentes. Na dialética entre estes elementos internos e o choque com uma formação socioeconômica superior, pode ocorrer, inclusive uma situação de impenetrabilidade, de resistência absoluta, que pode levar à destruição total das estruturas existentes e a sua substituição por outras diferentes.
(SANTOS, 1991, p. 21).

As classes sociais e as frações de classe têm seu lugar determinado pelas estruturas econômicas, políticas e ideológicas das formações econômico-sociais e definem-se nas lutas de classes. Como não poderia deixar de ser, nas formações econômico-sociais dependentes, as relações de submissão estabelecidas internacionalmente condicionam a sua existência. Entretanto, esse condicionamento não é o mesmo que determinação: a relação de dependência

⁶⁷ “Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida” (MARINI, 2011a, p. 134 e 135);

é uma relação dialética, na qual os próprios determinantes internos das classes sociais e frações de classe indicam seu lugar na divisão social do trabalho. Os elementos internos da relação podem e frequentemente entram em contradição com as condições estabelecidas, conformando a medida exata como as relações de dependência influem sobre cada classe e fração de classe.

Essa compreensão fornece subsídios para apreender o lugar das burguesias internas dos países dependentes. A ambivalência e fraqueza da burguesia interna em relação ao imperialismo expressa situações de compromisso - associação de capitais, acesso a crédito, compra de equipamentos e acesso a tecnologia, pagamento de fretes, etc. - que são determinações da reprodução de seu capital, assim como são as situações de conflito que conjunturalmente ela apresenta – o domínio de certos mercados e acesso a recursos do Estado, por exemplo. Contudo, trabalhamos com a hipótese de que ambas as determinações são objetivações que resultam de uma adaptação contraditória entre sua base de acumulação e a economia mundial hierarquizada – entre os elementos internos e os condicionamentos da economia mundial. Essa contradição será esmiuçada, à medida que avançemos na investigação da movimentação política e dos determinantes da reprodução do capital dessa fração de classe.

1.3 As leis tendenciais do capitalismo dependente

Em sua trajetória histórica, as transformações na economia mundial com o desenvolvimento das forças de produção condicionaram significativamente o centro do dinamismo da acumulação capitalista nos países latino-americanos, levando a mudanças importantes em seu funcionamento. Da segunda metade do século XIX ao início do século XX, seu núcleo estava nos setores primário-exportadores que carregavam consigo sistemáticas perdas no comércio desigual entre produtos primários e produtos manufaturados, em grande medida importados dos países centrais. Em alguns países - entre eles o Brasil⁶⁸ - inicia-se uma internalização da produção industrial já em fins do século XIX e início do século XX com a progressiva formação de um mercado interno de maior importância e uma relativa autonomia do processo de industrialização⁶⁹. Contudo, após o intervalo de duas guerras mundiais e depressão econômica que havia favorecido essa industrialização relativamente autônoma de parte dos países da região, as barreiras enfrentadas para sua continuidade - sobretudo em relação às necessidades de importação de bens de capital - e a recuperação econômica internacional gravitam o centro do dinamismo das economias latino-americanas (à exceção daquelas que não

⁶⁸ São os países Tipo A na tipologia de Bamberger (2019);

⁶⁹ Luce descreve esse momento “parabólico” de relativa autonomia (LUCE, 2018, p. 115 e 116);

passaram por um processo sistemático de industrialização) para a industrialização associada ao capital estrangeiro, caracterizada por um modo de circulação particular, baseado na separação entre esferas de circulação. Essa nova fase culmina, décadas depois, em um estágio de desenvolvimento monopólico do capital nas economias dependentes e de crise da economia mundial que serão a base para uma reconfiguração de sua inserção na divisão internacional do trabalho, caracterizada pela circulação de capitais e mercadorias e na especialização produtiva exportadora⁷⁰.

Em todas as suas fases, as relações de produção do capitalismo dependente latino-americano foram regidas por *leis específicas*, as quais, de acordo com as mudanças advindas da economia mundial e sua relação com os elementos internos das formações dependentes, mudaram as suas formas de manifestação *predominantes*. Mathias Luce explica que essas leis decorrem do sentido dialético das relações sociais sob o qual operam as leis gerais do capitalismo nas economias dependentes: nestas, as tendências que regem o sistema capitalista (desdobradas da lei do valor) não são contrapostas *no mesmo nível* a contratendências que resolvam momentaneamente a contradição posta. Assim, o que ocorre é uma agudização das tendências do sistema, a qual, pela via da repetição, engendra *novas leis tendenciais da economia dependente* que se retroalimentam⁷¹.

Que leis tendenciais são essas? A partir da obra dos clássicos da TMD – em especial Ruy Mauro Marini – Mathias Luce sintetiza o conteúdo e as formas das três leis tendenciais do capitalismo dependente: a *transferência de valor como intercâmbio desigual*, a *superexploração da força de trabalho* e a *cisão no ciclo do capital*. Nas próximas três subseções, utilizaremos como base o esquema e as divisões apresentados por este autor no seu livro *Teoria Marxista da Dependência – problemas e categorias – uma visão histórica* para a exposição de cada uma das leis tendenciais da TMD, bem como das formas como vem se manifestando nas formações econômico-sociais latino-americanas. A sistematização de Luce tem o importante mérito de buscar a essência e as conexões internas de cada uma dessas categorias, objetivo que também compartilhamos nesse Capítulo. Aqui, partimos dela para acrescentar mais alguns elementos e ilustrações. Vejamos.

⁷⁰ Veremos em mais detalhes essas reconfigurações mais adiante;

⁷¹ Luce apresenta a noção da *dialética negativa* que engendra esse movimento e expõe como a particularidade das leis daí advindas está em acordo com a lei do valor teorizada por Marx. Ver (LUCE, 2018);

1.3.1 A categoria transferência de valor como intercâmbio desigual

A categoria *transferência de valor como intercâmbio desigual* é, para a TMD, um primeiro determinante fundamental para se entender como se conforma e como se reproduz a condição de dependência. Podemos descrever, preliminarmente, essa categoria como a *apropriação por determinados capitais de uma quantidade de valor não produzida sob seu domínio e produzida em outra esfera de produção*, o que acarreta, para cada uma das esferas de produção envolvidas⁷², a “não-identidade entre a magnitude do valor produzido e a do valor apropriado”⁷³.

Para alcançarmos o sentido dessa definição, uma primeira aproximação deve ser feita em relação à dialética da lei do valor. Marini pontua, em seu clássico *Dialética da dependência*:

A expansão do mercado mundial é a base sobre a qual opera a divisão internacional do trabalho entre as nações industriais e as não industriais, mas a contrapartida dessa divisão é a ampliação do mercado mundial. O desenvolvimento das relações mercantis coloca as bases para que uma melhor aplicação da lei do valor tenha lugar, mas, simultaneamente, cria todas as condições para que operem os distintos mecanismos mediante os quais o capital trata de burlá-la. (MARINI, 2011a, p. 144).

O capitalismo mundial é uma totalidade contraditória. A sua reprodução se deu, desde a segunda metade do século XIX, com a ampliação das relações mercantis para além das fronteiras nacionais dos países centrais nos quais elas primeiro se estabeleceram, com a formação do mercado mundial. As relações mercantis são, por sua vez, fundamentadas em um nível mais elevado de abstração na troca de equivalentes, em que o valor é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário incorporado pelas mercadorias. Ocorre que, enquanto uma relação contraditória, a lei do valor se materializa pela via de sua afirmação e de sua negação, na medida em que, do ponto de vista dos capitais individuais, o momento de negação - a “violação” da lei do valor - é um mecanismo mediante o qual buscam auferir lucros extraordinários. A lógica dialética desse movimento assume feições particulares quando se trata das relações estabelecidas entre esferas de produção distintas. Nesse caso, em que assumem importância o monopólio tecnológico e as elevadas discrepâncias de capacidade produtiva entre

⁷² “Por esferas distintas de produção Marini quer dizer espaços produtivos que se especializam com distintos papéis na divisão internacional do trabalho e que se inter-relacionam no marco de uma mesma totalidade diferenciada hierarquicamente[...] O que está sublinhado é a existência de duas realidades distintas no âmbito do capitalismo, embora muito vinculadas[...] que também expressam por sua vez duas realidades contraditoriamente integradas de formações econômico-sociais, as quais influem e se veem afetadas de modo diferenciado na totalidade que é a economia mundial (LUCE, 2018, p. 30);

⁷³(LUCE, 2018, p. 31);

economias ou mesmo entre capitais de distintas esferas, o momento negativo da lei do valor prevalece, favorecido pela não apresentação de contratendências na mesma intensidade. Nas palavras de Marini,

Teoricamente, o intercâmbio de mercadorias expressa a troca de equivalentes, cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporam. Na prática, observam-se diferentes mecanismos que permitem realizar transferências de valor, passando por cima das leis de troca, e que se expressam na forma como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias. Convém distinguir os mecanismos que operam no interior de uma mesma esfera de produção (tratando-se de produtos manufaturados ou de matérias-primas) e os que atuam no marco de distintas esferas que se inter-relacionam. No primeiro caso, as transferências correspondem a aplicações específicas das leis de troca; no segundo, adotam mais abertamente o caráter de transgressão delas. (MARINI, 2011a, p. 144 e 145).

O movimento dialético da lei do valor está na raiz, portanto, das transferências de valor que ocorrem entre ramos, setores e economias nacionais. Entretanto, nessa passagem Marini já aponta que essas transferências não são da mesma qualidade de acordo com as esferas de produção em que ocorrem. No caso interno das economias dominantes, as transferências de valor - decorrentes da apropriação de mais-valor extraordinário de alguns capitais por outros – se encontram em alguma medida limitadas pelos mecanismos de compensação da lei de nivelamento da taxa de lucro⁷⁴. Nas economias dependentes, contudo, as transferências de valor para as economias centrais assumem mais diretamente a característica de “violarem” os mecanismos de nivelamento da taxa de lucro. Ou seja, assumem, segundo Luce, uma tendência negativamente determinada da dialética da lei do valor. Em ambos os casos, essas transferências acontecem pela apropriação de valor por determinados capitais não produzido pela força de trabalho sob sua propriedade. Entretanto, no caso de esferas de produção distintas (economias dependentes *versus* economias centrais, ou capitais das economias dependentes de mais baixa composição orgânica, vinculados prioritariamente à produção de bens necessários *versus* capitais de composição orgânica mais elevada e com maior grau de acesso a financiamento e tecnologia estrangeiros, vinculados em maior grau à produção de bens suntuários), essas

⁷⁴ “Sobre esta lei tendencial, [...] o capital é retirado de uma esfera com taxa de lucro menor e lançado em outra, que gera lucros maiores. Mediante essa constante emigração e imigração, numa palavra, mediante sua distribuição entre as diversas esferas, conforme em uma delas sua taxa de lucro diminua e, em outra, aumente, o capital engendra uma relação entre a oferta e a demanda de tal natureza que o lucro médio nas diversas esferas de produção torna-se o mesmo e, por conseguinte, os valores se transformam em preços de produção. O capital logra realizar em maior ou menor grau essa equalização quanto maior for o desenvolvimento capitalista num Estado-nação dado, isto é, quanto mais adequadas ao modo capitalista de produção se encontrem as condições do país em questão. Com o progresso da produção capitalista, desenvolvem-se também suas condições, e o conjunto dos pressupostos sociais no interior dos quais transcorre o processo de produção vai sendo progressivamente submetido a seu caráter específico e a suas leis imanentes” (MARX apud LUCE, 2018, p. 32);

transferências adotam um caráter *estrutural* - não contra-arrestado pela lei de nivelamento da taxa de lucro- cujo aspecto mais importante é a apropriação pelas economias centrais e capitais mais produtivos e internacionalizados de parte do valor produzido pelas economias dependentes e capitais com mais baixo ou nulo nível de integração produtiva às economias centrais ⁷⁵.

Isto posto, quais seriam e como operam os mecanismos apontados por Marini que estão na raiz das transferências de valor como intercâmbio desigual? Marini indica dois elementos: (a) a maior produtividade relativa dos capitais das economias dominantes e de capitais das economias dependentes integrados produtivamente aos centros capitalistas; (b) o monopólio da produção de determinados valores de uso por esses capitais. Em ambos os casos, as transferências ocorridas via preços - as quais, conforme veremos, desdobram-se em diferentes *formas* de transferência de valor – se dão a partir do estabelecimento do preço de produção entre diferentes setores de produção a nível internacional. O preço de produção reflete o preço contido nas mercadorias quando saem da fábrica⁷⁶. Ele é formado pelo capital investido pelas empresas mais o lucro médio estabelecido a partir da média das diferentes taxas de lucro dos capitais individuais. O preço de produção, embora não seja idêntico aos preços de mercado, é um elemento determinante para estes últimos, os quais são definidos de acordo *também* com a relação entre oferta e demanda. As empresas que detêm maior capacidade produtiva, ou o monopólio da produção de determinadas mercadorias, conseguem reduzir o valor individual de suas mercadorias ao reduzirem o tempo de trabalho de sua produção e vendê-las no mercado por um preço igual ou inferior ao preço de produção, mas superior a seu valor individual. Inversamente, aquelas menos produtivas produzem mercadorias a um valor individual superior à média, ao demandarem mais tempo de trabalho na produção das mesmas. Ao leva-las ao mercado, contudo, devem vendê-las, no máximo, por seu preço de produção, que é menor que seu valor individual. Como todo capital só pode se apropriar de um valor que é efetivamente gerado por meio do trabalho, isso significa que, no caso em que o valor não é produzido por elas próprias, as empresas com maior capacidade produtiva se apropriam do valor produzido pelas empresas de menor produtividade. Estamos diante de transferências de valor que, quando

⁷⁵ “Definitivamente, a lei do valor não é somente o valor-trabalho, mas este, os preços de produção e os preços de mercado. E o desdobramento da lei do valor apresenta sua determinação ontologicamente negativa, sendo simultaneamente a assunção e violação do intercâmbio de equivalentes. Quando o problema é colocado no seu terreno correto, vemos, pois, que a tendência ao nivelamento da taxa de lucro não se manifesta da mesma maneira na divisão internacional do trabalho. E que ocorrem transferências de valor, com a não-identidade entre a magnitude do valor produzido e do valor apropriado assumindo caráter de tendência recorrente, estrutural, sistemática, sem as mesmas contratendências contra-arrestando-a de mesmo modo como nas economias dominantes. Eis, aqui, um duplo aporte da TMD para o conhecimento da lei do valor e de seu funcionamento sob as relações engendradas pelo imperialismo, aportes os quais os críticos em questão não compreenderam à altura.”(LUCE, 2018, p. 83);

⁷⁶ Um exemplo esquemático do funcionamento desse mecanismo está em (CARCANHOLO; AMARAL, 2012);

operantes entre esferas de produção distintas, não são contra-arrestados tão diretamente pela contratendência da lei de nivelamento da taxa de lucro ao operarem sob determinações adicionais que engendram contratendências particulares.

Historicamente, as transferências de valor passaram a constituir um mecanismo central para o funcionamento do mercado mundial desde o pleno desenvolvimento das relações mercantis a nível mundial na segunda metade do século XIX, “sobre o fundamento da taxa de lucro média e o imperativo de romper sua barreira para alcançar o lucro extraordinário”⁷⁷. A inserção da América Latina em uma divisão internacional do trabalho baseada na especialização hierárquica como produtora de alimentos e matérias-primas foi marcada, a partir desse período, por diferentes *formas fenomênicas de transferências de valor* – como a deterioração dos termos de troca dos países da região, cujos preços dos produtos de exportação tinham uma tendência a queda relativamente aos bens manufaturados importados dos países centrais, significando na prática uma transferência de excedentes via preços no mercado⁷⁸. Mais tarde, com os processos de industrialização nos marcos da dependência, essas transferências ocorreriam entre economias industriais dependentes e avançadas e internamente às economias dependentes entre capitais com acesso a bens de capital e financiamento oriundos das economias com elevado nível de desenvolvimento das forças produtivas e capitais de mais baixa composição orgânica e menor grau de integração produtiva, geralmente voltados à produção de bens necessários.

1.3.1.1 Formas de transferência de valor como intercâmbio desigual

Os determinantes que constituem a categoria da transferência de valor como intercâmbio desigual, embora sejam fundamentais para entender a *essência* dessa categoria, não se confundem com as *formas* fenomênicas de manifestação dela na realidade. Estas últimas se apresentam por distintos mecanismos e dizem respeito às esferas comercial, financeira e tecnológica - “camadas da totalidade”⁷⁹ - em que se manifesta a dependência. Esferas que, embora concretamente estejam profundamente imbricadas, podem ser diferenciadas para fins analíticos.

Aqui tratarei das formas assumidas pelas transferências de valor nas economias dependentes. Antes, contudo, façamos uma breve menção sobre a relação entre *forma* e *essência*, que sustenta a compreensão de ambas. O entendimento dessa articulação e da

⁷⁷ (LUCE, 2018, p. 38);

⁷⁸ Ver seção “O segredo da troca desigual”, em (MARINI, 2011a);

⁷⁹ (LUCE, 2018, p. 48);

distinção, contradição e conexões entre elas está no centro do pensamento crítico e científico. Como coloca Reinaldo Carcanholo,

A essência precisa explicar-se a si mesma e precisa explicar a aparência também, sendo elas as duas caras verdadeiras do real. Precisa explicar por que, sendo a essência o que é, a aparência é diferente e muitas vezes justamente contrária, apesar de ser explicada totalmente por aquela. Um positivista não é capaz de aceitar que isso seja possível, mas um esforço de cada um de nós, com boa vontade e boa perspectiva ideológica, permite que superemos as limitações do nosso positivismo e logremos alcançar pelo menos alguns aspectos da dialética; permite que cheguemos a compreender pelo menos esse aparente contrassenso. (CARCANHOLO, 2013, p. 13).

O ponto de partida da produção do conhecimento de acordo com o método da economia política, segundo Marx na sua famosa *Introdução aos Grundrisse de 1857*, inicia-se necessariamente pela elaboração mental do “concreto real” - o mundo material e empírico realmente existente - o qual é representado mentalmente através da percepção imediata da realidade através dos sentidos – o concreto sensorial. É iniciando por ele que se pode realizar o processo de abstração, chegando-se a categorias progressivamente mais simples da realidade social – aquelas categorias com menos determinações. O estudo que parte das *formas* que *aparecem* imediatamente constitui o caminho necessário de ida do conhecimento científico. Ao se alcançar o nível mais abstrato, em que se identificam as determinações essenciais das categorias, “o concreto pensado é a essência do real em oposição à sua aparência. Portanto o produto da atividade intelectual - o concreto pensado ou teoria - é a representação da essência ou das conexões internas da realidade, que não é perceptível diretamente pelos sentidos, mas deve ser elaborada pela reflexão.”⁸⁰ A “viagem de retorno” das categorias mais abstratas às mais concretas – da essência às formas aparentes – é o que Marx entende como “o método cientificamente correto”. Trata-se de um retorno ao concreto - às mesmas formas de manifestação na realidade - desta vez “não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações”⁸¹. Ele ocorre por meio da vinculação de processos sinalizados nas abstrações com outros processos em uma trajetória que permite apreender progressivamente níveis de maior complexidade da realidade. O “concreto pensado”, a teoria,

aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. Na primeira via, a representação plena foi volatilizada em uma determinação

⁸⁰ (GERMER, 2003, p. 8 e 9);

⁸¹ (MARX, 2011, p. 47);

abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento.
(MARX, 2011, p. 47)

É a partir dessa noção do método dialético que se pode compreender a ponderação de Luce a respeito do estudo das *formas de transferência de valor como intercâmbio desigual*.

O tratamento analítico das *formas* específicas da *transferência de valor como intercâmbio desigual* consiste de uma aproximação correta, porque é a partir das formas que podemos entrever tendências e fazer a apreensão de processos que apresenta regularidades. Cabe ao pesquisador descobrir como *essência* e *formas* se relacionam, buscando com rigor metodológico o estudo crítico das formas aparentes para, assim, ir além da superfície dos fenômenos em que se encontram os dados econômicos referenciados em preços e divisar o que está acontecendo do ponto de vista do valor, até chegar às unidades mais simples do movimento do real.

(LUCE, 2018, p. 51)

Luce observa quatro formas para a transferência de valor como intercâmbio desigual: a) a deterioração dos termos de intercâmbio; b) o “serviço da dívida” (as remessas de juros); c) as remessas de lucros, royalties e dividendos; e d) a apropriação de renda diferencial e de renda absoluta de monopólio sobre os recursos naturais. O autor aponta que as formas da deterioração dos termos de troca e das remessas de lucros, royalties e dividendos ocuparam mais a atenção dos fundadores da TMD, devido a serem estas as formas predominantes nos anos 1960 e início dos anos 1970 e por estarem, especialmente no caso da primeira, no centro do debate da teoria do desenvolvimento quanto às razões dos preços deprimidos das exportações latino-americanas no mercado mundial. Contudo, esse fato não é impeditivo de aproximações e aprofundamentos nas demais formas que historicamente se manifestaram e que hoje assumem grande importância. Luce sintetiza cada uma delas:

A *deterioração dos termos de intercâmbio* expressa mais diretamente a dependência comercial: as economias dependentes produzem valores de uso cujos preços de mercado sofrem baixas tendencialmente maiores que os preços dos bens produzidos pelas economias dominantes; o *serviço da dívida* expressa mais diretamente a dependência financeira: as economias dependentes, ao não possuírem moedas fortes, nem determinarem os fluxos financeiros internacionais, contraem relações de subordinação não somente frente à função dinheiro-mundial, mas frente à própria função capital-dinheiro em sentido mais geral; as *remessas de lucros, royalties e dividendos* expressam mais diretamente a dependência tecnológica: ao não disporem ou não controlarem as tecnologias e os meios de produção necessários para uma série de mercadorias produzidas, as economias dependentes são subsumidas a relações que implicam transferências negativamente determinadas de valor em seu desfavor; a *apropriação de renda diferencial e de renda absoluta de monopólio* por parte de capitais de economias imperialistas sobre os recursos naturais das economias dependentes expressam mais diretamente o intercâmbio de não-equivalentes

inclusive no próprio terreno em que estas últimas possuem maior riqueza com seus diferenciais de fertilidade natural da terra/das riquezas naturais.
(LUCE, 2018, p. 51 e 52)

Detenhamo-nos um pouco mais nos determinantes e em alguns exemplos concretos de manifestação de cada uma dessas formas.

Deterioração dos termos de troca

A deterioração dos termos de troca significa a baixa tendencial dos preços das exportações em relação às suas importações. Podemos descrevê-la da seguinte forma: com a mesma receita de exportações, a economia consegue comprar cada vez menos produtos importados, como máquinas, equipamentos e insumos industriais. Esse fenômeno foi descoberto e analisado primeiramente pelos expoentes do pensamento nacional-desenvolvimentista ligados à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), como Celso Furtado e Raúl Prebisch. Furtado, por exemplo, observava em *Formação Econômica do Brasil* o declínio dos preços das exportações brasileiras nos períodos compreendidos entre 1821-1830 e 1841-1850, levando a uma queda nos termos de intercâmbio de 40%⁸². Já Raul Presbisch apresentava no texto de 1949 da Cepal intitulado *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas* uma tendência praticamente constante à baixa dos termos de intercâmbio latino-americanos no vasto período entre 1876 e 1947, com a perda de 40% do poder de compra das exportações da região entre o último quartel do século XIX e o decurso da década de 1930⁸³. Estes autores explicavam a deterioração dos termos de troca a partir de fatores oriundos da esfera da circulação, do comportamento dos preços e das relações de propriedade predominantes nas economias latino-americanas: a baixa elasticidade-renda da demanda por produtos primários em relação aos manufaturados, além da estrutura fundiária e do nível de organização dos trabalhadores das economias nacionais que deflacionavam o preço do "fator de produção" trabalho⁸⁴.

Como vimos, Marini avançou na compreensão do fenômeno na medida em que ultrapassou a observação de sua forma aparente (preços) e caminhou em direção à essência da categoria por trás do fenômeno, localizada nos determinantes da produção e apropriação do valor na economia mundial. Os diferenciais de produtividade e o monopólio tecnológico

⁸² (FURTADO apud LUCE, 2018, p. 53);

⁸³ (PREBISCH, 2000, p. 81);

⁸⁴ Para uma síntese desses argumentos, ver (Martins, 2011, p. 218 e 219). Ver também (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 15 a 29);

cristalizavam na economia mundial e no interior das economias dependentes a separação entre produção e apropriação do valor, com os capitais dos países centrais e os dos países dependentes associados a eles apropriando-se de valor produzido sob o jugo dos capitais de menor composição orgânica. A não-identidade entre produção e apropriação do valor traduz-se, na esfera comercial, na deterioração dos termos de troca das economias dependentes.

A forma da transferência de valor pela deterioração dos termos de troca continuou a se manifestar na maioria dos países latino-americanos entre a década de 1950 e 2008, segundo dados também compilados pela Cepal⁸⁵. No caso do Brasil, essa deterioração atingiu níveis exacerbados, resultando em uma queda de mais de 40% no período. Alguns dos países da região tiveram termos positivos, de modo que, para o agregado de toda a América Latina, os termos de intercâmbio foram positivos em 11,1%. Contudo, os seis países que apresentaram termos positivos em proporção relevante nesses 60 anos são economias exportadoras de petróleo - que conta com preço especial de mercado – ou de outros minerais metálicos menos suscetíveis a desvalorizações no mercado internacional, enquanto oito países latino-americanos apresentaram deterioração dos termos acima de 20% e quatro acima dos 40%. Luce pondera ainda os efeitos das altas conjunturais dos preços do petróleo na década de 1970 e do preço das *commodities* na década de 2000 alavancados pela demanda chinesa. A análise dos dados demonstra, dessa forma, a tendência existente nas últimas décadas à deterioração dos termos de troca, dentro da qual as exceções confirmam a regra.

Remessas de juros

O poder do capital fictício e o problema decorrente da dívida estão no centro das questões que devem ser enfrentadas pelos trabalhadores dos países dependentes nesse início de século XXI, quando a valorização financeira assumiu proporções colossais que reconfiguram o funcionamento da economia mundial e acarretam implicações particulares para as economias inseridas no elo fraco do desenvolvimento desigual. Enquanto um problema relacionado à agudização da separação entre produção e apropriação do valor, ele também se refere a uma modalidade específica de transferência de valor: os pagamentos de juros - ou serviço da dívida - que fluem das economias dependentes para as economias centrais.

É bem verdade – importante salientar – que não se trata essencialmente de algo recente no capitalismo. Já em meados do século XIX, no período de formação do mercado mundial,

⁸⁵ (CEPAL, 2009);

Marx identificara o potencial de alavancagem da dívida pública para a acumulação capitalista e uma série de fenômenos correlatos referentes ao “sistema da dívida”, este último descrito por Luce como “a imbricação entre mercado de crédito e títulos, a subjugação de países e povos inteiros ao imperativo da acumulação privada subordinada ao manejo de uma política fiscal e voltada para a remuneração dos capitalistas detentores dos títulos da dívida, expressando o vil poder do dinheiro”⁸⁶.

Já naquela época, ou seja, o período de formação do mercado mundial, fenômenos como: o do capital fictício - sob a duplicação do dinheiro em títulos, que representam direitos sobre dinheiro, a conversão de dinheiro improdutivo em veículo de valorização financeira; o sistema internacional de crédito como um fim em si mesmo – um sistema de financiamento que não está necessariamente interessado no que irá financiar e sim na magnitude dos ganhos mediante valorização financeira; a imbricação entre a lógica da dívida e a política fiscal (arrecadação e gastos públicos), colocada a seu serviço; o sistema tributário como complemento ou a outra face do sistema de empréstimos; a reprodução ampliada deste sistema – o mecanismo que o perpetua e autorreproduz; a transformação dos bens e recursos públicos em capital e a consequente expropriação das massas para alimentá-lo etc. eram divisados por Marx como uma tendência essencial no desdobramento do mercado mundial. (LUCE, 2018, p. 58)

Esses aspectos se ampliaram e assumiram um papel central na acumulação capitalista contemporânea, com efeitos particulares nas economias dependentes. Nestas, não obstante, o serviço da dívida funciona desde o século XIX como uma forma relevante de transferências de valor. Nesse quesito, Luce seleciona uma série de indicadores que expressam por diferentes ângulos a importância histórica e atual do serviço da dívida⁸⁷. São eles:

a) A contratação de empréstimos desde o momento inicial das independências dos países latino-americanos para pagamento de vultosas indenizações às ex-metrópoles ou para a compra de armamentos destinados à guerra de independência;

b) A alta proporção de empréstimos contratados pelos países latino-americanos para refinanciamento da dívida externa já na segunda metade do século XIX, indicando a reprodução ampliada desse mecanismo e a persistência de longa data dessa forma de transferência de valor;

c) A existência de “cinco ou seis” ciclos de endividamento da América Latina de acordo com o apontamento de autores dedicados ao tema, os quais compreendem o intervalo desde as independências até o presente⁸⁸;

⁸⁶ (LUCE, 2018, p. 57);

⁸⁷ Ver (LUCE, 2018, p. 60 a 63);

⁸⁸ “Com uma ou outra diferença de caracterização, são apontados: a) o ciclo das independências; b) o ciclo das primeiras décadas da segunda metade do século XIX; c) o ciclo do último quartel do século XIX; d) o ciclo dos anos 1920; e) o dos anos 1970 e 1980; f) o dos anos 1990 até o presente” (LUCE, 2018, p. 61);

d) A posição ocupada pelo serviço da dívida, desde a segunda metade dos anos 1970, como a principal modalidade de transferência de valor, considerando como modalidades, além de pagamento de juros e amortizações da dívida externa, as perdas nos termos de intercâmbio, remessas de lucros líquidos de investimentos diretos, transferências unilaterais e outros capitais a curto prazo (dados até 1996);

e) A transferência negativa líquida⁸⁹ sobre a dívida da América Latina e Caribe (dados de 1996 a 2002, Luce afirma que tendência segue em voga até a atualidade);

f) A correlação inversamente proporcional entre o orçamento para o serviço da dívida e as áreas de saúde e educação, na comparação entre Colômbia, Equador, Brasil e Argentina (2012), indicando as consequências dessa saída de riqueza para a dinâmica interna das economias dependentes.

Esses dados são eloquentes na indicação da dependência financeira que atravessa a história do capitalismo latino-americano. Não obstante, embora Luce caracterize a essência do sistema da dívida e aponte alguns de seus fenômenos correlatos em uma perspectiva abrangente do problema, o autor foca seu resgate histórico em elementos relacionados à dívida *externa* dos países latino-americanos, deixando de lado o endividamento interno e a relação estabelecida entre ambos na operação de transferências de valor. Esse aspecto é relevante em especial devido: a) às formas assumidas para reprodução do capital na atualidade, na medida em que a fase de mundialização torna nebulosas e muitas vezes enganosas algumas das fronteiras que separam efetivamente as dívidas tomadas com capitais estrangeiros e nacionais dos países dependentes, na esteira dos processos de desregulamentação dos fluxos de capitais e do imenso volume de capital fictício que se reproduz em uma escala sem precedentes nessas economias sobre os mercados de títulos públicos e ações; b) ao caso brasileiro, em particular, pois na história econômica recente do país foi implementada uma política de conversão de parte da dívida externa brasileira em dívida pública interna, com o pagamento no final de 2005 pelo governo Lula dos empréstimos tomados junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

No Brasil, a partir dos anos 1990, são tomadas medidas de liberalização financeira que permitem uma mudança no perfil dos empréstimos e aplicações financeiras estrangeiras, dando passagem à liberdade do capital estrangeiro para aplicações em bolsa de valores e títulos da

⁸⁹ “Esse indicador mensura a diferença entre, de um lado, a soma do serviço da dívida (pagamentos anuais de juros mais o principal) com as remessas de lucros das multinacionais e, de outro lado, as entradas brutas anuais (doações, empréstimos e investimentos oriundos dos países credores)” (LUCE, 2018, p. 61);

dívida interna⁹⁰. Com essas mudanças, consolidadas em uma nova dinâmica de acumulação nas últimas décadas, os títulos da dívida pública interna brasileira podem estar nas mãos de investidores estrangeiros, assim como capitalistas nacionais ganham melhores condições de se apresentarem como intermediários de relações com o exterior em que remetem parte dos juros acumulados com títulos da dívida interna para pagamento de empréstimos estrangeiros.

A definição de “dívida interna” é o empréstimo em moeda brasileira (real). Porém, os investidores estrangeiros podem trazer seus dólares ao Brasil, que são trocados por reais pelo Banco Central. Com reais, estes investidores investem no país (principalmente comprando títulos da dívida interna). Após ganharem os juros e serem reembolsados pelo governo brasileiro, trocam livremente seus reais por dólares e enviam seus lucros para o exterior.

Esta entrada de capitais financeiros permitiu o financiamento da política de abertura comercial no Brasil, a partir da segunda metade dos anos 90. As altas taxas de juros estabelecidas internamente estimulavam as empresas – especialmente os bancos nacionais a tomarem empréstimos no exterior (que possuíam juros mais baixos), para comprar os títulos da dívida interna. Ao mesmo tempo, investidores estrangeiros traziam seus dólares ao país para emprestar reais (moeda brasileira) ao governo.

(ÁVILA, 2007, p. 47)

Ademais, em 2005, o governo brasileiro tomou a decisão de quitar as dívidas contraídas com o FMI. Para tanto, o Banco Central (BC) precisou comprar uma grande quantidade de divisas no mercado, disponíveis na conjuntura de aumento das receitas das exportações e dos fluxos de capitais. Como tentativa de neutralizar um virtual processo inflacionário dessa operação, devido à expansão da base monetária, o governo emitiu títulos da dívida interna em igual valor. Essa operação estava inscrita dentro de um mecanismo mais amplo de endividamento ligado à entrada de captais estrangeiros. Paulo Nakatani descreve seu funcionamento:

O ingresso de capitais estrangeiros, independentemente de sua forma ou de seu destino, a acumulação real ou a especulação, deve ser convertido em moeda nacional antes de sua utilização final. Os fluxos de entrada e saída de capital mais a receitas e gastos com exportações e importações de mercadorias e serviços e as remessas de rendas vão constituir o grosso dos negócios que o Banco Central registra como Operações do Setor Externo. Assim, o ingresso de capitais estrangeiros, o crescimento da dívida externa, e a balança comercial, de serviços e de rendas, quando positivas, obrigam o Banco Central a comprar divisas emitindo moeda, e, em consequência, expandir a dívida interna em títulos para restringir a expansão da base monetária. Esse mecanismo tornou-se mais importante com o processo de desnacionalização e de abertura dos mercados de câmbio das economias subdesenvolvidas, pois o aumento significativo de remessas de juros, lucros, dividendos e ganhos de capital obriga o Estado a impulsionar políticas mercantilistas visando à obtenção de divisas para garantir

⁹⁰ Momento marcante nesse íterim foi a mudança realizada em 1992 que facilitou a remissão de dólares ao exterior por qualquer agente, bastando o depósito de recursos em moeda doméstica na conta de uma instituição financeira não-residente. Sobre isso, ver (PAULANI, 2008, p. 96);

esses pagamentos e a manter um volume elevado de reservas como condição para a “governabilidade”.(NAKATANI, 2007, p. 23)

Conseguimos, portanto, visualizar o seguinte: por um lado, a entrada de capitais estrangeiros por diferentes formas, entre elas o endividamento externo, é *também* um fator de endividamento interno pela via da emissão de títulos da dívida pública interna para controle da base monetária⁹¹; por outro, as operações cambiais para o pagamento da dívida externa são um caso particular do fenômeno, que ocasiona esse efeito de injeção monetária e leva à necessidade de controle da base monetária pela via do aumento da emissão de títulos. Considerando-se que parte importante dos títulos da dívida pública interna são de propriedade de capitais estrangeiros ou intermediários, fica evidente como os mecanismos de funcionamento da dívida pública interna *conectam-se* com o capital estrangeiro e sua forma de dívida externa, em uma cadeia cujo desdobramento são os aumentos das transferências de valor, embora estejam escamoteados na superficialidade dos fenômenos.

Remessas de lucros, royalties e dividendos

As remessas de lucros, royalties e dividendos estão relacionadas mais diretamente ao investimento externo nas economias dependentes. Esse investimento nas economias latino-americanas, no bojo da fase imperialista do capitalismo, teve diferentes origens e destinações ao longo do tempo. Num primeiro período, predominaram os investimentos ingleses em ferrovias e empréstimos externos. Na virada do século XIX para o século XX, cresce a participação de capitais estadunidenses, franceses e alemães e sua destinação volta-se, sobretudo, à extração e processamento de matérias-primas. Desde meados do século XX, crescem em escalada os investimentos estadunidenses na indústria manufatureira. A partir desse período que as transferências de valor mediante remessas de lucros assumem uma proporção considerável⁹². Quanto às remessas de *royalties*, sua ocorrência está estreitamente ligada à dependência tecnológica, na medida em que se tratam de direitos econômicos ligados à

⁹¹ Ainda sobre esse mecanismo, nas palavras de Amaral (2012), “na medida em que um aumento nas reservas internacionais implica igual aumento na quantidade de moeda doméstica em circulação (ou igual aumento na liquidez doméstica), a estratégia de acúmulo de reservas conduz automaticamente a uma ampliação do endividamento público interno nas economias periféricas por conta da necessidade de esterilizar o impacto inflacionário ocasionado pelos fluxos de capitais externos (PAINCEIRA, 2011, p. 61). Para tanto, faz-se uso de uma política de enxugamento da oferta de moeda através da colocação de títulos públicos no mercado, algo que está em plena harmonia com as exigências de estabilidade monetária impostas às economias periféricas por órgãos como o FMI e o Banco Mundial e por elas abraçadas através da adoção de uma política macroeconômica ortodoxa em cujo núcleo principal está o regime de metas de inflação”;

⁹² (LUCE, 2018, p. 63 e 64);

utilização de tecnologias não disponíveis nos países dependentes, sobretudo meios de produção produzidos nas economias centrais.

A mudança de perfil dos investimentos externos acompanhou as mudanças que ocorreram na economia mundial ao longo do período, assim como se relacionaram com as determinações internas das formações econômico-sociais latino-americanas, correspondendo aos diferentes padrões de reprodução do capital que se estabeleceram na região. Assim, a forma de transferência de valor pelas remessas de lucros, royalties e dividendos estabelece-se de maneira relevante sob o padrão de reprodução do capital industrial em sua etapa de integração ao capital estrangeiro, diante da expansão acelerada do setor de bens de capital das economias centrais – as quais recorrem à expansão do investimento industrial externo - e a inviabilização do padrão agromineiro exportador na América Latina. Desde então, essa forma não mais perdeu importância entre as transferências de valor que assolaram as economias dependentes latino-americanas. No Brasil, por exemplo, a partir de 2006, as remessas de lucros e dividendos superaram pela primeira vez em décadas as remessas de juros ao exterior⁹³.

Para embasar empiricamente o fenômeno das remessas de lucros, royalties e dividendos, Luce analisa os dados recolhidos pelo estudo de Orlando Caputo e Roberto Pizarro sobre a entrada e saída de capitais das corporações estadunidenses entre os anos de 1946 e 1967 na América Latina recolhidos a partir dos livros contábeis dessas empresas. Estes autores, integrantes do rol de pioneiros da TMD, estabelecem uma metodologia capaz de identificar dados desagregados das novas entradas de capitais, lucros reinvestidos e transferências de lucros para os EUA, ultrapassando os limites muitas vezes colocados pela agregação de dados de contabilidade nacional que não permitem entrever as diferenças entre capitais individuais operantes em uma mesma unidade nacional. Luce constata dois indicadores:

a) a proporção relevante de lucros reinvestidos pelas empresas multinacionais em relação às novas entradas de capital, indicando o peso importante da apropriação de valor extraído das economias dependentes a partir de investimentos estrangeiros iniciais;

b) O valor superior das remessas de lucros em relação à soma das entradas e dos lucros reinvestidos durante praticamente todos os anos;

A tendência detrás desses indicadores torna-se, assim, evidente. A acumulação capitalista pela via do reinvestimento dos lucros do capital estrangeiro faz multiplicar a apropriação da riqueza gerada internamente, a qual é remetida em maior monta às economias

⁹³ (GARAGORRY, 2007, p. 246);

centrais em um movimento de descapitalização das economias dependentes. Trata-se de um aspecto contraditório iluminado por Theotonio dos Santos:

Observamos, portanto, que a entrada de capitais estrangeiros guarda um caráter contraditório: ao mesmo tempo que supre as necessidades de um capitalismo que não tem condições de realizar a acumulação e concentração de capitais necessários para os grandes investimentos, e que depende da compra de máquinas, matérias-primas e *know-how* estrangeiros para instalar suas indústrias, exige, em troca dessa complementação de recursos, o monopólio da produção e remete elevados lucros, *royalties*, etc., transformando-se em um fator de descapitalização e um tentáculo sobre o próprio capital formado internamente. Tal contradição limita as possibilidades de desenvolvimento dos países atrasados como o Brasil, que dependem deste capital para desenvolver-se dentro do regime capitalista. Ao mesmo tempo, não há esperança alguma de que tais remessas diminuam, porque elas são a própria condição do investimento em uma economia baseada no lucro.(SANTOS, 2018, p. 155).

Carlos Eduardo Martins aponta o caráter cíclico das remessas de capitais na América Latina até o início do século XXI. Considerando as remessas de juros, lucros e serviços não fatoriais, o autor observa como, entre 1956 e 2009, períodos expansivos de maior entrada de capital estrangeiro em relação às remessas são sucedidos por períodos recessivos em que a relação oposta prevalece, com esta última abrindo uma larga vantagem sobre a primeira. Entre 1999 e 2009 as remessas de capitais bateram o recorde de mais de um trilhão de dólares. Mais que o dobro das entradas de capital no período de 522 bilhões de dólares⁹⁴. Considerando os montantes de todo o período de 1956 a 2009, as remessas superaram as entradas de capitais em 785 bilhões de dólares. Constata-se por esses dados uma colossal transferência de riqueza, cujos efeitos descapitalizadores sobre as economias dependentes fazem-se sentir nas deficiências de desenvolvimento industrial e no recurso à superexploração do trabalho como mecanismo de compensação.

Apropriação de renda diferencial e de renda absoluta de monopólio

A condição da América Latina de região abundante em recursos naturais faz dela uma região privilegiada para a geração de renda da terra sob diferentes formas. A teoria da renda da terra foi estudada por Marx no Livro III de O Capital. Conforme descreve Luce:

Marx expõe que a renda da terra assume diferentes formas funcionais, conforme as circunstâncias e relações implicadas. São elas: renda absoluta, renda de monopólio, renda diferencial I e renda diferencial II. A renda absoluta diz

⁹⁴ (MARTINS, 2011, p. 248 e 249);

respeito à propriedade do solo. Ela se expressa como renda absoluta de monopólio quando se dispõe do controle monopolista de determinado terreno ou recurso natural. A renda diferencial consiste daquela forma de renda em comparação à terra marginal, ao terreno menos fértil. Esta forma de renda é observada no âmbito da concorrência intercapitalista e é alcançada quando um terreno opera com produtividade superior à da terra marginal, a qual atua como critério de comparabilidade. A renda diferencial pode existir mediante duas modalidades distintas: renda diferencial I, quando se gera maior *quantum* de riqueza com base em uma maior fertilidade natural da terra; e renda diferencial II, quando riqueza superior é gerada graças a uma aplicação de capital constante, potencializando a extração de fertilidade da terra. A renda diferencial é um dos métodos para a obtenção de lucro extraordinário, junto com a mais-valia extraordinária e, também, a aceleração do tempo de rotação do capital.
(LUCE, 2018, p. 68)

A questão colocada quanto à teoria da renda da terra sob o prisma das transferências de valor como intercâmbio desigual diz respeito a quem se apropria da renda diferencial em suas diferentes modalidades e da renda absoluta de monopólio geradas nas economias dependentes. Como Luce coloca,

“se, na sua origem, a renda diferencial não constitui em si valor, a sua transformação em riqueza capitalista faz dela produto de valor, ao se converter em mais-dinheiro ou dinheiro acrescentado. Assim, os recursos naturais abundantes da América Latina – e do conjunto do mundo do capitalismo dependente – fazem dela região com enorme potencial gerador de renda diferencial. Mas a apropriação dessa renda é outra questão que precisa ser respondida”
(LUCE, 2018, p. 70 e 71)

O autor traz alguns exemplos para ilustrar como se configurou historicamente essa apropriação. As firmas estrangeiras que intermediavam a exportação de café brasileiro no final do século XIX e início do século XX lucravam com o diferencial de preços proporcionado por uma ampla oferta, a qual continha riqueza extraída da terra que é portadora de renda. Os exportadores conseguiam se apropriar da renda da terra em detrimento dos fazendeiros-cultivadores. Caminhando para um exemplo atual, a mineradora Vale, ao controlar minas de minério de ferro de alto grau de pureza e por meio da implementação de investimentos que elevam a capacidade produtiva na extração de minérios, tem renda diferencial I e II gerada. Contudo, parte da renda do minério de ferro flui para remunerar acionistas privados da Vale e para pagar o capital constante importado, indo parar fora do país. Por fim, como um exemplo de apropriação de renda absoluta de monopólio, Luce cita o caso do Canal do Panamá. As receitas advindas do controle desse canal fluíram em grande monta para os Estados Unidos enquanto estes detiveram o controle da região, por 85 anos, até a devolução de sua soberania ao Panamá em 1999. Tratou-se, nas palavras do autor, de “transferência de riqueza entre a renda gerada e o *quantum* dela apropriado, no contexto da *realização internacional da propriedade*

territorial”⁹⁵. Esses exemplos elucidam e permitem apreender a apropriação de renda – em suas diferentes modalidades – como mais uma forma de transferência de valor como intercâmbio desigual.

1.3.2 Superexploração da força de trabalho

“O fundamento da dependência é a superexploração do trabalho”⁹⁶, nas palavras de Ruy Mauro Marini. Seguimos adiante na exposição das tendências estruturais da dependência com a apresentação de uma categoria que traz consigo o fundamento do capitalismo dependente no plano da produção interna das economias que estão na base da hierarquia do desenvolvimento desigual.

Vejamos quais são as conexões que conformam a superexploração da força de trabalho. Uma primeira, determinante, é o seu desdobramento das transferências de valor que adquirem o caráter de lei tendencial nas economias dependentes.⁹⁷ Sinteticamente, ocorre que as perdas de mais-valor sofridas por capitais das economias dependentes no mercado mundial e nas relações intersetoriais dentro das próprias economias são compensadas com o recurso ao aumento da massa de valor produzida pelos trabalhadores sob seu comando. Esses capitais, via de regra, em vez de buscarem corrigir os desequilíbrios entre o preço de produção e o valor de suas mercadorias - algo que demandaria um grande esforço no sentido de aumentar a capacidade produtiva do trabalho - recorrem ao recurso a uma maior exploração do trabalhador pela via da violação do valor da sua força de trabalho, possível devido às condições da superpopulação relativa e do ciclo do capital das economias dependentes, conforme veremos adiante. Trata-se de uma contrapartida desses capitais a nível individual no intuito de recuperar sua taxa de lucro e que detém uma funcionalidade própria para o capital social ao permitir ao capitalismo dependente sustentar uma dinâmica de acumulação e reprodução, mesmo que envolva em agudas contradições. Essa relação é fundamental, indispensável, para a correta apreensão da superexploração da força de trabalho enquanto uma tendência estrutural própria das formações econômico-sociais latino-americanas que estão sob o jugo do imperialismo, traduzido na dinâmica desigual do desenvolvimento capitalista.

⁹⁵ (LUCE, 2018, p. 100);

⁹⁶ (MARINI, 2011b, p. 185);

⁹⁷ Nas palavras de Marini, “o problema colocado pela troca desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar a perda de mais-valia, e que, incapaz de impedi-la nos níveis das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna” (MARINI, 2011a, p. 147). Ainda sobre a noção de superexploração como *mecanismo de compensação* das transferências de valor, ver (CARCANHOLO, 2016);

Submetidas às transferências de excedentes, as economias e capitais reagem, portanto, mediante uma maior exploração do trabalhador. Esta pode se dar por três vias: pelo prolongamento da jornada de trabalho, pela elevação a intensidade do trabalho e/ou pela redução do fundo de consumo dos trabalhadores para transformá-lo em fundo de acumulação do capital. O aspecto essencial da superexploração está na violação (entendida como o momento da negação do intercâmbio de equivalentes) do valor da força de trabalho que ela implica. Sob a perspectiva seminal de Marini,

A característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo do seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho”⁹⁸.(MARINI, 2011a, p. 149 e 150)

Temos aí um primeiro determinante dessa categoria: sua indissociável condição de mecanismo de compensação no plano das relações de dependência, cujo funcionamento se dá, necessariamente, pela via da violação do valor da força de trabalho no plano da produção em favor do capital. De modo a iluminar a sua lógica interna e seu desdobramento histórico, contudo, além do entendimento dessa funcionalidade para a acumulação de capital, algumas outras categorias também devem comparecer. Refiro-me aqui: a) às categorias de valor diário e valor total da força de trabalho; b) às categorias mediadoras do fundo de consumo e do fundo de vida dos trabalhadores; c) ao valor *normal* da força de trabalho.

O valor da força de trabalho em Marx é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção e reprodução, a qual, por sua vez, responde a determinantes fisiológicos e históricos, estes últimos com estreita relação com os desdobramentos da lógica de acumulação do capital e da dinâmica concreta da luta de classes nas formações econômico-sociais. Marx, no Livro I de O Capital, indica que a força de trabalho possui um valor diário e um valor total⁹⁹, e dá pistas sobre o processo de *violação* do valor da força de trabalho que se relaciona com essa distinção. Assim coloca em uma passagem na qual reproduz o questionamento de um trabalhador diante de seu patrão:

⁹⁸(MARINI, 2011a, p. 149,150);

⁹⁹ “O valor de um dia de força de trabalho está calculado [...] sobre sua duração normal média ou sobre a duração normal de vida de um operário e sobre o desgaste normal médio” (MARX *apud* OSORIO, 2012 p. 50);

A utilização da minha força de trabalho e o roubo dessa força são coisas completamente distintas. Se o período médio que um trabalhador médio pode viver executando uma quantidade razoável de trabalho é de 30 anos, o valor de minha força de trabalho, que me pagas diariamente, é de $1/365 \times 30$, ou $1/10950$ de seu valor total. Mas se a consumes em 10 anos, pagas-me diariamente $1/10950$ em vez de $1/3650$ de seu valor total; portanto, apenas $1/3$ de seu valor diário, e me furtas, assim, diariamente, $2/3$ do valor de minha mercadoria. Pagas-me pela força de trabalho de um dia, mas consumes a de 3 dias. Isso fere nosso contrato e a lei de troca de mercadoria. Exijo, portanto, uma jornada de trabalho de duração normal, e a exijo sem nenhum apelo a teu coração, pois em assuntos de dinheiro cessa a benevolência.
(MARX, 2013, p. 308)

Este célebre exemplo elucidava um aspecto importante para a determinação do valor da força de trabalho. É o valor total da força de trabalho que determina seu valor diário¹⁰⁰. O valor total considera o tempo total em que o trabalhador vende sua mercadoria no mercado, em boas condições, além do tempo em que já não participará da produção (tempo de aposentadoria).

Uma vez estabelecido o valor total da força de trabalho, considerando um tempo normal de vida útil de trabalho e de vida média total – cifra que se define pelas condições médico-sociais dominantes, pela história e pelos costumes arraigados nos povos, a que as condições morais não são alheias – deve-se passar ao cálculo do valor diário da força de trabalho, aquele que possibilita a venda da força de trabalho em condições normais pelo montante de anos anteriormente considerados.
(OSORIO, 2012, p. 52)

Por outro lado, as características próprias da força de trabalho quanto a seu valor e a seu valor de uso fazem dela uma mercadoria caracterizada por uma dupla dimensão: o seu desgaste para a produção de valor e a sua reprodução. A questão importante, quanto ao exame da superexploração da força de trabalho, é a forma como ambas atuam de maneira estrutural em uma formação econômico-social. Na forma sintetizada por Luce,

Como substância de valor, a força de trabalho possui um valor de uso, com um tempo de vida útil e cuja reprodução, materializando objetivações desse tempo de vida útil, pode se desdobrar de distintas maneiras. Estas variam conforme ocorra o consumo da força de trabalho no processo de trabalho (seu desgaste) e a reposição ou não desse mesmo desgaste. O consumo individual do trabalhador na satisfação de necessidades mediante o acesso a valores de uso necessários, bem como o seu repouso, cumpre uma função direta para a restauração de suas energias físico-psíquicas. Estamos tratando, portanto, da questão da maneira como a força de trabalho produz e valoriza o valor no aspecto do desgaste da força de trabalho (consumo da força de trabalho, do ponto de vista do capital); e como ao mesmo tempo se reproduz enquanto substância de valor, na condição

¹⁰⁰ “O valor diário da força de trabalho, como será lembrado, é calculado sobre sua duração média, ou seja, sobre a duração normal da vida de um trabalhador” (Marx *apud* OSORIO, 2012, p. 50);

de portadora de um valor de uso especial (sua corporeidade viva), que tem que gerar riqueza nova.
(LUCE, 2018, p. 158 e 159).

Chegamos, nesse ponto, às categorias relacionais do fundo de consumo e do fundo de vida implicadas no valor da força de trabalho e que nos indicam as coordenadas da superexploração. O fundo de consumo dos trabalhadores faz referência ao montante do trabalho pago aos trabalhadores destinado à reprodução da cotidiana da sua força de trabalho. Sua relação mais imediata se dá com o valor diário da força de trabalho – tanto em condições normais como naquelas de sua violação. O fundo de vida está relacionado com o total de anos de vida dos trabalhadores, cuja relação mais direta é com o valor total da força de trabalho. O pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor diário viola o fundo de consumo dos trabalhadores, transformando-o em fundo de acumulação do capital, mas também pode violar seu fundo de vida ao afetar sua corporeidade viva a ponto de reduzir seu tempo de vida. O aumento da jornada de trabalho e da intensidade do trabalho a partir do ponto em que o desgaste da força de trabalho reduz os anos futuros do trabalhador é uma violação do seu fundo de vida. Em ambos os casos, a força de trabalho tem o seu valor - diário e/ou total – violado. Trata-se de uma exploração redobrada do trabalho: além do trabalho não- pago ou mais trabalho sob a forma de mais-valor que caracteriza a produção capitalista em geral, parte da parcela da jornada de trabalho destinada à reprodução da força de trabalho é usurpada pelo capital. É a essa tendência que Marini e a TMD dão o nome de superexploração da força de trabalho¹⁰¹.

Ainda resta, não obstante, a questão em aberto de quais são os limites considerados para o conhecimento aproximado do valor da força de trabalho – e, dessa forma, para a identificação de sua violação ao serem ultrapassados. Ou seja, a consideração de que tais limites correspondem a determinantes fisiológicos e histórico-sociais deixa em aberto a tarefa de conhecê-lo no caso concreto das formações econômico-sociais. Nelas, as relações de dependência, ao condicionarem a produção e apropriação de valor no interior e entre as economias, implicam em situações de assunção e violação do intercâmbio de equivalentes que também se desdobram na relação entre capital e trabalho.

Nas economias centrais ou dominantes, os desdobramentos da lógica de acumulação do capital e da luta de classes levaram ao progressivo estabelecimento a partir da segunda metade do século XIX de limites *normais* para a exploração da classe trabalhadora, ou seja, ao estabelecimento de um patamar de jornadas de trabalho, de níveis salariais e de mecanismos de contenção à exploração do trabalho que permitiram aos trabalhadores a reprodução de sua força

¹⁰¹ (LUCE, 2018, p. 159);

de trabalho considerando-se o tempo de trabalho socialmente necessário nas condições de capacidade produtiva vigentes, o elemento histórico e moral do valor da força de trabalho, a expectativa de vida nas condições médicas e sanitárias vigentes, os limites legais conquistados e o tempo de vida laboral¹⁰². Essas mudanças não vieram de forma automática. Foram o resultado concreto de lutas históricas da classe trabalhadora e das necessidades impostas à acumulação de capital nos dois momentos em que este se encontra com o trabalhador – na produção e na circulação. Assim, a produção de mercadorias em massa pela grande indústria surgida com a Revolução Industrial passava a requerer que os trabalhadores aparecessem também como consumidores, gerando a necessidade de que os salários remunerassem a força de trabalho dentro de um padrão de normalidade. Ao mesmo tempo, essa condição material só se efetivou enquanto uma nova realidade depois de acirradas lutas e experiência organizativa da classe trabalhadora. No caso das jornadas de trabalho, Luce apresenta sua progressiva redução nos países centrais a partir da década de 1870 e aponta alguns dos elementos que a condicionaram:

A queda significativa da duração da jornada semanal nos países analisados refletiu, provavelmente, uma combinação de causas como: o incremento do grau de organização e experiência do movimento operário; a irrupção de uma alternativa histórica antagônica ao sistema capitalista, com a Revolução de 1917 – fazendo soar o sinal de alerta aos patrões em torno da necessidade de se fazerem concessões e compromissos, entregando os anéis para conservar os dedos, procurando acomodar mudanças ao funcionamento do regime capitalista; o surgimento de um organismo internacional como a OIT ao término da Primeira Guerra Mundial, recomendando, como parâmetro a ser cumprido internacionalmente, o limite diário de oito horas para a duração de uma jornada de trabalho condigna etc. Seja como for, a década de 1910 foi um marco que sublinharia o início de uma tendência duradoura em direção à redução da jornada de trabalho nas economias centrais, tendência à qual elas vieram convergir por volta dos anos 1950/1960.

(LUCE, 2018, p. 164).

Nota-se que boa parte dos elementos apontados por Luce dizem respeito a conjunturas e fatos com impacto internacional, que condicionaram também a dinâmica da luta de classes das formações dependentes. De fato, o que difere o caso da formação do valor da força de trabalho das economias dependentes não é a ausência de lutas da classe trabalhadora por melhores condições de trabalho e de vida. Estas ocorreram e ocorrem com grande intensidade em diversos momentos históricos dos nossos povos. Embora tenha havido uma lacuna relacionada ao tempo de formação da classe trabalhadora e em que o trabalho assalariado passou a vigorar como momento predominante em cada uma das realidades, as diferenças quanto à

¹⁰² Estas são as variáveis estabelecidas por Luce (LUCE, 2018, p. 169) para o conhecimento de maneira aproximada do valor normal da força de trabalho;

evolução dos salários, jornadas de trabalho e níveis de intensidade do trabalho nas economias dependentes respondem, sobretudo, às tendências próprias do capitalismo dependente que engendraram uma lógica de acumulação diversa das economias centrais: as transferências de valor como intercâmbio desigual e o mecanismo de compensação do aumento da massa de mais-valor produzido, a superpopulação relativa exacerbada que cria pressões baixistas sobre os salários e em prol do aumento das jornadas e intensidade do trabalho e a cisão no ciclo do capital que marginaliza o momento do consumo da classe trabalhadora como momento importante para o ciclo do capital das economias dependentes¹⁰³.

Essas tendências forneceram as condições necessárias para que, nas economias dependentes, o capital tenha atentado em caráter estrutural contra a conformação de um valor da força de trabalho próximo a um patamar de normalidade tal qual estabelecido nas formações econômico-sociais centrais. As primeiras medidas que impuseram barreiras à elevação indiscriminada das jornadas de trabalho na América Latina vieram 50 a 60 anos depois que nos países centrais¹⁰⁴ e, atualmente, o limite legal da jornada de trabalho nos países latino-americanos gira em torno de 48 horas semanais, em contraste com as jornadas em torno de 40 horas semanais do capitalismo central¹⁰⁵. Os salários médios, igualmente, estiveram desde as últimas décadas do século XIX até o século XXI em patamares mais baixos nos países latino-americanos em relação ao capitalismo central, com algumas poucas e breves exceções. Como coloca Luce, para além de uma obviedade – a de que os níveis salariais não são iguais entre economias em diferentes graus de desenvolvimento– a manutenção das disparidades salariais mesmo com a abstração da variável câmbio demonstra que atuam aí outras determinações mais próximas à essência do problema – o intercâmbio de não-equivalentes na relação capital-trabalho das economias dependentes¹⁰⁶.

A noção de violação do valor da força de trabalho, inscrita no momento negativo da dialética do valor, requer, portanto, em sua compreensão a categoria do *valor normal* da força de trabalho que aqui esbocei. Nesse quesito, há ainda um último aspecto que deve ser ressaltado: conforme defende Martins¹⁰⁷ a apreensão de um valor normal e de sua violação exige que se considere, assim como no caso da formação da taxa de lucro média na economia mundial para a apreensão das transferências de valor, que a progressiva incorporação de amplas regiões do planeta à reprodução ampliada do capital trabalhou no sentido da formação de um valor normal

¹⁰³ Conforme veremos adiante;

¹⁰⁴ (LUCE, 2018, p. 166);

¹⁰⁵ (LUCE, 2018, p. 170);

¹⁰⁶ (LUCE, 2018, p. 168);

¹⁰⁷ (MARTINS, 2017);

ditado por um *valor médio da força de trabalho em escala internacional*. É a violação desse valor médio que caracteriza a superexploração.

A superexploração do trabalho deve ser entendida como a queda dos preços da força de trabalho em relação ao seu valor médio na economia mundial. Este aspecto, negligenciado, deve ser ressaltado, porque há uma contradição, na obra de Marini, entre a economia mundial, que o autor toma como referência para analisar os processos de acumulação de capital, e os valores nacionais da força de trabalho, que toma como referência para atuação da superexploração, o que termina por limitar o alcance da sua obra.
(MARTINS, 2017, p. 41).

Martins defende que o valor médio da força de trabalho possa ser determinado tanto observando-se “aquele que se estabelece nas condições médias de produtividade e intensidade do trabalho, determinadas pela composição técnica média do capital”, como uma “síntese de múltiplas particularidades do valor da força de trabalho”¹⁰⁸, noção mais próxima aquela mencionada por Luce anteriormente. A ampliação das disparidades entre os preços de mercado e o preço de produção estabelecido com a formação da taxa de lucro média a partir dos diferenciais de produtividade entre capitais significa, nesse sentido, ao lado do aumento das transferências de valor como intercâmbio desigual, uma tendência ao aumento da superexploração da força de trabalho mediante a violação de seu valor normal ou médio.

Isto posto, justifica-se a determinação fundamental das transferências de valor para a superexploração. Contudo, a funcionalidade estabelecida entre as categorias, mediante a qual a superexploração da força de trabalho torna-se, simultaneamente, um mecanismo de compensação às “usurpações” sofridas pelos capitais individuais e um elemento determinante para a continuidade da acumulação no capitalismo dependente, não é suficiente para demonstrar como é possível a essa categoria *reproduzir-se*, constituindo-se por este meio um aspecto estrutural e sistêmico do capitalismo dependente. Para tanto, foi necessário às economias dependentes o preenchimento de duas importantes condições históricas: a) a existência de uma exacerbada superpopulação relativa ou exército industrial de reserva; b) a conformação de ciclos do capital cuja configuração nos países latino-americanos, embora cambiante ao longo do tempo e entre os países, caracterizou-se desde cedo por um divórcio entre a estrutura produtiva das economias e as necessidades das massas. Vejamos a seguir a respeito da primeira delas¹⁰⁹.

¹⁰⁸ (MARTINS, 2017, p. 41);

¹⁰⁹ Abordarei o ciclo do capital da economia dependente na seção seguinte, por se tratar propriamente de uma terceira categoria determinante para a compreensão do capitalismo dependente, referente às condições para a superexploração, mas também ao modo como historicamente se deu o processo de industrialização dos países dependentes;

Ao tratar da lei geral da acumulação capitalista, Marx caracteriza a população trabalhadora excedente como produto da própria acumulação de capital, cujo elemento essencial está no progressivo aumento da composição orgânica do capital com a diminuição relativa do seu componente variável.

Como a demanda de trabalho não é determinada pelo volume do capital total, mas por seu componente variável, ela decresce progressivamente com o crescimento do capital total, em vez de crescer na mesma proporção dele. Essa demanda diminui em relação à grandeza do capital total e em progressão acelerada com o crescimento dessa grandeza. Ao aumentar o capital global, também aumenta, na verdade, seu componente variável, ou seja, a força de trabalho nele incorporada, porém em proporção cada vez menor.[...]Por outro lado, essa diminuição relativa de seu componente variável, acelerada pelo crescimento do capital total, e numa proporção maior que o próprio crescimento deste último, aparece, inversamente, como um aumento absoluto da população trabalhadora, aumento que é sempre mais rápido do que o do capital variável ou dos meios que este possui para ocupar aquela. A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua.

(MARX, 2013, p. 704 e 705).

A superpopulação relativa é, portanto, um produto necessário da acumulação capitalista. Mas isso é apenas um lado da moeda. De outra parte, a sua contínua formação torna-se uma alavanca de acumulação e mesmo uma condição de existência para o modo de produção capitalista. Nesse sentido,

Ela [superpopulação relativa] constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por conta própria. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional. [...] A massa da riqueza social, superabundante e transformável em capital adicional graças ao progresso da acumulação, precipita-se freneticamente sobre os velhos ramos da produção, cujo mercado se amplia repentinamente, ou em ramos recém-abertos[...]. Em todos os casos, é preciso que grandes massas humanas estejam disponíveis para serem subitamente alocadas nos pontos decisivos, sem que, com isso, ocorra uma quebra na escala de produção alcançada em outras esferas. A superpopulação provê essas massas.

(MARX, 2013, p. 707 e 708).

Estamos diante de um mecanismo determinante para a acumulação capitalista em geral. A superpopulação relativa, produto da própria acumulação, serve à regulação dos movimentos gerais do salário e do trabalho dispendido pelos trabalhadores ocupados na medida em que sua

expansão e contração, obedecendo ao movimento cíclico do capital, pressiona em maior ou menor medida em favor do aumento da exploração do trabalho¹¹⁰. Nas formações econômico-sociais dependentes, operantes sob o momento predominante da determinação negativa da dialética decorrente do desenvolvimento desigual na economia mundial, esse mecanismo se formou e encontrou condições para se reproduzir sob uma forma agudizada, a qual oferece ao capital possibilidades de redobrar sua exploração sobre o trabalho, seja sob a via do pagamento dos salários abaixo do valor da força de trabalho, seja sob o aumento extensivo e intensivo do trabalho. Indicamos, de forma meramente ilustrativa, quatro elementos que contribuíram para garantir a produção e reprodução agudizada da superpopulação relativa no caso da formação econômico-social brasileira¹¹¹:

a) A estrutura agrária brasileira altamente concentrada baseada no latifúndio monocultor que caracterizou historicamente as relações de propriedade do país. Essa estrutura contrastou, no desenvolvimento capitalista brasileiro, com uma oferta abundante de mão de obra estabelecida inicialmente no campo e que se deslocou para as cidades diante dos baixos salários e desocupação que caracterizavam a economia rural e da introdução de transformações tecnológicas que dispensavam força de trabalho na produção rural, alimentando o exército industrial de reserva que passou a se concentrar nas grandes cidades brasileiras. Conforme menciona Marini em seu clássico *Subdesenvolvimento e Revolução*, escrito em fins da década de 1960,

Sobretudo graças ao arrendamento da terra, a estrutura agrária brasileira permite a drenagem de toda a riqueza produzida no campo para uma minoria de grandes proprietários. Ainda mais grave, qualquer transformação tecnológica introduzida no trabalho agrícola, com a utilização de equipamentos e fertilizantes produzidos pela indústria, não se reflete em uma melhoria real da situação do camponês. Pelo contrário, é fonte de desemprego, forçando o trabalhador rural a fugir para as cidades, onde, por um lado, irá somar-se ao triste quadro das favelas cariocas, dos mocambos de Recife, das cidades-satélites de Brasília e, por outro lado, irá aviltar o nível dos salários urbanos, devido ao aumento da oferta de mão de obra.
(MARINI, 2017, p. 86)

b) O processo de industrialização realizado com o recurso à tecnologia estrangeira. Como mencionado, a superpopulação relativa é um produto da acumulação capitalista em geral

¹¹⁰ “O capital age sobre os dois lados ao mesmo tempo. Se, por um lado, sua acumulação aumenta a demanda de trabalho, por outro, sua “liberação” aumenta a oferta de trabalhadores, ao mesmo tempo que a pressão dos desocupados obriga os ocupados a pôr mais trabalho em movimento, fazendo com que, até certo ponto, a oferta de trabalho seja independente da oferta de trabalhadores. O movimento da lei da demanda e oferta de trabalho completa sobre essa base, o despotismo do capital” (MARX, 2013, p. 715);

¹¹¹ . Os três primeiros foram já, em diferentes medidas, elaborados e sistematizados dentro do corpo teórico da TMD desde seus momentos iniciais, enquanto o último, referente à questão racial, vem sendo tratado mais recentemente, em trabalhos que avançam progressivamente nesse sentido, como o de Fagundes (2020);

derivado do aumento da composição orgânica do capital e da redução relativa do capital variável em relação ao capital total. Essa tendência assumiu uma forma agudizada nas economias latino-americanas que passaram por processos de industrialização no século passado, os quais ocorreram com a introdução da tecnologia estrangeira na provisão de matérias-primas e bens de capital. Como apresenta Marini,

c)

Essa introdução [do progresso técnico] depende, como assinalamos, menos das preferências que eles [países dependentes] tenham e mais da dinâmica objetiva da acumulação de capital em escala mundial. Ela foi a que impulsionou a divisão internacional do trabalho a assumir uma configuração em cujo marco foram abertos novos rumos para a difusão do progresso técnico e deu-se a esta um ritmo mais acelerado. Os efeitos daí derivados para a situação dos trabalhadores nos países dependentes não poderiam diferir em essência dos que são consubstanciais a uma sociedade capitalista: redução da população produtiva e crescimento das camadas sociais não produtivas. Mas esses efeitos teriam de aparecer modificados pelas condições de produção próprias do capitalismo dependente. (MARINI, 2011a, p. 168 e 169).

Introduzidas sobre uma estrutura produtiva já baseada na exploração redobrada dos trabalhadores e caracterizada por uma superpopulação exacerbada, os meios de produção advindos dos países centrais detinham condições para liberação de força de trabalho muito superiores às das condições médias de produção das economias dependentes. O grau de concentração do capital rapidamente alcançado pelo processo de industrialização dessas economias significou uma monopolização precoce, incapaz de absorver no processo produtivo a legião de trabalhadores que engrossavam, dessa forma, o exército industrial de reserva.

d) O recurso ao aumento da jornada de trabalho e da intensidade do trabalho como mecanismo produtor da superpopulação relativa. Aqui, tal qual no caso da introdução do progresso técnico, estamos diante de uma tendência geral da acumulação capitalista que se agudiza na particularidade da economia dependente. Diz-nos Marx:

e)

Todo capitalista tem interesse absoluto em extrair uma determinada quantidade de trabalho de um número menor de trabalhadores, em vez de extraí-lo por um preço igual ou até mesmo mais barato de um número maior de trabalhadores. No último caso, o dispêndio de capital constante aumenta na proporção da massa de trabalho posta em movimento; no primeiro caso, ele aumenta muito mais lentamente. (MARX, 2013, p. 711)

O desenvolvimento da força produtiva do trabalho propicia ao capital movimentar mais trabalho mediante uma maior exploração extensiva e intensiva da força de trabalho. Essa relação se dá mutuamente entre a parte ocupada e desocupada da classe trabalhadora.

O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, ao mesmo tempo que, inversamente, mediante sua concorrência, uma pressão aumentada sobre a primeira, forçando-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada em razão do sobretrabalho da outra parte, e vice-versa, torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual, ao mesmo tempo que acelera a produção do exército industrial de reserva num grau correspondente ao progresso da acumulação social. (MARX, 2013, p. 711 e 712).

A superexploração da força de trabalho mediante o aumento da jornada de trabalho e da intensidade do trabalho permite ao capital das economias dependentes a liberação de força de trabalho com o aumento da produção de valor pelos trabalhadores ocupados, em um grau mais elevado que aquele próprio da dinâmica geral da acumulação capitalista.

f) O racismo. A questão racial configura-se no Brasil como um elemento estrutural cujas implicações sobre a acumulação capitalista e sobre a vida da classe trabalhadora brasileira são de grande envergadura. Fagundes (2020) traz à tona uma reflexão sobre as relações entre o racismo e o estabelecimento da superpopulação relativa no Brasil. O autor ressalta o modo de transição e incorporação da população negra ao trabalho assalariado no Brasil entre fins do século XIX e início do século XX e indica como a partir desses determinantes constitui-se a reprodução de uma situação que alcança a contemporaneidade.

Este processo se deu sob um passado adverso de escravização, a ausência de base material que dificultou a essa população deter acesso a posições de algum modo inseridas na nascente sociedade capitalista, a propagação no seio da sociedade de ideologias racistas sob forma pseudocientífica e a promoção da política imigracionista, focada no embranquecimento da população brasileira e na substituição do negro pelo branco em diversas ocupações que passaram a ser ligadas ao trabalho assalariado¹¹². As imigrações foram funcionais tanto para engrossar o contingente da população trabalhadora total no país quanto para colocar a população negra em situação de inferioridade em relação a população branca no tocante a suas condições de trabalho.

Os elementos de dinamização do capitalismo dependente brasileiro encontraram na força de trabalho do trabalhador branco – nacional e estrangeiro – um agente quase monopolizador das funções ocupacionais. Enquanto isso, ao trabalhador negro se abriam restritas possibilidades: lenta adesão aos setores subalternos do operariado urbano ou uma vida entregue à alta rotatividade laboral, atravessada pelo ócio compulsório e, conseqüentemente, a criminalização pelas forças repressoras do Estado nacional. Uma estrutura edificada com auxílio permanente de um arcabouço

¹¹² Ver, por exemplo, Moura (2019, p. 93 a 100) em sua exposição sobre como a ocupação pelos negros de diversas atividades artesanais sob o período escravista foi desarticulada com a transição para o “trabalho livre” do capitalismo dependente;

ideológico com função exclusiva de elaborar, de forma sofisticada, um amplo leque de tendências da opressão racial no âmbito acadêmico e intelectual brasileiro. A combinação de diversos aspectos contrários à população negra se desdobrou não só na produção de uma divisão social do trabalho, mas na imposição de uma divisão racial do trabalho. (FAGUNDES, 2020, p. 62).

Esse processo histórico, quando analisado sob mais alto grau de abstração, revela a sua condição de aspecto formador da superpopulação relativa na realidade brasileira.

Visto que a parcela negra do proletariado brasileiro representava a população excedente e conseqüente alavanca para a acumulação capitalista – não diretamente da burguesia brasileira, mas a partir de um padrão dual de expropriação do excedente aqui produzido –, tinha a função central de controlar o valor da força de trabalho. A passagem da subsunção formal para a subsunção real incrementa e agudiza as condições de trabalho do negro no Pós-Abolição, pois consolida sua firme situação de desemprego, subemprego, inatividade (características de superpopulação relativa estagnada) (FAGUNDES, 2020, p. 65).

Às determinações do período de transição ao trabalho assalariado cabe acrescentar os elementos que se reproduzem até a contemporaneidade da formação econômico-social brasileira e contribuem na perpetuação do racismo sob o capitalismo dependente, tais quais a elaboração e difusão da ideologia da democracia racial¹¹³ que escamoteia e justifica a condição do trabalhador não-branco no Brasil e a violência do Estado brasileiro concentrada sobre essa população, entre outros aspectos caros à questão racial brasileira, os quais, em conjunto, contribuem para que essa parcela do proletariado engrosse as fileiras da superpopulação relativa e para que a agudização da superpopulação a partir de tais mecanismos seja uma condição para o estabelecimento da superexploração da força de trabalho da população não-branca – em especial – mas também de trabalhadores brancos.

1.3.2.1 Formas de superexploração da força de trabalho

Como vimos, a superexploração da força de trabalho pode se dar mediante três formas: a) o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor; b) o prolongamento da jornada de trabalho além dos limites normais; e c) o aumento da intensidade do trabalho além dos limites normais.

Enquanto a primeira forma atenta mais diretamente contra o fundo de consumo do trabalhador, as duas outras atentam contra o fundo de vida [...]

¹¹³ Sobre o mito da democracia racial e o mascaramento da realidade brasileira a partir dessa construção ideológica, ver (NASCIMENTO, 2017);

Em todas elas, o capital ou se apropria do fundo de consumo do trabalhador, deslocando-o para o fundo de acumulação; ou arrebatando anos futuros do trabalhador, apropriando-se de seu fundo de vida, o qual também é violado para alimentar a sanha da acumulação.
(LUCE, 2018, p. 178)

Vejamos, a seguir, alguns indicadores da manifestação dessas formas. Tal qual no caso das formas de transferências de valor, eles serão de grande valia para, após o esforço de aproximação a níveis mais concretos de análise, buscarmos sua aplicação para o caso da reprodução do capital da grande burguesia interna. Por ora, vejamos como se dá a manifestação da superexploração do trabalho e exemplos de sua ocorrência na formação econômico-social brasileira.

Pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor

Luce aponta que uma tarefa preliminar, na identificação de situações de superexploração pela via do pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor, está em “entrever a existência concreta do valor normal em conjunturas específicas”¹¹⁴. Já vimos que essa é uma questão cuja solução remonta à superação de uma dificuldade teórica, antes de tudo, compreendida na apreensão que se deve ter do valor normal da força de trabalho. Este autor apresenta determinantes econômicos, morais e jurídicos que sintetizam o valor normal. Martins pondera sua dimensão de média internacional, embora reconheça que ele também pode ser acessado mediante o estudo de suas múltiplas particularidades.

Na sua aproximação a dados que sirvam como indicadores empíricos dessa forma de superexploração, Luce privilegia a dimensão nacional da determinação do valor da força de trabalho. Este autor propõe, para o caso brasileiro, o indicador do salário mínimo necessário (SMN) calculado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) como parâmetro para avaliar a remuneração da força de trabalho em condições próximas do seu valor.

Calculado a partir de 1970 pelo Dieese, em séries históricas retroativas a 1940, o SMN toma em consideração não apenas o salário mínimo legal no comparativo com a inflação, mas o salário que deveria expressar a quantia necessária para “cobrir os gastos com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social”. Ou seja, a quantidade de valores de uso, necessária para a força de trabalho se reproduzir em condições *normais*, chegando assim a “uma estimativa de quanto deveria ser o salário mínimo para atender a determinação constitucional” (Dieese, 2009, *apud* Luce, 2018, p. 180).
(LUCE, 2018, p. 180)

¹¹⁴ (LUCE, 2018, p. 179);

Luce observa, em uma série do SMN na comparação com o salário mínimo legal que vai do ano de 1940 a 2007, a tendência histórica de queda do salário mínimo. De um valor correspondente a 100% do SMN em 1940, o salário mínimo legal passa a representar apenas 42,6% do seu poder de compra inicial em 2007, embora tenha ocorrido uma melhoria relativa no período 2003-2008¹¹⁵. Luce observa, com dados de 2011, que mais da metade da população trabalhadora recebia até 3 salários mínimos legais, um valor inferior ao SMN para aquele ano. Se considerarmos que o SMN é um indicador que apresenta valores próximos ao *valor normal* da força de trabalho, esses dados constituem evidências relevantes do pagamento da maior parte da força de trabalho brasileira abaixo de seu valor.

A aproximação do valor normal da força de trabalho pelo comparativo com o salário mínimo necessário, ao privilegiar sua dimensão nacional, é diversa da posição de Martins em entendê-lo como valor formado a partir de uma média internacional, relacionada às condições médias internacionais de produção. Se nos orientamos por esta segunda concepção, o problema de captar alguns indicadores empíricos que nos aproximem ao valor normal da força de trabalho se complexifica, na medida em que a pesquisa sobre um valor médio internacional esbarra na escassez de dados disponíveis e na necessidade de ponderação de métricas estabelecidas nas mais distintas realidades nacionais.

Não obstante, é possível apresentar alguns dados a respeito, a título de indicadores próximos – ilustrativos e preliminares – do valor médio internacional e da violação do valor da força de trabalho na economia brasileira. Na Tabela I, observamos o crescimento anual do salário real médio no Brasil e a média de crescimento global dos salários, no recorte temporal de 2006 a 2019, a partir de dados do Relatório Global sobre Salários da Organização Internacional do Trabalho (OIT). No período de 2006 a 2012 os salários reais cresceram no Brasil um ponto percentual por ano ou mais acima da média mundial. Observa-se que a partir de 2013 essa tendência passa a se inverter, com os salários brasileiros crescendo abaixo da média mundial, à exceção de 2014 em que cresceram um pouco acima. Em 2015 e 2016, apresentaram redução.

Tabela I - Crescimento anual do salário real médio no Brasil e média de crescimento global dos salários

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Brasil	4,0	3,2	3,4	3,2	3,8	2,7	4,1	1,8	2,7	-1,3*	-2,0	1,5	1,5	0,4
Média global	2,6	3,2	1,3	1,5	2,5	1,7	2,3	2,5	2,1	1,9	2,1	1,6	2,2	2,0

¹¹⁵ (LUCE, 2018, p. 181);

*Dado do Relatório Global sobre Salários de 2020-2021. No Relatório de 2016/2017, o dado é de crescimento negativo de 3,7%. Elaboração própria, com dados de (OIT); (OIT); (Relatório Global sobre os Salários de 2012-2013); (Relatório Global sobre os Salários de 2014-2015)

Apesar dos anos de crescimento dos salários no período 2006-2012, na quadra de valorização do salário mínimo e crescimento do emprego formal que caracterizaram o período, calcula-se que em 2015 o salário médio anual no Brasil encontrava-se abaixo da média salarial mundial calculada pela OIT. Enquanto o salário médio global anual projetado pela organização foi de 20.328 dólares em paridade do poder de compra (PPC)¹¹⁶, a média brasileira foi de 13.044 dólares PPC, ou seja, aproximadamente 64% da média mundial¹¹⁷. Em termos da comparação entre salários mínimos, a OIT calcula que, em 2019, o salário mínimo brasileiro era equivalente a 443 dólares PPC, inferior à média mundial de salários mínimos de 486 dólares PPC¹¹⁸.

Esses indicadores apontam, sob a perspectiva de um valor médio internacional, para a tendência à remuneração da força de trabalho brasileira abaixo do seu valor. Cabe ressaltar, ainda, que a comparação do crescimento dos salários brasileiros e a média global no período 2006-2012, assim como no caso da relação com o SMN em 2003-2008, apontam para uma redução da diferença entre os salários pagos e o índice utilizado para a apreensão do valor normal da força de trabalho nos períodos que correspondem aos governos do PT no país, denotando, nos termos aqui estabelecidos, um *arrefecimento relativo nesse período da superexploração da força de trabalho sob a forma do pagamento abaixo de seu valor, muito embora esta tenha continuado a se manifestar significativamente*.

O pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor pode se desdobrar em uma forma específica de superexploração inscrita na mesma lógica. Trata-se, como Luce a denomina, *do*

¹¹⁶ “O fator de conversão da paridade do poder de compra [PPC] é o número de unidades da moeda de um país necessário para comprar a mesma quantidade de bens e serviços no mercado interno que se compraria nos Estados Unidos com um dólar americano. Este fator de conversão é para o consumo privado (isto é, a despesa de consumo final das famílias).” (OIT, 2017);

¹¹⁷ O cálculo do salário médio global é feito pela OIT a partir das estatísticas nacionais dos países (excluindo aqueles que não disponibilizaram ou não tem as informações) por meio da divisão entre os custos salariais totais e o número total de trabalhadores, segundo consta em nota metodológica de seus Relatórios Globais de Salários. Esse indicador deve ser considerado com cuidado, pois, segundo informações do portal jornalístico CNN que os utiliza em matéria própria, ele não considera os trabalhadores autônomos dos países considerados. Não obstante, se observarmos, por exemplo, o dado do salário médio anual brasileiro apenas dos trabalhadores formalizados de empresas e outras organizações em 2015, veremos que o mesmo foi de 14880 dólares PPC, ou 73% da média mundial, confirmando a mesma tendência de remuneração média inferior à média internacional (IBGE, 2018). Os dados de 2015 podem ser acessados no endereço <<https://money.cnn.com/interactive/news/economy/davos/global-wage-calculator/?iid=EL>>. Embora este e outros portais (como o da BBC para dados de 2011, acessível em <<https://www.bbc.com/news/magazine-17512040>>) divulguem o valor exato da média salarial global em anos específicos, informando que se trata de dados retirados da base de dados da OIT e de seus Relatórios sobre Salários, não foi possível encontra-los diretamente na base disponibilizada no portal eletrônico da Organização. Sob certo risco inevitável, optou-se mesmo assim por utilizá-los;

¹¹⁸ (OIT). Disponível em: <https://www.ilo.org/global/research/global-reports/global-wage-report/2020/lang--en/index.htm>;

hiato entre o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho e a remuneração recebida pelos trabalhadores. O avanço da fronteira tecnológica barateia a produção de valores do uso e a sociabilidade capitalista passa a expressar novas necessidades que se impõem aos trabalhadores. Dessa forma, bens que até então eram de luxo passam a incorporar o rol de bens necessários da classe trabalhadora e, por isso, seus valores passam a compor o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho. Como exemplos, a máquina de lavar e o televisor, que eram bens suntuários nas décadas de 1960 e 1970 nas economias dependentes, tornaram-se décadas depois valores de uso encontrados nas casas das famílias trabalhadoras de baixa renda.

Todavia, se a única forma de o trabalhador acessar tais bens de consumo que se tornaram bens necessários for endividar-se cronicamente ou submeter-se a uma carga extra de trabalho, estaremos diante de uma alteração do elemento histórico-moral sem ser acompanhada pela remuneração. Ou seja, aumento do valor da força de trabalho sem aumentar o seu pagamento. Ao terem de elevar o desgaste de sua força de trabalho (cumprir mais horas extras, vender parte das férias etc.) e ao terem que se endividar para acessar tais valores de uso, os indivíduos da família trabalhadora estarão ou se submetendo a uma violação de seu fundo de vida para compensar parcialmente a insuficiência de seu fundo de consumo ou comprometendo o seu próprio fundo de consumo futuro, mediante endividamento, na tentativa de compensar a sua violação no presente.

(LUCE, 2018, p. 193)

Essa forma desdobrada de superexploração da força de trabalho é ilustrada por Luce com o caso do aumento do consumo de eletrodomésticos pelas famílias pertencentes à faixa de renda C (famílias com renda mensal de 3 a 10 salários mínimos) durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) – sobre o qual se formou, à época, a narrativa do surgimento de uma “nova classe média”¹¹⁹. Com dados do IBGE e CNDL/UFMG o autor aponta que: a) de fato, no período de 2002-2010, foi a faixa de renda C a responsável pelo aumento da venda de eletrodomésticos; b) contudo, 64% das famílias inadimplentes recebiam a preços correntes de 2012 entre R\$ 600,00 e R\$ 2200,00, incluídas pela sua renda familiar nas faixas de renda C, D e E; c) essas famílias eram aproximadamente as que possuíam rendimento inferior ao SMN daquele ano.

Do recém-exposto pode-se concluir que, sem que estivesse endividada, uma parcela significativa das famílias consideradas “classe C” não teria conseguido tornar-se consumidora de tais produtos, mesmo que sua produção tenha barateado e mesmo que tenham se tornado bens necessários, como um refrigerador ou uma máquina de lavar. Se esses produtos, sob a própria lógica do capital, tivessem se tornado bens de consumo necessário, atuariam no sentido de reduzir o valor da força de trabalho, permitindo que os

¹¹⁹ Sobre a crítica a essa narrativa, ver também (LUCE, 2013). No capítulo II exploramos outros aspectos desse fenômeno;

trabalhadores os consumissem ao mesmo tempo que o dispêndio de capital para a contratação de força de trabalho se visse reduzido mediante a ampliação da mais-valia relativa e não mediante superexploração. Mas se é somente à custa da redução do fundo de consumo do trabalhador (consumir menos alimento para ter um televisor ou uma lavadora) e de seu fundo de vida (trabalhar redobrado, além da duração normal e da intensidade normal da jornada) que o trabalhador consegue acessar tais bens que se tornaram necessários, isso significa que, do ponto de vista da relação-capital, tais valores de uso não passaram a integrar o valor da força de trabalho. (LUCE, 2018, p. 195)

Assim, estamos diante de um exemplo recente de pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor com a ampliação do hiato entre sua remuneração e o elemento histórico-moral da força de trabalho.

Prolongamento da jornada de trabalho além dos limites normais

Já vimos como o aumento da jornada de trabalho e da intensidade do trabalho a partir de certo ponto, quando ultrapassa limites necessários à reprodução da força de trabalho sob condições normais, configura uma forma de superexploração da força de trabalho, associada à violação do fundo de vida do trabalhador por meio de seu desgaste prematuro.

Na aproximação de expressões concretas de superexploração por meio do aumento da jornada de trabalho, Luce trabalha com os indicadores das jornadas legais de trabalho de diferentes países e da prática sistemática de horas extras pelos trabalhadores. Contudo, o autor adverte que o indicador da jornada legal de trabalho não é idêntico à categoria da jornada normal de trabalho, já que dizem respeito a determinações que não são necessariamente as mesmas. Enquanto os limites normais da jornada de trabalho são aqueles dentro dos quais não há para a força de trabalho o “desgaste da sua corporeidade em uma relação de não-identidade com a reposição de seu valor”¹²⁰ – e sua ultrapassagem sistemática é o que configura essa forma de superexploração – a imposição da jornada legal de trabalho pode ocorrer em situações em que segue ocorrendo a violação do valor da força de trabalho, ou os casos em que se amplia a jornada de trabalho para além de seu limite legal não necessariamente significam violação do valor - superexploração. Não obstante, Luce lembra que o prolongamento da jornada de trabalho para além da jornada legal mediante a realização de horas extras pelos trabalhadores, quando realizada de forma repetida e sistemática, implica uma alteração permanente da jornada de trabalho e está inserida no quadro de formações econômico-sociais que não contaram

¹²⁰ (LUCE, 2018, p. 171);

historicamente com “diques de contenção” ao prolongamento da jornada – ou seja, à imposição de limites normais à mesma. A identificação dessa tendência nas formações econômico-sociais que apresentam os determinantes e condicionalidades próprios à relação de dependência é o que permite ao autor considerá-la como um aspecto que sinaliza para uma forma de superexploração.

Luce¹²¹ levanta os dados de que, entre 2003 e 2009, em média 40 % dos trabalhadores brasileiros cumpriram jornadas semanais de trabalho acima das 44h, a jornada legal de trabalho do país, e que, nas regiões metropolitanas, 25,5% dos trabalhadores tiveram jornadas semanais de 49h ou mais. Esses dados tornam evidente a uma ampliação sistemática das jornadas de trabalho que apontam para o aumento do desgaste físico dos trabalhadores, implicando que o capital se aproprie de seus futuros anos de vida. O autor observa, para dados da indústria, do comércio e dos serviços da Região Metropolitana de São Paulo de 1990 a 2006, uma elevação na proporção de assalariados que trabalham mais que a jornada legal de trabalho no período, que passam de aproximadamente 34,8% para a indústria, 49,9 % para o comércio e 32,2 % para os serviços em 1990 para 36,7 %, 56 % e 37,3 % em 2006, respectivamente. Após um pico no início dos anos 2000, ocorre uma leve queda nas proporções, embora em 2006 esses números ainda fossem maiores que em 1990.

O autor conclui sobre essa forma de superexploração da força de trabalho:

Que implicações tem o fato de que em ramos como comércio cerca de 60% dos trabalhadores trabalham além do limite da jornada normal semanal? E que no setor de serviços, onde se concentrou a geração de empregos formais no Brasil na década de 2000, 38% cumprem jornadas acima da duração normal? O prolongamento da jornada de trabalho por anos reiterados, mediante o uso sistemático de horas extras, atinge um momento que, mesmo com o pagamento de remuneração adicional pelas horas trabalhadas além da jornada normal, uma maior quantia de valores de uso não bastará para repor o desgaste de sua corporeidade viva. O capital estará se apropriando do fundo de vida do trabalhador.

(LUCE, 2018, p. 186 e 187)

Aumento da intensidade do trabalho além dos limites normais

A terceira forma de superexploração do trabalho é o aumento do ritmo/intensidade do trabalho que leva ao esgotamento prematuro do trabalhador, com o capital apropriando-se de anos do seu fundo de vida.

¹²¹ (LUCE, 2018, p. 185 e 186);

O tratamento dessa forma de superexploração requer que a diferenciemos do aumento de produtividade. Enquanto esta última implica um aumento da composição orgânica do capital que leva o trabalhador a produzir uma quantidade maior de bens em um mesmo tempo de trabalho, “no aumento da intensidade há extração de mais-trabalho pelo capital mediante elevação do ritmo ou desgaste físico no mesmo tempo”¹²². Na prática, o aumento de intensidade pode e costuma acontecer de forma combinada com os aumentos dos níveis de produtividade.

Luce apresenta o exemplo brasileiro do ramo da indústria automobilística, na qual, conforme dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), cada trabalhador produzia em 2007 mais que o dobro de veículos em relação a 1994. Na fábrica da General Motors (GM) de São José dos Campos, em 2005, eram produzidos o dobro de carros que em 1997 empregando para isso 2 mil trabalhadores a menos. A discriminação de quanto desse aumento da produção por hora se deve a uma elevação da produtividade e quanto a uma maior intensidade não é uma questão simples de responder. Não obstante, Luce levanta o indicador da grande quantidade de afastamentos temporários por doenças laborais de operários da empresa no país no ano de 2008 – aproximadamente 30% da sua força de trabalho – atestando a importância de processos de intensificação do trabalho que levam ao desgaste prematuro dos trabalhadores nessa indústria.

A ocorrência de acidentes de trabalho e de doenças laborais, que expressam sintomas de fadiga e esgotamento dos trabalhadores no processo de trabalho, é um indicador útil na medida em que permite isolar os processos de desgaste dos trabalhadores que comprometem seu fundo de vida. Luce aponta, com dados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que o número de acidentes de trabalho no Brasil quase dobrou entre 2002 e 2008. Apesar de mudanças metodológicas que ocorreram na contagem dos acidentes e que repercutiram sobre a magnitude dessa diferença, o autor confirma a informação com dados da já mencionada proporção de trabalhadores que foram afastados temporariamente por doenças no setor automobilístico em 2008, assim como das condições extenuantes de trabalho de trabalhadores do setor sucroalcooleiro, que devido a um ritmo atroz de trabalho diário tinham expectativas de vida que não ultrapassavam os 35 anos de idade. Cabe salientar que ambos os setores detêm grande importância para o padrão de reprodução do capital da economia brasileira na atualidade¹²³.

O aumento dos acidentes e doenças do trabalho entre 2002 e 2008 indica que nesse intervalo temporal, correspondente a parte dos anos de governo do Partido dos Trabalhadores, houve a agudização da superexploração da força de trabalho sob outra de suas formas. Esse

¹²² (LUCE, 2018, p. 189)

¹²³ (LUCE, 2018, p. 190 a 192). Veremos sobre o padrão de reprodução do capital no próximo capítulo;

dado indica a complexidade das tendências e contratendências que regem a manifestação da superexploração: enquanto as formas da superexploração do pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor e do prolongamento da jornada de trabalho apresentam um relativo arrefecimento durante um ciclo de valorização salarial e baixa taxa de desocupação que caracterizou o período em questão, o capital pôde compensá-lo (ao menos em parte) mediante a imposição de maior intensidade do trabalho no processo produtivo— ao qual os aumentos de produtividade observados no período, ao possibilitarem a aceleração do ritmo e o preenchimento de tempos no processo de trabalho, não são alheios — e por meio do comprometimento do fundo de consumo futuro dos trabalhadores, mecanismo de endividamento inscrito na forma de superexploração do “hiato entre o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho e sua remuneração”, agudizando sob essas formas a exploração redobrada sobre a classe trabalhadora brasileira.

1.3.3 Cisão no ciclo do capital

1.3.3.1 A contradição entre produção e realização e sua agudização na economia dependente

Uma contradição essencial para o capitalismo, apontada por Marx em *O Capital* quando estuda o processo de circulação do capital, no Volume II, é aquela entre produção e realização. À tendência expressa na lei geral de acumulação capitalista que leva ao empobrecimento da classe trabalhadora, sob a sanha do capital em garantir a produção e apropriação do mais-valor, contrapõe-se à necessidade do consumo individual dos trabalhadores para que o capital complete seu ciclo e dê continuidade à sua reprodução em um novo patamar ampliado. Assim coloca Marx:

Os trabalhadores, como compradores de mercadorias, são importantes para o mercado. Mas como vendedores de sua mercadoria – a força de trabalho –, a sociedade capitalista tem a tendência de reduzi-los ao mínimo do preço. Contradição adicional: as épocas em que a produção capitalista desenvolve todas as suas potencialidades mostram-se regularmente como épocas de superprodução, porquanto as potências produtivas jamais podem ser empregadas a ponto de, com isso, um valor maior poder não só ser produzido como realizado; mas a venda das mercadorias, a realização do capital-mercadoria e, assim, também a do mais-valor, está limitada não pelas necessidades de consumo da sociedade em geral, mas pelas necessidades de consumo de uma sociedade cuja grande maioria é sempre pobre e tem de permanecer pobre.

(MARX, 2014, p. 412)

Esse movimento ocasiona, no modo de produção capitalista, períodos de maior e menor distensão entre as esferas de circulação sustentadas pela demanda dos salários e do mais-valor

nas quais o capital se realiza, de acordo com o grau em que a classe trabalhadora participa do momento de realização do capital. Como comenta o geógrafo marxista britânico David Harvey,

O capitalismo como formação social está eternamente preso nessa contradição. Ele pode maximizar as condições de produção do mais-valor, e assim ameaçar a capacidade de realizar o mais-valor no mercado, ou então manter a demanda efetiva forte no mercado, dando autonomia aos trabalhadores, e assim ameaçar a capacidade de criar mais-valor na produção. [...]Entre 1945 e meados da década de 1970, o capital, nos países capitalistas avançados, tendeu a uma postura de gestão de demanda [...] (ênfase nas condições para a realização de valor), mas enfrentou cada vez mais problemas na produção de mais-valor (ligados em particular a um movimento de trabalhadores bem organizado e politicamente forte). Na segunda metade da década de 1970, depois de uma batalha feroz com o trabalho, adotou uma postura pelo lado da oferta[...]. Isso enfatizou o cultivo das condições para a produção de mais-valor (mediante a redução dos salários reais, a sujeição das organizações trabalhistas e, de modo geral, o desempoderamento dos trabalhadores). De meados da década de 1970 em diante, a contrarrevolução neoliberal – como é conhecida hoje – resolveu os problemas prementes da produção de mais-valor, mas criou problemas de realização nos mercados. (HARVEY, 2017, p. 120 e 121).

A ilustração dos países centrais do capitalismo trazida por Harvey nos coloca diante do dilema da particularidade que aflige as economias da periferia do capitalismo, tal qual no caso das outras tendências expostas. Nas economias dependentes, a contradição entre produção e realização se apresenta de maneira agudizada, a ponto de engendrar uma tendência particular que, a despeito das mudanças de forma ao longo das reconfigurações pelas quais passou o capitalismo dependente nos últimos dois séculos, tem como elemento essencial a *cisão no ciclo do capital*, em meio a qual constituíram-se estruturas produtivas divorciadas das necessidades das maiorias sociais. No âmbito da TMD, essa lei tendencial teve seus determinantes apontados com rigor por Ruy Mauro Marini, estabelecendo suas conexões essenciais que seriam posteriormente desenvolvidas por outros autores.

O ciclo do capital na economia dependente latino-americana deve sua particularidade, em primeiro lugar, à forma como historicamente a América Latina se inseriu no mercado mundial, a partir de meados do século XIX. Conformou-se a partir daí a tendência que perduraria apesar das mudanças externas e internas ao próprio ciclo: a América Latina, em sua função de contribuir com a acumulação de capital baseada na maior capacidade produtiva dos países centrais, necessitou fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração da força de trabalho. Assim nos introduz Marini:

Nascida para atender as exigências da circulação capitalista, cujo eixo de articulação está constituído pelos países industriais, e centrada portanto sobre o mercado mundial, a produção latino-americana não depende da capacidade

interna de consumo para sua realização. Opera-se, assim, desde o ponto de vista do país dependente, a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital – a produção e a circulação de mercadorias –, cujo efeito é fazer com que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente à produção capitalista em geral, ou seja, a que opõe o capital ao trabalhador como vendedor e comprador de mercadorias.

(MARINI, 2011a, p. 155)

Opera-se, já no nascimento do capitalismo dependente latino-americano, a cisão no ciclo do capital entre o mercado externo e o mercado interno. Seria uma primeira cisão no ciclo do capital, que seria acompanhada posteriormente de uma segunda cisão no âmbito do processo de industrialização inorgânica pelo qual passaram parte dos países latino-americanos – entre os quais o Brasil esteve como o mais avançado deles – a qual repôs sob nova forma a superexploração da força de trabalho e legou uma estrutura produtiva divorciada das necessidades das massas e sustentada em transferências de valor não apenas para o exterior, mas também entre ramos da própria economia dependente. Vejamos adiante os determinantes dessa tendência.

1.3.3.2 Primeira cisão no ciclo do capital: a cisão entre mercado externo e mercado interno

O capitalismo latino-americano se forma nas décadas seguintes aos processos de independência política das nações latino-americanas para atender as necessidades do capitalismo central que chegava à sua alvorada com o advento da grande indústria. Essa contribuição era tanto de tipo físico-quantitativo quanto qualitativo. Os valores de uso produzidos pelas economias latino-americanas – matérias-primas e alimentos – satisfaziam a demanda crescente das economias centrais frente ao aumento da massa operária empregada nos grandes centros urbanos e a utilização de máquinas e equipamentos em processos produtivos cada vez mais sofisticados.

Ao incidirem sobre a cesta de bens consumidos pelos trabalhadores das economias centrais, mercadorias latino-americanas como café, cacau, açúcar, trigo e milho, relativamente mais baratas, contribuía para a redução do valor da força de trabalho e para o trânsito da acumulação sustentada sob a geração de mais-valor absoluto para a geração de mais-valor relativo nesses países. Por outro lado, as matérias-primas exportadas pelas economias latino-americanas por preços relativamente menores, tais quais o salitre, o estanho e o cobre, foram um elemento determinante como contratendência à queda na taxa de lucro das economias centrais, ao reduzirem os custos do capital constante empregado nessas economias. Tratava-se

da conformação de pautas de produção que traria profundas e longínquas implicações para o desenvolvimento das formações econômico-sociais dependentes.

Antes que a ética protestante ou a clivagem colônias de povoamento e colônias de exploração, foi a estruturação das pautas de produção, no âmbito das relações entre as formações econômico-sociais no período de formação da economia capitalista mundial, isto é, na segunda metade do século XIX, o que determinou o desenvolvimento ulterior das diferentes sociedades. Essa estruturação não aconteceu no vácuo, mas foi um processo que teve lugar num conjunto de determinações, que atuaram à maneira de um tronco com suas ramificações e vasos comunicantes. Este tronco foi a economia mundial com sua divisão internacional do trabalho. As ramificações foram as estruturas de propriedade, das classes sociais e suas formações estatais correspondentes, nas diferentes formações econômico-sociais. Os vasos comunicantes foram os canais que compõem o mercado mundial. E a substância a preencher estes mesmos vasos comunicantes foram os valores de uso e os montantes de valor produzidos, que fluíram de uma parte a outra por meio da circulação internacional.
(LUCE, 2018, p. 88)

O grau da determinação da pauta exportadora dos países dependentes na conformação de um padrão de reprodução do capital particular era alto e agia sobre a estrutura produtiva das economias e o sentido de seu desenvolvimento como um todo, bem como sobre as instâncias política e ideológica dessas formações econômico-sociais. Era ela que determinava as principais atividades produtivas no interior das economias, as fontes de arrecadação do Estado, da finalidade dos empréstimos e obras públicas. Eram o fundamento do poder político nessas sociedades. Definiam a transformação do território e espaço nacional e era onde primeiro surgia o trabalho assalariado e, portanto, a classe trabalhadora e o movimento operário¹²⁴.

O caso do café brasileiro, principal produto da pauta de exportação brasileira até meados do século XX, é ilustrativo da contribuição do Brasil dentro da tendência de redução do valor da força de trabalho com o barateamento dos meios de subsistência que compõem a cesta de consumo dos trabalhadores nos países centrais. Luce¹²⁵ relata que o café, embora tenha seu uso como energético para suportar pesadas atividades de trabalho datado de antes do capitalismo, tornou-se um bem de consumo de massas apenas no período do capitalismo industrial, fenômeno para o qual o salto da produção brasileira foi determinante. Em 1875-1885, o Brasil supria metade da demanda mundial de café e cresceu sua participação nas décadas seguintes, chegando a suprir 82% da demanda global em 1915. O valor de uso dessa mercadoria estava relacionado a sua propriedade estimulante que contribuía para que os trabalhadores

¹²⁴ (LUCE, 2018, p. 93);

¹²⁵ (LUCE, 2018, p. 106 a 110);

sustentassem pesadas jornadas, ou seja, à geração de mais-valor para o capital. Na contraparte brasileira, a produção cafeeira sustentava-se sobre o latifúndio monocultor baseado na mão-de-obra escravizada ou livre superexplorada. Tem-se um caso exemplar de como a economia exportadora de fins do século XIX e início do século XX contribuía para a transição para a acumulação baseada no mais-valor relativo nas economias centrais e, em um mesmo movimento, para o “desenvolvimento do subdesenvolvimento” do nascente capitalismo dependente brasileiro, cujo motor da acumulação é a superexploração.

Da parte do ciclo do capital das economias dependentes latino-americanas, a configuração do mercado mundial que ia assim se formando trazia consigo profundas condicionalidades, as quais teriam implicações para seu desenvolvimento capitalista daí em diante. Essas formações econômico-sociais passavam por um progressivo e prolongado processo de imposição das relações capitalistas de produção, em meio ao qual o consumo dos trabalhadores, que se realizava em grande parte na economia de subsistência e nos mercados abastecedores nas *plantations* e enclaves mineiros, não era uma esfera de realização que imprimisse dinamismo econômico¹²⁶. A realização das mercadorias concentrava-se, dessa forma, no mercado externo em que as oligarquias latino-americanas despejavam os produtos primários. Desse mercado, igualmente, abasteciam a sua demanda por bens manufaturados e artigos de luxo provenientes das economias centrais. Operava-se uma cisão no ciclo do capital entre o núcleo dinâmico do mercado externo e um incipiente e subordinado mercado interno formado pelo consumo da massa trabalhadora, cuja desimportância econômica, aliado à importância da realização das exportações, ofereciam uma condição a mais para que se afixasse ali um regime de superexploração da força de trabalho em que o consumo dos trabalhadores não aparecesse como momento importante para o capital¹²⁷, “resolvendo” nessa particularidade a contradição entre produção e realização. Luce aponta fase por fase do ciclo:

O ciclo do capital nesse período foi marcado pela cisão mercado externo e mercado interno. Isto se observa: 1) na origem do investimento (*D-M*), que provinha das casas comerciais controladas pelo capital estrangeiro e de empréstimos externos; 2) nos meios de produção utilizados (*Mp*), que eram

¹²⁶ (LUCE, 2018, p. 94);

¹²⁷ “Na economia exportadora latino-americana, as coisas se dão de outra maneira. Como a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia. Em consequência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo. O dramático para a população trabalhadora da América Latina é que essa hipótese foi cumprida amplamente: a existência de reservas de mão-de-obra indígena (como no México), ou os fluxos migratórios derivados do deslocamento de mão de obra europeia, provocado pelo progresso tecnológico (como na América do Sul), permitiram aumentar constantemente a massa trabalhadora até o início do século 20. Seu resultado tem sido o de abrir livre curso para a compressão do consumo individual do operário, e, portanto, para a superexploração do trabalho” (MARINI, 2011a, p. 156 e 157);

em sua grande maioria importados(ferrovias, máquinas a vapor, câmaras frigoríficas, etc.); 3) na força de trabalho (Ft), que era contratada em condições híbridas entre a subsunção formal e a subsunção real e a baixíssimos salários; 4) na segunda fase da circulação ($M' - D'$), que se dava sobretudo no mercado externo, sem que os trabalhadores cumprissem um papel decisivo na realização das principais mercadorias produzidas, voltadas para a exportação, o que servia de estímulo a que os patrões e o Estado colocassem em marcha o regime de superexploração que estava se configurando, agudizando as relações básicas de distribuição(entre capital e trabalho); 5) na fase de acumulação ($D' - D^2$), que se completava, geralmente, em circuitos externos à economia dependente; 6) nas relações derivadas de distribuição (entre os distintos setores e frações da classe dominante, local e internacional), em que a riqueza era apropriada sob relações de *transferências de valor*[...]. (LUCE, 2018, p. 93 e 94).

O ciclo do capital da economia latino-americana que se inseria no mercado mundial ensejaria o início de uma dinâmica que é característica do conjunto dos países da América Latina até os dias atuais. Muito embora com importantes reconfigurações, o capitalismo latino-americano, a partir de uma inserção fundamentada na superexploração da força de trabalho sob o jugo de transferências de valor, constituiu uma estrutura produtiva divorciada das necessidades das maiorias sociais. Sem prejuízo dessa constatação, vejamos como ao estabelecimento da cisão entre o mercado externo e o mercado interno, comum a todos os países da região à época de sua inserção no mercado mundial, sucede-se uma segunda cisão do ciclo que contou com diferenciações entre os países de acordo com seu grau de desenvolvimento industrial.

1.3.3.3 Segunda cisão no ciclo do capital: a cisão entre esfera alta e esfera baixa de circulação e a industrialização inorgânica

As formações econômico-sociais latino-americanas estiveram sob a condicionalidade comum do mercado mundial quando de sua inserção como economias exportadoras, em que seus ramos mais dinâmicos se orientaram a suprir as necessidades da indústria dos países centrais, a partir de meados do século XIX. Isso nos autoriza a considerar, em um elevado nível de análise, que a cisão no ciclo do capital entre mercado externo e mercado interno foi essencial em todos os países latino-americanos no sentido de seu desenvolvimento que alcançaria etapas posteriores ao longo do século seguinte. Não obstante, em alguns deles, esse mesmo processo engendrou contradições que permitiram o florescimento de um processo de industrialização ainda nas primeiras décadas do século XX.

Vania Bambirra¹²⁸ descreve as determinações dos países “tipo A” da América Latina – aqueles países cujo início da industrialização se deu antes do pós-guerra, grupo no qual a autora inclui Brasil, Argentina, México, Chile, Uruguai e Colômbia – as quais permitiram aos mesmos, *a partir* de sua condição subordinada na divisão internacional do trabalho, que engendrassem uma dinâmica de acumulação relativamente autônoma e iniciassem o esforço de substituição de importações já no final do século XIX e início do século XX. O elemento central levantado por Bambirra foi a formação de um mercado interno articulado aos setores-chave das economias ligados às atividades exportadoras. Esses setores passaram por “transformações modernizadoras” caracterizadas em primeiro lugar pela generalização das relações capitalistas de produção, através da compra de força de trabalho mediante o pagamento de salário, processo para o qual contribuiu a grau avançado de monopolização da propriedade da terra que restringiu as áreas de economia de subsistência e de autoconsumo; e em segundo lugar, no âmbito das forças produtivas, por mudanças tecnológicas importantes, que elevaram a capacidade de absorção de força de trabalho e os salários e levaram à criação e expansão de setores complementares ao setor exportador.

O desenvolvimento dos setores exportadores, que elevava sua capacidade de absorção de força de trabalho em condições salariais relativamente superiores, bem como desses setores complementares levou à formação de um mercado que se autonomizava progressivamente e cuja demanda dos trabalhadores por manufaturados crescia. Sobre essa complexificação da estrutura produtiva, salários relativamente mais altos dos trabalhadores dos setores dinâmicos e aumento da proletarianização e da massa salarial do conjunto dos trabalhadores, formam-se condições de demanda para o surgimento de uma indústria nacional produtora de bens de consumo como têxteis, alimentos, calçados, bebidas e utensílios domésticos, entre outros. O desenvolvimento da indústria haveria de aumentar por si mesma seu próprio mercado e incorporar o consumo de trabalhadores e capitalistas da própria indústria. Também teve importância fundamental o surgimento de ramos industriais vinculados ao setor exportador, destinados a satisfazer as necessidades de exportação, como frigoríficos e produção de embalagens (sacos).

Essas condições propiciaram aos países do tipo A intensificarem o esforço industrializante na quadra que se abre com a guerra europeia entre 1914 e 1918, a crise mundial de 1929 e a Segunda Guerra Mundial iniciada em 1939, conjunturas em que a demanda insatisfeita pelas restrições de importações e o aumento da demanda dos países centrais por

¹²⁸ Capítulo 4 em (BAMBIRRA, 2019);

alguns produtos latino-americanos, especialmente matérias-primas para os países beligerantes, estimularam a aceleração do processo substitutivo industrializante. As condições desenvolvidas nos países tipo A – um mercado nacional já estruturado e um setor industrial organizado com base em relações capitalistas – causou uma diferenciação na sua industrialização mais antiga em relação ao restante dos países da região. Nestes últimos¹²⁹, o setor dinâmico primário-exportador foi controlado direta e indiretamente, de forma sistemática e intensiva, pelo capital estrangeiro, que canalizava os lucros diretamente aos países centrais, de maneira a não provocar efeitos dinamizadores no conjunto da economia que viessem a fomentar a diversificação econômica e a formação de mercados nacionais. Parte dessas economias, formadas por enclaves dinâmicos pouco articulados à formação econômico-social, só viriam a se industrializar no período pós-guerra sob uma conjuntura internacional distinta¹³⁰.

Transitando novamente a um maior nível de abstração, observemos que o processo de industrialização que se iniciava e progressivamente se acelerava em alguns países latino-americanos parecia apontar para a superação da cisão do ciclo do capital nessas economias. Isso porque, aliado ao aumento da produção de bens necessários no interior da economia dependente se observava um movimento de progressivo aumento na produção local de bens suntuários consumidos pelas classes dominantes, anteriormente abastecidas por importações. As duas esferas de circulação – compreendidas pelo mais-valor e pelos salários – faziam um movimento de aproximação durante o *intermezzo* histórico das duas guerras mundiais e da crise de 1929¹³¹. Não obstante, as tendências próprias à economia dependente levariam a uma nova cisão, em que as duas esferas novamente irão se afastar. A razão desse novo movimento é sintetizada por Luce:

A nova cisão em questão é resultado da internalização da produção da esfera alta do consumo que, sob a condição da economia dependente, objetiva-se em um novo fenômeno: o impulso à produção industrial interna de bens de consumo suntuário sem que o Setor I tivesse se complexificado, sob bases próprias, na produção de máquinas para fazer máquinas. A dependência se repõe, reproduzindo-se ampliadamente sob determinantes adicionais.
(LUCE, 2018, p. 115)

¹²⁹ Bambilra os tipifica como países do tipo B – em que o processo de industrialização ocorre no pós-guerra – e países do tipo C – em que nunca houve um processo de industrialização propriamente dito, embora possam contar com algumas indústrias particulares;

¹³⁰ Capítulo 5 em (BAMBIRRA, 2019);

¹³¹ “Desde o ponto de vista que nos interessa, isso significa que a esfera alta da circulação, que se articulava com a oferta externa de bens manufaturados de consumo, desloca seu centro de gravidade para a produção interna, passando sua parábola a coincidir, grosso modo, com a que descreve a esfera baixa, própria das massas trabalhadoras. Parecia assim que o movimento excêntrico que apresentava a economia exportadora começava a se corrigir, e que o capitalismo dependente orientava-se no sentido de uma configuração similar à dos países industriais clássicos.” (MARINI, 2011a, p. 159 e 160);

Para apreender esse fenômeno, vale uma breve digressão histórica. Nas economias capitalistas centrais, o processo de industrialização se iniciou pela produção de bens de consumo necessários. O desenvolvimento dessa indústria trouxe consigo seu correlato para a indústria de bens de capital a ela direcionada. O sentido desse desenvolvimento era de que, para ampliar o mercado representado pelos bens de consumo necessário, era preciso ao capital recorrer aos aumentos de produtividade que barateassem esses bens, ao passo que ampliasse a taxa de mais-valor por meio do barateamento da força de trabalho. O capitalismo central desenvolvia-se assim, com base na geração de mais-valor relativo. A essa dinâmica somaram-se outros elementos, como a contribuição das exportações latino-americanas de alimentos e matérias-primas para a redução do valor da força de trabalho e dos meios de produção, conforme vimos, e as limitações de realização do capital nos mercados externos diante das restrições de demanda provocadas pela superexploração do trabalho nas economias dependentes, o que levava a um esforço redobrado por aumentos de produtividade para ampliar o mercado interno. Somente depois, como consequência da ampliação do mais-valor não acumulado com base na produtividade do trabalho, cresce o consumo individual das classes não produtoras e com ele a produção em escala industrial de bens suntuários. Como resultado,

A circulação tende, portanto, a se dividir em duas esferas, de maneira similar ao que constatamos na economia latino-americana de exportação, mas com uma diferença substancial: a expansão da esfera superior é uma consequência da transformação das condições de produção e se torna possível à medida que, aumentando a produtividade do trabalho, a parte do consumo individual total que corresponde ao operário diminui em termos reais. A ligação existente entre as duas esferas é distendida, mas não se rompe.
(MARINI, 2011a, p. 161).

Essa tendência não foi limitada a um período histórico. Ela constitui uma determinação do capitalismo central: na essência de seu dinamismo esteve a acumulação fundamentada na geração do mais-valor relativo, com a tendência à redução do valor da força de trabalho mediante os aumentos de produtividade. O que faz com que as esferas de consumo se distendam, mas não se rompam, é a contratendência da transformação, em um prazo substancialmente maior que nas economias dependentes, de bens suntuários em bens necessários mediante sua incorporação na cesta de consumo dos trabalhadores, “em uma relação de causa e efeito com a tendência à generalização da mais-valia relativa, que traz repercussões nas relações básicas de distribuição sobre o leque de bens de consumo [...] que comparecem na determinação do valor da força de trabalho”¹³².

¹³² (LUCE, 2018, p. 118);

O processo de industrialização das economias dependentes se deu por uma via distinta. Como vimos, o desenvolvimento capitalista dependente fundamenta-se na superexploração da força de trabalho e nas transferências de valor. Sob essas circunstâncias, engendrou-se uma relação dialética com a cisão no ciclo do capital entre mercado interno e mercado externo no período da economia exportadora e, posteriormente, com a cisão entre esfera alta e esfera baixa da circulação interna. Ao constituir-se e avançar o processo de industrialização, o recurso à superexploração para a acumulação de capital na economia dependente agudizava uma tendência capitalista geral dos investimentos em elevação da capacidade produtiva concentrarem-se no subsetor IIb, produtor de bens de consumo suntuários.

É uma tendência geral do capitalismo que este subsetor seja capaz de apropriar-se com mais facilidade de mais-valor extraordinário que os outros setores produtivos¹³³. Nas economias dependentes, contudo, essa tendência foi agudizada devido aos seguintes fatores:

a) no âmbito da circulação, a compressão do consumo dos trabalhadores pela via do rebaixamento dos salários reduz a capacidade de realização das mercadorias na esfera de bens de consumo necessários, enquanto aumenta na esfera de bens suntuários cujo consumo é oriundo dos lucros dos capitalistas;

¹³³ Em *Plusvalia extraordinaria y acumulación de capital*¹³³, Marini investiga com maior profundidade como se dão as relações de distribuição entre os setores produtores de bens de capital (I) e de consumo (II), este último subdividido em subsetor produtores de bens de consumo necessário (IIa) e suntuários (IIb). A partir de uma reinterpretação dos esquemas de reprodução apresentados por Marx no Livro II do Capital, Marini chega à conclusão de que há uma tendência característica do modo de produção capitalista em favorecer o crescimento da produtividade do subsetor produtor de bens de consumo suntuários e do setor de bens de capital a ele destinado em detrimento do subsetor produtor de bens de consumo necessário e seu correspondente produtor de bens de capital. Isso se dá devido à capacidade de conversão de lucros extraordinários entre os diferentes setores e a concentração de geração de mais-valor extraordinário daí derivada. O subsetor produtor de bens suntuários consegue sustentar que suas mercadorias mantenham preços de mercado mais elevados que os valores individuais rebaixados com os aumentos de produtividade de maneira mais efetiva que no subsetor ligado à produção de bens necessários, devido ao fato de sua demanda ser formada pelo próprio mais-valor não acumulado dos capitalistas, ou seja, dela depender, em última instância, dos próprios aumentos na apropriação de mais-valor pelos quais são responsáveis. Os ramos do setor I, produtor de bens de capital, direcionados para o subsetor IIb também são favorecidos na medida em que a geração de mais-valor extraordinário em I (por meio da produção de uma nova máquina mais eficiente, por exemplo) implica uma ampliação da acumulação e da taxa de mais-valor em IIb mediante elevação da capacidade produtiva deste subsetor. A realização desse montante maior de valor em IIb pode, então, se dar pelo aumento da demanda propiciado pelo mais-valor extraordinário gerado nos ramos de I.

Inversamente, no subsetor IIa, produtor de bens necessários, a elevação da capacidade produtiva (com a produção de uma maior massa de mercadorias) não é acompanhada de um aumento da demanda dos outros setores, na medida em que não se altera o capital variável deles, de onde provém a demanda por esses bens, enquanto se reduz relativamente a demanda criada no próprio IIa com a redução da participação do capital variável em seu produto. Assim, há nesse subsetor uma tendência de que os preços se rebaixem com maior rapidez, acompanhando os aumentos de produtividade, para que a maior massa de mercadorias possa ser realizada. Ou seja, uma tendência a eliminar de forma mais célere o mais-valor extraordinário gerado pelos diferenciais de produtividade em relação aos outros setores e entre ramos do próprio subsetor e à conversão do mais-valor extraordinário em mais-valor relativo pela via da redução do valor dos bens que compõem o valor da força de trabalho;

- b) no âmbito da produção, o capital social não necessita reduzir o valor da força de trabalho com a elevação da produtividade na produção de bens necessários para ampliar a taxa de mais-valor, já que pode recorrer à superexploração;
- c) em um nível mais concreto de análise, no âmbito da circulação, a economia dependente ter contado, desde o início de sua industrialização, com uma oferta externa de meios de produção bem mais avançados tecnologicamente, o que desestimulou por um tempo prolongado a formação de um setor interno de bens de produção que pudesse irradiar ganhos de produtividade para todo o setor de bens de consumo, de maneira que a tecnologia estrangeira importada era orientada, devido às necessidades de realização, para utilização para a produção suntuária¹³⁴;
- d) Esse conjunto de determinantes retroalimentam a tendência, na medida em que os aumentos da produtividade do subsetor IIb podem ser mais facilmente convertidos em lucro extraordinário com o alargamento dos diferenciais de produtividade com os setores ligados à produção de bens necessários.

Foi exatamente no momento em que a economia dependente vencia a primeira fase da produção interna de bens de consumo não-duráveis e precisava avançar para etapas mais complexas da produção, em que as exigências de importação de tecnologia estrangeira eram cada vez maiores e sob uma conjuntura em que as economias centrais buscavam a internacionalização de suas plantas produtivas com a reutilização de meios de produção tornados obsoletos, que essa contradição se manifestou em sua inteireza. Essas condições estruturais se apresentariam como obstáculos ao fomento de um processo de industrialização orgânica¹³⁵, à luz da geração de mais-valor relativo, tal qual ocorrido nos centros capitalistas. Pelo contrário, a industrialização *inorgânica* latino-americana se caracterizou pela fixação do mais-valor extraordinário por meio de avanços produtivos no subsetor de produção de bens suntuários, resultando em grandes disparidades tecnológicas intersetoriais.

Evidente que, com o mesmo avanço da industrialização surgiriam contratendências que atuariam no sentido de superação dessa contradição, mas que a repuseram sob novas configurações. É assim que a demanda por bens suntuários na esfera alta de circulação se mostraria restrita com o crescimento da oferta industrial, o que levaria à necessidade de generalizar o consumo de manufaturas. No Brasil e na Argentina, segundo Marini, esse

¹³⁴ (MARINI, 2012, p. 27);

¹³⁵ “Por industrialização orgânica entendemos aquela que irradia os avanços de produtividade para o conjunto dos ramos e setores da produção e que desenvolve e complexifica a atividade industrial seja no setor I [produtor de meios de produção], seja no setor II [produtor de meios de consumo]. Por consequência, a industrialização que é orgânica proporciona a geração de mais-valia relativa e o funcionamento da contra-tendência que ‘a lei de nivelamento da taxa de lucro – e não a fixação da mais-valia extraordinária em um setor como o produtor de bens suntuários’” (LUCE, 2018, p. 119 e 120);

processo ocorreria logo após a Segunda Guerra Mundial. Tomando como base o que havia ocorrido nos países centrais, este seria um momento equivalente à conversão de bens supérfluos em bens de consumo popular. Contudo, sob as circunstâncias próprias da economia dependente sustentada sobre a superexploração, essa ampliação tomou conteúdo particular: por um lado, se deu pelo aumento do consumo das camadas médias das sociedades dependentes criado a partir do mais-valor não acumulado; por outro, gerou esforços para aumentar a produtividade do trabalho. Este segundo movimento poderia chegar ao ponto de incidir sobre o valor da força de trabalho engendrando uma dinâmica que se aproximasse àquela dos países centrais na geração de mais-valor relativo, mas foi parcialmente neutralizado pelo consumo das camadas médias, o qual, derivado do mais-valor, dependia da compressão dos salários¹³⁶.

Dessa forma, a transição entre um modo de acumulação para outro se tornava difícil e extremamente lenta, enquanto crescia a necessidade de importação de bens de capital para avançar a uma nova fase da industrialização. A solução passava a ser, de maneira progressiva, o recurso ao capital estrangeiro por meio de investimentos diretos destinados à elevação da capacidade produtiva do trabalho, abrindo uma nova fase do capitalismo dependente caracterizada pela integração nos sistemas de produção¹³⁷. Contudo, como mencionado, ao incidir sobre estruturas produtivas baseadas na superexploração da força de trabalho, as novas técnicas de produção se vinculavam a ramos industriais orientados ao consumo suntuário e que, ao se caracterizarem pela economia da força de trabalho, contribuíam para a ampliação do exército industrial de reserva, e, portanto, para a reprodução da superexploração sob uma nova configuração. Por outro lado, essa absorção tecnológica punha em marcha um mecanismo combinado de aumento da superexploração da força de trabalho nos ramos dinâmicos associados ao capital estrangeiro, mediante a intensificação do ritmo de trabalho dos operários, e de ocorrência de transferências de valor intersetoriais cada vez mais importantes, diante dos desníveis de produtividade que se acentuavam entre indústrias dinâmicas e atrasadas da economia.

O desenvolvimento industrial da economia dependente mostrou-se, dessa forma, como uma nova expressão de desenvolvimento do subdesenvolvimento, em que o avanço das forças produtivas, realizado sobre formações econômico-sociais engendradas em tendências particulares – sobretudo a superexploração da força de trabalho – teve repercussões para o ciclo do capital com a ocorrência de uma nova cisão entre esfera alta e esfera baixa de realização. Seu aspecto mais patente é a formação de uma estrutura industrial alheia às necessidades de

¹³⁶ (MARINI, 2011a, p. 165);

¹³⁷ (BAMBIRRA, 2019);

consumo das massas, as quais permanecem, sob uma nova configuração, vivendo sob condição de superexploração e excluídas dos frutos do “progresso” do capitalismo dependente.

1.3.3.5 O tempo de existência suntuária dos bens de consumo

O tempo levado em uma formação econômico-social particular para a conversão de bens suntuários em bens necessários com os aumentos de produtividade que reduzem o seu valor e o valor dos próprios bens necessários já existentes, permitindo a incorporação desses novos itens à cesta de consumo dos trabalhadores, é denominado por Luce *tempo de existência suntuária dos bens*¹³⁸, uma contratendência à distensão das esferas alta e baixa de circulação.

Nas economias dependentes, caracterizadas pela cisão dessas esferas e pelo divórcio da estrutura produtiva das necessidades das massas, o tempo de existência suntuária dos bens tende a ser mais prolongado que nas economias centrais. Nelas, apenas após um longo período determinados bens industriais de maior elaboração tecnológica passam a fazer parte da cesta de consumo da ampla maioria da população, se é que chegam a fazê-lo em algum momento.

Para ilustrar alguns casos de longo tempo de existência suntuária dos bens nas economias dependentes, Luce dá o exemplo do automóvel e do televisor, comparando a difusão ao longo do tempo desses valores de uso nos domicílios dessas economias com de economias centrais. Esses exemplos nos são particularmente úteis dada a importância de seus mercados no Brasil¹³⁹.

Quanto ao automóvel¹⁴⁰, tem-se que, no ano de 1912, entre os primeiros anos da ascensão meteórica da indústria automobilística estadunidense, este bem de consumo estava presente em 4,2% dos domicílios dos Estados Unidos. Em 1923, ele já atingia 50,3% dos domicílios do país e, em 2014, chega à cifra de 88% dos domicílios. No Brasil, em 1970, cerca de duas décadas após o início de sua produção em volume, esta proporção correspondia a 9%, 19% em 1980, 23% em 1991, 32,6% em 2000 e 47% dos domicílios em 2010. Observa-se que em uma década do início de sua difusão nos Estados Unidos o automóvel já estava presente em mais da metade dos lares estadunidenses, enquanto que em quatro décadas esse bem de consumo não chegou ao mesmo patamar no caso brasileiro, com uma parte minoritária da população tendo acesso a ele.

¹³⁸ (LUCE, 2018, p. 117);

¹³⁹ Em 2021 o mercado brasileiro de automóveis foi o 8º maior do mundo, tendo chegado à quarta colocação em 2014. Em 2020, foram vendidos cerca de 12,9 milhões de televisores no país. Ver em (MOTOR 1, 2022) e (GAUCHAZH, 2021);

¹⁴⁰ (LUCE, 2018, p. 122);

Com o aparelho televisor ocorre trajetória similar¹⁴¹. Em 1950, nos Estados Unidos, quando começa a se tornar um bem de consumo de massas, esse bem estava presente em 9% dos domicílios. Apenas 5 anos depois, em 1955, ele estava em 64,5% das residências. Em 1960, em 87,1% e em 1980 em 98% delas. No Brasil, em 1960, 4,6% dos domicílios possuíam televisor. Esse número passa para 22,8% em 1970 e 56,1% em 1980, 79,6% em 1991 e 87% em 2000, chegando a 95,1% em 2010. Ou seja, enquanto esse valor de uso tornou-se um bem de consumo de massa em apenas cinco anos nos EUA, ele demorou aproximadamente trinta anos para deixar sua condição de bem suntuário no Brasil.

Entre outros inúmeros valores de uso que poderiam ser mencionados, esses são exemplos eloquentes de bens de consumo símbolos da sociedade de consumo que, no contexto da economia dependente brasileira, caracterizam-se por um prolongado tempo de existência suntuária, sendo, durante muito tempo¹⁴², bens de acesso exclusivo às classes dominantes e à pequena burguesia da sociedade brasileira.

1.3.3.5 Uma terceira cisão com a acumulação sob formas fictícias?

O processo de industrialização inorgânica dependente se desenvolveu no período que compreende, aproximadamente, as décadas de 1930 e 1970, quando se trata do caso brasileiro. Nesta última década, as transformações em andamento com o advento de uma nova fase do capitalismo – desdobradas em uma reconfiguração da divisão internacional do trabalho e na formação de um “sistema de finança mundializado”¹⁴³ – condicionaram o momento inicial de inserção do país e da América Latina na lógica de acumulação de capital fictício que passa a predominar na dinâmica capitalista global.

Nessa nova fase que se abre à América Latina e que segue na atualidade do capitalismo latino-americano, há o estabelecimento de um novo padrão de reprodução do capital cuja uma das características mais importantes é o recurso a “uma forma específica de acumulação de capital[...], na qual uma fração sempre mais elevada conserva a forma dinheiro e pretende se valorizar pela via das aplicações financeiras nos mercados especializados (a forma resumida D-D’ salientada por Marx)”¹⁴⁴. A valorização financeira que assume um peso determinante na

¹⁴¹ (LUCE, 2018, p. 127);

¹⁴² No caso do automóvel, ainda hoje pode-se considera-lo um bem suntuário, já que, após o período dos governos petistas em que um segmento classe trabalhadora pôde adquiri-lo, ele atualmente volta a se tornar um bem inacessível para a grande maioria da população;

¹⁴³ Como o denomina o economista francês François Chesnais (CHESNAIS, 2005, p. 44);

¹⁴⁴ (CHESNAIS, 2005, p. 20);

dinâmica que se estabelece para a acumulação em países como o Brasil, bem como a condição subordinada da economia dependente nesse sistema de finança, são o que faz Luce engendrar a hipótese de uma terceira cisão no ciclo do capital. Nas palavras do autor:

Com o advento da financeirização da economia mundial, sob a fase atual do capitalismo, teve lugar uma terceira cisão no ciclo do capital. Se, historicamente, a primeira cisão (entre mercado externo e mercado interno) marcou o período de integração da América Latina ao mercado mundial; e a segunda cisão (entre esfera alta e esfera baixa da produção e realização) marcou o período da integração dos sistemas de produção, pondo em marcha novas contradições na região, com a reconfiguração da industrialização dependente no contexto de penetração do IED na indústria manufatureira pós-Segunda Guerra; uma terceira cisão é engendrada sob a égide da integração financeirizada do mercado de crédito e do mercado de títulos no capitalismo do final do século XX e começo do século XXI. Neste quadro, a condição subordinada da economia dependente, tanto do ponto de vista da função dinheiro-mundial, como da função capital-dinheiro, provoca uma terceira cisão no ciclo do capital, que agudiza a contradição entre a função capital-dinheiro e a apropriação de valor sob a forma de lucros fictícios (quais economias e capitais se apropriam mormente destes). (LUCE, 2018, p. 133)

Essa hipótese não consta das obras clássicas da TMD, produzidas nas décadas de 1960 e 1970, quando a financeirização da economia mundial ainda esboçava sua dinâmica. Ela é introduzida por Luce, que promete a sua demonstração em obra posterior. Neste trabalho, não temos o intuito de demonstrá-la, já que sairíamos do escopo estabelecido. Contudo, é preciso ter em conta a esta altura que a financeirização da economia brasileira ocorrida nas últimas quatro décadas – ou sua transformação em “plataforma de valorização financeira”¹⁴⁵ – é um tema incontornável à análise do capitalismo dependente dadas suas implicações para a reprodução do capital sob o padrão atual, e, evidentemente, sobre a reprodução do capital da burguesia interna. Portanto, embora não tratemos em particular da noção de uma terceira cisão do ciclo do capital, discorreremos sobre algumas das determinações da financeirização nas fases deste ciclo. Fazemos isso no próximo capítulo, ao tratar do atual padrão de reprodução do capital que rege as “pegadas do capital” na América Latina.

1.4 O Estado capitalista dependente

O conjunto de determinações estruturais que pudemos expor até aqui dizem respeito a tendências que configuram o modo particular de produção, circulação e apropriação da riqueza nas sociedades dependentes. Refere-se, portanto, diretamente à reprodução material dessas

¹⁴⁵ (PAULANI, 2008);

sociedades. Não é necessário insistir na importância de tais determinações para a investigação de uma diversidade de aspectos da realidade social latino-americana e para seu entendimento enquanto totalidade social. Não obstante, a reprodução de tais tendências de longa duração requer, para tanto, de estruturas políticas que forneçam as condições de dominação sobre as classes não detentoras, bem como ofereça mecanismos que promovam a acumulação de capital. Sob outro prisma, os próprios mecanismos de dominação são conformados segundo a correlação de forças entre as frações e classes dominantes e entre estas e as classes dominadas.

Essas observações nos remetem ao problema do Estado dependente latino-americano. Desde o momento em que conquistaram a independência política, os países latino-americanos contaram com estruturas políticas com aspectos que se referem ao fenômeno mais geral do Estado capitalista, mas também com determinações e características próprias diferentes daquelas encontradas nos Estados nacionais do capitalismo central. Por outro lado, o Estado dependente assumiu formas distintas ao longo da história relacionadas às formas predominantes de reprodução do capital em determinadas épocas¹⁴⁶.

Dada a centralidade do fenômeno estatal no capitalismo em geral e no capitalismo dependente em particular, a compreensão de determinados aspectos do Estado latino-americano faz parte da complexa tarefa de desvelar a reprodução da dependência na região. Por outro lado, o Estado cumpre um papel fundamental tanto à organização política das classes dominantes, quanto à delimitação das classes e frações de classe que emergem, como reação à política estatal, no campo das práticas de classe¹⁴⁷. Assim, a delimitação de alguns elementos do Estado dependente é de suma importância para uma análise voltada ao fenômeno das classes sociais e frações como a que aqui está sendo proposta.

Nessa seção, tratamos, em primeiro lugar, da crítica marxista ao Estado capitalista, sobretudo da sua contribuição em desvelar a ideologia do Estado como uma entidade neutra ou acima das classes sociais, bem como sintetizo algumas contribuições do marxismo que buscaram superar o viés de certa maneira reducionista de análises do marxismo clássico sobre o tema. Em seguida, introduzimos alguns elementos determinantes e características particulares dos Estados dependentes latino-americanos. A exposição é realizada tendo como referência algumas contribuições das obras de Jaime Osorio¹⁴⁸ e Leonardo Granato¹⁴⁹. É importante advertir que não há, na presente exposição, a intenção de realizar uma análise exaustiva sobre

¹⁴⁶ Sobre os diferentes padrões de reprodução do capital que vigoraram na América Latina, ver Capítulo II;

¹⁴⁷ Ver Capítulo III;

¹⁴⁸ (OSORIO, 2019b);

¹⁴⁹ (GRANATO, 2021);

o Estado capitalista em geral ou sobre o Estado latino-americano, mas apenas introduzir alguns aspectos que dizem respeito a seu papel particular para a reprodução da dependência e para a conformação das classes sociais na região.

1.4.1 O Estado capitalista: o Estado “neuro” liberal e a crítica marxista

Uma definição concisa do termo Estado em sua acepção predominante pode ser dada nos termos apontados por Granato: ele se refere ao “complexo territorial e demográfico (uma população) sobre o qual se exerce uma dominação (o poder político), bem como ao conjunto de leis e órgãos administrativos que regem esse complexo”. Nascido na segunda metade do século XV na França, Inglaterra e Península Ibérica, o Estado moderno foi definido desde seus primórdios em termos de poder e contou com duas características fundamentais: a plena soberania, “que garantia que sua autoridade não dependesse de nenhuma outra, interna ou externa”, e a distinção entre Estado e sociedade civil – algo que se tornou mais evidente a partir do século XVII, na Inglaterra – com a transformação do “súdito” em “cidadão-indivíduo-proprietário” e a “desvinculação do público e do privado, do interesse coletivo e do interesse particular”, na esteira da ascensão da burguesia ao poder por meio das revoluções liberais¹⁵⁰.

A filosofia racional moderna atribuía ao Estado a função limitada da garantia de direitos e liberdades individuais. Nela, a instituição estatal aparece como “elemento mediador civilizador”, separado e acima da sociedade. O lastro original dessa concepção são as teorias contratualistas do direito natural dos séculos XVII e XVIII, que propugnavam a ideia liberal e individualista da necessidade de o poder estatal respeitar direitos e liberdades inatos do homem, a qual seria satisfeita por meio de um pacto ou contrato entre os indivíduos¹⁵¹. Já no século XIX, Hegel¹⁵² atribui ao Estado uma racionalidade própria e inverte a lógica dos contratualistas, colocando o poder estatal como fundamento da sociedade e não o contrário. O Estado aparece aqui como uma esfera ideal acima dos interesses individuais e das classes, responsável pela defesa racional do interesse da coletividade frente aos interesses particularistas e egoístas da sociedade civil. Nas primeiras décadas do século XX, Max Weber compreenderia o Estado como uma “relação de dominação de homens sobre homens” cujo elemento distintivo é o

¹⁵⁰ (GRANATO, 2021, p. 22 e 23);

¹⁵¹ Para uma obra sintética sobre os principais teóricos do contratualismo e seus escritos mais importantes, ver (WEFFORT, 2011) e (BORON, 2006);

¹⁵² (HEGEL, 1997);

exercício do monopólio da coação física legítima, legitimidade esta sustentada em um estatuto, base de um “tipo ideal” de dominação racional-legal¹⁵³.

Nessas perspectivas, aqui mencionadas de forma meramente ilustrativa, desaparece o nexo entre o fenômeno estatal, as relações de dominação e as relações de exploração na sociedade capitalista. Mesmo no caso weberiano, em que se reconhece a centralidade da dimensão repressiva do Estado, esta é identificada com a dominação racional-legal, focada, portanto, na questão de “como se exerce o poder” e não no problema fundamental de “quem detém o poder”. O marxismo foi responsável por desvelar o caráter de classe do Estado. Particularmente, o caráter intrinsecamente burguês do Estado capitalista.

Os clássicos do marxismo estabeleceram os fundamentos dessa perspectiva. Marx não desenvolve em sua obra uma sistematização teórica sobre o Estado capitalista, mas em seus escritos de crítica à Economia Política e nas análises de conjunturas históricas específicas produzidos em sua maturidade intelectual está colocada a concepção do Estado como Estado de classe¹⁵⁴ que fundamenta a teoria política marxista¹⁵⁵. Particularmente em seus escritos políticos, Marx chama atenção para o caráter opressor e burguês do Estado capitalista, nascido historicamente da repressão contra a classe operária, bem como de sua função de garantidor da ordem social burguesa, mesmo sem depender do controle direto por parte da burguesia. Também é importante mencionar a contribuição de Marx na introdução do problema da autonomia relativa do Estado em suas análises sobre a conjuntura francesa. Marx observou como nas condições de excepcionais de crise política que caracterizou essa conjuntura, o Estado francês adquiriu um caráter autônomo em relação às classes e apareceu como unificador da sociedade acima dos grupos sociais. Friedrich Engels, por sua vez, faz contribuições sobre a natureza de classe do Estado capitalista em *A origem da família, da propriedade e do Estado*¹⁵⁶, atrelando o surgimento do Estado à necessidade de mediação do conflito e manutenção da ordem decorrente do desenvolvimento econômico ligado à divisão da sociedade em classes.

¹⁵³ (GRANATO, 2021);

¹⁵⁴ Conforme Granato (2021), nas obras de Marx de sua juventude voltadas à crítica ao pensamento de Hegel, o revolucionário alemão ainda não entende o Estado como “Estado de classe”, “mas como uma perversão burocrática a serviço da dominação da sociedade civil, em oposição à ideia hegeliana de Estado como comunidade idealizada” (GRANATO, 2021, p. 29)

¹⁵⁵ No prefácio de sua obra *Contribuição para a crítica da economia política* (MARX, 2008), sua célebre passagem sobre as relações de produção como “a base real sobre a qual se levanta a estrutura jurídica e política” tem o significado mais preciso de explicitar o papel do Estado como parte essencial das relações econômicas de exploração. Em *O Capital*, ao investigar profundamente essas relações, Marx forneceria os fundamentos para um verdadeiro conhecimento sobre o Estado Em *O Manifesto do Partido Comunista* (MARX e ENGELS, 2021), Marx e Engels iriam sustentar o vínculo entre os interesses das classes proprietárias e a política estatal.

¹⁵⁶ (ENGELS, 1984)

Vladimir Lenin, em *O Estado e a revolução*¹⁵⁷, avança na compreensão do Estado como uma “ditadura de classe”, mesmo nas repúblicas burguesas mais avançadas, pois estas mantêm a opressão sobre as maiorias sociais sob a aparência de democracia. O revolucionário bolchevique conclui pela necessidade de destruição do Estado capitalista e criação de um novo tipo de Estado proletário que se organiza ainda antes da conquista do poder.

Marx, Engels e Lenin conseguiram desmascarar a aparente neutralidade do Estado sustentada pela filosofia política liberal em seus diversos matizes e derivações. Aqui, o Estado é examinado pela sua função de organização da dominação de classe. Não obstante, o marxismo clássico, ao enfatizar a noção do Estado como aparelho repressivo a serviço da classe dominante ou, ainda, como superestrutura derivada de uma base econômica e do jogo mecânico de uma luta entre burguesia e proletariado, não se concentrou em aspectos que remetem à sua dimensão ideológica, à relação com a assim chamada “sociedade civil”, à complexidade e ritmo próprios da dimensão política estatal, entre outras questões. Desenvolvimentos marxistas posteriores questionaram o viés instrumentalista e economicista das leituras clássicas, trazendo novos aspectos e complexidades para a análise.

Antônio Gramsci, nas primeiras décadas do século XX, com vistas à realidade política da Europa ocidental, traz grandes contribuições sobre a problemática referente à forma como, no capitalismo, a dominação se converte em aceitação por parte dos dominados. O teórico italiano propõe uma concepção ampliada de Estado, que incorpora a sociedade civil e a ação educativa de tipo ideológico-cultural sobre as classes dominadas de acordo com os interesses das classes dominantes, ganhando relevância no entendimento do poder estatal, ao lado da dimensão coercitiva, os processos consensuais ideológicos de direção e dominação¹⁵⁸.

Louis Althusser e Nicos Poulantzas, já na segunda metade do século passado, quando a questão do Estado se mostrava muito mais complexa que no tempo dos pioneiros do marxismo, trazem importante renovação ao debate a partir da noção ampliada de modo de produção¹⁵⁹. Althusser traz novas reflexões à análise do aparelho de Estado - os aparelhos por intermédio dos quais o poder de Estado (as classes ou aliança de classes que possuem o poder) é exercido – com a distinção entre o aparelho repressor e os aparelhos ideológicos de Estado – como os aparelhos escolar, familiar, religioso, político, sindical, cultural, etc. – voltados à garantia das condições de reprodução das relações de reprodução capitalistas¹⁶⁰. Tal compreensão estendida

¹⁵⁷ (LENIN, 2007)

¹⁵⁸ (GRAMSCI, 2007);

¹⁵⁹ Ver Capítulo III;

¹⁶⁰ (ALTHUSSER, 2008);

dos limites do Estado, incorporando os “aparelhos” pertencentes à sociedade civil¹⁶¹, é criticada por alguns autores dentro do campo marxista por diluir as fronteiras estatais e dificultar a identificação da especificidade do poder político frente ao poder ideológico de classe, bem como a relação que se estabelece entre eles¹⁶².

Poulantzas, em sua proposta de desenvolvimento de uma teoria regional do político no modo de produção capitalista, conceitua o papel global do Estado capitalista referente à *manutenção da unidade das formações sociais capitalistas*¹⁶³ e de *asseguramento da dominação política de classe*, para os quais tem como objetivos a desorganização das classes populares e a organização política das classes dominantes¹⁶⁴. Em obras posteriores, sobretudo em *O Estado, o poder, o socialismo*, Poulantzas modifica seu conceito de Estado para além da função de organização do poder da classe dominante e fator isolador da classe operária, entendendo-o como local de conflito de classes que concentra não somente a relação de forças entre frações do bloco no poder, mas também entre estas e as classes dominadas.

Não é o objetivo, aqui, debater conceitualmente as dimensões do Estado capitalista em toda a sua complexidade, algo que ultrapassa o horizonte desse trabalho. A breve exposição da crítica marxista à neutralidade do Estado chega em Poulantzas ao seu momento em que pode nos garantir maior proveito teórico. Referimo-nos aqui a alguns aspectos que nos parecem fundamentais referentes ao papel global do Estado capitalista:

a) O Estado capitalista tem como uma de suas funções a garantia unidade das classes e frações dominantes. Essa unidade política é necessariamente contraditória, dada a heterogeneidade de interesses e a tendência à luta fratricida que caracterizam os grupos dominantes nas sociedades capitalistas. Ela ocorre com a conformação do que Poulantzas denomina “bloco no poder”, e se dá por meio do estabelecimento da hegemonia política de uma fração ou classe, capaz de apresentar seus interesses particulares como interesses de todo o bloco dominante¹⁶⁵;

b) Embora o Estado capitalista deva assegurar os interesses do capital em geral – em relação, em última instância, à manutenção da ordem social capitalista – e do bloco no poder e de sua fração hegemônica em particular, tal relação não se dá de forma mecânica e instrumentalista. Como mencionamos, Marx já apontava o problema da autonomia relativa do

¹⁶¹ Poulantzas também segue Althusser nessa leitura;

¹⁶² (OSORIO, 2019b);

¹⁶³ Sobre o conceito de formação social em Poulantzas e Althusser, ver Capítulo III;

¹⁶⁴ (POULANTZAS, 2019);

¹⁶⁵ Sobre os conceitos de classe, fração de classe e bloco no poder em Poulantzas, ver capítulo III;

Estado, que Poulantzas aprofunda. Para este autor, tal fenômeno faz referência a dois processos distintos em diferentes níveis de abstração. Em um nível mais estrutural, ela reflete a separação relativa entre as instâncias do econômico e do político que caracteriza o modo de produção capitalista¹⁶⁶ e é um elemento determinante para função de Estado de organizar politicamente as classes dominantes (na medida em que permite ao Estado contrariar os interesses econômicos imediatos de determinadas frações da classe dominante com vistas a realizar seu interesse político mantendo a unidade no bloco no poder), de desorganizar as classes dominadas (pois, ao deter certa autonomia, pode se apresentar como representante do “povo-nação”, dificultando a organização autônoma dos dominados) e de constituir “classes-apoios” como a pequena burguesia e o campesinato (para as quais o Estado relativamente autônomo pode se apresentar como representante político). Em um nível conjuntural, ela diz respeito a situações específicas de crise em que há um equilíbrio de forças sociais na luta de classes, em que o Estado não se vincula abertamente aos interesses de nenhuma das frações e classes em luta;

c) O Estado capitalista cumpre funções essenciais à “reprodução societária” nas sociedades capitalistas, relacionadas a seu papel de manutenção da unidade das formações sociais. Poulantzas observa que as formações sociais capitalistas passam por diferentes estágios que se distinguem pelas formas de articulação entre suas dimensões econômica, política e ideológica e pela combinação que se estabelece entre o modo de produção capitalista dominante e outros modos de produção subordinados. A esses diferentes estágios correspondem diferentes *formas de Estado*, que são caracterizadas pela forma particular como se dá a relação entre o político e o econômico em cada uma delas¹⁶⁷. Em cada uma das formas de Estado, variam as tarefas fundamentais cumpridas pela organização estatal para a reprodução societária.

¹⁶⁶ A autonomia do econômico e do político é, conforme Poulantzas, uma especificidade do modo de produção capitalista em relação aos outros modos de produção, decorrente da separação do trabalhador dos meios de produção. Fazendo essa leitura a partir de Marx, Poulantzas explica: “É principalmente através dessa separação, que faz do próprio trabalhador um elemento do capital, e do trabalho uma mercadoria, que decorre o caráter do econômico desse modo como processo de produção da mais-valia. Essa combinação determina uma autonomia específica do político e do econômico. Marx apreende-a nas suas duas manifestações: por um lado, nos seus efeitos sobre o econômico: por exemplo, o processo de produção no M.P.C. [modo de produção capitalista] funciona de maneira relativamente autônoma, não precisando da intervenção, característica para outros modos de produção, de ‘razões extraeconômicas’[...]. E ele apreende, por outro lado, essa autonomia nos seus efeitos sobre o Estado capitalista” (POULANTZAS, 2019, p. 35);

¹⁶⁷ Em *Poder político e classes sociais*, Poulantzas faz referência – sem maior aprofundamento – aos estágios do “capitalismo privado”, “capitalismo social”, “capitalismo monopolista” e “capitalismo monopolista de Estado”, bem como indica a forma de Estado liberal para o capitalismo privado e a característica intervencionista do Estado para o capitalismo monopolista (POULANTZAS, 2019, p. 150 e 151). Ao nosso ver, a delimitação dos estágios de uma formação econômico-social requer a observação de mais determinações não consideradas por Poulantzas, referentes a aspectos da divisão internacional do trabalho em quadras temporais específicas do sistema mundial, para a qual recorremos, nesta Tese, à categoria de *padrão de reprodução do capital* (ver Capítulo II).

A relação entre Estado e reprodução societária é tratada por Jaime Osorio de forma elucidativa¹⁶⁸. Conforme Osorio, o Estado cumpre funções específicas nos campos social, político, econômico e ideológico nesse sentido. Aqui, salientamos a dimensão econômica dessa relação: para cada padrão de reprodução do capital – “formas concretas”, determinadas histórica e geograficamente, “nas quais o capital resolve as diversas etapas de seu ciclo”¹⁶⁹ - o Estado cumpre uma série de requerimentos específicos em matéria de forma de intervenção estatal e de políticas econômicas voltadas a promover a reprodução ampliada dos capitais das classes e frações do bloco no poder, especialmente de seu núcleo hegemônico.

d) Além do recurso à força e à violência, o Estado capitalista promove a desorganização política das classes dominadas por meio dos recursos ideológicos que Poulantzas denomina como “efeito de isolamento” e “efeito de representação da unidade”. O primeiro trata da individualização dos trabalhadores assalariados pela via jurídica, como sujeitos legais, “formalmente” iguais e livres. Estes são atomizados pelo direito burguês que trabalha desse modo para sua conservação em um estado de massa, “frustrando qualquer tentativa de desenvolvimento de laços de solidariedade[...] e impedindo a sua constituição como classe social”¹⁷⁰. Já o “efeito de representação da unidade” decorre do efeito de isolamento. Por meio dele, como já mencionado, o Estado se apresenta como “unidade” de toda a sociedade, de forma a mascarar o caráter de classe da sociedade capitalista e seu papel de representante das classes dominantes.

1.4.2 Algumas determinações e características do Estado capitalista dependente

O Estado dependente está atravessado por processos oriundos de aspectos estruturais do próprio capitalismo dependente, dos quais decorrem suas particularidades. Portanto, como diz Granato parafraseando Agustin Cueva, o Estado na América Latina deve ser pensado “desde a

Paralelamente, as formas de Estado correspondentes a esses estágios também são mais ricas em determinações. Ao nosso ver, as formas estatais caracterizadas pelo “intervencionismo” podem ser bastante diversas entre si, como, por exemplo, Estados de bem-estar social promotores de políticas econômicas keynesianas dos países centrais no período pós-guerra e Estado periféricos executores de políticas neoliberais na globalização. Ambos são Estados com característica intervencionista, mas remetem a relações entre as dimensões política e econômica das formações econômico-sociais diferentes. Ou seja, são diferentes “tipos” de intervencionismo.

¹⁶⁸ Segundo Osorio, a reprodução societária compreende pelo menos os seguintes aspectos: a) no campo social, a reprodução das classes sociais; b) no campo político, os processos e instituições que organizam as classes entre dominantes e dominadas; c) no campo econômico, “os processos que garantem a organização produtiva sob as modalidades de exploração próprias do capitalismo”; d) no campo ideológico, “as visões e interpretações do mundo social de acordo com os imperativos de dominação”;

¹⁶⁹ (OSORIO, 2019b, p. 82). Para a exposição aprofundada da categoria *padrão de reprodução do capital*, ver Capítulo II;

¹⁷⁰ (GRANATO, 2021, p. 49);

complexidade e a diversidade de condições ou determinações próprias e recíprocas que emergem do desenvolvimento capitalista desigual e combinado do continente, e que se expressam e se desenvolvem por meio da luta de classes na formação social concreta”¹⁷¹.

Um primeiro determinante é a inserção subordinada das formações econômico-sociais dependentes no mercado mundial. Podemos observar que, no decorrer do *desenvolvimento do subdesenvolvimento* do capitalismo latino-americano, este desempenhou historicamente funções produtivas dependentes das exigências comerciais, tecnológicas e financeiras do capital estrangeiro. Granato aponta que essa condição implica uma discrepância entre o conjunto socioeconômico do qual o Estado recebe suas determinações – o qual ultrapassa o sistema produtivo circunscrito ao território nacional dada sua vinculação prioritária com o mercado mundial – e a estrutura política definida em termos nacionais que caracteriza qualquer Estado. Aprofundando ainda mais a observação, o autor identifica “a falta de correspondência entre base e superestrutura, a relação não recíproca entre o político e o econômico nas sociedades periféricas”¹⁷²

Essa condição implica uma forte incidência dos interesses políticos e econômicos das classes dominantes dos países imperialistas na organização estatal. É sob esses termos que Osorio entende os Estados dependentes como *Estados subsoberanos*. Segundo o autor,

Ele é caracterizado pelas relações restritas de soberania frente a formações econômico-sociais e regiões que apresentam exercícios mais plenos de soberanias – na medida em que são Estados desenvolvidos, centrais e imperialistas. Este exercício desigual de soberania no interior do sistema mundial capitalista é uma característica estrutural, processo que se acentua ou se atenua em diferentes períodos históricos, mas que provoca no Estado do capitalismo dependente relações de *subsoberania*.
(OSORIO, 2019, p. 206)

Uma das implicações da subsoberania dependente é o aspecto subordinado e associado das classes dominantes locais frente a seus pares dos países imperialistas, “situação que não deve ser interpretada como um obstáculo, mas, ao contrário, como uma condição de vida das classes dominantes locais, o que não exclui possíveis conflitos”¹⁷³. O Estado dependente funciona como elo entre as classes dominantes locais e estrangeiras, na medida em que estas últimas, para fazerem valer seus interesses, articulam-se com os interesses dominantes locais em situações nas quais se faz central a materialidade institucional do Estado, em um processo

¹⁷¹ (GRANATO, 2021, p. 68);

¹⁷² (GRANATO, 2021, p. 76);

¹⁷³ (OSORIO, 2019b, p. 206);

no qual necessariamente ocorrem mediações relacionadas à dinâmica, à lógica e à autonomia relativa próprias da instância estatal¹⁷⁴. Por outro lado, os processos de monopolização do capital ocorridos com a associação e subordinação ao capital estrangeiro, ao debilitarem a estrutura das classes dominantes locais, também se traduzem em uma dificuldade crônica delas, no campo das relações políticas de classe, para o exercício da hegemonia no bloco no poder e na sociedade, incapazes que são de apresentarem projetos autônomos de desenvolvimento e de projetos nacionais que necessariamente exigem o enfrentamento a interesses imperialistas¹⁷⁵.

Outra característica do Estado dependente relacionada à posição das formações econômico-sociais dependentes no mercado mundial está em um aparente paradoxo. A fragilidade do Estado dependentes aos interesses forâneos é compensada pela importância que assume a atuação estatal na dinâmica interna das sociedades dependentes, com reforço das suas dimensões repressiva e ideológica e do seu papel econômico.

A debilidade produtiva do capitalismo dependente tem seu correlato no forte intervencionismo estatal, como força para impulsionar os projetos hegemônicos, mesmo em situações em que a política econômica e o discurso predominante pretendam apontar para o fim da intervenção estatal. A matriz Estadocêntrica é de particular importância na história político-econômica da região, tanto de forma aberta como de modos mais ou menos encobertos. (OSORIO, 2019, p. 207 e 208)

Esse paradoxo se explica, nas palavras de Osorio e Granato, pela “internalização no – e por parte do – Estado dependente das relações de poder de Estados e capitais centrais e imperialistas”¹⁷⁶, de maneira que “a ‘superioridade metropolitana’ o capacita para atuar com mais força”¹⁷⁷.

Um segundo determinante do Estado dependente é, conforme Osorio, a superexploração da força de trabalho. Conforme vimos, a superexploração está na essência da tendência ao aumento da população subempregada – mediante a implementação de jornadas de trabalho exaustivas em duração e intensidade e do pagamento de baixos salários – assim como alimenta a formação de uma superpopulação relativa exacerbada que retroalimenta a própria superexploração e determina a geração de processos produtivos divorciados das necessidades das massas, os quais não são capazes de incorporar na produção um enorme contingente de trabalhadores. O desemprego e o subemprego são, dessa maneira, realidade constante em uma perspectiva de longo prazo do capitalismo latino-americano.

¹⁷⁴ (GRANATO, 2021);

¹⁷⁵ (OSORIO, 2019b);

¹⁷⁶ (OSORIO, 2019b, p. 207);

¹⁷⁷ (GRANATO, 2021, p. 79);

Do ponto de vista social e político, a barbárie que prevalece na periferia do capitalismo se caracteriza por altos níveis de conflito nas nossas sociedades e só pode ser sustentada mediante altos níveis de repressão e violência. Como coloca Osorio,

A reprodução do capital sustentada na superexploração gera agudas fraturas sociais: ilhas de riqueza no meio de um mar de pobreza, trabalhadores esgotados prematuramente, miséria e desemprego. Tudo isso tende a criar condições para potencializar os enfrentamentos sociais e a luta de classes. Assim, a ordem social se torna possível sobre a base de um exercício férreo do poder político, o que requer um Estado no qual os mecanismos coercitivos operam de forma recorrente.
(OSORIO, 2019, p. 209)

Desde esse fundamento se pode pensar questões latentes das relações de dominação na América Latina, tais quais a tendência ao autoritarismo, que também por essa via é alimentada, e a violência contra as populações não-brancas que habitam as periferias das grandes cidades e as zonas rurais da região.

Além disso, Osorio aponta que a barbárie generalizada que a reprodução do capital nas formações dependentes tende a gerar e o forte sentimento de fragilidade social sobre os indivíduos dela recorrente, ao formarem fraturas sociais profundas, tendem a agudizar a tendência do Estado capitalista de aparecer como um ente de comando acima da sociedade, dos grupos e classes sociais. É sob essa chave que se explica fenômenos comuns da história latino-americana como o caudilhismo, a tendência à despolitização e a ideia que se estabelece de um Estado protetor das maiorias despossuídas.

Em um mundo social com enormes carências sociais e em que o aparato de Estado tendencialmente se constitui como uma grande instituição que reparte doações e benefícios e concede auxílio – não como direito dos cidadãos, mas como dádivas daqueles que mandam -, o aparato de Estado e suas autoridades são vistos como se estivessem acima da sociedade, como encarnação de um poder que, por dádivas e auxílios, permitiria mitigar o despotismo cotidiano do capital, depositando esperanças numa autoridade protetora.
(OSORIO, 2019, p. 210)

2 GLOBALIZAÇÃO, PADRÃO EXPORTADOR DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA E ESTADO DEPENDENTE NEOLIBERAL

A inserção das economias dependentes na divisão internacional do trabalho está condicionada por aspectos que dizem respeito à configuração que vai assumindo, em suas diferentes fases, o sistema mundial capitalista, assim como por determinações internas que apontam para particularidades dessas formações econômico-sociais. Não se pode falar, portanto, de um sentido unívoco que estabelecem as leis tendenciais do capitalismo dependente, nem tampouco de um mesmo sentido de “desenvolvimento do subdesenvolvimento” independente das épocas históricas de desenvolvimento do capital a nível mundial e das contradições que essas épocas ensejam.

No presente Capítulo, nos aproximamos a um nível mais concreto de análise da realidade social ao propor condicionalidades da economia mundial e determinantes próprios às formações econômico-sociais dependentes e ao Brasil em particular na atual fase do capitalismo que vivemos. Tratamos, portanto, das bases e características da chamada *globalização* e de seus desdobramentos na forma particular da inserção das economias dependentes nessa quadra histórica, aqui observada sobre o prisma do *padrão de reprodução do capital*, até alcançarmos determinantes particulares dessa forma de inserção para o caso brasileiro, conceitualizada como o *padrão exportador de especialização produtiva brasileiro*. Por outro lado, adentramos as especificidades da forma estatal que se conforma em exigência às necessidades da reprodução do capital nas economias dependentes nesse período e como desdobramento da correlação de forças sociais que então se estabelece – o Estado dependente neoliberal.

Tal exposição, para além de oferecer a perspectiva de totalidade que nos é cara para entender o funcionamento concreto do capitalismo dependente atual, nos propiciará interpretações de elementos chave para o entendimento das relações econômicas e políticas da grande burguesia interna brasileira. Essa fração capitalista não detém um lugar nas relações de produção e um padrão de movimentação política a-históricos. Pelo contrário, estabelecem uma relação dialética direta com os elementos que aqui trataremos.

Na primeira seção do Capítulo, sintetizamos as principais noções e interpretações da natureza da *globalização*, de suas bases e características, no intuito de indicar aquelas mais importantes para os objetivos do presente trabalho. Na segunda seção, trazemos à luz a abordagem do *padrão de reprodução do capital* e sua proposta teórico-metodológica, o ciclo do capital industrial tal qual exposto por Marx em O Capital. Em seguida, abordamos o conceito

do *padrão exportador de especialização produtiva*, o padrão de reprodução atual das economias latino-americanas, e suas particularidades para o Brasil, de modo a conformar, como uma variante do padrão exportador de especialização produtiva geral, o *padrão exportador de especialização produtiva brasileiro*. Por fim, na terceira seção, abordamos a relação que se estabelece entre a forma estatal no padrão exportador de especialização produtiva e as relações de classe, de forma a indicar alguns aspectos referentes à natureza e características do Estado dependente neoliberal.

Esperamos que o Capítulo fundamente uma compreensão sintética dos processos econômicos mundiais e dos principais determinantes econômicos e políticos do capitalismo brasileiro atual, assim como forneça uma importante base teórica e conceitual para o estudo empírico da grande burguesia interna que faremos mais à frente.

2.1 Globalização

No nível de análise do sistema mundial¹⁷⁸ são fatos notórios – ainda que na interpretação deles se coloquem grandes controvérsias teóricas – as mudanças de grande profundidade vividas pela economia mundial capitalista nos últimos 50 anos. A esse processo costuma-se dar nomes diversos, entre os quais o mais comum é *globalização*¹⁷⁹. Também, no caso de alguns autores, ele é denominado *mundialização do capital*¹⁸⁰. Especialmente o primeiro termo se tornou lugar comum em análises, pesquisas, matérias jornalísticas, programas e discursos políticos.

O debate quanto à natureza – a essência - desse processo é amplo e controverso, diante dos “tempos de confusão”¹⁸¹ que caracterizam o atual período da humanidade. Carlos Eduardo Martins faz uma exposição de cinco grandes interpretações, a qual nos pautamos aqui para ilustrar esse debate.

¹⁷⁸ Jaime Osorio (2012; 2004, p. 36) traz à luz o aspecto dos níveis de análise que constituem a totalidade das relações e processos sociais, cada qual contando com um grau de abstração próprio em que os mais abstratos apontam para os determinantes essenciais que fundamentam a realidade social e os mais concretos permitem apreender a complexidade das novas e diversas formas que se apresentam nessa mesma realidade. Indo do nível mais abstrato para o mais concreto, o autor indica os seguintes níveis: modo de produção, modo de produção capitalista, sistema mundial, padrão de reprodução do capital, formação econômico-social e conjuntura. No nível de análise do sistema mundial, “situam-se problemas como o mercado mundial, a divisão internacional do trabalho, o imperialismo, a dependência, o intercâmbio desigual e os movimentos cíclicos do capital, com suas ondas longas e suas fases de ascenso e descenso” (OSORIO, 2012, p. 39). Ver também (OSORIO, 2019a);

¹⁷⁹ Por exemplo em (MARTINS, 2011) e (SANTANA, 2019);

¹⁸⁰ Como em (OSORIO, 2019b) e (CHESNAIS, 2005), embora os sentidos aqui não sejam idênticos, não obstante corresponderem ao mesmo período;

¹⁸¹ Como os adjetiva Martins (2011, p. 15);

A primeira delas, uma das interpretações mais correntes nos meios intelectuais, da qual é tributário em grande medida o senso comum sobre esse processo, é a vertente “globalista”¹⁸², que entende a globalização como o estabelecimento de uma “sociedade global” através da integração financeira e produtiva mundial, ocorrida com o processo de fusão de tecnologias eletrônicas e de comunicação, com base na qual as corporações multinacionais, os grandes bancos, fundos de investimento e de pensão passam a comandar a acumulação de capital de forma desterritorializada e se constituem como novos atores internacionais que fragilizam a soberania dos Estados nacionais¹⁸³. Essa perspectiva tende a considerar que as oposições com marcadores geográficos bem definidos até então operantes na economia mundial, como entre países centrais e periféricos, passam a perder relevância para entender a distribuição desigual da produção e acumulação de riqueza no planeta. Dentro desse enfoque há defensores da globalização e alguns de seus críticos. Entre estes últimos há aqueles que apontam uma tendência de “terceiro-mundialização” do Primeiro Mundo e “primeiro-mundialização” do Terceiro Mundo, como corolário da desterritorialização¹⁸⁴.

Há também a perspectiva das teorias da hegemonia compartilhada. Diferentemente da perspectiva globalista, ela mantém a centralidade dos Estados nacionais como atores contemporâneos e considera que as grandes corporações capitalistas continuam a concentrar nas bases nacionais das quais se originam seus ativos estratégicos. Nessa perspectiva a globalização, como coloca Martins, é “uma mudança de grau no processo de internacionalização e não uma ruptura qualitativa”¹⁸⁵. No entanto, aos Estados nacionais caberia uma reformulação de sua atuação com base em regimes internacionais como blocos de integração regional, tratados e agências de regulação diante da elevação do grau de internacionalização, que poderia levar a um “descolamento da articulação entre Estado e capital”¹⁸⁶. Santana¹⁸⁷, analisando o pensamento do sociólogo inglês Anthony Giddens, um dos principais representantes dessa vertente teórica, ilustra sua coincidência com a vertente globalista entusiasta da globalização na defesa do livre mercado como o espaço mais eficiente para a produção e distribuição de riqueza, muito embora aqui este deva ter seus excessos ou aspectos negativos controlados pelo Estado, constituindo-se numa proposta de liberalismo de “terceira via” frente à versão ideal do globalismo.

¹⁸² (MARTINS, 2011, p. 16);

¹⁸³ (MARTINS, 2011, p. 16);

¹⁸⁴ (OSORIO, 2019b, p. 184);

¹⁸⁵ (MARTINS, 2011, p. 16);

¹⁸⁶ (MARTINS, 2011, p. 17);

¹⁸⁷ (SANTANA, 2019);

Uma terceira perspectiva é a que põe ênfase no fenômeno financeiro associado à globalização, como em Chesnais¹⁸⁸. Este autor identifica a constituição de um regime de acumulação financeirizado que atinge sua forma mais plena nos Estados Unidos, seguido em medida significativa do conjunto dos países centrais, mas que, para seu próprio funcionamento, precisa se mundializar, o que se deu nas últimas décadas por meio da liberalização dos mercados e da imposição de ajustes estruturais nas economias ao redor do mundo. Para esse autor, a nova fase de internacionalização do capital oriunda desse processo tem como traço mais marcante “a superexpansão dos fluxos internacionais de capital de aplicação financeira em busca da valorização”¹⁸⁹. Mas nessa perspectiva não se retira como consequências da mundialização a perda de soberania dos Estados nacionais ou uma “desterritorialização” nos moldes globalistas. Pelo contrário, a mundialização se forma em meio a relações fortemente assimétricas e hierarquizadas, nas quais os EUA ocupam posição única diante do poder da força de sua moeda e da força militar que utilizam para captar a liquidez da economia mundial e financiar seu próprio desenvolvimento.

A quarta interpretação é a das teorias do sistema mundial. Essa vertente observa a globalização como parte de um movimento de expansão sistêmica, carregado de continuidades de longo prazo. A noção da globalização como momento de transição inscrita em um tempo histórico de longa duração (cobrindo um espaço de cinco séculos, para alguns autores, ou mesmo três milênios, para outros) é aqui um ponto em comum nas abordagens, embora elas se diferenciem consideravelmente quanto ao entendimento da duração e dos elementos essenciais do atual sistema mundial e de seus ciclos sistêmicos. As perspectivas que trabalham com o conceito de “moderno sistema mundial” identificam a globalização como o período de máxima realização desse sistema, e, simultaneamente, “de esgotamento de sua capacidade em conter suas tendências antissistêmicas”. Sua crise resultará, dentro dessa perspectiva, na transição da humanidade para uma outra forma sistêmica, cuja única certeza é o fim do capitalismo histórico que dirige o sistema atual¹⁹⁰.

A quinta perspectiva é a da Teoria Marxista da Dependência (TMD). Martins aponta a ênfase que os teóricos da dependência dão à compreensão dessa quadra histórica como um período de crise do modo de produção capitalista. A globalização é entendida como um período de revolução das forças produtivas e de máximo desenvolvimento da lei do valor. É assim que

¹⁸⁸ (CHESNAIS, 2005); (CHESNAIS, 2002);

¹⁸⁹ (CHESNAIS, 2002, p. 5);

¹⁹⁰ (MARTINS, 2011, p. 18 e 19);

Marini¹⁹¹ relaciona a crise de superacumulação dos países centrais da segunda metade da década de 1960, diante das elevações salariais e dos desequilíbrios no balanço de pagamentos dos EUA, com o movimento de concentração e centralização do capital e de reestruturação produtiva sob um novo paradigma técnico e científico nesses países. Sobre essa base, Marini observa a conformação de uma nova divisão internacional do trabalho mediante a transferência de indústrias menos intensivas em tecnologia e com etapas produtivas dispersas entre os países dependentes, as quais são desarticuladas no âmbito interno dos espaços nacionais. Contudo, aí reside uma contradição: a segmentação planetária das etapas de produção industrial só é possível devido ao alto grau de padronização propiciado pela revolução tecnológica dos países centrais e as mudanças produtivas ali verificadas, as quais alimentam por sua vez a tendência à própria difusão tecnológica, implicando em uma orientação de homogeneização dos processos de produção e de reestabelecimento pleno da lei do valor no mercado mundial – no sentido de que a difusão opõe obstáculos ao monopólio tecnológico e à apropriação de mais-valor extraordinário pelos diferenciais de produtividade.

Essa tendência observada por Marini é objeto de uma formulação teórica de amplo alcance para o entendimento da globalização proposta originalmente pelo filósofo tcheco Radovan Richta no final da década de 1960 e ampliada por Theotonio dos Santos em trabalhos da década de 1980: o conceito de Revolução Científico-Técnica. Estes autores identificam na Revolução Científico-Técnica uma mudança de caráter qualitativo e radical na economia mundial, desdobrada inicialmente do desenvolvimento das forças produtivas sob as relações sociais capitalistas, mas que engendra contradições de caráter potencialmente terminal com estas últimas. Ela tem como elementos essenciais a automação da produção, as potencialidades abertas de manipulação da matéria de acordo com as necessidades humanas, a progressiva dominância do valor subjetivo e intelectual do trabalho e a tendência a uma difusão cada vez mais intensa do conhecimento. Com ela, a ciência se torna uma força produtiva em si e subordina a técnica na direção dos processos produtivos, um deslocamento da posição ocupada pelo conhecimento científico até então, no estágio de desenvolvimento herdado da Revolução Industrial. Seu início é datado das décadas de 1940 e 1950 - quando as inovações necessárias aos esforços de guerra, as ideias keynesianas de produção em larga escala para o consumo de massas e a concorrência com o mundo socialista oferecem condições ao seu surgimento – mas seus efeitos só se tornam visíveis ao grande público a partir da década de 1980, quando suas inovações começam a chegar ao cotidiano das populações por meio de bens e serviços¹⁹².

¹⁹¹ (MARINI, 1996); (MARINI, 1992);

¹⁹² (SANTANA, 2019);

Essa revolução produtiva aponta tendências que se opõem às relações de produção capitalistas, engendrando contradições centrais para a reprodução do capital. A automação da produção reduz drasticamente o tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias, base material do valor. Os avanços científicos e tecnológicos aumentam o grau e a velocidade de difusão tecnológica para além das capacidades de apropriação privada das inovações pelo capital, reduzindo a capacidade de apropriação de mais-valor extraordinário pelos monopólios capitalistas. O desenvolvimento da automação apresenta cada vez mais condições de liberar os trabalhadores da produção direta das mercadorias e oferece grandes potencialidades na produção científica, mas esse potencial não é aproveitado pois contraria diretamente as condições do capital para a produção de valor. As saídas encontradas pelo capital diante desses dilemas para contrabalançar a queda da taxa de lucro são, pela via da aplicação das políticas neoliberais, o desemprego estrutural, a precarização do trabalho e a financeirização e acumulação de capital fictício como forma de apropriação do valor produzido pela sociedade. Também o Estado, com o financiamento científico e a garantia de demanda, e as formas de manutenção do monopólio, como patentes, *copyrights*, etc. contribuem para retardar ou reduzir a intensidade dessas contradições¹⁹³.

É no bojo dessa transformação produtiva que esses autores entendem a globalização. Esta é vista força revolucionária, constituída de relações econômicas, políticas e sociais que, sobre a base da Revolução Científico-Técnica, mundializam-se, muito embora continuem dependendo dos Estados nacionais para assegurar sua reprodução. Em um estágio inicial (que é o estágio atual, pelo menos para a América Latina), a globalização se apresenta como o aprofundamento das desigualdades entre o centro e a periferia, sob a conformação de uma divisão internacional do trabalho em que o controle tecnológico permanece nos países centrais e os países dependentes apresentam uma tendência à especialização produtiva no fornecimento de bens primários ou de bens industriais de baixa e média complexidade tecnológica. Contudo, a base material da globalização e seus desdobramentos na difusão tecnológica cada vez maior oferecem condições de subversão dessa ordem internacional, que podem ser aproveitadas pelos países da periferia do capitalismo caso tomem o caminho do rompimento com a dependência.

A apresentação das interpretações sobre a natureza da globalização aqui realizada tem um caráter ilustrativo, no intuito de iluminar algumas tendências e aspectos do debate. Seu aprofundamento em maior medida, contudo, exigir-nos-ia um esforço teórico que ultrapassa aquele necessário à investigação do objeto dessa pesquisa: as relações políticas e econômicas

¹⁹³ (SANTANA, 2019);

da grande burguesia interna brasileira no capitalismo dependente neoliberal. Há, não obstante, o fato evidente de que esse objeto é condicionado pela economia mundial e suas transformações contemporâneas. Nesse sentido, alguns dos processos básicos e características da globalização devem ser indicados e reforçados. Precisamente, aqueles que constituem determinantes para a conformação de um padrão de reprodução do capital particular que passa a operar nos países latino-americanos nas últimas décadas, entre eles o Brasil.

Jaime Osório, que é alinhado ao espectro de análises oferecidas pela TMD, sintetiza os elementos da globalização que nos parecem mais relevantes para esse propósito. Sua análise dá ênfase ao aspecto da crise e as formas encontradas pelo capital para superá-las. O autor não adentra as potencialidades da revolução produtiva em curso, de modo que, ao que nos parece, sua análise não chega a apresentar uma discussão mais essencial sobre a natureza desse processo. Entretanto, ao elencar alguns aspectos de grande relevância, ela cumpre o papel de nos oferecer no nível do sistema mundial elementos para a compreensão de como se deu até a atualidade a inserção da formação econômico-social brasileira nesse processo.

Segundo o autor, o estágio da mundialização do capital¹⁹⁴ apresenta alguns processos básicos¹⁹⁵, em que se conjugaram os seguintes elementos:

a) O fim da fase expansiva capitalista do pós-guerra, abrindo caminho para uma longa fase de queda da taxa de lucro que perdura até hoje, trazendo como alternativa aberta ao capital para contra-arrestar esse movimento a aceleração da tendência à ampliação das fronteiras da acumulação sobre territórios, Estados nacionais e sobre a classe trabalhadora dos países centrais e periféricos, de forma a se configurar um processo de potencialização da vocação imperialista do capitalismo. Nesse bojo encontram-se processos de segmentação produtiva e realocação territorial planetária de segmentos e plantas produtivas; no mundo do trabalho, a flexibilização trabalhista e precarização do emprego, reduções salariais e aumento do desemprego e do subemprego; novos impulsos dos capitais das economias centrais para controlar e se apropriar de matérias-primas e novos territórios; o fortalecimento e aumento das operações do mercado financeiro; a aceleração da monopolização nos mais diversos ramos industriais mediante fusões

¹⁹⁴ Osorio prefere usar o termo “mundialização” a “globalização”. Segundo sua argumentação, “preferimos utilizar a noção de mundialização e não a de globalização, pois esta última tende a enfatizar os processos de homogeneização do mundo (por exemplo, a chamada ‘mcdonaldização’ ou o modelo estadunidense de consumo), ignorando o elemento central: a manutenção ou o aprofundamento da heterogeneidade entre economias e regiões em termos econômicos e políticos, processo que parte do campo produtivo e financeiro. Para os críticos da noção de mundialização, o capital – afirmam – tem uma vocação mundial desde sua origem. No entanto, essa vocação se concretiza sob formas e modalidades diversas em diferentes etapas e momentos, o que não só permite como exige uma periodização” (OSORIO, 2019b, p. 179). Embora não deixe de concordar com sua crítica, mantenho o uso do termo “globalização” que é comum à maioria das interpretações, parte delas igualmente crítica no sentido apontado pelo autor;

¹⁹⁵ (OSORIO, 2019b, p. 166);

entre grandes conglomerados; a robotização e aplicação de novas tecnologias e inclusão de novas áreas ao campo de atuação do capital, etc.;

- b) Os avanços tecnológicos desenvolvidos nas comunicações e nos transportes, que abrem caminho à multiplicação de transações financeiras e movimentações de capital e de mercadorias, além de tornarem rentável ao capital a segmentação dos processos produtivos;
- c) A partir dos anos 1970, a imposição de uma derrota avassaladora sobre a classe trabalhadora nas condições de sua organização, com o enfraquecimento de suas organizações políticas e sindicais, conformando uma nova correlação de forças favorável ao capital em uma ampla gama de conjunturas nacionais;
- d) A conformação de um campo de ação planetário ao capitalismo com a derrota do campo socialista liderado pela União Soviética e a abertura comercial e financeira chinesa.

Sobre as condições propiciadas por essa nova configuração, surgem novos processos ou processos já existentes alcançam novas dimensões e características¹⁹⁶. Aqui Osorio destaca:

- a) A realocação e segmentação de todas as fases do ciclo do capital pela economia mundial *numa dimensão nunca antes conhecida*. Isso, contudo, não implica uma “desterritorialização”, mas a conformação de “núcleos espaciais privilegiados de acumulação frente a vastos territórios em que predomina a desacumulação”¹⁹⁷, sustentados em uma divisão que segue hierarquizada entre economias imperialistas e economias dependentes;
- b) A radicalização da expansão e integração do mercado mundial. Esse fenômeno está marcado pela contradição de que o mercado mundial amplia a circulação de produtos e de capitais, mas não a de força de trabalho. Dessa forma, ele favorece a segmentação dos processos produtivos e está na raiz da superexploração da força de trabalho na periferia do mundo;
- c) A mundialização das crises, em que se aumentam em quantidade e se espraiam a todas as regiões as crises que estouram tanto nos países centrais como nos dependentes;
- d) A enorme mobilidade do capital financeiro. Essa mobilidade relaciona-se diretamente com as crises, o perfil de investimentos que passa a se consolidar nas economias nacionais e, em última instância, às próprias formas que assume a acumulação de capital em regiões de capitalismo avançado e dependente. Embora ela seja bastante conhecida nos estudos sobre a globalização, frequentemente suas análises deixam de lado aspectos importantes do problema como a base nacional desse capital e a preeminência do capital estadunidense.

Os elementos levantados por Osorio para caracterizar a globalização indicam uma orientação de grande relevância que regeu sua dinâmica até os nossos dias, em especial para a

¹⁹⁶ (OSORIO, 2019b, p. 169);

¹⁹⁷(OSORIO, 2019, p. 170);

América Latina: ao contrário do que pregam as teses globalistas, que propugnam uma “desterritorialização” da acumulação de capital e a progressiva obsolescência da oposição entre centro e periferia na economia mundial, os últimos 50 anos que compreendem a globalização configuraram uma divisão internacional do trabalho hierarquizada e engendraram processos que, para o caso latino-americano e de amplas regiões do planeta, tenderam a agudizar essa ordem desigual. Vimos, no capítulo anterior, como as diferentes formas de transferências de valor das economias latino-americanas para os países centrais não apenas não deixaram de operar nessa quadra histórica, como em muitos casos se ampliaram, como é por exemplo, para o Brasil, o caso da deterioração dos termos de troca em 40% de 1950 a 2009 e do substancial crescimento das remessas de lucros e dividendos, que atingem um recorde histórico na década de 2000. A manutenção das condições que engendram a dependência, expressa também nas formas de superexploração da força de trabalho e na cisão do ciclo do capital das economias dependentes, é a contraprova de que a globalização, embora desenvolva contradições no decorrer de seu desenvolvimento histórico, significou para a América Latina até o momento atual uma reprodução e aprofundamento de sua condição subordinada perante os centros capitalistas do sistema mundial, que seguem se apropriando do valor produzido pela classe trabalhadora das nações dependentes. A essa constatação geral, aproximando-se de um nível mais concreto da configuração das economias latino-americanas nas últimas décadas, devemos acrescentar que, sendo economias que em alguns casos testemunharam níveis relevantes de desenvolvimento industrial com crescimento do mercado interno no período entre o fim da Primeira Guerra Mundial e a década de 1970, na atual fase da globalização vem reconfigurando seu padrão de reprodução novamente para os mercados externos, atualizando em alguma medida a inserção dependente que caracterizou sua posição como fornecedora de matérias-primas e alimentos em fins do século XIX, embora com diferenças marcantes.

O capitalismo neoliberal dependente, tal qual o concebemos no nosso trabalho, é formado por esse novo padrão de reprodução do capital -o padrão exportador de especialização produtiva - , por uma superestrutura política que lhe dá sustentação e é por ele determinada – o Estado dependente neoliberal – e por uma superestrutura ideológica que lhe fornece legitimidade e é o instrumento da aceitação do consenso da dominação das classes e frações possuidoras pelas classes dominadas – a ideologia neoliberal. No presente trabalho, embora, em alguns momentos, aspectos ideológicos também compareçam, estabelecemos o foco sobre a dimensão econômica e política do capitalismo neoliberal dependente, conforme veremos a seguir.

2.2 Padrão de reprodução do capital e o padrão exportador de especialização produtiva

2.2.1 A abordagem do padrão de reprodução do capital

Até o momento, neste trabalho, nos dedicamos a expor algumas tendências gerais às formações econômico-sociais dependentes e ilustrar interpretações e determinados aspectos da atual fase do capitalismo que estão inscritos em um nível de análise das relações econômicas que regem o sistema mundial¹⁹⁸. Contudo, o estudo das leis tendenciais e formas de produção, acumulação, circulação e apropriação do valor do capitalismo *no contexto de situações histórico-concretas* – propósito dentro do qual se inscreve esse trabalho – necessita de mediações que, transitando para um nível de análise menos abstrato, aproximem-na do objeto, de forma a não deturpar a complexidade das determinações que o conformam.

Essa preocupação esteve presente nos estudos da TMD. O clássico de Bambirra, *O capitalismo dependente latino-americano*¹⁹⁹, por exemplo, é um esforço teórico de fôlego que caminha nessa direção, ao propor uma tipologia das formações econômico-sociais dependentes latino-americanas. Ainda, Ruy Mauro Marini, após a escrita de *Dialética da dependência* - sua exposição seminal no âmbito da TMD das leis tendenciais do capitalismo dependente – caminha, nos seus estudos posteriores, na direção de “definir os graus intermediários pelos quais essas leis vão se especificando”²⁰⁰, como ele mesmo coloca nesse escrito enquanto etapa fundamental do avanço da Teoria Marxista da Dependência.

A abordagem do padrão de reprodução do capital é uma proposta teórico-metodológica que caminha no sentido de aproximar o nível de análise de abstrato ao concreto, buscando identificar e conceitualizar esses graus intermediários de abstração por meio dos quais o capitalismo dependente diferencia-se no tempo e no espaço. O sentido dessa abordagem é “captar o movimento do capital em sua processualidade no contexto de situações histórico-concretas”²⁰¹ por meio da investigação das metamorfoses na passagem do capital pelas esferas de produção e circulação em situações delimitadas temporalmente e geograficamente. Em se tratando do capitalismo dependente latino-americano, isso significa dizer que suas leis

¹⁹⁸ Ver nota 117;

¹⁹⁹ (BAMBIRRA, 2019);

²⁰⁰ (MARINI, 2011b, p. 184)

²⁰¹(OSORIO, 2012), presente na obra “Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência”(2012). Esse livro é utilizado como a principal referência para aspectos fundamentais do padrão de reprodução do capital. Trata-se, até onde conheço, da obra em língua portuguesa mais avançada na conceitualização da categoria, na qual consta o texto seminal de Marini sobre o “ciclo do capital na economia dependente” e a noção esmiuçada e aplicada por Osório, nos artigos “Padrão de Reprodução do capital: uma proposta teórica” e “América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região”;

tendências, embora tenham se reproduzido em diferentes fases da economia mundial e das relações imperialistas, o fizeram sob condições diferentes e engendraram movimentos particulares percorridos pelo capital nas fases do seu ciclo. Nesse sentido, cabe ao marxismo desvendar a configuração particular desse movimento de acordo com os determinantes históricos próprios de cada época.

Essa abordagem é introduzida por Marini e desenvolvida posteriormente por Jaime Osório. Marini a apresenta no ensaio *O ciclo do capital na economia dependente*²⁰², de 1979, em que abre uma discussão teórica em relação ao modo específico pelo qual o capital percorre as distintas fases do seu ciclo nas economias dependentes. Nesse escrito, o autor investiga o problema da cisão do ciclo do capital, estudando separadamente as fases de circulação e produção desse ciclo e indicando como, na trajetória que o capital realiza em sua reprodução ampliada nas economias dependentes, ele reproduz essa cisão e o conjunto de suas leis tendências. Nesse sentido, Marini faz aqui um aprofundamento da sua formulação em *Dialética da dependência*. No caso, sob o método de análise das fases do ciclo do capital, que seria aprofundado por Osório.

Jaime Osório, dando segmento às reflexões de Marini, sistematiza a abordagem que passaria a se constituir em um método de grande fecundidade, assim como um programa de pesquisa em si, oferecendo uma conceituação ao padrão de reprodução do capital e apontando seus determinantes. Em seu artigo *Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica*²⁰³, Osório sintetiza essa formulação categorial resultada de décadas de pesquisa. Tratemos, aqui, dos principais elementos trazidos pelo autor e de alguns que complementam sua análise.

Osório apresenta o padrão de reprodução do capital como uma categoria capaz de retomar a compreensão da atividade unificadora presente na realidade social, frente à fragmentação do conhecimento da qual padecem as ciências sociais, que perdem por esse meio a perspectiva de totalidade, das relações sociais que articulam e atravessam a vida social. O autor define seu lugar teórico particular entre os diferentes níveis de análise da realidade:

A noção de padrão de reprodução do capital surge para dar conta das *formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados*, tanto no centro como na semiperiferia e na periferia, ou em regiões no interior de cada um deles, considerando as características de sua metamorfose na passagem pelas esferas da produção e da circulação (como dinheiro, meios de produção, força de trabalho, novas mercadorias, dinheiro incrementado), *integrando o processo de valorização (incremento de valor e do valor investido) e sua encarnação em valores de*

²⁰² (MARINI, 2012);

²⁰³ (OSÓRIO, 2012);

uso específicos (calças, rádios, celulares, tanques de guerra), assim como as *contradições* que esses processos geram. (OSORIO, 2012, p. 40 e 41)

Tal definição passa pela compreensão da necessidade de historicização da reprodução do capital. Ela ocorre assumindo formas diversas em diferentes regiões e momentos históricos, “devendo se readaptar às mudanças produzidas no sistema mundial e na divisão internacional do trabalho, reorganizando a produção sobre novos eixos de acumulação e/ou novos valores de uso”²⁰⁴.

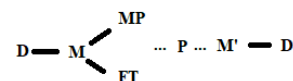
Um aspecto fundamental da abordagem do padrão de reprodução do capital está em sua matriz teórico-metodológica. Ela se fundamenta na teoria do valor construída por Marx e é tributária diretamente da perspectiva da unidade entre produção e circulação presente na obra do revolucionário alemão²⁰⁵, o que distingue seu potencial explicativo de outras abordagens sistêmicas importantes. O método de pesquisa do padrão de reprodução do capital proposto por Osorio é a investigação, em períodos e espaços geográficos particulares, do ciclo do capital tal qual apresentado por Marx no segundo volume de “O Capital”. Esse ciclo corresponde às metamorfoses pelas quais o capital passa no processo de produção e circulação²⁰⁶ e é, em sua continuidade e enquanto ciclo do capital social, a unidade dos três ciclos do capital que caracterizam a produção capitalista: ciclo do capital-dinheiro, do capital produtivo e do capital-mercadoria. Osorio explica:

Enquanto o ciclo do capital-dinheiro destaca a essência do dinheiro que funciona como capital, a de valorizar-se, o ciclo do capital produtivo permite ver “não só a produção, mas a reprodução periódica de mais-valia”, isto é, “não como função realizada uma única vez, mas como função periodicamente repetida”. Por último, o ciclo do capital-mercadoria nos mostra a valorização, mas como parte de um processo em que o capital, para atingir esse objetivo, não pode desprender-se do valor de uso das mercadorias. [...] (OSORIO, 2012, p. 45).

O capital em uma região e período determinados, ao passar por cada uma das fases de seu ciclo, vai deixando marcas, pegadas que se constituem em trilhas quando repetidas por vários capitais. Essas trilhas constituem “padrões de conduta” particulares, que variam de

²⁰⁴ (OSORIO, 2012, p. 41);

²⁰⁵ A noção proposta por Marini e Jaime Osório deriva, em especial, das descobertas de Marx em torno do ciclo e da reprodução do capital analisadas no Livro II d’o Capital, de sua esmiuçada investigação da circulação do capital



e do ciclo do capital-dinheiro representado pela fórmula abaixo (MARX, 2014);

²⁰⁶ A transformação do capital-dinheiro em capital produtivo (força de trabalho e meios de produção), a etapa da produção do capital-mercadoria e a transformação do capital-mercadoria novamente em capital-dinheiro;

acordo com os ramos e setores privilegiados para o investimento, os meios de produção e tecnologias utilizados, as formas de exploração da força de trabalho, os valores de uso produzidos e os mercados aos quais se destinam. O estudo dessas trilhas, formadas pelas fases representadas na fórmula do ciclo do capital de Marx, pode desvendar, portanto, como (o padrão) se dá a reprodução do capital em determinado período.

Não obstante, a utilização do ciclo do capital - tal qual se apresenta em Marx - para a análise da reprodução do capital apresenta algumas limitações, decorrentes do elevado grau de abstração na sua formulação original. Surge, portanto, a necessidade de sua aproximação a um nível mais concreto de análise, incorporando novas qualificações. Parte destas são elementos da acumulação de capital expostos do terceiro volume do *Capital* que ainda não estavam integrados nos escritos marxianos do ciclo do capital estudado no segundo volume da obra – a saber, a categoria do lucro e os processos que conduzem à queda da taxa de lucro. Contudo, há também aspectos novos, não expostos por Marx em seus escritos originais, relacionados à necessidade de historicização do ciclo do capital sob duas dimensões: a) a identificação das razões que tornam necessária a valorização do capital sob a encarnação de determinados valores de uso específicos, que contam com processos produtivos, mercados e políticas estatais igualmente específicos; e b) a apreensão dos processos “que exigem a emergência, o auge e o declínio de determinado padrão de reprodução do capital, assim como as condições para a emergência e o amadurecimento de um novo, com seu ciclo de auge e posterior declínio e crise”²⁰⁷.

Osorio pondera as dimensões econômica e política desses processos e indica como a dinâmica de um padrão de reprodução pode contribuir para delimitar o campo das lutas de classes.

Em todos esses processos há razões econômicas que também são políticas. São projetos de classe de determinados setores do capital aqueles que se convertem em eixos de acumulação em cada caso, e são projetos de classe de outros setores do capital aqueles que ocupam lugares subordinados ou perdem. Tudo isso, por sua vez, tem consequências nas classes dominadas e em suas formas de existência. Existem projetos de reprodução do capital menos agressivos ao mundo do trabalho, ou em relação a alguns estratos específicos de tal mundo. Outros, no entanto, constituem projetos que agudizam a exploração e a exploração redobrada, gerando formas de capitalismo em que a barbárie tende a imperar acima da dimensão civilizatória que encarna. Essa dupla historicização do capital nos permite contar com melhores ferramentas para compreender a dinâmica dominante, econômica e política, em tempos específicos, e *o terreno em que se desenvolvem os conflitos classistas*.

(OSORIO, 2012, p. 46)

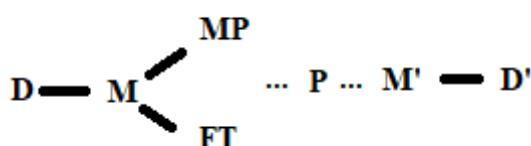
²⁰⁷ (OSORIO, 2012, p. 46);

Também sobre a necessidade de aproximação a um nível mais concreto de análise, há a limitação relacionada à forma material que o capital assume na produção e valorização. Assim, é necessário incorporar na análise

elementos como a procedência do dinheiro que se investe (estatal, privado nacional ou privado estrangeiro); o tipo de máquinas e ferramentas que se empregam; os mercados em que se adquire; o nível de preparação requerido pela força de trabalho; as formas de organização da produção (linhas de montagem, círculos de qualidade, trabalho domiciliar, etc); os valores de uso que se produzem; a quais mercados correspondem (bens-salário, bem suntuários ou bens de capital); as economias a que se dirigem os produtos; a mais-valia, o lucro e sua repartição (quanto regressa às matrizes como lucro, quanto é pago por tecnologias e patentes, quanto fica na economia local etc.); entre outros pontos relevantes.
(OSORIO, 2012, p. 46 e 47)

2.2.2 Padrão de reprodução e o ciclo do capital industrial

Para conseguir apontar de forma pormenorizada os elementos que constituem cada uma das fases do ciclo do capital – as “pegadas” que devem ser seguidas para a compreensão do padrão de reprodução - Osório utiliza o ciclo do capital industrial a partir de sua forma capital-dinheiro ou capital monetário, estabelecido pela fórmula:



A fase $D - M \begin{cases} \text{MP} \\ \text{FT} \end{cases}$ é designada a primeira fase da circulação. A fase ...P... é a fase da produção. A fase $M' - D'$ é a segunda fase da circulação. “Cada fase requer tarefas específicas a serem resolvidas pelo capital”²⁰⁸. Vejamos de forma sintética os principais elementos de cada uma das fases do ciclo, apontados por Osório, Marini e outros autores que buscam enriquecer e atualizar a proposta teórico-metodológica do padrão de reprodução do capital.

No momento inicial, em D, “se colocam as interrogantes a respeito de quem investe, quanto investe e em que investe”²⁰⁹. Na primeira questão, estão investidores do capital privado nacional, os investidores estrangeiros e o Estado. Para cada um desses tipos de investimento, há variações. Por exemplo, o capital privado nacional pode provir de ações e títulos ofertados nas bolsas de valores, de empréstimos ou do reinvestimento de capital próprio; o Estado pode

²⁰⁸ (OSORIO, 2012, p. 47);

²⁰⁹ (OSORIO, 2012, p. 48);

investir diretamente – investimento público – ou realizar transferências ao capital privado por meio de subsídios e isenções; o investimento estrangeiro pode ser direto ou indireto (aquisição de participação no capital de empresas de capital aberto, empréstimos, formas diversas de financiamento). A magnitude de investimentos destinados a ramos e setores específicos do capital é também de suma importância, ao indicar quais ramos e setores da economia dominam a acumulação capitalista em determinada região e período. Assume nesse ponto grande importância, especialmente na fase atual da economia capitalista mundial, o peso do capital investido em ações e uma títulos que condicionam a própria lógica de acumulação capitalista.

Marini destaca a importância histórica do Estado e do investimento estrangeiro na fase D das economias dependentes. O Estado possui a capacidade de “transferir para si parte da mais-valia gerada pelo capital privado, a de produzir ele próprio mais-valia e, finalmente, a de captar parte do capital variável dos salários pagos à força de trabalho”²¹⁰, o que dá ao investimento público um papel bastante relevante, por exemplo, na formação de capital fixo. O capital estrangeiro “se integra ao e determina o ciclo do capital da economia dependente e, por conseguinte, seu processo de desenvolvimento capitalista”. Ele representa uma restituição parcial em relação ao capital que drenou anteriormente da economia dependente²¹¹.

Na fase D-MP, destacam-se a investigação sobre a origem dos meios de produção, as transferências de valor realizadas mediante a compra de meios de produção (por exemplo, com o intercâmbio desigual e as transferências ocorridas via pagamento de *royalties* e serviços de assistência técnica ao exterior) e o nível de composição orgânica do capital. Nas economias dependentes, na medida em que se caracterizaram, em seu processo histórico de acumulação, por um processo de industrialização inorgânico, em meio ao qual o desenvolvimento da indústria de bens de consumo pôde acontecer de forma prolongada com a aquisição de bens de capital do exterior, retardando o desenvolvimento de uma indústria interna de bens de capital, a indústria manufatureira tornou-se dependente material e tecnologicamente da produção de bens de capital dos países capitalistas avançados, processo no qual operaram, em uma análise em maior grau de abstração, diferentes formas de transferências de valor que explicam a produção e reprodução da dependência. Marini aponta, dessa forma, para a dupla articulação ao exterior que ocorre na primeira fase de circulação: o fluxo externo de capital dinheiro, no momento inicial D, e o fluxo no mercado de meios de produção, em D-MP: “essa circulação

²¹⁰ (Marini, 2012, p. 25);

²¹¹ (MARINI, 2012, p. 25);

encontra-se parcialmente centrada no exterior, tanto no que se refere ao capital dinheiro como no que diz respeito ao capital mercadoria”²¹²

A compra da força de trabalho, D-FT, “é o processo mais importante em termos de valorização, já que essa mercadoria é a única que tem a capacidade de gerar um valor extra, superior ao que vale. Aqui reside a chave da produção de mais-valia”²¹³. Como vimos, há um elemento central para a análise dessa fase do ciclo do capital nas economias dependentes: a superexploração da força de trabalho. Ela ocorre, nessa fase, mediante uma das suas formas, o pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor. Outros elementos importantes a serem analisados aqui são a demanda por força de trabalho em determinados momentos históricos de acordo com setores, ramos e indústrias específicas e as características diferenciadas dessa força de trabalho, como sua qualificação e o tipo de trabalho que realizam²¹⁴.

Abandonada a primeira fase de circulação, o capital entra na fase da produção, ...P..., na qual ele consome produtivamente a força de trabalho, de modo a repor o seu valor e gerar um incremento de valor do qual se apropriará. Aqui, é importante considerar as três *formas* em que pode ocorrer o aumento da taxa de exploração que dizem respeito estritamente à fase produtiva: o prolongamento da jornada de trabalho, a intensificação do trabalho e o incremento da produtividade do trabalho²¹⁵. A primeira forma é o incremento tempo de trabalho excedente mediante o incremento absoluto da jornada de trabalho. Como vimos, a partir de certo ponto, esse incremento não pode ser repostado por aumentos salariais, o que implica uma violação do valor total da força de trabalho. Sob a segunda forma, o capital busca acelerar o ritmo de produção e exigir tarefas cada vez maiores de um mesmo trabalhador, transformando os “tempos mortos” da produção em tempos de valorização²¹⁶. Assim como no caso do prolongamento da jornada de trabalho, a partir de certo ponto ela não pode ser compensada por aumentos salariais, de maneira a representar uma violação do valor da força de trabalho. A terceira forma ocorre mediante a diminuição do valor da força de trabalho com a elevação da produtividade do trabalho nos ramos que produzem os meios de consumo dos trabalhadores – é a forma clássica de geração de mais-valor relativo. Embora mudanças técnicas que elevam a produtividade estejam associadas a processos de intensificação do trabalho, esses dois

²¹² (MARINI, 2012, p. 28);

²¹³ (Osorio, 2012, p. 50);

²¹⁴ (OSORIO, 2012, p. 53);

²¹⁵ O capital também pode recorrer à compra da força de trabalho abaixo do seu valor para aumentar a taxa de exploração. No entanto, como vimos, essa forma diz respeito à primeira fase da circulação;

²¹⁶ (OSORIO, 2012, p. 57);

processos não se confundem, na medida em que a intensificação tem como objetivo aumentar o desgaste dos trabalhadores.

Nas economias dependentes, conforme vimos, os processos de violação do valor da exploração do trabalho são determinantes de longa duração, de forma a constituírem a categoria de superexploração da força de trabalho – determinada a partir da posição dessas formações econômico-sociais no mercado mundial. Nessas economias, ocorre também a acumulação de capital por meio da elevação da produtividade do trabalho. Porém, devido ao aspecto inorgânico da sua industrialização, ela não se converte em eixo - momento predominante - da acumulação.

Concluída a fase de produção, o capital toma a forma de mercadorias que devem ser vendidas para que ele assuma novamente sua forma monetária em mãos do capitalista, agora ampliada. É a fase $M^{\circ}-D^{\circ}$. Deve-se perguntar inicialmente a que mercados essas mercadorias se dirigem. Estes podem ser o mercado de meios de produção, o mercado gerado pelo mais-valor não acumulado – o consumo individual dos capitalistas que se satisfaz com meios de consumo necessários e suntuários – e o mercado gerado pelos salários – que se constituem principalmente de bens necessários. Entre esses mercados, contudo, há subdivisões que aumentam sua complexidade. De algumas faixas do mercado de bens suntuários participam setores da pequena burguesia. O grosso da pequena burguesia e algumas camadas da classe trabalhadora participam de um mercado diferente, igualmente distinto do mercado das camadas baixas do proletariado ativo e do proletariado temporariamente inativo. Por último, há os desempregados crônicos e o pauperismo em geral. Além disso, devem ser considerados os mercados externos, em que pode se distinguir determinados blocos de países, como EUA-Canadá, União Europeia, China, Japão e sudeste asiático, América Latina, etc. Os mercados externos são centrais para o atual padrão de reprodução do capital que rege as economias latino-americanas, conforme veremos. Também tem importância nessa fase o tipo e quantidade de valores de uso lançados no mercado. Eles são indicativos do grau de desenvolvimento de uma economia, dos ramos e setores-eixo da produção e da vulnerabilidade da economia a flutuações de mercado.

Marini aponta o fato de que nas economias dependentes o peso relativo dos bens de consumo na segunda fase da circulação é acentuado em comparação às economias centrais, por contarem com uma oferta externa de meios de produção a qual possam recorrer²¹⁷. Engendra-se aí uma contradição para a realização do capital, já que a demanda interna dessas economias é comprimida duplamente: no consumo dos trabalhadores, devido à superexploração, e no

²¹⁷ Conforme visto no Capítulo 1;

consumo dos capitalistas, devido às transferências de valor. Como este último fenômeno é parcialmente evitado exatamente com a recorrência do primeiro, a estrutura de demanda da economia tende a se concentrar no consumo suntuário e a produção se orienta para esse setor, bem como para o mercado externo.

Diante do exposto, temos recorridas sinteticamente as fases do ciclo do capital industrial tal qual exposto por Marx no livro II do *Capital* e discorridas por Marini e por Osório sob a perspectiva do padrão de reprodução. Não obstante, há ainda algumas qualificações a mais que devem ser tratadas quando se tem em mente as formas assumidas pelo capital em seu desenvolvimento, sobretudo tendo-se em vista as transformações no capitalismo mundial desde a década de 1970, as quais posicionaram a “lógica financeira de valorização” em um novo patamar de comando da acumulação de capital a nível global²¹⁸.

Quando nos aproximamos do exame das fases do ciclo do capital industrial, percebemos que, enquanto consequência do desenvolvimento das relações de produção e forças produtivas capitalistas, ocorre uma progressiva especialização de grupos de capitalistas em cada uma de suas formas funcionais – capital-dinheiro (D), capital produtivo (P) e capital-mercadoria (M) – convertendo-se, respectivamente, em capital portador de juros, capital produtivo e capital comercial. Tal especialização permite a redução do tempo de rotação do capital, ampliando-se a massa de mais-valor produzida em um mesmo período. O capitalista comercial retira o tempo de venda do capitalista produtivo e adianta a provisão de mercadorias necessárias ao recomeço de um novo ciclo; o capital portador de juros, surgido com o desenvolvimento do sistema de crédito, abrevia, concentra e simplifica as relações monetárias. Essas são as formas autonomizadas do capital. Ambas ocorrem na esfera da circulação, embora dependam da esfera da produção para manter-se em pleno movimento²¹⁹.

Já mencionamos formas do capital portador de juros ao indicar as possibilidades de financiamento do investimento, em D, a partir de empréstimos diretos e do mercado de ações e títulos na bolsa de valores. Nessas condições, passadas as etapas do ciclo, com a sua conclusão após a venda da mercadoria M', transformada em D' nas mãos do capital ocupado na produção, este deve realizar o pagamento dos empréstimos e dividendos aos seus credores e acionistas, que se apropriam, dessa maneira, de uma parte do mais-valor gerado na esfera de produção. Assim, o ciclo original D/M\MP...P...M'-D' assume a representação D-D/M\MP...P...M'-D'-D', “em que o capitalista ‘funcionante’, como diz Marx, ou seja, aquele que efetivamente

²¹⁸ (RAPOSO, ALMEIDA FILHO e AMARAL, 2018);

²¹⁹ (RAPOSO, ALMEIDA FILHO e AMARAL, 2018); (TEIXEIRA e GOMES, 2021);

produz, não é mais proprietário do capital e o toma emprestado antes de começar o ciclo”²²⁰. Para o capitalista credor, o proprietário do capital inicial D, todo o ciclo do capital aparece como o movimento D-D’, de tal forma que o processo de produção do mais-valor desaparece. Disso decorre que o capital portador de juros já apresenta, aqui, uma forma mistificada do capital (dinheiro que gera mais dinheiro)²²¹.

Mas a mistificação não para por aí. A generalização do capital portador de juros faz com que este se apresente, sob novas formas de representações em títulos, como capitais que têm um direito próprio à remuneração, sem que apareça a origem desse excedente de valor²²². É a figura do capital fictício, que se apresenta nessa perspectiva como um desdobramento do capital portador de juros, uma forma exacerbada do movimento D-D’, com uma movimentação cada vez mais autônoma do capital industrial. Ele figura, no capitalismo contemporâneo, sob as formas do capital bancário (ações, depósitos, aplicações financeiras e empréstimos que englobam o total do capital bancário do sistema financeiro), a dívida pública (títulos de dívida emitidos pelo Tesouro, no caso do Brasil), o mercado de ações ou valor acionário (as ações das sociedades anônimas – SA), os derivativos (títulos derivados de outros títulos, mercadorias e valores) e as moedas²²³.

O capital fictício permite o investimento em um ramo ou setor da produção sem propriamente estar nele, através da compra de ações ou títulos de dívida, por exemplo, os quais possuem um valor monetário fixo que corresponde ao valor que se pretende tomar emprestado e com remuneração variável. Do lançamento dos papéis até o momento do seu desconto, os mesmos podem passar por inúmeros proprietários e sofrem valorizações e desvalorizações que independem do processo real de produção do capital.

De modo que o capital fictício tem uma movimentação muito mais independente do capital industrial do que as outras formas autonomizadas, e aparece sob um ponto de vista dialético em que é real e fictício ao mesmo tempo. É real sob o ponto de vista individual, no sentido de que uma ação patrimonial, por exemplo, representa o patrimônio real da empresa, e, portanto, é uma garantia de apropriação de excedente de valor para o capitalista individual. Porém, ao mesmo tempo em que parte de sua magnitude corresponde a capital real, é ilusório, pois a partir do ponto de vista global, é contabilizado duas, três ou mais vezes em diferentes mercados de crédito e tem seu movimento de preços independente daqueles que o unem ao valor real que corresponde (CARCANHOLO e NAKATANI, 1999). Ainda no exemplo de uma ação patrimonial, o preço dessas pode oscilar para cima ou para baixo sem base concreta com o real valor dessas empresas, e sim a partir de uma dinâmica especulativa no mercado da bolsa de valores.

²²⁰ (NAKATANI, 2021, p. 108);

²²¹ (RAPOSO, ALMEIDA FILHO e AMARAL, 2018);

²²² (RAPOSO, ALMEIDA FILHO e AMARAL, 2018);

²²³ (NAKATANI, 2021);

(RAPOSO, ALMEIDA FILHO e AMARAL, 2018, p. 9)

As implicações que o desenvolvimento do capital fictício acarreta para a análise do ciclo do capital não foram examinadas em profundidade por Osorio, embora o autor reconheça que “o peso do capital especulativo e sua ‘volatilidade’ deve ser considerado nas atuais condições de reprodução do capital”²²⁴. A partir desse diagnóstico, Raposo et.al reforçam que a análise que pretenda captar a reprodução do capital no atual contexto de financeirização do capitalismo contemporâneo deva perpassar necessariamente pela esfera financeira e fictícia de valorização, considerando o movimento aparente D-D’ a partir de uma compreensão dialética de que o capital fictício é real, ainda que ilusório: por um lado, apresenta-se sob formas autonomizadas e cada vez mais independentes do capital industrial, “na aparência de não possuir limites”; por outro, é capital real, que influencia e viabiliza o investimento produtivo, ainda que, em outra proporção, seja disfuncional a ele, o que também demonstra sua influência sobre a esfera produtiva. O momento aqui designado ao capital fictício está, portanto, na esfera de circulação, tanto na primeira quanto na segunda fase ²²⁵.

Partindo dessa premissa, vejamos em que sentido D-D’ deve também ser investigado no ciclo do capital. Em um primeiro sentido, já mencionamos quando tratamos da presença do setor financeiro na origem do capital-dinheiro (D), no oferecimento de recursos a partir da compra de ações, empréstimos, etc. Mas Raposo et. Al, com base em Paulani²²⁶, também apontam novos elementos à consideração, que dizem respeito às formas encontradas pelo capital fictício para “pulverizar” as restrições decorrentes de sua vinculação com a produção. São três os principais:

- a) A negociação de ativos nas bolsas de valores e mercados secundários de títulos. É um elemento importante ao estudo do ciclo do capital em um padrão reprodução avaliar o montante e o papel ocupado pela acumulação de capital em mercados secundários, os quais designam o grau em que a financeirização sob uma de suas manifestações se faz presente nesse padrão;
- b) O pagamento de juros com origem nos recursos do Estado, por via da dívida pública, e nos salários. No primeiro caso, é notório o grande peso que assume a manutenção da dívida pública nos países dependentes com o surgimento do mercado de títulos da dívida pública, constituindo-se um formidável mecanismo – entre outros - de transferência do mais-valor extraído dos trabalhadores por meio de impostos para os

²²⁴ (OSORIO, 2012, p. 49);

²²⁵ (RAPOSO, ALMEIDA FILHO e AMARAL, 2018, p. 18);

²²⁶ (RAPOSO, ALMEIDA FILHO e AMARAL, 2018);

detentores de títulos. No caso dos salários dos trabalhadores, estes são, a partir do fenômeno da expropriação dos rendimentos do trabalho, incorporados ao sistema financeiro, em meio ao qual o endividamento da classe trabalhadora se torna um mecanismo de rentabilidade fundamental aos ganhos fictícios;

- c) A multiplicação de instrumentos derivativos que funcionam como novos mecanismos de acumulação de capital.

Além disso, os autores apontam a necessidade de investigação do elemento financeiro que as crises assumem com cada vez mais frequência, tendo em vista a lógica especulativa de especulação de ativos intangíveis, marcada por bolha e falta de liquidez. Aqui, também, há um agravante às economias dependentes, onde aumentam a ocorrência de crises financeiras devido à intensificação de sua vulnerabilidade externa.

2.2.3 Condições para o desenvolvimento do padrão de reprodução: a forma de Estado e o sistema mundial

Como acabamos de ver, no centro do método proposto por Jaime Osorio está o ciclo do capital. Mas para que o capital possa cumprir as fases do seu ciclo em uma configuração de pautas de produção e circulação particular, em que por meio da via da repetição passa a se constituir como um padrão, são necessárias algumas condições a mais, não inscritas estritamente nas fases do ciclo, mas que influem sobre ele decisivamente.

Osorio aponta, em primeiro lugar, que o capital tem diante de si o mecanismo da política econômica. Esta cobre um extenso campo de ação – monetário, fiscal, de comércio exterior, investimento estrangeiro, consumo, mão de obra, produção, investimento - que engloba todas as fases do ciclo do capital e de sua reprodução. Essa política detém instrumentos cuja função é ajudar o capital a percorrer seu ciclo, “para que seu trânsito seja mais fluido e favorável a suas necessidades”²²⁷. Contudo, o capital não é favorecido da mesma maneira: alguns setores e frações são mais favorecidos e outros mais prejudicados por determinada configuração de políticas. A predominância de certas políticas, portanto, diz respeito tanto à instância econômica quanto à política: na dimensão econômica, para cada padrão de reprodução do capital corresponde uma configuração institucional específica de políticas econômicas; na dimensão política, as frações e setores do capital mais favorecidos “contam com maiores cotas de poder

²²⁷ (OSORIO, 2012, p. 72);

e as fazem sentir na aplicação de políticas econômicas que melhor propiciem seu desenvolvimento ou sua reprodução particular”²²⁸.

A formulação de Osorio é útil para identificar o papel da ação estatal em sua forma de política econômica para a reprodução capitalista sob um padrão determinado. Entretanto, o foco estabelecido pelo autor na relação imediata entre políticas econômicas e padrão de reprodução deixa em suspenso o fato de que para um mesmo padrão de reprodução, é possível que haja variações de forma, de grau e, em alguma medida, de conteúdo nas políticas econômicas, a depender das mudanças nas necessidades de reprodução das frações capitalistas no bloco no poder e da correlação de forças entre as classes e frações dominantes e delas com as classes dominadas a cada conjuntura. Por exemplo: as políticas implementadas em um momento de ofensiva da burguesia em unidade contra as classes dominadas diferem daquelas em que uma agudização das divisões no seio da burguesia e/ou a reorganização das classes populares permitem condicionar determinados aspectos das políticas econômicas, *ainda que essas políticas não contrariem o sentido geral da ação estatal voltada à manutenção ao padrão de reprodução do capital vigente*. Em suma, entende-se que há aqui um problema referente ao nível de abstração. Enquanto a abordagem do padrão de reprodução do capital trata de um nível intermediário ao sistema mundial e a formação econômico-social, as políticas econômicas estão determinadas também por elementos conjunturais que causam variações em sua configuração efetiva.

Além disso, ao restringir a análise à política econômica, Osorio não considera outras políticas de Estado que também contribuem no mesmo sentido de facilitação da persecução da reprodução do capital, como a *política social* e a *política externa*. A política social (como a política previdenciária, os programas de transferência de renda e as políticas de saúde e educação) relaciona-se diretamente aos custos da reprodução da força de trabalho com os quais deve arcar o capital em seu ciclo, assim como pode se apresentar ao capital como uma nova fronteira de acumulação a ser explorada. A política externa, por sua vez, contribui para a inserção de determinado Estado nacional em um quadro geoeconômico e geopolítico da forma mais adequada à posição que lhe cabe na divisão internacional do trabalho sob determinado padrão de reprodução.

Esses problemas nos levam a recorrer ao conceito poulantziano de *forma de Estado capitalista*, que entendemos como a contraparte política do padrão de reprodução do capital. Poulantzas entende que as formas de Estado fazem referência as diferenciações que se

²²⁸ (OSORIO, 2012, p. 72);

estabelecem historicamente em um mesmo tipo de Estado – no caso do capitalismo, as formas de Estado que, embora variem entre si, obedecem às relações fundamentais de um Estado de tipo capitalista. Como já foi indicado²²⁹, tais variações conformam estruturas políticas que se referem ao grau e às formas que, em cada “estágio da formação social”, assume a autonomia específica das estruturas econômicas e políticas que caracteriza o modo de produção capitalista²³⁰, ou seja, a como *se articulam* as dimensões política e econômica em determinada quadra histórica de uma formação social. Considerando que os “estágios” por que passam as formações econômico-sociais nacionais são particularizações de um estágio mais geral referentes a regiões que extrapolam as fronteiras de um único país, entendemos que a noção de “estágio” que Poulantzas apresenta corresponde, em sua dimensão econômica²³¹, sem grandes empecilhos teóricos, à categoria de padrão de reprodução do capital.

Assim, a certo padrão de reprodução do capital corresponde uma determinada forma de Estado que se diferencia de outras pelo tipo característico de relações entre o político e o econômico que se desenvolvem. Tais diferenças se materializam, entre outros aspectos, em políticas econômicas, sociais e de relações exteriores que contribuem para a manutenção e ampliação daquele padrão de reprodução. Tais políticas podem variar entre si, a depender do momento e do local em que se aplicam, pois respondem também a fatores conjunturais.

Em segundo lugar, Osorio menciona os condicionantes próprios ao sistema mundial, já tratados nessa tese. Eles implicam, do ponto de vista do valor, as transferências que estão na base da conformação de economias imperialistas e dependentes. Do ponto de vista do valor de uso, há a conformação de diferentes pautas de produção em uma divisão hierárquica, na qual as economias imperialistas detêm condições monopólicas em determinadas linhas de produção.

2.2.4 O Padrão Exportador de Especialização Produtiva: determinações e características do caso brasileiro

As transformações desencadeadas no sistema mundial capitalista conformaram ao longo do tempo condições diferenciadas de inserção das economias dependentes na divisão internacional do trabalho, em um movimento dialético entre condicionalidade e determinação próprio da dialética externo-interno que caracteriza a dependência. Partindo dessa premissa, Osorio considera que existiram três padrões de reprodução do capital dominantes na América

²²⁹ Ver capítulo I, seção “O Estado capitalista dependente”;

²³⁰ Sobre a autonomia específica entre o político e o econômico no modo de produção capitalista, ver nota 165;

²³¹ Ou seja, no que se refere às formas específicas que assumem a produção, acumulação, circulação e apropriação do valor;

Latina até o presente: a) o padrão agromineiro exportador, no período entre os processos de independência na região e as primeiras décadas do século XX; b) o padrão industrial, dividido em uma etapa internalizada, da segunda metade dos anos 1930 até os anos 1940, e uma etapa de integração ao capital estrangeiro, a partir da década de 1950 até os anos 1970; c) o padrão exportador de especialização produtiva (PEEP), estabelecido em meados da década de 1980 até o presente.

Para Osorio, esses padrões são dominantes no sentido de que se convertem no dinamizador da reprodução do capital em seu conjunto, ainda que convivam, em geral, com um padrão subordinado no interior da mesma formação econômico-social. Eles são entremeados por períodos de transição, “momentos em que um padrão não termina de se subordinar e em que o padrão que emerge ainda não domina com clareza”²³². Por outro lado, a forma que adquirem apresenta especificidades importantes em cada formação econômico-social e o autor tem como base em sua classificação as economias de maior desenvolvimento relativo da região. Embora isso acarrete a necessidade de analisar as particularidades que acompanham as formações latino-americanas (o que faremos mais à frente para o caso brasileiro), sua conceitualização atende ao objetivo de captar a lógica interna de reprodução do capital que prevalece em cada período histórico considerando a inserção como um todo da região no movimento maior do sistema mundial. É a partir dessa premissa que Osorio faz uma síntese de como se deu historicamente a articulação:

O sistema mundial capitalista estabelece em seu curso diversas divisões internacionais do trabalho, nas quais adquire sentido o papel fundamental que a América Latina desempenha como região produtora de metais preciosos, matérias-primas e alimentos desde a etapa colonial até a etapa do padrão primário-exportador. A crise desse padrão, a etapa de transição que se gera e a posterior conformação do padrão industrial na América Latina têm lógicas internas, porém estas se articulam com a crise do mercado mundial derivada da longa etapa que vai da Primeira Guerra Mundial à Crise de 1929 e à Segunda Guerra Mundial e que exigem do capital local a geração de um processo de industrialização como forma de reprodução. *O atual padrão exportador de especialização produtiva adquire sentido no quadro de revoluções na microeletrônica, que multiplicam e aceleram as comunicações, a redução nos preços dos transportes de mercadorias e um novo estágio do capital financeiro. Tudo isso propiciou integrações mais intensas do mercado mundial, assim como novas possibilidades de segmentação dos processos produtivos, de realocação de indústrias e serviços, bem como uma elevada mobilidade do capital, processos que foram caracterizados com a noção de mundialização.*

(OSORIO, 2012, p. 79). Grifos meus.

²³² (OSORIO, 2012, p. 78);

O padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva tem como pano de fundo essa série de transformações ocorridas no marco da crise mundial iniciada em fins dos anos 1960, embora ele venha a se estabelecer na América Latina somente a partir da segunda metade da década de 1980. Os processos de realocação e segmentação das fases do ciclo do capital, de expansão da circulação de mercadorias e capitais e de financeirização da economia mundial - ocorridos sob uma nova orientação estratégica de investimento das corporações transnacionais e de elevação do patamar de reprodução ampliada de capital fictício em escala nunca antes vista – combinado às profundas restrições externas que se impuseram à América Latina na década de 1980 e as respostas encontradas pela região para superá-las puseram fim ao padrão industrial até então vigente e, após um período de transição, levaram à consolidação de um novo padrão que reinsere o capitalismo dependente latino-americano de forma ativa na dinâmica da globalização atual.

À primeira vista, esse padrão apresenta semelhanças com o antigo padrão agromineiro exportador que dominou na segunda metade do século XIX, especialmente no peso que progressivamente assumem os bens primários na composição da pauta exportadora das economias em ambos os casos. Contudo, guarda com ele diferenças importantes no que se refere ao maior grau de elaboração de boa parte dos bens exportados. Esse padrão põe fim à industrialização como um projeto de relativa maior autonomia inscrito no ideário desenvolvimentista que se manteve por um bom tempo nas economias latino-americanas, embora alguns países, como o Brasil e o México, mantenham uma estrutura industrial relevante em operação. Contudo, de forma geral, essas indústrias aparecem agora “integradas ou subsumidas e submetidas ao novo projeto exportador”²³³.

O nexos que está por trás dessa especialização produtiva sob uma nova configuração está no papel designado à América Latina de fornecedora de valores de uso dentro de cadeias produtivas globalizadas e articuladas entre diversas regiões do planeta, assim como na condição que assume para a valorização financeira, a qual traz consigo exigências de valorização do capital na esfera das finanças que acarretam o desinvestimento público e privado em capacidade produtiva, sobretudo em ramos de maior complexidade tecnológica. Essa inserção se apoia em processos de agudização da exploração dos trabalhadores, intensificada nas economias periféricas, que acarretam novos limitantes estruturais à formação de mercados internos de massas e retroalimentam a tendência à orientação da produção a mercados externos.

²³³ (OSORIO, 2012, p. 106);

De forma sintética, Osorio aponta como características do padrão exportador de especialização produtiva latino-americano:

a) A condição exportadora: os principais mercados da nova reprodução do capital, especialmente dos seus setores mais dinâmicos, encontram-se no exterior, para onde destinam-se os bens primários produzidos nas economias e os manufaturados que se inserem dentro da cadeia produtiva da “fábrica mundial” própria da segmentação oriunda da globalização. “É a venda de mercadorias nos mercados mundiais um fator fundamental para a viabilidade do atual projeto”²³⁴;

b) Isso não significa, contudo, que o mercado interno não detenha importância no atual padrão. Ao alto grau de importância que ganham os mercados externos para a reprodução do capital (e é nesse sentido que se dá a condição exportadora em relação ao padrão de reprodução que precedeu o atual) corresponde um aguçamento do elemento característico do capitalismo dependente de cisão do ciclo do capital entre esferas de consumo e de concentração de renda mediante a superexploração da força de trabalho²³⁵. Forma-se, assim, *um restrito, porém poderoso mercado interno* cujos principais elementos dinamizadores são os segmentos que vivem do mais-valor, renda ou salários elevados, uma fração minoritária das sociedades com elevado poder aquisitivo;

c) O papel privilegiado do capital estrangeiro na reestruturação das economias e o fortalecimento de grandes capitais nacionais. Osório aponta o forte crescimento do investimento estrangeiro direto na América Latina no período. Entre os principais processos ocorridos estão a onda de privatizações realizadas durante a década de 1990. Também constitui um atrativo ao capital externo o estabelecimento de novas cadeias produtivas. Em geral, estas correspondem a investimentos “com pouco enraizamento, nos quais trabalhos de *maquila*, montagem, embalagem e rotulagem são prioritários, o que facilita a mobilidade do capital para outras regiões”²³⁶. A venda de empresas públicas, juntamente aos impactos da crise dos anos 1980, engendra um processo de centralização do capital que favorece também os grandes capitais nacionais. Esses grandes capitais nacionais e estrangeiros, junto a um reduzido grupo remanescente de empresas estatais, passam a constituir o polo dinâmico da acumulação nas economias dependentes. Há entre eles uma divisão do trabalho:

O grande capital local tem preeminência no comércio, na agroindústria, nas indústrias alimentícias e nas telecomunicações, atingindo certa expressão na mineração, na eletrônica e na energia elétrica. Empresas estatais predominam nas áreas de mineração, petróleo/gás e energia elétrica, ao passo que o Estado

²³⁴ (OSORIO, 2012, p. 106);

²³⁵ Ver Capítulo I deste trabalho;

²³⁶ (OSORIO, 2012, p. 109);

não tem mais nenhum papel nos demais setores e o capital transnacional prevalece nos setores automobilístico e de autopeças e na eletrônica, mas também representa um peso significativo em todo o resto dos setores, com exceção de petróleo/gás, nos quais tem uma presença reduzida.

O capital estrangeiro possui um papel predominante, por sua vez, no setor bancário-financeiro, chegando a controlar em muitos casos mais de 80% das atividades nesse setor.

(OSORIO, 2012, p. 111)

d) A especialização em alguns eixos da produção em virtude de vantagens naturais ou comparativas na produção e no comércio internacional. Esses eixos podem ser agrícolas, mineiros, industriais ou de serviços. Neles se concentram os avanços tecnológicos das economias. Geralmente, essas atividades operam sem estabelecer vínculos orgânicos com as economias locais, já que importam equipamentos e em alguns casos até matérias-primas do exterior e é nele onde encontram seus principais mercados, sendo os salários e os impostos seu aporte fundamental à economia local. São, em boa parte, segmentos de cadeias produtivas globais dirigidas pelo capital transnacional e alheios a qualquer “projeto nacional de desenvolvimento”, tal qual o imaginário muito presente no período do padrão de reprodução industrial (da década de 1930 até a década de 1970);

e) A perda do poder aquisitivo dos assalariados, a precarização das condições de trabalho e de vida da maioria da população e a concentração de riqueza. No atual padrão, o consumo dos assalariados locais não entra como elemento de maior relevância na medida em que parte importante da produção é destinada ao exterior. O salário médio geralmente não garante condições de acesso aos bens exportáveis, e boa parte destes é composta de bens intermediários, matérias-primas ou energéticos e matérias auxiliares, que não entram no consumo final. Por outro lado, a capacidade de concorrência do capital nos mercados externos reside na deterioração dos salários e de tudo o que implique custos de trabalho, ou seja, na superexploração da força de trabalho. Trata-se de uma das principais vantagens comparativas que encontra o capital que opera na América Latina.

Nas próximas subseções, veremos como e em que medida se manifestam essas características do padrão exportador de especialização produtiva para o caso brasileiro (PEEP brasileiro), no intuito de identificar as similaridades e diferenciações dos aspectos centrais da dinâmica da reprodução do capital na formação econômico-social brasileira em relação à tendência latino-americana. Conforme conferiremos, ela apresenta alguns aspectos particulares relevantes, que, embora não contrariem as tendências mais importantes do padrão exportador de especialização produtiva, sobretudo no sentido de sua evolução gradual nas últimas décadas, exige algumas mediações para que aproximemos nossa análise a um nível mais concreto.

2.2.4.1 Especialização regressiva: inserção no mercado externo, reprimarização da pauta exportadora e desindustrialização

A começar com o progressivo fortalecimento da característica exportadora da economia brasileira nas últimas décadas, vemos na Tabela II o aumento do valor das exportações totais do Brasil desde 1990, que multiplicam em mais de sete vezes seu valor absoluto em um período de vinte e nove anos. Em termos relativos ao Produto Interno Bruto, a participação das exportações quase dobra o seu peso durante o mesmo período.

Tabela II - Valor das exportações de bens e serviços brasileiras (milhões de dólares a preços correntes) e participação no PIB (com base em dados em dólares a preços correntes) – 1990-2019

	Valor total	Participação no PIB (%)
1990	34.106,5	7,8
1995	57.922,2	7,4
2000	66.777,3	10,1
2005	135.919,1	15,2
2010	240.003,1	10,8
2015	232.488,8	12,9
2019	264.562,9	14,1

Fonte: Cepal, *Anuario estadístico de América Latina y el Caribe 2020*.

Em 2011, as exportações da economia brasileira atingiam 1,5% do valor total das exportações mundiais. Embora proporcionalmente baixo, foi o maior valor referente ao período 1990-2016 e o segundo maior desde a década de 1980²³⁷.

O valor acrescido das exportações é um indicador de peso da dinâmica voltada aos mercados externos que passa a reger parte importante da produção capitalista brasileira. Entretanto, o papel das exportações no caso brasileiro é menos importante se comparado a outras economias latino-americanas de maior desenvolvimento relativo. A título de ilustração, a participação das exportações no México (38,9%), Chile (28%), Argentina (17,7%) e Colômbia (15,9%) em 2019 foi maior que no caso brasileiro, evidenciando uma diferenciação importante entre essas economias.

É notável como essa mudança, que comparece na narrativa dos defensores do neoliberalismo como um caminho para os ganhos de competitividade da economia brasileira e de uma inserção mais bem posicionada dos setores exportadores nas cadeias de produção

²³⁷ (NASSIF e CASTILHO, 2020, p. 15 e 16);

globais, significou na prática uma especialização produtiva regressiva, focada sobretudo na exportação de bens primários. Trata-se do fenômeno da reprimarização da pauta exportadora brasileira.

Na Tabela 3, temos a composição das exportações brasileiras segundo fator agregado em anos selecionados de 1964 a 2018, que oferece a noção do grau de elaboração dos produtos finais exportados. Os dados evidenciam que, após um período de elevação da participação de bens industriais no valor total das exportações no período correspondente ao padrão de reprodução industrial anterior da economia brasileira, apresenta-se uma tendência de queda da participação de bens semimanufaturados a partir de 1995 e de bens manufaturados a partir de 2000. Somados, sua participação no valor total das exportações se reduz de 77% em 1995 para 49,5% em 2018, enquanto a participação de bens básicos se eleva de 22,9% para 50,5% no mesmo período. Importante salientar, na observação dessa tendência, que ela continua a se apresentar inclusive após o período de alta dos preços das *commodities* no mercado internacional da década de 2000.

Tabela III- Brasil: exportações segundo fator agregado (%) – 1964-2018

Ano	Básicos	Semimanufaturados	Manufaturados
1964	85,4	8,0	6,2
1980	42,2	11,7	44,8
1985	33,3	10,8	54,9
1990	27,8	16,2	54,2
1995	22,9	20,8	56,2
2000	23,4	15,8	60,7
2005	29,9	13,8	56,3
2010	45,5	14,3	40,2
2015	46,8	14,2	39,0
2018	50,5	12,9	36,6

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e Secex. In: (CANO, 2012, p. 13) e Ipeadata

Esses dados apontam para uma tendência de gradual reorientação da inserção da economia brasileira no mercado mundial e na divisão internacional do trabalho em que perde importância a atividade manufatureira em relação à exportação de bens básicos, caracterizada pelo menor grau de elaboração e sofisticação tecnológica, confirmando no âmbito do comércio internacional a especialização do padrão de reprodução do capital atual. Não obstante, essa especialização está inscrita em um processo mais amplo cujas implicações ultrapassam as atividades voltadas ao mercado externo e atingem a economia brasileira como um todo: sua

face mais geral em termos do grau de desenvolvimento das forças produtivas é a desindustrialização da economia, um processo caracterizado pela regressão produtiva em termos relativos e o aprofundamento das disparidades tecnológicas da formação econômico-social brasileira em âmbito internacional.

A desindustrialização é um fenômeno comum a diferentes regiões da economia mundial na quadra atual da globalização, mas que possui determinações particulares no caso do Brasil. Nesse caso, sua ocorrência está associada à perda da complexidade da estrutura produtiva nacional e à reprimarização da pauta exportadora, no bojo da inserção regressiva e da financeirização que caracterizam a economia brasileira na atual divisão internacional do trabalho. Seu conceito pode ser definido como a redução da proporção do emprego industrial e do valor adicionado da indústria no emprego total e no PIB, respectivamente²³⁸. Ela se refere, portanto, a uma perda de importância *relativa* do produto e do emprego industrial, o que significa dizer que ela pode ocorrer mesmo quando há expansão absoluta da produção industrial. Nos Gráficos 1 e 2, temos indicadores de ambos os aspectos para o Brasil. No Gráfico 1, observa-se a expressiva perda da participação da indústria de transformação no PIB desde meados da década de 1980. Embora tenha havido alguns momentos de crescimento da participação desde então – no início dos anos 1990 e dos anos 2000 – essas recuperações foram insuficientes para contrariar a tendência geral de redução da sua participação no PIB, que se acentua desde a crise de 2008 e chega a 2016 a proporções próximas à da década de 1940. A mesma tendência pode ser observada no ritmo de crescimento da indústria de transformação em comparação com outros setores da economia, na Tabela 4. Desde 1989, seu crescimento médio anual obteve os piores resultados. Em relação à participação no emprego formal, o Gráfico 2 evidencia a forte queda no mesmo período, reduzindo-se a praticamente à metade a parcela representada pelo emprego da indústria de transformação entre 1986 e 2015.

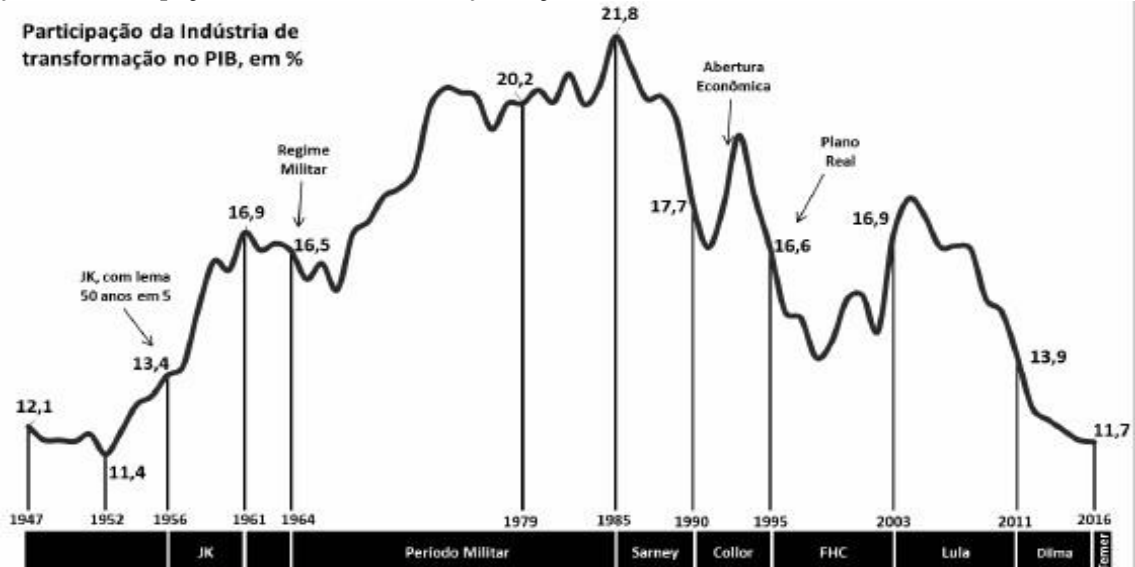
Tabela IV- PIB Total e setorial - Taxas médias anuais de crescimento – 1989-2011

Período	1989- 2001	2001- 2006	2007	2008	2009	2010	2006- 2010	2011
PIB Total	2,2	3,0	6,0	5,2	-0,3	7,5	4,6	2,7
PIB Agrícola	3,8	3,9	4,8	6,3	-3,1	6,3	3,5	3,9
PIB Industrial	1,4	3,2	5,3	4,1	-5,6	10,4	3,4	1,6
PIB Industrial Transformação	1,4	2,8	5,6	3,0	-8,7	10,1	2,3	0,1
PIB Serviços	2,4	3,2	6,1	4,9	2,1	5,5	4,6	2,7

Fonte: IBGE – CN/ Ipea-Data. In: (CANO, 2012, p. 7)

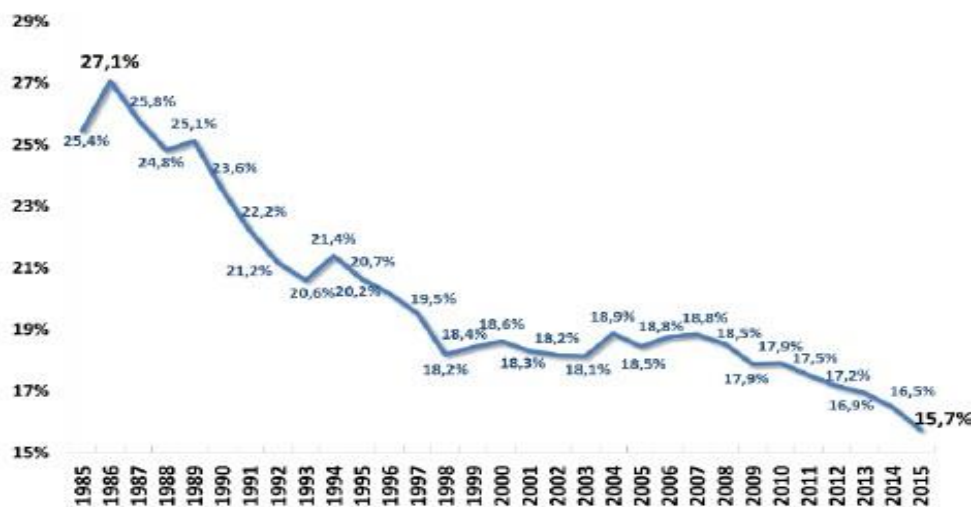
²³⁸ (OREIRO e FEIJÓ, 2010);

Gráfico 1 - Participação da Indústria de Transformação no PIB brasileiro 1947-2016 (%)



Fonte: IBGE. Elaboração Fiesp e CIESP. In: (SANTANA, 2019, p. 128)

Gráfico 2- Participação da Indústria de Transformação no Emprego Formal brasileiro (%) 1985-2015



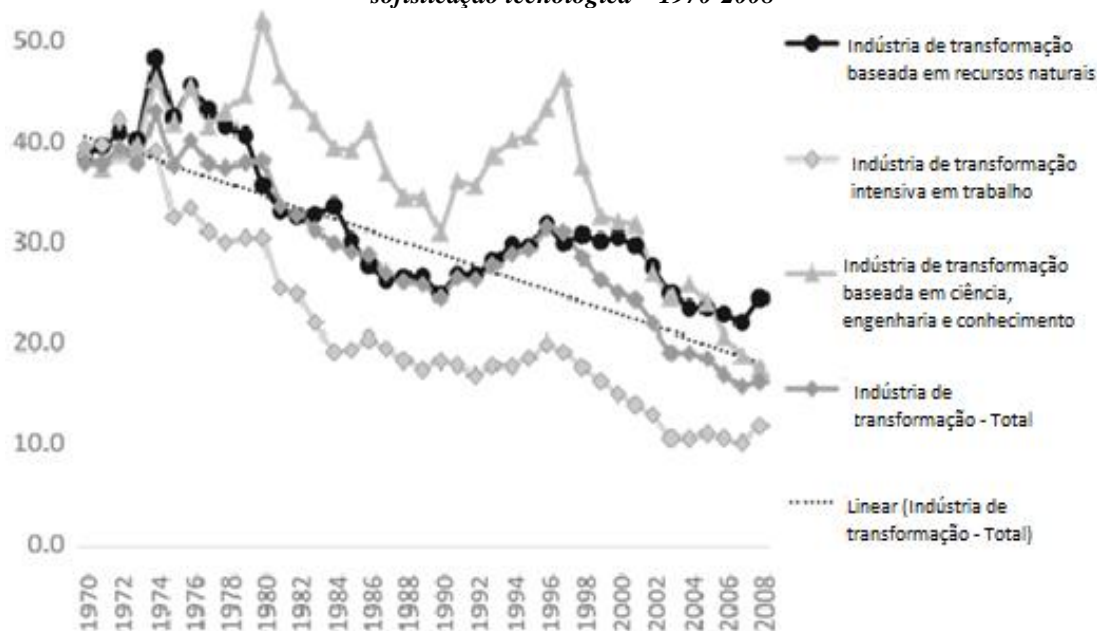
Fonte: RAIS. Ministério do Trabalho e Emprego. Elaboração Fiesp e CIESP. In: (SANTANA, 2019, p. 129)

O caráter regressivo da desindustrialização para a estrutura produtiva da economia brasileira pode ser observado em termos relativos no Gráfico 3. Nele está representado o hiato tecnológico da indústria de transformação nas últimas décadas por fator de conteúdo e sofisticação tecnológica²³⁹, medido aqui pela média da produtividade do trabalho no Brasil em

²³⁹ Nas indústrias baseadas em recursos naturais, o fator competitivo mais importante é o acesso a recursos naturais existentes no país; no caso da indústria intensiva em trabalho, prevalece a disponibilidade de mão de obra com custos relativos reduzidos em relação a outros países; na indústria intensiva em escala, as plantas de produção são caracterizadas por indivisibilidades tecnológicas, de forma que seu principal fator de competitividade é a

relação à média da produtividade do trabalho nos EUA. Depois de uma leve ascensão relativa na década de 1970, o hiato tecnológico passa a se ampliar. Entre 1990 e 1998, ocorre uma redução da disparidade. Nassif e Castilho²⁴⁰ atribuem esse arrefecimento a um aumento de produtividade da economia brasileira devido principalmente à renovação do maquinário mediante a importação de bens de capital (facilitados pela sobrevalorização da moeda e pela liberalização comercial) e à escassez de mão-de-obra, mais que à difusão de mudança tecnológica. Após esse período, contudo, observa-se uma ampliação do diferencial de produtividade, particularmente na indústria baseada em ciência, engenharia e conhecimento. No ano de 2008, a produtividade do trabalho da indústria de transformação brasileira correspondia a aproximadamente 20% de sua correlata estadunidense, com queda em todos os segmentos, frente aos 40% do início dos anos 1970.

Gráfico 3 - Hiato tecnológico da indústria de transformação brasileira classificada por fator de conteúdo e sofisticação tecnológica – 1970-2008



Fonte: (NASSIF e CASTILHO, 2020, p. 13)

exploração de ganhos em escala; nos setores com tecnologia diferenciada prevalece a diversidade de padrões de demanda; e nas indústrias baseadas em ciência, o fator competitivo preponderante é a aplicação da pesquisa científica às tecnologias industriais²³⁹. “Grosso modo, os setores com tecnologias baseadas em recursos naturais e intensivas em trabalho têm maior capacidade para gerar empregos diretos. Os setores com tecnologias intensivas em escala, diferenciada e baseadas em ciência, por seu turno, por possuírem, salvo exceções, maior intensidade na relação capital/trabalho (notadamente os intensivos em escala) e maior sofisticação tecnológica em seus processos produtivos, têm, por isso mesmo, maior capacidade não somente para promover efeitos de encadeamento para frente e para trás — e, portanto, maiores efeitos multiplicadores de renda e emprego — como também para produzir e difundir inovações para o restante da economia.” (NASSIF, 2008, p. 85)

²⁴⁰ (NASSIF e CASTILHO, 2020)

As tendências apontam, portanto, para a conformação gradual de um padrão de especialização em que as disparidades tecnológicas da formação econômico-social brasileira frente ao capitalismo central se mostram cada vez maiores. Essas disparidades refletem uma configuração da produção em que a capacidade de geração de valor agregado nas cadeias produtivas da indústria brasileira e apropriação do valor internamente à economia nacional mediante à incorporação do conhecimento científico e tecnológico se vê cada vez mais reduzida e cede espaço a conformação de processos produtivos mais próximos ao tipo das “maquiladoras”, que apenas juntam componentes importados para a montagem de novos produtos²⁴¹.

Como já observamos, uma das condições de suma importância à consolidação de um padrão de reprodução do capital é o mecanismo da política econômica. O padrão exportador de especialização produtiva no caso brasileiro vem contando, nesse sentido, com a política neoliberal para a sua conformação mediante o processo de desindustrialização com reprimarização da pauta exportadora. Assim, desde a década de 1990, uma série de reformas neoliberais foram implementadas, em um movimento de reinserção da economia brasileira na divisão internacional do trabalho sob a globalização. Dentro dessa perspectiva, citemos os fatos atribuídos por Cano²⁴² como causas do processo de desindustrialização. São eles:

- a) a política cambial prevalecente instaurada a partir do Plano Real, em que o câmbio excessivamente valorizado por boa parte do período subsequente cumpriu, por um lado, o papel de âncora dos preços e, por outro, acarretou a crescente perda de competitividade internacional da indústria nacional;
- b) a abertura comercial unilateral promovida entre 1989 e 1994 e mantida posteriormente, com queda das tarifas e demais medidas protecionistas;
- c) as taxas de juros elevadas do país, que, ao situarem-se em patamar mais vantajoso ao capitalista que a taxa de lucro, inibem o investimento produtivo e, portanto, a elevação da produtividade;

A esses fatores, Cano agrega a desaceleração da economia mundial a partir de 2007 e a retomada de políticas industrializantes nos EUA e na China e a mudança do perfil do investimento estrangeiro direto (IED). Aproximadamente, 75% do IED era destinado à indústria de transformação na década de 1980. Essa proporção passa a flutuar entre 30 a 40% a partir de

²⁴¹ Essa é uma tendência geral que necessita, evidentemente, de mediações na análise concreta da economia brasileira;

²⁴² (CANO, 2012);

2001, enquanto cresce a participação dos serviços no IED e, dentro deles, das atividades financeiras, tendência igualmente observada no caso do investimento interno.

2.2.4.2 Mercado interno brasileiro, consumo assalariado e superexploração

No Capítulo I, apresentamos a interpretação da TMD sobre as cisões no ciclo do capital que se sobrepuseram no desenvolvimento capitalista dependente latino-americano. Entre elas, a cisão entre esfera alta e esfera baixa da circulação, que reflete a formação de uma estrutura produtiva dinamizada por ramos cujos produtos assumem durante longo tempo perfil suntuário e tem como característica estar divorciada das necessidades das massas trabalhadoras. Essa análise se confirma para a realidade brasileira ao observarmos a trajetória histórica do acesso da classe trabalhadora a bens industriais que detém um importante papel para a estrutura produtiva da economia nacional.

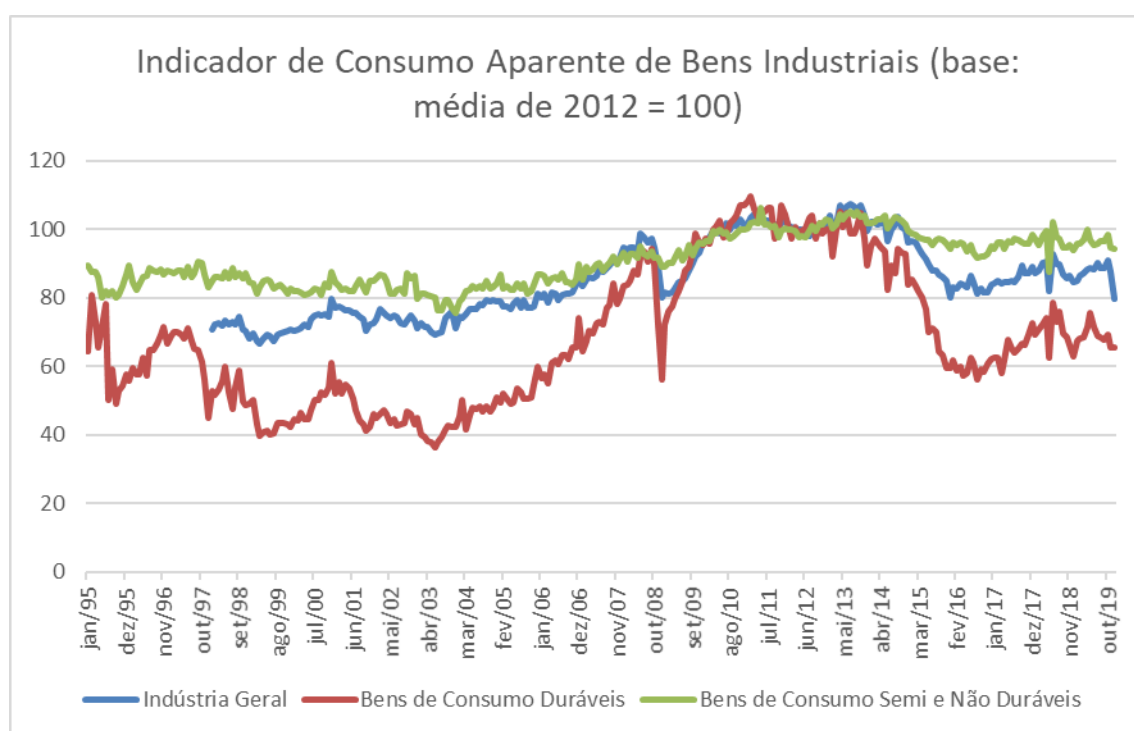
Por outro lado, ao nos aproximarmos de um nível mais concreto de análise, no campo dos determinantes da categoria do padrão de reprodução do capital, nos deparamos com o papel importante do mercado interno brasileiro, sobretudo relativamente a outras economias latino-americanas. Esse mercado se ampliou em algumas passagens dos últimos 30 anos, incorporando em determinado momento, inclusive, uma parte importante da classe trabalhadora ao consumo de bens duráveis que representam parcela relevante da produção industrial brasileira. Essa ampliação se dá, sobretudo, entre 2003 e 2013, sob uma conjuntura de relaxamento das restrições externas do país, expansão do emprego formal, elevação real do salário mínimo, implementação de políticas sociais redistributivas e expansão do crédito às famílias durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), embora em um momento anterior, após a estabilização dos preços decorrente do Plano Real, tenha havido um aumento no consumo de bens duráveis pelas famílias que alcança uma fração do consumo assalariado²⁴³.

No Gráfico 4, está representado o indicador elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de consumo aparente de bens industriais. Esse indicador é definido como a parcela da produção industrial doméstica destinada ao mercado interno acrescida das importações industriais. No gráfico, apresenta-se a tendência da indústria geral e aquelas referentes às indústrias de bens de consumo duráveis e semi/não duráveis. Como se pode observar, ao longo do período 1995-2019 temos importantes variações: em uma primeira fase, há uma estagnação do consumo industrial total de bens finais e uma queda relativa do índice

²⁴³ (MOREIRA e MAGALHÃES, 2014); (MORAES, 2004);

para bens de consumo duráveis, partindo de cerca de 70% do valor-base de 2012 em 1995 e chegando a menos de 40% em 2003, quando passa a aumentar progressivamente, junto a um aumento de bens de consumo semi e não duráveis. O aumento do consumo de bens de consumo duráveis é então o mais expressivo, partindo de uma proporção de 40% do valor-base de 2012 para quase 110% em 2011. Após esse período, contudo, todos os três indicadores passam a declinar, sendo que o consumo da indústria em geral e de bens duráveis sofrem uma rápida queda entre 2015 e meados de 2016, estabilizando-se até 2019 em um patamar próximo a 60% do consumo médio de 2012²⁴⁴.

Gráfico 4 - Indicador de consumo aparente de bens industriais- 1995-2019



Fonte: Carta de Conjuntura 2021, IPEA. Elaboração própria.

O papel central desempenhado pelo consumo das famílias na dinâmica da atividade econômica pode ser ainda observado na Tabela 5. Em todos os períodos elencados, com exceção de 2015-2018, o consumo das famílias foi o elemento que mais contribuiu para o crescimento

²⁴⁴ A ampliação do consumo de bens duráveis a parte da classe trabalhadora brasileira na década de 2000 pode ser identificada pelo consumo desses valores de uso de acordo com seu tipo pelos estratos de renda da população. Em 2002-2003, o percentual do consumo de eletrodomésticos correspondente às famílias com renda até 5 salários mínimos era de 27%; em 2008-2009 a mesma proporção salta para 47%. Quanto ao consumo de automóveis - valor de uso exemplar entre os bens duráveis e de grande importância para a produção industrial brasileira - esse bem apresentou uma tendência crescente de inserção na cesta de consumo de faixas de renda menores e em 2008-2009 representava aproximadamente 13% da renda de famílias com remuneração entre 3 e 5 salários mínimos (MEDEIROS, 2015);

do PIB pela ótica da demanda. Vale notar que mesmo no período de 1996-2002, imediatamente anterior à fase em que se inicia a elevação do consumo final das famílias, este representa a contribuição mais importante ao crescimento, embora em uma proporção menor. Ainda, em 2015-2018, o consumo das famílias tem a segunda contribuição mais importante na retração do PIB que se observa em meio à recessão, atrás apenas da queda do investimento, demonstrando também aqui sua importância para a dinâmica da atividade econômica.

Tabela V- Contribuição ao crescimento do PIB por períodos selecionados (1996-2018)

Período	Consumo – Famílias	Consumo – Governo	Formação bruta de capital	Exportação	Importação (-)	Crescimento do PIB a preços de mercado
1996-2002	7,76	2,03	1,13	4,43	0,11	15,24
2003-2008	15,67	3,26	7,94	7,04	8,68	25,23
2009-2014	15,05	2,60	3,06	0,66	4,56	16,81
2015-2018	-1,88	-0,30	-5,57	1,98	-1,60	-4,18

Fonte: Carta de conjuntura 2020, IPEA. Elaboração própria.

A maior amplitude relativa do mercado interno requer uma mediação na colocação de Osorio em relação ao padrão exportador de especialização produtiva. Como colocado, este autor, ao teorizar sobre o atual padrão de reprodução latino-americano, apresenta sua dinâmica exportadora como a contraparte de um reduzido mercado local, sustentado nos segmentos cuja renda provém do mais-valor, embora reconheça que se trata de um mercado poderoso pelo seu alto poder aquisitivo. Na avaliação de Osorio, essa complementaridade entre a condição exportadora e os salários rebaixados dos trabalhadores se dá em duas dimensões: a) porque o consumo dos assalariados não constitui elemento de maior relevância para o ciclo do capital na medida em que parte importante da produção, ou pelo menos dos ramos mais dinâmicos da economia, volta-se aos mercados externos, tendo em vista que o salário médio dos trabalhadores não permite o acesso a esses valores de uso e parte importante deles são matérias-primas, bens de uso industrial ou energéticos/materiais auxiliares, que não entram diretamente no consumo final dos trabalhadores; b) a competitividade dos produtos industriais vincula-se à deterioração dos salários – a superexploração sob a forma da remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor - e na redução de tudo que implique custos do trabalho²⁴⁵

Tais dimensões estão presentes e operantes na formação econômico-social brasileira em uma trajetória de longa duração, ensejando a cisão das esferas de circulação do capital. Isso é demonstrado quando a ela comparamos a dinâmica dos países capitalistas centrais, cujo tempo

²⁴⁵ (OSORIO, 2012); (MOREIRA e MAGALHÃES, 2014);

de existência suntuária dos bens industriais é muito menor. Acontece que, diante do acesso que parte da classe trabalhadora passou a ter ao mercado de bens duráveis na segunda metade dos anos 2000 e primeira dos anos 2010 - seus segmentos ocupados em postos formais de maior estabilidade laboral, para os quais as facilidades na obtenção de crédito foram decisivas – alguns autores, como Moreira e Magalhães e Filgueiras²⁴⁶, formularam críticas à proposta de Osório, salientando que, no caso do Brasil, a estreiteza do consumo dos trabalhadores não corresponderia a uma característica da reprodução do capital atual.

Os primeiros, analisando o intervalo de 2003 a 2013, percebem como o duplo processo de reprimarização e desindustrialização acontece concomitantemente à expansão do mercado interno. Os autores atribuem ambos os processos à inserção da economia brasileira no capitalismo financeirizado. A reprimarização/desindustrialização relaciona-se à abertura comercial e financeira e às reformas do sistema financeiro, que consolidam uma arquitetura macroeconômica que favorece a apreciação cambial, a perda da competitividade industrial e reorientam o investimento estrangeiro direto a uma lógica curtoprazista e rentista, que prioriza as atividades comerciais e financeiras em detrimento das produtivas. Já a expansão do mercado interno mediante a incorporação da classe trabalhadora ao consumo doméstico de bens duráveis é atribuída especialmente ao acesso da população assalariada ao mercado de crédito, favorecida pela valorização do salário mínimo e expansão do emprego formal nesse período, a qual permite um melhor planejamento financeiro familiar e a oferta de melhores garantias à obtenção de empréstimos. Essa incorporação da classe trabalhadora ao crédito responde à necessidade estrutural do capital a nível mundial de realização de uma massa crescente de mercadorias, a qual exige a absorção dessa produção pelos assalariados das economias dependentes.

Filgueiras - assumindo o método proposto por Osório da análise das fases do ciclo do capital para designar o padrão de reprodução do capital, que permite observar as distintas classes e frações de classe, sua movimentação no bloco no poder e o lugar do Estado no processo de acumulação - defende a impossibilidade de generalização de um mesmo tipo de padrão de reprodução para a América Latina, levando em conta as diferenciações internas que essas formações econômico-sociais possuem. No caso do Brasil, o autor aponta que a especialização ocorre fundamentalmente em sua pauta exportadora, já que a estrutura produtiva brasileira é ainda muito diversificada, embora reconheça estar em andamento um processo de

²⁴⁶ (MOREIRA e MAGALHÃES, 2014); (FILGUEIRAS, 2018);

desindustrialização no país. Por esse motivo o mercado interno ainda detém tamanha importância²⁴⁷.

Ao nosso ver, a maior amplitude relativa do mercado interno brasileiro com a ampliação do consumo da população assalariada em determinada fase da história econômica recente não constitui um impeditivo à utilização da categoria do padrão de reprodução do capital e de sua configuração atual, o padrão exportador de especialização produtiva, para o caso do Brasil. Desde que em sua utilização, sejam consideradas as particularidades da formação econômico-social brasileira que, ao contrariar em alguma medida as tendências do padrão sem negá-las completamente, reafirmam-nas. Há aqui três elementos importantes, que fazem referência a níveis de análise distintos:

a) no nível do *padrão de reprodução do capital*, a tendência de mais longo prazo de orientação da estrutura produtiva brasileira para os mercados externos e para um mercado interno com tendência à concentração, a qual recorre à acentuação da superexploração da força de trabalho sob distintas formas, inclusive por meio da manutenção da remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor normal, implicando em uma limitação estrutural à ampliação do consumo de massas. Essa tendência se manifesta gradualmente e repetidamente no aumento da participação das exportações no PIB brasileiro e, no que tange à superexploração, em indicadores como o aumento do número de acidentes e afastamentos de trabalho - que expressa a tendência à intensificação do trabalho - , a elevação da média de horas trabalhadas - característica do aumento da jornada de trabalho²⁴⁸ - e nos baixos salários pagos aos trabalhadores, inclusive no período marcado por sua elevação real - expressão da remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor.

O reduzido poder aquisitivo dos salários que prevalece para a maior parte da classe trabalhadora nas últimas décadas, mesmo que variável de acordo com as conjunturas - o que sinaliza uma condição estrutural do padrão de reprodução do capital atual - pode ser constatado

²⁴⁷ Como alternativa teórica para compreender o caso brasileiro (e de outras formações econômico-sociais), o autor introduz o conceito de “padrão de desenvolvimento capitalista”, que considera, em uma formação econômico-social, os seguintes aspectos: a) a natureza e tipo de regulação da relação entre o capital e o trabalho; b) o caráter e a dinâmica das relações intercapitalistas; c) o modo de inserção internacional do país; d) o lugar e o modo como o Estado se articula com o processo de acumulação; e) o processo de criação e incorporação do processo técnico; f) o modo de financiamento da acumulação; g) a estrutura da propriedade e a distribuição da renda e da riqueza; h) as formas de representação política das distintas classes e frações de classes²⁴⁷. Entendemos que, embora o autor incorpore nessa proposta alguns aspectos que não estão explícitos na formulação de Osório por se tratarem de elementos particulares às formações econômico-sociais (por exemplo, a estrutura da propriedade e as formas de representação política), o padrão de reprodução de capital não inviabiliza a sua incorporação analítica para o estudo de formações específicas e tem o mérito de fundamentar-se nas fases do ciclo do capital industrial, que podem desvelar não apenas características de determinada formação, mas sua lógica própria de funcionamento e as relações específicas que se estabelecem entre as fases do ciclo;

²⁴⁸ Apresentamos dados sobre esses indicadores no Capítulo I, seção sobre superexploração da força de trabalho;

a partir da Tabela VI, que indica a proporção da população trabalhadora que recebe até dois salários mínimos entre 1992 e 2011. Há alguns dados que chamam a atenção. Em primeiro lugar, percebe-se a elevada proporção dessa população em todo o período. Ela representa por volta da metade de todos os trabalhadores, alcançando uma proporção mínima de 41,8% em 1998 e máxima de 60,2% em 2008. Isso nos indica como, nesse período, parte expressiva da classe trabalhadora brasileira manteve ocupações de mais baixa remuneração, as quais se caracterizam pela superexploração da força de trabalho quando se admite o hiato entre o montante recebido pelos trabalhadores e aquele que seria necessário para a reprodução de suas condições de vida em níveis normais²⁴⁹. Em segundo lugar, nota-se que mesmo entre 2003 e 2011, quando se elevaram os rendimentos familiares com a ampliação do emprego formal e aumento dos salários, uma parte muito significativa dos postos de trabalho criados concentrou-se em ocupações de mais baixa remuneração, fato expresso na elevação da proporção da população ocupada que recebe até dois salários mínimos, em contraste com o período anterior que apresentava proporções mais altas de trabalhadores desempregados e sem rendimento.

Esses dados sinalizam limitações do mercado representado pelo consumo assalariado para orientar o centro dinâmico da reprodução do capital a longo prazo sob o atual padrão no capitalismo dependente brasileiro, sobretudo quando se considera sua ocorrência em paralelo à desindustrialização – cujo corolário é a oferta de postos de trabalho mais mal remunerados em ramos de mais baixa produtividade. Isso se mantém ainda que consideremos o potencial do crédito para alavancar o consumo assalariado, já que este último compromete parte do fundo de consumo futuro dos trabalhadores, o que leva a uma espiral de endividamento das famílias em situações de baixa remuneração que não pode sustentar padrões de consumo mais elevados por um período prolongado sem que se engendrem profundas contradições à realização do capital, as quais, ao resultarem em crises, recaem sobre as condições de vida dos próprios trabalhadores.

Cabe ainda considerar que, passada a conjuntura que marcou a ampliação do consumo assalariado (2003-2014), observou-se uma queda seguida de estagnação do rendimento médio dos trabalhadores, a partir de uma nova ofensiva do capital sobre o trabalho para a qual foram funcionais uma virada neoliberal de política econômica ainda em 2015, um golpe jurídico-parlamentar no ano seguinte e a aplicação em seguida de uma série de contrarreformas. Segundo dados da Pnad-Contínua, do IBGE, o rendimento *per capita* médio mensal real do trabalho cai

²⁴⁹ No Capítulo I, seção sobre a superexploração da força de trabalho, indicamos como uma possibilidade dessa mensuração o Salário Mínimo Necessário (SMN). Se adotarmos essa medida, veremos que o SMN está acima de dois salários mínimos legais em todos os anos aqui indicados;

de R\$ 2416,00 em 2014 para R\$ 2323,00 em 2017, apresentando então uma tímida recuperação e chegando a R\$2366,00 em 2019²⁵⁰. Percebemos que a conjuntura que então se abre se orienta no sentido de atualizar e agudizar a tendência estrutural a um deslocamento do centro dinâmico de acumulação para os mercados externos.

Tabela VI - Proporção da população ocupada que recebe até 2 salários mínimos em relação à população ocupada total - anos selecionados (1992-2011)

Ano	Porcentagem
1992	53,0
1995	42,5
1998	41,8
2003	53,8
2008	60,2
2011	58,8

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), IBGE. Elaboração e cálculos próprios a partir dos dados indicados para remuneração segundo classes de rendimento mensal

b) no nível da *formação econômico-social*, não obstante, há uma maior amplitude do mercado doméstico em relação a outras economias latino-americanas, característica cujas determinações se relacionam com o grau relativamente mais elevado de desenvolvimento industrial e de diversificação produtiva alcançado pela economia brasileira e com as conquistas históricas da classe trabalhadora e concessões feitas pela classe dominante, ocorridas no terreno da luta de classes e consolidadas em políticas de Estado e em um tipo de regulação própria da relação entre capital e trabalho. Nesse nível, apresenta-se um primeiro nível de particularidade do caso brasileiro;

c) no nível da *conjuntura*, nas variações em intervalos menores que se referem à correlação de forças dentro do bloco no poder e ao poder dos setores organizados da classe trabalhadora de condicionar a política econômica e o conjunto de políticas públicas aplicadas. Aqui se apresenta um segundo nível de particularidade que, para a história brasileira das últimas três décadas, se coloca, não obstante, inscrita nos limites de um mesmo padrão exportador de especialização produtiva. Tais conjunturas, devido a aspectos políticos, econômicos e sociais próprios desse nível de análise, podem manifestar características contraditórias em relação a

²⁵⁰ Em 2020, há uma elevação para R\$ 2447,00, mas isso decorre da perda de postos de trabalho de menor remuneração em decorrência dos efeitos da pandemia da Covid-19, que empurra a média para cima. Isso pode ser constatado pela redução em 5,6% da massa total de rendimento médio real entre 2019 e 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101880_informativo.pdf;

alguns dos determinantes do padrão de reprodução enquanto salientam outros, sem, contudo, reverter em médio e longo prazo suas tendências essenciais.

Nesse sentido, o diagnóstico de Moreira e Magalhães, focado na análise da conjuntura aberta em 2003-2013, não poderia prever que, passado esse intervalo, os níveis de consumo doméstico de bens duráveis em geral e de consumo da classe assalariada em particular regrediriam acentuadamente após a recessão econômica desencadeada a partir de 2015, enquanto a característica exportadora e a reprimarização da economia se acentuariam, sob condições de rebaixamento dos salários, precarização das condições do trabalho e aumento do desemprego, aspectos relacionados a tendências do padrão exportador de especialização produtiva brasileiro que apontam para os limites daquela conjuntura particular. Na medida em que essa nova configuração dá continuidade a processos ocorridos desde a década de 1990 e responde, igualmente, a uma política econômica neoliberal cuja uma das implicações é o aumento da superexploração da força de trabalho (ainda que conjunturalmente isso possa ser revertido em determinadas formas), ela responde a um padrão estrutural que vai se afirmando em longo prazo na economia brasileira. Esse padrão conta, de fato, com o recurso ao endividamento das famílias trabalhadoras como nova fronteira de acumulação do capital, sem, contudo, romper com a tendência à superexploração da força de trabalho mediante a remuneração abaixo do seu valor, o que se torna um aspecto limitante à ampliação de um mercado de massas.

Filgueiras reconhece a distinção entre níveis de análise ao propor uma categoria própria ao nível da formação econômico-social, a qual apresenta determinantes importantes para a aproximação da análise de situações concretas. Considera, contudo, que no caso brasileiro o padrão exportador de especialização produtiva “não expressa o modo de reprodução do capital existente em sua formação econômico-social, apesar de algumas categorias semelhantes”, devido à maior diversificação produtiva brasileira e a maior amplitude do mercado interno. Ora, se é notório o maior desenvolvimento industrial relativo e diversificação da economia nacional, isso não nos permite desconsiderar indicadores como os desníveis de produtividade cada vez maiores da indústria brasileira frente às economias de capitalismo avançado, nem tampouco o aumento das importações de bens industriais – sobretudo os de maior complexidade tecnológica – em detrimento de sua produção nacional. Estes são dados que apontam, em um longo prazo, para uma perda de diversificação da estrutura produtiva nacional, própria do padrão de reprodução atual. Quanto ao mercado interno, o fato de sua importância seguir considerável e de este ter sido dinamizado em parte pelo consumo popular, como salienta o autor e buscamos reforçar aqui, não nega a tendência ao seu decréscimo em termos relativos frente aos

mercados externos na destinação da produção nacional, bem como em termos absolutos nos últimos anos, assim como os limites a sua ampliação representados pela superexploração da força de trabalho.

2.2.4.3 O papel do capital estrangeiro: Investimento estrangeiro direto, fusões e aquisições e desnacionalização da economia brasileira

O papel do capital estrangeiro na reestruturação da economia nacional é outra das características mais importantes no padrão exportador de especialização produtiva brasileiro. O investimento estrangeiro direto (IED) cresceu substancialmente a partir da estabilização monetária do Plano Real, em 1994, e de mudanças institucionais que abriram espaço às privatizações e liberalizaram o fluxo de capitais. Desde então, o IED vem em uma escalada ascendente que coloca o capital estrangeiro em uma posição ainda mais importante na reprodução do capital da economia brasileira, tendo em vista o papel central que desempenha ao longo da história do capitalismo no país, sobretudo a partir do avanço de sua industrialização em meados do século XX. A título ilustrativo, tem-se o dado de que entre 1990 e 2012 o estoque de IED *per capita* no Brasil elevou-se de US\$ 248 para US\$ 3540²⁵¹ Essa elevação do investimento contribuiu para uma importante desnacionalização da economia e adota um perfil setorial que condiz com a reinserção do Brasil na divisão internacional do trabalho sob a globalização.

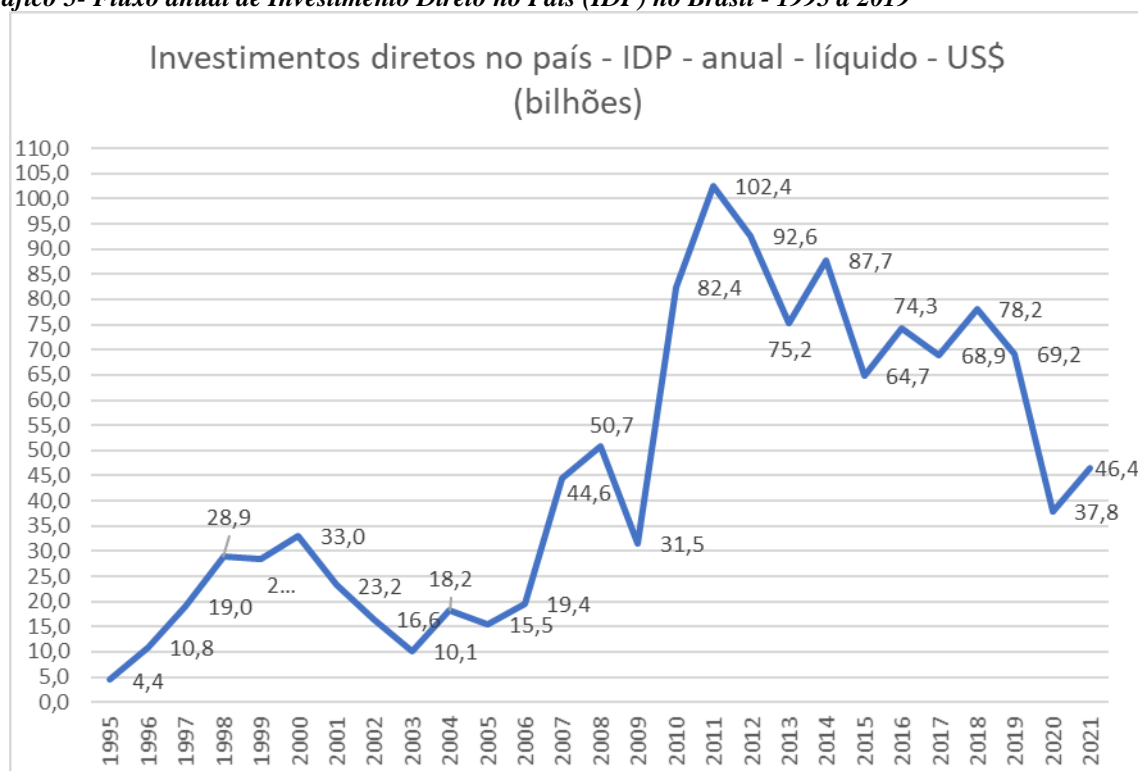
No Gráfico 4, está representada essa tendência de crescimento. De um montante de 4,4 bilhões de dólares em 1995, o fluxo Investimento Direto no País (IDP)²⁵² cresce até 2000 e reduz seu valor entre este ano e 2003, em um contexto de queda do IED internacional²⁵³. Há então uma nova tendência ao crescimento que apresenta um salto após a crise de 2008 e atinge um pico de 102,4 bilhões de dólares em 2011, momento em que passa a uma orientação decrescente e chega em 2019 a 69,2 bilhões de dólares, valor aproximadamente 16 vezes maior que do início da série histórica. Em 2020 e 2021, há uma vertiginosa queda do IDP e leve recuperação, mas essa mudança deve ser considerada no contexto da queda da atividade econômica mundial em razão da pandemia da Covid-19.

²⁵¹ (SILVA FILHO, 2015);

²⁵² Nomenclatura utilizada pelo Banco Central para o IED;

²⁵³ (SCHERER, 2004, p. 115);

Gráfico 5- Fluxo anual de Investimento Direto no País (IDP) no Brasil - 1995 a 2019



Fonte: Banco Central do Brasil

Conforme Scherer²⁵⁴, na segunda metade da década de 1990, com as crises financeiras internacionais, o investimento estrangeiro em portfólio perde fôlego e parte dele é substituído pelo IED. Esse tipo de investimento torna-se importante, então, tanto para prover as divisas necessárias ao fechamento das contas externas quanto para promover a aclamada modernização do parque produtivo e da infraestrutura nacionais. Quando a primeira incumbência dá sinais de melhora, o IED passa então a se direcionar às atividades exportadoras da economia. Entretanto, isso ocorre concomitantemente a uma queda no volume absoluto de entrada do capital estrangeiro.

Na maior parte dessa década, as aquisições de empresas nacionais pelo capital estrangeiro foram predominantes nas entradas de IED. Entre 1994 e 2002, elas corresponderam a 59,85% do investimento direto entrante no país. Para tanto, contribuíram de modo significativo as privatizações, embora o montante principal tenha se destinado às aquisições de empresas privadas nacionais. Tais operações tinham como características a perda de controle nacional das empresas para o capital estrangeiro, mais que processos de fusão entre empresas, e o direcionamento de tais investimentos para as empresas mais dinâmicas de seus setores de

²⁵⁴ (SCHERER, 2004);

atividade²⁵⁵. Após a desvalorização cambial de fins da década, o já mencionado direcionamento prioritário do IED ao setor de serviços em detrimento da indústria é acompanhado da retomada de investimentos estrangeiros na agricultura e, principalmente, nas atividades extrativas minerais.

Esse processo acarretou o avanço da desnacionalização da economia brasileira. Ela se deu, sobretudo, pelo avanço do capital estrangeiro em detrimento do capital estatal, com o capital privado nacional mantendo uma participação relativamente estável no faturamento das empresas. Como indica Scherer,

As principais empresas estrangeiras instaladas no Brasil detinham um faturamento que girava em torno dos 30% das vendas totais das 500 maiores empresas privadas e das 50 maiores empresas estatais presentes na economia brasileira entre 1979 e 1992, segundo levantamento realizado por Antônio Corrêa de Lacerda a partir de dados da revista Exame — Melhores e Maiores. Entre 1993 e 1997, com os primeiros reflexos da abertura comercial e da estabilização, houve uma mudança desse patamar para uma participação em torno dos 34% do faturamento total das principais empresas brasileiras. Com o avanço do processo de privatizações, esse patamar se ampliou em cerca de 11 pontos percentuais, situando-se em torno de 45% no período 1998-01. Neste último ano do período, as empresas estrangeiras participaram em 45,8% do faturamento total das principais empresas instaladas no Brasil, segundo esse levantamento.

(SCHERER, 2004, p. 122)

O setor de serviços foi o que mais sofreu esse processo de desnacionalização nos anos 1990. Entretanto, ramos industriais como o eletroeletrônico, o siderúrgico, de autopeças e o alimentício passaram por forte reestruturação patrimonial, com a presença expressiva de empresas estrangeiras²⁵⁶.

Ao contrário do que se alardeava pelos executores da política neoliberal e seus defensores intelectuais, a abertura comercial e financeira ao capital estrangeiro não promoveu a retomada do investimento “real” na economia na década de 1990, mensurado pela formação bruta de capital fixo. Scherer indica como as características do IED no período— sua composição voltada às aquisições de empresas e seu perfil setorial focado no setor de serviços – tiveram baixo impacto nos níveis de emprego e difusão tecnológica, na medida em que os investimentos em criação ou expansão da capacidade produtiva (o chamado IED *greenfield*²⁵⁷), que possuem esse potencial, foram fortemente minoritários em relação às aquisições.

²⁵⁵ (SCHERER, 2004, p. 117);

²⁵⁶ Apresentando dados para o período de 1990 a 1997, Diniz aponta que, entre as 500 maiores empresas instaladas no país, “foram adquiridas por empresas estrangeiras 96% das empresas brasileiras do setor eletroeletrônico, 82% das empresas no setor de alimentos e 74% das indústrias de autopeças” (DINIZ, 2004, p. 92). Esses números dão dimensão da profundidade da reestruturação produtiva ocorrida em ramos importantes da indústria brasileira;

²⁵⁷ “O chamado IDE *greenfield* consiste no montante de investimento recebido pelo país cuja destinação é exclusivamente a criação ou expansão de capacidade produtiva das companhias estrangeiras no território nacional.

Na década de 2000, há uma mudança relevante no tipo de IED. Entre 2005 e o primeiro semestre de 2011, o IED *greenfield* acompanha de perto a tendência de crescimento do IED total, em um período marcado pela elevação da taxa de investimento e do crescimento econômico no país. Após esse período, contudo, ele se reduz acentuadamente, chegando a 2014 em um patamar similar ao que possuía antes da crise de 2008²⁵⁸. Ou seja, ocorre um interregno na primeira década do século XXI em que o investimento estrangeiro voltado à instalação e expansão de plantas industriais cresce em volume e proporção. Depois desse período, contudo, seu valor absoluto se reduz e uma proporção cada vez maior desse investimento passa a ser absorvido por fusões e aquisições, aplicações financeiras e recomposição de caixa das empresas estrangeiras instaladas no Brasil, com um perfil similar ao padrão da década de 1990.

Esse investimento em expansão da capacidade produtiva se distribuiu entre ramos e setores da forma como consta na Tabela 5. Observa-se a presença determinante do investimento ligado à exploração de recursos naturais. Se somados os montantes investidos em mineração e siderurgia (76 bilhões), carvão, petróleo e gás natural (27,1 bilhões) e alimentos e tabaco (26,5 bilhões), tem-se uma concentração de 36% do IED em atividades de exploração de *commodities*. Alguns ramos industriais tecnologicamente mais sofisticados também se destacam, como comunicações (52,1 bilhões), indústria de automóveis e autopeças (47,4 bilhões), intermediação financeira (30,4 bilhões) e energias renováveis (19,5 bilhões).

Tabela VII- Volume e participação relativa dos 10 setores industriais responsáveis pela maior parcela de IED *greenfield* no Brasil (2003-2014)

Setor industrial receptor	IED recebido (US\$ milhões)	Participação no total de IED (%)
Mineração e siderurgia	76.015,7	21,4
Comunicações	52.121,9	14,7
Indústria automobilística e autopeças	47.428,2	13,3
Serviços financeiros	30.431,3	8,6
Carvão, petróleo e gás natural	27.059,6	7,6
Alimentos e tabaco	26.451,8	7,4
Energias renováveis	19.515,9	5,5
Química	9.263,7	2,6

Esta rubrica não inclui, portanto, fluxos de capital destinados ao investimento em ativos diversos (portfólio), fusões e aquisições ou incremento de caixa das empresas. Embora o fluxo de IDE total seja a variável mais relevante, do ponto de vista das contas externas, a principal vantagem em analisar o volume de investimento *greenfield* é a possibilidade de alcançar uma visão mais realista dos efeitos do IDE sobre a economia nacional, uma vez que são os investimentos em estoque de capital que produzem impactos significativos sobre as variáveis reais como emprego e produção.” (SILVA FILHO, 2015, p. 8);

²⁵⁸ (SILVA FILHO, 2015);

Máquinas e equipamentos	8.467,5	2,4
Celulose, papel e embalagens	6.917,2	1,9
Outros setores	52.087,8	14,6
Total	355.760,6	-

Fonte: FDI Markets. In: (SILVA FILHO, 2015, p. 10)

O conjunto de dados levantado sobre o investimento estrangeiro direto nos últimos 25 anos nos revela alguns aspectos fundamentais da relação da economia nacional com o capital estrangeiro, que indicam a medida em que essa relação é determinante à conformação do padrão exportador de especialização produtiva no país. Na maior parte desse período, predominaram no fluxo de IED as operações de fusão e aquisição (especialmente esta última), as quais tem como característica um impacto reduzido sobre a incorporação de nova força de trabalho e a difusão tecnológica. Por outro lado, essas operações sustentaram um processo de desnacionalização da economia e aumento do controle do capital estrangeiro sobre algumas das empresas mais dinâmicas de seus ramos, em muitos casos até então controladas pelo Estado. Esses investimentos cresceram sobretudo nas atividades de serviços (e dentre elas nas atividades financeiras) assim como, entre os investimentos ligados à indústria, tiveram grande relevância nas atividades baseadas na exploração de recursos naturais. Ainda, na indústria com maior sofisticação tecnológica, o capital estrangeiro concentrou seus investimentos em ramos ligados à produção de bens e serviços finais, mais que na produção de bens intermediários e de bens de capital, que trazem consigo maiores potencialidades para elevação dos níveis de produtividade da economia e de ganhos em complexidade tecnológica da estrutura produtiva. A destinação prioritária do IED também reforça, portanto, a tendência do período à especialização regressiva da estrutura produtiva brasileira.

2.2.4.4 O Padrão Exportador de Especialização Produtiva e o capital fictício no ciclo do capital brasileiro

Como vimos, um dos aspectos fundamentais da atual quadra histórica da economia mundial está na dimensão assumida pela acumulação financeira de capital. As transformações ocorridas sob a designação de financeirização se deram tanto na dimensão da importância que assume a esfera financeira de valorização, quanto no crescimento dos circuitos financeiros internacionais em relação ao restante da economia mundial. Diante da reconfiguração que esse processo acarreta para a reprodução do capital das economias em geral, e para as economias

dependentes em particular, seu exame sob o padrão exportador de especialização produtiva brasileiro se faz necessário.

Nesse sentido, é importante considerar em primeiro lugar que esse processo não ocorre de forma homogênea em todo mundo: seus determinantes e características possuem importantes diferenciações entre economias de capitalismo central e dependente, das quais decorrem o papel e o peso específicos que as formas fictícias de acumulação de capital assumem nas economias a depender da sua posição na divisão internacional do trabalho.

Nas economias de capitalismo central, Lapavitsas²⁵⁹ argumenta que houve, a partir da crise de sobreacumulação manifesta ainda em fins dos anos 1960, um desenvolvimento assimétrico de níveis de rentabilidade entre o setor produtivo e o setor financeiro. Enquanto o primeiro manifestava as consequências da crise no baixo crescimento do PIB, dos salários e do investimento, o segundo teve um forte crescimento de rentabilidade associado às transformações nas tecnologias de informação e comunicação e à desregulamentação do mercado de trabalho e financeiro. Esse diferencial e as desregulamentações realizadas, segundo o autor, estão na base da expansão da esfera financeira que passa a se observar desde então. Sobre essa base e com o acirramento dos níveis de concorrência global, as corporações multinacionais se reorganizaram e assumiram novas práticas financeiras, recorrendo ao autofinanciamento do investimento e inserindo-se nos mercados financeiros através desses lucros acumulados. Por outro lado, os bancos, em busca de novas formas de lucro, reorganizaram-se com a diversificação de suas operações e estabeleceram um movimento de empréstimos a famílias e indivíduos e operações no mercado intermediário²⁶⁰.

No capitalismo dependente, contudo, o fenômeno da financeirização decorre de outros acontecimentos, os quais colocam essas economias em situações de profundas restrições e forçam-nas a uma inserção subordinada no capitalismo financeirizado contemporâneo, que engendra formas fictícias de acumulação importantes para o entendimento do padrão de reprodução do capital que nelas se estabelece. Paulani²⁶¹ argumenta que para o caso do Brasil²⁶² esse processo se dá em duas etapas. A primeira se inicia ainda nos anos 1970, quando a abundante oferta de crédito e de liquidez no contexto de estagnação da economia mundial é orientada aos países periféricos, entre eles o Brasil. A entrada de capitais estrangeiros na forma de empréstimos e de investimento estrangeiro direto nessa década financia o avanço da

²⁵⁹ (LAPAVITSAS, 2009);

²⁶⁰ (RAPOSO, ALMEIDA FILHO e AMARAL, 2018);

²⁶¹ (PAULANI, 2008);

²⁶² Paulani também assume a mesma divisão para a América Latina em geral;

industrialização da economia brasileira com a expansão da produção de bens de consumo duráveis e inclusive de bens de capital, no âmbito do apologético “milagre econômico brasileiro” e, com a primeira crise do petróleo, do II Plano Nacional de Desenvolvimento²⁶³. O capital investido na produção dos países periféricos nesse período, segundo argumenta Paulani, foi necessário para alimentar a expansão e autonomização da esfera financeira, na medida em que a acumulação de capital fictício exigia uma base real a partir da qual se canalizassem fluxos de renda para mecanismos de valorização na esfera financeira (D-D’). Essa etapa inicial, portanto, seria necessária para formar as condições materiais necessárias à valorização financeira. Ela teve como resultado a crise da dívida externa da década de 1980 após a elevação das taxas de juros norte-americanas, que ocasionou fortes transferências de valor com o repatriamento dos capitais. Segundo Amaral,

Esta representaria a fase na qual ocorre a primeira alteração do eixo de acumulação na periferia (daí o fato de ser o momento emblemático), já que se rompe com um processo de acumulação produtiva e começa a tomar lugar um tipo de dinâmica calcado na ocorrência de uma espécie de círculo vicioso a partir da recorrência ao endividamento para dar conta de um endividamento anterior, o que gera nova dívida, nova necessidade de recursos e assim sucessivamente. Deste modo, o movimento de financeirização em nível mundial passa a se generalizar para os países periféricos e demonstra clara conexão com o processo de industrialização enfrentado por estes últimos.
(AMARAL, 2012, p. 112)

Consolidar-se-ia, assim, um momento de “inserção passiva” na lógica da financeirização, em que a entrada de capitais baratos e abundantes na década anterior seguida de sua retirada com a explosão do endividamento nos anos 1980, movimentos que abrem passagem à ampliação da esfera de valorização financeira, obedeciam sobretudo a condições do exterior, embora contassem também com determinantes internos que os favoreciam²⁶⁴. Contudo, a integração plena a esse processo ainda necessitaria de mudanças institucionais importantes, as quais ocorreriam em sua segunda etapa, na década de 1990.

Na primeira etapa do advento dessa dominância, nos anos 1970, a periferia aparece como a demanda que faltava, num mundo em crise aberta depois do choque do petróleo, para a absorção da abundante oferta de crédito e liquidez então existente. Numa segunda etapa, ela surge como mercado emergente, no sentido de um *locus* de valorização financeira sempre possível, mas guarnecido agora dos instrumentos (ativos cotados em bolsas) e da política econômica (princípios neoliberais) necessários para maximizar o ganho, minimizando riscos e

²⁶³ Sobre a política econômica dos governos militares do período, ver Capítulo 1 de (SAAD FILHO e MORAIS, 2018);

²⁶⁴ (AMARAL, 2012, p. 117);

evitando sustos, como o da onda de moratórias que assolou o continente latino-americano nos anos 1980. O sistema não se perpetuou em sua primeira etapa porque, a despeito dos gigantescos lucros auferidos no período, não suportou o efeito Volcker (aumento exponencial das taxas de juros norte-americanas no fim dos anos 1970), o que levou à crise das dívidas do início da década de 1980 e às primeiras fases de um amplo movimento de desregulamentação monetária e financeira, que ensejariam a passagem para a segunda etapa. A industrialização, portanto, se insere num movimento de internacionalização financeira indireta dos sistemas nacionais fechados, a antessala daquilo que viria a se consolidar somente após a securitização da dívida externa dos países da periferia e a formação, nesses países, de mercados de bônus nacionais interligados os mercados financeiros dos países do centro do sistema.

(PAULANI, 2008, p. 88 e 89)

Ao final da década de 1980, uma série de empecilhos impedia a integração plena da economia à lógica da valorização financeira: as altas taxas de inflação, que dificultavam o cálculo financeiro que comanda a especulação cambial; a decorrente dificuldade de controlar os gastos do Estado, que precarizava a extração de renda pela via da dívida pública, uma de suas bases mais importantes; a centralização e regulação da política cambial que dificultava a mobilidade do capital; algumas normas jurídicas que preteriam os direitos dos credores financeiros; a configuração do sistema previdenciário sob um regime de repartição simples fechado ao mercado financeiro; as normas da Constituição de 1988, cujas vinculações obrigatórias eram incompatíveis com o papel do Estado como lastreador do pagamento do serviço da dívida pública²⁶⁵.

É a partir da década de 1990 que são tomadas medidas de política econômica com o objetivo de superar essas barreiras e, por meio de mudanças na arquitetura macroeconômica do país, contribuem decisivamente na integração brasileira à dinâmica de acumulação financeira. Paulani destaca as negociações do Banco Central em 1992 para internacionalizar o mercado brasileiro de títulos públicos e securitizar a dívida externa; o Plano Real, que resolveu o problema inflacionário e abriu espaço para a abertura econômica, as privatizações, a manutenção da sobrevalorização cambial, a elevação exorbitante da taxa real de juros; a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, que dá prioridade ao pagamento das dívidas com credores financeiros por estados e municípios, em detrimento de todas as outras políticas públicas; benefícios legais ao capital como a isenção de incidência de CPMF sobre os valores aplicados em bolsas de valores e de imposto de renda sobre lucros e dividendos; e as mudanças previdenciárias que aumentaram a importância da previdência privada. Paulani acrescenta ainda

²⁶⁵ (PAULANI, 2008, p. 93 a 95);

as alterações na previdência do setor público, a aprovação da Lei de Falências, que eleva a ordem de prioridade do pagamento a credores entre as obrigações de empresas falidas; e o aumento e prorrogação da Desvinculação de Recursos da União (DRU) que propicia a liberação de recursos para o pagamento da dívida pública, ocorridas já no início do governo Lula (2003-2010)²⁶⁶.

Esses são, em linhas gerais, os momentos marcantes da inserção brasileira na *acumulação sob dominância financeira*, como denomina Paulani. Do ponto de vista que aqui nos interessa – o do padrão de reprodução do capital – já pudemos salientar como, sob o movimento aparente de acumulação fictícia D-D', o capital fictício engendra mecanismos de acumulação que, se por um lado permitem-no desviar da contradição de sua dependência direta da produção de mais-valor, por outro acarretam consequências importantes para o ciclo do capital da economia como um todo. Esses mecanismos são a dívida pública, o mercado primário e secundário de títulos e a expropriação dos rendimentos do trabalho.

2.3 O Estado dependente neoliberal

O Estado dependente neoliberal é a forma de Estado que corresponde às necessidades de reprodução do núcleo capitalista hegemônico sob o padrão exportador de especialização produtiva²⁶⁷.

Acompanhando a concepção poulantziana de forma de Estado, esta pode ser identificada e delimitada em seu reflexo na luta de classes²⁶⁸, o qual traduz a articulação específica entre o político e o econômico em determinado “estágio” de uma formação social. Precisamente, essa identificação se dá segundo a relação: a) do Estado com as relações econômicas de classe, ou seja, com a luta entre as classes e frações de classe dominantes e as classes dominadas pela apropriação do valor produzido por estas últimas, uma luta de interesses econômicos cuja forma básica de organização é a sindical; b) do Estado com as relações políticas de classe – com a luta entre classes e frações cujo objetivo é o poder de Estado e a forma de organização básica são os partidos²⁶⁹.

Vejam os alguns determinantes da relação entre o Estado dependente neoliberal e a luta de classes que contribuem para desvendar sua natureza e caracterização. Tais indicações são

²⁶⁶ (PAULANI, 2008, p. 96 a 100);

²⁶⁷ Sobre a noção de hegemonia no bloco no poder e núcleo hegemônico, ver capítulo III;

²⁶⁸ A luta de classes faz referência, na perspectiva estruturalista na qual se inscreve Poulantzas em *Poder político e classes sociais*, ao campo das *práticas políticas, econômicas e ideológicas dos agentes sociais determinadas pelas estruturas sociais*. Discorro mais sobre essa perspectiva no Capítulo III;

²⁶⁹ (POULANTZAS, 2019);

feitas a partir das análises como as de Jaime Osorio, Lucio Oliver e Leonardo Granato sobre o Estado neoliberal na América Latina.

Do ponto de vista das relações econômicas, partimos da função que o Estado neoliberal assume na periferia capitalista de “instância coordenadora” da sua inserção na divisão internacional do trabalho sob a globalização. Desse papel, decorre uma série de reformas comerciais e financeiras, nas legislações social e trabalhista e na própria estrutura administrativa dos aparelhos estatais, bem como a adoção de políticas macroeconômicas conservadoras e de redução da participação do Estado na atividade produtiva. A orientação de todas essas iniciativas é o fortalecimento da acumulação de capital voltada para fora²⁷⁰ e da acumulação sob formas fictícias e a elevação das taxas de lucro do capital monopolista por meio da agudização da exploração da força de trabalho, aspectos que, conforme vimos, caracterizam o PEEP. O Estado em sua forma neoliberal, de maneira geral, “é um gestor da crise estrutural do capital, pois as políticas que comumente o conformam agudizam a exploração capital-trabalho e retiram os amortecedores deste conflito nos termos da sociabilidade capitalista”²⁷¹, processos que se intensificam no caso dos Estados dependentes.

A função principal do Estado[neoliberal dependente] é estimular um tipo de crescimento e um tipo de reinserção subordinados aos interesses e à valorização do capital transnacional: é um Estado que se assume a si mesmo como veículo da globalização em curso: (des)organiza a economia para orientá-la à exportação –a produção, o consumo, a acumulação–; fragmenta interiormente a os países –abandonando as áreas rurais de pequenos produtores, criando enclaves maquiladores em determinadas localidades urbanas–; dispõe arbitrariamente da sociedade –oferecendo subsídios e mão de obra barata, tanto a semiquificada como a maioria não qualificada–; constrói os apoios à política de integração hemisférica – participação acrítica nos projetos do bloco regional americano (TLC, Alca) –; tudo em função de dar segurança e garantias à valorização e rentabilidade do capital. [...] O Estado nacional se subordina ao capital transnacional e promove a nova relação global do capital, em vez de utilizar a vontade política nacional para regular a entrada e permanência do capital externo, para desenvolver um projeto autônomo de participação na mundialização, para reformar a nação incorporando a diversidade social e étnica cultural.
(OLIVER, 2005, p. 56)

No que se refere às relações políticas, estas dizem respeito ao problema da hegemonia de classe e às classes e frações que constituem o bloco no poder sob a forma de Estado dependente neoliberal²⁷², bem como aos desdobramentos dessa configuração. Discorreremos

²⁷⁰ (GRANATO, 2021, p. 111);

²⁷¹ (SANTOS, ALVES e AZEVEDO, 2021);

²⁷² (POULANTZAS, 2019, p. 151);

adiante com mais detalhes sobre a questão do bloco no poder no Estado dependente neoliberal²⁷³. Aqui, basta indicar que sob tal forma de Estado, o bloco no poder é conformado pela grande burguesia monopolista dependente, embora as relações de dependência existam em graus e se desdobrem em práticas políticas distintas entre as frações burguesas que o compõem.

Tais relações se desdobram em certas características políticas do Estado dependente neoliberal. Em primeiro lugar, seu caráter subsoberano é agudizado devido à ampliação do poder dos capitais e Estados imperialistas sobre os blocos no poder nacionais e, conseqüentemente, sobre as decisões tomadas no âmbito dos Estados dependentes. A contrapartida da implementação das reformas neoliberais é a restrição da liberdade de manobra das políticas públicas construídas nacionalmente. Estas são constrangidas à persecução de pretensas “metas” estabelecidas pela burguesia e Estados imperialistas, sobretudo via instituições multilaterais nas quais são hegemônicos, e pelas frações burguesas locais integradas ao capital imperialista - como o controle da inflação, o pagamento da dívida pública e da dívida externa e o aumento da eficiência nos gastos públicos – muito embora as medidas impostas costumeiramente não resolvam as questões a que se proponham publicamente. Trata-se de um quadro que denota uma reafirmação da incapacidade dos Estados dependentes em construir projetos autônomos de desenvolvimento, aspecto elementar da dependência sob o ponto de vista político que se vê hipertrofiado na forma estatal neoliberal.²⁷⁴ Oliver aponta, nesse sentido, a tendência à “privatização” do Estado: O Estado vê reduzida sua capacidade de mediação de interesses que caracteriza sua autonomia relativa frente à maior dependência do capital estrangeiro e das frações locais que representam seus interesses²⁷⁵.

Em segundo lugar, o Estado dependente neoliberal é caracterizado por um agravamento da precariedade de suas instituições, devido à debilidade estrutural de recursos para financiamento oriunda do aumento das transferências de valor para os países centrais e a uma espécie de recrudescimento de práticas patrimonialistas e corruptas com a crescente hegemonia de uma fração financeira do capital que se utiliza de forma ainda mais generalizada do parasitismo das instituições estatais para a reprodução do seu capital²⁷⁶.

Em terceiro lugar, essa forma de Estado reforça sua dimensão repressiva e excludente sobre as classes dominadas em relação à dimensão do consenso e da aceitação ideológica, se comparado aos breves períodos democráticos anteriores das sociedades latino-americanas. A

²⁷³ Ver Capítulos III e IV;

²⁷⁴ (OLIVER, 2005; GRANATO, 2021);

²⁷⁵ (OLIVER, 2005, p. 64);

²⁷⁶ (OLIVER, 2005, p. 68 e 69);

aplicação das políticas neoliberais promove a reestruturação econômica orientada para o PEEP, exacerbando a superexploração da força de trabalho e aumentando os níveis de conflito social nas formações econômico-sociais dependentes. Nessas condições, o exercício da dominação pelas classes possuidoras requer frequentemente o recurso à violência aberta sobre as classes populares enquanto o estabelecimento do consenso quanto às relações de dominação sobre elas é fragilizado diante da precarização das condições de vida, da polarização e das injustiças sociais. No entanto, o estabelecimento de um jogo institucional formalmente democrático, com eleições livres, alternância de partidos políticos nos postos do alto escalão do aparelho de Estado, separação dos poderes constitucionais e toda institucionalidade básica da democracia burguesa, é um elemento central para a sustentação de uma frágil legitimidade, em que prevalece o “controle ideológico, político, eleitoral e policial de curto prazo da população frente aos efeitos da nova orientação e das novas políticas econômicas e sociais do Estado”²⁷⁷. Por outro lado, as decisões relacionadas aos aspectos essenciais do padrão de reprodução do capital são isoladas da intervenção política que as classes populares poderiam recorrer por meio de mecanismos institucionais. Essa tendência ao recrudescimento da violência e à exclusão política em meio à aparência democrática é sustentada por noções como as de “autoritarismo neoligárquico”, de Oliver²⁷⁸, “Estado policial democrático”, de Zibechi²⁷⁹ e “neoligarchização do Estado”, de Osorio²⁸⁰.

Essa caracterização permite-nos perceber o sentido ou a tendência para a qual vem trabalhando a forma de Estado dependente neoliberal: a promoção de uma ofensiva política das classes dominantes sobre as classes dominadas, desencadeando a ampliação do poder e dos rendimentos das classes dominantes, sobretudo do capital estrangeiro e da fração burguesa a ele integrada. O Estado dependente neoliberal, ao contrário do que prega o discurso ideológico do neoliberalismo, não é caracterizado pela redução da intervenção do Estado na economia, senão pelo contrário: o reforço da tendência histórica ao intervencionismo que caracteriza as formações econômico-sociais latino-americanas é agora redefinido em função dos interesses que assumem preponderância no Estado²⁸¹, em que são extintos ou muito fragilizados os instrumentos estatais de proteção social e as políticas que atendem, ainda que de forma precária, às condições de vida da classe trabalhadora e a estrutura do aparelho de Estado volta-se de

²⁷⁷ (OLIVER, 2005, p. 70);

²⁷⁸ (OLIVER, 2005, p. 57 e 58);

²⁷⁹ (ZIBECHI, 2019);

²⁸⁰ (OSORIO, 2019b, p. 242);

²⁸¹ (GRANATO, 2021, p. 113);

forma eficiente para a promoção da acumulação de capital sob as formas prevalecentes no padrão exportador de especialização produtiva.

Como foi pontuado, a forma de Estado é o correspondente político de determinado “estágio” capitalista de uma região ou, caso consideremos também seus determinantes nacionais, de uma formação econômico-social específica. Deve-se, portanto, considerá-la em tais níveis de análise ou abstração. Não obstante, conforme já vimos, dentro dos limites de sua configuração básica, que busquei aqui indicar, é possível que determinantes relacionados ao nível conjuntural promovam diferenciações na forma como concretamente se manifestam na realidade. Os Estados neoliberais latino-americanos, desde sua emergência na esteira dos processos de transição democrática²⁸² das últimas décadas do século XX, passaram por essas diferenciações, as quais respondem às conjunturas que se abriram com a reorganização e luta das classes populares contra as políticas neoliberais e o surgimento de fissuras na unidade burguesa em favor dessas políticas. Em alguns casos – a emergência de governos populares na Venezuela, Bolívia e Equador na década de 2000 – a radicalidade dos processos políticos pôs em xeque o bloco no poder neoliberal e sua forma estatal, enquanto em outros – como no Brasil, Argentina e Chile no mesmo período – a ascensão de governos progressistas²⁸³ com o reposicionamento das forças populares organizadas em novas frentes políticas e as mudanças na correlação de forças no bloco no poder (que não ameaçaram seu núcleo hegemônico) possibilitaram a reversão ou o atenuamento de algumas políticas neoliberais, sem, contudo, ultrapassarem os limites em que se situam as relações políticas e econômicas do Estado neoliberal. Por outro lado, tais variações em torno das políticas implementadas também obedeceram às mudanças nas exigências de acumulação do bloco no poder neoliberal entre o momento de reforma e transição do Estado neoliberal e do PEEP e aquele de relativa estabilidade do padrão de reprodução e sua forma estatal.

²⁸² A transição à democracia consiste no período em que prevaleceu na América Latina a passagem tanto de governos militares como de governos civis autoritários para governos civis emanados de consultas eleitorais, “após mudanças e reformas para acelerar a formação de novos partidos políticos ou permitir a legalização de antigas organizações, com a criação de censos eleitorais, bem como de organismos encarregados de velar pela equidade formal entre as campanhas” (OSORIO, 2019b, p. 224);

²⁸³ Utilizo aqui a caracterização de Osorio. Para o autor, os governos “populares” da Venezuela, Bolívia e Equador do início do século são assim definidos “pela base social de apoio que os sustenta e pelas políticas e programas que colocam em marcha” (OSORIO, 2019b, p. 225). Nesses casos, “a abertura eleitoral oferecida pelas transições permitiu que os movimentos e forças populares se organizassem e ganhassem a direção do governo” (OSORIO, 2019b, p. 241 e 242). Já os governos “progressistas” do período, “sem a radicalidade das mobilizações e reivindicações que deram vida àqueles [governos populares], absorvem demandas para limitar as agressivas ofensivas dos capitais hegemônicos – nem sempre com resultados claros nesse aspecto – e colocam em marcha, por sua vez, numerosos programas sociais em favor dos setores mais pobres, de setores operários e da pequena burguesia assalariada” (OSORIO, 2019b, p. 225);

3 A TEORIA POULANTZIANA DAS CLASSES SOCIAIS E O CONCEITO DE BURGUESIA INTERNA

Até o momento, avançamos nossa análise do abstrato a concreto em um grau que agora nos permite, então, observar o movimento da categoria que constitui o objeto de pesquisa da presente Tese: a *grande burguesia interna brasileira*, em sua presença política e na caracterização das suas relações de produção. Não obstante, faz-se necessário, antes disso, um interlúdio teórico-conceitual para descrever o conceito poulantziano de *burguesia interna* – seu lugar na análise das classes sociais, suas características e sua natureza - e os conceitos a ele relacionados, quais sejam, os de classe social, fração de classe, bloco no poder e hegemonia política, pertencentes ao corpo teórico desenvolvido por Nicos Poulantzas. É dessa tarefa que nos ocupamos no presente Capítulo.

Na próxima seção, sintetizamos o sentido da contribuição de Nicos Poulantzas à teoria das classes sociais, localizando seu pensamento na perspectiva do marxismo estrutural. Na seção seguinte, apontamos o estatuto teórico das classes sociais enquanto um conceito resultado de efeitos das estruturas econômica e política de um modo de produção e formação social. Na terceira seção, concentramo-nos na reflexão poulantziana sobre as frações de classe e os diferentes sistemas de fracionamento da burguesia. Na quarta seção, adentramos o conceito de burguesia interna. Na quinta e última seção, descrevemos os conceitos intimamente relacionados em Poulantzas de bloco no poder e hegemonia política. Procuramos apresentar, de forma dialógica, tanto a contribuição original de Poulantzas como algumas de suas absorções críticas, que a enriquecem e a atualizam.

3.1 As contribuições de Poulantzas e algumas indicações do marxismo estrutural

Nicos Poulantzas foi um cientista político marxista grego, militante do Partido Comunista Grego e posteriormente do Partido Comunista Grego do Interior, que deu importantes contribuições para a ciência social e para a teoria social e política marxista. Com sintetizam Martuscelli et al.²⁸⁴, em suas obras das décadas de 1960 e 1970, Poulantzas formulou teses e análises em torno de dois grandes temas: a) o Estado, em discussões como a respeito da caracterização do Estado em geral, do Estado capitalista e de suas formas de Estado de exceção, com destaque para o bonapartismo, o fascismo, as ditaduras militares e o estatismo autoritário; b) as classes sociais, em sua elaboração sobre o estatuto teórico das classes sociais

²⁸⁴ (MARTUSCELLI, GUILMO e BRAGA, 2019);

e na formulação de conceitos como os de bloco no poder, fração hegemônica, fração reinante, fração autônoma, força social, classe apoio, classe aliada, classe detentora do aparelho do Estado, bem como sua análise sobre o impacto da internacionalização do capital e do imperialismo sobre as relações de classe, a partir da qual caracteriza as relações entre capital monopolista e não monopolista e desenvolve conceitos como o da nova pequena-burguesia e da burguesia interna.

No presente capítulo nos concentraremos em algumas formulações desta segunda temática desenvolvida pelo autor. Particularmente, trataremos aqui do lugar teórico das classes sociais – suas determinações - e dos conceitos de bloco no poder, fração de classe e, por fim, da burguesia interna, expostos em suas obras *Poder político e classes sociais*²⁸⁵, *As classes sociais no capitalismo de hoje*²⁸⁶ e *A crise das ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha*²⁸⁷.

Antes disso, contudo, faz-se necessária uma breve apresentação de um aspecto da tradição teórica na qual este autor se inscreve nas obras que referenciamos²⁸⁸, no intuito de apresentar a perspectiva de totalidade considerada pelo autor para definir a posição, as relações de causalidade e os limites de seus conceitos. Poulantzas se inscreve aqui dentro da corrente do marxismo estrutural formulado por Louis Althusser. Este filósofo marxista desenvolve, em sua crítica ao economicismo e ao voluntarismo muito presentes no marxismo do século XX, o conceito de *modo de produção ampliado*. Ele se sustenta na noção de que o modo de produção não deve se restringir à esfera econômica – as relações de produção e o processo de trabalho das sociedades²⁸⁹. Na perspectiva althusseriana, além da estrutura econômica, o modo de produção também comporta as estruturas jurídico-política – o Estado - e ideológica, as quais, em que pese sejam a superestrutura determinada pela estrutura da reprodução material das sociedades, assim o são apenas em última instância²⁹⁰.

Sob essa perspectiva, a totalidade social passa a ser pensada como uma articulação complexa nos níveis da política, da economia e da ideologia. Os diferentes modos de produção (capitalismo, escravismo, feudalismo, etc.) se distinguem fundamentalmente na articulação específica que possuem entre as diferentes estruturas da realidade social. Essa articulação – chamada *matriz do modo de produção* - é, de fato, sempre determinada em última instância pela

²⁸⁵ (POULANTZAS, 2019);

²⁸⁶ (POULANTZAS, 1978);

²⁸⁷ (POULANTZAS, 1976);

²⁸⁸ Ao longo de sua trajetória intelectual, a obra de Poulantzas é marcada por importantes discontinuidades, de modo que a perspectiva teórica das obras que citamos não é a única na qual se embasa o conjunto da contribuição do autor, mas é nessas obras em que os conceitos mais importantes para o presente trabalho são apresentados;

²⁸⁹ (POULANTZAS, 1978, p. 18);

²⁹⁰ (BOITO JR., 2013);

economia. Contudo, essa determinação não significa o mesmo que papel dominante: o econômico é determinante na medida em que atribui a uma instância em determinado modo de produção esse papel de dominância – instância que pode ser o próprio econômico, o político ou o ideológico. Poulantzas ilustra essa abstração com o caso do modo de produção feudal. Nele, de acordo com as indicações de Marx, “é a ideologia – na sua forma religiosa – que detém o papel dominante, o que é rigorosamente determinado pelo funcionamento do econômico nesse modo”²⁹¹

Mas o modo de produção em geral, assim como em menor grau os modos de produção específicos (escravismo, capitalismo, socialismo, etc.), são conceitos referentes ainda a um elevado nível de abstração. Na perspectiva althusseriana aparece, em um terceiro nível de abstração, o conceito de formação social, com o qual estamos trabalhando nesse capítulo²⁹². Ele faz referência, no caso das formações sociais capitalistas, ao capitalismo “realmente existente”²⁹³, à “maneira como um determinado modo de produção vigora numa sociedade historicamente determinada”. A formação social pode comportar elementos sociais, políticos e econômicos de modos de produção anteriores ao capitalismo. Conforme Boito,

É nesse nível mais concreto que um número maior de particularidades históricas da sociedade em questão pode ser considerado: as características específicas da sua economia e do seu Estado, o regime político vigente, sua inserção na divisão internacional do trabalho, a composição de classes existente nessa sociedade, suas tradições políticas etc. O conceito de formação social[...]procura se aproximar o mais possível do conjunto de determinações e particularidades de uma dada sociedade.
(BOITO JR., 2013)

Aliado à sua concepção ampliada de modo de produção e ao nível e análise da formação social, o marxismo estrutural baseia-se na tese da determinação estrutural: são as estruturas econômica, política e ideológica que, em seu conjunto, determinam as *práticas sociais* dos agentes. Os quais são, nesse sentido, portadores das relações estruturais²⁹⁴. Tais práticas são entendidas como relações sociais econômicas, políticas e ideológicas em que atuam os agentes agrupados em classes sociais – a própria luta de classes. Na perspectiva do marxismo estrutural,

²⁹¹ (POULANTZAS, 2019, p. 18);

²⁹² Embora com a diferença de que aqui passamos, em uma trajetória do abstrato ao concreto nos capítulos anteriores, pelos níveis de análise do sistema mundial e do padrão de reprodução do capital, que não comparecem na perspectiva de Althusser;

²⁹³ “As formações sociais não são, contudo, a simples concretização ou espacialização dos modos e formas de produção existentes em sua forma ‘pura’: não são o produto de seu “acúmulo” espacial. As formações sociais, onde atua a luta de classes, são os lugares efetivos de existência e de reprodução dos modos e formas de produção” (POULANTZAS, 1978, p. 24);

²⁹⁴ (BOITO JR., 2013);

a luta de classes não se confunde com as estruturas econômica, política e ideológica das formações sociais e modos de produção e os limites de sua intervenção são determinados por elas²⁹⁵. Esse corpo teórico constitui, portanto, dois sistemas de relações: o das estruturas e o das relações sociais. É essa tese, na leitura de Boito Jr., que concede cientificidade ao marxismo, na medida que permite pensar a regularidade dos fatos sociais a partir de suas tendências estruturais e realizar a explicação e previsão desses fatos²⁹⁶.

3.2 Classes sociais, efeitos pertinentes e o lugar das relações econômicas e políticas de classe

As noções de determinação estrutural e das estruturas econômica, política e ideológica que sustentam os modos de produção, desenvolvidas no âmbito do marxismo estrutural, permitem-nos adentrar a compreensão poulantziana sobre as classes sociais e frações de classe. Precisamente, tratemos aqui do lugar ocupado pelas classes e frações de classe em um modo de produção e em uma formação social, o qual decorre de suas determinações e dá indicativos das potencialidades e limites da atuação das classes e frações em conjunturas concretas.

Partindo da análise dos escritos políticos de clássicos do marxismo, como Marx, Engels, Lenin e Mao, Poulantzas elabora uma crítica a visões economicistas da teoria marxista das classes sociais, que localizam estas últimas unicamente no nível das relações de produção, bem como de interpretações “historicistas”, que percebem as classes como “origem genética das estruturas”, “sujeitos da história” que criam as estruturas sociais, em vez de serem determinados por elas.

Para Poulantzas, as classes sociais (e frações de classe) não estão localizadas somente na instância do econômico de um modo de produção ou formação social. Tampouco, seriam as classes preponderantes, fator de origem das estruturas. Em vez disso, elas se apresentam

como o *efeito global das estruturas no domínio das relações sociais*, que conotam elas próprias, nas sociedades de classe, a distribuição dos agentes-suportes em classes sociais – e isso na medida em que as classes sociais

²⁹⁵ (POULANTZAS, 2019, p. 91);

²⁹⁶ Não obstante, estamos diante de uma importante polêmica suscitada pelos críticos de Althusser e seus seguidores. Ela pode ser sintetizada na seguinte questão: “se as estruturas regionais do modo de produção contribuem para a reprodução do todo e determinam, no seu conjunto, a prática dos agentes sociais, como, então, explicar a mudança histórica?” (BOITO JR., 2013, p. 13). Em outras palavras, como entender a prática revolucionária, que tem por objetivo exatamente a transformação das estruturas? Muito embora se trate de um debate relevante, não entraremos nele nesse trabalho, dado que o estudo das relações de produção em que está inserida uma fração da burguesia pressupõe, evidentemente, uma prática de classe que visa à manutenção das estruturas capitalistas de exploração e dominação, e não a sua supressão. Para alguns elementos desse debate, ver o artigo citado de Boito Jr;

determinam o lugar dos agentes-suportes relativamente às estruturas de um modo de produção e de uma formação social.
(POULANTZAS, 2019, p. 65)

Dessa forma, o autor considera o lugar específico das classes e frações como um “domínio-efeito estruturado dos sistemas de estruturas”. Os limites de sua atuação encontram-se, assim, circunscritos por estas últimas, embora entre as estruturas e práticas – dois “sistemas de relação” distintos – ocorram defasagens importantes nas contingências históricas. Nesses limites as classes sociais engendram relações sociais econômicas, políticas e ideológicas, as quais necessariamente são conflituosas: as classes sociais só podem ser concebidas como práticas de classe, práticas estas que existem enquanto “oposições que, em sua unidade, constituem o campo da luta de classes”²⁹⁷. Assim, não existem classes *a priori*, que entram em seguida na luta de classes. As classes sociais, como efeito das relações estruturais, assumem a forma das contradições das estruturas revestidas nas relações sociais²⁹⁸. Elas significam, em um mesmo movimento, contradições e luta de classes, e só podem ser compreendidas quando consideradas em oposição²⁹⁹.

Contudo, a determinação estrutural das classes e frações não significa que elas sempre tenham uma presença permanente no nível das práticas, enquanto forças sociais distintas ou autônomas em uma formação econômico-social. Para que isso aconteça, dentro da perspectiva de que o econômico não determina sozinho as relações sociais, o lugar objetivo ocupado por elas nas relações de produção deve, necessariamente, ocasionar *efeitos pertinentes* relações políticas e ideológicas dessa formação econômico-social. Nas palavras do autor, a presença de classes sociais distintas e frações de classe autônomas

existe quando a relação com as relações de produção, o lugar no processo de produção, se reflete sobre os outros níveis por *efeitos pertinentes*. Esses “efeitos pertinentes” podem ser, aliás, identificados tanto nas estruturas políticas e ideológicas quanto nas relações sociais políticas e ideológicas de

²⁹⁷ (POULANTZAS, 2019, p. 83);

²⁹⁸ Novamente, aparece aqui o problema da transformação estrutural. Na medida em que os limites da luta de classes estão determinados pelas estruturas, como apreender a transformação delas pela classe revolucionária? Poulantzas trata essa questão em particular, atendo-se à prevalência determinação estrutural: “A determinação das práticas pela estrutura e a intervenção das práticas na estrutura consistem na produção pela estrutura dos limites de variações da luta de classes: esses limites são os efeitos da estrutura.[...] Nesse sentido, a prática política é exercida dentro dos limites colocados pelas outras práticas e pelo campo global das práticas de classe – luta econômica, política, ideológica – por um lado, enquanto esse campo está ele mesmo circunscrito pelos efeitos da estrutura como limites, por outro”. (POULANTZAS, 2019, p. 91 e 92). Farias (2019) propõe, para enfrentar o problema, que as classes sociais “são e não são os efeitos da estrutura”, fazendo uma distinção entre a classe em luta por reformas, que aparece no nível das práticas por efeitos pertinentes, e a classe revolucionária, que surge a partir das contradições engendradas pelo desenvolvimento das forças produtivas, as quais ameaçam a “normalidade” das determinações estruturais. No capitalismo ambas, na verdade, são a classe proletária, que detém esse duplo estatuto e pode se mover da condição predominantemente reformista para a revolucionária a depender da conjuntura;

²⁹⁹ (POULANTZAS, 1978, p. 14);

classe. Designaremos por “efeitos pertinentes” o fato de que a reflexão do lugar no processo de produção sobre os outros níveis constitui um *elemento novo*, que não pode ser inserido no quadro típico que esses níveis apresentariam sem esse elemento. Esse elemento transforma assim os *limites* dos níveis (de estruturas ou de luta de classe) nos quais ele se reflete por “efeitos pertinentes”, e não pode ser inserido numa simples variação desses limites.

(POULANTZAS, 2019, p. 77)

Assim é que, por exemplo, por meio de efeitos pertinentes das relações de produção sobre as relações políticas em uma determinada conjuntura nacional, uma fração de classe como a burguesia interna pode se fazer presente como uma força social ativa e importante no bloco no poder, conforme veremos adiante. Vale dizer, de passagem, que os efeitos pertinentes não implicam necessariamente na constituição de grupos politicamente organizados de forma autônoma, embora também possam ocasioná-lo. Sua característica fundamental é o aparecimento de um elemento novo em um formação econômico-social a partir da presença de uma classe ou fração, de forma ativa, meramente reativa ou até mesmo por uma “inação conveniente”, entre outras formas³⁰⁰.

A noção de efeitos pertinentes nos indica como Poulantzas trata de forma mais detida da determinação global das estruturas. É muito presente em sua obra (especialmente em *Poder político e classes sociais*) a ênfase na não exclusividade do econômico para determinação das classes sociais, fruto de sua crítica às deformações economicistas do marxismo e de sua preocupação em desenvolver toda uma teoria regional sobre o político no modo de produção capitalista. Não obstante, já aqui aparece algo que nos interessa em particular: o nível econômico de uma formação social capitalista (a unidade das relações de produção e do processo de trabalho, com o papel dominante da das primeiras sobre o segundo), embora não determine exclusivamente o lugar das classes sociais e frações de classe—cumprindo o político e o ideológico um papel fundamental nesse sentido — é, no entanto, a sua *principal* determinação³⁰¹. O econômico consiste na unidade das relações de produção e do processo de trabalho, com as primeiras exercendo um papel dominante sobre a forma que assume o segundo.

É deste papel dominante das relações de produção sobre as forças produtivas e o processo de trabalho que decorre o papel constitutivo das relações políticas e das relações ideológicas na determinação estrutural das classes sociais. As relações de produção e aquelas que as compõem (propriedade econômica/posse) traduzem-se sob a forma de *poderes* daí *decorrentes*, em suma, pelos *poderes de classe*: como tais, esses poderes estão constitutivamente ligados às relações políticas e ideológicas que os consagram

³⁰⁰ (SAES, 2014);

³⁰¹ (POULANTZAS, 1978, p. 13 e 14);

e os legitimam. Essas relações não se sobrepõem simplesmente às relações de produção “já existentes”, mas estão *presentes*, sob forma específica em cada modo de produção, na constituição das relações de produção. O processo de produção e exploração é, ao mesmo tempo, processo de reprodução das relações de dominação/subordinação políticas e ideológicas.

(POULANTZAS, 1978, p. 22)

Ainda, nos indica Poulantzas que

É conferindo essa importância decisiva às relações de produção e à divisão social do trabalho que elas implicam, que se pode colocar o problema fundamental: *a reprodução do capital não é simplesmente o ciclo global do capital social (o famoso “espaço econômico”), mas igualmente a reprodução das condições políticas e ideológicas sob as quais essa reprodução tem lugar[...]* isso quer dizer restaurar o primado das relações de produção que remontam diretamente às condições políticas e ideológicas de sua reprodução. (POULANTZAS, 1978, p. 103)

Essas passagens são de grande importância para localizarmos, uma vez mais, o objeto que iremos mais à frente investigar – as relações políticas e econômicas da grande burguesia interna brasileira. Trata-se, nos termos que estamos trabalhando aqui, de uma investigação sobre as relações de produção (relações econômicas) que, ao implicarem em efeitos pertinentes, possibilitaram que se fizesse presente uma fração de classe autônoma na conjuntura recente (relações políticas), as quais são igualmente investigadas. Seu escopo e seus limites encontram-se, portanto, no nível de duas esferas de definição dessa fração de classe. Isso significa que: a) ele apreende o nível da principal determinação estrutural dessa fração de classe – o econômico -incontornável para a compreensão do seu lugar político e ideológico na formação econômico-social brasileira; b) ele avança na compreensão de poderes da grande burguesia interna brasileira que estão presentes na própria constituição das suas relações de produção e, dessa forma, na sua determinação estrutural de classe. Trata-se, dessa forma, de uma investigação que busca se aproximar dos limites colocados à grande burguesia interna brasileira na luta de classes. Como aspecto limitante da empreitada, devemos pontuar, contudo, que os poderes traduzidos das relações *ideológicas* da grande burguesia interna não serão foco da nossa análise. Queremos com isso indicar a potencialidade e as restrições que se colocam ao recorte privilegiado por essa pesquisa.

Além do mais, é também verdade que, na análise de classes e frações, as indicações de nível político devem necessariamente comparecer não apenas para que se tenha uma compreensão das possibilidades da luta de classes, mas também porque *é apenas por meio da análise que considera a política que se viabiliza mesmo o estudo das classes sociais e seus fracionamentos*. Poulantzas se refere a essa questão tanto para elementos das *relações estruturais* quanto nas *práticas políticas de classe*.

No escopo das relações estruturais, o autor aponta a característica particular do Estado, a superestrutura política, em concentrar as contradições estruturais e refletir as relações entre estruturas³⁰². Dentro dessa perspectiva, Poulantzas indica o papel particular desempenhado pelos *aparelhos de Estado*. Estes

têm como principal papel a manutenção da unidade e a coesão de uma formação social que concentra e consagra a dominação de classe, e a reprodução, assim, das relações sociais, isto é, das relações de classe. As relações políticas e as relações ideológicas *se materializam e se encarnam*, como práticas materiais, nos aparelhos de *Estado*.
(POULANTZAS, 1978, p. 26)

Tendo em vista a determinação das classes que passa pelas relações políticas e ideológicas e “só existem materializadas nos aparelhos”, Poulantzas conclui que o caminho necessário para uma análise das classes sociais é a observação das relações que elas (as quais acrescentamos as frações) estabelecem com os aparelhos de Estado.

No bojo da prática política de classe propriamente dita, o autor, resgatando interpretações de Marx e Lenin, se refere ao aspecto também sobredeterminante da luta política em relação à luta econômica e à luta ideológica, exatamente por seu papel análogo e determinado pelo papel atribuído ao Estado nas relações estruturais. Ou seja, por nesse caso a luta política concentrar as contradições e refletir as relações dos outros níveis da luta de classes. Disso decorre “uma intervenção constante da luta política nos outros níveis de luta, mais particularmente na luta econômica, e vice-versa”³⁰³.

Essas observações de Poulantzas nos conduzem a duas escolhas teórico-metodológicas relevantes para a pesquisa das relações econômicas e políticas da grande burguesia interna brasileira. No tocante aos aparelhos de Estado e suas relações com as classes e frações, a opção pelo estudo da reprodução capitalista de empresas brasileiras beneficiadas com recursos do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em determinada conjuntura parte da premissa de que essa instituição foi, durante essa conjuntura, um ramo do aparelho de Estado de grande importância para a reprodução ampliada do capital da burguesia interna. Isso dá ao BNDES e suas políticas uma característica de *locus* privilegiado para a análise e compreensão dos determinantes dessa fração de classe.

O nível sobredeterminante da luta política nos exige, por outro lado, que também tratemos dos determinantes e da forma de sua ocorrência nas conjunturas recentes, precisamente

³⁰² (POULANTZAS, 2019);

³⁰³ (POULANTZAS, 2019, p. 89);

porque, ao se caracterizar por uma intervenção constante *na e da* luta econômica de classes e frações, pode igualmente nos fornecer elementos centrais para a compreensão dos determinantes políticos essenciais da grande burguesia interna brasileira. Trataremos essa análise no próximo capítulo.

3.3 Frações burguesas e sistemas de fracionamento

Mencionamos até aqui elementos determinantes e certos aspectos comuns às classes sociais e suas frações. Adentremos, agora, sob uma perspectiva poulantziana, algumas particularidades referentes à concepção das frações da burguesia nas formações econômico-sociais capitalistas contemporâneas e os critérios pelos quais opera seu fracionamento.

Como forma de situar a problemática dos fracionamentos da classe dominante, vale começarmos pela observação de que a existência atual de frações da burguesia diferenciáveis pelos seus interesses e seu lugar nas relações de produção não é algo consensual nas análises das classes sociais. Nas últimas décadas, a perspectiva que considera as segmentações e divisões no interior da classe capitalista vem suscitando questionamentos pelo modelo teórico de autores ligados à interpretação “globalista” da globalização³⁰⁴. Sinteticamente, esses autores – tanto os defensores do neoliberalismo quanto alguns dos seus críticos que, as vezes forçosamente, assimilam elementos da ideologia neoliberal - consideram que o capitalismo atual, mediante a suposta fragilização dos Estados nacionais, a financeirização e/ou a internacionalização de altos quadros das empresas transnacionais, passou ou vem passando por um processo de unificação econômica e política global das frações da classe capitalista, com a constituição de grupos multifuncionais caracterizados cada vez mais por uma homogeneização de interesses e da lógica de acumulação que permitiriam falar na formação de uma “burguesia mundial” com a globalização. Os autores que enfatizam uma “decadência” dos Estados nacionais na fase da globalização tendem a considerar o espaço econômico internacional como uma emanção dos interesses das firmas internacionais, sem vínculos com uma base nacional. Aqueles que justificam a unificação de interesses da burguesia em escala global pela financeirização observam uma suposta fusão da esfera produtiva com a esfera financeira, que possibilita a cooperação e a aliança entre oligopólios mundiais. Já os estudos da “sociologia dos altos quadros” das empresas transnacionais tendem a considerar aspectos simbólicos, ideológicos e culturais coincidentes entre executivos das empresas ditas “transnacionais”³⁰⁵.

³⁰⁴ Ver Capítulo II;

³⁰⁵ (MARTUSCELLI, 2010);

Conforme a crítica de Martuscelli³⁰⁶, as teses globalistas, em suas diferentes tendências, são limitadas ao incorrerem em um ou mais dos seguintes equívocos: a) não apresentarem uma discussão mais aprofundada sobre o Estado e seu papel na promoção e dissolução dos agregados sociais; b) subestimarem as diferenças de inserção das frações de classe no processo produtivo; c) não descreverem satisfatoriamente o conteúdo da ação política de uma virtual burguesia “global”, d) tratarem equivocadamente os grupos multifuncionais como uma “novidade” do capitalismo contemporâneo, e) caracterizarem a financeirização de forma abstrata e unívoca a todas as formações econômico-sociais sem atentar para suas particularidades e f) ignorarem as relações de dominação e dependência dos Estados nacionais. O autor aponta que o desenvolvimento desigual do capitalismo, a importância e o papel particular dos Estados nacionais e da política estatal que trata hierarquicamente os segmentos da classe capitalista (bem como as diferenças que os Estados apresentam entre si) e a impossibilidade da ocorrência de um processo de repartição igualitária do mais-valor global são obstáculos estruturais à formação de uma alardeada “burguesia mundial”. Pelo contrário, a classe capitalista, ao mesmo tempo em que mantém a unidade política diante do seu adversário histórico – o proletariado – diferencia-se internamente em segmentos ligados a interesses econômicos específicos, os quais se expressam politicamente por meio de efeitos pertinentes diante da ação implementada pelo Estado capitalista³⁰⁷, o que coloca no centro da sua dinâmica, entre outras, a questão nacional.

Saes³⁰⁸ argumenta que as análises globalistas costumam sustentar sua defesa de uma classe burguesa indiferenciada no fato de que suas diferenças econômicas internas não se expressam, de uma vez por todas, em grupos politicamente organizados, “dotados de capacidade de ação independente de outras frações capitalistas e do Estado”³⁰⁹. Contudo, na teoria poulantziana, conforme vimos, os efeitos pertinentes do lugar nas relações de produção de uma fração de classe são variáveis, de forma que não necessariamente se expressam em uma organização política autônoma daquela fração.

Esse aspecto nos dá a dimensão do caráter *não essencialista* das frações de classe na perspectiva poulantziana. As frações de classe não são algo dado “de uma vez para sempre”. Sua constituição, emergência, desaparecimento e o cruzamento entre diferentes fracionamentos são possibilidades presentes na prática política³¹⁰ que se relacionam tanto com as fases do capitalismo quanto com a evolução da política de Estado. Uma fração capitalista identificável

³⁰⁶ (2010);

³⁰⁷ (SAES, 2014);

³⁰⁸ (SAES, 2014);

³⁰⁹ (SAES, 2014, p. 106);

³¹⁰ (FARIAS, 2009);

no plano econômico pode não se exprimir abertamente no plano político, o que pode ser a forma mais conveniente de se posicionar em determinada conjuntura. Noutro caso, uma fração pode emergir politicamente reagindo a determinada política de Estado que a desfavorece ou que suscita a reação de outras frações, compelindo sua ação para neutralizá-las³¹¹.

Nota-se, por outro lado, a dimensão da importância da política de Estado para a expressão política das frações da classe dominante. Farias, introduzindo a perspectiva de Saes a esse respeito, aponta que nela

O fator de preponderância política de uma fração sobre as demais no seio da classe dominante é o impacto da política econômica do Estado. O resultado da intervenção do Estado concretiza os conflitos potenciais de frações, enraizados na esfera econômica. As frações se aglutinam para defender ou rejeitar certas medidas. Em outras palavras, os grupos diferenciados na esfera econômica não se concretizariam, de imediato, no plano político; eles teriam um caráter apenas potencial. Outros grupos, diferenciados por outros critérios, é que se concretizariam. A política do Estado seria o fator de aglutinação de um sistema de fracionamento ou outro, ou ainda dos vários sistemas combinados.

(FARIAS, 2009, p. 82)

Essas observações permitem que tratemos dos critérios de fracionamento da classe burguesa expostos por Poulantzas e por alguns autores poulantzianos, tendo em vista seu lugar econômico e a conversão em forças sociais na luta política a partir da política de Estado. Poulantzas, de modo esparso em sua obra, indica três diferentes critérios pelos quais a classe capitalista pode se segmentar em seu lugar nas relações de produção: a) segundo as funções do capital; b) segundo a escala do capital; e c) segundo o modo de inserção do capital no sistema econômico capitalista internacional³¹². Vejamos:

O critério de diferenciação das frações burguesas segundo a função do capital se refere diretamente ao processo de autonomização do capital que já abordamos anteriormente³¹³. A reprodução ampliada do capital coloca a necessidade de uma progressiva especialização das funções monetária, produtiva e comercial de seu ciclo, assumidas por frações capitalistas que passam a competir pela apropriação do mais-valor gerado na produção – o capital bancário, industrial e comercial. Assim se constituem interesses econômicos distintos e contraditórios entre si: o capital bancário busca ampliar seus ganhos por meio da elevação das taxas de juros, o capital industrial tenta fazê-lo pela elevação da margem de lucro industrial, e o capital comercial através da ampliação do lucro comercial. No âmbito político, os distintos interesses

³¹¹ (SAES, 2014);

³¹² (SAES, 2014);

³¹³ Ver Capítulo II;

desses agentes sociais se convertem na aspiração de que a política de Estado os favoreça no processo de repartição do mais-valor total, de modo que se engendram forças sociais autônomas em disputa e em conflito.

O fracionamento por funções do capital traz consigo o problema do capital financeiro e dos grupos multifuncionais. A fusão entre capital industrial e capital bancário na fase imperialista e monopolista do capitalismo proporcionada pela concentração da produção e centralização do capital em grande escala dá origem ao capital financeiro³¹⁴. Poulantzas estabelece uma distinção segundo a forma de constituição desse capital: ela pode se dar tanto pela via da aquisição de ações de empresas industriais pelos bancos – capital financeiro com dominância do capital bancário - quanto pela criação de um braço financeiro pelas empresas industriais para financiar suas atividades internas e funcionar como banco de investimentos ou sociedade financeira – capital financeiro com dominância do capital industrial. Contudo, permanece ainda a questão quanto à natureza desse tipo de capital, se ele determina a formação de uma nova fração burguesa a partir de uma efetiva unificação das frações bancária e industrial ou se o seu lugar nas relações de produção, ao não anular a diferenciação interna entre capital industrial e capital bancário, não levaria à constituição de uma fração autônoma, caso em que se trataria então de um grupo multifuncional. Para Farias, há elementos que justificam a consideração do capital financeiro como uma fração burguesa diferenciada:

Se se levar em conta que a ideia de tensões e conflitos se aplica melhor aos casos de controle externo (por exemplo, um banco faz empréstimos a uma indústria e, em razão disso, adquire um poder de chantagem sobre a empresa), pode-se interpretar os casos de interpenetração entre os capitais industrial e bancário como a formação do capital financeiro como fração economicamente diferenciada, que pode se opor tanto ao simples capital industrial quanto ao simples capital bancário.
(FARIAS, 2009, p. 12)

O autor cita o caso do capital financeiro das economias dependentes que é contemplado em suas dimensões monetária e produtiva pelo receituário neoliberal (abertura de mercado, desregulamentação das relações de trabalho, privatizações) e dá como exemplo a política de abertura ao capital internacional que atende aos interesses dessa fração e se confronta com os interesses das frações industrial e bancária “puras” das economias nacionais, prejudicados pela concorrência estrangeira com essa política.

Entretanto, a posição do próprio Poulantzas parece apontar para a alternativa oposta a essa. Ou seja, para a noção de conflito entre frações que se mantém internamente ao capital

³¹⁴ (LENIN, 2012);

financeiro e de não formação de uma fração financeira “da mesma qualidade” que suas frações constitutivas. Logo ao iniciar o tratamento do problema, ele afirma:

O que é designado como “fusão” do capital industrial e do capital bancário não deve oferecer a imagem de um conjunto estreitamente integrado e isento doravante de contradições e de fracionamento; aquela e estes se reproduzem de fato, sob uma nova forma, no próprio seio do capital monopolista. [...] o capital financeiro não é uma fração do capital da mesma ordem que o capital industrial e bancário: é a figura de suas relações no próprio seio do processo de sua reunião, na sua reprodução.
(POULANTZAS, 1978, p. 116)

Poulantzas considera que as contradições e fissuras que atravessam o capital financeiro monopolista são ainda mais graves do que as que atravessam suas frações isoladas, na medida em que tais contradições são reproduzidas no próprio seio do capital financeiro. Elas se referem às relações entre monopólios com dominância do capital industrial e monopólios com dominância do capital bancário, entre monopólios industriais ou financeiros entre si e às contradições que atravessam as próprias relações de propriedade dos monopólios individuais, sob diversas formas, “formas que implicam, frequentemente, diversos graus de propriedade econômica desigualmente repartidos entre si, e diversos poderes relativamente dissociados sob direção única”³¹⁵

Saes entende, por essas colocações, que Poulantzas sugere implicitamente que o capital financeiro não é uma fração dotada de função específica e distinta dos outros capitais, mas um grupo multifuncional em que prepondera o posicionamento de uma das duas frações – industrial ou financeira – perante o conjunto da política de Estado. Diz o autor que, como implicação teórico-metodológica,

O analista político deve, portanto, sempre ter em conta essa segunda dimensão do jogo político interno à classe capitalista [a dominância de uma das frações nas unidades individuais do capital financeiro]. Nas formações sociais capitalistas atuais, encontramos muitos grupos capitalistas multifuncionais, que atuam ao mesmo tempo como empresas industriais, comerciais e bancárias. A atuação concreta de grupos capitalistas multifuncionais não anula a diferenciação interna do processo econômico capitalista, tampouco, conseqüentemente, a segmentação da classe capitalista em diferentes frações.
(SAES, 2014, p. 110)

Essa questão ganhará toda sua importância quando da análise das relações de produção da burguesia interna brasileira, na medida em que essa fração de classe é constituída, conforme

³¹⁵ (POULANTZAS, 1978, p. 147);

veremos, por um grupo de empresas financeirizadas que podem (ou não) assumir determinado comportamento econômico particular a partir dessa condição material.

O segundo critério de fracionamento em Poulantzas é em relação à escala do capital: o grande e o médio capitais. A distinção entre essas duas frações de classe ancora-se em várias diferenciações do ciclo do capital – as quantidades de mão-de-obra, volume de capital e tecnologias. Na análise dos conflitos em torno da política de Estado, tais diferenciações convertem-se em constantes divergências entre essas frações, por exemplo, na política de crédito. Um aspecto particular dessa luta é que o capital é movido pela lei tendencial de centralização/concentração crescentes, cuja contraparte política é a tendência geral ao favorecimento ao grande capital na política de Estado. Isso não significa, contudo, que as médias e pequenas empresas devem desaparecer, pois há ramos em que a implantação da grande empresa se mostra antieconômica. Por outro lado, quando a política de Estado favorece abertamente a grande empresa a ponto de ameaçar a sobrevivência do médio capital, este último precisa se tornar presente na cena política³¹⁶.

O terceiro critério de fracionamento é o fracionamento segundo o modo de inserção no sistema econômico internacional. Já vimos anteriormente sobre a relação dialética entre externo e interno do sistema mundial capitalista com as formações econômico-sociais, em que a configuração do primeiro condiciona a determinação interna das estruturas e a atuação das forças sociais nessas últimas.

É preciso romper, de uma vez por todas, com uma concepção mecânica e quase topológica (senão “geográfica”) da relação entre *fatores* internos e *fatores* externos. Não existe, em realidade, na fase atual do imperialismo, de um lado os fatores externos agindo puramente do “exterior”, e de outro os fatores internos “isolados” no seu “espaço” próprio e dominando os primeiros, assim concebidos. Estabelecer o primado dos fatores internos significa que as coordenadas da cadeia imperialista “exteriores” a cada país – relação de forças mundiais, papel desta ou daquela grande potência, etc – *só agem sobre estes países por sua interiorização*, articulando-se às próprias contradições, contradições que surgem, segundo alguns aspectos, como a *reprodução induzida*, dentro dos diversos países, das contradições da cadeia imperialista. Enfim, falar, neste sentido, de fatores internos é encontrar o verdadeiro papel desempenhado pelo imperialismo – desenvolvimento desigual – na evolução das diversas formações sociais.

(POULANTZAS, 1976, p. 19 e 20)

O processo de “interiorização dos fatores externos” é fundamental para apreender o fracionamento da classe capitalista segundo sua inserção nas relações de produção que

³¹⁶ (SAES, 2014);

ultrapassam as fronteiras nacionais, a qual apresenta importância particular no caso das formações dependentes. Poulantzas apresenta três frações de classe delimitadas por esse critério: a burguesia nacional, a burguesia compradora e a burguesia interna, esta última um conceito introduzido pelo autor.

A burguesia nacional é caracterizada por Poulantzas como uma “fração autóctone da burguesia que, a partir de certo tipo e grau de contradições com o capital imperialista estrangeiro, ocupa, na estrutura ideológica e política, um lugar relativamente autônomo, apresentando assim uma unidade própria”. Essa fração de classe pôde, em alguns momentos históricos e formações econômico-sociais específicas, posicionar-se ao lado da luta anti-imperialista em aliança com as classes populares, algo que, no entanto, ocorre somente quando as mediações da conjuntura a levam a tomar essa posição. Poulantzas chama a atenção para o fato de que os aspectos econômicos, embora determinantes, não seriam suficientes na delimitação da burguesia nacional. Assim, para o autor não se trata necessariamente de uma burguesia voltada ao mercado interno, não-monopolista ou mesmo sem uma “penetração” do capital estrangeiro, mas de uma burguesia com autonomia relativa determinada por um efeito global das estruturas em que o político e o ideológico são aspectos definidores, que lhes dá condições de assumir uma prática política de viés nacionalista, democrático e favorável à distribuição de renda e a reformas que ampliem o poder aquisitivo das massas.

Saes indica duas variáveis referentes à posição de classe dessa fração em determinada conjuntura: o “estado de relações de força da classe capitalista com as classes populares” e “o grau de pressão do capital estrangeiro e da burguesia associada sobre o Estado nacional”. Em conjunturas de estabilidade política, ela pode integrar uma frente nacional e até celebrar uma aliança com as classes populares. Contudo, quando há uma conjuntura em que se conjugam a ascensão da luta política das massas e o aumento da pressão do capital estrangeiro, a burguesia nacional se coloca, teoricamente, diante de uma disjuntiva em que pode “recuar”, por temer que um enfrentamento ao capital estrangeiro fortaleça o movimento popular ou, ao contrário, “avançar” nesse enfrentamento, mesmo que isso implique na formação de uma frente em que as classes populares detêm uma participação fundamental.

Martuscelli aponta como nas formações econômico-sociais dependentes o processo de internacionalização do capital³¹⁷ implicou importantes mudanças na posição das frações de classe. Entre elas, a inexistência de uma “burguesia nacional” entre os segmentos que compõem

³¹⁷ Martuscelli se refere especialmente ao período da globalização, mais recente que aquele que Poulantzas também chama de “internacionalização do capital”, referente às mudanças nas relações capitalistas internacionais já no período posterior à Segunda Guerra Mundial;

o grande capital, a qual poderia em determinadas ocasiões compor com as classes populares uma frente anti-imperialista. Os vínculos de dependência e associação estabelecidos no atual padrão de reprodução do capital atravessam o conjunto da grande burguesia, transformando a “burguesia nacional” em uma mera formulação ideológica, de modo geral a serviço de uma proposta política de horizonte reformista.

No lado oposto desse espectro, a burguesia compradora é “a fração burguesa que não tem base própria de acumulação de capital, que age de algum modo como simples ‘intermediária’ do capital imperialista estrangeiro[...] e que é assim, do triplo ponto de vista econômico, político e ideológico, inteiramente enfeudada no capital estrangeiro”³¹⁸. Trata-se de segmentos que podem operar na esfera comercial (caso dos importadores que exercem pressão contra a substituição de importações), na esfera industrial (empresas mistas com interesse dominante da matriz), e na esfera bancária (instituições financeiras voltadas para o financiamento de empreendimentos do capital estrangeiro)³¹⁹ funcionando como uma espécie de correia de transmissão dos interesses do capital estrangeiro e cumprindo um papel de intermediária direta para a reprodução desse em seus espaços nacionais³²⁰. O termo “burguesia compradora” usado por Poulantzas decorre do caráter predominantemente comercial dessa fração de classe em fases anteriores do capitalismo. Alguns autores substituem-no por “burguesia associada”³²¹ ou por “burguesia integrada”³²², diante de sua forma atual na fase de exportação de capitais e crescente internacionalização do capital.

Em seus estudos concentrados nas formações econômico-sociais europeias e, dentre elas, nas formações que ele caracteriza como dependentes pertencentes à Europa (Portugal, Grécia e Espanha), Poulantzas identifica na luta política uma terceira fração que ocupa posição intermediária entre a burguesia nacional e a burguesia compradora, caracterizada, entre outros aspectos, por uma posição ambígua frente ao capital norte-americano ou estrangeiro em geral, por uma fragilidade político-ideológica e pela oscilação nas posições assumidas na conjuntura. É a “burguesia interna”, que optamos por tratar adiante separadamente dada sua importância neste trabalho.

Cabe mencionarmos a proposta de Martuscelli de um quarto critério de fracionamento – segundo o “tipo de desenvolvimento capitalista”, se voltado para os mercados externos ou interno – que se refere especialmente para o caso das frações dominantes das formações

³¹⁸ (POULANTZAS, 1978, p. 76);

³¹⁹ (SAES, 2014);

³²⁰ (POULANTZAS, 1976);

³²¹ (SAES, 2014); (BOITO JR., 2018);

³²² (MARTUSCELLI, 2014);

econômico-sociais dependentes. Como vimos, o capitalismo dependente passou por diferentes fases, marcadas por diferentes padrões de reprodução do capital, em que o mercado interno ou o mercado externo tiveram importância maior ou menor para a reprodução ampliada do capital. Como coloca Martuscelli, “a alternância dessas formas de dependência produz efeitos sobre o processo de formação de frações de classe e de suas tendências ideológicas nessas formações sociais”. O atual padrão exportador de especialização produtiva, levando em conta essa tese, orienta parte importante da classe capitalista para a exportação de mercadorias de baixo valor agregado e de capitais.

Ainda dentro da problemática dos fracionamentos de classe, uma questão deixada em aberto por Poulantzas se refere ao entrecruzamento de diferentes sistemas de fracionamento na conjuntura. Como aponta Saes³²³, na realidade social os processos de fracionamento são fenômenos objetivos, inerentes ao processo econômico capitalista, de forma que cada unidade individual do capital pode se encaixar em diferentes critérios de fracionamento. Quando se considera o papel da política de Estado sobre o conjunto das frações capitalistas, tem-se que, em determinada conjuntura, ocorre de fato um entrecruzamento concreto entre modos de fracionamento. Uma determinada política de Estado passa a beneficiar, por exemplo, a grande burguesia bancária interna e em menor medida outras frações burguesas, igualmente entrecruzadas entre si pelos efeitos da política sobre seu agrupamento.

3.4 Burguesia interna

Vamos trabalhar aqui a exposição sobre esse conceito central para o presente trabalho em três sentidos. Indicando a) o lugar do conceito de burguesia interna; b) as características mais importantes da burguesia interna, no âmbito do seu lugar na luta de classes; c) os elementos determinantes do conflito e da dependência no âmbito das relações de produção da burguesia interna, que conformam a unidade contraditória particular a essa fração de classe. Essas indicações são feitas a partir de Poulantzas e alguns autores filados à perspectiva poulantziana, que contribuem para o aprofundamento e atualização desse conceito.

Poulantzas considera a necessidade de um novo conceito que possa apreender o aparecimento de uma fração da classe capitalista que ocupa uma posição intermediária entre a antiga burguesia nacional e a burguesia integrada. Essa fração é marcada por uma dupla relação – de dependência e contradição – com o capital estrangeiro ou estadunidense. Suas análises tem em conta de dois contextos históricos: em *As classes sociais no capitalismo de hoje*, os países

³²³ (SAES, 2014);

imperialistas do continente europeu no período posterior à Segunda Guerra Mundial; em *A crise das ditaduras*, o caso de Portugal, Grécia e Espanha, países que Poulantzas considera como de industrialização dependente, no processo de transição de regimes políticos ditatoriais para democracias na década de 1970.

A burguesia interna é uma fração capitalista originária do processo de internacionalização do capital do período pós-guerra e das contradições que a internalização desse capital engendra nas formações econômico-sociais. No caso dos países imperialistas europeus, da internacionalização do capital estadunidense ocupado na reconstrução dessas economias. Já para Portugal, Grécia e Espanha, da internacionalização do capital estrangeiro em geral, que impulsiona a industrialização dessas economias por meio do investimento em setores diretamente produtivos. O aspecto importante a se destacar é que o capital estadunidense (nas formações imperialistas europeias) ou estrangeiro (nas formações dependentes), ao se reproduzir internamente nessas formações econômico-sociais, engendra uma relação particular com parte das burguesias que apresentam elementos de distinção e contradição em relação aos primeiros, mas que está, ao mesmo tempo, “imbricada por múltiplos elos de dependência aos processos de divisão internacional do trabalho e de concentração internacional do capital”³²⁴. Essa é a ambivalência particular da burguesia interna frente ao capital norte-americano ou estrangeiro/imperialista, que a distingue das outras frações burguesas³²⁵.

Embora a análise de Poulantzas se concentre em países da Europa ocidental, o autor levanta a possibilidade do aparecimento de “núcleos de burguesia interna” em países periféricos industrializados. Nesse caso, contudo, as burguesias internas possuem uma base econômica bem mais fraca e uma ainda maior fraqueza político-ideológica, resultantes do modo inorgânico e dependente de sua industrialização. Na caracterização de Martuscelli, essa burguesia interna

é dependente financeira e tecnologicamente do capital estrangeiro ou imperialista e, ao mesmo tempo, resiste de forma seletiva a tais interesses sem confrontá-los abertamente como força anti-imperialista. Ou ainda, a burguesia interna é uma fração de classe que aceita com seletividade a presença do capital estrangeiro ou imperialista numa dada formação social [dependente]. Tais características levam a burguesia interna a expressar sua fragilidade econômica, política e ideológica diante ao imperialismo, aceitando tendencialmente o lugar subordinado que lhe é reservado na divisão internacional do trabalho.

³²⁴ (POULANTZAS, 1978, p. 77);

³²⁵ Falamos em ambivalência particular, seguindo Martuscelli (2014), pois a burguesia nacional também apresenta um comportamento ambivalente com o capital estrangeiro. No caso da burguesia interna, contudo, essa ambivalência está relacionada a sua característica de fração resultante da internacionalização do capital que acarreta na virtual impossibilidade de assumir uma posição anti-imperialista e de formar uma aliança com amplos setores das classes populares;

(MARTUSCELLI, 2018, p. 62)

O caráter ambivalente do lugar da burguesia interna em sua relação com o capital estrangeiro/imperialista se traduz, por efeitos pertinentes, em um lugar político e ideológico e uma prática política particulares dessa fração de classe, identificáveis em determinadas conjunturas. Suas características são as seguintes:

a) A burguesia interna tende a apresentar um comportamento político ziguezagueante frente ao capital estrangeiro/imperialista e as classes dominadas, ora alinhando-se aos interesses daquele e estabelecendo uma ofensiva contra estas últimas, ora opondo-se em alguma medida a ele e realizando concessões a segmentos das classes dominadas. É o que Martuscelli chama de “movimento pendular” da burguesia interna³²⁶. Esse aspecto se relaciona com o movimento cíclico de crescimento e recessão da economia e ganha toda a importância quando se trata de formações econômico-sociais dependentes, caracterizadas pela superexploração da força de trabalho e a menor margem de concessão a que as burguesias estão dispostas a ceder à classe trabalhadora.

Dado seu posicionamento ambivalente diante do imperialismo, a burguesia interna pode oscilar também seu comportamento político perante as classes dominadas. Em linhas gerais, é possível dizer que, nos tempos de bonança e de relativo crescimento econômico, a burguesia interna é capaz de fazer concessões materiais a tais classes, cuja abrangência pode variar de uma conjuntura para outra, mas, numa situação de crise ou recessão econômica, parte dela pode vir a se movimentar para o outro polo com vistas a repassar o ônus da crise para os trabalhadores, constituindo nesse caso frente única com os interesses imperialistas contra as classes dominadas. No geral, é possível dizer que a burguesia interna dos países capitalistas dependentes é uma fração de classe capaz de vir a tratar os direitos sociais e trabalhistas e os impostos em geral como encargos ou entraves à competitividade das empresas; tal posicionamento tende a ganhar mais força quando se depara com as situações de crise econômica.

(MARTUSCELLI, 2018, p. 63)

b) a burguesia interna apresenta uma característica fragilidade político-ideológica. Ela se explica pela sua condição dependente do capital estrangeiro e pelas clivagens que existem no seu interior. Embora tente traduzir politicamente suas contradições com o capital estrangeiro, as relações de dependência financeira e tecnológica da burguesia interna tornam-na vulnerável e enfraquecida frente aos interesses desse capital. Quanto a suas divisões internas, Poulantzas destaca as linhas de clivagem entre capital monopolista e não monopolista e as contradições entre os diversos capitais estrangeiros e suas frações de acordo com seu Estado ou região de origem e com a função desses capitais (comercial, industrial ou bancário), as quais, ao atravessarem e se internalizarem das relações de produção da burguesia interna, constituem-se

³²⁶ (MARTUSCELLI, 2018) (MARTUSCELLI, 2017);

em fatores que dificultam a sua unidade política³²⁷. Esse conjunto de fatores faz com que, de forma geral, a burguesia interna seja incapaz de exercer uma hegemonia política a longo prazo sobre outras frações das classes dominantes, notadamente sobre a fração burguesa integrada que representa diretamente os interesses do capital estrangeiro.

c) No longo prazo, o máximo que a burguesia interna pode aspirar é a uma renegociação da hegemonia política da burguesia integrada no bloco no poder³²⁸. Para tanto, sob determinadas condições, a burguesia interna pode assumir a condução de frentes políticas com as classes e frações de classe dominadas, de forma a abrir maior espaço para a contemplação dos seus interesses pela política de Estado³²⁹.

Em tais circunstâncias, ocorre a defasagem entre as posições de fração hegemônica e fração dirigente de frente política, o que significa que a burguesia interna não logra ter seus interesses priorizados pela política estatal nem garantir a aliança entre as classes e frações dominantes no poder, mas consegue emergir no processo político como força social dirigente de uma unidade pluriclassista de interesses que não possui um programa político claramente definido.

(MARTUSCELLI, 2014, p. 125)

A constituição de frentes políticas com as classes dominadas, embora possível, é tendencialmente sustentada em concessões limitadas e pontuais da burguesia interna como pequenas elevações salariais e ampliação comedida do consumo, dado seu caráter socialmente conservador³³⁰ vinculado a sua condição dependente e sua tendência à orientação da produção para os mercados externos

d) A burguesia interna apresenta uma necessidade especial da política estatal para a realização dos seus interesses frente ao capital estrangeiro e à burguesia integrada. Isso por uma dupla razão: a) sua relativa fragilidade econômica, tanto mais agravada nas formações econômico-sociais dependentes, exige o apoio da burocracia estatal para o financiamento de investimentos e a proteção de mercados na concorrência com o capital estrangeiro; b) a constituição conjuntural de frentes políticas com setores das classes dominadas, ao implicar a realização de algumas concessões que venham a reduzir suas margens de lucro, exige a mediação da política estatal como forma de garantir a rentabilidade de suas atividades.

Essa necessidade, contudo, é marcada por uma ambiguidade da burguesia interna nas formações dependentes. Embora exigindo do Estado medidas protecionistas e subsídios que

³²⁷ (POULANTZAS, 1976, p. 37 e 38);

³²⁸ Veremos adiante os principais elementos dos conceitos de bloco no poder e hegemonia política

³²⁹ Veremos como, em momentos de crise política do padrão de desenvolvimento liberal periférico brasileiro, a burguesia interna foi capaz de dirigir frentes políticas para resistir aos interesses do capital imperialista, sem efetivamente exercer a hegemonia política no bloco no poder;

³³⁰ (SAES, 2007);

maximizam seus lucros imediatos, a burguesia interna de países dependentes (como é o caso analisado por Martuscelli de Brasil e Argentina) é tendencialmente arredia à planificação estatal e à estatização de empresas e serviços, ou seja, a intervenções de maior relevo e impacto mais longo da política de Estado³³¹. Martuscelli sugere que essa ambiguidade, a qual em determinadas conjunturas favorece o alinhamento político da burguesia interna com o imperialismo, se deve a dois fatores: o medo da emergência de uma forte “burguesia de Estado” que a elimine ou restrinja muito sua participação e os resultados de uma política expansionista em termos de aumento de salários e do nível de empregos, que reduza suas margens de lucro e reduza a vulnerabilidade da luta dos trabalhadores³³².

e) Poulantzas destaca que burguesia interna está ligada, principalmente, a atividades industriais. Entretanto, é possível que em determinadas conjunturas segmentos da burguesia bancária e comercial que cumpram função auxiliar da produção industrial venham a integrá-la – por exemplo, bancos que implementam medidas de crédito direcionadas a atividades produtivas³³³

f) Como corolário de uma perspectiva não essencialista das frações de classe, a burguesia interna não pode ser considerada como um grupo social único e perene, constituído pelos mesmos “integrantes” em todos os momentos. A sua caracterização enquanto burguesia interna também depende da direção imposta pela conjuntura. Assim, um determinado grupo que possui, em determinada conjuntura, um comportamento típico de burguesia interna (por exemplo, a defesa de favorecimento da política governamental em relação à concorrência do capital estrangeiro) pode se converter, em outra conjuntura da luta política, em burguesia integrada (não se opondo, por exemplo, à liberalização comercial caso outras alternativas estejam ausentes do seu rol de negociações possíveis e essa movimentação esteja dentro de um contexto em que ele possa tirar proveito associando-se ao capital estrangeiro).

No limite, isso implica a possibilidade de conversão da burguesia interna em burguesia integrada ou burguesia nacional em conjunturas excepcionais. Martuscelli aponta que a primeira situação pode ocorrer em uma conjuntura de pressão da ofensiva imperialista. Já a segunda situação fica praticamente ou totalmente inviabilizada para o grande capital na atual quadra de forte internacionalização e integração ao sistema econômico internacional, mas não

³³¹ (MARTUSCELLI, 2018);

³³² (MARTUSCELLI, 2018);

³³³ (POULANTZAS, 1976);

está descartada para a pequena e média burguesia, que são as frações cuja reprodução do capital é tendencialmente mais voltada para o mercado interno³³⁴.

Retornemos, agora, para o problema da ambivalência das relações de produção própria da burguesia interna, da qual se traduzem esse conjunto de características. Quais são exatamente os determinantes de *conflito* e quais os determinantes de *dependência* que a burguesia interna apresenta frente ao capital estrangeiro no âmbito dessa ambivalência? Essa questão, que na presente tese buscamos dar conta, é contemplada por Poulantzas e autores da tradição poulantziana que a complementam. Aqui, tratemos de elencá-las a partir dessa literatura, que mais a frente confrontaremos à luz da nossa pesquisa empírica.

Quais são os elementos de conflito entre uma e outro? Poulantzas³³⁵ nos indica os seguintes determinantes: a) os conflitos pela apropriação do valor diante da transferência de mais-valor da burguesia interna em favor do capital estrangeiro e da burguesia integrada, a qual pode se dar de diversas formas dentro das relações de apropriação inerentes ao desenvolvimento desigual capitalista³³⁶; b) O interesse da burguesia interna, dado seu caráter predominantemente industrial, em um desenvolvimento industrial “menos polarizado para o seccionamento do país causado pelo capital estrangeiro”. Esse aspecto se relaciona à maior abertura da burguesia interna para a ampliação do mercado interno através de uma tímida elevação do poder de compra das massas que lhe oferecesse mais saídas de realização do capital; c) o interesse pela intervenção estatal que lhe assegure maior controle sobre alguns ramos econômicos do país e a torne mais competitiva diante do capital estrangeiro, assim como fomenta sua internacionalização e o aumento das exportações. Poulantzas também menciona que a burguesia interna possui uma “base de acumulação” e um “fundamento econômico” próprios, que a distinguiriam e engendrariam contradições com o capital estrangeiro e a burguesia integrada³³⁷, sem, no entanto, especificar a que se refere exatamente essa base ou fundamento.

Boito Jr., na sua análise sobre a grande burguesia interna brasileira durante os governos petistas³³⁸, chama atenção para o conflito engendrado pela internacionalização dessa fração capitalista, promovida pela política externa brasileira nesse período. Como coloca Poulantzas, o conceito de burguesia interna “remonta ao processo de internacionalização, e não a uma burguesia ‘fechada’ a um espaço ‘nacional’”³³⁹. Na conjuntura brasileira dos governos petistas,

³³⁴ (MARTUSCELLI, 2014, p. 127);

³³⁵ (POULANTZAS, 1976, p. 36 e 37);

³³⁶ Ver Capítulo I;

³³⁷ (POULANTZAS, 1978, p. 77);

³³⁸ (BOITO JR., 2018);

³³⁹ (POULANTZAS, 1978, p. 80);

houve uma disputa entre burguesia interna brasileira e capital estrangeiro por mercados de outros países, especialmente do hemisfério sul, que se intensificou em razão da crescente internacionalização do seu capital.

E quais seriam, na outra “face” da moeda, aqueles determinantes da condição dependente da burguesia interna? Para Poulantzas, essa dependência se refere: a) ao processo tecnológico e à produtividade do trabalho – que poderíamos aqui considerar como a essência mesma dos processos de transferência de valor, sob diferentes formas, que operam na economia mundial³⁴⁰; b) à rede de subtratados com o capital estrangeiro e a burguesia integrada na qual a burguesia interna se vê enredada; c) à relação que se estabelece entre indústria leve e de bens de consumo, onde a burguesia interna se concentra com frequência, e a indústria pesada, dominada pelo capital estrangeiro – uma relação de transferência de valor como intercâmbio desigual que é a causa e resultado da industrialização inorgânica dependente.

Saes³⁴¹ indica duas formas de subordinação da burguesia interna ao capital estrangeiro. A primeira, em acordo com o que Poulantzas sobre os subtratados, relacionada à prestação de serviços pelo capital nativo de forma permanente ao capital estrangeiro instalado no país, como é o caso, por exemplo, de empresas que fornecem insumos a indústrias montadoras estrangeiras. A segunda, com a orientação predominante da burguesia interna para a exploração do mercado externo, embora alguns de seus ramos também possam ter participação relevante no mercado local. Essa orientação obedece à divisão internacional do trabalho baseada a especialização exportadora das economias dependentes³⁴², e é também reforçada por Poulantzas e outros autores poulantzianos como um traço importante da burguesia interna³⁴³.

Martuscelli, pautando o problema da dependência da burguesia interna, levanta uma hipótese da maior importância, referente à relação entre subordinação e multifuncionalidade do capital da burguesia interna nas formações econômico-sociais dependentes. O autor propõe que, de acordo com o movimento próprio da conjuntura, segmentos da burguesia interna cujo capital é multifuncional, ou seja, que possui investimento em duas ou mais atividades econômicas (geralmente ramos do grande capital),

podem se refugiar em zonas de menor tensão com o capital estrangeiro e com o imperialismo. Se a adesão a um planejamento industrial pautado numa perspectiva nacionalista, de defesa da soberania nacional, representar um risco para seus próprios negócios, essas classes dominantes vão buscar a zona de

³⁴⁰ Ver Capítulo I;

³⁴¹ (SAES, 2014);

³⁴² Ver Capítulo II;

³⁴³ (MARTUSCELLI, 2014); (FARIAS, 2009);

menor enfrentamento e tentar ganhar lucros extraordinários em atividades não necessariamente vinculadas à produção, garantindo assim a permanência da disjuntiva: produção de mercadorias de alto valor agregado (potências imperialistas) e de baixo valor agregado (países dependentes). (MARTUSCELLI, 2018, p. 69)

Na fase imperialista do capitalismo e particularmente na atual quadra do capitalismo financeirizado, na qual, conforme vimos, a multifuncionalidade do capital é um aspecto de grande relevância para a reprodução do capital, essa hipótese nos conduz a pensar sobre as relações que a burguesia interna estabelece com o capital financeiro internacional e suas implicações para a reprodução da dependência sob uma condição ainda mais subordinada aos interesses do imperialismo.

3.5 Bloco no poder e hegemonia política

Em Poulantzas, o bloco no poder é um conceito relacionado ao campo das práticas políticas das classes e frações de classe dominantes em uma formação econômico-social capitalista. Ele designa uma configuração particular da dominação política, referente a uma forma de Estado particular³⁴⁴, em que classes e frações de classe dominantes conformam uma unidade contraditória de forças sociais, sob a hegemonia política de uma das classes ou frações de classe que o constituem.

Os determinantes que explicam o fenômeno do bloco no poder são encontrados tanto na estrutura do Estado capitalista, quanto na configuração que assumem as classes e frações dominantes nas formações capitalistas. Em relação ao primeiro, tem-se que a característica distintiva do Estado capitalista de constituir-se como um Estado autonomizado do econômico e se apresentar ilusoriamente como o interesse geral do povo reflete-se em um jogo institucional particular, que permite às frações e classes dominantes uma “coexistência pacífica” no exercício da dominação política. Quanto às características distintivas das classes e frações nas formações capitalistas, Poulantzas aponta para as especificidades das relações de produção que possibilitam o surgimento de tipos específicos de fracionamentos de classe e de uma coexistência distintiva das classes dominantes: por exemplo, o fracionamento da burguesia em frações comercial, industrial e financeira decorrente da própria constituição do capital e a

³⁴⁴ As formas de Estado capitalista fazem referência às modificações que assume o Estado capitalista ao longo dos estágios do capitalismo em uma formação econômico-social (por exemplo, capitalismo privado, capitalismo monopolista, capitalismo monopolista de Estado, etc) de acordo com a relação estabelecida nesses estágios entre o político e o econômico, dentro de uma mesma invariante que é a matriz do modo de produção capitalista. Assim, para cada estágio do capitalismo, há uma forma de Estado particular e, no nível da luta de classes, uma configuração particular do bloco no poder (POULANTZAS, 2019, p. 148 a 153);

coexistência particular entre os grandes proprietários de renda fundiária e a burguesia. Esses elementos sustentam a existência de uma “pluralidade” das classes e frações dominantes e uma configuração do Estado que traduz essa pluralidade em poder político de um bloco de forças sociais³⁴⁵.

O aspecto de *unidade contraditória* do bloco no poder se explica pela sua relação com o Estado capitalista. A classe burguesa, devido ao seu fracionamento profundo desde as relações de produção e ao “efeito de isolamento” sobre as relações sociais econômicas que individualiza os “capitalistas privados”, possui uma incapacidade crônica de constituir uma unidade política “por conta própria”, por meio de seus próprios partidos e outros meios de organização, de modo que o Estado capitalista se torna um fator de unidade política fundamental do bloco no poder. Essa unidade, contudo, e precisamente devido às tendências antagonistas internas à burguesia, é construída em torno da hegemonia de uma classe ou fração de classe. O Estado é o fator de unidade política do bloco no poder sob a égide da classe ou fração hegemônica e o fator de organização dos interesses dessa classe ou fração. Assim é concebida a natureza da *hegemonia política no bloco no poder*, a qual, por sua vez, retroalimenta o caráter de unidade contraditória desse bloco, na medida em que

A classe ou fração hegemônica polariza os interesses contraditórios específicos das diversas classes ou frações do bloco no poder, ao constituir seus interesses econômicos em interesses políticos, representando o interesse geral comum das classes ou frações do bloco no poder: interesse geral que consiste na exploração econômica e na dominação política
(POULANTZAS, 2019, p. 245)

Saes³⁴⁶, em sua proposição acerca do entrecruzamento dos sistemas de fracionamento na realidade concreta da luta de classes³⁴⁷, faz a crítica a Poulantzas em torno da ausência, em sua obra, de uma elaboração teórica a respeito da formação de um sistema hegemônico de frações no bloco no poder. Poulantzas considera a existência de uma fração de classe “simples” – distinta das demais de acordo com um único critério de fracionamento (por exemplo, burguesia bancária *ou* grande burguesia *ou* burguesia integrada) – que detém a hegemonia política em determinada forma de Estado. Saes propõe que, na verdade, constituam-se “sistemas hegemônicos”, que resultam “da segmentação de interesses fracionados segundo diferentes critérios”³⁴⁸, dentro dos quais uma fração entrecruzada prevaleça.

O conceito de bloco no poder ganha toda sua importância para a análise política, enquanto instrumental teórico-metodológico, na medida em que sua caracterização de unidade

³⁴⁵ (POULANTZAS, 2019, p. 235 a 246);

³⁴⁶ (SAES, 2014);

³⁴⁷ Ver seção sobre as frações de classe;

³⁴⁸ (SAES, 2014, p. 118);

contraditória das frações e classes dominantes, da hegemonia política daí decorrente e de sua relação com as formas de Estado particulares são vistas à luz da combinação que essas variáveis podem assumir nas diferentes conjunturas. Sintetiza Poulantzas:

Podemos ver que a configuração típica, característica de um bloco no poder correspondente a uma forma de Estado em um estágio, depende da combinação concreta de três fatores importantes: 1) da classe ou fração que aí detém concretamente a hegemonia; 2) das classes ou frações que dele participam; 3) das formas de que se reveste essa hegemonia, em outras palavras, da natureza das contradições e das forças concretas do bloco no poder. Um deslocamento no índice de hegemonia do bloco de uma classe, ou fração, para uma outra, uma modificação de sua composição – saída ou entrada de uma classe ou fração -, um deslocamento da contradição principal da contradição de classes, entre o bloco no poder, de um lado, e as outras classes e frações, do outro, ou no interior do próprio bloco no poder, podem corresponder, segundo o efeito concreto de sua *combinação*, a uma transformação da forma de Estado.
(POULANTZAS, 2019, p. 248)

Contudo, essa configuração do bloco no poder, nos lembra ou autor, se dá em torno de limites estabelecidos pela forma de Estado específica a um estágio da formação econômico-social. Dentro desses limites, de fato, ocorrem variações relacionadas à conjuntura – “modificações do bloco no poder que, no entanto, não põem em causa sua configuração típica e a forma de Estado correspondente”³⁴⁹

4 AS RELAÇÕES POLÍTICAS DA GRANDE BURGUESIA INTERNA NO CAPITALISMO NEOLIBERAL BRASILEIRO

As relações políticas estabelecidas pela grande burguesia interna brasileira no período de 1980 a 2022, que corresponde à quadra em que se estabelecem a variante brasileira do atual padrão exportador de especialização produtiva e o Estado neoliberal, constituem o objeto do presente Capítulo.

O estudo das relações políticas de uma fração de classe (ou o extrato do grande capital dessa fração) por uma perspectiva de totalidade, conforme vimos, passa necessariamente pela análise, no nível da conjuntura, da relação entre a forma estatal, a política de Estado estabelecida e a configuração mutável de forças sociais. Com relação ao Estado neoliberal, pudemos já discorrer sobre seus principais determinantes no Capítulo II. Assim, nossa exposição no

³⁴⁹ (POULANTZAS, 2019, p. 248);

presente Capítulo é realizada com base na articulação de três conceitos-chave: política estatal; bloco no poder e frações de classe. Como veremos concretamente para o caso brasileiro das últimas décadas, as variações na política estatal correspondem a mudanças na posição relativa das frações de classe no bloco no poder que decorrem de conflitos tanto entre as frações da classe dominante quanto entre estas e as classes populares. É desse modo que se torna inteligível a movimentação política da grande burguesia interna.

Conforme observamos no início deste trabalho, nossa hipótese aponta para a existência, ao longo desse período, de uma movimentação política pendular da grande burguesia interna, ora aproximando-se do capital estrangeiro imperialista e da fração integrada da burguesia, ora movimentando-se em sentido oposto, fomentando relativa resistência à agenda política e econômica do capital estrangeiro e, a depender da correlação de forças, aproximando-se de politicamente de alguns segmentos das classes dominadas.

A investigação deste Capítulo foi realizada segundo um método constituído pelas seguintes etapas: 1ª) identificação das principais orientações dos posicionamentos e ações da grande burguesia interna em relação às agendas políticas e econômicas implementadas no capitalismo neoliberal, os períodos correspondentes às mesmas e os momentos de mudança de orientação política; 2ª) apreensão dos elementos mais importantes da política estatal implementada e da relação entre os mesmos e os interesses da grande burguesia interna; 3ª) apreensão da relação entre a política estatal implementada e as mudanças no bloco no poder ao longo das diferentes fases do capitalismo neoliberal. A exposição do Capítulo seguiu, em geral, o caminho oposto, partindo das determinações do bloco no poder e da política estatal e chegando às manifestações e ações de lideranças, organizações e representantes da grande burguesia interna na conjuntura.

Como fontes dessa pesquisa, recorreu-se, de forma majoritária, à pesquisa bibliográfica. Isso porque já há muitos livros, teses, dissertações e artigos dedicados à compreensão da movimentação das frações de classe na realidade brasileira, em sua maioria dedicados a períodos menores ao do nosso recorte temporal. Essas pesquisas, em geral, se debruçam sobre posicionamentos oficiais, declarações públicas, atuação de partidos políticos, conflitos entre autoridades de diferentes centros de poder do Estado, manifestações e protestos, entre outros acontecimentos para identificar como se movimenta a fração burguesa interna na conjuntura. Tais fatos são retirados, sobretudo, de artigos e documentos oficiais publicados por entidades empresariais e matérias na imprensa sobre ocorrências da cena política e da relação entre empresários e autoridades políticas. Quando não foi possível encontrar informações suficientes

nos estudos já realizados, recorreremos ao levantamento de informações diretamente de fontes como as citadas.

Esse capítulo é dividido em sete seções. Na primeira, fazemos apontamentos gerais sobre a questão do bloco no poder e da hegemonia política no Estado neoliberal, no intuito de oferecer o quadro geral dentro do qual serão expostas as variações na configuração do bloco no poder e na política estatal implementada. Da segunda seção até a sexta seção, realizamos a análise dos cinco momentos ou fases do capitalismo neoliberal em que se dividem em termos da orientação predominante da movimentação política da grande burguesia interna. Por fim, na sétima seção, elaboramos um quadro-síntese das relações políticas da grande burguesia interna, de modo a facilitar a compreensão de forma panorâmica das linhas mestras de sua movimentação política no decorrer das décadas estudadas.

4.1 Bloco no poder e hegemonia política no Estado neoliberal brasileiro

A adoção do conceito de bloco no poder como instrumental para analisar o processo político em um momento determinado exige, segundo Boito Jr., a execução de um procedimento metodológico em duas etapas: a) a detecção das frações da classe dominante “que agem como força social distinta numa dada conjuntura, isto é, os interesses econômicos setoriais burgueses que ensejam, diante da política de Estado, a formação de grupos diferenciados que perseguem, no processo político, objetivos próprios” e b) o esclarecimento de “quais interesses de fração são priorizados pela política econômica de Estado e quais são relegados a um plano secundário”, processo por meio do qual se identifica a fração, núcleo ou sistema hegemônico no bloco no poder³⁵⁰.

Nessa seção, propõe-se um mapeamento que oriente a exposição sobre o bloco no poder no Estado neoliberal, indicando as situações típicas do mesmo, ainda que a aproximação do olhar na conjuntura (conforme é feito ao longo do Capítulo) traga novas complexidades. Começando pela primeira etapa, pode-se afirmar que no período que cobre as últimas três décadas do Estado neoliberal brasileiro e do padrão exportador de especialização produtiva, estabeleceu-se uma dinâmica em que dois grandes conjuntos burgueses demarcaram sua ação nas práticas de classe, cujo elemento de distinção é sua posição no sistema econômico internacional: a grande burguesia integrada ou associada e a grande burguesia interna. A

³⁵⁰ (BOITO JR., 2018, p. 22 e 23). A ideia de “núcleo” ou “sistema” (mais de uma fração) hegemônico é indicação minha em acordo com o que foi colocado no Capítulo IV, não de Boito Jr., pois este autor mantém a concepção poulantziana original de fração individual hegemônica;

contradição intraburguesa desempenhou, em parte do período, o papel de contradição principal do processo político brasileiro, mas em outros momentos houve uma maior unificação entre os interesses burgueses contra os interesses das classes populares. Tais variações não negam duas dimensões fundamentais do Estado neoliberal que beneficiam ambas as frações burguesas: a restrição dos direitos sociais e trabalhistas das classes populares, que eleva as margens de lucro da burguesia como um todo, e a implementação de políticas que favorecem uma forte centralização do capital nas mãos do capital monopolista, em detrimento das pequenas e médias empresas. A grande burguesia monopolista, fracionada segundo seu lugar na economia internacional, compôs, por essa via, o bloco no poder do Estado neoliberal.

Ambas as frações - ou, mais precisamente, *conjuntos heteróclitos de frações* - estão atravessadas por relações de dependência com o capital estrangeiro, embora tal dependência se dê em graus e formas distintas. Por outro lado, não se constituíram como conjuntos fechados e imutáveis ao longo desse período. Passaram por mudanças em que determinados ramos somaram-se ou se retiraram do alinhamento à burguesia integrada ou à burguesia interna a depender dos determinantes próprios da conjuntura.

Não obstante, é possível delinear de forma mais ou menos precisa quais foram, ao longo das últimas décadas, os ramos e setores componentes da grande burguesia integrada e da grande burguesia interna no capitalismo neoliberal brasileiro. Vejamos.

A grande burguesia integrada inclui os capitalistas do setor financeiro (bancos, seguradoras, grandes empresas de consultoria e contabilidade), que são seu componente preponderante, os sócios nacionais de grupos multinacionais dos países imperialistas, os capitalistas dos ramos importadores e a grande imprensa³⁵¹. *Essa fração da burguesia se distingue por ser a fração de classe portadora do projeto político e econômico neoliberal em sua variante ortodoxa, tendo sido ela a impulsionadora, no processo político nacional, das reformas neoliberais da década de 1990 e da arquitetura macroeconômica ortodoxa estabelecida do final dessa década adiante.* Sua posição ideológica no contexto brasileiro é bem descrita por Saad-Filho e Moraes:

Ideologicamente, a burguesia internacionalizada está alinhada aos interesses do capital transnacional e às finanças globalizadas. Ela tende a rejeitar estratégias que priorizem a acumulação “nacional”, preferindo, em seu lugar, aquelas voltadas à acumulação transnacionalizada e financeirizada. Esse projeto tem como base o tripé de políticas macroeconômicas neoliberais, as privatizações e a liberalização do mercado; a redução do papel do Estado na

³⁵¹ (SAAD FILHO e MORAIS, 2018; BOITO JR., 2018);

alocação de recursos e na orientação do desenvolvimento; e a rejeição da redistribuição pelo Estado.
(SAAD FILHO e MORAIS, 2018, p. 194 e 195)

A grande burguesia integrada brasileira geralmente desenvolve sua ação política e ideológica por meio dos grandes veículos de comunicação - tendentes a promover de forma privilegiada as políticas neoliberais como “alternativa única”, marginalizando posições dissonantes e declarando imparcialidade diante da ausência de debate que eles mesmos produzem -, pelas indicações das agências internacionais de classificação de risco e posições institucionais como as do FMI, da OMC, de fóruns internacionais como o de Davos e dos próprios Estados imperialistas. Parte de sua ação também se desenvolve no interior da burocracia do Estado, de forma menos visível ao público, como em reuniões entre representantes do governo, da grande burguesia integrada e do capital estrangeiro, e, no que diz respeito ao setor financeiro, encontram-se vários profissionais oriundos da alta hierarquia desses grupos econômicos nos órgãos responsáveis pela gestão da política macroeconômica governamental. Também estão aptos a exercer sua influência sobre a política monetária por meio de mecanismos formais estabelecidos, tais quais as consultas ao setor bancário-financeiro utilizadas como base para a definição das metas de inflação. Desde meados da década de 1990 até 2016, essa fração também teve sua mais adequada representação partidária no Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), que promoveu no Congresso Nacional, durante o governo FHC, a aprovação das reformas neoliberais, e depois, no período petista, a oposição ao governo cujo conteúdo de classe foi a tentativa de frear o avanço da grande burguesia interna no bloco no poder³⁵².

A grande burguesia interna reúne grupos econômicos de capital predominantemente nacional de uma diversidade de ramos, notadamente da mineração, da siderurgia, da construção civil, de energia elétrica, do processamento de alimentos e conglomerados da indústria de transformação. O setor preponderante dessa fração de classe é o industrial, que teve movimentação política de destaque nas décadas de 1980 e 1990 na proposição de alternativas para a crise econômica e na negociação sobre a forma e o ritmo das reformas neoliberais, mas ela também inclui grandes grupos ligados ao agronegócio (os quais, em geral, ocupam uma fronteira tênue entre a agricultura e indústria representada pela agroindústria de exportação) e, em momentos pontuais, aglutinou até alguns grandes bancos nacionais³⁵³. Conforme veremos, *o elemento de distinção da ação política da grande burguesia interna no processo político*

³⁵² (BOITO JR., 2018);

³⁵³ (BOITO JR., 2018; BERRINGER, 2015; SAAD FILHO e MORAIS, 2018);

brasileiro foi o seu caráter vacilante em relação ao projeto neoliberal, apresentando, em determinadas conjunturas, resistências seletivas ao neoliberalismo, enquanto, em outros, se aproximou de uma unidade com a grande burguesia integrada em favor da política neoliberal. Seu momento de maior distinção em relação à grande burguesia integrada ocorreu no período petista, quando logrou ascender em sua posição no bloco no poder com a promoção de políticas de financiamento, compras governamentais, investimentos estatais em infraestrutura e promoção da internacionalização de grandes empresas nacionais que a beneficiaram diretamente e reduziram o poder relativo da burguesia integrada sobre as políticas de Estado. Entretanto, mesmo nesse período, a grande burguesia interna não confrontou abertamente a arquitetura macroeconômica neoliberal materializada no chamado “tripé macroeconômico”, o instrumento fundamental da manutenção do poder relativo da fração burguesa integrada e do capital financeiro internacional.

Entre os ramos e setores que integram a grande burguesia interna existem contradições resultantes da política estatal, as quais, por vezes, manifestaram-se na conjuntura, como entre a grande indústria e grandes bancos nacionais sobre o nível da taxa básica de juros e dos *spreads* bancários (aspecto que coloca as instituições financeiras como o elemento mais fortuito da burguesia interna, cabendo a elas uma maior identidade de interesses com a fração integrada) ou entre a grande indústria e o agronegócio sobre a abertura do mercado interno como contrapartida ao acesso a mercados estrangeiros para a exportação de bens primários.

A ação política da grande burguesia interna ocorre em grande medida por meio da representação em associações e federações sindicais em que se organizam seus ramos e setores, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), entre outras³⁵⁴ Também acontece pelos posicionamentos de figuras públicas importantes do empresariado em fóruns e debates de grande publicidade. Existem ou existiram em alguns momentos das últimas décadas espaços institucionais estatais para a participação dos capitalistas dessa fração na formulação de políticas, tais quais as câmaras setoriais e o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, o chamado “Conselhão”, mas também não faltaram reuniões informais entre representantes burgueses e governamentais. Empresários da grande burguesia interna e intelectuais ligados a seus interesses ocupam cargos do alto escalão do Estado neoliberal, embora em ministérios, autarquias e empresas públicas em geral

³⁵⁴ (BOITO JR., 2018);

politicamente menos importantes que os da grande burguesia integrada. Quanto à representação partidária, a grande burguesia interna não teve nessa quadra histórica um partido próprio. Durante o processo constituinte da segunda metade da década de 1980³⁵⁵ e nos primeiros anos da década de 1990³⁵⁶, ela teve seus interesses representados na cena política de forma difusa por parlamentares espalhados em diversos partidos, com alguma concentração no PMDB e no PSDB. Na virada da década de 1990 para a década de 2000, o PT “converteu-se, de modo empírico e marcado pelas circunstâncias, no criador e no instrumento partidário” da política promovida pela grande burguesia interna, embora organizações e militantes do operariado urbano e a baixa classe média, que haviam fundado e construído o partido, continuassem com forte incidência nele, sem o *status* de força dirigente³⁵⁷.

No Estado dependente neoliberal brasileiro, quem detém a hegemonia política no bloco no poder é o núcleo formado pela grande burguesia integrada, em especial, o setor bancário-financeiro. O exercício dessa hegemonia sofreu fissuras e chegou em certo momento a ser posto em xeque na conjuntura que se abre entre o fim dos anos 2000 e início dos anos 2010, mas se recuperou e não chegou a ser efetivamente substituído em nenhum momento pela hegemonia no bloco no poder de outra classe ou fração. Como veremos adiante, essa avaliação não é consensual na literatura. Defendemos que é este o núcleo hegemônico no bloco no poder, durante o período que se inicia a partir da década e 1990 (mesmo assumindo as mudanças de poder relativo entre as frações dominantes) com base nos seguintes argumentos:

a) O Estado neoliberal brasileiro, durante todo o período, manteve a especificidade de sua relação com as relações econômicas e políticas de classe que remete à hegemonia política da grande burguesia integrada no bloco no poder. Do ponto de vista das relações econômicas, ele orientou-se à promoção da reprodução do capital característica do PEEP brasileiro, voltada à acumulação de capital fictício e à inserção regressiva no mercado mundial, *priorizando*, em suas políticas, a conversão do eixo de acumulação da economia para formas fictícias de reprodução do capital que favoreceram o setor bancário-financeiro nacional e internacional e monopólios industriais estrangeiros financeirizados. Nos governos neoliberais ortodoxos (Collor, FHC, Temer e Bolsonaro), foram implementadas reformas para a abertura comercial e desregulamentação financeira, privatizações e políticas macroeconômicas conservadoras, as quais, em conjunto, favoreceram a inserção da economia brasileira inicial e seu aprofundamento na divisão internacional do trabalho pela via da abertura à concorrência de produtos

³⁵⁵ (SANTANA, 2019);

³⁵⁶ (MARTUSCELLI, 2015);

³⁵⁷ (BOITO JR., 2018, p. 109);

manufaturados importados, da desnacionalização da economia e da acumulação sob dominância financeira³⁵⁸. Nos governos neoliberais desenvolvimentistas (período petista), manteve-se a arquitetura macroeconômica organizada no governo anterior que favorecia a acumulação fictícia, o “vazamento de demanda” de produtos industrializados pela sobrevalorização cambial e pela abertura comercial e a desindustrialização da economia. As políticas de fomento e proteção a determinados ramos industriais e ao agronegócio, embora tenham sido claros indicadores da ascensão política da grande burguesia interna no bloco no poder e da intensificação do conflito com interesses importantes da grande burguesia integrada, estiveram limitadas pelas restrições impostas pela institucionalidade macroeconômica neoliberal³⁵⁹, a qual atendia diretamente aos interesses da fração integrada da burguesia e ao capital estrangeiro.

Do ponto de vista das relações políticas de classe, cabe apontar que o reforço do caráter subsoberano do Estado neoliberal brasileiro acontece com o estabelecimento de uma institucionalidade que restringe ainda mais sua autonomia diante do capital financeiro internacional. Para a compreensão desse processo, é valioso o conceito de *poder estrutural do capital financeiro* a que recorre o economista Pedro Paulo Zaluth Bastos³⁶⁰. O autor indica como as condições institucionais de livre mobilidade de capitais oferecidas pelo Estado brasileiro garantem um enorme *poder de veto* ao capital financeiro internacional sempre que este se vê diante de uma mudança desfavorável na luta ideológica e na correlação de forças no bloco no poder. Tamanho poder decorre da ameaça de saídas de capitais e de ataques especulativos que permitem ao capital financeiro internacional disciplinar a política econômica doméstica de acordo com seus interesses. O poder estrutural não se confunde com a hegemonia política, pois ele pode se impor inclusive em momentos de crise do exercício dela. Contudo, é por meio dele que o capital financeiro é capaz de realizar uma ação contra-hegemônica, “vetando a possibilidade de uma nova hegemonia instituir-se, com efeitos sobre a gestão da política macroeconômica”³⁶¹. Bastos menciona o chamado “tripé macroeconômico”, estabelecido como resposta à crise cambial de 1999, como a forma institucional brasileira que viabilizou o poder estrutural do capital financeiro.

Por outro lado, o poder estrutural do capital financeiro requer um processo de insulamento das decisões de política econômica no Estado neoliberal de incidências que as

³⁵⁸ (PAULANI, 2008);

³⁵⁹ (BASTOS, 2017a);

³⁶⁰ (BASTOS, 2017a);

³⁶¹ (BASTOS, 2017a, p. 9);

classes populares possam ter sobre a mesma pela via dos mecanismos institucionais democráticos, significando, nessa dimensão, uma agudização da exclusão política das classes dominadas. Esse insulamento é a contraface da influência direta que algumas frações da burguesia, sobretudo a burguesia bancário-financeira, assumem sobre a política econômica. Durante a década de 1990, um instrumento utilizado nesse sentido foi a implementação das reformas neoliberais pela edição maciça de medidas provisórias (MPs) pelo Poder Executivo, as quais entram em vigor imediatamente, sem necessidade de apreciação do parlamento. Uma das maiores expressões desse processo é a autonomia operacional que adquiriu o Banco Central em relação ao governo para as definições de política monetária. Embora, até 2021, esta “autonomia” não estivesse estabelecida por lei, na prática, na quase totalidade do período em que esteve vigente o “tripé macroeconômico”, ela foi obtida pela estreita ligação que se estabeleceu entre o Banco Central e o capital financeiro, entre outras medidas, pela indicação de membros do Conselho de Política Monetária (COPOM) e do Presidente do Banco Central com trajetória profissional fortemente vinculada a instituições financeiras, os quais definiam as taxas básicas de juros sob o pretenso objetivo de controle dos preços no patamar das metas inflacionárias de forma conflituosa com as necessidades de investimento produtivo e geração de emprego estabelecidas em outros ramos do aparelho de Estado pelo governo eleito pelo voto popular. Como sintetiza Bastos,

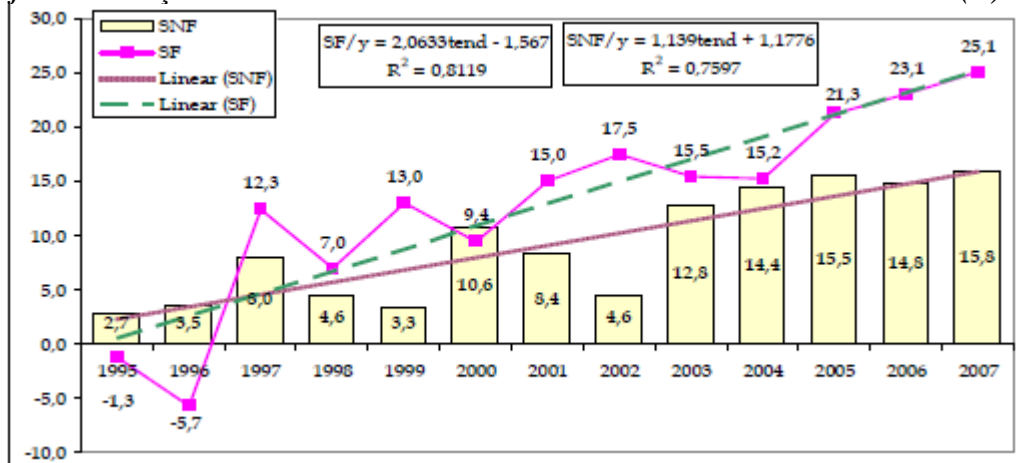
O poder das urnas é subordinado ao liberalismo autoritário, ao pensamento único dos economistas dos bancos consultados no boletim *Focus*, do Banco Central (BCB), e nas reuniões frequentes com o BCB, por cujas portas giratórias circulam inclusive para a ocupação de cargos de direção. A defensiva em que se colocam políticos e instituições do Estado com o mandato democrático de ampliar os níveis de investimento e emprego é reforçada quando a inflação e a dívida pública oscilam para cima, mesmo sem resultar em qualquer excesso de gasto público e sim de choques de alimentos, energia, de câmbio ou da própria taxa de juros.

(BASTOS, 2017, p. 78)

b) Como resultado, entre outros determinantes, das políticas aplicadas, o setor bancário-financeiro, mais importante fração da grande burguesia integrada, obteve elevada rentabilidade no período correspondente ao Estado neoliberal, com taxas de lucro superiores à do setor não-financeiro na grande maioria dos anos. Nos Gráficos 6 e 7, observa-se a evolução das taxas de lucro entre 1995-2007 e 2010-2021. Para o período 2007-2010, Pinto *et. al.*³⁶² indicam que a taxa de lucro do setor bancário-financeiro manteve uma média anual de 20,7%, enquanto as 500 maiores empresas não-bancárias tiveram uma média de 10,1%.

³⁶² (PINTO, PINTO, *et al.*, 2019);

Gráfico 6 - Evolução da Taxa de Lucro do Setor Financeiro e Não-Financeiro 1995-2007 (%)



Legenda: SNF: Setor Não-financeiro; SF: Setor Financeiro. Fonte: (PINTO, 2010)

Gráfico 7 - Taxa de lucro (Lucro líquido / Patrimônio líquido: 240 maiores empresas financeiras e não-financeiras por receita de vendas de capital aberto)



Fonte: (PINTO, 2022)

Gráfico 8 - Evolução da taxa de lucro da Indústria de Commodities e Setor Financeiro



Fonte: (PINTO e TEIXEIRA, 2012)

No Gráfico 8, observa-se o comparativo entre as taxas de lucro do setor financeiro e da indústria de commodities entre 1995 e 2007. Esta última é um ramo de grande relevância entre aqueles que compõem a grande burguesia interna. Como se vê, ela manteve uma tendência geral de rentabilidade ascendente no período, assim como o setor bancário-financeiro. Em parte, entendemos que isso se deveu às políticas neodesenvolvimentistas de financiamento, incentivo

às exportações e internacionalização de grandes empresas. Contudo, como pontuam Pinto e Teixeira³⁶³, a dinâmica internacional exerceu forte influência sobre as taxas de lucro das *commodities*, enquanto as políticas estatais tiveram orientações com sinais trocados. Isso fica evidente quando se observa que a manutenção da arquitetura macroeconômica sob juros elevados, que valorizaram o câmbio, impactou negativamente os ganhos dos setores exportadores. Em contrapartida, as variações das taxas de lucro do setor financeiro apresentaram uma correlação direta com a política estatal, na medida em que as receitas do sistema bancário-financeiro provieram em grande proporção da remuneração sobre títulos da dívida pública interna, positivamente correlacionados com a taxa Selic.

Na medida em que as elevadas taxas de lucro do setor bancário-financeiro são decorrentes, em grande parte, da orientação da política estatal aplicada – mais do que no caso de outros ramos e setores, expressando seu poder político relativo - e na medida em que são estas as maiores taxas de lucro setoriais da economia – expressão do seu poder econômico - elas se configuram em um indicador relevante de uma posição hegemônica no bloco no poder.

c) A hegemonia da grande burguesia integrada também pode ser observada pelo papel que assume o Banco Central como um dos principais *centros de poder*³⁶⁴ do Estado neoliberal. A autonomia operacional (*de jure* ou *de facto*) garantida a esta instituição e a sua condução tendencialmente conservadora na política monetária e bancária, como foi o caso em praticamente todo o período iniciado na década de 1990, significam, do ponto de vista do poder de classe, uma *ampliação da capacidade de realização dos interesses do setor bancário-financeiro e de outros ramos beneficiários da política macroeconômica neoliberal* (como multinacionais favorecidas pela desregulamentação financeira e ramos importadores que lucram sobre os efeitos cambiais dos aumentos das taxas de juros) *em detrimento dos interesses de outras classes e frações de classe* – ou seja, uma ampliação do seu poder político relativo.

Em especial, as taxas básicas de juros, definidas por diretores e Presidente do Banco Central com estreitas relações com os circuitos financistas, constituem-se em uma variável-síntese para a expressão da hegemonia da grande burguesia integrada, pois remetem

³⁶³ (PINTO e TEIXEIRA, 2012);

³⁶⁴ O conceito de centro de poder tem base na concepção de Poulantzas sobre a organização do poder de classe nas instituições estatais específicas (POULANTZAS, 2019, p. 115 e 116). Sustentada sobre essa concepção, uma excelente definição dos centros de poder é dada por Pinto et. al: São eles “os aparelhos/órgãos/instâncias que concentram a capacidade de decidir (“poder efetivo”) [...] o locus institucional onde as decisões fundamentais são efetivamente tomadas, inclusive sem nenhuma subordinação hierárquica a outra agência burocrática do sistema estatal. Esses centros de poder do sistema estatal podem se modificar ao longo do tempo, bem como podem assumir uma maior ou menor autonomia relativa perante algumas frações das classes dominantes, numa dada conjuntura histórica, pois o seu poder não emana do fato de possuir uma força própria distinta do poder de classe (ao estilo weberiano), mas sim da sua relação no âmbito da luta de classes e de sua capacidade de decidir (PINTO, PINTO, et al., 2019, p. 111);

diretamente a) ao seu poder político, ao denotarem um instrumento preferencial para a realização dos seus interesses, b) ao seu poder econômico, ao incidirem diretamente sobre as taxas de lucro dos detentores de títulos da dívida pública e indiretamente sobre aqueles favorecidos pelos efeitos cambiais do aumento dos juros; c) ao seu poder ideológico, pela centralidade que possuem dentro do discurso que advoga pelo combate à inflação a qualquer custo e pela defesa dos juros elevados como único instrumento para tanto, discurso em que conta com a grande imprensa como mais importante aliado.

4.2 Década de 1980: transição ao padrão exportador de especialização produtiva e ao Estado neoliberal e o abandono das aspirações desenvolvimentistas da grande burguesia interna

A década de 1980 foi marcada pela crise da dívida externa latino-americana e suas consequências políticas, econômicas, sociais e ideológicas às formações econômico-sociais da região. Do ponto de vista do caráter das relações estabelecidas no sistema mundial, esse foi um período de intensificação das pressões imperialistas sobre os países latino-americanos com a realização de drásticas transferências de valor pela forma do serviço da dívida e dos mecanismos exigidos como condições à renegociação das dívidas nacionais feitas em dólares, cuja imposição e controle ficaram a cargo do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM), instituições internacionais dirigidas pelas potências imperialistas.

Do ponto de vista do padrão de reprodução do capital e da forma de Estado, denotou um intervalo de transição entre o antigo padrão industrial integrado ao capital estrangeiro, cuja superestrutura política era o Estado desenvolvimentista dependente, para o padrão exportador de especialização produtiva e o Estado neoliberal, a qual seria concluída, no caso do Brasil, nos primeiros anos da década de 1990. Sob prisma da análise das classes sociais, foi também o período em que se inicia a conversão ideológica - contraditória e não linear - das classes dominantes latino-americanas ao programa neoliberal. No caso brasileiro, essa conversão político-ideológica se deu de forma lenta e gradual, prevalecendo, nesse período, o abandono de aspirações desenvolvimentistas que então sustentavam alguns segmentos da burguesia e a afirmação de postulados neoliberais sem que se formasse explicitamente um consenso burguês sobre quais seriam as ações e medidas concretas, sua forma e seu ritmo, a serem tomadas no escopo de uma nova forma de Estado.

Dado que ainda não se configurara as mudanças estruturais que distinguem o Estado neoliberal brasileiro, o neoliberalismo ampliou seu poder na sociedade brasileira na década de 1980 ainda enquanto *ideologia* – sua forma estatal e suas políticas características viriam depois, *justificadas* por sua forma ideológica. Em relação a esta última, pode-se dizer que sua força se encontra

no modo contraditório como logra articular a doutrina neoliberal (ideologia teórica), que “exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa empresarial, rejeitando, de modo agressivo, porém genérico e vago, a intervenção do Estado na economia” (Boito Jr. *apud* Martuscelli, 2015, p. 31), e a prática neoliberal (ideologia prática), que abrange um conjunto de ações práticas que visam garantir sobretudo os interesses de classe dos monopólios, da especulação financeira e do imperialismo. (MARTUSCELLI, 2015, p. 31)

A conversão ideológica da burguesia brasileira articulou o discurso doutrinário e prático do neoliberalismo com a prevalência, em um primeiro momento, dos aspectos mais abstratos da doutrina neoliberal, o que traduzia o desacordo inicial entre as frações burguesas quanto aos desdobramentos práticos dessa doutrina. Por outro lado, é importante ressaltar que esse processo não se resumiu ao “andar de cima” da sociedade brasileira. Também parte da classe trabalhadora e dos segmentos médios foi atraída ideologicamente para o neoliberalismo, mas isso ocorreria com maior força no início da década de 1990. Particularmente, tal atração se deu pelo discurso do combate ao “Estado parasitário, cartorial e empreguista”, que denuncia a alocação de recursos do povo pelo sistema tributário para a manutenção de uma casta de burocratas e políticos e associa a solução desse problema à redução da intervenção do Estado na vida econômica e social³⁶⁵, sob a premissa da neutralidade e maior eficiência do “mercado” na alocação de recursos e no reconhecimento do mérito individual.

4.2.1 Da crise da dívida à falência do Plano Cruzado e a dissociação da burguesia brasileira do desenvolvimentismo

A chamada “década perdida” brasileira contou com a mudança do regime político, em um processo de gradual abertura política iniciada ainda no governo de Ernesto Geisel (1974-1979), que transcorre com o governo de João Batista Figueiredo (1979-1985), na ditadura militar, a eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral e o governo de José Sarney (1985-1990) e culmina com a elaboração de uma nova constituição que denotaria um novo pacto político no país, a Nova República. Trata-se de um momento de intensificação da luta de classes

³⁶⁵ (MARTUSCELLI, 2015);

no Brasil, com a reorganização e ascensão das lutas da classe trabalhadora e também o aumento do grau de organização da burguesia e a busca por maior incidência na cena política. Essa correlação de forças, inserida na conjuntura dos graves constrangimentos econômicos externos, traria contradições importantes para a consolidação do neoliberalismo no país, ao mesmo tempo em que explicaria em boa medida as movimentações gradativas das frações burguesas – especialmente da grande burguesia interna – em favor da política neoliberal.

É necessário mencionar alguns antecedentes para entender a crise da dívida externa no caso brasileiro. Com a primeira crise do petróleo, em 1973, a economia brasileira encerraria o período de crescimento anterior apelidado apologeticamente de “milagre econômico”³⁶⁶, dado o alto grau de dependência na importação do produto³⁶⁷ e os limites que já se apresentavam na baixa capacidade ociosa da indústria e na fragilidade das instituições financeiras privadas. Temendo a instabilidade política que o fim do crescimento acelerado poderia causar ao regime militar, o governo Geisel lançou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1979), que propugnava a manutenção de uma estratégia de crescimento com base em empréstimos externos, cuja liquidez estaria garantida pela reciclagem de petrodólares das economias da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) que se destinavam aos países dependentes³⁶⁸. Esse Plano propunha uma série de megaprojetos de infraestrutura e desenvolvimento de indústrias de alta tecnologia conduzidos por empresas estatais em associação com capitais nacionais e estrangeiros. Devido às condições desfavoráveis para o financiamento privado, o governo teve que financiar o II PND diretamente, via impostos ou empréstimos requisitados pelas empresas estatais³⁶⁹.

Essa política equilibrava-se de forma precária pela facilidade de acesso ao crédito externo em uma conjuntura de taxas de juros excepcionalmente baixas durante a década de 1970. Isso seria posto abaixo com o forte aumento das taxas de juros internacionais em 1979 em decorrência do choque Volcker, nos Estados Unidos³⁷⁰. A segunda crise do petróleo entre

³⁶⁶ Entre 1968 e 1973, as taxas de crescimento do PIB brasileiro excederam os 10% ao ano, com a adoção de uma estratégia expansionista pelo regime militar centrada na expansão do consumo de bens duráveis por meio do crédito acessível a segmentos médios da população, subsídios às exportações e no investimento público em energia e infraestrutura com financiamento externo (SAAD FILHO e MORAIS, 2018, p. 49) A contraparte dessa estratégia foi a estagnação dos salários e do mercado de massas, necessários à manutenção das taxas de lucro e da taxa de investimento. O “milagre”, portanto, não era uma dádiva acessível à classe trabalhadora brasileira;

³⁶⁷ O Brasil importava à época quase 80% do seu petróleo. O déficit na balança comercial aumentou de US\$ 1,7 bilhão para US\$ 7,2 bilhões em apenas um ano (SAAD FILHO e MORAIS, 2018, p. 52);

³⁶⁸ (SANTANA, 2019);

³⁶⁹ (SAAD FILHO e MORAIS, 2018);

³⁷⁰ A dívida externa do Brasil passou de US\$ 10 bilhões, em 1972, para US\$ 26 bilhões em 1976. Em 1982, esse montante alcançava US\$ 70 bilhões, chegando a US\$100 bilhões em 1986 (SAAD FILHO e MORAIS, 2018);

1979 e 1980 traria ainda grave impacto para a balança comercial brasileira e para a inflação³⁷¹. No final de 1980 e ao longo de 1981, o governo resolveu adotar uma série de medidas ortodoxas visando reduzir a necessidade de divisas internacionais, como contração salarial, controle dos gastos públicos e enxugamento da liquidez real e do crédito, antecipando por esse meio as políticas do FMI, mas sem contar com os empréstimos do organismo. Tais medidas intensificaram a recessão, com o Brasil experimentando uma contração do PIB pela primeira vez desde 1930³⁷².

Em 1982, com a moratória da dívida externa do México e a paralisação do mercado global de crédito, a crise da dívida chega ao Brasil, em uma situação de reservas internacionais esgotadas e com o peso do endividamento em moeda estrangeira levando grandes empresas públicas à bancarrota³⁷³. Em janeiro do ano seguinte, o governo Figueiredo enviou a primeira carta de intenções ao Fundo Monetário Internacional (FMI) em um total de nove que seriam enviadas à instituição entre aquele ano e 1991. Essas cartas visavam a obtenção de empréstimos para saldar as contas do balanço de pagamentos e o reembolso de dívidas. Como contrapartida, o FMI exigia o cumprimento de metas de “ajuste” por meio de políticas de desvalorização cambial, desindexação salarial, redução de gastos públicos, aumento de impostos e elevação das taxas de juros cujo objetivo era supostamente sanar o déficit público e reduzir a inflação. Na quadra de forte elevação dos preços, tais metas não foram cumpridas. Na prática, como coloca Martuscelli³⁷⁴, as cartas ao FMI cumpriam mais um papel de prestação de contas das políticas adotadas pelo governo brasileiro. A maioria das cadeiras dessa instituição era ocupada pelas potências imperialistas, funcionando por esse meio como o instrumento para pressões pela adoção de reformas neoliberais.

Do ponto de vista econômico, a “década perdida” de 1980 foi marcada pelo reduzido crescimento econômico, pela hiperinflação e a redução do poder de compra dos salários. Também se caracterizou pela queda da taxa de investimento, o recuo do investimento estrangeiro direto e o corte de investimentos públicos e em gastos sociais em face às isenções e subsídios a ramos exportadores e à escalada da dívida externa e também da dívida pública interna, na medida em que o governo adotou a “troca” de passivos externos das empresas

³⁷¹ A inflação subiu de 20% ao ano em 1972 para mais de 40% em 1976 (SAAD FILHO e MORAIS, 2018, p. 54). Em 1980, atingiu cerca 100% ao ano. Dez anos depois em forte escalada, em 1990, alcançou o índice de 1620% ao ano (SANTANA, 2019, p. 179);

³⁷² (BIANCHI, 2010; SAAD FILHO e MORAIS, 2018);

³⁷³ (SAAD FILHO e MORAIS, 2018);

³⁷⁴ (2015);

privadas por endividamento público em moeda nacional na tentativa de sanar o sistema financeiro e salvar grande empresas nacionais.

Em relação à orientação da política externa na década de 1980, Berringer traça uma linha de continuidade com aquela que havia prevalecido em décadas anteriores, até mesmo durante o regime militar, em que o governo brasileiro manteve discordâncias em relação aos Estados Unidos – em especial, quanto à negação de tratados discriminatórios referentes ao acesso a tecnologias - e se orientou pela diversificação de alianças e parceiros. Nos anos 1980, o principal elemento de conflito com os EUA era a dívida externa. Nesse contexto, o Estado brasileiro buscou a renegociação da dívida dos Estados dependentes através da atuação no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e na constituição do Grupo de Contadora, formado por países latino-americanos. Conforme a autora,

Durante a década de 1980, tanto Figueiredo como Sarney teriam persistido na aliança com os Estados dependentes, sobretudo na atuação de combate à tentativa de liberalização dos serviços no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e a luta pela renegociação da dívida externa. No entanto, segundo Casarões, os Estados Unidos passaram a exercer enorme pressão sobre o Estado brasileiro para que adotasse o neoliberalismo. As pressões foram, segundo o autor, conduzindo a maior aceitação da burguesia e da diplomacia brasileira à revisão das suas posturas.
(BERRINGER, 2015, p. 98)

Vejamos mais de perto como se daria, progressivamente, essa inflexão burguesa. Alvaro Bianchi descreve o movimento de aproximação inicial e distanciamento da burguesia industrial em relação ao governo Figueiredo, no início da década, na medida em que a recessão avançava. A maior parte dessa fração burguesa avaliava positivamente o governo em seus primeiros anos e havia recebido com entusiasmo a nomeação, em agosto de 1979, de Delfim Netto – de perfil desenvolvimentista - como ministro-chefe da Secretaria do Planejamento. No ano seguinte, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) lançou um documento intitulado “O emprego deve ser prioridade”, em que atribuía o impacto da crise da economia brasileira à crescente internacionalização promovida pelo comércio e pelos fluxos de capital financeiro, criticava as empresas multinacionais e o sistema financeiro, defendia uma política de pleno emprego, incentivo às exportações e substituição de importações e se opunha a um acordo com o FMI, alegando que o organismo “não se teria mostrado suscetível a levar em conta nas suas diretrizes as especificidades das economias em desenvolvimento, ‘não podendo a nação brasileira submeter-se à ortodoxia econômica que interessa apenas aos países altamente industrializados’ (Fiesp *apud* Bianchi, 2010, p. 149)”³⁷⁵

³⁷⁵ (BIANCHI, 2010, p. 149);

Contudo, o avanço da crise com a escalada da inflação e da dívida externa levaria a uma “dissociação” entre a burguesia industrial e o governo, sobretudo depois do recurso ao FMI. O empresariado se aproximaria dos chamados “economistas de oposição”³⁷⁶, um grupo de economistas³⁷⁷ que advogavam pelo rompimento com a política do FMI e pela “recuperação de instrumentos de controle sobre a economia internacional pela retomada do crescimento”³⁷⁸. Essa aproximação foi articulada pelo professor da Universidade Estadual de Campinas Luiz Gonzaga Belluzo, que era membro do Conselho Superior de Economia da Fiesp. Esses intelectuais reuniam-se em defesa de um eixo desenvolvimentista, que reservava ao Estado o papel de planejamento e/ou de investimentos estratégicos, mas que buscava se apresentar como diferente do desenvolvimentismo da ditadura militar. Contudo, era comum ao grupo uma indefinição quanto a um “modelo alternativo” de política de Estado frente àquela que criticavam, o que expressava o “eclipsamento do debate sobre a política industrial e de desenvolvimento em meio à gravidade da recessão”³⁷⁹. Em 1983, um conjunto de “ilustres” burgueses – Abílio Diniz, Antônio Ermírio de Moraes, Jorge Gerdau Johannpeter, entre outros - assinaria um documento, conhecido como *Documento dos Doze*, que estabelecia as bases programáticas da sua aliança com os “economistas de oposição”, propondo medidas como a reforma do sistema financeiro, subordinando-o ao financiamento do desenvolvimento o controle público de empresas estatais estratégicas e não deficitárias, uma política industrial voltada aos ramos capazes de irradiar novas tecnologias e uma política de investimentos públicos voltada à maximização da geração de empregos.

Como se nota, nos primeiros anos da década de 1980 parte expressiva da grande burguesia interna brasileira ainda estava distante da adesão ao neoliberalismo, mesmo com o afastamento do governo Figueiredo. Propunham então uma espécie de reformulação da política desenvolvimentista, que contasse com maior participação do setor privado. Por outro lado, a defesa da alternativa neoliberal era compartilhada por lideranças vinculadas à agroexportação

³⁷⁶ Como coloca Bianchi, “as alianças do empresariado com os economistas sempre foram vitais para a constituição do projeto burguês. É por meio desses intelectuais orgânicos do capital que o empresariado tradicionalmente configurou suas estratégias e seus programas intervindo no debate econômico. Desde o famoso debate entre Eugenio Gudín e Roberto Simonsen, esse tem sido o modo de procedimento das diferentes frações da burguesia brasileira” (BIANCHI, 2010, p. 170);

³⁷⁷ Esse grupo se reuniu em seminários realizados pelo Fórum Gazeta Mercantil ao longo de 1983, que resultou no livro intitulado *Brasil x FMI: a armadilha da recessão*. A obra tem introdução assinada por João Manuel Cardoso de Mello e Luiz Gonzaga Belluzo e reúne contribuições de André Lara Resende, Dércio Garcia Munhoz, Luciano Coutinho, Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Malan, Carlos Lessa, Edmar Bacha, Paulo Rabello de Castro, Rogério Furquim Werneck, Adroaldo Moura da Silva, Cláudio Salim, José Maria Camargo, Luz Aranha Corrêa do Lago, Paulo Renato Souza e Roberto Macedo (BIANCHI, 2010, p. 170);

³⁷⁸ (Mello e Belluzo *apud* Bianchi, 2010, p. 170);

³⁷⁹ (BIANCHI, 2010, p. 171);

e a ramos comerciais e financeiros, e contava com intelectuais próprios, vários com passagem pelos governos militares. Data de 1983 a criação dos institutos liberais, *think tanks* do neoliberalismo, cujos membros e financiadores eram em sua maioria empresários. Contudo, entre os industriais, o neoliberalismo era ainda bastante minoritário.

Os então “economistas de oposição” passariam a ocupar posições-chave na condução da política econômica com a vitória de Tancredo Neves no colégio eleitoral e o governo Sarney, abrindo maiores condições para a viabilização do projeto então defendido pela burguesia interna. Mais precisamente, isso se deu em agosto de 1985 com a saída do ministro Francisco Dornelles do ministério da Fazenda – o qual defendia diretrizes econômicas baseadas em pressupostos ortodoxos, tais quais políticas de estabilização baseadas na contenção da demanda e o combate ao déficit público por meio do corte de gastos, fazendo algumas concessões à heterodoxia, como o controle de preços e o congelamento de tarifas.

A nomeação do ex-diretor da Fiesp e empresário do ramo de brinquedos Dílson Funaro no lugar de Dornelles foi recebida com apoio dos industriais. O presidente dessa Federação, Vidigal Filho, por exemplo, elogiou a nomeação afirmando que Sarney buscava “dar mais unidade a seu corpo de colaboradores”. Em 1986, com Funaro à frente do Ministério da Fazenda, o governo anunciaria o pacote econômico do Plano Cruzado, um choque heterodoxo que criou uma nova moeda, o cruzado, equivalente a mil cruzeiros, e congelou os preços, os salários e a taxa de câmbio visando combater a inflação sem reduzir a taxa de crescimento econômico. Inicialmente, a iniciativa trouxe uma sensação de aumento do poder de compra na população, devido às restrições nos reajustes de preços, e estimulou o consumo com a redução dos juros sobre as poupanças. Contudo, a proposta de estabilização da inflação logo fracassaria³⁸⁰.

As reações da burguesia ao plano se dividiram. O apoio imediato concentrou-se majoritariamente na burguesia industrial de São Paulo e do Rio de Janeiro, dado pelas federações industriais desses estados, enquanto lideranças da burguesia comercial e bancária fizeram críticas ao que consideravam uma afronta à economia de mercado que implicava no aumento da intervenção estatal e a regulamentação do setor financeiro. Importante mencionar que além do objetivo econômico, também havia no plano o objetivo político de eleger uma maioria absoluta de candidatos comprometidos com os interesses do grande capital para o Congresso Constituinte (senadores e deputados federais responsáveis por elaborar a Constituição de 1988), visando cercear a atuação das forças populares na elaboração da nova

³⁸⁰ (SAAD FILHO e MORAIS, 2018);

carta magna. Sob esse aspecto, o plano foi bem-sucedido, com o PMDB - partido do presidente da República que fazia a representação de um amplo leque de interesses da burguesia - conquistando maioria absoluta nas eleições legislativas e elegendo todos os governadores do país³⁸¹. Vale mencionar, nesse sentido, a significativa presença de políticos empresários na Constituinte, alcançando a marca de 23,43% dos postos legislativos³⁸²

Logo após as eleições, o governo lançou o Plano Cruzado II, nova reforma que reajustava os preços das tarifas públicas e de automóveis, combustíveis, cigarros, bebidas alcoólicas, açúcar, leite e derivados, aumentava a carga tributária, estabelecia incentivos fiscais para poupadores e retornava a uma política de minidesvalorizações cambiais. As medidas causaram impactos imediatos na elevação da inflação, e em poucos meses era evidente que a nova tentativa não conseguiria cumprir seus objetivos econômicos.

Amplios segmentos da burguesia brasileira se afastaram do governo e passariam a propor uma mudança de política. Em janeiro de 1987, lideranças de entidades empresariais da indústria, do comércio, da agricultura, dos bancos e do mercado financeiro enviaram a José Sarney uma carta³⁸³ em que lembravam do apoio dado pelo “setor produtivo” ao Plano Cruzado, mas que percebiam a necessidade de “um novo ordenamento do Programa de Estabilização Econômica, substituindo o regime de economia dirigida pelo da economia de mercado, a vontade burocrática pelo sistema de livre competição e da eficácia”³⁸⁴. O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Albano Franco, também propunha um “novo e sério Programa de Recuperação Econômica”³⁸⁵. Em abril daquele ano, Dílson Funaro não resistiu às pressões e o comando da economia foi assumido por Luiz Carlos Bresser Pereira.

Segundo Santana³⁸⁶ e Bianchi³⁸⁷, a falência do Plano Cruzado foi uma derrota de amplo alcance para o projeto de renovação do desenvolvimentismo até então defendido – que buscava “reeditar o crescimento econômico de outrora sem realizar reformas de base e distribuição de renda”³⁸⁸ - e representou a dissociação da burguesia brasileira da corrente político-intelectual que o sustentava. Tal projeto havia demonstrado na prática seu esgotamento. A partir de então,

³⁸¹ (SANTANA, 2019);

³⁸² (DINIZ, 2004, p. 80);

³⁸³ Eram os seguintes nomes: Mario Amato, presidente da Fiesp; Abram Szajman, presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo; Fábio Salles Meirelles, presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo; Guilherme Afif Domingos, presidente da Associação Comercial de São Paulo; Paulo Queiroz, presidente do Sindicato dos Bancos do Estado de São Paulo; Flávio Telles de Menezes, presidente da Associação Rural Brasileira; e Eduardo Alfredo Levy Junior, presidente da Bolsa de Valores (BIANCHI, 2010, p. 180);

³⁸⁴ (Amato et al. *apud* BIANCHI, 2010, p.180);

³⁸⁵ (Franco *apud* BIANCHI, 2010, p. 181);

³⁸⁶ (SANTANA, 2019);

³⁸⁷ (BIANCHI, 2010);

³⁸⁸ (SANTANA, 2019, p. 185);

a burguesia se abriria “para aquela que parecia ser a única alternativa capitalista disponível para a crise do capitalismo brasileiro: o projeto neoliberal”³⁸⁹.

Tal “alternativa”, entretanto, não se apresentava acabada para o empresariado. Nos anos subsequentes o conflito entre frações da burguesia sob pressão do imperialismo se faria sentir, refletido em um conflito de projetos dentro dos limites do campo ideológico neoliberal. Um caso emblemático desse momento é o da reserva de informática. Em 1984, havia sido aprovada a Lei da Informática que criava uma reserva de mercado para o setor. O governo estadunidense de Ronald Reagan reagiu e, após um aumento progressivo do tensionamento sobre essa questão resolveu aplicar, em novembro de 1987, um pacote de sanções que promoveu a elevação de tarifas de diversos produtos de exportação brasileiros. Como coloca Martuscelli,

a estratégia dos EUA era clara: criar um desgaste do setor de informática diante de outros setores exportadores que arcariam com o ônus dessas sanções, isolá-lo politicamente e, assim, implementar a política de interesse das indústrias de informática estadunidenses.
(MARTUSCELLI, 2015, p. 40)

A ofensiva estadunidense levou o governo Sarney a ir aos poucos abrandando as posições referentes à reserva de mercado. Enquanto isso,

Se corporificava uma alternativa intermediária entre o “nacionalismo tecnológico”, defensor de um desenvolvimento autônomo de tecnologia, e um liberalismo extremado, proposto pelos EUA, que pretendiam eliminar qualquer resquício de política protecionista na economia brasileira, em nome do livre jogo das forças de mercado e da competitividade. A solução adotada e defendida pela Fiesp foi o emprego do modelo de *joint ventures*, que, para as condições políticas da época, representava simultaneamente uma política de conciliação e contradição com os interesses do imperialismo estadunidense, visto que apontava para a associação entre a empresa brasileira e a empresa estadunidense (conciliação) e criava mecanismos para impedir a implementação da proposta liberal extremada de eliminar qualquer tipo de protecionismo às empresas brasileiras (contradição).
(MARTUSCELLI, 2015, p. 40)

A proposta mediada da Fiesp seria derrotada no futuro governo de Fernando Collor. De toda forma, essa posição é exemplar de como se movimentava a burguesia interna nos anos finais da década de 1980 e início de dos anos 1990. A despeito de frações alinhadas ao imperialismo que advogavam por uma rápida liberalização, ela tendia a adotar progressivamente defesa de um processo *gradual* de abertura da economia, que desse oportunidade a uma adaptação para a concorrência com o capital estrangeiro e à inserção na dinâmica de acumulação do padrão exportador de especialização produtiva.

³⁸⁹ (BIANCHI, 2010, p. 181);

4.2.2 Abertura política, Assembleia Constituinte e eleições de 1989

A década de 1980 foi marcada por uma intensificação da luta de classes no Brasil. Os setores organizados da classe trabalhadora estavam em um processo de franca ascensão: nessa década houve a criação de três importantes organizações de massa – o PT, em 1980, a CUT, em 1983, e o MST, em 1984 – que viriam a se tornar o maior partido de esquerda, a maior central sindical e o maior movimento social do país, respectivamente; a organização de grandes manifestações por eleições livres e diretas; o processo constituinte que freou em boa parte políticas de interesse do capital financeiro estrangeiro; a ascensão do movimento sindical expressa pela “explosão de greves” com grande empenho pela reposição salarial, registrando entre 1985 e 1989 uma média anual de 1102 greves, a maior da história³⁹⁰.

Por outro lado, a burguesia também fortaleceu sua organização. Nesse sentido, importante mencionar que desde meados da década de 1970 parte da burguesa havia aumentado sua capacidade de intervenção política com o lançamento da “campanha contra a estatização”, que criticava a política econômica da ditadura militar (crítica ao “dirigismo estatal”) e a centralização das decisões econômicas na burocracia estatal com o afastamento do empresariado das altas esferas de deliberação. Nos anos 1980, foram criados 584 novos sindicatos patronais, 177 a mais que na década anterior (BIANCHI, 2010, p. 117). Com a instauração do primeiro governo civil após o regime militar, em 1985, houve um ascenso da atividade política das lideranças mais expressivas da burguesia e de entidades de cúpula como a Fiesp e as associações comerciais de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, entre outras, bem como a ocupação de posições na alta burocracia estatal³⁹¹. Vale lembrar que, diferente das organizações da classe trabalhadora, as entidades empresariais da burguesia não foram colocadas na ilegalidade no regime militar. Ou seja, o aumento do associativismo na década de 1980 ocorreu mesmo levando em consideração as condições de organização possíveis às classes dominantes no período anterior.

Tal configuração se processava dentro de um momento de mudança do regime político. A ditadura militar perdera legitimidade perante a população com a ascensão de um movimento de massas nacional em prol da democracia desde a década de 1970, resultado de uma política econômica que sustentava o crescimento com concentração de renda que não trazia ganhos materiais à maioria da população, da deterioração econômica daquela década após o primeiro choque do petróleo de 1973 e da crise da década seguinte, dos casos de corrupção e do aumento

³⁹⁰ (MARTUSCELLI, 2015, p. 43);

³⁹¹ (DINIZ, 2004, p. 79);

da rejeição ao terrorismo de Estado. Entre as classes dominantes, como mencionado, também havia um movimento de oposição crescente que se convertera no início da década de 1980 no apoio à transição democrática. Como colocam Saad Filho e Moraes,

A adesão cada vez maior das elites [da burguesia] ao emergente consenso democrático – inclusive do grande capital paulista – originava-se de duas convicções políticas: A primeira era a de que o regime militar não mais expressava seus interesses nem poderia assegurar sua hegemonia econômica; em contraste, a maior legitimidade obtida por um regime democrático garantiria com maior tranquilidade a hegemonia do capital e a reprodução dos privilégios de elite. A segunda convicção era a de que o movimento democrático em ascensão tendia a fortalecer a esquerda, o que poderia desestabilizar essa estrutura de dominação. Essas convicções fortaleceram a estratégia de participar do movimento democrático por meio de políticos conservadores, que poderiam assegurar o duplo objetivo de instalar uma democracia moderada, porém “legítima” e limitar o crescimento da esquerda e do movimento de massas associado a ela. (SAAD FILHO e MORAIS, 2018, p. 76 e 77)

Em 1988, era promulgada a nova Constituição que expressava o pacto político da Nova República. Em sua essência, o pacto consistia na garantia de amplas liberdades políticas, com o retorno da esquerda à esfera institucional, reconhecimento da cidadania dos trabalhadores e dos pobres e destinação a eles de benefícios econômicos, sem a proposição de mudanças estruturais dos elementos determinantes da estrutura econômica. Os oficiais militares seriam protegidos das acusações de violação dos direitos humanos durante o período ditatorial. A Constituição de 1988 impunha alguns freios às reduções de direitos sociais e privatizações intentadas pelo neoliberalismo, os quais seriam em grande medida derrubados posteriormente. Por outro lado, assegurava direitos sociais e trabalhistas, alguns dos quais nunca foram colocados em prática ou foram desconfigurados pela política neoliberal³⁹².

A intensificação dos debates para a elaboração da nova Constituição, no âmbito da Assembleia Constituinte (1987 – 1988), coincidiu com o fracasso do Plano Cruzado. Foi durante os trabalhos de elaboração da carta magna que a grande burguesia interna forjou na cena política sua adesão ao neoliberalismo e se aproximou das frações burguesas que já haviam se convertido abertamente à ideologia neoliberal. Conforme Bianchi, o grande capital industrial de São Paulo, representado pela Fiesp, constituiu uma frente política com entidades do comércio e da agricultura cujas linhas gerais apontavam claramente para o neoliberalismo.

³⁹² (SANTANA, 2019; SAAD FILHO e MORAIS, 2018);

Tratava-se de uma luta que se “consubstanciaria em alguns princípios e em uma aliança que unificava as frações da burguesia industrial, comercial, agrária e financeira em torno desses princípios”³⁹³. O autor aponta dois fatos importantes dessa aproximação:

a) o pronunciamento feito por Mario Amato, presidente da Fiesp, na Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado e Atividade Econômica da Assembleia Constituinte, no dia 27 de abril de 1987, em que o mesmo definiu suas bandeiras:

A preferência à empresa privada na exploração das atividades econômicas; a livre associação de capitais, bem como a igualdade entre as empresas [isonomia no tratamento de empresas nacionais e estrangeiras]; a garantia ao direito de propriedade; e a proibição de intervenção do Estado no processo econômico que resulte em limitação da rentabilidade da empresa privada, dificuldade para seu desenvolvimento tecnológico ou restrição a sua livre gestão.

(Amato *apud* BIANCHI, 2010, p. 183)

b) Poucos dias depois, a entrega aos poderes Executivo, Judiciário e Constituinte de uma “Carta de princípios pela livre iniciativa” que reproduzia as mesmas demandas mas contava também com as assinaturas dos presidentes da Associação Comercial de São Paulo, da Sociedade Rural Brasileira, da Federação das Empresas de Transportes Rodoviários do Sul e Centro-Oeste do Brasil, da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, do Sindicato dos Bancos do Estado de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e da Bolsa de Valores de São Paulo.

Em 1989, na conjuntura de forte pressão imperialista, com a elevação do endividamento externo e os sucessivos “ajustes” acordados com o FMI incapazes de conter a inflação galopante, e a ascensão das lutas da classe trabalhadora, representada principalmente pelo movimento grevista, ocorreriam as primeiras eleições presidenciais do país após a ditadura militar. Para ela, apresentaram-se no primeiro turno nada menos que 23 candidatos. Desses, receberam votação relevante no primeiro turno as candidaturas que expressavam distanciamento do governo Sarney, do regime militar e do legado da política desenvolvimentista – caso de Fernando Collor e Mário Covas, que haviam rompido com o governo Sarney no decorrer do seu mandato, e de Luiz Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola, que sempre foram oposição ao governo Sarney³⁹⁴.

A grande diversidade de candidatos com influência regional ou nacional foi acompanhada de dificuldades por parte das classes dominantes de chegarem a um consenso sobre uma candidatura preferencial no primeiro turno. Segundo Martuscelli, esses elementos

³⁹³ (BIANCHI, 2010, p. 183);

³⁹⁴ (MARTUSCELLI, 2015, p. 45);

indicavam um processo em curso de crise nas relações de representação política, mais precisamente, uma situação de *instabilidade hegemônica* no bloco no poder que caracterizava o momento de transição econômica do final dos anos 1980 e início dos anos 1990: nenhuma classe ou fração de classe detinha as condições necessárias para assumir a hegemonia e promover a unidade interna da burguesia no processo político decorrido na transição ao padrão exportador de especialização produtiva. Esta derivou de um conjunto de contradições sem que contasse com a ação de uma classe-sujeito que conduzisse as mudanças. As classes dominantes foram incapazes de constituir uma coesão em torno dos seus partidos ou organizações políticas próprios devido à pressão das classes dominadas, que detinham a possibilidade de eleger Lula à Presidência da República, uma candidatura forjada no movimento popular e sindical combativo, e às contradições que as frações burguesas possuíam entre si e na relação com o imperialismo.

Por sua vez, Fernando Collor, em seu discurso, fazia uma crítica ao “empresariado cartorial”, os políticos profissionais, as “elites irresponsáveis” e o alto funcionalismo público, chegando a eleger a Fiesp como um dos alvos prioritários dessa narrativa. Tratava-se de um jogo de cena, dado que a política defendida por Collor atendia diretamente a parte importante dos interesses do capital nacional e principalmente internacional. Ainda assim, essa narrativa causava desconforto nas classes dominantes. Na ausência de opção melhor, a burguesia resolveu assumir a candidatura de Collor no segundo turno, que se constituía como “única força capaz de garantir, de maneira improvisada, a sua unidade política interna”³⁹⁵, sustentada na necessidade de derrotar Lula e a ascensão do movimento popular que sua candidatura representava e na afinidade com o programa neoliberal que Collor apresentava, apesar do próprio candidato. Como diz Bianchi, “Collor era, ao mesmo tempo, o chefe carismático que se colocava acima das classes e de suas organizações e a personificação de um programa de refundação do Estado capaz de unificar diferentes frações da burguesia”³⁹⁶.

A movimentação da grande burguesia interna nesse sentido foi ilustrativa. Mario Amato fez história ao afirmar em público que fugiria do país com 800 mil empresários caso Lula vencesse as eleições. A indefinição inicial do candidato ideal deu lugar à ameaça quando da iminência da vitória do líder sindicalista. Além disso, o presidente da Fiesp organizou no segundo turno o Fórum Informal dos Empresários, junto aos presidentes da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, da Associação Comercial de São Paulo, da Sociedade Rural Brasileira e da Bolsa de Valores de São Paulo, com o objetivo de apresentar o apoio à

³⁹⁵ (MARTUSCELLI, 2015, p. 51);

³⁹⁶ (BIANCHI, 2010, p. 189);

candidatura Collor, mesmo que nesse caso fosse considerado o apoio “pessoal” dos empresários ali reunidos e não das organizações que eles representavam.

As candidaturas do segundo turno das eleições de 1989 foram marcadas, dessa forma, por claras clivagens de classe. A candidatura de Lula apontava para uma política de um Estado de bem-estar social no Brasil, propondo medidas de distribuição de renda e da terra, um maior controle sobre o capital estrangeiro no país, a suspensão do pagamento e realização de uma auditoria da dívida externa, a valorização das empresas estatais, o apoio a pequenos agricultores e a aplicação de investimentos em ramos de alta tecnologia. Ela obteve apoio de parte da classe operária mais qualificada, de segmentos médios, assalariados do setor público, parcelas das faixas mais elevadas de renda, e, inclusive, segmentos da burguesia interna constituídos por pequenos e médios empresários e pelo grande capital não-monopolista, para os quais o programa de governo direcionava algumas propostas.

A candidatura de Collor, em contrapartida, tinha como programa a adoção das contrarreformas neoliberais no país: abertura comercial e financeira, privatizações e desmonte de políticas sociais universalistas e sua substituição por políticas de caráter assistencialista para a população pobre. Também propunha acabar com os privilégios do alto funcionalismo público, a propagandeada “caça aos marajás”, e o combate ao “Estado cartorial”. Esse programa foi sustentado pela grande burguesia interna e pela grande burguesia integrada ao capital estrangeiro e apoiou-se em amplas faixas de trabalhadores informais, de assalariados com baixa qualificação e parte dos segmentos médios³⁹⁷.

A vitória de Collor por uma pequena margem eleitoral abriria caminho à inauguração do neoliberalismo como política de Estado no país, embora em uma situação ainda transitória de grande instabilidade.

4.3 1990-1998: Neoliberalismo ortodoxo e alinhamento da grande burguesia interna à política neoliberal

Durante os governos Collor, Itamar Franco e no primeiro mandato do governo FHC, o neoliberalismo deixou de ser apenas uma poderosa ideologia e converteu-se em forma de Estado e política estatal.

Nesse ínterim, a grande burguesia interna alinha-se ao campo político da grande burguesia integrada, ao aderir abertamente às reformas neoliberais e buscar outros mecanismos

³⁹⁷ (MARTUSCELLI, 2015, p. 48);

de compensação às perdas sofridas pelos efeitos dessas reformas. Consolida-se, dessa forma, a conversão ideológica forjada com o fracasso do Plano Cruzado e o processo constituinte. Mas não se tratou de um acontecimento imediato. Em diversos momentos, entidades empresariais, lideranças e representantes da grande burguesia interna na cena política promoveram uma resistência seletiva aos aspectos mais agudos dessa política, mantendo como palavra de ordem o gradualismo.

Vejam, a seguir, uma caracterização geral da política neoliberal ortodoxa implementada na década de 1990 quanto aos interesses de classe envolvidos. Em seguida, adentramos no nível da conjuntura para entender como, concretamente, deu-se a implementação das medidas e a ação política da grande burguesia interna em reação a elas.

4.3.1 A política neoliberal ortodoxa da década de 1990

A política de Estado implementada a partir do governo de Fernando Collor e consolidada sob o governo de Fernando Henrique Cardoso foi responsável pela inserção ativa³⁹⁸ da formação econômico-social brasileira na divisão internacional do trabalho sob o signo da globalização. Nesse sentido, ela denota reformas de cunho estrutural sobre a economia brasileira e o Estado brasileiro, funcionando como o instrumento por meio do qual se consolida a transição ao Estado neoliberal e ao padrão exportador de especialização produtiva.

Como coloca Boito Jr.³⁹⁹, essa política foi constituída por alguns eixos principais, cada um dos quais incluindo medidas políticas concretas que contribuiriam para a financeirização, a especialização regressiva e a reestruturação produtiva exportadora da economia. Esses eixos representam “pontos de unidade e conflito no interior da burguesia”⁴⁰⁰, favorecendo algumas frações do capital em detrimento de outras. Segundo o autor, os eixos neoliberais e suas implicações sobre as respectivas frações de classe foram os seguintes:

a) Redução de direitos trabalhistas e sociais. Esse elemento atendeu aos interesses de toda a burguesia. A redução dos direitos trabalhistas diminuiu os custos da força de trabalho. A redução dos direitos sociais tanto abriu novas oportunidades de acumulação com a mercantilização de direitos e serviços como saúde, educação e previdência, aproveitadas por diferentes frações burguesas, quanto abriu margem à ampliação da apropriação do orçamento público pela via da redução dos gastos sociais do Estado;

³⁹⁸ (PAULANI, 2008);

³⁹⁹ (BOITO JR., 2018);

⁴⁰⁰ (MARTUSCELLI, 2015, p. 30);

b) Privatização de empresas públicas. Atenderam ao grande capital em geral – os grandes grupos econômicos privados nacionais e estrangeiros – em detrimento do capital de médio porte. Nesse ponto, Boito Jr. rememora que as regras estabelecidas pelo Estado brasileiro para as privatizações excluíram a média burguesia dos leilões de empresas estatais, de forma que menos de 100 grandes grupos econômicos apoderaram-se de quase todas as empresas públicas vendidas, contando para tanto com expedientes diversos que as favoreceram, tais quais a subestimação do valor das empresas, utilização de “moedas podres” e financiamento subsidiado pelo BNDES.

Grandes empresas industriais, como o Grupo Votorantim, a Gerdau e a Vicunha; grandes bancos, como o Itaú, o Bradesco, o Unibanco e o Bozano Simonsen; grandes empresas estrangeiras, como as empresas portuguesa e espanhola na área da telefonia – enfim, o grande capital nacional, industrial ou financeiro e o grande capital estrangeiro, isto é, a cúspide do capitalismo brasileiro apropriou-se da siderurgia, da petroquímica, da indústria de fertilizantes das empresas de telecomunicação, da administração de rodovias, dos bancos públicos, das ferrovias, etc.

(BOITO JR., 2018, p. 29)

c) Abertura comercial e desregulamentação financeira. Esse eixo de políticas atendeu diretamente ao grande capital bancário nacional e internacional e aos monopólios industrial-financeiros estrangeiros, em detrimento do médio capital e da fração da grande burguesia interna. As políticas de desregulamentação a) integraram o mercado financeiro nacional com os mercados internacionais; b) estabilizaram relativamente o câmbio para que se permitisse a conversão de moedas sem sobressaltos ou prejuízos; c) elevaram significativamente a taxa básica de juros garantindo altas remunerações a títulos públicos; d) liberaram o *spread* bancário - permitindo que os bancos cobrassem o máximo possível por empréstimos a capitalistas e consumidores; e e) promoveram um ajuste fiscal de modo a liberar vultuosos recursos ao pagamento da dívida pública⁴⁰¹. O grande capital bancário atuante no Brasil, formado sobretudo por grandes bancos comerciais, além de fundos de investimento e fundos de pensão nacionais e estrangeiros, pôde valorizar-se de forma exponencial com essas medidas. A abertura comercial, por sua vez, removeu barreiras para o acesso ao mercado interno de produtos importados a preço menor, favorecendo grupos econômicos estrangeiros que estavam em condições de concorrência bastante superiores às da indústria nacional. Essas políticas se complementaram, na medida em que a abertura comercial tanto beneficiou grupos estrangeiros que também atuam no “mundo das finanças” quanto contribuiu objetivamente para conter a inflação interna, de forma a estabilizar a moeda e, em alguma medida, também o câmbio.

⁴⁰¹ (BOITO JR., 2018, p. 27 a 35);

Por outro lado, a burguesia industrial perdeu espaço no mercado interno para seus produtos, passou a pagar mais caro por empréstimos sob altíssimas taxas de juros e foi prejudicada pela redução da receita do Estado destinada à infraestrutura e ao fomento da produção. Sobre esse ponto, é importante salientar que no percurso de transição ao padrão exportador de especialização produtiva os grandes grupos industriais também passaram a reservar parte do seu capital para a acumulação fictícia. No entanto, esse fato não anula as perdas que a burguesia industrial teve a política neoliberal, algo que se torna evidente quando se coloca luz sobre sua movimentação política, marcada pela contestação do ritmo em que se deu a abertura comercial e da elevação das taxas de juros. Parte importante da burguesia agrária também foi prejudicada pelo aumento da concorrência estrangeira no mercado interno, pelos efeitos negativos da política de estabilização cambial por meio da sobrevalorização da moeda doméstica sobre as exportações e pelos cortes de recursos públicos subsidiados à agricultura que funcionavam como um mecanismo protecionista para o setor⁴⁰².

Os três eixos da política neoliberal econômica e social da década de 1990 permitem-nos observar como se deu o exercício da hegemonia política no bloco no poder nesse período: todos os grandes eixos da política estatal atenderam aos interesses da grande burguesia integrada, a fração hegemônica do bloco no poder. Em contrapartida, com exceção da redução de direitos trabalhistas e sociais, os demais eixos neoliberais trouxeram em maior ou menor medida aspectos negativos para a reprodução do capital da grande burguesia interna e/ou da média e pequena burguesia. O desmonte trabalhista e social, ao propiciar o aumento do grau de exploração do capital em geral, garantiu, dessa forma, a *unidade política mínima* do bloco no poder neoliberal. Os prejuízos que as frações não hegemônicas obtiveram foram em alguma medida compensados por esse aspecto, e, em alguns casos, também pela financeirização ao abrir novas fronteiras de acumulação fictícia para o grande capital.

Quanto à política externa, conforme Berringer⁴⁰³ e Berringer e Boito⁴⁰⁴, os governos neoliberais ortodoxos buscaram adotar uma postura de proximidade e subordinação às grandes potências imperialistas. Essa posição decorria, em grande parte, do objetivo de atrair investimentos e empréstimos do FMI e do Banco Mundial. Nesse contexto se deram movimentações como a adesão a regimes internacionais discriminatórios de desarmamento (uma expressão da renúncia à utilização de tecnologias importantes para a garantia da defesa militar nacional), a inauguração do Mercosul como uma iniciativa de “regionalismo aberto” –

⁴⁰² (COLLETI, 2006);

⁴⁰³ (BERRINGER, 2015);

⁴⁰⁴ (BOITO JR. e BERRINGER, 2013);

voltado à “integração pautada na abertura dos mercados e aumento da pressão competitiva”⁴⁰⁵, a subordinação à política estadunidense de monitoramento do território nacional por agentes externos, entre outras ações. A orientação dominante dessa política também respondeu aos anseios da grande burguesia integrada e do capital financeiro internacional, na medida em que abria novos mercados ao investimento externo e, com exceção do Mercosul, limitava a capacidade de negociação de condições na ordem internacional pelo Estado brasileiro e a construção de políticas autônomas que contrariassem os interesses dessas frações burguesas.

A sustentação política e eleitoral necessária para a chegada e manutenção dos governos neoliberais e execução do programa neoliberal ortodoxo se deu pela formação de uma *frente neoliberal*, liderada pela grande burguesia integrada. Essa frente contava com parcela importante da classe média e um expressivo contingente de trabalhadores informais, os quais, tradicionalmente, votavam em políticos e partidos de direita, algo que se modificaria apenas no realinhamento eleitoral ocorrido durante os governos do PT.

Um aspecto determinante para que a frente neoliberal fosse bem-sucedida era a correlação de forças desfavorável à organização dos trabalhadores na década de 1990. O movimento sindical, embora tivesse sua ala majoritária, representada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), em oposição aos governos Collor, Itamar e FHC, foi pouco eficiente na resistência às reformas neoliberais. Na base do movimento, o número de greves caiu para menos da metade da quantidade de greves da década anterior e as reivindicações dos trabalhadores eram, em sua maioria, reivindicações defensivas, como manutenção do emprego, pagamento de salários atrasados, respeito a cláusulas contratuais, etc.⁴⁰⁶. Além disso, a própria linha política prioritária do sindicalismo estava passando por modificações:

Foi nesse período que se aprofundou a via negocial e propositiva do sindicalismo, que passou a enfrentar o desemprego com a realização de cursos de qualificação profissional (responsabilização individual do desemprego), a defender a Participação nos Lucros e Resultados das empresas (vinculação do trabalhador às necessidades de produtividade e ganho das empresas) e a reduzir a atividade grevista (de 1996 para 1997, o número de greves caiu drasticamente de 850 para 466 e nos anos seguintes continua a diminuir: 352 (1998), 317 (1999), 269 (2000), 238 (2001) e 147 (2002) e, desde 1996, assume um caráter predominantemente defensivo. O contraponto ao sindicalismo moderado passou a ser a luta dos trabalhadores sem terra, que eram organizados principalmente pelo MST e realizaram uma série de ocupações de terra no país sob orientação de um programa antineoliberal, recrutando tanto camponeses expropriados da terra como trabalhadores urbanos desempregados ou subempregados. Cabe ressaltar, no entanto, que

⁴⁰⁵ (BERRINGER, 2015, p. 108);

⁴⁰⁶ (BOITO JR., 2018, p. 186);

essa luta dos trabalhadores sem terra começou a ganhar força e visibilidade a partir da marcha dos 100 mil, organizada pelo MST em Brasília em 1997. (MARTUSCELLI, 2019, n.p)

4.3.2 Governos Collor e Itamar Franco e a adesão gradualista da grande burguesia interna ao neoliberalismo

As políticas implementadas por Collor ao longo de seus dois anos de mandato, até o momento de sua deposição como resultado de uma grave crise política, podem ser sintetizadas em três esferas de atuação articuladas entre si: uma política de estabilização monetária visando controle da inflação, cujo elemento mais importante foi um confisco salarial inédito; a realização de uma profunda reforma patrimonial e administrativa do Estado por meio de privatizações e da demissão em massa de funcionários públicos; e a condução da abertura comercial e desregulamentação financeira⁴⁰⁷.

Como se vê, a orientação da política que se inaugurava enquadrava-se dentro dos eixos da política neoliberal. Como tal, as medidas denotaram uma hierarquização de interesses das frações da burguesia no bloco no poder: a fração integrada da burguesia e o capital financeiro internacional tinham interesse na aplicação integral dessa política. A burguesia interna, por sua vez, apresentava algumas restrições à abertura comercial e financeira *indiscriminada* – algo que se materializava em um repetido discurso em defesa de uma “abertura gradual” por parte de suas lideranças e representantes, o que indicava, “simultaneamente, adesão e resistência à política de abertura econômica”⁴⁰⁸. Também em relação às privatizações, a burguesia interna buscava estabelecer um ritmo que possibilitasse deter um maior controle e participação sobre o processo, pois o capital estrangeiro poderia vir a atropelar os interesses locais nos leilões de venda das empresas públicas. Em ambos os casos, as críticas mais fortes aos interesses do capital estrangeiro vieram das camadas inferiores e menos dependentes da burguesia interna, enquanto a grande burguesia interna detinha postura mais moderada e conciliatória.

Em março de 1990, o governo lançou seu primeiro plano de estabilização, o Plano Collor I (oficialmente, Plano Brasil Novo), no intuito declarado, o qual mais uma vez se mostraria malsucedido, de conter os preços e a reverter a recessão econômica. Entre diversas decisões tomadas por meio de 22 medidas provisórias (MPs) que deram fundamentação ao Plano,

⁴⁰⁷ (BIANCHI, 2010);

⁴⁰⁸ (MARTUSCELLI, 2015, p. 90);

destacam-se o bloqueio de liquidez de haveres financeiros⁴⁰⁹ e sua combinação com as medidas de implementação da política neoliberal: arrocho salarial com redução do salário mínimo real e de pensões e aposentadorias; reforma administrativa com demissão de dezenas de milhares de servidores públicos, o que contribuiu para desorganizar gravemente o aparelho estatal e seria um elemento a jogar contra a própria capacidade de articulação política do governo com o enfraquecimento da burocracia enquanto força social; e a política de privatizações – denominada oficialmente de Programa Nacional de Desestatização – que promoveu a venda de 18 empresas estatais entre 1991 e 1992, ligadas sobretudo aos ramos de siderurgia, petroquímica e produção de fertilizantes⁴¹⁰. Algumas ações do Plano também representavam uma linha de continuidade com os planos de estabilização anteriores, como o congelamento de preços e salários. No final de janeiro de 1991, o governo anunciou o Plano Collor II - que, entre outras medidas, reeditava a política de congelamento, reajustava tarifas públicas e desindexava os preços - o qual igualmente fracassaria no combate à inflação.

A política de abertura comercial unilateral do governo Collor consistiu em um drástico corte de barreiras não tarifárias, tais como medidas de reserva de mercado, particularmente a da informática, e forte redução das tarifas médias de importação. Estas reduziram para 32,2% em 1990; 25,3% em 1991; e 21,2% em 1992⁴¹¹. A desregulamentação financeira contou com duas medidas principais, as quais foram tomadas no ambiente restrito do Banco Central e dos membros do Conselho Monetário Nacional (CMN), longe dos holofotes próprios às instâncias do Congresso Nacional: o Anexo IV da Resolução 1289/87, homologado por meio da Resolução 1832, de 31 de maio de 1991, o qual permitia a entrada de investimentos externos no país sem estabelecer critérios de composição, capital mínimo necessário e prazo de permanência; e a Carta Circular 2259, de 20 de fevereiro de 1992, que dava novo sentido às contas CC-5, criadas em 1969 para não residentes no Brasil, permitindo a consideração de contas livres de instituições financeiras estrangeiras como não residentes, o que abria a possibilidade que instituições não autorizadas a funcionar no país tivessem contas de depósito em bancos brasileiros de livre movimentação para o exterior, e aumentando a abrangência do tipo de recursos financeiros que poderiam ser enviados ao exterior, possibilitando “a tais

⁴⁰⁹ Conforme Martuscelli, “o bloqueio de liquidez foi aplicado por meio da Medida Provisória no 168, de 15 de março de 1990, que mais tarde foi aprovada, sem alterações, pelo Congresso Nacional e convertida pelo presidente Collor na Lei no 8024, de 12 de abril de 1990. Tratava-se de uma política do governo federal que estabelecia que, num prazo de 18 meses, o limites de saques não poderia ultrapassar Cr\$ 50 mil cruzeiros, para contas correntes e cadernetas de poupança; Cr\$ 25 mil cruzeiros ou 20% dos ativos aplicados em *overnight* ou em conta remunerada; e 20 % para fundos de curto prazo. Em tese, ficariam retidos, no Banco Central, cerca de US\$ 115 bilhões” (MARTUSCELLI, 2015, p. 57 e 58);

⁴¹⁰ (MARTUSCELLI, 2015);

⁴¹¹ (MARTUSCELLI, 2015, p. 79);

instituições financeiras o recebimento de depósitos em moeda nacional não derivados da conversão de moeda estrangeira injetada no país”⁴¹². Essas e outras medidas contribuíram para a formação de uma nova configuração institucional na década de 1990 que favoreceu a entrada de capital especulativo no país e a desnacionalização das riquezas financeiras.

É relevante notar, neste ponto, que a tática adotada pelo governo Collor para executar a política neoliberal no país, via a edição de medidas provisórias, as quais detêm força de lei ainda antes da apreciação do Poder Legislativo, e por meio de regulamentação definida longe do debate público, é reveladora, em uma dimensão mais geral, da necessidade de centralização política e isolamento das decisões para a implementação do neoliberalismo, e, na dimensão específica daquela conjuntura, da correlação de forças que então estava estabelecida. Como coloca Martuscelli, Collor detinha grande dificuldade de constituir uma base sólida de apoio político, o que, em uma perspectiva mais imediata, decorria de problemas como a reduzida participação de partidos políticos na composição dos ministérios, mas que era também expressão da situação de instabilidade hegemônica no bloco no poder, em que nenhuma fração em particular da burguesia detinha ainda as condições de conduzir com estabilidade o processo de transição à nova etapa do capitalismo brasileiro, de forma que a solução encontrada por esse governo foi “insular, da intervenção das classes e frações de classe, as principais instâncias de políticas voltadas para a acumulação de capital”⁴¹³

Feito esse panorama geral da política econômica e social do governo Collor, vejamos alguns dos principais acontecimentos referentes à movimentação da grande burguesia interna no período.

Em agosto de 1990, a Fiesp publicou a cartilha *Livre para crescer*, que sintetizava a sua proposta para a implementação do neoliberalismo no Brasil, resultado de debates realizados entre maio de 1989 e janeiro de 1990 por economistas do Conselho Superior de Economia da entidade e intelectuais convidados, a maioria proveniente da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. Essa publicação é reveladora da adesão neoliberal por parte da burguesia industrial paulista. Diferente de posicionamentos anteriores, que privilegiavam aspectos doutrinários gerais do neoliberalismo, o texto, embora fundamentalmente baseado em uma diretriz neoliberal bastante ampla, defendia medidas concretas que deveriam constituir a política de Estado neoliberal: privatizações, nas quais não deveria haver discriminação em relação à origem do capital interessado na aquisição das empresas; eliminação, sempre que possível, da gratuidade de oferta de bens e serviços públicos;

⁴¹² (MARTUSCELLI, 2015, p. 86). Ver também Paulani (2008);

⁴¹³ (MARTUSCELLI, 2015, p. 52);

fim do monopólio estatal na provisão desses serviços; adoção de critérios mercadológicos para o funcionamento de empresas de propriedade do Estado e encerramento as atividades de algumas empresas estatais; desregulamentação do mercado de trabalho por meio do estabelecimento da livre negociação entre empresários e trabalhadores; abertura comercial e financeira⁴¹⁴.

Neste último ponto, a cartilha era bastante clara quanto à necessidade do gradualismo na abertura econômica – a defesa de um “processo *gradual* de liberalização do setor externo da economia brasileira aos fluxos de comércio e de capitais”⁴¹⁵, repercutindo a demanda que se fazia presente insistentemente naquela conjuntura e que expressava a posição contraditória da grande burguesia interna diante da política neoliberal. Tal contradição pode ser melhor compreendida quando consideradas as diferenças de segmentos industriais. Segundo Martuscelli, as declarações nas publicações da Fiesp e da CNI de representantes dos ramos voltados para o mercado interno e de produção de mercadorias de alta tecnologia tenderam a ser contrárias à abertura comercial, enquanto os ramos com produção voltada para o mercado externo ou que dependiam de meios de produção de alto valor agregado, adquiridos sobretudo no mercado internacional, procuravam defendê-la⁴¹⁶.

Com a queda imediata da produção de segmentos inteiros da indústria concomitantemente à abertura das importações, os capitalistas industriais também recorreram à tática de defender a redução de impostos e de encargos trabalhistas como mecanismo de compensação à liberalização comercial. Lideranças empresariais como Albano Franco, presidente da CNI, Jorge Gerdau Johannpeter e Jones Santos Neves, vice-presidente da CNI e Deputado Federal pelo Partido Liberal (PL-ES) deram entrevista e escreveram artigos fazendo essa defesa. Como veremos, esse expediente seria adotado como parte de uma nova estratégia da grande burguesia interna frente ao neoliberalismo em um futuro próximo.

Além da abertura econômica, cabe mencionar a posição da grande burguesia interna frente à política de privatizações. Nesse quesito, podemos deslocar o ponto de observação para a cena política conformada pela atuação dos partidos políticos no Congresso Nacional. Martuscelli identifica, na conjuntura, um alinhamento na atuação parlamentar via partidos de oposição, especialmente de parcelas dos deputados e senadores do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), em prol

⁴¹⁴ (BIANCHI, 2010, p. 194 a 197);

⁴¹⁵ (Fiesp *apud* MARTUSCELLI, 2015, p. 80);

⁴¹⁶ (MARTUSCELLI, 2015, p. 81). Bianchi relata as críticas de lideranças empresariais dos ramos de máquinas e equipamentos, alimentos, fibras sintéticas e autopeças após o anúncio da política industrial de Collor que previa um cronograma de redução das tarifas de importação (BIANCHI, 2010, p. 198);

dos interesses da burguesia interna (tanto do grande capital como de segmentos inferiores), que em alguns casos atuaram em bloco com representantes de parcelas dos segmentos médios e do operariado.

Setores consideráveis do PMDB e do PSDB procuraram atuar criticamente no que se refere às políticas estatais mais vinculadas aos interesses do grande capital estrangeiro, visando conferir *apoio crítico* às políticas de privatização e de abertura econômica ou a reclamar da ausência de instrumentos macroeconômicos que pudessem viabilizar uma política industrial e o crescimento econômico do país.
(MARTUSCELLI, 2015, p. 90)

O programa de privatizações do governo Collor foi criado através da MP 155/1990. Essa medida não estabelecia *a priori* limites à entrada de capital estrangeiro para aquisição de empresas estatais, embora não excluísse a possibilidade do estabelecimento de restrições por razões de interesse nacional e proibisse a privatização de algumas empresas como a Petrobras, empresas de serviços postais, de telecomunicações e de transmissão de dados que exercessem atividades exclusivas da União. Na tramitação da MP no Congresso Nacional, o Deputado relator Marcelo Cordeiro (PMDB-BA) apresentou o Projeto de Lei de Conversão (PLV) no 27/90, o qual modificava a proposta original com a limitação das aquisições do capital estrangeiro em 40% do capital votante das empresas⁴¹⁷. O PLV também ampliava o escopo de empresas públicas não privatizáveis e dava ao Congresso Nacional a incumbência de aprovar os nomes da Comissão Diretora do Plano Nacional de Desestatização⁴¹⁸. O PLV acabou sendo aprovado com a orientação favorável das lideranças das bancadas tanto do PMDB e PSDB quanto dos partidos que compunham a base do governo, que optaram pela votação dessa medida sob o risco de rejeição da MP original. Os partidos de esquerda – PT, PDT, PCdoB, PCB e PSB – foram os únicos que orientaram voto “não” ao projeto. Em seu conjunto, essas medidas buscavam transferir ao Congresso Nacional o controle dos processos de privatização e davam maior margem de participação para o grande capital nacional em detrimento do capital estrangeiro. Representavam, por essa via, uma posição típica da burguesia interna, que buscava resistir *de maneira pontual e seletiva* à ofensiva imperialista pelas privatizações neutralizando alguns aspectos da proposta inicial⁴¹⁹.

⁴¹⁷ Durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, houve a modificação de tal percentual com a permissão ao capital estrangeiro de ter acesso a 100% do capital votante das empresas privatizadas;

⁴¹⁸ Referimo-nos aqui apenas às medidas que não foram vetadas posteriormente pelo presidente Collor. Houve ainda outras que sofreram veto e que também representavam limitações à participação do capital estrangeiro no processo;

⁴¹⁹ (MARTUSCELLI, 2015, p. 70 a 75);

O apoio ofertado pelos industriais ao governo Collor, mesmo com ressalvas, manteve-se enquanto os níveis de produção industrial ensaiaram um crescimento e o nível da inflação baixou momentaneamente. Contudo, já a partir de setembro de 1990 os sinais de uma nova recessão e o aumento dos preços foram acompanhados de um progressivo distanciamento entre burguesia industrial e governo. Fato notório, nesse sentido, foi a troca de acusações nesse mesmo mês entre lideranças empresariais e o próprio presidente da República e seus ministros em solenidade no Clube Pinheiros, em São Paulo, promovida pelo jornal Gazeta Mercantil para homenagear lideranças empresariais do ano. Na ocasião, Collor manteve o discurso agressivo que atacava a “tradição deletéria do lucro indexado” dos empresários brasileiros. Antônio Ermínio de Moraes, presidente do Grupo Votorantim, respondeu responsabilizando o sistema financeiro pelas altas taxas de rendimento. Olavo Setúbal, do Itaú, saiu em defesa dos bancos e Abílio Diniz, do grupo Pão de Açúcar, alegou que o Plano Collor havia prejudicado os empresários do varejo em detrimento da indústria. Quando a ministra da Economia Zélia Cardoso discursou responsabilizando novamente os empresários pela volta da inflação, acusando-os de reajustar preços e salários, o presidente da Fiesp, Mário Amato, afirmou que “os empresários apoiaram Collor e o seu plano, que prometia inflação zero e juro baixo. Os empresários acreditaram e investiram e a coisa deu errado”⁴²⁰. Vale notar que esse episódio revelava a insatisfação crescente não apenas de lideranças industriais, mas também de representantes de outras frações da burguesia.

A partir daí estabeleceu-se um nível de tensões que aumentaram ainda mais com o anúncio do Plano Collor II no início de 1991 e a insatisfação em importantes parcelas das classes dominantes com as novas medidas. A queda de Zélia Cardoso e a entrega do ministério da Economia para Marcílio Moreira arrefeceram momentaneamente os ânimos, mas o contexto econômico não ajudava. A inflação havia voltado e o governo tinha sido incapaz de debelar a escalada de greves dos trabalhadores, que naquela conjuntura atingia um dos maiores registros da história mesmo com a elevação das taxas de desemprego. Importante dizer, nesse sentido, que grande parte das expectativas em torno do controle da inflação que unificavam a burguesia diziam respeito à necessidade de “estabilizar” ou “pacificar” a sociedade – em outras palavras, reduzir o potencial das lutas dos trabalhadores que se fortaleciam com a pauta de reajustes salariais. Por outro lado, o próprio programa neoliberal do governo encontrava dificuldades para avançar, com exceção das medidas de abertura comercial. Assim, o governo Collor

⁴²⁰ (BIANCHI, 2010, p. 201);

aumentava as resistências da burguesia interna e não era capaz de realizar a contento as medidas que beneficiavam sobretudo o capital financeiro estrangeiro e a burguesia integrada.

O isolamento do governo se agravava e se manifestava também nas relações conflituosas entre Executivo e Legislativo. Havia grande dificuldade de composição de uma base de apoio sólida ao governo no Congresso Nacional, o que respondia ao caráter centralizador da política de Collor e ao conteúdo dessa política que criava resistências de setores representados no parlamento. O prólogo da crise política que se avizinhava era um contexto de elevada inflação, redução do crescimento econômico, arrocho salarial, demissões em massa e surgimento, no final de 1991, de várias denúncias de corrupção envolvendo a alta cúpula governamental. A crise é deflagrada com a abertura da CPI do caso PC Farias em 1º de junho de 1992. No decorrer dos trabalhos dessa Comissão, surgem as primeiras manifestações exigindo a saída de Collor, mas que só teriam caráter massivo – o chamado movimento “Fora Collor” - nos meses de agosto e setembro, quando a crise atinge seu clímax com a aprovação do relatório da CPI, o encaminhamento do pedido de admissibilidade do *impeachment* de Collor e a votação favorável na Câmara dos Deputados que levou ao afastamento do Presidente da República, realizada no dia 29 de setembro.

A crise política do governo Collor que terminou com a deposição do Presidente é entendida por Martuscelli como um processo decorrente da instabilidade hegemônica no bloco no poder que caracterizou a transição ao “capitalismo neoliberal”⁴²¹, na qual “nenhuma classe ou fração de classe logrou se erguer à condição de fração hegemônica e, portanto, a dar coesão à unidade do bloco no poder”, embora, quanto à posição que ocupavam na política governamental, “os interesses da grande burguesia financeira internacional encontravam-se em linha ascensional, e os interesses da burguesia interna, em linha descendente”⁴²². Assim, essa crise foi alimentada, por um lado, pelas contradições que se manifestavam nas “hesitações” e “resistências seletivas” da burguesia interna à política neoliberal, as quais podem ser observadas tanto em posicionamentos públicos de lideranças empresariais quanto na atuação de representantes dessa fração burguesa no parlamento. Por outro lado, pelos efeitos recessivos da política neoliberal sobre a economia que atingiam a classe trabalhadora e segmentos médios.

O processo de deposição do presidente foi conduzido, sob essa perspectiva, por uma frente política liderada pela burguesia interna no Congresso Nacional, que contou com o apoio

⁴²¹ O autor adota o conceito de “capitalismo neoliberal” em um sentido similar, embora com algumas diferenças, ao do padrão exportador de especialização produtiva. Em ambos os casos se faz referência à fase contemporânea do capitalismo dependente brasileiro que se consolida na década de 1990;

⁴²² (MARTUSCELLI, 2015, p. 89);

de um movimento de massas, cujos componentes provinham principalmente de segmentos médios, que lhe deram sustentação. Cabe salientar, não obstante, que esse processo não colocou em xeque em nenhum momento a continuidade da política neoliberal ortodoxa. Entre as classes dominantes, as resistências encontradas não alcançavam o nível de contrariedade à implementação do neoliberalismo em si, assumindo muito mais um viés de contrariedade ao *grau de radicalidade* de aspectos como a abertura comercial e as privatizações e ao *ritmo de implementação* da política que a seu *conteúdo essencial*. Já entre as classes populares, houve grande dificuldade de superar posições defensivas que se opunham mais aos efeitos do neoliberalismo, como o desemprego e o arrocho dos salários, sem colocar em questão as causas desses fenômenos.

4.3.3 Plano Real, eleições de 1994 e I governo FHC: consolidação da hegemonia da burguesia integrada no bloco no poder

O governo de Itamar Franco contou com algumas ações que arrefeceram o ritmo de implementação da política neoliberal em relação a Collor. Após os primeiros meses de indefinições da sua política econômica e social, o governo adotou medidas que promoveram maior intervenção do Estado na questão salarial - embora não contivesse a tendência ao arrocho, reduziram o crescimento do desemprego, aumentaram o crescimento econômico e reduziram o número de privatizações em relação ao governo anterior. Além disso, embora tenha mantido a tendência à abertura comercial, os efeitos dessa política foram atenuados por uma política cambial favorável às exportações e prejudicial às importações e pelos efeitos da recessão do período Collor que desestimularam novos investimentos industriais e restringiram a concorrência estrangeira.

Não obstante, como se sabe, a ação mais importante do governo Franco foi o Plano Real, conduzido pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso (FHC). Bem sucedida no combate à inflação, essa política forneceria legitimação política e abriria passagem à eleição de FHC à Presidência da República em 1994. Do ponto de vista do bloco no poder, o Plano Real e as eleições de 1994 são dois momentos-chave para a superação da situação de instabilidade hegemônica que atravessou a transição ao Estado neoliberal, com o estabelecimento da hegemonia da burguesia integrada ao capital estrangeiro e a consolidação da adesão contraditória e hesitante da grande burguesia interna ao neoliberalismo.

O Plano Real começou a ser implementado em junho de 1993, com o lançamento do plano de austeridade fiscal denominado Plano de Ação Imediata (PAI) que produziu um corte

de gastos do governo de aproximadamente US\$ 6 bilhões, e em julho de 1994 haveria a conversão para a nova moeda – o Real – com a fixação da taxa de câmbio em US\$ 1 = R\$ 1. A fundamentação teórica do plano partia do pressuposto que a inflação brasileira era causada por déficits fiscais e mantinha-se devido à indexação. Assim, para solucionar o problema da alta dos preços, seria necessária uma política que coordenasse medidas contracionistas e outras que promovessem a desindexação dos preços da economia. O Real foi constituído, sobre essa base, por sete políticas-chave⁴²³:

- a) liberalização das importações, que reduziria os preços das mercadorias importadas e pressionaria para baixo os preços cobrados pelas empresas instaladas no país e os salários por meio da ameaça do desemprego decorrente do aumento da concorrência estrangeira;
- b) sobrevalorização da moeda, que deveria intensificar o impacto da liberalização das importações sobre os preços e apoiar a melhoria da competitividade das empresas nacionais com o barateamento de bens de capital importados;
- c) liberalização dos fluxos internacionais de capital, a qual seria essencial para atrair poupanças externas e tecnologia moderna, bem como, no curto prazo, financiar os déficits comerciais induzidos pelas medidas de liberalização e sobrevalorização;
- d) liberalização financeira doméstica, para elevar a taxa de poupança, atrair recursos externos e aumentar a disponibilidade de recursos para o investimento;
- e) estabelecimento de altas taxas de juros, para aumentar as entradas de capital e sustentar a taxa de câmbio sobrevalorizada, pretensamente evitando, dessa forma, uma crise cambial;
- f) redução dos déficits nominais do setor público que supostamente eram a principal causa da inflação, o que foi feito por meio de sucessivas reformas fiscais e da obrigação que o governo colocou a si próprio de geração de superávits primários;
- g) desindexação, com a introdução de um índice de preços denominado Unidade Real de Valor (URV) previamente à adoção da nova moeda visando o realinhamento dos preços relativos e a estabilização de tarifas de serviços públicos e da taxa de câmbio real.

Com a elevação das taxas de juros e apreciação da moeda, a balança comercial brasileira passou de um superavit de US\$ 10,5 bilhões em 1994 para um déficit de US\$ 3,5 bilhões no ano seguinte. O déficit comercial era um objetivo explícito do governo FHC, que previa que as entradas de capital externo e poupança do setor privado iriam financiar o investimento e o crescimento econômico. Contudo, ocorreu o contrário: a taxa de investimento caiu de 22% do PIB na década de 1980 para 18% na década de 1990 e seguiria caindo para 16% entre 2001 e

⁴²³ (SAAD FILHO e MORAIS, 2018, p. 105 a 109);

2006⁴²⁴. A média do crescimento econômico entre 1994 e 1998 foi de apenas 2,4% e de 2,1 % entre 1999 e 2002⁴²⁵. Como colocam Saad Filho e Moraes, “é altamente provável que as entradas de capital estrangeiro tenham não suplementado, mas substituído a poupança doméstica, e financiado não os investimentos, mas o consumo”⁴²⁶. A grande diferença entre as taxas de juros domésticas e internacionais levou a um rápido crescimento da dívida pública interna, que, de entre 1995 e 2002, subiu 30% para 60% do PIB, de nada adiantando a realização dos ajustes fiscais para redução do endividamento⁴²⁷.

Segundo Saad Filho e Moraes, o Plano Real continha três círculos viciosos que o fragilizavam. Em primeiro lugar, ao criar deliberadamente um déficit na conta de transações correntes, essa política tornou “o Brasil estruturalmente dependente de fluxos inconstantes de capital estrangeiro para fechar o balanço de pagamentos”, o que “exigiu taxas de juros permanentemente altas, que, por sua vez, perpetuaram a sobrevalorização da moeda, alimentaram o déficit da balança corrente e alimentaram a desindustrialização”⁴²⁸. Em segundo lugar, a necessidade de esterilização dos influxos de capital para limitar a expansão monetária alimentou o crescimento da dívida pública por meio da emissão de títulos a juros permanentemente elevados. Em terceiro lugar, “as altas taxas de juros reduziram os investimentos e a taxa de crescimento do PIB, o que limitou as receitas tributárias e tendeu a ampliar o déficit fiscal”⁴²⁹.

Santana recorre a uma observação mais ampla do Plano Real do que análises de corte liberal costumam fazê-lo, as quais consideram-no como um plano com objetivo reduzido ao combate à inflação. O autor rememora as conexões entre o Real e o Plano Brady – a política capitaneada pelo governo dos EUA junto ao FMI e Banco Mundial para reestruturação da dívida externa de países latino-americanos. Proposto em 1989 e aderido pelo Brasil em 1994, este plano consistiu na criação de modalidades de títulos da dívida externa latino-americana que teriam garantia dessas instituições contra o risco de calote e poderiam ser comercializados no mercado de capitais, algumas das quais com desconto nos juros ou no principal. Em contrapartida, os governos dos países que aderissem ao plano deveriam recorrer às contrarreformas neoliberais. O Plano Brady possibilitou o gerenciamento da crise da dívida

⁴²⁴ (SAAD FILHO e MORAIS, 2018, p. 107);

⁴²⁵ (PINTO e TEIXEIRA, 2012);

⁴²⁶ (SAAD FILHO e MORAIS, 2018, p. 107);

⁴²⁷ (SAAD FILHO e MORAIS, 2018, p. 108);

⁴²⁸ (SAAD FILHO e MORAIS, 2018, p. 110);

⁴²⁹ (SAAD FILHO e MORAIS, 2018, p. 110);

externa latino-americana, que havia alcançado proporções impagáveis se não houvesse uma intervenção negociada.

Há ainda, sobre o plano, uma observação de grande importância para o presente trabalho: conforme Santana, do ponto de vista das relações econômicas da burguesia brasileira, o Plano Brady, ao promover a titularização da dívida pública, abriria uma nova fronteira de acumulação fictícia às classes dominantes, pela via da negociação da especulação financeira sobre títulos públicos. Nesse sentido, o autor salienta como a titularização funcionou como “mecanismo de compensação” da burguesia industrial frente às perdas que sofreu com a abertura comercial, respondendo em boa medida na esfera das relações econômicas à sua adesão ao neoliberalismo⁴³⁰. Tal mecanismo se desenvolveria na medida em que avançasse a implementação da política neoliberal e seus efeitos sobre a reprodução do capital na economia brasileira.

A conexão entre Plano Real e Plano Brady se revela na relação entre este último e a queda da inflação internacional. A renegociação com o abatimento de parte da dívida em dólares de países dependentes lograda com o plano, juntamente à crise do setor financeiro mundial naquela década e à redução das taxas de juros internacionais, foi uma condição para a sobrevalorização cambial e a entrada de capitais especulativos, os quais contribuíram para uma queda generalizada dos preços em vários países na década de 1990⁴³¹. Por outro lado, a implementação do neoliberalismo era importante tanto para o prosseguimento do efeito cambial sobre os preços quanto era uma exigência imposta pelo próprio Plano Brady. A lógica aqui explicitada nos revela, portanto, dois aspectos relevantes sobre o Plano Real quanto a sua natureza e funcionalidade: a) foi o conjunto de medidas aplicado a nível nacional que respondeu coerentemente a um fenômeno mais amplo de queda mundial dos preços; b) foi mais do que um plano de redução da inflação: seu aspecto mais essencial estava ligado à formatação da política de Estado neoliberal para o caso brasileiro, a qual abriu passagem para a consolidação do padrão exportador de especialização produtiva no país.

A grande burguesia interna apoiou o Plano Real, apesar de algumas críticas pontuais. No início do plano, o presidente recém-eleito da Fiesp, Carlos Moreira Ferreira, integrou o chamado “movimento Decola Brasil” – iniciativa organizada inicialmente por Ruth Escobar, artista ligada ao PSDB, e Luiz Antonio de Medeiros, presidente da Força Sindical e representante do sindicalismo neoliberal – que almejava defender e cobrar a execução das

⁴³⁰ (SANTANA, 2019, p. 253);

⁴³¹ (SANTANA, 2019, p. 229);

diretrizes do PAI e expressar apoio público ao então ministro FHC⁴³². Em 3 de julho de 1994, em artigo no jornal *Folha de São Paulo*, o presidente da Fiesp declarava apoio ao plano e à equipe de execução do mesmo, “ao mesmo tempo em que exigia maior controle nas contas públicas e uma reforma tributária”⁴³³. Haveriam ainda críticas às altas taxas de juros e ao câmbio sobrevalorizado ao longo do ano, por parte do próprio presidente da Fiesp e representantes de outros ramos industriais⁴³⁴. Não obstante, o êxito imediato do Real em reduzir drasticamente a inflação e vencer os mecanismos de indexação da economia proporcionou as condições para represar eventuais resistências entre as classes dominantes diante dos custos da estabilização monetária, representados pela sobrevalorização, pela elevação das taxas de juros e pelo aumento da vulnerabilidade externa⁴³⁵.

A intangibilidade do real calava os sentimentos de insatisfação e tolhia as manifestações de dissenso. Com relação aos demais itens da agenda governamental, como a desregulamentação, a privatização, a liberalização comercial, a internacionalização da economia, ou ainda as reformas constitucionais, o desacordo foi amplo, porém disperso, variando os grupos opositores, dependendo da política em questão.
(DINIZ, 2004, p. 92)

Por outro lado, a recuperação parcial do poder aquisitivo das famílias de baixa renda e a expansão da atividade produtiva nos primeiros meses de sua implementação tiveram impacto significativo sobre o processo eleitoral de 1994. A candidatura de FHC, que já havia sido escolhida mesmo antes do plano como candidato ideal pela grande burguesia, se colocaria ao pleito no momento em que o PT, principal adversário na disputa, estava desarmado por suas divisões internas, pela ausência de uma proposta concreta de combate à inflação e pela divergência entre os economistas do partido quanto ao impacto inicial do Plano Real⁴³⁶. Como se sabe, FHC venceu as eleições ainda no primeiro turno, com cerca de 54% dos votos contra 27% de Lula.

A vitória de FHC com ampla margem de diferença de Lula expressava naquele momento o triunfo político do neoliberalismo que se consolidara no Brasil, dadas as dificuldades que as forças de esquerda e organizações populares encontravam em fazer oposição à política

⁴³² (MARTUSCELLI, 2015, p. 134);

⁴³³ (BIANCHI, 2010, p. 238);

⁴³⁴ Ferreira, em novo artigo na *Folha*, em 12 de agosto, sugeria a discussão “com franqueza e humildade” das taxas de juros e do câmbio. Houve críticas como a de Max Schrappe, presidente da Associação Brasileira da Indústria Gráfica e 1º vice-presidente da Fiesp, pedia a reflexão no mesmo jornal sobre “a tal ‘modernidade’ das livres importações” (BIANCHI, 2010, p. 238);

⁴³⁵ (DINIZ, 2004, p. 91);

⁴³⁶ (MARTUSCELLI, 2015, p. 135);

neoliberal. Além disso, Fernando Henrique Cardoso angariava o consenso das classes dominantes em uma candidatura finalmente capaz de superar o prolongado período de transição marcado por forte instabilidade no bloco no poder. Como coloca Bianchi,

A candidatura de Fernando Henrique Cardoso condensava um projeto estratégico que prometia a estabilidade econômica e a continuidade da política [neo]liberal, como também a desejada pacificação dos movimentos sociais, particularmente dos sindicatos. Ela dava às classes dominantes o esperado *condottiero*, capaz de guiá-las a um porto seguro, superando a crise de hegemonia que desde o começo da década de 1980 se fazia presente. Foi a esse projeto que os empresários aderiram.
(BIANCHI, 2010, p. 240)

O primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso caracterizou-se pela realização de várias (contra)reformas, algumas delas constitucionais, com a revisão de uma série de direitos previstos no texto de 1988.

Foi sob seu governo que foram implementadas a contrarreforma trabalhista, que muito contribuiu para fortalecer o poder dos empresários nas negociações e para o aumento da informalidade laboral e do subemprego; a contrarreforma da previdência, que foi direcionada para os trabalhadores do setor privado; a privatização de bancos, de empresas de água e luz, de serviços educacionais e de saúde e do petróleo, que deixou de ser 100% estatal após o governo derrotar o forte movimento dos petroleiros em 1995; assim como deu prosseguimento e ampliou a política de abertura econômica, iniciada por Collor.
(MARTUSCELLI, 2019, n.p)

Nesse mandato, consolidou-se o bloco no poder sob hegemonia da grande burguesia integrada ao capital estrangeiro, formada sobretudo pelo grande capital bancário e comercial. A grande burguesia interna, predominantemente industrial, ocuparia posição subordinada nesse bloco. Durante algum tempo, as lideranças da grande burguesia interna fizeram um giro estratégico na narrativa e nas principais demandas que apresentavam para a política estatal. As queixas quanto ao ritmo ou à forma da abertura comercial não deixaram de existir, mas as bandeiras das reformas tributária, fiscal, trabalhista e da previdência, além do avanço das privatizações e da redução dos juros, ganharam relevância no discurso da indústria brasileira⁴³⁷. A postura denotava, em termos das relações de classe, um novo momento do alinhamento da grande burguesia interna aos interesses do capital estrangeiro imperialista na quadra da globalização – atendidos pelo neoliberalismo – bem como a aposta na ofensiva sobre as classes dominadas como elemento garantidor da unidade entre as frações da burguesia.

⁴³⁷ Essa estratégia foi desenhada por Mario Bernardini, diretor titular do Departamento de Economia do Complexo Fiesp-Ciesp, em artigo publicado na *Folha de São Paulo* em 16 de outubro de 1994, ainda antes das eleições (BIANCHI, 2010, p. 240 e 241);

Aceitando o neoliberalismo como projeto estratégico, seus líderes [burguesia industrial] exigiam que o governo avançasse na supressão de direitos trabalhistas e sociais e nas privatizações como mecanismo de compensação das perdas provenientes da abertura dos mercados [acrescentaria aqui também a financeirização como mecanismo de compensação]. À indústria caberia aceitar os desafios da internacionalização da economia, mas o governo deveria fazer sua parte.

(BIANCHI, 2010, p. 241)

Uma compreensão mais apurada dessa nova postura também deve considerar as mudanças no peso político entre os ramos no seio da grande burguesia interna que ocorreram na primeira metade da década de 1990, relacionados ao processo em curso de reestruturação produtiva. Nesse sentido, vale mencionar dois fatos emblemáticos. O primeiro foram as eleições para a nova diretoria do complexo Fiesp-Ciesp, em 1992. No pleito concorreram o candidato da situação, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, sócio proprietário da Companhia Elétrica Paulista e, pela oposição, Emerson Kapaz, sócio da Brinquedos Elka e um dos fundadores do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE)⁴³⁸. Na chapa de Ferreira havia, proporcionalmente, um número maior de grupos econômicos com fortes vínculos com o mercado externo, como o ramo de papel e papelão, enquanto a chapa de Kapaz representava majoritariamente grandes empresários afetados pela abertura dos mercados, tal qual o ramo de máquinas e equipamentos. Entre os primeiros, prevalecia um conjunto de forças que privilegiava a estabilidade econômica e a continuidade das reformas neoliberais como saída para a crise⁴³⁹. Já a chapa de oposição reivindicava o papel do Estado como agente de regulação econômica e de planejamento industrial, ao mesmo tempo em que defendia as privatizações e a desregulamentação do mercado de trabalho. O resultado dessa disputa denotaria a tendência prevalecente naquele momento político: Ferreira saiu dela com uma vitória significativa, vencendo com 95 votos dos sindicatos patronais contra apenas 24 de Kapaz as eleições da Fiesp, bem como por 1731 votos contra 1591 o pleito dos associados do Ciesp⁴⁴⁰.

O segundo fato foram as mudanças internas às associações empresariais paralelas, como no caso paradigmático dos estatutos da Associação Brasileira da Infraestrutura e da Indústria de Base (Abdib), representante de um ramo industrial que, no passado, era bastante vinculado

⁴³⁸ O PNBE foi um grupo de empresários dissidentes da Fiesp (embora nunca deixassem de participar dela) criado em junho de 1987 e formalizado como uma associação em 1990. Inicialmente formado por industriais, a entidade foi abrangendo gradativamente pequenos e médios empresários do setor de serviços. De forma geral, representava os interesses de segmentos da burguesia mais refratários à abertura comercial e desregulamentação indiscriminada (BIANCHI, 2010);

⁴³⁹ (BIANCHI, 2010);

⁴⁴⁰ Enquanto os filiados à Fiesp são os sindicatos patronais, o CIESP tem como associados as empresas industriais, suas controladoras, associações ligadas ao setor produtivo e empresas diretamente relacionadas aos interesses da indústria;

à política de Estado desenvolvimentista, sob o padrão de reprodução industrial. Essa Associação passou a permitir a entrada de empresas estrangeiras entre seus sócios. Do ponto de vista aqui sustentado, essa medida é um indicador não apenas da transferência de propriedade de parte desse ramo ao capital estrangeiro, mas de uma aproximação de interesses entre a burguesia interna dessas atividades e as multinacionais instaladas no país, representando, por essa via, a aproximação que apontava para a aceitação do neoliberalismo em um dos ramos que anteriormente lhe oferecia maior resistência⁴⁴¹.

Além disso, é necessário considerar o próprio momento de *ofensiva ideológica* do neoliberalismo que estava em seu ponto alto na primeira metade dos anos 1990. A doutrina neoliberal de exaltação das virtudes do “mercado” e demonização da intervenção estatal ganhava, nesse sentido, a roupagem específica ao projeto de (sub)desenvolvimento do governo FHC que propugnava a reestruturação do Estado, em oposição ao “Estado varguista” que havia se estabelecido desde os anos 1930, e a inserção subordinada no mercado mundial. Essa estratégia se construía, dialeticamente, negando um passado que se considerava equivocado, no qual grandes empresas industriais nacionais encarnavam a culpa pelo caminho considerado equivocado que tomara a história econômica do país e que teria travancado o desenvolvimento econômico. Tal situação colocava aqueles ramos mais prejudicados com a reestruturação produtiva na defensiva. Ao fazerem críticas, mesmo que tímidas, aos rumos da política econômica, eram taxadas de atrasados e corporativistas por grandes meios de comunicação que dominavam o debate público. O momento ideológico colaborava para uma posição da grande burguesia interna mais apática, em que se privilegiaria a via de menor tensionamento, buscando a negociação de demandas para compensação dos efeitos mais deletérios da política neoliberal⁴⁴².

Forma-se por essas determinações externas e internas à grande burguesia interna tal postura de adesão neoliberal, explicitada já no início da década – como vimos com o documento *Livre para crescer*, da Fiesp - e que culmina na redução do volume e intensidade das críticas ao governo no primeiro mandato de FHC, sob a condição de fração não hegemônica do bloco no poder⁴⁴³. Essa afirmação, contudo, deve ser feita com o devido cuidado. Como colocado,

⁴⁴¹ (DINIZ, 2004);

⁴⁴² (OLIVEIRA, 2022);

⁴⁴³ No mesmo sentido, Diniz (2004, p. 94 e 95), por exemplo, afirma: “no [primeiro mandato do] governo Fernando Henrique, a CNI, sob a direção de Fernando Gonçalves Bezerra, industrial e senador pelo Rio Grande do Norte, e a Fiesp, sob a liderança de Carlos Eduardo Moreira Ferreira, revelaram alta concordância com as prioridades da agenda pública, principalmente no tocante à proposta de realização das reformas estruturais. Embora, entre os empresários de alguns setores, surgissem críticas em relação a certos aspectos da política governamental, como a abertura abrupta e indiscriminada da economia e a alta taxa de juros, em geral as organizações empresariais não

mesmo nesse momento não se fizeram ausentes incômodos sobre a condução do governo. Na verdade, parte importante das insatisfações que ainda permaneceram direcionava seu alvo para a alegada morosidade ou dificuldade na implementação das contrarreformas neoliberais, enquanto algumas críticas laterais referentes à abertura econômica persistiram.

Em 1995, como efeito imediato da crise mexicana, as reservas internacionais do país começaram a cair bruscamente, demonstrando em um curto intervalo as deficiências já aparentes do Plano Real. Tal situação fez emergir disputas no interior do governo entre os críticos à abertura indiscriminada e a sobrevalorização cambial (o mais importante deles era José Serra, ministro do Planejamento), e a ala fiscalista, que pregava a aceleração das reformas, o aumento dos juros e o ajuste fiscal. O governo tentou atender a ambos os lados com a desvalorização da banda cambial e proteção a alguns ramos da economia e o aumento das taxas de juros e imposição de maiores dificuldades para compras a prazo. Tais medidas, contudo, não lograram promover uma recuperação da economia. A conjuntura aumentava a pressão sobre os ramos atingidos pela abertura comercial e pelas altas taxas de juros e fazia emergir críticas da burguesia interna.

O primeiro semestre de 1996 seria marcado por um reaparecimento de manifestações da burguesia industrial na cena política e na imprensa. Em abril, o presidente da Fiesp, Carlos Ferreira, publicou um artigo na Folha de São Paulo sobre uma reunião realizada com os presidentes da CUT e da Força Sindical em que defendia a convergência de indústria e trabalhadores, “a começar pela urgência de uma reforma tributária”, mas também quanto à queda dos juros e à criação de um fórum sobre política industrial, assim como ameaçava a realização de uma paralisação simbólica “para pressionar democraticamente o Executivo e o Congresso no sentido de que sejam realizadas reformas da Constituição reclamadas por toda a sociedade”⁴⁴⁴.

Em maio, a Fiesp e a CNI comandaram uma caravana a Brasília com cerca de 3 mil empresários, que levava demandas para o Executivo – incentivo às exportações, queda dos juros, mudanças no câmbio e mais crédito - e para o Legislativo – maior celeridade na aprovação das contrarreformas – contidas em um documento intitulado “Brasil industrial: Competitividade para crescer” entregue na ocasião a FHC. Também havia a pressão por medidas de proteção de alguns ramos industriais específicos que estavam fortemente ameaçados pela abertura comercial, como os de têxteis e brinquedos. Essa multiplicidade de pautas se refletiu na divisão

tornaram públicas manifestações de divergências. Ao contrário, em diferentes momentos, revelaram-se alinhadas com o governo federal”;

⁴⁴⁴ (FERREIRA, 1996);

da literatura sobre o caráter do protesto. Para Boito Jr.⁴⁴⁵ e Bianchi⁴⁴⁶, a marcha foi um movimento de crítica ou de atritos com governo. Para Diniz, um movimento de apoio e incentivo à agenda de reformas proposta por FHC que encontrava empecilhos para aprovação no Congresso Nacional⁴⁴⁷.

Tal ambiguidade, em um nível de análise mais elevado, pode ser interpretada como um reflexo dos conflitos característicos da burguesia interna. Mesmo em uma conjuntura de apoio explícito à política neoliberal, não deixam de existir elementos de conflito entre ela e os interesses do capital estrangeiro e a da burguesia integrada. Ao aproximarmos o olhar sobre aspectos particulares do movimento, transparecem ainda outras variáveis importantes: uma reportagem da Revista Veja sobre o acontecimento, intitulada “a indiscreta Marcha da Burguesia”, apontava que, entre os empresários participantes, a maior parte era formada por pequenos e médios empresários, com a presença de poucos grandes empresários, como Antônio Ermírio de Moraes e Jorge Gerdau Johannpeter. Do ponto de vista de uma liderança do movimento dos trabalhadores - Luiz Marinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - expresso em entrevista dada à Folha de São Paulo, “se fosse pela diretoria” da Fiesp, a manifestação “não teria acontecido”, tendo ela se realizado devido “à pressão das bases empresariais” formada pelo pequeno e médio capital. Marinho afirmou que se dependesse dos diretores da federação patronal, “eles teriam ido num jatinho e falado com o presidente às escondidas, sem pressa, procurando fazer seus *lobbies*”⁴⁴⁸. Esses registros apontam que, embora também se fizesse presente, a *grande* burguesia interna não foi a força mais importante do protesto “de rua” do empresariado, o que denota em boa medida sua concordância com a política de Estado que vinha sendo implementada.

Houveram ainda segmentos de outros setores, além da indústria, que se manifestaram no primeiro mandato FHC, revelando o intrincado jogo de interesses que se escondia por baixo da sustentação à política neoliberal. Parte da burguesia agrária pedia algumas mudanças na política econômica. Colleti traz um panorama geral da situação das atividades agropecuárias no período:

Sem dúvida, nos anos 90, as atividades agropecuárias, bem como a propriedade pura e simples da terra nua, tornaram-se investimentos menos atrativos para uma parte dos setores agrários da burguesia. Vários fatores contribuíram para a confirmação desse quadro: houve, de maneira geral, uma limitação significativa dos gastos governamentais com a agricultura, expressa, sobretudo, na redução de recursos públicos destinados ao crédito

⁴⁴⁵ (BOITO JR., 2018, p. 38);

⁴⁴⁶ (BIANCHI, 2010, p. 241);

⁴⁴⁷ (DINIZ, 2004, p. 95);

⁴⁴⁸ (OLIVEIRA, 2022, p. 12);

rural e nas alterações promovidas pelo governo na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM); a agricultura brasileira foi exposta, por meio da abertura comercial iniciada pelo governo Collor, à concorrência internacional; o Plano Real (governo Itamar), ao promover uma sobrevalorização cambial, penalizou enormemente os setores agrícolas – tanto os que produziam para o mercado interno quanto os setores exportadores; o preço das terras de lavoura e de pastagens apresentou uma forte retração ao longo dos anos 90; o endividamento da burguesia agrária cresceu de forma expressiva etc. (COLLETI, 2006, p. 132)

Em 1995, a burguesia agrária organizou sua própria marcha em Brasília, oficialmente denominada “Não posso plantar – marcha sob Brasília” e que ficou conhecida pelos meios de comunicação como “caminhonaço”, em que reivindicavam a renegociação das dívidas dos proprietários rurais, mais financiamento público e redução dos juros⁴⁴⁹.

Mas não foi só o setor agropecuário que revelou atritos localizados com a política econômica. No final do primeiro mandato de FHC, o presidente da Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN), Roberto Setúbal, defendeu em entrevista à Carta Capital uma limitação à abertura financeira que vinha ocorrendo, sugerindo o estabelecimento de um limite de 30% à participação estrangeira no setor bancário. Precisemos bem essa posição: os grandes bancos nacionais elevaram significativamente suas margens de lucro com as altas taxas de juros, as medidas de desregulamentação financeira e a concentração bancária ocorrida após a implementação do Plano Real, o que denota objetivamente um alinhamento de interesses com o capital financeiro internacional. Segundo dados da ABM Consulting, os dez maiores bancos em operação no país ampliaram seus lucros em 1039% entre 1994 e 2003 e elevaram sua participação de 61,9% para 79,7 % no mesmo período⁴⁵⁰. Contudo, havia um aspecto da política que contrariava interesses dos grandes bancos *de controle nacional*: a desnacionalização do setor bancário, que vinha ocorrendo desde meados da década de 1990.

A participação estrangeira na rede bancária nacional – agências e postos de atendimento bancário – evoluiu de 2,6% em março de 1995 para 10,6% em março de 1998, refletindo o impacto da aquisição do Bamerindus pelo HSBC e do Noroeste pelo Santander. [...] A participação do segmento estrangeiro, incluídos os três tipos de bancos, nos ativos totais do setor bancário nacional evoluiu de 10% para 24,8% entre junho de 1995 e junho de 1998. Em relação aos depósitos totais, essa participação aumentou de 7% para 17,3% no mesmo período. O crescimento da participação dos estrangeiros no patrimônio líquido também foi significativo, passando de 15% para 25,5%. (BRAGA & PRATES *apud* BOITO JR., 2018, p. 312 e 313)

⁴⁴⁹ (BOITO JR., 2018, p. 311; COLLETI, 2006, p. 139);

⁴⁵⁰ (FOLHA DE SÃO PAULO, 2004). “Alguns levantamentos feitos pela Economática e pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) mostraram que o investimento em fundos rendeu, no mesmo período, quatro vezes mais que o investimento nos setores produtivos, e sobre esses investimentos incidem menos impostos” (BOITO JR., 2018, p. 35);

Objetivamente, as demandas apresentadas por parte da burguesia agrária entravam em conflito com os interesses do capital financeiro internacional. Essa posição permite-nos enquadrar o comportamento político desse segmento das classes dominantes, naquele momento, como típicos da burguesia interna, somando-se a segmentos grande burguesia industrial nas reservas e hesitações a aspectos da política neoliberal. Esse aspecto também é verdadeiro para a resistência de parte da burguesia bancária à desnacionalização. Entretanto, nesse caso, os determinantes que aproximam seus interesses do capital financeiro internacional são significativamente mais relevantes para a reprodução ampliada do seu capital que o aspecto particular que os colocava em conflito - fato revelado pelo salto nas taxas de lucro do setor com a implementação das políticas neoliberais. Dessa maneira, entendemos que sua movimentação política apenas de forma pontual pode ser equiparada a dos demais segmentos da grande burguesia interna.

Em que pese esse conjunto de ponderações, a grande burguesia interna se manteria em defesa do avanço das reformas e reafirmaria sua concordância com a agenda neoliberal durante todo o primeiro mandato FHC. Em junho de 1997, a Fiesp organizou em São Paulo o Fórum das Reformas, com a presença dos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, no qual foi apresentado um documento pedindo celeridade na votação das propostas neoliberais no Congresso Nacional e que seria entregue solenemente ao presidente da República em agosto. Como coloca Boito Jr., esse encontro foi um marco da nova postura da entidade em priorizar sua atenção para a luta pelas reformas administrativa, previdenciária, tributária e trabalhista e de refluxo das críticas à abertura comercial e à alta dos juros. Naquele ano a diretoria da Fiesp organizou campanhas da capital paulista e no interior do estado pela aprovação das medidas⁴⁵¹. Em maio de 1998, próximo às eleições presidenciais que reconduziram Cardoso à presidência do país, o presidente da Fiesp, Carlos Ferreira, fez um balanço da sua gestão publicado na imprensa, em que afirmou que a luta pelas reformas estruturais constitucionais neoliberais constituiu o núcleo da ação institucional da Fiesp no período 1994-98⁴⁵².

4.4 1998-2002: Contradições do neoliberalismo, tripé macroeconômico e o tensionamento da unidade no bloco no poder

Os últimos anos da década de 1990 e primeiros anos da década de 2000 apresentaram uma situação econômica crítica que punha em evidência um processo de desgaste do neoliberalismo no Brasil, em consonância com outros processos ocorridos no âmbito

⁴⁵¹ (BOITO JR., 1999);

⁴⁵² (DINIZ, 2004, p. 95);

internacional, como as crises cambiais mexicana, asiática e russa, e diversos levantes e manifestações com forte componente antineoliberal, como o movimento zapatista, nas mobilizações em reuniões de fóruns internacionais e a eleição de Hugo Chavez, na Venezuela, em 1998, que deu início a uma nova onda de governos progressistas na América Latina⁴⁵³.

No Brasil, as contradições da política neoliberal ortodoxa se expressavam nas fragilidades do Plano Real em relação à sustentação do crescimento econômico, das finanças públicas e das contas externas. A dimensão política da crise do Real e das mudanças na política de Estado que daí advieram teve como alguns de seus elementos mais importantes as pressões da grande burguesia interna por mudanças, a pressão convergente nesse sentido com organizações da classe trabalhadora e o processo eleitoral que culminaria na eleição de Luiz Inácio Lula da Silva a presidente da República em 2002. Objetivamente, esse momento marcou uma diferença em relação ao primeiro mandato de Cardoso na postura adotada pela grande burguesia interna, que assumiria caráter mais crítico à política neoliberal ortodoxa implementada pela equipe econômica do governo.

A advertência sobre os problemas que o ciclo vicioso do Real causaria não era novidade. Como vimos, a necessidade do manejo das taxas de juros para controlar a demanda, regular o valor do real e garantir as reservas de divisas do país já se tornara patente desde a crise mexicana, em 1994. Em 1997, na esteira da crise do Leste Asiático, o Banco Central elevou as taxas de juros para 43,5%, vendeu grandes quantidades de contratos de taxa de câmbio a prazo e de títulos indexados ao dólar, visando desencorajar as saídas de capital. Esse mesmo procedimento foi repetido após a crise russa, em 1998. Mesmo assim, o balanço de pagamentos sofreu forte deterioração⁴⁵⁴ e o governo foi levado a negociar com o FMI e com os países do G7 um pacote financeiro que tinha como contrapartida a geração de grandes superávits primários, a liberalização da taxa de câmbio e a redução do déficit em conta corrente. No início de 1999, com as insustentáveis perdas nas reservas externas e o aumento exponencial da dívida pública interna causado pelas estratosféricas taxas de juros, governo foi forçado a deixar o real

⁴⁵³ (MARTUSCELLI, 2019);

⁴⁵⁴ “O déficit da balança corrente passou de US\$ 18,4 bilhões em 1995 (2,4% do PIB) para US\$ 33,4 bilhões em 1998 (4% do PIB), em consequência do aumento do déficit nas contas de bens (de US\$ 3,5 bilhões para US\$ 6,6 bilhões), de serviços (de US\$ 7,5 bilhões para US\$ 10,1 bilhões) e de rendas (de US\$ 11,0 bilhões para US\$ 18,2 bilhões). O superávit na conta financeira, em torno de US\$ 30 bilhões ao ano, foi resultado principalmente das privatizações, das fusões e aquisições (F&As) e dos investimentos em portfólio. [...] Eles também não foram suficientes para cobrir as saídas de moeda estrangeira, o que levou a um déficit do balanço de pagamentos da ordem de US\$ 16 bilhões em 1997-1998. As reservas cambiais do Brasil caíram de US\$ 71 bilhões, em junho de 1998, para US\$ 34 bilhões apenas nove meses depois. Sob intensa pressão, o governo brasileiro negociou com o FMI e com os países do G7 um pacote de apoio financeiro, incluindo empréstimos de US\$ 41 bilhões por um prazo de três anos, em troca de grandes superávits fiscais primários, a liberalização da taxa de câmbio e a redução do déficit da balança corrente” (SAAD FILHO e MORAIS, 2018, p. 112);

flutuar e a cotação da moeda desabou (de 13 a 31 de janeiro, o real se desvalorizou em 40%). Como concluem Saad Filho e Moraes, “a crise cambial destruiu a credibilidade do Plano Real e a reputação do recém-eleito presidente FHC. Seu governo cambalaria durante quatro anos, cada vez mais impopular e incapaz de fazer muita coisa”⁴⁵⁵. Além disso, ao tensionar os limites do Real nos moldes em que fora imposto em 1994, ela ofereceu as condições para a implementação de uma nova arquitetura macroeconômica que consolidaria a forma estatal neoliberal no país para as próximas décadas, a despeito das variações de política econômica que se estabeleceriam em momentos posteriores.

Uma vez completada a transição para o neoliberalismo, o governo introduziu, em março de 1999, uma nova estrutura de política macroeconômica como parte de uma estratégia de acumulação neoliberal *madura*. [...] O novo arcabouço de políticas econômicas incluiu metas de inflação e a independência operacional do Banco Central, fluxos de capital liberalizados com câmbio flutuante e política fiscal permanentemente contracionista, em que as taxas de juros funcionam como variável de ajuste. Isso se tornou conhecido como o *tripé de políticas macroeconômicas neoliberais* (ou tripé neoliberal). O tripé foi complementado, em 2000, pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que impôs limites rigorosos às despesas em todos os níveis de governo.
(SAAD FILHO e MORAIS, 2018, p. 114)

O avanço da desnacionalização e desindustrialização da economia brasileira como efeito das políticas neoliberais alcança um ponto crítico para a manutenção da unidade burguesa em favor da política de Estado no momento em que as fragilidades do Real se convertem em crise do modelo centrado na atração de poupança externa por meio de elevadas taxas de juros para financiar os déficits comerciais. Ocorre, então, uma ruptura do consenso burguês que havia sustentado o primeiro mandato FHC. A grande burguesia interna, em uma trajetória de retorno característica de seu movimento político pendular, assume então a crítica aberta ao neoliberalismo ortodoxo e a reivindicação por mudanças na condução da política econômica.

Tal ruptura expressou-se, entre as organizações burguesas, na divisão quanto ao apoio às políticas governamentais dado por duas importantes federações industriais. Enquanto a Firjan, sob a presidência de Eduardo Gouvêa Oliveira, do grupo Ipiranga, reafirmou o apoio ao governo e a identificação com a versão ortodoxa do neoliberalismo, a Fiesp, comandada por seu novo presidente, Horácio Lafer Piva, do grupo Klabin, passou a reivindicar uma postura de maior distanciamento e mais crítica ao governo⁴⁵⁶. No discurso de posse como presidente, em setembro de 1998, Piva criticou o alijamento dos empresários do processo decisório

⁴⁵⁵ (SAAD FILHO e MORAIS, 2018, p. 113);

⁴⁵⁶ (DINIZ, 2004);

governamental, defendeu uma postura independente da Fiesp e manifestou sua “clara discordância em relação à equipe econômica do governo, que, segundo sua percepção, estaria preocupada fundamentalmente com as questões financeiras, abandonando o setor produtivo à própria sorte”⁴⁵⁷. Em vários pronunciamentos públicos, o presidente da Fiesp questionaria, ainda, o tratamento preferencial dado ao capital estrangeiro, reivindicando igualdade de condições para a indústria local em relação aos concorrentes estrangeiros. Do ponto de vista da participação no processo político, a nova postura defendia o fortalecimento da Fiesp e dos industriais em geral nos debates e decisões de âmbito nacional, rompendo com a prática adesista que havia predominado no primeiro mandato FHC. Piva apoiaria a reeleição do presidente da República, mas seu projeto, que Bianchi denomina “liberal-desenvolvimentista” não era o mesmo que havia prevalecido até então no governo e no interior da Fiesp em boa parte da gestão anterior⁴⁵⁸.

Abre-se, concomitantemente ao início da nova gestão da Fiesp, uma conjuntura diferenciada, marcada, no que se refere as relações de classe, por um *aumento do grau de tensionamento no bloco no poder*.

Um novo ciclo de mobilização empresarial se sucedeu à posse de Lafer Piva. Os industriais paulistas protestaram contra as taxas de juros, reivindicaram a desvalorização do real e demandaram a criação de um Ministério do Desenvolvimento. Sofreram derrotas, mas também marcaram pontos a seu favor, como a criação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e a nomeação de Celso Lafer, primo do presidente da Fiesp, para o cargo, no qual permaneceu até julho de 1999. Surpreendentemente, a Fiesp parecia despertar do coma e ocupava novamente um ponto importante na política nacional. (BIANCHI, 2010, p. 255)

Destaco, aqui, algumas movimentações indicativas do sentido do novo ciclo de mobilização, que ultrapassava a indústria paulista, ainda no contexto da reeleição de Fernando Henrique Cardoso⁴⁵⁹:

a) A entrega pela diretoria do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), logo após o término do primeiro turno das eleições presidenciais, de um documento ao chefe do Executivo intitulado *Agenda para um projeto de desenvolvimento industrial*, que alertava para a urgência de uma política industrial para o país, questionava a adesão acrítica do governo às políticas neoliberais como a abertura comercial indiscriminada, o desestímulo às exportações e a internacionalização da economia, que haviam causado o debilitamento da indústria nacional, e criticava a falta de participação dos empresários no processo decisório;

⁴⁵⁷ (DINIZ, 2004, p. 96)

⁴⁵⁸ (BIANCHI, 2010)

⁴⁵⁹ (DINIZ, 2004);

- b) O Movimento Compete Brasil, lançado no Rio de Janeiro, em novembro de 1998, por oito organizações empresariais, e do qual fariam parte lideranças de entidades empresariais como Cesar Moreira, vice-presidente da Firjan, e Roberto Mendonça, presidente da Abdib, que tinha como objetivo principal “ampliar as compras no país de equipamentos, partes peças e serviços, nas áreas de petróleo, gás natural e petroquímica”⁴⁶⁰, o que objetivamente entrava em choque com a política que favorecia a importação de equipamentos e peças.
- c) As manifestações individuais de lideranças empresariais, ao longo do processo eleitoral, sinalizando a insatisfação com a política em vigor. Esse foi o caso do desabafo do secretário-geral da Fiesp, Roberto Nicolau Jeha, em um evento para empresários no auditório da Sede Nacional do PT, em que declarou que os industriais brasileiros estavam “de joelhos” e eram “uma raça extinção”. Estes, segundo ele, estavam “sendo conduzidos ao matadouro e cantando vivas à modernidade”. No mesmo evento, Jeha, advertindo que não falava em nome da Fiesp, elogiou a política industrial do programa de governo do oposicionista Luiz Inácio Lula da Silva⁴⁶¹;
- d) A forte participação do empresariado industrial nas eleições gerais, não apenas apoiando candidatos afinados com seus interesses, mas com o lançamento de candidaturas próprias ao pleito. Segundo dados da imprensa, a burguesia industrial conseguiu eleger 38 deputados federais ligados a federações ou associações de indústrias, como Carlos Eduardo Moreira Ferreira (PFL-SP), ex-presidente da Fiesp, Emerson Kapaz (PSDB-SP), ex-presidente do PNBE, Armando Monteiro Neto (PMD-PE) e Francisco Garcia (PFL-AM), presidentes das federações industriais de Pernambuco e Amazonas, respectivamente⁴⁶².

O acirramento das tensões no bloco no poder fez-se sentir, ademais, no interior do próprio Executivo, com a elevação do nível de conflitos entre representantes de diferentes centros de poder do governo federal. A querela teve início em maio de 1999, quando, na convenção do PSDB, o ex-presidente do BNDES e ex-ministro de Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, defendeu em pronunciamento “uma postura [do governo] de apoio ao desenvolvimento”⁴⁶³. Dias depois, na abertura do 11º Fórum Nacional, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, criticaria indiretamente as declarações de Mendonça de Barros, reafirmando a prioridade do ajuste fiscal. A polêmica, então, se prolongou na imprensa. Ao lado de Malan, situaram-se o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, o ex-presidente dessa instituição,

⁴⁶⁰ (DINIZ, 2004, p. 98);

⁴⁶¹ (O GLOBO, 1998);

⁴⁶² (O GLOBO, 1998, p. 3);

⁴⁶³ (DINIZ, 2004, p. 99)

Gustavo Franco, e o ministro do Orçamento e Gestão, Pedro Parente, em defesa do neoliberalismo ortodoxo e na crítica ao desenvolvimentismo. Do outro lado, estavam o ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Carlos Bresser Pereira e o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, críticos da política levada a cabo pela equipe econômica. A polêmica midiática extravasou a esfera governamental e chegou nas federações industriais, com o presidente da Fiesp, de um lado, defendendo uma agenda de desenvolvimento e uma política industrial e o presidente da Firjan, como contraponto, sugerindo que a retomada do crescimento econômico não poderia se contrapor à austeridade fiscal⁴⁶⁴.

Ainda que o segundo governo FHC não tenha sofrido inflexões em suas diretrizes mais gerais, tais quais o ajuste fiscal e as elevadas taxas de juros, a ascensão política da grande burguesia interna traduziu-se em algumas vitórias dessa fração burguesa sobre a política estatal. Além de modificações na estrutura administrativa e em postos-chave do governo, a própria mudança na política macroeconômica com a desvalorização cambial e a busca por superávits comerciais, se bem que tenham respondido a alguns fatores essencialmente econômicos - como a ameaça de estrangulamento externo, o crescimento do comércio internacional de matérias-primas e de recursos naturais, a melhora no preço desses produtos e o declínio do fluxo de dólares provenientes de fundos de aplicação dos países imperialistas - também se deveram à pressão política convergente da grande burguesia interna e da classe trabalhadora sindicalizada, que exigiam a moderação de alguns elementos da política neoliberal⁴⁶⁵. Paradoxalmente, a flutuação do câmbio formaria, junto à política de superávits primários e o regime de metas de inflação instituídos em 1999, o tripé macroeconômico que serviria de instrumento ao exercício do poder estrutural do capital financeiro, garantindo a manutenção de uma hegemonia política de longo prazo à grande burguesia integrada. Não obstante, naquela conjuntura, seus efeitos sobre a depreciação da moeda favoreceram os segmentos exportadores da burguesia interna.

Quanto à política externa, os anos 1999-2002 também deram continuidade à posição de subordinação passiva ao imperialismo que caracterizou a política externa do primeiro mandato FHC. Uma das ações mais emblemáticas, nesse sentido, foi a cessão, por meio do Protocolo 505 de 18 de abril de 2000, do controle da Base de Alcântara no Maranhão aos Estados Unidos⁴⁶⁶, em troca da transferência de equipamentos de defesa a baixo custo para o Brasil⁴⁶⁷. Outro campo de atuação muito importante se deu em torno da proposta da Área de Livre-

⁴⁶⁴ (DINIZ, 2004; BIANCHI, 2010)

⁴⁶⁵ (BOITO JR., 2018)

⁴⁶⁶ (BOITO JR. e BERRINGER, 2013);

⁴⁶⁷ Esse acordo foi rejeitado pelo Senado Federal em 2003 e um novo acordo para a cessão da base de Alcântara seria assinado em 2019, sob o governo de Jair Bolsonaro;

Comércio das Américas, iniciativa encampada pelos Estados Unidos desde o início da década de 1990 e pela qual o governo FHC passou a demonstrar, a partir de 2001, uma posição mais positiva quanto ao estabelecimento do acordo. Berringer resume bem o conteúdo dessa proposta:

Como se sabe, a Alca representava o aprofundamento do neoliberalismo e da hegemonia dos Estados Unidos na América Latina. O Acordo não previa apenas a liberalização do comércio, mas também a imposição de regras previstas na OMC, conhecidas como *OMC-plus*. Tratava-se da liberalização dos serviços (educação, saúde, saneamento, transporte, etc.), do acesso às compras governamentais, da proteção aos investimentos, da garantia de propriedades intelectuais, etc. Se todas essas diretrizes entrassem em vigor seriam necessárias novas legislações trabalhista e ambiental, reduzindo drasticamente os direitos adquiridos por lutas históricas dos trabalhadores. Além disso, haveria o efeito destrutivo sobre o parque industrial nacional, com aumento do desemprego e da desnacionalização da economia, da agricultura, do comércio e dos serviços, que passariam ser hegemônicos pelas grandes corporações estadunidenses. Seria o maior bloco econômico do mundo, com 34 países. Os Estados Unidos seriam o grande beneficiário, pois não havia contrapartida, como, por exemplo, a redução dos subsídios agrícolas. (BERRINGER, 2015, p. 112 e 113)

Do ponto de vista da movimentação política da grande burguesia interna, as negociações em torno da Alca foram importantes, pois contribuíram para a organização dessa fração de classe e na aproximação com os movimentos populares e o movimento sindical na resistência ao acordo. Embora houvesse contradições no interior da grande burguesia interna quanto à posição diante da proposta, com os ramos voltados para a produção interna e latino-americana de manufaturados contrários à Alca e aqueles destinados às exportações mais simpáticos à iniciativa, foi-se conformando uma posição dominante de oposição à mesma ao longo do processo de negociação. Para tanto, foi decisiva a criação da Coalizão Empresarial Brasileira (CEB), em 1996, uma organização de abrangência nacional e multisetorial que logrou pressionar o governo no processo de formulação e condução das negociações hemisféricas. Objetivamente, a atuação da grande burguesia interna, por meio da CEB, aproximou-a da oposição popular ao acordo imperialista, que se organizava em torno da Campanha Nacional Contra a Alca (CNA), contribuindo para afirmação de uma plataforma neodesenvolvimentista que seria encampada pela candidatura de Lula, em 2002⁴⁶⁸.

Nas eleições desse ano, o desgaste do neoliberalismo ficaria patente, quando as principais forças políticas do país, inclusive a candidatura alinhada ao governo federal, procuraram se desvencilhar (ao menos retoricamente) do chamado “malanismo” – a política empreendida pelo Ministro da Fazenda, Pedro Malan, identificada com o neoliberalismo

⁴⁶⁸ (BOITO JR. e BERRINGER, 2013);

ortodoxo. Tais forças, ainda que com fortes divergências internas, continham em seus programas de governo as pautas de um papel estatal mais ativo na economia, a queda da taxa de juros e a orientação da política econômica para os ramos ligados à atividade produtiva⁴⁶⁹.

Segundo Martuscelli, esse pleito ficou marcado por uma aproximação político-partidária que permitiria entrever uma espécie de “monopartidarismo competitivo” na política brasileira daquela conjuntura, em que “facções de um mesmo partido passavam a disputar os rumos da política no país”. A candidatura do bloco governista de José Serra (PSDB) apresentava a ideia de “continuidade sem continuísmo”. Ela se propunha, em seu programa de governo, a realizar uma política que privilegiaria as exportações e a substituição competitiva de importações e a priorização de negociações comerciais com países do Mercosul em detrimento de acordos estabelecidos em torno da Alca, sem, contudo, romper com o tripé macroeconômico neoliberal de câmbio flutuante, metas de inflação e geração de superávits primários. Já a candidatura oposicionista de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em sua crítica ao governo FHC, curiosamente assumia como diretriz políticas bastante similares às do seu adversário, em defesa da promoção das exportações e de uma “substituição competitiva de importações no curto prazo”. Esses posicionamentos foram expressos no documento “Carta ao Povo Brasileiro”, em 22 de junho de 2002, no qual Lula também se comprometia a, caso eleito, honrar os contratos estabelecidos com os credores nacionais e internacionais, governar com “responsabilidade fiscal” e dar continuidade às políticas de metas de inflação e câmbio flutuante. Ainda com Martuscelli, o sentido geral dessas propostas apontava para a intenção de realizar *reformas* no modelo neoliberal de política estatal então vigente e indicava

o fortalecimento político de certas frações burguesas no bloco no poder – estas tinham sido marginalizadas pela política do capital financeiro internacional e agora tentavam acomodar seus interesses sem colocar em xeque a hegemonia desse capital. Entendemos, pois, que há fortes indícios de que os interesses da burguesia interna foram representados, ainda que de modo desigual, nas elaborações programáticas do PT e do PSDB nas eleições de 2002.
(MARTUSCELLI, 2015, p. 149)

Embora a grande burguesia brasileira, em boa medida, não demonstrasse preferência em relação à candidatura de Lula⁴⁷⁰, houve uma crescente aproximação de segmentos burgueses a ela nos últimos anos do governo Cardoso, decorrente, segundo Bianchi, de uma tática para abrir

⁴⁶⁹ (MARTUSCELLI, 2015);

⁴⁷⁰ Em pesquisa de intenção de voto estimulada, realizada pelo Instituto Datafolha, em julho de 2001, com empresários que assistiram palestra do ex-presidente estadunidense, Bill Clinton, 45% dos entrevistados declararam preferência nas eleições por José Serra, 22% por Ciro Gomes, 12% por Lula, 3% por Anthony Garotinho e 2% por Itamar Franco (BIANCHI, 2010);

negociações com o governo sobre a condução da política econômica, do intuito de enfraquecer a então postulada pré-candidatura de Pedro Malan à presidência e da redução do grau de conflitividade entre o empresariado e o candidato petista, oriunda da percepção da crescente moderação do discurso de Lula em relação às eleições anteriores⁴⁷¹.

Cabe ainda ressaltar a aproximação de Lula, principalmente no segundo semestre de 2002, de segmentos da burguesia bancária brasileira, no intuito de ganhar aderência de grandes instituições financeiras nacionais às reformas do neoliberalismo. Foi o caso da divulgação do documento “Mercado de capitais como instrumento de desenvolvimento econômico”, na sede da Fiesp, entre o primeiro e o segundo turno das eleições, o qual assinavam importantes membros da coordenação de campanha de Lula. Esse documento apresentava uma série de eixos de políticas de incentivo ao mercado de capitais, tais quais a ampliação dos fundos de previdência complementar, o apoio a iniciativas consideradas de “interesse nacional” pela utilização de fundos de pensão estatais, a adoção de uma política de juros que não compromettesse a competitividade do mercado de capitais, entre outros. O sentido geral das propostas era o estreitamento dos laços entre mercado de capitais e setor produtivo. A equipe de Lula também se reuniria, na Febraban com cerca de 60 banqueiros, diretores e executivos de instituições financeiras, no intuito de formar um grupo de trabalho que buscasse soluções para a redução dos juros e expansão do crédito ao setor privado⁴⁷².

Martuscelli aponta, ainda, a composição das contribuições de campanha nas eleições de 2002 como um indicador de quais frações burguesas aproximavam-se das candidaturas. O setor financeiro foi o maior doador das campanhas de Serra e Lula, mas doou o dobro do valor para o primeiro (R\$ 12,75 milhões) em relação ao segundo (R\$ 6,08 milhões).

No que se refere à contribuição dos demais setores econômicos, é possível entrever uma ascendência da candidatura Lula[em relação à candidatura Serra] nos seguintes segmentos: construção civil e imobiliário (76,9%[das doações do segmento]), bebidas e alimentos (61,5%), siderúrgico (55%), químico e petroquímico (60,7%), agropecuário (100%), açúcar e álcool (100%), energia (100%), têxtil, couro e vestuário (93%), fabricação de veículos e peças (51,1%), comunicações (51,8%), eletroeletrônico (64,9%), farmacêutico (90,5%), metalúrgico (83,9%) e transporte (100%).
(MARTUSCELLI, 2015, p. 154)

Pode-se verificar, com os fatos apresentados, que havia um importante realinhamento da grande burguesia interna em torno de uma candidatura que até então havia enfrentado muita

⁴⁷¹ (BIANCHI, 2010);

⁴⁷² (MARTUSCELLI, 2015, p. 152 e 153);

resistência no interior do empresariado. A candidatura Lula incorporava as demandas e era fortalecida pela grande burguesia interna. Sua vitória incumbia ao presidente “a tarefa de implementar políticas que pudessem acomodar os interesses de classe dessa fração no bloco no poder”⁴⁷³, o que se traduzia na exigência da execução de reformas no neoliberalismo. Saída de uma década em que, primeiramente, havia prevalecido uma movimentação defensiva diante da implementação do neoliberalismo, e, em um segundo momento, de alinhamento relativamente passivo à política neoliberal, a grande burguesia interna lograria ascender no bloco no poder durante a década de 2000 com a capacidade de promover uma agenda de reformas contra a qual a grande burguesia integrada se opunha, configurando uma correlação de forças que daria sustentação a uma nova política de Estado.

4.5 2003-2013: Neoliberalismo desenvolvimentista e a ascensão da grande burguesia interna no bloco no poder

O período que se inicia em 2003 com ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência da República é marcado por uma reorientação da política estatal. Eleito com base em um programa que buscava simultaneamente tranquilizar o capital financeiro internacional e acenar com propostas para a grande burguesia interna e para a classe trabalhadora, o governo Lula forjou uma nova frente classista que perdurou até o primeiro mandato de Dilma Roussef, reunindo ramos da grande indústria, do agronegócio e dos movimentos popular e sindical. A formação dessa frente forneceria as condições para a ascensão da grande burguesia interna no bloco no poder, chegando, em determinado momento, a pôr em xeque (sem destituir) a hegemonia política da grande burguesia integrada.

4.5.1 Neoliberalismo desenvolvimentista e frente neodesenvolvimentista

Há mais de um termo na literatura para fazer referência ao novo sentido da política econômica, social e externa que assumiram os governos petistas: *neodesenvolvimentismo*, *neoliberalismo desenvolvimentista*, *reformas no capitalismo neoliberal*, *reformismo fraco*, entre outros. Para Boito Jr., o “neodesenvolvimentismo” petista seria “o desenvolvimentismo possível dentro do modelo capitalista neoliberal periférico”⁴⁷⁴. Saad Filho & Moraes entendem o “neoliberalismo desenvolvimentista” como uma “variante híbrida do sistema de acumulação

⁴⁷³ (MARTUSCELLI, 2015, p. 155);

⁴⁷⁴ (BOITO JR., 2018, p. 57);

neoliberal”, em que houve a sobreposição de políticas econômicas novo-desenvolvimentistas ao tripé neoliberal mantido desde o segundo governo FHC⁴⁷⁵. Martuscelli se refere às “reformas no capitalismo neoliberal” que estiveram inscritas no campo de abrangência da hegemonia do capital financeiro internacional⁴⁷⁶. Singer contrasta o “reformismo fraco” implementado nos governos Lula com a proposta “reformista forte” que o Partido dos Trabalhadores carregava em sua origem. Esse conjunto de reformas econômicas e sociais sustentar-se-iam na via de “neutralização do capital por meio de concessões, não do confronto”, significando objetivamente o abandono das táticas de enfrentamento direto de classes⁴⁷⁷.

Embora haja diferenças entre as definições mencionadas, elas trazem consigo a premissa comum *da convivência, entre as ações da política de Estado dos governos do PT, tanto de elementos de continuidade como de descontinuidade em relação ao neoliberalismo ortodoxo implementado na década de 1990 no Brasil*. Também, excetuando-se a definição e a análise de Singer, a política de Estado a que se faz referência teve como base de sustentação *uma frente pluriclassista liderada por uma fração de classe específica, a grande burguesia interna brasileira, que ascendeu em sua posição no bloco no poder durante o período petista*.

Do ponto de vista aqui defendido, o termo e a definição utilizados por Saad Filho & Moraes – neoliberalismo desenvolvimentista - detêm o mérito de destacar os dois polos da política estatal implementada no período que compreende os governos do PT, em especial a partir de 2005 até o primeiro governo Dilma: de um lado, durante esses governos – embora de forma flexibilizada – manteve-se o tripé macroeconômico neoliberal baseado em metas de inflação, câmbio flutuante e geração de superávits primários– a forma institucional do poder estrutural do capital financeiro no Estado neoliberal brasileiro⁴⁷⁸. Além disso, a abertura comercial e financeira e as privatizações legadas dos governos Collor e FHC foram mantidas e não foi desencadeado nenhum processo amplo de regulamentação do mercado de trabalho e reestruturação dos serviços públicos e direitos sociais. De outro lado, houve a adoção de uma política estatal orientada à distribuição de renda e ampliação do investimento público e privado, que Saad Filho & Moraes caracterizam como novo-desenvolvimentista⁴⁷⁹. Os elementos dessa

⁴⁷⁵ (SAAD FILHO e MORAIS, 2018, p. 149);

⁴⁷⁶ (MARTUSCELLI, 2015, p. 142);

⁴⁷⁷ (SINGER, 2012, p. 188 e 189);

⁴⁷⁸ (BASTOS, 2017a);

⁴⁷⁹ Para Saad-filho e Moraes, o novo-desenvolvimentismo latino-americano compreende diferentes versões de uma proposta de política econômica heterodoxa e alternativa ao neoliberalismo, cujos pontos em comum incluem: a) a avaliação de que o antigo desenvolvimentismo latino-americano, associado à industrialização por substituição de importações do padrão de reprodução industrial dependente, falhou por tender à concentração de renda e não ter sido capaz de internalizar as fontes de inovação e crescimento da produtividade; b) a defesa de uma forte

política, dos quais trataremos um pouco mais detidamente nas próximas seções, incluíram medidas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda para as camadas mais pobres da população; fortalecimento dos bancos públicos e de grandes empresas estatais; política externa de apoio a grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de mercadorias e capitais; política econômica anticíclica adotada após a crise de 2008; aumento do investimento estatal em infraestrutura, entre outros⁴⁸⁰. A interação entre a política estatal desenvolvimentista e a manutenção do tripé neoliberal foi favorecida pela existência de um ambiente externo favorável (alta dos preços das *commodities*, crescimento da economia internacional, elevada liquidez internacional e crescimento do comércio regional) que contribuiu para proporcionar uma acomodação temporária das contradições entre os polos da política estatal (e as frações e classes no bloco no poder) e contribuiu para êxitos em termos de crescimento econômico e melhora nos indicadores de emprego, salário e distribuição de renda⁴⁸¹.

Contudo, as ações de política estatal não lograram promover mudanças estruturais no padrão de reprodução do capital e tampouco apontaram para um reposicionamento da economia brasileira na divisão internacional do trabalho. Na verdade, embora o “velho” desenvolvimentismo do padrão de reprodução industrial de 1930-1980 não tenha sido capaz de romper os grilhões da dependência e do subdesenvolvimento que determinam o capitalismo brasileiro, o “neo” desenvolvimentismo do início do século XXI diferencia-se de seu predecessor pela timidez ainda maior com que aponta para uma reconfiguração das estruturas econômicas e sociais, acomodando-se aos limites do capitalismo neoliberal. Conforme Boito Jr., ele se caracterizou, em contraste com o desenvolvimentismo original, a) por índices mais modestos de crescimento econômico e de investimento, porque limitado pela acumulação financeira traduzida no peso da rolagem da dívida pública e dos juros sobre a receita do Estado

interação entre Estado e setor privado para apoiar políticas distributivas e de elevação do crescimento econômico; c) a interpretação de que a participação do Estado não necessariamente deve se dar pela propriedade de ativos e que este não deve exercer um controle agressivo sobre o capital privado, mas sobretudo na contribuição ao financiamento a longo prazo do investimento e na garantia da estabilidade macroeconômica, a qual requer controles sobre os fluxos internacionais de capital, equilíbrio fiscal intertemporal e taxas de juros baixas, essenciais para apoiar o investimento privado; d) a visão da necessidade de um projeto nacional de desenvolvimento que compatibilize crescimento econômico com equidade social; e) a visão da necessidade de crescimento a taxas elevadas para a redução da desigualdade social; entre outros aspectos (SAAD FILHO e MORAIS, 2018, p. 150). Essa visão abrangente do que compreende o novo-desenvolvimentismo contrasta com outras acepções mais específicas, que o veem como uma proposta econômica voltada prioritariamente para a promoção das exportações como mola propulsora do desenvolvimento, seja por seu papel sobre os ganhos de competitividade, seja pela redução da vulnerabilidade externa. Nessa perspectiva mais restrita, o novo-desenvolvimentismo diferencia-se do social-desenvolvimentismo, que dá destaque aos aumentos salariais e ampliação do consumo de massas como elementos-chave da política de desenvolvimento (MOLLO e AMADO, 2015);

⁴⁸⁰ (BOITO JR., 2018);

⁴⁸¹ (SAAD FILHO e MORAIS, 2018);

e sobre o lucro das empresas do setor produtivo; b) pela aceitação da especialização regressiva, concentrando-se nos ramos de processamento de produtos agrícolas, pecuários ou de recursos naturais e em ramos da indústria de transformação de baixa densidade tecnológica; c) pela orientação à promoção das exportações e do investimento brasileiro no exterior, com manutenção da abertura comercial herdada do neoliberalismo ortodoxo, a menor importância conferida ao mercado interno e o foco voltado à conquista de novos mercados; d) pela menor importância atribuída à política de desenvolvimento industrial; e) pela menor capacidade de distribuição de renda (em relação à política do período 1930-1964); f) pela direção da política por um extrato de fração burguesa – a grande burguesia interna – que não detém qualquer aptidão para agir como força social nacionalista e anti-imperialista⁴⁸².

Boito Jr. conclui que essas limitações decorrem de ser o neodesenvolvimentismo “o desenvolvimentismo possível dentro dos limites dados pelo *modelo capitalista neoliberal*”. Segundo o autor, o “modelo” neoliberal consistiria no resultado de uma “dupla pressão” dos Estados imperialistas sobre as economias dependentes e dos capitalistas sobre os trabalhadores (ou seja, as relações de dependência) que, nos últimos 30 anos, levaram às “reformas orientadas para o mercado”: abertura comercial e financeira, proeminência dos circuitos de acumulação financeira, privatizações e supressão de direitos trabalhistas e sociais. Dado que a política neodesenvolvimentista não rompeu com esses pilares, ela se inscreveria dentro do modelo⁴⁸³.

Aqui, entende-se que os pilares indicados por Boito Jr. para descrever seu modelo capitalista neoliberal fazem referência à *forma política neoliberal assumida pelo Estado brasileiro desde a década de 1990*. Isso porque eles dizem respeito, diretamente, ao sentido liberalizante da *política de Estado* implementada e não confrontada desde então, a qual contribuiu para a conformação do padrão exportador de especialização produtiva brasileiro. Traduzem, portanto, a relação específica entre a esfera política e a esfera econômica sob uma fase particular do capitalismo dependente. Portanto, em vez de “modelo”, julgamos mais adequado descrever o neoliberalismo desenvolvimentista (o “neodesenvolvimentismo” do autor) como *o desenvolvimentismo possível dentro dos limites dados pelo Estado dependente neoliberal*.

Essa mudança de termo ganha maior importância quando considerada a questão da hegemonia política no bloco no poder durante os governos neoliberais desenvolvimentistas.

⁴⁸² (BOITO JR., 2018);

⁴⁸³ (BOITO JR., 2018, p. 107);

Para Boito Jr. e autores como Saad Filho & Moraes⁴⁸⁴ e Berringer⁴⁸⁵, a grande burguesia interna, ao escalar sua posição política relativa no bloco no poder nesse período, teria chegado ao ponto, em determinado momento do período dos governos petistas, de assumir a hegemonia política no bloco no poder, deslocando a grande burguesia integrada – a fração hegemônica do neoliberalismo ortodoxo - dessa posição. No entanto, o próprio Boito Jr. reconhece implicitamente, na sua descrição da política neodesenvolvimentista inscrita no “modelo” capitalista neoliberal, que os elementos fundamentais que determinam a política neoliberal não foram rompidos ou revertidos. Ora, esses elementos são justamente aqueles que atendem *prioritariamente* aos interesses da fração integrada da burguesia e do capital financeiro internacional, os quais permaneceram, mesmo que de forma flexibilizada e moderada, sendo atendidos pela política implementada nos principais centros de poder do Estado brasileiro, conforme já foi tratado anteriormente (interpretação que também é similar à de autores como Martuscelli⁴⁸⁶, Bastos⁴⁸⁷ e Pinto & Teixeira⁴⁸⁸). O recurso ao conceito *forma de Estado* garante a ênfase nos aspectos essenciais da *política de Estado* que se mantêm no Estado neoliberal, e, com eles, a hegemonia da fração integrada ao capital estrangeiro da burguesia, ainda que, por determinações da conjuntura, as políticas estatais implementadas resultem diferentes (neoliberal ortodoxa ou neoliberal desenvolvimentista). Tal interpretação está de acordo com a perspectiva poulantziana que observa a correspondência entre determinada forma de Estado e a hegemonia de uma fração de classe específica⁴⁸⁹.

Entendo, em acordo com Boito Jr.⁴⁹⁰, que as políticas neodesenvolvimentistas foram sustentadas por uma frente política⁴⁹¹ pluriclassista, com fragilidades e contradições, mas efetiva, dirigida pela grande burguesia interna, que logrou por meio dela ascender politicamente no interior do bloco no poder. Essa frente começou a se formar no decorrer da década de 1990, pelo duplo movimento de acúmulo de contradições da grande burguesia interna com o

⁴⁸⁴ (SAAD FILHO e MORAIS, 2018);

⁴⁸⁵ (BERRINGER, 2015);

⁴⁸⁶ (MARTUSCELLI, 2019; MARTUSCELLI, 2015);

⁴⁸⁷ (BASTOS, 2017a)

⁴⁸⁸ (PINTO e TEIXEIRA, 2012);

⁴⁸⁹ (POULANTZAS, 2019);

⁴⁹⁰ (BOITO JR., 2018);

⁴⁹¹ Temos acordo com Boito Jr. na designação específica de “frente política” e não “aliança política”. Como o autor explica: “Frente e aliança não são a mesma coisa. A aliança reúne classes ou frações de classe que agem organizadas, cada qual, de modo independente, com base em um programa político próprio, e que estabelecem um programa mínimo comum. A frente reúne, de maneira mais informal, classes e frações de classe, não necessariamente organizadas de modo independente, em torno de objetivos convergentes, mas cuja convergência nem sempre está clara para as forças sociais envolvidas na frente. A força social que está envolvida na frente sem o saber não pode dirigi-la. Mesmo que radicalize a sua ação, poderá, ao fazê-lo, funcionar como instrumento da força dirigente” (BOITO JR., 2018, p. 60 e 61);

neoliberalismo ortodoxo e de refluxo e moderação política de parte importante do movimento operário e popular presente, sobretudo, no PT e na CUT, que foi gradativamente abandonando a postura combativa e radical da década de 1980 rumo a uma maior aceitação da aproximação com setores burgueses. Embora o sucesso político dessa frente tenha dependido do movimento operário e popular, fundamental para a vitória de Lula em 2003 e para a sustentação dos governos petistas, as classes populares não a dirigiram, devido às limitações políticas da conjuntura. Quem definiu seus objetivos estratégicos (portanto, a força hegemônica da frente) foi a grande burguesia interna. Integraram a frente neodesenvolvimentista, além dessa fração burguesa:

- a) O operariado urbano e a baixa classe média, de forma organizada, por intermédio do sindicalismo e do Partido dos Trabalhadores, que ganharam com a recuperação do emprego, a política de reajuste do salário mínimo e as novas condições econômicas e sociais que favoreceram a organização e a luta sindical;
- b) O campesinato, também de forma organizada, cujos movimentos tiveram seu direito a reivindicação reconhecido pelo governo. Entretanto, o atendimento dos seus interesses se deu de forma desigual: os camponeses assentados foram beneficiados com as políticas de financiamento da agricultura familiar e os programas de compra governamental da produção camponesa, os trabalhadores rurais assalariados usufruíram da política de emprego e salário, mas os camponeses sem-terra, que reivindicam novos assentamentos, foram marginalizados pela política estatal tímida em desapropriações, em razão do peso do agronegócio na frente neodesenvolvimentista;
- c) Os trabalhadores desempregados, subempregados, sujeitos ao trabalho precário ou “por conta própria”, residentes das periferias dos grandes centros urbanos e do interior da região Nordeste. Parte desses trabalhadores organiza-se em movimentos populares, como os movimentos por moradia, que tiveram como conquista a criação do programa habitacional “Minha casa, minha vida” no segundo governo Lula. Outra parte desses trabalhadores não esteve politicamente organizada e foi incluída na frente neodesenvolvimentista pelas políticas de transferência de renda. Essa massa de trabalhadores foi uma base fundamental para o sucesso eleitoral dos governos petistas.

A frente neodesenvolvimentista constituiu-se em um arranjo frágil, com contradições internas importantes refletidas da política estatal. Além das contradições no interior da própria grande burguesia interna, houve aquelas que opuseram a fração burguesa às classes populares:

- a) as demandas crescentes pelo melhoramento dos serviços públicos, previdência social e reajustes do funcionalismo público em benefício da classe trabalhadora *versus* o aumento do

investimento estatal em infraestrutura, proteção alfandegária e financiamento via bancos públicos a grandes empresas nacionais; b) as demandas por salários maiores e melhores condições de trabalho resultantes da redução do desemprego, aumento do salário mínimo e fortalecimento dos sindicatos *versus* redução dos custos da força de trabalho pela moderação salarial e desoneração dos tributos da folha salarial, o que implica em queda de arrecadação que agudiza o conflito sobre o orçamento público; c) a manutenção da grande propriedade rural que atendeu ao agronegócio *versus* a realização de desapropriações pela qual luta o campesinato sem-terra.

De maneira geral, os governos neoliberais desenvolvimentistas buscaram contornar essas contradições com soluções que tenderam a priorizar os interesses da grande burguesia interna – fração hegemônica da frente neodesenvolvimentista – e da grande burguesia integrada – fração hegemônica do bloco no poder – levando em conta a realização de concessões necessárias à manutenção da unidade pluriclassista da frente neodesenvolvimentista. Tais feitos foram bem-sucedidos por um período importante, resultando na atuação conjunta das forças sociais que integram a frente nas vitórias eleitorais do Partido dos Trabalhadores à presidência da República e na crise política de 2005, conhecida como “Crise do Mensalão”. Como coloca Boito Jr., nesses momentos,

importantes associações patronais, centrais sindicais, movimentos camponeses, movimentos populares por moradia, bem como o eleitorado pobre e desorganizado, apoiaram, com manifestações dos mais variados tipos ou simplesmente com seu voto, os governos e as candidaturas de Lula da Silva e Dilma Rousseff. Ao agirem assim, tais forças sociais, mesmo que motivadas por interesses distintos, evidenciaram fazer parte de um mesmo campo político.

(BOITO JR., 2018, p. 113 e 114)

4.5.2 Primeiro governo Lula: continuidade neoliberal, crise política e acomodação de interesses da grande burguesia interna

Contando com um cenário externo favorável, com o crescimento da economia mundial, a alta liquidez internacional e o *boom* de exportações industriais para a América Latina e de exportações de *commodities* para a China, o primeiro governo Lula logrou reduzir as restrições ao balanço de pagamentos, elevar a receita tributária, o que propiciou a garantia de superávits primários concomitantemente à expansão das políticas sociais, e fomentar um reduzido e volátil crescimento econômico baseado em grande medida nos efeitos das atividades dos ramos exportadores sobre a demanda agregada.

O novo governo iniciou com um recuo tático que possibilitasse o acúmulo de forças para modificações posteriores na política econômica. Seguindo o sentido da política anunciado na Carta ao Povo Brasileiro em meio ao pânico do mercado financeiro com a iminente vitória do PT nas eleições presidenciais, Lula nomeou, para o Ministério da Fazenda e para a presidência do Banco Central, Antonio Palocci e Henrique Meirelles, respectivamente, dois nomes com trânsito e reconhecimento da grande burguesia financeira. Enquanto a primeira pasta promoveu em 2003 um forte ajuste fiscal para atingir metas mais altas de superávit primário, a segunda manteve as taxas básicas de juros em um patamar elevado. A reorientação da política econômica que ocorreria posteriormente não contrariaria a institucionalidade consolidada nesse primeiro momento, a qual condensava os objetivos estratégicos da grande burguesia integrada.

Entre 2003 e 2005, a política estatal caracterizou-se pela manutenção em grande medida de elos de continuidade com a política do governo FHC. O tripé macroeconômico consolidou-se com a elevação das metas de superávit primário, a manutenção da taxa básica de juros, a despeito das oscilações, em patamares elevados (com queda progressiva a partir de agosto de 2005) e a preservação do regime de câmbio flexível que propiciou a valorização do real frente a outras moedas estrangeiras. O governo aprovou a prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU), um dispositivo criado em 1994, sob o cínico nome de “Fundo Social de Emergência”, que permite a transferência de 20 % das receitas da União com destinação constitucional a políticas sociais para o pagamento dos rendimentos dos detentores da dívida pública, uma espécie de bolsa banqueiro institucionalizada⁴⁹². Esse dispositivo foi prorrogado em 1996, 2000, 2003, 2007, 2011 e 2015, aumentando nesta última prorrogação a alíquota disponível para transferência de recursos para 30% das contribuições sociais e econômicas, fundos constitucionais, taxas e compensações financeiras, com vigência até 2023.

O governo implementou algumas reformas econômicas voltadas a atender prioritariamente a interesses da grande burguesia integrada e outras que visavam prioritariamente acomodar os interesses da grande burguesia interna⁴⁹³. Em relação as primeiras, cabe mencionar: a) as medidas de abertura financeira: a Resolução do BCB n° 3.265, de 4 de março de 2005, que unificou os mercados de câmbio livre e flutuante, eliminou a Conta de Não Residentes (CC5) e ampliou os prazos para a cobertura cambial das exportações, e a Medida Provisória n° 281, de 15 de fevereiro de 2006, que estabeleceu incentivos tributários aos investimentos estrangeiros para a aquisição de títulos da dívida pública interna. A

⁴⁹² (MARTUSCELLI, 2015);

⁴⁹³ (MARTUSCELLI, 2015);

Resolução de 2005 facilitou a remessa de dólares ao exterior e incentivou a manutenção das receitas adquiridas pelas exportações em dólares – essa mudança, em particular, beneficiava diretamente os segmentos exportadores da grande burguesia interna - e a MP de 2006 contribuiu para aprofundar a conexão entre a entrada de recursos externos no país e o aumento do endividamento interno; b) a aprovação da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, a Lei de Falências, que estabeleceu prioridade do pagamento das dívidas bancárias por empresas em processo falimentar, em detrimento das dívidas trabalhistas que ultrapassassem o limite individual de 150 salários mínimos e das dívidas tributárias – beneficiando, portanto, a burguesia bancário-financeira e prejudicando os trabalhadores e o próprio Estado; c) a aprovação da Emenda Constitucional nº 40, que separou a regulação do Banco Central da regulação do sistema financeiro em geral, concedendo-lhe um estatuto legal próprio que seria o preâmbulo da “autonomia” pela qual advogavam os representantes do capital financeiro. Esta foi, no entanto, uma “meia” vitória da grande burguesia integrada, dado que a Emenda previa a criação de uma lei complementar que materializaria a autonomia plena do BCB, o que, apesar da pressão do Ministério da Fazenda e do Banco Central nesse sentido, não ocorreu no governo Lula.

Quanto a algumas das ações de política econômica mais relevantes voltadas à acomodação dos interesses da grande burguesia interna, podemos citar, além da derrota da proposta de autonomia plena do Banco Central – que atendia à grande burguesia interna na medida em que a “autonomia” dessa instituição em relação ao governo significa, em verdade, um passo a mais em sua captura pelo setor financeiro interessado em altas taxas de juros e *spreads* bancários –, também as seguintes realizações: a) a aprovação da Lei das Parcerias Público-Privadas (PPPs), que estabeleceu uma forma de privatização em que o Estado entra como apoiador e sócio dos novos empreendimentos em determinadas atividades ou serviços, algo fundamental para grupos econômicos nacionais posicionarem-se e competirem em maior equilíbrio diante dos capitais imperialistas; b) a política de conteúdo local, que estabeleceu percentuais mínimos de aquisição de bens e serviços produzidos no país nos projetos de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural; c) a mudança de papel e de prioridade política dada ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que se inicia no primeiro mandato Lula e ganha força no segundo mandato: a instituição financeira estatal, que havia cumprido o papel de financiador e gestor do processo de privatização das empresas estatais nos governos neoliberais ortodoxos, voltou-se nos governos neoliberais desenvolvimentistas à criação, o fortalecimento e a internacionalização de grandes grupos econômicos nacionais estatais e privados. A dotação orçamentária do BNDES

creceria continuamente a partir de 2003 e os desembolsos realizados em programas especiais de crédito, a taxas de juros mais baixas que do mercado, e de participação acionária seriam um mecanismo fundamental para o crescimento de um seleto grupo de grandes empresas nacionais.

As definições relacionadas a essas políticas animaram o debate público e foram atravessadas por disputas no interior da própria equipe governamental, as quais refletiram as disputas entre as frações burguesas no bloco no poder. Sobre o tema dos juros, figuras como o vice-presidente da República, José Alencar, o ministro da Casa Civil, José Dirceu, o presidente do BNDES, Carlos Lessa, e o ministro do Planejamento, Guido Mantega (que substituiria Lessa no BNDES e depois assumiria o Ministério da Fazenda no lugar de Palocci), notabilizaram-se pela crítica à política de juros altos promovida pelos representantes do neoliberalismo ortodoxo no governo, Palocci no Ministério da Fazenda e Meirelles no Banco Central. O tema da autonomia do Banco Central também contou com manifestações públicas que opuseram José Dirceu e Antonio Palocci. Outro conflito se deu entre Antonio Palocci e Carlos Lessa, quando o primeiro criticou, em palestra realizada em 2004, os créditos direcionados do BNDES por operarem a Taxas de Juros de Longo Prazo (TJLP), mais baixas que as taxas de juros do “mercado”, ao que Lessa rebateu acusando o ministro da Fazenda de ser o “regente de uma orquestra que estava empenhada em desmontar o BNDES”⁴⁹⁴. Dias após a crítica, Lessa seria demitido do cargo de presidente da instituição.

Ademais do que revelam os próprios conflitos em termos das disputas no interior dos blocos no poder, eles também remetem a uma reconfiguração da composição social do aparelho de Estado no governo Lula⁴⁹⁵, em que: a) o Ministério da Fazenda e o Banco Central – principais centros de poder do Estado – foram conduzidos por representantes da grande burguesia integrada (no caso do Ministério da Fazenda, até 2006, com a substituição de Palocci por Mantega); b) outros importantes centros de poder, secundários em relação à Fazenda e BCB, estiveram sob o comando autoridades alinhadas aos interesses da grande burguesia interna – Casa Civil, com José Dirceu; Ministério do Planejamento, com Guido Mantega; BNDES, com Carlos Lessa; além do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio Exterior, com Luiz Fernando Furlan, e o Ministério da Agricultura, com Roberto Rodrigues; c) testemunhou-se a ascensão inédita de militantes e intelectuais ligados ao movimento popular, à esquerda e particularmente ao PT para cargos de alto escalão do governo federal: o presidente Lula indicou

⁴⁹⁴ (MARTUSCELLI, 2015, p. 171);

⁴⁹⁵ (MARTUSCELLI, 2015);

cinco ministros oriundos da classe trabalhadora e mais de uma centena de sindicalistas ocuparam postos de alto escalão na administração pública e nas empresas estatais⁴⁹⁶.

Quanto à política social, pôde-se observar no primeiro governo Lula ações e reformas com sinal trocado. O governo expandiu consideravelmente as políticas de assistência social, em que se destacaram as políticas de combate à pobreza focalizadas, em especial o Programa Bolsa Família. Houve um forte crescimento dos gastos na área de assistência social em relação a outras rubricas sociais do governo, como saúde, educação e trabalho. Também foram importantes as políticas de expansão do crédito popular para a agricultura familiar, de ampliação do acesso ao microcrédito e bancarização de famílias de baixa renda, o início da recuperação do salário mínimo e outros programas específicos, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que fornece um salário mínimo para aposentados e portadores de necessidades especiais com renda familiar per capita inferior a 25% do salário mínimo; o programa Luz para Todos, orientado à expansão da eletrificação rural; o processo de regularização de terras quilombolas; a construção de cisternas no semiárido, entre outros programas.

As políticas de transferência de renda e programas sociais criados e ampliados lograram atender interesses sociais excluídos por governos anteriores, consolidando uma base de apoio ao governo Lula como parte de um realinhamento eleitoral fundamental para as sucessivas vitórias do PT nas eleições presidenciais seguintes⁴⁹⁷. Os maiores beneficiados foram setores da massa de trabalhadores mais pauperizada, das periferias dos médios e grandes centros urbanos e do interior do Nordeste. O Bolsa Família foi marcado por sua enorme abrangência e impacto significativo na redução da pobreza extrema, no aumento da frequência escolar e indicadores de saúde como nutrição e vacinação infantil. O programa também influenciou significativamente no crescimento da economia de pequenos municípios ao promover um ciclo virtuoso de ampliação do consumo popular nessas localidades. Embora as taxas de desemprego tenham se mantido altas no primeiro mandato de Lula, houve uma lenta redução de 12,31% em 2003 para 9,97% em 2006 com ampliação do emprego formal, bastante concentrado em ocupações de até 1,5 salário mínimo de remuneração⁴⁹⁸.

Não obstante, na área social, o primeiro governo Lula também implementou medidas de cunho antipopular ou que mantiveram o sentido excludente das instituições políticas e sociais

⁴⁹⁶ (SAAD FILHO e MORAIS, 2018, p. 145);

⁴⁹⁷ (SINGER, 2012);

⁴⁹⁸ (MARTUSCELLI, 2015, p. 177; SAAD FILHO e MORAIS, 2018);

brasileiras⁴⁹⁹. Destaca-se, nesse sentido, a realização da reforma da previdência do funcionalismo público⁵⁰⁰, orientada, em concordância com as recomendações do Banco Mundial, para o estabelecimento da convergência “nivelada por baixo” das regras entre os regimes de previdência dos servidores públicos e da iniciativa privada, como forma de rebaixar os valores das aposentadorias e promover a profusão de fundos de pensão. Em relação às mudanças na legislação trabalhista, o governo federal implementou tanto medidas que contiveram o ímpeto da “flexibilização trabalhista” dos governos FHC, como a suspensão de projetos que ampliavam as possibilidades de terceirização e de prevalência do negociado sobre o legislado, quanto, em maior número, aquelas que mantiveram a lógica de retirada dos direitos trabalhistas, como a permissão da contratação de prestadores de serviços na condições de empresas constituídas por uma pessoa única (na modalidade de “pessoa jurídica”), a instituição do “Primeiro Emprego”, uma modalidade de contrato de duração determinada para jovens de 16 a 24 anos, e mudanças da Justiça do Trabalho que dificultaram o ajuizamento de ações trabalhistas e a ampliaram as possibilidades de intervenção do Judiciário no direito de greve.

A política agrária concentrou-se no apoio e financiamento de agricultores já assentados, principalmente por meio do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf)⁵⁰¹, enquanto o número de novos assentamentos, embora maior que no segundo governo FHC, manteve-se mais baixo que no primeiro governo Cardoso⁵⁰², bem como concentrou-se em áreas mais distantes dos centros populacionais e manteve praticamente intacta a estrutura fundiária brasileira. O sentido das medidas relacionadas à política agrária esteve em consonância com os interesses do agronegócio, um dos setores mais poderosos da grande burguesia interna. O governo também promoveu uma minirreforma tributária concentrada nos impostos indiretos e que isentou ramos exportadores do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

No âmbito da política externa, os governos Lula buscaram reposicionar o Estado brasileiro em um viés de maior autonomia, embora não de rompimento, com relação ao imperialismo, em uma movimentação que Berringer caracteriza como de “subordinação

⁴⁹⁹ (MARTUSCELLI, 2015);

⁵⁰⁰ Entre as principais mudanças ocorridas com a reforma da previdência do primeiro governo Lula, estão o fim da integralidade dos proventos de aposentadoria e da paridade entre os reajustes dos proventos e pensões e a remuneração de servidores públicos ativos, o estabelecimento da contribuição dos servidores inativos e pensionistas e a regulação do regime de previdência complementar dos servidores públicos (SOUZA, 2006);

⁵⁰¹ O volume de recursos destinados ao Pronaf cresceu cerca de 85% entre a safra 2002/2003 e a safra 2005/2006, passando de R\$ 5,4 bilhões para R\$ 10 bilhões (MARTUSCELLI, 2015, p. 190);

⁵⁰² A média anual de famílias assentadas no primeiro governo Lula foi de 63.005 famílias, no primeiro governo FHC foi de 75.091 famílias e no segundo governo FHC de 39.327 famílias (MARTUSCELLI, 2015, p. 189);

conflitiva” identificada com os interesses da grande burguesia interna. Nessa perspectiva, a definição dos eixos de atuação dos governos Lula se pautou

na relação com os Estados dependentes (conhecidas como relações sul-sul) por intermédio da criação de coalizões, no adensamento do processo de integração da América do Sul, e na postura crítica à assimetria de poder e das regras desiguais nas organizações internacionais. Além disso, buscaram também defender políticas sociais de combate à fome e à pobreza (BERRINGER, 2015, p. 163)

O primeiro mandato Lula teve como prioridade o fortalecimento da integração regional. Destacam-se nesse quesito a realização da Cúpula de Ouro Preto do Mercosul, em 2004, em que foram criados uma série de mecanismos institucionais que visavam aumentar a institucionalização do bloco, como o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM) e o Parlamento do Mercosul (Parlasul), a aproximação do Mercosul com a Comunidade Andina das Nações (CAN), a entrada de novos membros no bloco e o firmamento de acordos de complementação econômica, o lançamento da Comunidade Sul-americana das Nações (Casa) durante a III Reunião de Presidentes da América do Sul, em 2004, e a assinatura de vários acordos de integração energética, como os 15 acordos assinados no período entre a Petrobras e a PDVSA – estatal venezuelana – sobre uma diversidade de projetos. O Estado brasileiro também teve um papel importante na rejeição da primeira tentativa de estabelecimento do acordo Mercosul – União Europeia, em 2005, que sustentava uma liberalização desigual, gradual e restrita das importações agrícolas do bloco sul-americano como contraparte da abertura comercial para produtos industriais e serviços do bloco europeu⁵⁰³.

Sem abandonar as negociações referentes à Alca, o governo Lula também buscou atuar estrategicamente com vias a aumentar o poder de barganha e não assumir o custo político de um fracasso das negociações, com a apresentação de uma contraproposta de Alca “light”, que estabelecia diferentes níveis de comprometimento dos países membros com o acordo de livre-comércio, enquanto se fortalecia com a criação de coalizões regionais e entre países do sul global e a aproximação com países que rivalizavam abertamente com a política externa norte-americana, como a Venezuela⁵⁰⁴. Cabe mencionar, entre as coalizões formadas, a criação do Fórum Índia, Brasil e África do Sul (Ibas), o protagonismo para a criação do G20 na Organização Mundial do Comércio (OMC) e as vitórias em questões defensivas nas Reuniões da Rodada Doha, assim como a aproximação com países da África e do Oriente Médio.

⁵⁰³ (BERRINGER, 2015);

⁵⁰⁴ (BOITO JR. e BERRINGER, 2013);

O sentido geral das movimentações realizadas pelo Estado brasileiro na política internacional apontava para o fortalecimento da sua posição política e econômica nas negociações internacionais, mas também respondia diretamente aos interesses da frente neodesenvolvimentista: em primeiro lugar, aos interesses da grande burguesia interna por novas oportunidades de comércio e investimentos que a colocasse com maior margem de negociação frente ao capital imperialista; em segundo lugar, aos interesses dos movimentos populares que reivindicavam uma posição soberana do Estado brasileiro frente a investida imperialista da Alca e o fortalecimento da integração latino-americana.

As políticas econômica, social e externa do governo Lula evidenciam, portanto, a identidade de interesses com uma nova configuração do bloco no poder, em que a grande burguesia integrada, embora se mantivesse hegemônica, passou a conviver com o atendimento de interesses cada vez mais fortes na política de Estado identificados com a grande burguesia interna e com a frente neodesenvolvimentista.

Na esfera de análise dos posicionamentos e atuações de lideranças e entidades empresariais, a identidade da grande burguesia interna com a política estatal se confirma. Em 2004, Paulo Skaf foi eleito presidente da Fiesp, com o apoio do governo. A solenidade de posse da nova diretoria da federação contou com a presença de quatro mil convidados, dentre os quais o presidente Lula, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin e a prefeita de São Paulo, Marta Suplicy. O evento foi coberto em reportagem da *Revista da Indústria*, relançada naquela ocasião, em tom grandiloquente e ufanista, anunciando que perfilaram junto à nova diretoria “dezenas de embaixadores, deputados, senadores, desembargadores e secretários numa foto histórica para a indústria paulista”⁵⁰⁵.

Na edição de relançamento da revista oficial da Fiesp, a nova diretoria propôs “aquilo que chamou de uma nova atitude, proativa, junto ao governo”. O periódico trouxe matérias assinadas pelo presidente da Fiesp e pelo primeiro e segundo vice-presidentes, em que criticavam a abertura comercial, os juros elevados e a carga tributária herdados da década de 1990, assim como, ainda que de forma cuidadosa, a proposta da Alca, que poderia “suprimir empregos no Brasil”. A “nova era da Fiesp”, voltada para “a bandeira do desenvolvimento e da indústria nacional”, contaria com a atuação junto às autoridades governamentais para que fossem aprovadas decisões favoráveis à indústria⁵⁰⁶. A postura anunciada pela nova diretoria da Federação foi demonstrada na prática já no início de sua gestão, em 2005, quando a Fiesp assumiu a iniciativa do projeto de lei que autorizava os exportadores a reter parte das divisas

⁵⁰⁵ (BOITO JR., 2018, p. 78);

⁵⁰⁶ (BOITO JR., 2018, p. 76 a 78);

obtidas em dólar e abrir uma conta nominada em moeda estrangeira, como forma de compensação às perdas derivadas da valorização cambial. A proposta foi encampada e aprovada pelo governo⁵⁰⁷.

A grande burguesia interna esteve alinhada às movimentações do governo Lula na política externa. A burguesia industrial, via CNI, além de participar os espaços institucionais do Mercosul, como o Foro Consultivo Econômico e Social (FCES), também manifestou seu apoio às medidas de fortalecimento do bloco, como a criação do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), chegando a recomendar, em suas publicações, “avançar na criação de uma área de livre-comércio na América do Sul”. O Fórum Ibas também despertou interesse dos representantes da grande burguesia interna, sobretudo nos ramos de mineração, energia, infraestrutura e logística. A CNI, junto às entidades empresariais indianas e sul-africanas, defendeu em declaração conjunta do Conselho Empresarial do Ibas a possibilidade de avançar rumo a um acordo de livre-comércio entre os países. As aproximações do Estado brasileiro com os Estados africanos e as relações sul-sul foram igualmente apoiadas. Quanto as primeiras, basta mencionar as inúmeras missões empresariais e viagens oficiais do Estado brasileiro acompanhadas de empresários interessados em investir e comercializar com os países africanos. Já a movimentação do Brasil em criar parcerias com os “mercados emergentes” foi tratada em tom elogioso na *Revista da Indústria*, da Fiesp, de dezembro de 2004, em que se afirmava que o “Brasil está cada vez mais reconhecido como um importante *player* mundial”⁵⁰⁸.

Mas a principal movimentação que denotaria o alinhamento da grande burguesia interna com o governo Lula em seu primeiro mandato viria com a crise política que se convencionou chamar como “crise do Mensalão”. Em 2005, o governo encontrava-se em uma situação de vulnerabilidade. As políticas neoliberais implementadas não haviam conseguido catalisar o investimento privado e fomentar o crescimento PIB de forma significativa e estável. Os indicadores sociais e de emprego haviam estagnado ou melhorado lentamente. Os resultados frustraram a base de apoiadores tradicionais do PT, principalmente os setores organizados da classe trabalhadora e de segmentos médios. Aproveitando-se dessa situação, a frente neoliberal formada pela grande burguesia integrada, a alta classe média e os grandes meios de comunicação, representada pela oposição liderada pelo PSDB no Congresso Nacional, partiu para a ofensiva, com foco em acusações de que o governo estava comprando votos no

⁵⁰⁷ (BOITO JR., 2018, p. 79);

⁵⁰⁸ (BERRINGER, 2015, p. 201 e 202);

Congresso com pagamentos mensais em dinheiro. O escândalo levou à queda de integrantes do primeiro escalão do governo e desencadeou uma forte perda de apoio ao PT.

Durante os primeiros meses da crise, a *Revista da Indústria* da Fiesp permaneceu calada sobre o assunto, em um silêncio que era favorável ao governo. Em agosto daquele ano, a publicação trouxe o assunto à tona para criticar a oposição. Paulo Skaf, em entrevista, repetiu o mesmo discurso dos integrantes da equipe governamental, das lideranças do PT e dos partidos aliados do governo de que era necessário “voltar à agenda positiva”. Em reportagem assinada por Jane Soares, repercutia-se o bordão que sintetizava a ideia central por trás do tratamento dado ao assunto: “chega de falar em crise, vamos trabalhar!”. No número seguinte da revista, de setembro de 2005, o tom mudaria um pouco, sugerindo a resolução da crise por uma “reforma política”, sem em nenhum momento manifestar animosidade ao governo. Embora reconhecendo a legitimidade do debate sobre essa reforma, a publicação afirmava que “paralelamente” a ele, “a sociedade tenta manter um outro, que antes da crise estava mais bem colocado na lista de prioridades”, o qual incluiria, por exemplo, “a reforma jurídica, a cambial e outras medidas para assegurar a continuidade da expansão econômica”. A forma como se construía o argumento buscava enaltecer a importância do debate econômico frente as discussões sobre corrupção. Objetivamente, a mensagem por trás ainda recorria, ainda que com menor ênfase, ao “chega de falar em crise, vamos trabalhar!”⁵⁰⁹.

A sintonia com o governo pela superação da crise política não era uma posição isolada da Fiesp ou do empresariado paulista. Ainda em agosto, seis diferentes entidades nacionais da burguesia brasileira (CNI, CNA, CNF, CNC, CNT e Ação Empresarial) estiveram em reunião com Lula, em Brasília, ocasião na qual entregaram ao presidente o documento intitulado *Uma agenda mínima para a governabilidade*. No documento, em linhas gerais, as entidades manifestavam-se favoráveis às investigações das denúncias de corrupção, advertindo, contudo, na mesma linha da Fiesp, que o cenário aberto pela crise não poderia levar o governo, o Congresso e as demais instituições à paralisia. Reconheciam ainda uma série de leis e regulamentações aprovadas durante o governo Lula como “avanços conquistados”. Em relação à agenda que sugeriam ao governo, apresentavam propostas como a ampliação do investimento e criação de incentivos para a participação da iniciativa privada na área de transporte; mudanças no sistema tributário para reduzir a cumulatividade de impostos; a concretização de uma reforma administrativa; o aumento do superávit primário em relação à meta vigente, redução dos gastos públicos e cumprimento das regras fiscais e a implementação de uma reforma

⁵⁰⁹ (BOITO JR., 2018, p. 80 a 82)

política visando a redução dos custos de campanha; maior transparência no financiamento de campanhas eleitorais e estímulo à fidelidade partidária⁵¹⁰.

Uma manifestação reveladora, em especial, da amplitude dos segmentos burgueses para além da indústria que se alinhavam naquele momento em defesa do governo veio do presidente do Bradesco e da Febraban, Márcio Cypriano. Em entrevista para o jornal *Folha de São Paulo*, o banqueiro ressoava o pedido de resolução rápida da crise e defendia, inclusive, a queda dos juros, ainda que não acentuada. Esse pedido era feito com condicionalidades. Como coloca Martuscelli:

No discurso do banqueiro estava presente não só a ideia de cooperar com o governo, como também com o próprio setor produtivo. A partir desse entendimento, foi construída, no auge da crise, uma agenda mínima entre os empresários, a qual se tornou fundamental para dar sustentação política ao governo Lula. Ao tomarmos como referência a análise do posicionamento dos banqueiros no primeiro governo Lula, é possível afirmar que as reivindicações apresentadas por eles se aproximavam daquelas sustentadas pelos industriais. Na verdade, para promover a queda da taxa de juros e do *spread* bancário, medidas que consideramos de interesse dos industriais, os banqueiros exigiam como contrapartida do governo a redução do depósito compulsório, a aprovação da Lei de Falências e a ampliação do crédito e da bancarização da economia.

(MARTUSCELLI, 2015, p. 228)

Entende-se aqui que a postura da Febraban revela um complexo jogo em que parte da burguesia bancária brasileira aceitava algumas perdas econômicas pelo lado da cobrança de juros e *spreads*, traduzidas em uma aproximação política com a burguesia industrial, desde que houvessem compensações econômicas que interessavam *tanto aos bancos brasileiros quanto ao capital financeiro internacional*. Portanto, embora o efeito prático dessa aproximação tenha sido um fortalecimento da grande burguesia interna no bloco no poder, não consideramos que a posição *político-ideológica* do presidente da Febraban nesse contexto possa ser entendida como tipicamente pertencente à grande burguesia interna. A sua atuação em prol da baixa da taxa de juros respondia a negociações nas quais o capital financeiro internacional e o nacional representavam interesses objetivos similares, não rivais entre si.

A crise do “Mensalão” contribuiu para o realinhamento da base social de apoio ao governo Lula. Quando o presidente percebeu que deveria recorrer ao apoio popular, não se direcionou à base social tradicional do PT, mas foi ao Nordeste realizar comícios para os trabalhadores desorganizados. Ao mesmo tempo, a grande burguesia interna estreitou suas relações com o governo. Lula conseguiu superar a crise e, menos de um ano depois do início dela, em abril de 2006, nomeou Guido Mantega para o Ministério da Fazenda no lugar de

⁵¹⁰ (MARTUSCELLI, 2015, p. 225 a 227)

Palocci. A mudança foi celebrada por lideranças de entidades industriais. O presidente da CNI, Armando Monteiro Neto, caracterizou-a como uma “escolha feliz”, e o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, lembrou que o “ministro Mantega, desde a presidência do BNDES, tem excelente relacionamento com a Fiesp”. Em matéria da edição de abril da *Revista da Indústria* intitulada “Um desenvolvimentista na Fazenda”, a Fiesp reconhecia a existência no governo de uma corrente monetarista, representada por Palocci, e outra desenvolvimentista, representada por Mantega, com a qual a Federação se identificava. Procuravam, portanto, indicar que as altas taxas de juros e outras políticas neoliberais ortodoxas não interessavam ao setor produtivo.

Posição distinta, no início da gestão de Mantega, foi a do presidente da Febraban, Cypriano. Já no início de setembro, após o ministro apresentar um pacote para promover a redução do *spread* bancário, criou-se um clima de tensão com parte dos banqueiros que sustentavam como condição a redução do depósito compulsório. Contudo, a proposta de redução dos *spreads* foi aprovada por outras importantes lideranças financeiras, como o presidente da CNF, Gabriel Jorge Ferreira. Tais divergências no interior do setor bancário-financeiro nacional parecem indicar a posição limítrofe desse segmento na divisão das frações de classe no bloco no poder nos governos neoliberais desenvolvimentistas, com uma separação interna dos grandes bancos nacionais no alinhamento maior ou menor à a grande burguesia integrada ou à grande burguesia interna.

No segundo semestre de 2006, Lula foi reeleito com 61% dos votos válidos no segundo turno contra 39% de Geraldo Alckmin (PSDB). A sua chapa obteve forte adesão de eleitores com renda inferior a dois salários mínimos e daqueles que recebiam entre 2 a 5 salários mínimos, alcançando, respectivamente, a preferência de 69% e 59% deles. Essa proporção indica o realinhamento eleitoral ocorrido entre 2002 e 2006, em que o eleitorado formado pela massa de trabalhadores pauperizados, de baixa escolaridade e maior concentração nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste se tornou uma forte base eleitoral do governo Lula. Já no andar de cima, os montantes destinados pelo setor privado para financiamento das candidaturas presidenciais revela a preferência da grande burguesia interna pela candidatura petista: os cinco ramos que fizeram as maiores contribuições para a candidatura Lula foram, pela ordem, construção civil e imobiliário, bebidas e alimentos, siderurgia, químico e petroquímico, e mineração; as contribuições do setor financeiro, mais volumosas em pleitos anteriores para as candidaturas tucanas, equipararam-se em 2006 entre as duas principais candidaturas; e, somando-se os montantes recebidos por ambas as candidaturas, Lula obteve 62,1% das contribuições provenientes da iniciativa privada, contra 37,8% de Alckmin. Entre as centrais

sindicais e movimentos populares, Lula manteve o apoio dos tradicionais aliados CUT e MST⁵¹¹.

O realinhamento da base eleitoral do governo Lula e a aproximação política da grande burguesia interna, bem como a manutenção da base de apoio organizada no sindicalismo e nos movimentos populares, apontam para a consolidação da frente neodesenvolvimentista ocorrida principalmente no movimento de superação da crise política de 2005 e da reeleição do presidente. Essas mudanças abririam passagem para uma maior incidência do aspecto desenvolvimentista da política de Estado no segundo mandato Lula da Silva.

4.5.3 Segundo governo Lula: reforço neodesenvolvimentista com adesão da grande burguesia interna

O segundo mandato Lula contou com mudanças na política estatal em relação ao primeiro. Em uma inflexão que se inicia ainda em 2005, com a mudança do comando do Ministério da Fazenda, mas que se consolida após a reeleição de Lula, os investimentos públicos em infraestrutura física e social ganharam importância que não detinham no período anterior⁵¹², houve uma expansão ainda maior do crédito ofertado pelos bancos públicos e as políticas sociais de distribuição de renda e de crédito popular ampliaram seu alcance. O crescimento das exportações, que havia sido o principal elemento explicativo do crescimento econômico no primeiro mandato, perdeu importância frente ao aumento do mercado interno⁵¹³, o que abriu margem para uma elevação do ritmo de crescimento do PIB⁵¹⁴ e uma melhoria contínua dos indicadores sociais.

Quanto ao aumento do investimento público e o apoio ao aumento do investimento privado, a primeira iniciativa importante de se mencionar é o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em janeiro de 2007. O programa previa um bloco de investimentos a serem realizados nos quatro anos seguintes, nas áreas de energia (54,5% do total), infraestrutura social e urbana, incluindo habitação e saneamento (33,9% do total) e infraestrutura logística -rodovias, aeroportos, ferrovias, hidrovias e portos (11,6% do total)⁵¹⁵,

⁵¹¹ (MARTUSCELLI, 2015, p. 252 a 260);

⁵¹² Entre 2006 e 2010, os investimentos públicos federais cresceram a uma média anual de 27,6%, enquanto entre 2003 e 2005 houve um recuo médio de 4,7% (CARVALHO, 2018, p. 12);

⁵¹³ O crescimento das exportações entre 2006 e 2010 foi de 2,5%, frente a 11,7% entre 2003 e 2006. Em compensação, o consumo das famílias cresceu 5,8% a não em 2006-2010 e 2,6% em 2003-2005, e o investimento total anual foi de 9,1% em 2006-2010 contra 2,0% em 2003-2005 (CARVALHO, 2018, p. 12);

⁵¹⁴ Entre 2006 e 2010, o PIB cresceu em média 4,5% ao ano, frente a uma média de 3,4% entre 2003 e 2005 (CARVALHO, 2018, p. 12);

⁵¹⁵ (CARVALHO, 2018, p. 29);

somando, em sua versão inicial, um investimento total de R\$ 504 bilhões. O PAC coordenou gastos públicos com investimentos de empresas estatais e privadas e foi complementado por uma grande expansão de crédito dos bancos públicos, especialmente o BNDES, e incentivos fiscais para ramos selecionados⁵¹⁶. O governo realizou mudanças regulatórias que permitiram excluir o PAC (em 2005, ainda antes de seu lançamento) da base de cálculo para as metas de superávit primário, assim como faria com os investimentos das duas maiores empresas estatais, Petrobras (em 2009) e Eletrobras (em 2010). À iniciativa do PAC seguiram-se outras bastante importantes, como o programa habitacional Minha Casa Minha Vida (MCMV), lançado em 2009, assim como o aumento do financiamento para as áreas de educação, saúde e outros serviços públicos.

Mencionemos algumas reações de representantes da grande burguesia interna à nova orientação da política de investimento. O presidente da Fiesp, Paulo Skaf, afirmou que considerava que o PAC era “positivo” e “não identificaria problemas em um primeiro momento”, ressaltando, contudo, que eram necessárias “medidas mais fortes para eliminar o desperdício e reduzir os gastos do setor público”, e pedindo a redução dos juros para que a economia crescesse a uma taxa da ordem de 5%, como o governo previra que seria resultado dessa política⁵¹⁷. Um mês após o lançamento do MCMV, o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Paulo Simão, elogiou o desempenho inicial do programa e declarou que achava que o programa Minha Casa Minha Vida era “o começo de um projeto nacional”⁵¹⁸.

A ampliação das políticas sociais no segundo governo Lula se deu, primeiramente, com a elevação substancial do salário mínimo, que cresceu 72% entre 2005 e 2012⁵¹⁹. Esse aumento elevou o poder de barganha dos trabalhadores nas negociações salariais e aumentou os valores individuais dos benefícios previdenciários, fazendo crescer a renda disponível para aposentados e pensionistas do INSS. Embora só em 2011 virasse lei, desde 2008 o governo passou a aplicar por meio de medidas provisórias a regra que estabeleceu reajustes anuais do mínimo para repor a inflação do ano anterior e a média do crescimento do PIB dos dois anos anteriores⁵²⁰. A cobertura da seguridade social e das políticas sociais seguiu se ampliando e o aumento da carteira de crédito para as famílias foi também expressivo, contribuindo para que as operações

⁵¹⁶ (SAAD FILHO e MORAIS, 2018, p. 155);

⁵¹⁷ (BBC BRASIL, 2007);

⁵¹⁸ (G1, 2009);

⁵¹⁹ (SAAD FILHO e MORAIS, 2018);

⁵²⁰ (CARVALHO, 2018);

de crédito com recursos livres, que reúnem todas as linhas de financiamento ao consumo, mais que dobrasse entre dezembro de 2005 e dezembro de 2008⁵²¹

A valorização do salário mínimo, a expansão do crédito e o aprofundamento das políticas de distribuição de renda engendraram um ciclo virtuoso de geração de empregos – ainda que em sua grande maioria de baixa qualificação, mal remunerados e com vínculos precários - e expansão do consumo, com impactos positivos na redução da pobreza. Como coloca Carvalho,

As transferências de renda via Bolsa Família, a valorização mais acelerada do salário mínimo e a inclusão no mercado de consumo de uma parte significativa da população brasileira levaram à expansão de setores cuja produção demandava uma mão-de-obra menos qualificada. É o caso de muitos setores de serviços e da construção civil, que cresceram de forma expressiva no período. Como esses setores empregam muitos trabalhadores menos instruídos, o grau de formalização e os salários na base da pirâmide subiram mais ainda, reforçando o processo. Ao provocar um aumento mais acelerado dos salários nas ocupações que exigiam menor qualificação, tais alterações no padrão de consumo e na estrutura produtiva colaboraram com o círculo virtuoso do dinamismo do mercado interno e do mercado de trabalho que vigorou até 2010⁵²².

(CARVALHO, 2018, p. 22 e 23)

Na política externa, como mencionado, o segundo mandato de Lula deu prosseguimento à orientação pautada na “subordinação conflitiva” frente ao imperialismo. Em 2008, com o protagonismo do governo venezuelano sob a presidência de Hugo Chavez e a contribuição fundamental do governo brasileiro, a Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa) deu origem à União das Nações Sul-Americanas (Unasul), iniciativa por meio da qual o Estado brasileiro “logrou aprofundar a coordenação política entre os Estados sul-americanos e introduziu novos temas e prioridades no processo de integração sul-americana como os projetos de infraestrutura, desenvolvimento, e segurança.”⁵²³.

O Mercosul assinou acordos com países de fora da região, como a União Aduaneira da África Austral – SACU (2008), Israel (2007) e Egito (2010). O fortalecimento das coalizões sul-sul avançou com a conformação do agrupamento formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, conhecido como BRICS, que passou, após a crise de 2008, a ter um importante

⁵²¹ (BARBOSA e SOUZA, 2010, p. 18 e 19);

⁵²² O nexos causal da dinâmica de crescimento econômico no governo Lula nos permite aventar a hipótese de que, durante esse curto período, a tendência estrutural de separação entre as esferas de circulação que caracteriza o capitalismo dependente foi arrefecida. Não obstante, há de se destacar que uma parte bastante relevante do “novo” consumo popular não foi satisfeito com um incremento da estrutura produtiva interna, mas via importações, o que coloca em xeque a ideia de que teria havido uma redução do divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades das massas, nos termos vistos no Capítulo I;

⁵²³ (BERRINGER, 2015, p. 172 e 173);

papel no questionamento à ordem econômico-financeira imposta pelos Estados Unidos desde o final da Segunda Guerra Mundial⁵²⁴.

Em 2010, a segunda rodada de negociações do acordo Mercosul – UE foi novamente malsucedida devido à pouca abertura do bloco europeu em liberalizar as importações agrícolas. Por outro lado, o Estado brasileiro aceitou negociar, em 2008, na Rodada Doha, um pacote apresentado pelo Presidente da OMC, Pascal Lamy, que previa o aumento gradual da liberalização de produtos agrícolas nos EUA e União Europeia em troca da adoção de cortes tarifários para os produtos industriais. Essa posição foi firmada no decorrer dos embates do interior de um Grupo Técnico ligado ao Ministério da Agricultura e Pecuária responsável pelo acompanhamento das negociações da OMC, o qual incluía entre seus integrantes entidades do agronegócio, favoráveis à liberalização interna com contraparte na abertura do mercado agrícola dos Estados imperialistas, e dos trabalhadores rurais assalariados, que lutavam pela proteção ao mercado interno e ao pequeno agricultor. A posição pelo avanço do pacote de liberalização pode ser considerada, portanto, uma vitória do agronegócio sobre os trabalhadores rurais organizados na frente neodesenvolvimentista.

Com relação à rejeição do acordo Mercosul – UE, houve uma divergência de interesses entre o agronegócio e a burguesia industrial. Enquanto o primeiro tendia a adotar uma postura mais favorável ao acordo – a Confederação Nacional de Agricultura (CNA) chegou a acusar os diplomatas brasileiros de estarem com “má vontade” nas negociações após o fracasso da nova rodada – a CNI, representando a indústria nacional, continuava a afirmar no momento em que as negociações foram retomadas que o acordo poderia trazer impactos negativos para o setor industrial. Não obstante, prevaleceu a unidade da grande burguesia interna pela não aceitação da abertura unilateral do setor industrial e de serviços sem que houvesse a contrapartida para produtos agrícolas⁵²⁵.

Em setembro de 2008, o mercado financeiro mundial parou com a quebra do banco de investimentos estadunidense Lehman Brothers. Para responder aos efeitos da crise de 2008 e conter ao máximo seus impactos negativos, o governo Lula lançou uma série de medidas econômicas anticíclicas de curto prazo e algumas iniciativas que perdurariam nos anos subsequentes, além de aprofundar ações que já estavam em vigor. O governo manteve inalteradas as medidas de transferência de renda, aumento real do salário mínimo, o programa de investimentos do PAC e os reajustes salariais e contratações para o serviço público previstos para 2009, além de intensificar a política de desonerações tributárias para estimular o

⁵²⁴ (BERRINGER, 2015);

⁵²⁵ (BERRINGER, 2015);

crescimento e o investimento. Tomou medidas para se contrapor à contração do crédito e expandir a liquidez, tanto em moeda estrangeira como em moeda nacional, tal qual a redução pelo Banco Central dos depósitos compulsórios, a redução da taxa Selic a níveis inéditos desde o Plano Real, e a concessão de linhas de crédito especiais do BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Também ofereceu assistência em investimentos e manteve as transferências constitucionais para estados e municípios, entre outras ações⁵²⁶.

Em relação às iniciativas que faziam parte de um planejamento de mais longo prazo, as quais já vinham sendo aventadas desde antes da crise, cabe mencionar o já referido programa Minha Casa Minha Vida, o qual, além de possibilitar o acesso de famílias de baixa renda à habitação, também funcionou como um poderoso instrumento de estímulo à recuperação econômica; e a revisão das alíquotas do imposto de renda sobre a pessoa física, com a introdução de novas alíquotas intermediárias cujo resultado foi uma desoneração tributária para a classe média baixa⁵²⁷.

As ações realizadas pelo governo Lula como parte de novos programas de investimento e aquelas que vieram em resposta à crise de 2008 denotam o reforço da dimensão desenvolvimentista da política estatal. A grande burguesia integrada procurava impor freios ao fortalecimento da tendência novo-desenvolvimentista. No campo partidário não faltaram, por exemplo, manifestações na imprensa de dirigentes do PSDB, como o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o ex-governador José Serra, contra a política do BNDES, que, segundo eles, estaria aumentando a dívida pública e subsidiando as grandes empresas. A cúpula tucana criticava também outras iniciativas que envolviam grandes empreendimentos capitaneados pelo Estado em associação com grandes empresas predominantemente nacionais, tal qual a construção da Usina de Belo Monte, o projeto de construção do trem de alta velocidade entre Rio de Janeiro e São Paulo, da democratização da internet em banda larga, entre outros⁵²⁸.

Em junho de 2010, com a aproximação das eleições, também o capital financeiro internacional daria sinais de insatisfação com o neoliberalismo desenvolvimentista.

O Instituto Internacional de Finanças (IIF), associação que reúne mais de 500 grandes bancos das principais economias capitalistas, deixou entrever, em congresso realizado na cidade de Viena, a sua preferência pela candidatura de José Serra na eleição presidencial e sua desconfiança em relação à então candidata Dilma Rousseff. Frederick Jaspersen, conferencista do encontro de Viena, afirmou, às centenas de banqueiros presentes, que uma vitória de Dilma Rousseff na eleição presidencial traria maior risco para a economia brasileira

⁵²⁶ (BARBOSA e SOUZA, 2010);

⁵²⁷ (BARBOSA e SOUZA, 2010);

⁵²⁸ (BOITO JR., 2018, p. 73);

na comparação com José Serra. O jornal *Valor Econômico* obteve cópia dessa palestra. Jaspersen exibiu para a plateia um quadro sobre “diferenças centrais” entre os dois candidatos. Ele identificou um eventual governo de Dilma com aumento dos gastos públicos, relaxamento do controle da inflação e ênfase em política industrial, com as estatais tendo um papel mais forte na economia. [...] O economista do Instituto Internacional de Finanças apresentou Serra como o candidato que iria respeitar e até endurecer o controle fiscal, que reduziria os juros e desvalorizaria o real. Seu eventual governo daria menos ênfase às estatais, mais apoio ao setor privado e usaria a política tributária para encorajar investimentos privados.
(BOITO JR., 2018, p. 74 e 75)

De outro lado, a política estatal do governo Lula inspirava o apoio de representantes de importantes ramos da economia brasileira. Uma demonstração ostensiva desse alinhamento foi dada pelo diretor da Unidade dos Produtores de Bioenergia (Udop), Luiz Guilherme Zancaner, representante histórico do ramo sucroalcooleiro do estado de São Paulo, em entrevista ao jornal *Valor Econômico*, em abril de 2010. Como descreve Boito Jr.,

Zancaner declarou apoio ao governo Lula, o seu reconhecimento de que a política desse governo favoreceu o seu setor econômico mais que os governos antecessores e, ainda, apresentou uma avaliação negativa de José Serra [...]. Um aspecto da entrevista de Zancaner é especialmente interessante para a nossa análise: esse usineiro e representante corporativo dos seus pares insistiu na reivindicação de que a Petrobras se associasse aos usineiros brasileiros na produção de etanol, para evitar que eles fossem engolidos pelo capital estrangeiro que tem crescido no setor. De maneira similar à indústria, os usineiros querem proteção do Estado – no caso, de uma poderosa empresa estatal – para se defender da concorrência, que consideram desigual, que lhes move o capital estrangeiro.
(BOITO JR., 2018, p. 86 e 87)

4.5.4 Nova Matriz Econômica, enfrentamento ao rentismo e a ameaça à hegemonia da grande burguesia integrada no bloco no poder

Dilma Rousseff, do PT, foi eleita em 2010 com 56 % dos votos no segundo turno, contra 44% de José Serra, do PSDB. Dilma ganhou nos estados mais pobres do Norte e do Nordeste, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, e concentrou sua preferência entre eleitores mais pobres e com menor grau de escolaridade, enquanto seu adversário venceu em São Paulo e nos estados mais ricos do Sul e do Centro-Oeste, com eleitores principalmente de maior renda e maior grau de instrução formal. Tratou-se, portanto, de um padrão similar àquele observado com o realinhamento eleitoral de 2006.

O governo Dilma deu início à política econômica com a elevação das taxas de juros (ciclo que começou ainda em novembro de 2010, logo após as eleições, e foi até agosto de 2011), a implementação de medidas “macroprudenciais” que limitavam a expansão do crédito e com a execução de uma política fiscal contracionista, aumentando em R\$ 56 bilhões o

superávit fiscal entre 2010 e 2011, em valores reais (de 2015). A pretensão das medidas era preparar as condições para a posterior queda das taxas de juros que ocorreria a partir de setembro. Não obstante, segundo Bastos, a fase de austeridade seria um dos elementos que prejudicou a retomada do crescimento econômico nos anos posteriores, ao deprimir as expectativas de demanda futura antes mesmo de reduzir o custo do capital⁵²⁹. Outro elemento determinante para a desaceleração brasileira dos primeiros anos da década de 2010 foi a queda do ritmo de crescimento dos mercados internacionais. Os maiores mercados do Brasil (China, Estados Unidos e União Europeia) desaceleravam, com implicações negativas sobre as exportações do país⁵³⁰.

A partir de setembro de 2011, como mencionado, o Banco Central do Brasil dá início a um ciclo de significativa queda da taxa básica de juros, sob a presidência de Alexandre Tombini, que havia substituído Meirelles desde o início do governo Rousseff. A nova postura fazia parte de um conjunto de medidas de política econômica cunhado pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, pelo nome de Nova Matriz Econômica (NME). Do ponto de vista da dinâmica contraditória implícita ao neoliberalismo desenvolvimentista, a NME denotaria o ponto de maior atrito entre a política estatal e o poder estrutural do capital financeiro, assumindo então o objetivo econômico maior de minimizar o rentismo na reprodução do capital na economia brasileira⁵³¹. Singer se refere à orientação então adotada como um “ensaio desenvolvimentista”⁵³². Embora essa denominação possa sofrer a objeção referente ao baixo desempenho do investimento público no governo Dilma em contraste com seu antecessor, como pontua Carvalho⁵³³, sua descrição nos é útil ao dar um panorama das frentes de atuação que promoveram maior ativismo estatal na política econômica e desafiaram o poder do rentismo no período. Segundo Singer, são elas:

a) Redução dos juros e outras medidas de redução do custo do crédito: Entre agosto de 2011 e abril de 2013, a taxa Selic caiu de 12,5% para 7,25%, alcançando o valor mais baixo desde sua criação, em 1986. Os objetivos da redução eram ampliar o espaço fiscal para a execução da política fiscal; ampliar o investimento produtivo e em infraestrutura privado pela via da redução da rentabilidade das aplicações financeiras; e reduzir o diferencial internacional

⁵²⁹ (BASTOS, 2017a, p. 19);

⁵³⁰ (SAAD FILHO e MORAIS, 2018);

⁵³¹ (BASTOS, 2017a);

⁵³² (SINGER, 2018);

⁵³³ (CARVALHO, 2018, p. 85). Os investimentos públicos federais cresceram a uma taxa anual média de 1% entre 2011 e 2014, em contraste com o crescimento anual de 27,6% entre 2006 e 2010 (CARVALHO, 2018, p. 12);

dos juros, criando condições para a desvalorização cambial⁵³⁴. O governo também pressionou os bancos privados a baixarem os *spreads* e alterou as regras de remuneração da caderneta de poupança para facilitar a redução dos juros.;

b) Uso intensivo do BNDES: A expansão do crédito a juros subsidiados foi viabilizada com aportes de recursos do Tesouro ao Banco realizados na forma de títulos públicos negociáveis em mercado. Entre 2010 e 2014 o volume de recursos destinados ao BNDES totalizou R\$ 412 bilhões (preços de 2017). Cabe um destaque especial ao Programa de Sustentação do Investimento (PSI), criado em 2009 para financiar a aquisição de bens de capital, que recebeu boa parte desses recursos;

c) Política industrial: O Plano Brasil Maior, lançado em agosto de 2011, compreendeu 287 medidas, entre as quais a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a ampliação do Microempreendedor Individual (MEI), cujo objetivo declarado de “sustentar o crescimento econômico inclusivo num contexto econômico adverso”;

d) Desonerações tributárias: O governo anunciou, em abril de 2012, a desoneração da folha de pagamentos para quinze ramos intensivos em mão de obra. A desoneração alcançaria 42 setores e pouparia cerca de R\$ 25 bilhões a grupos econômicos em 2014. Também é importante citar a desoneração do PIS/Cofins sobre bens de investimento, o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) e o novo regime tributário implementado para a cadeia automotiva;

e) Plano para Infraestrutura: em agosto de 2012 foi lançado o Programa de Investimentos em Logística (PIL), um pacote de concessões para estimular inversões e reduzir o valor das tarifas em rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, transporte urbano, geração e transmissão de energia e telecomunicações, totalizando um investimento de 260 bilhões de reais⁵³⁵;

f) Reforma do setor elétrico: a Medida Provisória nº 579, transformada em lei em janeiro de 2013, extinguiu encargos sobre a conta de luz, renovou concessões de forma não onerosa e prorrogou-as por trinta anos, como contrapartida à redução das tarifas de energia elétrica, com o intuito de reduzir os custos e elevar a competitividade industrial;

g) Desvalorização cambial: a partir de setembro de 2011, o real iniciou tendência de desvalorização em relação ao dólar. Este último saiu de aproximadamente 1,60 reais para aproximadamente 2 reais até meados de 2013. Essa medida era almejada abertamente pela equipe econômica do governo como uma ação necessária para melhorar a competitividade das exportações, sobretudo industriais;

⁵³⁴ (BASTOS, 2017b, p. 17 e 18);

⁵³⁵ (CARVALHO, 2018, p. 84);

- h) Controle de capitais: Adicionalmente, no intuito de impedir que a forte entrada de capitais especulativos de curto prazo decorrente da expansão monetária dos países centrais ocasionasse uma sobrevalorização do real, foram tomadas providências de controle sobre os fluxos de capital estrangeiro, como a alteração das alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre investimentos estrangeiros de portfólio, o recolhimento compulsório sobre posições vendidas dos bancos no mercado de câmbio à vista e o estabelecimento de uma alíquota de 1% do IOF dos derivativos de câmbio acima de 10 milhões de dólares;
- i) Proteção ao produto nacional: para favorecer produção interna, o governo elevou em 30% o IPI sobre veículos importados ou que tivessem menos de 65% de conteúdo local; realizou encomendas de navios-sondas a serem construídos no Brasil, com 55% a 65% de conteúdo nacional; lançou, em junho de 2012, o Programa de Compras Governamentais, beneficiando os ramos de máquinas e equipamentos, veículos e medicamentos com regras favorecidas para a produção nacional; e anunciou, em setembro, o aumento de impostos de importação de cem produtos, como pneus, móveis e vidros.

As medidas mencionadas são também chamadas por alguns autores de “Agenda Fiesp”⁵³⁶. Não é para menos, dada sua correspondência com boa parte daquilo a entidade industrial, nos primeiros anos do governo Dilma, defendia publicamente para a política econômica. A agenda então proposta pela Federação foi apresentada no documento *Brasil do diálogo, da produção e do emprego*, assinado em conjunto com a CUT, a Força Sindical, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e entregue ao vice-presidente Michel Temer em evento realizado em maio de 2011, em São Paulo. Como descreve Singer, no documento entregue,

Chama a atenção a quantidade de propostas adotadas por Dilma dentre as elencadas na ocasião: redução da taxa de juros “para nível internacional”, diminuição dos spreads bancários, facilitação do crédito para o investimento, aumento do IOF sobre a entrada de capital estrangeiro, desonerações tributárias, adoção do conteúdo nacional como “diretriz da política industrial”, “preferência para produtos nacionais nas compras governamentais”, entre outras. O Plano Brasil Maior, lançado pelo governo em agosto de 2011, equivale a uma resposta ao documento dos produtivistas.
(SINGER, 2015, p. 55)

A Fiesp também liderou a iniciativa “Energia a Preço Justo”, lançada em 2011 para requerer que as concessões de energia fossem renovadas com a queda nos preços das contas de luz. O presidente da Federação, Paulo Skaf, saudou a aprovação da MP 579 e a conquista redução das tarifas.

⁵³⁶ (CARVALHO, 2018; SAAD FILHO e MORAIS, 2018);

“Acho que vocês todos sabem que há dois anos lutamos para baixar a conta de luz. Finalmente, tenho uma grande notícia: ganhamos a guerra”, celebrou Skaf em anúncio veiculado em diversas emissoras de TV. “Com o apoio da presidente Dilma, da maioria dos deputados e senadores e com o apoio de todos vocês, o sonho virou realidade”

(CARVALHO, 2018, p. 68)

Se as medidas previstas na Nova Matriz Econômica eram recebidas com satisfação pelos industriais paulistas, o mesmo não se pode dizer dos bancos privados. A crescente pressão do governo pela redução dos *spreads* bancários, com o recurso à redução dos juros dos bancos públicos para pressionar a concorrência, ocasionou uma reação do setor financeiro privado. O presidente da Febraban, Murilo Portugal, foi a Brasília entregar ao então secretário-executivo da Fazenda, Nelson Barbosa, uma lista de condições para a redução dos *spreads*, como a redução de impostos sobre transações financeiras e do depósito compulsório. O ministro Mantega respondeu à movimentação de maneira firme, criticando que a Febraban, “em vez de apresentar soluções, anunciando aumento de crédito, veio fazer cobrança de novas medidas do governo”. A entidade bancária acabou recuando, com um pedido de desculpas de Portugal a Barbosa noticiado na imprensa junto com o vazamento de que estava preparando a redução dos *spreads*.⁵³⁷

Os posicionamentos de representantes burgueses, assim como, como vimos, o próprio conteúdo da política estatal, parecem apontar para o recrudescimento do viés produtivista ou anti-rentista do neoliberalismo desenvolvimentista no biênio 2011-2012. Observamos como, com a ascensão de Mantega ao Ministério da Fazenda em 2005, houve entre os representantes da burguesia bancária brasileira uma postura em certa medida crítica à orientação que então assumiria a política monetária. Entretanto, no governo Lula, os bancos privados nacionais registraram elevados lucros⁵³⁸, para o qual colaboraram a manutenção das taxas de juros em altos patamares (ainda que em tendência de queda) e a forte expansão do volume de crédito, o que pode ter contribuído para a manutenção de uma posição relativamente complacente no período com algumas das medidas de política econômica que objetivamente não os interessavam. No governo Dilma, o tensionamento entre a equipe econômica e a burguesia bancário-financeira brasileira aumentou, ao mesmo tempo em que foi se organizando a reação do capital internacional e da fração burguesa a ele diretamente integrada. Por outro lado, foi este o momento de maior alinhamento entre a agenda proposta pelos representantes da grande

⁵³⁷ (SINGER, 2015, p. 50);

⁵³⁸ Segundo levantamento feito pelo jornal Valor Econômico, os 50 maiores bancos em operação no Brasil lucraram 34,4 bilhões de reais no governo FHC e 279,9 bilhões de reais no governo Lula e, cerca de 8 vezes mais. Em valores reais, essa proporção cai para um lucro aproximadamente 5,3 vezes maior no governo Lula (VEJA, 2014);

burguesia industrial e a política estatal, ainda que, em um aparente paradoxo, estes mesmos viessem em um segundo momento a marginalizar a agenda que eles próprios haviam proposto e a apoiar o impeachment da presidenta Dilma nos anos seguintes.

No decorrer dos governos Lula e Dilma, há uma linha de continuidade em favor do aspecto reformador do neoliberalismo na política de Estado, cujo ápice pode ser localizado entre o fim de 2012 e o início de 2013, quando o conjunto de medidas da Nova Matriz Econômica estava em pleno vapor e o alto escalão do governo, incluindo os representantes da equipe econômica e a própria presidenta Dilma Rousseff, manifestavam-se publicamente em uma confiante defesa da redução dos lucros do setor financeiro em favor de uma política de crescimento, distribuição de renda e emprego.

Além de outros aspectos que já ressaltamos, como o forte crescimento dos aportes do BNDES, a política de conteúdo local, o lançamento do PAC e do Minha Casa Minha Vida, a política salarial e de distribuição de renda, essa linha de continuidade pode ser observada pelo ângulo das modificações na configuração institucional do tripé macroeconômico. O modelo original, implementado em 1999 e que perdurou até 2004, foi flexibilizado a partir de 2005. A partir de então, o estabelecimento de metas declinantes de inflação foi substituído por metas constantes, houve uma redução das metas de superávit primário e flutuação cambial passou a ser administrada pela compra de reservas internacionais com o objetivo de conquistar estabilidade do câmbio. Depois da crise de 2008, houve um aprofundamento da flexibilização com o alongamento do prazo e convergência das metas de inflação, novas reduções da meta fiscal e a introdução de alguns controles à entrada de capitais. A Nova Matriz Econômica de 2011-2012 implicou no momento de maior tensionamento das regras estabelecidas no tripé. Embora a institucionalidade que obriga o estabelecimento de metas inflacionárias e fiscais não tenha sido modificada, reduziu-se progressivamente a geração de superávits primários⁵³⁹ e, a partir de 2011, a inflação anual ficou acima da meta estabelecida (embora dentro das margens de tolerância até 2014), bem como foram introduzidas novas medidas de controle de capitais para evitar a sobrevalorização da moeda⁵⁴⁰.

Do ponto de vista da correlação de forças no bloco no poder, a progressão do processo de reformas no neoliberalismo nos governos do PT indica o atendimento cada vez mais significativo dos interesses da grande burguesia interna pela política estatal e, portanto, a gradativa ascensão dessa fração de classe no bloco no poder. Em contrapartida, a burguesia integrada e o capital internacional perderam poder relativo na definição da política de Estado,

⁵³⁹ O resultado primário de 2,1% do PIB em 2011, 1,8% em 2012 e 1,4% em 2013 (CAMPEDELLI, 2016);

⁵⁴⁰ (OREIRO, 2015; CAMPEDELLI, 2016);

embora seguissem a conservar o núcleo duro da gestão da política econômica contido nas regras estabelecidas pelo tripé neoliberal. Esse duplo deslocamento pode também ser observado pelo viés da ocupação dos cargos de direção dos principais centros de poder do Estado. Até 2005, tanto o Ministério da Fazenda – com Antonio Palocci - como o Banco Central – com Henrique Meirelles - eram conduzidos por representantes dos interesses do capital financeiro internacional e da grande burguesia integrada. Com a substituição de Palocci por Guido Mantega, a Fazenda passa a ser conduzida por um ministro alinhado aos interesses da grande burguesia interna, enquanto o Banco Central seguia sob a condução do neoliberal Meirelles. Finalmente, em 2011, Meirelles é substituído por Alexandre Tombini, que seria responsável por chefiar a instituição na nova orientação de redução dos juros, uma das principais demandas dos segmentos produtivos da grande burguesia interna.

Entendemos que a conservação do tripé macroeconômico neoliberal é um importante indicativo da manutenção da hegemonia política da fração integrada da burguesia brasileira no bloco no poder durante os governos do PT. Com efeito, pode-se considerar que essa hegemonia sofre fissuras no processo de flexibilização da política macroeconômica, e, a partir de 2011, ela é ameaçada pela política de enfrentamento ao rentismo da Nova Matriz Econômica. Mesmo nesse momento, contudo, não houve mudança no regime institucional, e, já a partir de abril de 2013, o governo efetuará um recuo em relação aos interesses do capital financeiro nacional e internacional e da grande burguesia integrada com a retomada das elevações na taxa de juros.

A NME não teve sucesso em fomentar os investimentos e o crescimento econômico. A desvalorização cambial não foi grande nem duradoura o suficiente para fazer diferença no desempenho das exportações, afetado pela reversão dos termos de intercâmbio desde 2011. Por outro lado, dado o aumento do passivo externo das empresas e a dependência crescente de insumos, serviços e máquinas importados, a queda do real aumentou os custos sem garantir o aumento de suas receitas. A redução das tarifas de energia elétrica também não logrou gerar competitividade na indústria brasileira, e, ao que parece, serviu apenas para a recomposição das margens de lucro, assim como as desonerações fiscais, a redução dos juros e o crédito subsidiado. Conforme Carvalho, por trás da estagnação do investimento privado encontraram-se fatores como a desaceleração da demanda interna, o endividamento crescente das empresas e sua tendência a se voltarem para atividades de tesouraria ligadas ao investimento em títulos públicos em momentos de incerteza sobre a rentabilidade futura. Em contrapartida, a generalização das desonerações e a desaceleração da atividade econômica levaram a grandes perdas de arrecadação tributária para o governo. No quadro de restrição institucional imposto pela exigência de geração de superávits primários, essas perdas foram contrabalanceadas pela

redução do ritmo de crescimento do investimento público, a qual servia, ademais, como mecanismo a fim de controlar a inflação, com impacto contracionista sobre a economia⁵⁴¹.

À dimensão econômica do fracasso da NME, Bastos adiciona um componente político. Na avaliação do autor, o sentido para o qual apontava a política econômica, ao implicar em um tensionamento aberto com o poder estrutural do capital financeiro materializado no tripé macroeconômico,

não podia passar por uma “flexibilização” timidamente explicada, mas sim por uma transformação do próprio regime institucional, ancorada em uma ampla campanha pela hegemonia da interpretação técnica e convencional perante a opinião pública. Como isso não foi feito, a reação dos representantes ideológicos do capital financeiro apresentou-se como meramente técnica e não como profundamente política, recorrendo ao controle de meios de comunicação para taxar o governo de “irresponsável tecnicamente” e “politicamente populista”, deslegitimando o ataque de Dilma Rousseff aos banqueiros e colocando-a na defensiva.

(BASTOS, 2017, p. 27 e 28)

Nesse contexto, organizava-se com força crescente uma reação ao neoliberalismo desenvolvimentista protagonizada pela grande burguesia integrada e o capital internacional, com o apoio do conjunto de forças da frente neoliberal, mas que viria progressivamente a ganhar a adesão da grande burguesia interna e se materializaria no impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016 e o reestabelecimento da agenda neoliberal ortodoxa em grau ainda mais radicalizado que aquele da década de 1990 na condução da política estatal. Vejamos a seguir os principais determinantes desse processo.

4.6 2013-2022: Restauração neoliberal sob reunificação burguesa: o golpe jurídico-parlamentar e os novos governos neoliberais ortodoxos

4.6.1 Ofensiva da grande burguesia integrada, reunificação burguesa e o golpe de 2016

O início de 2013 demarca a entrada em uma nova fase do processo político brasileiro, caracterizada fundamentalmente, na dimensão das relações políticas de classe, pela retomada da ofensiva da grande burguesia integrada e do capital internacional pela restauração da hegemonia plena no bloco no poder que havia sido ameaçada pelo movimento ascendente da grande burguesia interna e da frente neodesenvolvimentista nos anos anteriores.

As condições econômicas favoreciam a contraofensiva. A economia, que havia alcançado um crescimento de 7,5% do PIB em 2010, estacionara em uma taxa de crescimento

⁵⁴¹ (CARVALHO, 2018; BASTOS, 2017a; SAAD FILHO e MORAIS, 2018);

muito baixa em 2011 e 2012. A partir do início de 2013, a elevação da inflação esteve no centro de uma inflamada campanha pelo aumento da taxa de juros promovida por bancos estrangeiros, agências de risco e corporações multinacionais, além da participação ativa da grande imprensa nacional e da oposição parlamentar ao governo. A título de exemplo, revistas internacionais, como a britânica *The Economist*, em matéria de dezembro de 2012, e a estadunidense *Financial Times*, em março de 2013, criticavam o intervencionismo do governo e a primeira chegava a pedir a demissão de Mantega, enquanto jornais brasileiros reportavam que, desde o final de 2012, Lula supostamente sugeria a Dilma que substituísse Mantega por Meirelles no Ministério da Fazenda. Profissionais ligados diretamente ao setor financeiro internacional, como o analista do banco inglês Barclays e o diretor do Grupo de Pesquisas Econômicas para a América Latina do banco Goldman Sachs, denunciavam igualmente o viés “intervencionista” de Dilma Rousseff⁵⁴². O objetivo dessa conduta seria, nas palavras do chefe de pesquisas para Mercados Emergentes das Américas do fundo Nomura Securities, Tony Volpon, impor um “pragmatismo sob coação” ao governo, de modo a garantir uma mudança na política monetária do Banco Central⁵⁴³.

A intensa pressão surtiria efeito com o abandono do experimento heterodoxo do Banco Central. Em março, a instituição impôs restrições de crédito e, já em abril, iniciou um novo ciclo de elevação das taxas de juros. A mudança da política monetária implicaria uma ruptura no interior do governo, sinalizando a mudança na correlação de forças no bloco no poder. Enquanto o BCB reassumia a virada favorável ao rentismo e à grande burguesia integrada, o Ministério da Fazenda reiterava os objetivos desenvolvimentistas e as políticas sociais do governo, expressava preocupação com a queda das taxas de crescimento do PIB, elevava as despesas fiscais e aumentava mais ainda a oferta de crédito nos bancos estatais⁵⁴⁴. Contudo, ao contrário do que se poderia esperar, a manutenção do viés neodesenvolvimentista na Fazenda não lograria garantir que a grande burguesia interna mantivesse seu apoio à política estatal tal qual nos anos anteriores, enquanto os ataques contra a política de juros baixos não foram rebatidos por seus representantes de maneira resoluta.

A restauração neoliberal contou com dois processos determinantes para o seu fortalecimento iniciados ainda no primeiro mandato Dilma. O primeiro foram as manifestações de junho de 2013. Ainda que não haja espaço aqui para adentrar os meandros da cronologia dos acontecimentos, julgamos necessário salientar uma análise da dimensão de classe e das fases

⁵⁴² (SINGER, 2018, p. 55 e 56);

⁵⁴³ (BASTOS, 2017a, p. 29);

⁵⁴⁴ (SAAD FILHO e MORAIS, 2018, p. 176);

desse processo. Para André Singer, as assim conhecidas “jornadas de junho” apresentaram um duplo e contraditório caráter de classe. Por um lado, delas participaram segmentos da “classe média tradicional” atingidos por uma variedade de fatores atribuídos à política estatal, dentre os quais o aumento dos preços de serviços bastante presentes em seu padrão de vida e de consumo – decorrentes de medidas como o aumento real do salário mínimo e a extensão de direitos trabalhistas aos empregados domésticos, o crescimento da concorrência por vagas nas universidades e em vagas de emprego oriunda da ascensão social de parte da classe trabalhadora nos governos petistas e a ameaça que a ascensão social dos pobres e negros representava para seu *status* de classe baseado na estrutura racista da sociedade brasileira. De outro lado, contou com forte presença de jovens da “nova classe trabalhadora”, a população jovem que havia sido diretamente beneficiada pelas políticas de expansão do acesso ao ensino superior dos governos petistas, que dobrou o número de universitários brasileiros, mas que haviam se decepcionado por não encontrarem um mercado de trabalho com vagas suficientes para pessoas diplomadas, em razão dos tipos de emprego majoritariamente precarizados e de baixa remuneração gerados sob o padrão de reprodução do capital de especialização produtiva.

A característica compósita de junho foi acompanhada da existência de ideologias cruzadas, à esquerda e à direita. O movimento iniciou com um viés de defesa dos interesses dos trabalhadores, questionando os aumentos das tarifas no transporte público e, um pouco depois, apresentando um conjunto mais amplo e disperso de demandas voltadas à ampliação dos direitos sociais na esteira da crítica aos gastos para a preparação para a Copa do Mundo. Não obstante, com a ampliação das demandas se fez presente também uma crítica generalista à corrupção na política, associando-a como a causa maior das carências sociais do país, pauta historicamente manipulada por setores conservadores para angariar apelo de massas, sobretudo nos segmentos médios da sociedade brasileira⁵⁴⁵, contra partidos, políticos e governos de esquerda.

⁵⁴⁵ Boito Jr. investiga a sensibilidade especial que a classe média possui em relação a denúncias de corrupção. Ela se relaciona ao meritocratismo que essa classe pratica no cotidiano e que defende para legitimar sua posição na hierarquia social. Conforme Bastos, “o meritocratismo é a ideologia que legitima a diferenciação do prestígio e da remuneração de trabalhadores não manuais a partir da hierarquia de dons e méritos pessoais, sem contextualização das condições sociais que dividem e hierarquizam o trabalho intelectual e manual e que pré-estruturam o resultado da competição por empregos qualificados, ao diferenciar socialmente o acesso ao sistema escolar. escolar. No Brasil, o meritocratismo tem força especial por causa da desvalorização que séculos de escravidão impuseram ao trabalho manual, por causa da desigualdade histórica de acesso à educação e por causa da ameaça à reprodução das camadas médias colocada por crises de crescimento e por episódios de conflito distributivo em que é impensada pela pressão dos de cima e dos de baixo” (BASTOS, 2017a, p. 36 e 37) Para o caso de procuradores, juízes e policiais federais, protagonistas das operações judiciais que dariam sequência à “revolta” da classe média contra a corrupção, a ideologia meritocrática assume intensidade ainda maior por encarnarem-na na forma da ascensão pelo concurso público e terem como tarefa funcional-burocrática a defesa da ordem legal universalista, baseada na igualdade jurídica capitalista (BOITO JR., 2018);

Singer indica a pouca vocação de Dilma para o diálogo com os movimentos sociais e a indisposição das centrais sindicais para politizar a onda de greves que então ocorria no país como algumas das causas para a desconexão do movimento de junho com o “ensaio desenvolvimentista” e a inviabilização de um novo patamar de ascensão da luta dos trabalhadores na conjuntura. Sem desconsiderar esses aspectos, apontamos a hipótese de que eles estão inseridos em um momento de aguçamento das contradições entre a burguesia brasileira – que iniciava então um processo de reaproximação entre as frações interna e integrada sob o mote da retomada dos lucros por meio do arrocho sobre os trabalhadores- e as classes populares – cujas demandas refletiam as próprias limitações do neoliberalismo desenvolvimentista no atendimento a seus interesses⁵⁴⁶. Da parte das do caráter das mobilizações, a dispersão das pautas e ausência de centralização política deixavam o campo aberto para a captura do viés predominante nas ruas pela ofensiva restauradora da frente neoliberal ortodoxa, o que ocorreu com a canalização das manifestações pela grande imprensa para um tom oposicionista geral que repercutia as pautas direitistas. Ao fim das contas, junho de 2013 serviu à significativa perda de popularidade do governo Dilma e à ativação de um movimento social de classe média alta que seria a base de apoio à contraofensiva da grande burguesia integrada e do capital estrangeiro nos anos subsequentes e do neofascismo brasileiro que surgiria mais adiante.

O segundo processo foi a Operação Lava-Jato, iniciada em março de 2014. A operação se constituiu em um conjunto de investigações com a prerrogativa de revelar um esquema de pagamento de propinas por grandes empresas brasileiras, principalmente dos ramos de engenharia e construção, a diretores de estatais e políticos em troca do favorecimento em licitações, sobretudo em contratos de exploração de petróleo e empreendimentos afins da Petrobras. Diretores da Polícia Federal, promotores públicos e juízes fizeram uso político explícito das investigações, ao ignorarem por muito tempo pistas que sugerissem o envolvimento do PSDB em casos semelhantes de corrupção, vazarem seletivamente informações confidenciais ou incorretas para a imprensa e procurarem comprometer o PT sempre que possível, em determinados casos com a orientação de procedimentos e a cessão de

⁵⁴⁶ Incapaz de encontrar uma solução coerente a essas contradições, o governo apresentou como resposta a junho um pacote de medidas que incluíam ações à direita, como o anúncio de corte de gastos e a regulamentação do instrumento de delação premiada, e acenos à esquerda nas áreas da saúde, educação e transportes, mas que em parte não saíram do papel justamente por falta de orçamento. A exceção foi o lançamento do Programa Mais Médicos com a chegada de milhares de médicos, principalmente cubanos, a municípios e periferias urbanas desprovidos de serviços de saúde. A ação proporcionou um respiro de popularidade à presidenta Dilma, assim como serviu à reação de viés racista, elitista e de oposição ao regime cubano por parte da mídia e de corporações médicas dominadas por profissionais de classe média (SINGER, 2018, p. 125; SAAD FILHO e MORAIS, 2018, p. 210);

informações privilegiadas à acusação com o objetivo de incriminar figuras públicas do partido, sobretudo o ex-presidente Lula.

As implicações da operação político-judicial para a ofensiva restauradora foram significativas em pelo menos três níveis. Em primeiro lugar, a Lava-Jato fortaleceu o movimento de massas da classe média e deu centralidade à questão da corrupção em meio a qual orbitavam o conjunto de insatisfações que possuíam com o neoliberalismo desenvolvimentista. Em segundo lugar, ao rejeitar os acordos de leniência e pela decisão da direção da Petrobras de interromper as encomendas de empresas denunciadas, ela aplicou um duro golpe à reprodução do capital de grupos econômicos da grande burguesia interna, em especial, do ramo da construção civil, da engenharia pesada e da cadeia de petróleo e gás, assim como neutralizou politicamente, pelo medo ou pela prisão, parte importante da camada empresarial que compunha essa fração de classe. Em terceiro lugar, a operação contribuiu significativamente para a retração da atividade econômica, o que alavancou as insatisfações de amplos setores da sociedade em relação ao governo Dilma⁵⁴⁷. Mesmo que, paradoxalmente, o governo tenha trabalhado em favor da continuidade das investigações e reagido timidamente à flagrante perseguição que se desenhava sob o véu do combate à corrupção, e ainda que, apesar da pressão implacável, nenhuma acusação tenha sido feita contra Dilma Rousseff, a Lava-Jato foi determinante para liquidação política do seu governo consumada com *impeachment* de 2016.

Apesar da queda de popularidade, do baixo crescimento econômico, da pressão midiática cotidiana e da escalada da ofensiva judiciária, Dilma Rousseff conseguiu se sair vitoriosa por uma pequena margem nas eleições de 2014. Sua campanha televisiva, nas redes sociais e nas ruas foi bem-sucedida em demonstrar o viés antipopular e favorável ao rentismo dos programas apresentados pelas candidaturas de Aécio Neves (PSDB) e Eduardo Campos/Marina Silva (PSB). Manteve-se o realinhamento eleitoral inaugurado em 2006 e seguido em 2010, embora com maior polarização entre pobres e ricos, com concentração de votos na candidata do PT entre a população de baixa renda, de menor escolaridade e da região nordeste⁵⁴⁸. Não obstante, logo após as eleições, o governo passou a implementar medidas que

⁵⁴⁷ Embora seja difícil contabilizar isoladamente os impactos diretos e indiretos da Operação Lava-Jato na economia, estudos realizados pelas consultorias Tendência e GO Associados estimam que a operação tenha contribuído negativamente entre 2,0 a 2,5% ao ano nas quedas de 3,8% e 3,6% do PIB registradas em 2015 e 2016, respectivamente. Ou seja, mais da metade da recessão registrada nesses anos decorreu dos efeitos da Lava-Jato (PINTO, PINTO, *et al.*, 2019);

⁵⁴⁸ (SINGER, 2018, p. 163)

caminhavam no sentido oposto ao apresentado na propaganda eleitoral, com consequências fatais para sua sustentação política.

O “austericídio” de 2015 consistiu na execução de um ajuste recessivo, com cortes ainda maiores de investimento público e novos aumentos das taxas de juros, a redução dos salários reais pela via da elevação do desemprego e em um ajuste abrupto dos preços relativos, com a aceleração da desvalorização cambial para aumentar as exportações e reduzir as importações e o aumento dos preços administrados pelo governo, como energia elétrica, petróleo e derivados. A nova orientação foi realizada a partir da nomeação de Joaquim Levy, diretor-superintendente do banco Bradesco, para a condução do Ministério da Fazenda. Bastos sugere que, politicamente, a intenção por trás da virada era aproximar a burguesia bancária do governo e desarmar a possibilidade de unificação do conjunto da burguesia⁵⁴⁹.

Mas as consequências desastrosas dessa tática caminharam no sentido oposto. O corte de investimentos públicos reforçava a queda das receitas privadas, levando a novos cortes, em uma espiral viciosa que mergulhou o país na recessão. As medidas implementadas não evitaram a tendência à reunificação burguesa contra o governo. A defesa do ajuste fiscal, feita inclusive por entidades representativas da grande burguesia interna, não era acompanhada do apoio à política que vinha sendo implementada, mas da exigência de novos cortes e do aumento do nível de descontentamento do empresariado. Ao mesmo tempo, o impacto das medidas sobre o aumento do desemprego e a queda da renda da classe trabalhadora atingia fortemente o apoio ao governo em sua própria base social. A oposição parlamentar, por sua vez, já expressava a sanha golpista logo após as eleições no discurso do candidato derrotado Aécio Neves, em um Congresso Nacional de forte composição conservadora que levou Eduardo Cunha à presidência da Câmara dos Deputados após vitória sobre a candidatura apresentada pelo governo na tentativa de enfraquecer o peso do PMDB no parlamento. A situação se tornava ainda mais complexa para o governo devido à fragilização dos arranjos políticos que contribuíam para a governabilidade do “presidencialismo de coalizão”, em razão das investigações em curso na operação Lava-Jato⁵⁵⁰.

O fracasso da política de ajuste em 2015 colocou o governo Dilma na defensiva. A base social organizada da frente neodesenvolvimentista estava fragilizada e com pouca capacidade de realizar a defesa do governo diante da política recessiva implementada, enquanto qualquer tentativa de volta atrás na orientação neoliberal ortodoxa era desacreditada depois da traição ao programa eleito pelas urnas. O governo perdeu a iniciativa estratégica e o discurso econômico

⁵⁴⁹ (BASTOS, 2017a)

⁵⁵⁰ (BASTOS, 2017a);

para apelar ao povo e recuperar a popularidade. Em vez disso, a escalada dos ataques da oposição era acompanhada por tentativas erráticas de sinalizar para segmentos da burguesia - mediante a ampliação das desonerações sem clareza de critérios, a proposta de uma reforma da previdência e de uma regra para limitação do crescimento dos gastos públicos - e para a centro-direita - procurando apoio contra as ameaças de Eduardo Cunha de aceitar algum dos pedidos de *impeachment* contra a presidenta Dilma. Cada concessão, contudo, enfraquecia o governo e levava a novos recuos. Como se sabe, chegou-se ao momento limite em que a destituição da presidenta se confirmou.

O golpe jurídico-parlamentar de 2016 decorreu fundamentalmente de dois eixos de conflito na dimensão das relações de classe. Procuramos destacar até aqui o primeiro deles, da grande burguesia integrada juntamente ao capital estrangeiro, que lideravam a frente neoliberal ortodoxa, contra a grande burguesia interna e a cada vez mais combatida frente neodesenvolvimentista. O segundo eixo de conflito se deu entre as classes antagônicas, a burguesia e a classe trabalhadora.

Vimos como as políticas implementadas pelo neoliberalismo desenvolvimentista provocaram a expansão dos postos de trabalho formais e a elevação dos salários. No primeiro governo Dilma, as taxas de desocupação foram baixas, em torno de 4,5%, entre 2011 e 2014, enquanto o salário médio real teve aumento de 13% entre 2011 e 2013. Os aumentos salariais vieram no contexto de um forte crescimento do movimento sindical, com o aumento expressivo no número de greves e de acordos e convenções coletivas que garantiram ganhos acima de inflação aos trabalhadores⁵⁵¹. A conjuntura de aumentos salariais concomitante ao aumento dos custos de produção decorrentes da inflação e da desvalorização cambial, somada ao desaquecimento da economia, configurava o pano de fundo sobre o qual representações de diferentes ramos da burguesia passaram a pressionar por uma ofensiva sobre os trabalhadores como mecanismo para retomar suas taxas de lucro, então em queda⁵⁵² (ver Gráfico 7). Soma-

⁵⁵¹ Em 2003, foram registradas cerca de 300 greves no país. Dez anos depois, graças a um crescimento gradativo, esse número chegou a 2050 greves no ano, ultrapassando o pico de 1962 greves que havia corrido em 1989. A proporção de acordos e convenções coletivas que obtiveram aumento real de salário subiu de 18% para 95% nesse período (SINGER, 2018, p. 68; BOITO JR., 2018, p. 218);

⁵⁵² Devemos qualificar essa afirmação pontuando que, ao contrário do que alardeavam os representantes e intelectuais da burguesia, conforme nos demonstra Bastos (2017) com o exemplo da indústria de transformação, a redução das taxas de lucro a partir de 2011 *não* foi provocado por salários excessivos, tendo em vista que estes ocupam uma parcela pequena na estrutura de custos industriais e haviam crescido mais até 2010, quando a lucratividade industrial cresceu bastante. O que acontece é que, no cenário de pressão geral dos custos, alguns dos quais associados ao aumento das *transferências de valor* para os capitais dos centros imperialistas, a saída encontrada pela burguesia para compensar a queda dos lucros foi o ataque aos salários e os impostos. Em outras palavras, o aumento do grau de exploração em uma movimentação típica do funcionamento das economias dependentes (ver Capítulo I);

se a isso a ampliação dos conflitos sociais no plano da relação entre Estado e movimentos populares manifesta, por exemplo, nas reivindicações de junho de 2013 por bens públicos e direitos sociais⁵⁵³, uma agenda de demandas de gasto público que entrava em choque tanto com o programa de desonerações quanto com o arranjo macroeconômico rentista que atenderam a diferentes interesses burgueses no período do neoliberalismo desenvolvimentista.

Atravessada por esses dois focos de pressão – de um lado, a ofensiva restauradora protagonizada pela grande burguesia integrada e o capital internacional; de outro, o movimento dos trabalhadores fortalecido na luta econômica e se fazendo presente nas reivindicações sociais – os diferentes segmentos que compõem a grande burguesia interna realizaram o movimento de, progressivamente, bandear-se para o campo neoliberal ortodoxo e golpista ou, pelo menos, colocaram-se neutros no processo político, abandonando a posição anterior de defesa das políticas neodesenvolvimentistas e de apoio ao governo do Partido dos Trabalhadores.

Chegado a esse ponto da análise, cabe observar mais detidamente o processo de capitulação dessa fração de classe da frente neodesenvolvimentista, que significou, objetivamente, a sua dissolução. Este se deu com defasagens entre posições político-ideológicas que nos permitem distinguir, analiticamente, as mudanças na agenda econômica e na agenda política defendidas pelas representações da grande burguesia interna.

A virada na agenda econômica veio antes. Trazemos aqui as conclusões de Boito Jr. a partir de levantamento de informações do material publicado na imprensa especializada de entidades de segmentos empresariais da grande burguesia interna durante o primeiro governo Dilma e os anos de crise política⁵⁵⁴. Elas nos revelam o seguinte:

As associações de industriais e do setor agrícola pesquisadas arrolam algumas reivindicações que aparecem de modo recorrente [...]. Nesse elenco de reivindicações recorrentes destacam-se dois grupos. O primeiro aponta contra os interesses do capital internacional e financeiro, enquanto o segundo aponta contra os trabalhadores; o primeiro prevaleceu no biênio inicial do governo [2011-2012], enquanto o segundo foi ganhando destaque na imprensa das associações empresariais a partir de 2013. No primeiro grupo de reivindicações recorrentes, temos: juros baixos, câmbio depreciado, financiamento público a juros subsidiados para os investimentos, investimento em infraestrutura, política de conteúdo local (protecionismo), política industrial e outras. No segundo grupo de reivindicações recorrentes, temos:

⁵⁵³ (BASTOS, 2017a);

⁵⁵⁴ Conforme o autor, “o levantamento contemplou confederações, federações, sindicatos e associações civis estratégicas da agricultura e da indústria – com destaque para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval), a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base (Abdib), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag)” (BOITO JR., 2018, p. 290 e 291);

reforma da previdência social, reforma trabalhista, ajuste fiscal baseado na redução dos gastos sociais e no arrocho do funcionalismo e outras. Acompanhando a imprensa das associações empresariais, fica claro que o segundo grupo de reivindicações vai ganhando proeminência à medida que o período de crescimento baixo e de crise econômica se prolongava e que a campanha da fração burguesa rival [a grande burguesia integrada] pelo ajuste fiscal ganhava força.

(BOITO JR., 2018, p. 292 e 293)

Singer menciona o encontro realizado pela CNI, em dezembro de 2012, no qual foi lançado o documento *101 propostas para modernização trabalhista*, cujo cerne das propostas se voltava contra as garantias da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Em abril de 2013, a Fiesp divulgava estudo sugerindo as vantagens da instalação de empresas brasileiras no Paraguai em decorrência, entre outros aspectos, da “mão de obra 36% mais barata no país vizinho, por não haver encargos trabalhistas”⁵⁵⁵.

Nos primeiros meses de 2013, as discordâncias de industriais quanto à Nova Matriz Econômica apareciam ainda de forma sutil, como no relato do jornalista Mino Carta constatando a discrepância entre as críticas dos altos juro no governo Lula e as queixas “em perfeito uníssono” dos empresários depois que o governo Dilma *abaixou* os juro. O tom subiria ao longo do tempo⁵⁵⁶. Em novembro de 2014, o presidente da CNI, Robson Andrade, defendeu a realização do ajuste fiscal e, até mesmo, o aumento da taxa de juro⁵⁵⁷. Em 2015, no contexto da política de austeridade do segundo governo Dilma, associações como Fiesp, Sinaval, Abdib, Abimaq e Abiquim seguiam defendendo “algum ajuste fiscal”, ainda que, de forma ambígua e paradoxal, protestassem contra as medidas concretas de ajuste que vinham sendo implementadas pelo governo⁵⁵⁸.

A adesão da grande burguesia interna ao programa econômico neoliberal ortodoxo avançava, portanto, a partir de 2013 em diante. Disso não se deve inferir, contudo, uma adesão concomitante dessa fração de classe à agenda política do golpe. Cresciam as insatisfações e se tornavam mais contundentes as declarações quanto à condução da política estatal, sem que se ensaiasse, ainda, a formação de uma unidade burguesa pela inviabilização do governo Dilma. Em junho de 2013, o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, depois de participar de uma das manifestações, escreveu artigo publicado no portal da entidade que tinha assistido um “grito por renovação”, em uma sinalização, ainda vaga, da mudança que estava por vir quanto ao apoio dado ao governo⁵⁵⁹. Não obstante, como lembra Bastos, o financiamento empresarial da

⁵⁵⁵ (SINGER, 2018, p. 60);

⁵⁵⁶ (SINGER, 2018, p. 59);

⁵⁵⁷ (SINGER, 2018, p. 61);

⁵⁵⁸ (BOITO JR., 2018, p. 213);

⁵⁵⁹ (SINGER, 2018, p. 60);

campanha eleitoral de Dilma, em 2014, foi mais robusto que o de Aécio Neves, em um indicativo que naquele momento ainda não existia uma movimentação relevante em prol da derrubada do governo⁵⁶⁰.

Foi apenas no final de 2015 que entidades e representantes da grande burguesia interna assumiriam, pública e ativamente, a postura ofensiva alinhada à frente neoliberal ortodoxa liderada pela grande burguesia integrada. A unificação burguesa aconteceu com a apresentação de uma alternativa política viável ao governo, que viria traiçoeiramente de dentro dele: em dezembro desse ano, o vice-presidente Michel Temer apresentou a empresários paulistas o programa Uma Ponte para o Futuro, cujo cerne das propostas era a premissa da impossibilidade de conciliação entre o orçamento público e os direitos sociais constitucionais garantidos no período de redemocratização. Em outras palavras, defendia-se a revisão do pacto político-social que havia prevalecido no país nos últimos 30 anos e a destruição dos direitos sociais conquistados nesse período.

É importante ponderar que a adesão da grande burguesia interna à ofensiva neoliberal não se deu em bloco nem na mesma intensidade, mas pela deserção progressiva e em graus variados de diferentes segmentos burgueses da frente neodesenvolvimentista. Parte da grande burguesia interna

foi perseguida judicialmente, graças ao fato de as forças articuladas do imperialismo, da burguesia associada e da alta classe média terem utilizado a corrupção como arma para isolar e mesmo destruir as empresas nacionais de construção e engenharia pesada; parte aderiu ativamente ao golpe, os casos mais importantes são a CNI e a Fiesp, pelo que se pode constatar lendo a imprensa dessas associações. A indústria de transformação encontrava-se, desde 2011, em trajetória declinante devido à penetração dos manufaturados chineses; parte da burguesia interna ainda ficou neutra na crise – foi o caso da indústria da construção naval que, tendo crescido a taxas de 19% ao ano, relutou em aderir ao golpe do *impeachment* (BOITO JR., 2018, p. 293)

Boito Jr. aponta, ainda, a participação ativa no golpe das associações do agronegócio. Por outro lado, os banqueiros, maiores interessados na política de austeridade conduzida por Joaquim Levy, tentaram salvar o governo até poucos meses antes da concretização do *impeachment*⁵⁶¹.

Qual seria o “enigma” por trás do deslocamento político da grande burguesia interna? A mesma Fiesp que, em 2011, havia apresentado um conjunto de propostas refletido com fidelidade na Nova Matriz Econômica do governo Dilma, e que, em 2005, defendeu o governo Lula em meio à crise do Mensalão, agora se colocava como uma das mais ativas entidades

⁵⁶⁰ (BASTOS, 2017b, p. 51);

⁵⁶¹ (BOITO JR., 2018, p. 320);

representativas da burguesia pela destituição da presidenta Dilma, assim como outras entidades empresariais que seguiram o mesmo roteiro. Os mesmos segmentos que pediam uma política de juros mais baixos, crédito subsidiado e investimentos públicos em infraestrutura, ficaram passivos frente aos ataques à política de juros baixos da NME e posteriormente passaram a militar em favor do ajuste fiscal. Algumas hipóteses são aventadas na literatura para explicar essa mudança. Autores como Singer e Bastos sugerem como um dos elementos explicativos tem a ver com a financeirização dos grupos econômicos. Para Bastos, por deterem boa quantidade de aplicações financeiras com as quais compensam a queda de rentabilidade nos investimentos produtivos, e porque, em alguns casos, as empresas não precisam de juros baixos nos bancos comerciais, já que tem acesso ao crédito público subsidiado, podem haver interesses comuns do capital produtivo em torno de juros elevados para títulos da dívida pública⁵⁶². Singer destaca também o controle de bancos e fundos de investimento sobre o capital produtivo⁵⁶³.

Esses autores também apontam como um fator aglutinador importante para a burguesia (e, portanto, para o deslocamento político da grande burguesia interna) o conflito entre capital e trabalho e a imposição do ajuste fiscal e salarial sobre os trabalhadores como compensação à queda das taxas de lucro, como já mencionamos. Eles também indicam alguns elementos ideológicos: a aversão à intervenção estatal alegadamente “populista” que havia atingido o setor financeiro e poderia fazer novas vítimas⁵⁶⁴ e a persistência de uma cultura autoritária e meritocrática na burguesia brasileira que a torna avessa a qualquer política pública que vise a redução das desigualdades sociais⁵⁶⁵.

Por fim, na dimensão das relações internacionais, Singer aponta a receptividade nos meios industriais do novo instrumento da ofensiva imperialista na América Latina para barrar o avanço da China, o TTIP - *Transatlantic Trade and Investment Partnership*, acordo negociado desde julho de 2013 pelos Estados Unidos e a União Europeia para formar o que seria o maior mercado de livre-comércio do mundo⁵⁶⁶. Vimos como, no governo Lula, a grande burguesia interna foi entusiasta da política de integração regional que privilegiava o fortalecimento do bloco sul-americano. Contudo, alguns fatores levaram a uma revisão de posições de lideranças e entidades empresariais. Segundo Berringer e Forlini⁵⁶⁷, foram eles: a) a redução do PIB; b) o aumento de barreiras comerciais da Argentina; c) a ofensiva imperialista, a qual as autoras

⁵⁶² (BASTOS, 2017a, p. 29 e 30);

⁵⁶³ (SINGER, 2018, p. 66);

⁵⁶⁴ (SINGER, 2018, p. 67; BASTOS, 2017b, p. 30);

⁵⁶⁵ (BASTOS, 2017a, p. 30 e 31);

⁵⁶⁶ (SINGER, 2018, p. 71);

⁵⁶⁷ (BERRINGER e FORLINI, 2018);

atribuem o incentivo à criação da Aliança para o Pacífico com uma forma de disputar o projeto do Mercosul e da Unasul, e o papel da China; d) o golpe de Estado no Paraguai, que deu início à crise dos governos progressistas na América Latina; e) a entrada da Venezuela no Mercosul; e f) o aumento das importações chinesas na região, aumentando a disputa por mercados com a burguesia brasileira. Foi o caso, por exemplo, do presidente da CNI, Robson Andrade, que, falando a empresários norte-americanos nos Estados Unidos, no final de 2013, defendeu acordo de livre-comércio com os EUA deixando o Mercosul no segundo plano.

No próximo capítulo, buscamos investigar alguns dos determinantes econômicos da grande burguesia interna. Seja como for, é possível identificar no movimento de capitulação dessa fração de classe da frente política neodesenvolvimentista, no contexto do golpe de 2016, uma das mais evidentes demonstrações da fragilidade político-ideológica dessa fração de classe no período recente do processo político brasileiro.

No dia 2 de dezembro de 2015, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, aceitou a denúncia por crime de responsabilidade que pedia o *impeachment* da presidenta Dilma. Esse processo foi concluído em 31 de agosto de 2016, com a cassação do mandato de Dilma pelo Senado Federal. A denúncia se sustentava em duas acusações, a de que, em 2014, um banco público (Caixa Econômica Federal) havia realizado operações de crédito para o próprio governo mediante realização de pagamentos para beneficiários de programas sociais sem compensação do Tesouro, o que é vedado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – as chamadas “pedaladas fiscais” – e de que, em 2015, a presidenta teria assinado seis decretos de abertura de créditos suplementares, cujo valor seria incompatível com o cumprimento da meta fiscal.

Do ponto de vista jurídico-legal, ambas as alegações eram duvidosas. Quanto a primeira, é fato que o fluxo de pagamentos do Tesouro para a Caixa e da Caixa para os beneficiários nunca coincidem no tempo e a LRF não esclarece um limite a partir do qual os atrasos podem ser considerados empréstimos. Já em relação à emissão dos decretos, trata-se de um instrumento de remanejamento de recursos dentro do espaço fiscal remanescente, que possibilitaram a realocação interna entre as rubricas dos gastos dos órgãos públicos envolvidos sem que se ampliasse o que poderia ser executado por cada órgão⁵⁶⁸.

Em verdade, a caracterização da destituição de Dilma como golpe de Estado – que aqui referendamos em concordância com várias outras análises - é o resultado de uma apreensão do processo político que relaciona os aspectos institucionais com os conflitos de classe presentes

⁵⁶⁸ (CARVALHO, 2018);

naquele momento na sociedade brasileira. Nesse sentido, o golpe jurídico-parlamentar de 2016 consistiu no emprego casuístico da lei do *impeachment* - caracterizando expedientes amplamente utilizados por governos em nível federal, estadual e municipal (as “pedaladas” e decretos de créditos suplementares) como crimes de responsabilidade – e na criação de um conluio entre o aparato judicial e a mídia corporativa para legitimar a lisura técnica do golpe, que tinha a) como objetivo central, o reforço da hegemonia política do capital financeiro internacional e da burguesia integrada; b) como força política dirigente, estas frações burguesas; c) como base social, a alta classe média que se mobilizou ativamente em defesa do *impeachment*; e d) como forças institucionais perpetradoras, o Congresso Nacional e o aparato judicial composto por STF, Judiciário, Ministério Público e Lava-jato⁵⁶⁹.

4.6.2 Reformas neoliberais ortodoxas e a grande burguesia interna entre a adesão e a resistência seletiva ao neoliberalismo ortodoxo

O período 2016-2022 é marcado pelo reforço da hegemonia política da burguesia integrada no bloco no poder, com a realização de reformas neoliberais ortodoxas sob uma conjuntura de forte ofensiva política sobre a classe trabalhadora. Nesse período se estabelece uma arquitetura institucional ainda mais restritiva à autonomia da política estatal, com o chamado teto de gastos – que traduz uma agudização do poder estrutural do capital financeiro. Ocorre também a consolidação do movimento de massas que vinha se fortalecendo desde 2013, extraído da base social de classe média que é a principal classe-apoio do neofascismo brasileiro, o qual chega à presidência da República em 2018. A grande burguesia interna passa a se movimentar, tal qual na década de 1990, enquanto uma fração mais subordinada no bloco no poder: em alguns aspectos, adere ao programa do neoliberalismo ortodoxo; em outros, oferece-lhe uma resistência seletiva, sem condições de reverter os elementos negativos da política neoliberal ortodoxa sobre seus interesses.

O governo Temer abre passagem para a nova quadra reacionária. Martuscelli faz uma síntese das principais ações:

Ao longo dos 19 meses de governo, a despeito de ser reconhecido nas enquetes como o presidente mais impopular da história brasileira desde o período de redemocratização, Temer conseguiu construir uma base parlamentar e de apoio político expressiva para aprovar uma série de medidas de caráter conservador, entre as quais se destacam: a lei de terceirizações generalizada, a contrarreforma trabalhista, a emenda constitucional que promoveu o congelamento dos gastos públicos por 20 anos, a internacionalização da política de preços da Petrobrás, as mudanças na política de compras da

⁵⁶⁹ (MARTUSCELLI, 2020);

Petrobrás que restringiram a prioridade dada aos produtos de origem nacional, o estabelecimento de taxas de mercado para os empréstimos do BNDES, a mudança do currículo do Ensino Médio que retirou a obrigatoriedade de disciplinas como Sociologia e Filosofia, a intervenção militar no Estado do Rio de Janeiro.

(MARTUSCELLI, 2019)

A Emenda Constitucional nº 95, conhecida como teto de gastos, aprovada em 16 de dezembro de 2016, estabeleceu a proibição do aumento do gasto público total da União acima da inflação e congelou os pisos mínimos constitucionais obrigatórios dos gastos em saúde e educação por um período de 20 anos⁵⁷⁰. Considerando-se o crescimento populacional e o aumento dos gastos com benefícios previdenciários, essa medida levava necessariamente a uma vertiginosa redução das despesas com educação por aluno, saúde por idoso, ciência e tecnologia, cultura, assistência social e investimentos públicos. Em contrapartida, estavam excluídas do “teto” as obrigações do governo federal brasileiro perante os credores da dívida pública.

Sugerimos a hipótese de que a EC nº 95 levou a um deslocamento do papel de principal viabilizador institucional do poder estrutural do capital financeiro no Brasil. Essa função, até então desempenhada pelo tripé macroeconômico, passa a ter centralidade na regra fiscal que estabelece um limite para o gasto público. Essa mudança estaria sustentada no enorme potencial de drenagem de recursos públicos para o capital financeiro que o novo tipo de regra fiscal oferece e no fato de que, na prática, a tão alardeada necessidade de garantia de superávits primários passa a ser deixada de lado frente à geração de sucessivos déficits primários de 2014 em diante⁵⁷¹. Isso não quer dizer que o tripé macroeconômico deixe de ter papel relevante, assim como outros instrumentos, como a LRF, mas que o mecanismo mais importante para a viabilização do poder financeiro passa a ser a nova regra, inclusive, em sua versão flexibilizada que seria aprovada em 2023. De toda forma, essa é uma hipótese que buscamos apenas lançar nesse trabalho, a qual requer uma investigação própria para sustentação.

É importante pontuar que houve mobilização do movimento popular e sindical contra a ampla e profunda retirada de direitos promovida pelo governo Temer com as propostas do teto de gastos, da reforma trabalhista e da reforma da previdência, esta última não aprovada. Foram organizadas manifestações pelas centrais sindicais e movimentos populares, assim como uma greve geral significativa em abril de 2017. Entretanto, nem o movimento popular, nem o

⁵⁷⁰ Em 2023, na conjuntura do novo governo Lula, o teto de gastos seria substituído por outra regra fiscal menos rígida, o “novo arcabouço fiscal”;

⁵⁷¹ É verdade que o teto de gastos também passou a ser “furado” repetidamente pelo governo Bolsonaro, a partir de 2019. Entretanto, isso não impediu que ele cumprisse seu papel no corte de gastos sociais e investimentos e redirecionamento do fundo público para o pagamento da dívida pública;

movimento sindical lograram demonstrar força suficiente para resistir à virada neoliberal ortodoxa em marcha.

Quanto à política externa, em relação à política regional, o governo Temer se caracterizou por retroceder à defesa do modelo de “regionalismo aberto” do Mercosul da década de 1990, que, de maneira distinta do “regionalismo multidimensional” do neoliberalismo desenvolvimentista - o qual englobava, além de elementos comerciais e produtivos, também aspectos de integração políticos e sociais – pauta-se na abertura comercial da região objetivando a “inserção” nas “cadeias globais de valor”⁵⁷².

A inserção internacional com Temer é, em linhas gerais, alinhada aos Estados Unidos, e busca o esvaziamento político dos blocos com os Estados vizinhos ou, em outras palavras, é subordinada passivamente aos interesses imperialistas. Alguns movimentos feitos pelo governo ilustram bem essa mudança na política externa, a saber: 1) reaproximação com os Estados Unidos, com o treinamento conjunto das forças armadas na Amazônia, a renegociação da base de Alcântara no Maranhão, a venda da Embraer para a Boeing; 2) e a ênfase conferida à renegociação do acordo Mercosul-UE; 3) o desmantelamento da política de integração regional que tem transformado o Mercosul em um mero processo de integração comercial e tem paralisado a dinâmica interna da Unasul (com a suspensão da participação nesta iniciativa ao lado dos Estados argentino, paraguaio, chileno, peruano e colombiano, através do alinhamento com ou da oposição ao governo venezuelano), recolocando, portanto, o regionalismo aberto como modelo de integração regional; 4) o esvaziamento do conteúdo político dos BRICS, principalmente no que concerne a uma nova estratégia de relações com a China, que passa a ser a principal investidora em obras públicas e área estratégicas; 5) término das políticas de cooperação sul-sul como a política de combate à fome com os Estados africanos; 6) sinalizações de subordinação marcantes e reversas ao sentido da política externa ativa - como a candidatura brasileira para a entrada na OCDE, a adesão do protocolo adicional do Tratado de Não Proliferação de Armas (TNP), entre outras.

(BERRINGER e FORLINI, 2018, p. 10)

Conforme Boito Jr.⁵⁷³, o bloco no poder durante o governo Temer caracterizou-se por uma situação de instabilidade hegemônica – e, portanto, instabilidade política -observada com a revelação de uma gravação do empresário Joesley Batista, dono da JBS, com o presidente da República, em que este último pede ao empresário que continue pagando propina ao Deputado Eduardo Cunha de modo a evitar que fizesse uma delação premiada. Tal instabilidade decorreu da ação do sistema de justiça (PF, MPF e Judiciário) contra os integrantes do Executivo Federal e da sua base aliada no Congresso Nacional. Ela esteve fundamentada na perda do controle da

⁵⁷² (BERRINGER e FORLINI, 2018);

⁵⁷³ (BOITO JR., 2020);

força dirigente do golpe de 2016 – a grande burguesia integrada e o capital estrangeiro – da sua base de massa própria – a alta classe média, representada pelo sistema de justiça.

Conforme vimos, o combate à corrupção foi utilizado politicamente pelo sistema de justiça para combater o PT e a grande burguesia interna. Porém, o judiciário brasileiro e sua base social não são passivos diante da força dirigente e levaram adiante as operações de combate à corrupção. Houve, nesse sentido, um racha da frente golpista, comprometendo a o estabelecimento de uma hegemonia estável do capital estrangeiro e da grande burguesia integrada, embora tenham logrado a aprovação das reformas neoliberais e a manutenção de Michel Temer no cargo de presidente até o fim do seu mandato.

A relação da grande burguesia interna com o governo Temer foi de unidade e conflito, em que a unidade em torno da aprovação das reformas neoliberais e da defesa do governo frente as tentativas de retirar Temer da presidência foram o aspecto principal, enquanto os conflitos – aspecto secundário - se deram na resistência a medidas de abertura e desregulamentação que prejudicavam segmentos da grande burguesia interna na disputa com o capital internacional.

Dentro de sua atuação em unidade com o governo na agenda econômica, podemos mencionar a posição de entidades e lideranças empresariais favoravelmente à PEC do teto de gastos e à reforma trabalhista. Em 1º de outubro de 2016, o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, foi à casa do presidente Michel Temer, em São Paulo, para conversar sobre a importância do teto de gastos, à época a PEC 241, que tramitava na Câmara dos Deputados. No início de setembro, a CNI publicou um documento, assinado juntamente a diversas outras confederações empresariais⁵⁷⁴, defendendo a aprovação da regra. Quanto à reforma trabalhista, basta notar, como demonstra Brandão⁵⁷⁵, que a reforma trabalhista de Temer implementou medidas praticamente idênticas às propostas no documento *101 propostas para a modernização trabalhista*, publicado pela CNI ainda em 2012, assemelhando-se em pontos como a redução do poder das negociações coletivas em relação a negociações individuais, redução do intervalo intrajornada e a liberação da terceirização para qualquer atividade.

A unidade em torno da agenda política se deu na defesa da manutenção de Temer no cargo de presidente da República em meio à forte instabilidade do governo frente aos escândalos de corrupção.

⁵⁷⁴ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Confederação Nacional do Transporte (CNT), Confederação Nacional das Cooperativas (CNCOOP), Confederação Nacional da Comunicação Social (CNCS), Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), Confederação Nacional de Saúde (CNS), Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg);

⁵⁷⁵ (BRANDÃO, 2019);

Em 26 de junho de 2017, o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, declarou que não cabia à Fiesp “falar sobre renúncia do presidente da República”. “Cabe à Fiesp discutir economia, não política”, explicou. Quando indagado sobre por que, então, a Fiesp tinha declarado apoio formal ao impeachment de Dilma Rousseff em 2016, Skaf atribuiu a mudança de posição da federação à suposta melhora no cenário econômico: enquanto Dilma teria jogado o país na recessão, Temer teria controlado a inflação, reduzido juros e estaria aprovando as reformas estruturais. “Não há como comparar uma situação com outra”, justificou.

(CARVALHO, 2018, p. 139)

Em relação à política externa, o alinhamento das principais entidades industriais do Brasil em relação às tentativas do governo para a aprovação do acordo Mercosul-União Europeia é emblemático da posição de unidade que então se conformava. Vimos que esse acordo foi motivo de preocupação e resistência de segmentos industriais da grande burguesia interna no neoliberalismo desenvolvimentista. Contudo, a Fiesp (em documento de 2013) e a CNI (em documento de 2014) mudam de posição e passam a defender a efetivação do acordo, que se tornaria objetivo de política externa a partir de Temer⁵⁷⁶.

Em meio à tendência predominante de unidade, ocorreram as insatisfações: por exemplo, Paulo Skaf, presidente da Fiesp, e Benjamin Steinbruch, do grupo Vicunha, da CSN, do Banco Fibra e 1º vice-presidente da Fiesp,

vieram a público, por intermédio de artigos seguidos, publicados no jornal *Folha de S. Paulo*, fazer críticas à política econômica do governo Temer. Paulo Skaf saiu em defesa da política de conteúdo local para a cadeia do petróleo e gás, enalteceu, e alguns poderão considerar que cinicamente, a política aplicada nos últimos 13 anos, e criticou a nova onda de importação de equipamentos pela Petrobrás. No dia seguinte, Benjamin Steinbruch elevou a crítica para um plano mais geral: o erro é o neoliberalismo exacerbado que abre o mercado interno até num momento em que vários países fazem o caminho no sentido oposto.

(BOITO JR., 2020, p. 54)

Segundo Boito Jr., escrevendo em maio de 2019, “empresas da cadeia de petróleo e gás acionaram a justiça contra o desmonte da política de conteúdo local e grandes empresas nacionais já estão protestando contra o impacto do ajuste fiscal na política de financiamento do BNDES”⁵⁷⁷. A Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) também exemplifica a resistência de um segmento da grande burguesia interna às medidas de abertura econômica: a medida implementada em 2017 pelo governo Temer de redução em 50% da exigência de conteúdo local para leilões de campos de petróleo foi criticada pelo presidente da Associação, João Carlos Marchesan, em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*. Também

⁵⁷⁶ (BERRINGER e FORLINI, 2018);

⁵⁷⁷ (BOITO JR., 2020, p. 82);

em relação ao acordo Mercosul-UE, a Abimaq demonstrou preocupação em documentos oficiais publicados pela entidade⁵⁷⁸.

4.6.3 Neofascismo brasileiro, apoio à agenda econômica e o fracasso da “terceira via” da burguesia brasileira

Ao longo da crise política do governo Temer, observa-se o fortalecimento do movimento reacionário de massas, que havia insurgido nos anos anteriores ao golpe de 2016, o qual se convencionou chamar de bolsonarismo, pela identificação que passou a ter com a liderança do capitão do exército e então Deputado Federal Jair Bolsonaro.

Boito Jr., a partir de conceitos de Togliatti e Poulantzas, define o fascismo como uma ditadura cujo regime político é um regime reacionário sustentado por uma massa organizada predominantemente pequeno-burguesa e/ou de classe média, cujo objetivo principal é a eliminação do pensamento e dos movimentos de esquerda, e o movimento que busca instaurar esse regime como um movimento fascista, assim como fascista é a ideologia que mobiliza esse movimento e legitima a ditadura fascista. Segundo essa definição, é possível caracterizar o bolsonarismo como um movimento neofascista⁵⁷⁹, que logrou chegar ao governo em outubro de 2018 e permaneceu entre 2019 e 2022, embora não tenha sido capaz, até o momento, de instaurar uma ditadura fascista no Brasil⁵⁸⁰.

Recorrendo mais uma vez à análise poulantziana, Boito Jr. considera que a chegada do fascismo ao governo é sempre resultante de um tipo particular de crise política, caracterizada pelos seguintes elementos: a) acirramento dos conflitos no interior do bloco no poder; b) crise de representação partidária das classes dominantes; c) ativismo político da burocracia civil e militar provocando crise institucional; d) série de derrotas e situação defensiva do movimento operário; e) constituição da pequena burguesia como força social distinta; e f) crise ideológica generalizada.

Esses elementos existem na conjuntura brasileira que se inaugura com as manifestações pelo impeachment da ex-presidenta Dilma. Vimos que o conflito entre, de um lado, o capital internacional e a grande burguesia integrada e de outro, a grande burguesia interna, se agrava nesse momento. A disputa no bloco no poder e a insatisfação crescente da alta classe média

⁵⁷⁸ (BERRINGER e FORLINI, 2018);

⁵⁷⁹ Cabe acrescentar que, embora o fascismo tenha como núcleo-duro da sua base de massa os segmentos intermediários da sociedade, ele logra ganhar o apoio de parte das classes populares para chegar ao poder. No caso do bolsonarismo, isso se deu sobretudo em grande medida no segmento dos evangélicos conservadores, em grande parte composto por trabalhadores manuais dos grandes centros urbanos;

⁵⁸⁰ (BOITO JR., 2021);

com a política social do PT levam ao aparecimento desta fração de classe como força social distinta e ativa, que organiza um movimento de massa. O ativismo político da burocracia de Estado se dá no âmbito do Judiciário, pela Operação Lava Jato. A classe operária e demais classes populares sofrem sucessivas derrotas a partir de 2014 com a implementação de medidas neoliberais. A crise de representação e decadência dos partidos burgueses tradicionais se relacionam com a crise econômica e com a ação da Operação Lava Jato, que atingiu o conjunto do sistema partidário e deslocou politicamente as classes médias, as quais se voltaram contra sua representação partidária mais tradicional – o PSDB. Por fim, um indicativo da crise ideológica generalizada está na decadência do programa do neoliberalismo desenvolvimentista e, também, na insatisfação de parte do empresariado em relação a uma suposta moderação do programa neoliberal ortodoxo implementado no governo Temer, exigindo uma dosagem mais forte do mesmo remédio que vinha sendo aplicado⁵⁸¹.

Aproximando-se às eleições presidenciais de 2018, em meio à ofensiva restauradora da frente neoliberal ortodoxa, à ascensão de um movimento reacionário de classe média, às sucessivas derrotas dos movimentos dos trabalhadores e à crise de representação dos partidos burgueses, a burguesia brasileira iria, paulatinamente, abandonar aquela que seria sua candidatura preferencial, mas que se mostrava inviável eleitoralmente – Geraldo Alckmin, do PSDB - e conferir apoio à candidatura neofascista de Bolsonaro. Também foi determinante para a vitória de Bolsonaro nessas eleições a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva, em abril, no âmbito da Operação Lava Jato. Conforme analisa Boito Jr.,

A imprensa publicou reportagens que estampavam o grande medo que tomou conta do chamado mercado diante da possibilidade de vitória de uma candidatura dita populista [do Partido dos Trabalhadores] que ameaçaria o programa de reformas neoliberais iniciado pelo governo Temer. Tratava-se de reconhecimento implícito de que os interesses do grande empresariado e a democracia tinham entrado em rota de colisão. A continuidade do programa econômico neoliberal, diferentemente do que ocorrera na década de 1990, parecia exigir soluções mais radicais e até temerárias, como o apoio à candidatura de um político de extrema-direita, defensor de regime ditatorial, sem base partidária e sem história que o credenciasse à Presidência da República. Mas a dinâmica da crise legitimou a opção dos grandes empresários. Os partidos políticos pisotearam a eleição de 2014, uma vara do judiciário assumiu a função de tribunal de exceção com jurisdição nacional, os militares diziam publicamente o que o STF podia ou não podia fazer: essa crise das instituições democráticas precedeu a opção do grande empresariado pela candidatura neofascista.

(BOITO JR., 2021, p. 20)

Bolsonaro chega ao governo após aceitar a proposta de cooptação oferecida pela grande burguesia – especialmente a fração integrada e o capital estrangeiro: durante a campanha,

⁵⁸¹ (BOITO JR., 2021);

anunciou o neoliberal extremista Paulo Guedes para o Ministério da Economia. O governo que se forma conduz então uma política estatal a serviço, prioritariamente, do núcleo hegemônico neoliberal ortodoxo, tal qual vinha ocorrendo no governo Temer. Como ocorre em todos os países em que o fascismo logra ascender à esfera governamental, ele o faz após ter sido politicamente confiscado pela burguesia ou uma fração dela de sua base de massas formada por segmentos intermediários, “com o objetivo de, apoiada nesse movimento, superar uma crise política implantando um governo antidemocrático, antioperário e antipopular”⁵⁸².

Do ponto de vista da relação com as frações burguesas, a política econômica implementada pelo governo Bolsonaro seguiu a mesma orientação do governo Temer, aprofundando as reformas neoliberais ortodoxas e ampliando a ofensiva sobre os direitos e condições de vida as classes populares. Como colocam Flores e Del Passo,

O aspecto dominante na relação entre frações burguesas e o governo Bolsonaro foi a unidade em torno das reformas neoliberais contra os trabalhadores e as privatizações. Esta unidade não excluiu a persistência de conflitos secundários, que se apresentaram sob a forma de *resistências seletivas* a determinados aspectos da política econômica neoliberal. (FLORES e DEL PASSO, 2021)

O governo Bolsonaro privatizou dezenas de empresas subsidiárias e algumas grandes estatais. Segundo dados do Sistema de Informações das Estatais (Siest) do Ministério do Planejamento, entre 2019 e 2022 foram vendidas, liquidadas ou incorporadas 102 empresas estatais⁵⁸³. Em 2022, o governo conseguiu a aprovação, no Congresso Nacional, da privatização da Eletrobras, maior empresa de energia elétrica da América Latina, e buscou, embora sem sucesso, a privatização dos Correios. Importantes subsidiárias, como a BR distribuidora, Transportadora Associada de Gás (TAG), a Refinaria de Pasadena e a Liquigás, foram vendidas à iniciativa privada. O governo também encaminhou a aprovação no Congresso da Nova Lei do Gás e do Novo Marco do Saneamento, que permitiram a privatização de gasodutos e serviços de saneamento básico.

Em relação às medidas trabalhistas do governo Bolsonaro, cabe mencionar, como a mais importante, a Reforma da Previdência, que reduziu o orçamento público para política social e os encargos trabalhistas para o capital privado, além de abrir novos espaços de acumulação para fundos privados e seguradoras. Outras medidas importantes foram a Carteira de Trabalho Verde e Amarela, que reduziu encargos e benefícios trabalhistas, a Lei de Liberdade Econômica, que

⁵⁸² (BOITO JR., 2021, p. 7);

⁵⁸³ (GAZETA DO POVO, 2023);

aumentou a jornada de trabalho para fins de semana e feriados, além dos programas de redução de jornadas e salários e de suspensão de contratos de trabalho na pandemia da Covid-19⁵⁸⁴.

Em março de 2020, a grande burguesia brasileira daria uma demonstração de afinidade com a agenda de reformas implementadas pelo governo. O presidente da Fiesp, Paulo Skaf, recebeu, na sede da Federação, o presidente Jair Bolsonaro e seis ministros juntamente a 40 empresários de ramos do agronegócio, indústria de transformação, infraestrutura, comércio e serviços. Segundo matéria divulgada pela própria entidade⁵⁸⁵, a tônica do evento, nas palavras de Skaf, “foi o otimismo, a confiança e o apoio dos setores produtivos de todo o Brasil ao governo e à agenda econômica. Há um consenso de que estamos no rumo certo”. O presidente do grupo Gerdau, André Gerdau, exaltava o momento: “em 119 anos de atividades, nunca estivemos tão animados com as propostas de um governo como estamos com esse”. Já o presidente do conselho do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, declarava que o nível de esperança do empresariado “foi sendo sedimentado pela reforma trabalhista, da Previdência, através das medidas de flexibilização monetária, com queda de juros, acompanhada de medidas fiscais”, enquanto pedia a continuidade das reformas e aceleração das privatizações⁵⁸⁶.

O governo Bolsonaro também promoveu medidas de desregulamentação financeira – ou de regulamentação em favor do capital financeiro – e de abertura econômica. A mais importante medida de desregulamentação foi a aprovação da autonomia do Banco Central, que reduziu ainda mais o poder da Presidência da República sobre o órgão, fortalecendo sua blindagem pelo capital financeiro. Entre as medidas de abertura econômica, pode-se mencionar as medidas que permitiram o aumento da participação do capital estrangeiro sobre empresas aéreas e sobre o sistema bancário nacional, a redução de alíquotas de importações de produtos como eletroeletrônicos, máquinas e equipamentos industriais e armas, e o esvaziamento, na política externa, de instituições de integração sul-sul visando o livre comércio com as potências imperialistas.

É interessante notar que, embora a autonomia do Banco Central, em tese, prejudicasse os interesses da burguesia industrial e demais frações não-financeiras da burguesia frente aos interesses da burguesia financeira nacional e internacional, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) declarou seu apoio à proposta. Em fevereiro de 2021, o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, afirmava que “a aprovação do projeto de lei complementar 19/2019 [autonomia do Banco Central] contribuirá para o maior controle da inflação e possibilitará que

⁵⁸⁴ (FLORES e DEL PASSO, 2021);

⁵⁸⁵ (CIESP CAMPINAS, 2020);

⁵⁸⁶ (O GLOBO, 2020);

esse controle seja feito por meio de taxas de juros mais baixas”⁵⁸⁷. Essa situação nos permite levantar a hipótese de que a dimensão da acumulação financeira que atravessa a reprodução do capital da grande indústria brasileira causou efeitos pertinentes na sua movimentação política na conjuntura em questão.

Por outro lado, a dimensão da *resistência seletiva* da grande burguesia interna também se fez presente e manifestações públicas na conjuntura. Tome-se, por exemplo, as manifestações do Conselho Empresarial Brasil-Argentina (Cembrar) e da CNI, em junho de 2021, contra a proposta do ministro da Economia, Paulo Guedes, de reduzir a Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul⁵⁸⁸. Outro caso que ilustra essa posição foram as reclamações de empresários da indústria de armamentos, por meio da Associação Brasileira de Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (Abimde), em razão da medida de zerar a alíquota de importação de armas, em 2020⁵⁸⁹.

Apesar dos conflitos que não cessaram de existir no bloco no poder, a unidade burguesa sobre o neoliberalismo ortodoxo aprofundado no governo Bolsonaro prevaleceu. Na cena política esse aspecto constituiu-se como um fator limitador à atuação oposicionista dos partidos burgueses tradicionais. A grande burguesia interna, embora não tenha se dissolvido como fração de classe, abandonou a posição de fração autônoma, ou seja, dotada de um programa político próprio visando a hegemonia política⁵⁹⁰.

Os principais pontos de fissura entre segmentos da grande burguesia e o governo Bolsonaro ocorreram, contudo, em torno de duas questões que se fizeram bastante presentes na experiência bolsonarista no governo: os aspectos relacionados à gestão da crise sanitária (Covid-19) e à questão democrática. Conforme Flores e Del Passo, a conjuntura que se abre com o alastramento da pandemia da Covid-19 no Brasil foi marcada pela polarização, na cena política, entre duas alas da direita – a ala neofascista, ou bolsonarista, e a ala tradicional – a qual exprime tanto uma contradição entre a base de massas neofascista e a burguesia quanto uma contradição no seio das próprias frações burguesas⁵⁹¹. Em relação à gestão da crise sanitária,

As frações burguesas se dividiram entre *apoiadores* e *opositores* das medidas de isolamento social. Este foi o conflito principal durante o ano de 2020, quando as vacinas ainda não haviam sido desenvolvidas e o foco das medidas recaía sobre a contenção do vírus. No ano de 2021, com o desenvolvimento das vacinas, [...] as frações burguesas pressionaram o governo pela compra de

⁵⁸⁷ (CNI, 2021);

⁵⁸⁸ (METRÓPOLES, 2021a); (METRÓPOLES, 2021b);

⁵⁸⁹ (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020);

⁵⁹⁰ (BOITO JR., 2020);

⁵⁹¹ (FLORES e DEL PASSO, 2021);

imunizantes e pela aceleração da vacinação em massa, a fim de conter os prejuízos econômicos avolumados pela pandemia. Estas frações pressionaram pela permissão da compra de imunizantes pelas empresas do setor privado, mas, de maneira homóloga à divisão entre negacionistas e isolacionistas, se dividiram a respeito da estratégia de imunização coletiva: se as vacinas deveriam ser destinadas ao SUS, ou se deveriam ser destinadas às próprias empresas para a aplicação em seus funcionários, desrespeitando o Plano Nacional de Imunização.

(FLORES e DEL PASSO, 2021, p. 31)

Embora o negacionismo seja um produto da ideologia fascista que se encontra com maior força em sua base de massas – no caso brasileiro, entre a classe média e a pequena burguesia - ele também contou no contexto da Covid-19 com o consentimento passivo de outras parcelas importantes da sociedade brasileira, como, por exemplo, parte importante dos trabalhadores manuais informais e subempregados, que se opôs a medidas de isolamento, vistas como uma ameaça ao sustento de suas famílias durante à pandemia.

Entre as frações burguesas que aderiram ao negacionismo, Flores e Del Passo mencionam⁵⁹²: a burguesia industrial representada pela Fiesp e CNI e associações como a Abimaq; a burguesia comercial varejista representada pelo grupo Brasil 200, pela Confederação Nacional do Comércio (CNC) e pela Federação do Comércio, Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio); e os produtores rurais ligados às atividades de exportação representados pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), pela Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo) e por várias federações de agricultura e pecuária estaduais. Esses segmentos se posicionaram ativamente pela redução e flexibilização das medidas de isolamento social e foram favoráveis a soluções ilusórias apresentadas pelo governo como as medidas de “isolamento vertical” propostas por Bolsonaro.

Já entre as frações burguesas que apoiaram as medidas de isolamento, representadas na cena política pela direita tradicional, estiveram a burguesia bancário-financeira, a qual, entre outras ocasiões, manifestou-se, em março de 2021, em uma carta aberta assinada por 500 economistas e executivos do ramo financeiro em defesa de medidas de distanciamento social e vacinação em massa; o capital estrangeiro internalizado no setor de telecomunicações e automotivo, este último representado pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea); determinados ramos da indústria de alimentos e o ramo dos supermercados, representados, respectivamente, pela Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia) e Associação Brasileira de Supermercados (Abras); algumas grandes redes de varejo, como Magazine Luiza, Lojas Renner e Leroy Merlin; entidades estaduais de produtores rurais voltados para o mercado interno; e o grande capital da construção civil.

⁵⁹² (FLORES e DEL PASSO, 2021, p. 32);

Embora tenha se estabelecido uma divisão no interior da burguesia em relação à gestão sanitária, é importante ressaltar que, no momento em que foi estabelecida uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado Federal para investigar os crimes cometidos por Bolsonaro e demais representantes do governo, o grande capital foi unânime em sua hesitação e preocupação.

No geral, o discurso dos que foram contrários [à instalação da CPI da Covid] foi o de que haveria grande risco que o desgaste que ela causaria ao governo recairia sobre as reformas neoliberais pendentes no Congresso. O capital financeiro, por exemplo, demonstrou preocupação com o risco de *impeachment* afirmando que a consequência direta seria a paralisação das reformas. As burguesias industrial e comercial saíram em defesa do governo e os produtores rurais fizeram mobilizações de rua a favor de Bolsonaro. O apoio direto das frações burguesas à CPI foi nulo, tendo sido mais explícito em parcelas da baixa e alta classe média e dos trabalhadores organizados. (FLORES e DEL PASSO, 2021, p. 36)

Parcelas progressistas e liberais-conservadoras da classe média assim como parcelas sindicalizadas das classes trabalhadoras também aderiram à defesa das medidas preventivas. Entre os segmentos liberais-conservadores da classe média, o bolsonarismo perdeu bastante apoio ao longo da pandemia, como registrou a queda da aprovação do governo na faixa de renda acima dos 10 salários mínimos.

Em relação à questão democrática, pode-se estabelecer uma linha de continuidade entre a deslegitimação e os ataques às instituições democráticas iniciados ainda nos anos de atuação da Operação Lava Jato e o novo patamar crítico que assume esse processo no governo Bolsonaro, ao qual se chegou pelas ações levadas a cabo pelo presidente com o objetivo de minar o sistema democrático. Os conflitos em torno da pauta democrática se expressaram, sobretudo, entre ramos do Executivo e do Judiciário do aparelho de Estado. Juntamente aos conflitos em torno da questão sanitária, eles foram responsáveis pelo estabelecimento de uma crise política do governo.

Os conflitos em torno da questão democrática tiveram seu *clímax* nas manifestações golpistas de 7 de setembro de 2021, depois de uma escalada cada vez mais agressiva de ataques da militância bolsonarista ao Supremo Tribunal Federal (STF) e de inquéritos que resultaram em prisões. Segmentos da burguesia agrária e industrial apoiavam o golpismo naquele momento. Como colocam Flores e Del Passo,

as manifestações marcadas para o Dia da Independência, com ataques ao STF e ao Congresso Nacional, e com apelos às Forças Armadas para o fechamento do regime político, contaram com o apoio e com o financiamento de produtores rurais organizados na Aprosoja, Farsul, Faesec, entre outros

sindicatos de menor porte; e também contaram com o apoio de frações regionais da burguesia industrial organizadas na Fiemg, Fiesc e Fiergs. (FLORES e DEL PASSO, 2021, p. 36)

Entretanto, importantes segmentos do grande capital se posicionaram abertamente contrários à escalada golpista.

Durante o mês de agosto, quando o bolsonarismo iniciava as convocatórias para as manifestações de 7 de setembro, um coletivo de grandes capitalistas, intelectuais e lideranças da direita tradicional lançaram um manifesto em defesa da democracia e da realização das eleições de 2022, intitulado “Eleições serão respeitadas”. Dentre os signatários constavam executivos e empresários, como Luiza Trajano (Magazine Luiza), Roberto e Maria Alice Setúbal (Itaú Unibanco), Pedro Parente (BRF), Armínio Fraga (Gávea Investimentos), Daniel Leichsenring (Klabin), entre outros. Outro importante manifesto neste período, em defesa da democracia e da estabilidade política, foi lançado pelas entidades empresariais das tradings do agronegócio, entre elas a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) e a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetas. (FLORES e DEL PASSO, 2021, p. 36 e 37)

Os grandes bancos comerciais nacionais, que estavam sendo afetados pelas medidas do governo em favor da abertura e desnacionalização do sistema bancário, também divulgaram um manifesto pela Febraban em favor da democracia na véspera do 7 de setembro, apesar da tentativa de manobra da Fiesp para moderar o discurso do mesmo e publicá-lo somente depois dos atos e da recusa da Firjan em assiná-lo. Até mesmo o capital financeiro associado, parte do núcleo hegemônico do bloco no poder, apresentou queixas quanto à instabilidade política causada pela tentativa golpista. Essa posição pode ser interpretada pelos riscos que o golpismo oferecia à própria continuidade da agenda econômica, “na medida em que indicaria um risco de autonomização do governo em relação aos interesses da burguesia” (FLORES e DEL PASSO, 2021, p. 37)

Diante do elevado grau de tensionamento e dos riscos a ambas as partes a que se chegara com as manifestações do 7 de setembro de 2021, as forças da direita tradicional e do neofascismo optaram por pactuar um recuo de ambos os lados. Dois dias depois do ato, Bolsonaro divulgou uma “Declaração à Nação” redigida por Michel Temer, em que assumia o compromisso por uma trégua. Não haveria golpismo (naquele momento), tampouco *impeachment* do presidente. O STF foi o grande fiador desse acordo, na medida em que foi fundamental tanto para a contenção da escalada golpista através dos inquéritos das Fake News e das milícias digitais, quanto para a anistia de crimes cometidos pelo presidente e a paralisação de processos que visavam a sua deposição.

A atitude conciliatória modulou a tática que estabeleceria a direita tradicional, representante preferencial da maior parte do grande capital naquele momento: pela intenção de

preservar e dar continuidade às reformas neoliberais e levando em conta a retaguarda militar do governo Bolsonaro, optou-se pelo caminho eleitoral para derrotar o neofascismo. Tratava-se de um “duplo movimento”: a tentativa de construir uma “terceira via” ao lulismo e ao bolsonarismo se daria simultaneamente à pressão exercida sobre a candidatura do ex-presidente Lula para condicioná-lo em torno de compromissos, sobretudo à preservação das reformas neoliberais em caso de vitória eleitoral do PT.

Olhando de modo panorâmico as ações das frações burguesas em relação à crise democrática e à gestão da crise sanitária, Flores e Del Passo observam que há um padrão de posições entre os que se alinham e os que se opuseram ao governo. Assim, sintetizam:

Os proprietários de terra foram aqueles que se posicionaram mais alinhados ao negacionismo e às manifestações golpistas do bolsonarismo, seguidos por frações regionais da burguesia industrial e da burguesia comercial varejista. Por outro lado, os principais setores do grande capital, sobretudo os grandes bancos nacionais e o capital financeiro associado, mas também as *tradings* do agronegócio, setores da grande indústria e do grande comércio, exerceram papel ativo e dirigente nas iniciativas em defesa das medidas de isolamento social, da compra de vacinas e contrárias à escalada golpista. Estes resultados indicam que, apesar de a política econômica priorizar o grande capital em detrimento do pequeno e médio, sobretudo o capital financeiro internacional, essas frações se afastaram do governo à medida que o negacionismo e o golpismo apresentaram risco de perda de controle sobre a política econômica do governo neofascista. Tal afastamento não resultou em uma posição antagônica, que sustentasse a abertura de um processo de *impeachment*, justamente por conta do atendimento de seus interesses na economia. Contudo, tal afastamento incentivou a formação de uma “terceira via” ao bolsonarismo e ao lulismo nas eleições presidenciais de 2022. (FLORES e DEL PASSO, 2021, p. 39)

O processo eleitoral de 2022 mostrou o fracasso da tentativa de construção da “terceira via”, restando a opção por tentar arrancar compromissos da candidatura e do governo Lula, após a vitória eleitoral e do novo governo que assume em 2023. Por outro lado, a mais recente experiência petista no governo abre margem para provocar um novo deslocamento político entre as classes dominantes: uma reaproximação da grande burguesia interna com a reedição de uma frente política entre esta e setores da classe trabalhadora, em moldes similares à que havia se formado nos anos de neoliberalismo desenvolvimentista. Trata-se de um novo capítulo das relações de classe no Brasil que está sendo escrito na atual conjuntura política brasileira.

4.7 Quadro-síntese da movimentação política da grande burguesia interna

A Tabela VIII é o quadro-síntese com os principais elementos referentes às relações políticas da grande burguesia interna no capitalismo neoliberal.

Tabela VIII: Quadro-síntese das relações políticas da grande burguesia interna no capitalismo neoliberal

Período	Fase do capitalismo neoliberal	Política econômica e social	Política externa	Forma inst. do poder do capital financeiro	Posição política da grande burguesia interna
Década de 1980	-Pressão imperialista crescente; -Crise da dívida externa; -Hiperinflação; -Transição ao capitalismo neoliberal; -Redemocratização; -Crise de hegemonia no bloco no poder	-Acordos com o FMI -Estatização da dívida externa -Corte de investimentos -Planos malsucedidos de estabilização monetária -Corte de gastos sociais -Congelamento de salários	-Aliança com Estados dependentes; -Acordos com o FMI; -Recuos frente à pressão pelo pagamento da dívida e liberalização de mercados;	-----	-Início da conversão ao neoliberalismo -Neoliberalismo doutrinário -Abandono do desenvolvimentismo
1990-1998	- Consolidação do PEEP -Desnacionalização Desindustrialização - Consolidação do Estado neoliberal -Ofensiva ideológica do neoliberalismo	- Privatizações -Liberalização financeira -Liberalização comercial - Corte de gastos -Juros elevados, sobrevalorização cambial e controle da inflação -Reforma trabalhista -Reforma da previdência -Arrocho salarial -Aumento do desemprego	-Subordinação passiva ao imperialismo - Busca de investimentos e empréstimos do FMI e B. Mundial -Adesão a acordos discriminatórios (ex.: TNP)	Plano Real	-Adesão às reformas neoliberais -Neoliberalismo em medidas concretas -Gradualismo e resistência seletiva -Posição subordinada no bloco no poder
1998-2002	-Desgaste do neoliberalismo - Crise do Plano Real -Aumento do tensionamento no bloco no poder	- Acordo com o FMI -Câmbio flutuante e desvalorização -Busca por superávits comerciais	-Subordinação passiva ao imperialismo -Cessão da base de Alcântara -Recepção positiva à Alca	Tripé neoliberal	-Pressão por mudanças do neoliberalismo ortodoxo -Ruptura do consenso burguês -Aproximação da candidatura de Lula

2003-2013	<ul style="list-style-type: none"> -Ambiente externo favorável ao crescimento -Melhora dos indicadores sociais - Crescimento do mercado interno -Continuidade da desindustrialização 	<ul style="list-style-type: none"> -Manutenção de arquitetura macroeconômica neoliberal -Reforma da previdência do funcionalismo público -Expansão do investimento público - Políticas de distribuição de renda e assistência social -Fortalecimento dos bancos públicos e empresas estatais -Desonerações tributárias e crédito subsidiado para “campeãs nacionais” -Ampliação do crédito popular e do consumo -Geração de empregos formais de baixa remuneração 	<ul style="list-style-type: none"> -Subordinação conflitiva ao imperialismo; -Relações Sul-Sul; -Adensamento da integração regional; -Arquivamento da Alca e resistência ao acordo Mercosul-UE - Apoio a internacionalização e exportações de empresas nacionais 	<ul style="list-style-type: none"> Tripé neoliberal flexibilizado 	<ul style="list-style-type: none"> -Liderança da frente neodesenvolvimentista -Ascensão no bloco no poder, sem hegemonia política - Defesa do governo na crise de 2005; - Ponto de maior atrito com o rentismo na Nova Matriz Econômica
2013-2022	<ul style="list-style-type: none"> - Recessão econômica -Operação lava-jato - Ativação de base de massas neofascista - Golpismo e governo neofascista - Reforço da hegemonia política da grande burguesia integrada 	<ul style="list-style-type: none"> - Ajuste fiscal -Queda do investimento público -Congelamento dos gastos públicos - Aumento do desemprego -Lei de terceirizações -Reforma trabalhista -Reforma da previdência - PPI da Petrobras -Privatizações 	<ul style="list-style-type: none"> - Subordinação passiva ao imperialismo - Desmantelamento da política de integração regional - Esvaziamento do BRICS - Fim de políticas de coop. Sul -Sul - Tentativas de aprovar acordo Mercosul-UE 	<ul style="list-style-type: none"> -Teto de gastos -Tripé neoliberal 	<ul style="list-style-type: none"> - Adesão ao neoliberalismo ortodoxo e resistência seletiva - Virada em favor do golpe de 2016 - Perda de posição no bloco no poder -Abandono da posição de fração autônoma -Tentativa fracassada de “terceira via” junto à burguesia integrada

Elaboração própria.

Nesse Quadro, buscamos elencar os principais elementos que tornam inteligíveis as tendências da movimentação política da grande burguesia interna brasileira. Para tanto, faz-se necessária, conforme pudemos ver ao longo do Capítulo, a indicação de aspectos econômicos e políticos gerais de determinada fase do capitalismo neoliberal brasileiro e os principais aspectos da política econômica, social e externa estatal aplicada.

Os resultados encontrados com a nossa pesquisa confirmam a hipótese inicial do trabalho: da década de 1980 até 2022, a grande burguesia interna brasileira apresentou um típico

movimento pendular na conjuntura política, ora se aproximando da grande burguesia integrada e do capital estrangeiro, em unidade contra as classes populares, ora afastando-se deles e compondo uma frente política com setores da classe trabalhadora. A síntese das mudanças nessa movimentação é a seguinte:

- a) Na década de 1980, período de transição do antigo padrão de reprodução industrial dependente e do Estado desenvolvimentista para o padrão exportador de especialização produtiva e o Estado neoliberal, a grande burguesia interna passou por um lento e gradual processo de conversão à ideologia neoliberal - que denota um alinhamento aos interesses da grande burguesia integrada e do capital estrangeiro – o qual só se concluiria nos primeiros anos da década seguinte.
- b) No momento da eleição de Fernando Collor, que seria responsável por implementar as primeiras reformas neoliberais ortodoxas, e de Fernando Henrique Cardoso na esteira da implementação do Plano Real, a grande burguesia interna consolidou seu alinhamento ao mesmo campo da burguesia integrada e do capital estrangeiro contra as classes populares, embora seu apoio ao neoliberalismo ortodoxo se desse com algumas reservas, sobretudo relacionadas ao grau e velocidade de abertura econômica que propugnava;
- c) Essa correlação mudou no segundo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), quando a grande burguesia interna elevou o tom contra a política neoliberal ortodoxa do governo na esteira da crise do Plano Real e foi e se aproximando politicamente de setores organizados do movimento dos trabalhadores;
- d) Um quarto salto na movimentação teria se dado em 2003, e mais particularmente a partir de 2006, quando, na nova correlação forças sociais dos governos petistas, a grande burguesia interna alcançou um nível mais elevado de incidência dos seus interesses, com a liderança de uma frente “neodesenvolvimentista” que a colocou no mesmo campo de parte dos setores populares em sustentação à política neoliberal desenvolvimentista;
- e) Por fim, uma quinta mudança de relevo ocorreu entre o primeiro e o segundo mandato do governo Dilma, com o esgotamento do crescimento econômico e a crise política que então se instaura, a grande burguesia interna foi atraída para o campo golpista liderado pela grande burguesia integrada e o capital estrangeiro e apoiado o golpe jurídico-parlamentar de 2016. Desde esse momento, até 2022, este foi o campo em que se encontrou essa fração de classe.

Para a conclusão deste Capítulo, cabe destacar duas observações de grande relevância para a compreensão dos limites e possibilidades colocados pela movimentação política da grande burguesia interna. A primeira observação diz respeito às implicações dessa movimentação sob o ângulo dos interesses e das condições de luta das classes populares. A

trajetória pendular das relações políticas dessa fração de classe e sua relação com as conjunturas abertas pela luta de classes nos demonstrou que *foram precisamente nos momentos de maior divisão e intensidade dos conflitos entre as frações das classes dominantes que a classe trabalhadora logrou importantes conquistas políticas e sociais*. Esse foi o caso da fase de transição ao capitalismo neoliberal na década de 1980, em que, diante de uma crise de hegemonia no bloco no poder no contexto da redemocratização, vivia-se o ascenso da organização de setores das classes populares, o qual, entre outros importantes desdobramentos, resultaria na promulgação de um texto constitucional que formalizava conquistas históricas para a classe trabalhadora. Também foi o que caracterizou a conjuntura aberta entre 2003 e 2016, no contexto da formação de uma frente neodesenvolvimentista liderada pela grande burguesia interna que implicava a implementação de uma política econômica e social responsável por importantes conquistas materiais e sociais para as classes populares. Em contrapartida, nas conjunturas em que predominou a unidade entre frações burguesas – na década de 1990 e entre 2013 e 2022 – a classe trabalhadora brasileira sofreu derrotas importantes em suas condições objetivas e sofreu um refluxo no potencial político de suas organizações.

A segunda observação diz respeito a um aspecto mais elementar dos limites colocados à atuação da grande burguesia interna, apesar das variações de sua movimentação, também desvelados pela nossa pesquisa.

Como pudemos ver, o movimento pendular da grande burguesia interna ocorre no contexto da forma estatal neoliberal brasileira, a qual conta com determinadas formas institucionais que asseguram a manutenção do poder estrutural do capital financeiro e funcionam como um elemento garantidor contra ameaças à hegemonia política da grande burguesia integrada no bloco no poder.

Durante o Capítulo, tratamos especialmente do tripé neoliberal como a principal forma institucional do poder estrutural do capital financeiro no capitalismo neoliberal. Ao nosso ver, levando-se em consideração papel cumprido pelo Plano Real na consolidação da hegemonia política da grande burguesia integrada, na primeira metade da década de 1990, também podemos considera-lo como uma dessas formas institucionais, embora, nesse caso, por um período mais curto, até que as fragilidades do Plano se fizessem evidentes. Isso na medida em que, conforme nossa conceituação, forneceu um *mecanismo de veto* ao capital financeiro centrado na necessidade da atração de capitais via uma drástica elevação das taxas de juros para cobrir os déficits comerciais causados pela sobrevalorização cambial.

De forma análoga, o estabelecimento do teto de gastos no governo Temer contribuiu para o aumento do *poder de veto* da burguesia bancário-financeira, ao inserir uma rígida regra

fiscal que garantiria vultuosos recursos à burguesia bancário-financeira e cuja infração levaria a uma responsabilização direta do presidente da República. Essa regra fiscal também pode, portanto, ser considerada uma forma institucional do poder estrutural do capital financeiro.

Partindo dessas premissas e da observação da movimentação concreta das frações de classe na conjuntura, podemos notar o seguinte: *a grande burguesia interna, embora presente, em determinadas conjunturas, resistências seletivas à execução do programa neoliberal em sua variante ortodoxa, não se coloca abertamente contrária nem apresenta uma alternativa às formas institucionais que assume poder estrutural do capital financeiro no capitalismo neoliberal brasileiro.* Mesmo nos momentos de maior tensionamento entre as frações burguesas no bloco no poder, o que se observou foi a tendência predominante da grande burguesia interna a aceitar a *flexibilização* das formas institucionais – por exemplo, mudanças no cálculo das metas de inflação, redução das metas de superávit primário, introdução de alguns mecanismos de controle de capitais, etc. – ou a protestar contra os *resultados* da política macroeconômica aplicada, deixando de lado suas *causas estruturais*.

Essa posição hesitante e defensiva da grande burguesia interna brasileira demonstra, no nível da conjuntura, a sua característica fragilidade político-ideológica. Em um nível mais imediato, tal movimentação tem a ver, evidentemente, com o cálculo político que essa fração de classe e seus representantes na cena política fazem em relação aos custos e benefícios de um enfrentamento aberto ao capital financeiro. Contudo, entendemos que tal cálculo é também a tradução de uma configuração *econômica* particular da grande burguesia interna, na medida em que ele supõe uma fragilidade das relações econômicas dessa fração burguesa diante das disputas que realiza com o capital estrangeiro em vários momentos da reprodução do seu capital.

É a este último problema que nos voltamos no próximo Capítulo.

5 AS RELAÇÕES ECONÔMICAS DA GRANDE BURGUESIA INTERNA NO CAPITALISMO NEOLIBERAL BRASILEIRO: UM ESTUDO SOBRE AS CAMPEÃS NACIONAIS

O comportamento político da grande burguesia interna brasileira é a tradução na luta de classes de sua ambivalência característica nas relações de produção. Nesse capítulo, estudamos essa ambivalência empiricamente - à luz da perspectiva teórica e das categorias e conceitos dos capítulos anteriores - analisando suas duas tendências constituintes: a tendência do conflito e a tendência da dependência da grande burguesia interna em relação ao capital estrangeiro ou imperialista.

A nossa investigação empírica tem como proposta teórico-metodológica o ciclo do capital, tal qual exposto no Capítulo II ao adentrarmos os determinantes da categoria padrão de reprodução do capital. Marx, no Volume II do Capital, expõe as metamorfoses por que passa o capital em seu ciclo tanto da perspectiva do capital individual quanto do capital social. Essa exposição, que corresponde à ordem dos elementos mais simples para os mais complexos, justifica-se pela compreensão do ciclo do capital individual como elo do ciclo do capital social. Este último “consiste da totalidade dos movimentos de suas frações autonomizadas, das rotações e dos capitais individuais”⁵⁹³. Embora não se possa considerar o ciclo do capital social como mera somatória das partes que seriam os ciclos individuais⁵⁹⁴, ambos se constituem na metamorfose das formas do capital-mercadoria, capital produtivo e capital-dinheiro.

Essa compreensão nos permite propor o ciclo do capital, apresentado por Osório como um instrumento teórico-metodológico para a apreensão do movimento do capital *social* em um espaço geográfico e intervalo temporal específico (padrão de reprodução do capital), como um método capaz de apreender, também, as pegadas deixadas pelos capitais individuais, as quais, consideradas em repetição, nos permitem antever tendências particulares a um conjunto de capitais específico.

Assim, investigamos como, para cada uma das fases do ciclo do capital e nas relações que estabelecem entre si e com as determinações mais gerais da formação econômico-social brasileira, do ponto de vista do valor de uso e do valor de troca, se manifestam tendências contraditórias, que ora apontam para relações de *conflito*, ora apontam para relações de

⁵⁹³ (MARX, 2014, p. 449);

⁵⁹⁴ Como se demonstra pela evidência de que o ciclo do capital social inclui a circulação de mercadorias que não constitui capital para determinado capitalista individual (a parte do mais-valor utilizado para consumo individual), mas que o é para os capitalistas vendedores dessas mercadorias, enquanto essa circulação em particular não aparece no ciclo do capital individual;

dependência entre a grande burguesia interna e capital estrangeiro. Antes de adentrarmos propriamente a investigação, contudo, é necessário que indiquemos *quais são* os capitais que servem de objeto a nossa investigação. No caso, os capitais – grupos econômicos⁵⁹⁵ – escolhidos para investigação são aqueles que, no intervalo entre 2004 e 2015 –o período do neoliberalismo desenvolvimentista – foram beneficiados pela política de financiamento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que nesse intervalo constituiu-se em um ramo do aparelho de Estado privilegiado para a grande burguesia interna.

Assim, na seção seguinte, expomos os critérios e resultados da seleção do conjunto de grupos econômicos em que se concentra nossa investigação e fazemos os apontamentos metodológicos gerais da pesquisa. Na seção posterior, expomos os resultados e análise de cada uma das variáveis investigadas, referentes a cada uma das fases do ciclo do capital. Antes da exposição de cada um dos momentos que constituem as fases do ciclo, são apresentadas as respectivas notas metodológicas com os aspectos específicos da pesquisa deles. Na última seção, sintetizamos as principais conclusões da investigação.

5.1 As campeãs nacionais do BNDES nos governos do PT: uma amostra da grande burguesia interna brasileira

5.1.1 O BNDES como centro de poder da grande burguesia interna no neoliberalismo desenvolvimentista

Vimos que, durante determinado intervalo do capitalismo neoliberal – aquele referente ao período dos governos petistas – a grande burguesia interna brasileira melhorou a sua posição

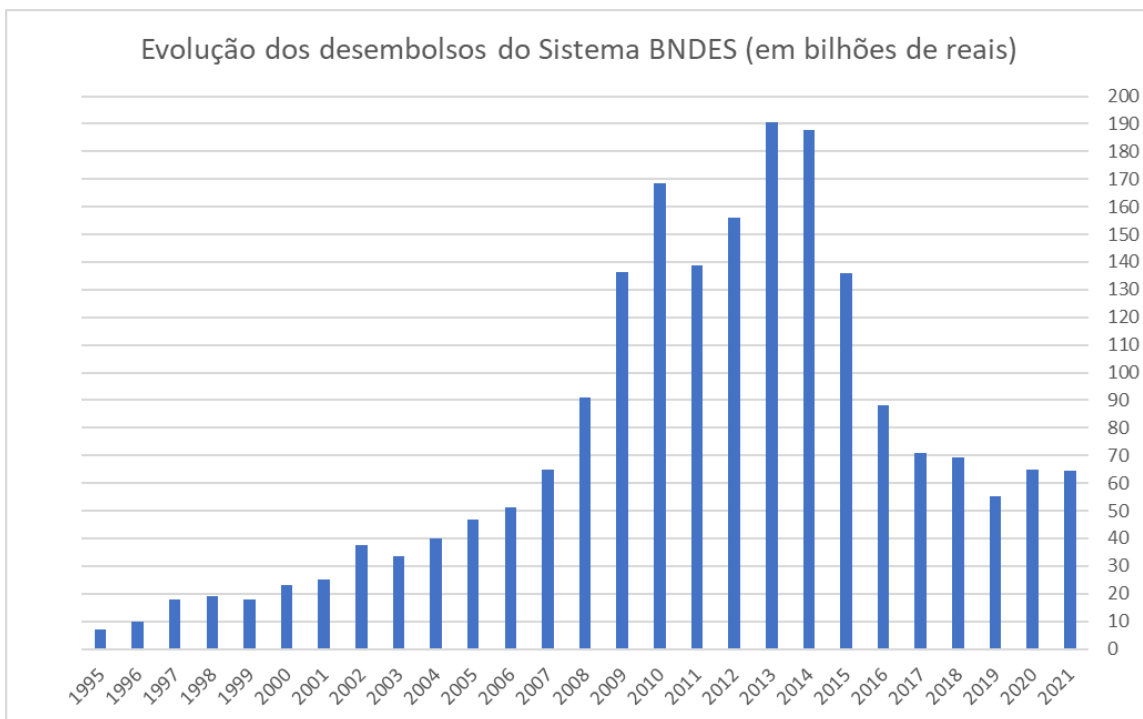
⁵⁹⁵ Em toda a investigação, utilizamos preferencialmente o termo “grupo econômico” para fazer referência aos capitais pesquisados. Os grupos econômicos diferenciam-se da firma capitalista individual, tal qual esta é concebida nos termos do capitalismo concorrencial que vigorou nos três primeiros quartos do século XIX na Europa, na qual prevaleceu um tipo de organização empresarial com delimitações mais rígidas e de menor alcance do escopo de funcionamento das unidades empresariais e em que a figura do capitalista se confunde com a própria empresa e com sua biografia pessoal. Com as transformações da fase de transição para o capitalismo monopolista, impôs-se a necessidade de novas e mais complexas formas de organização da empresa capitalista, constituindo um novo tipo diferenciado de unidade empresarial que se tornou um agente central de poder político e econômico devido a sua capacidade de manipular um grande montante de recursos materiais e da sua capacidade de influenciar a sociedade. Por meio de instrumentos como as sociedades anônimas e a expansão do crédito, os grupos econômicos ampliam sua capacidade institucional para se adaptar ao processo de concentração e centralização do capital inerentes ao modo de produção capitalista (PINTO, 2010). A partir dessas observações é possível adotar a seguinte definição de grupos econômicos: “grupo econômico deve ser considerado como uma unidade empresarial de grande porte que está subordinada a um centro único de poder, de controle e de decisão estratégica, embora atue, em geral, em diversos mercados e através de diversas empresas, com uma organização institucional descentralizada e com diferentes graus de autonomia nas decisões de gestão. Por controle estratégico entende-se o poder de definir e vetar grandes linhas de desenvolvimento de longo prazo e de alocação de recursos no que diz respeito a investimentos, expansão de mercado, diversificação e progresso tecnológico” (PORTUGAL *apud* PINTO, 2010, P. 57);

no bloco no poder em relação à década de 1990. Os governos do PT, sob essa composição, implementaram uma série de políticas que atendiam aos interesses dessa fração de classe por meio de ramos do aparelho de Estado que detiveram o papel de *locus* para sua execução. Dentre eles, um dos principais – senão o principal – foi o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que, durante o período, multiplicou seus aportes e os direcionou, prioritariamente, ao fortalecimento de grandes grupos econômicos brasileiros, por meio de crédito a juros mais baixos que de bancos comerciais e pela via da participação acionária nas empresas brasileiras de capital aberto⁵⁹⁶. Nos Gráficos 6 e 7, podemos observar a evolução dos aportes do BNDES de 1995 a 2021 e o direcionamento dado a eles entre 2006 e 2014, de acordo com o porte dos grupos econômicos beneficiários. Como se vê, há uma notável elevação do volume de recursos a partir de 2004, alcançando aproximadamente 190 bilhões de reais em 2013 e caindo a partir de 2015. Quanto aos desembolsos por porte da empresa, observa-se que para o período 2006-2014 (no qual se concentrou o aumento dos desembolsos), cerca de 71% dos empréstimos e financiamentos do BNDES foram destinados a empresas de grande porte⁵⁹⁷.

⁵⁹⁶ (BUGIATO, 2014);

⁵⁹⁷ O BNDES classifica os clientes em função do porte conforme a Receita Operacional Bruta anual das empresas, da seguinte forma: a) microempresas: até R\$ 360 mil; b) pequena empresa: maior que R\$ 360 mil e menor ou igual a R\$ 4,8 milhões; c) média empresa: maior que R\$ 4,8 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões; d) grande empresa: maior que 300 milhões. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/quem-pode-ser-cliente>;

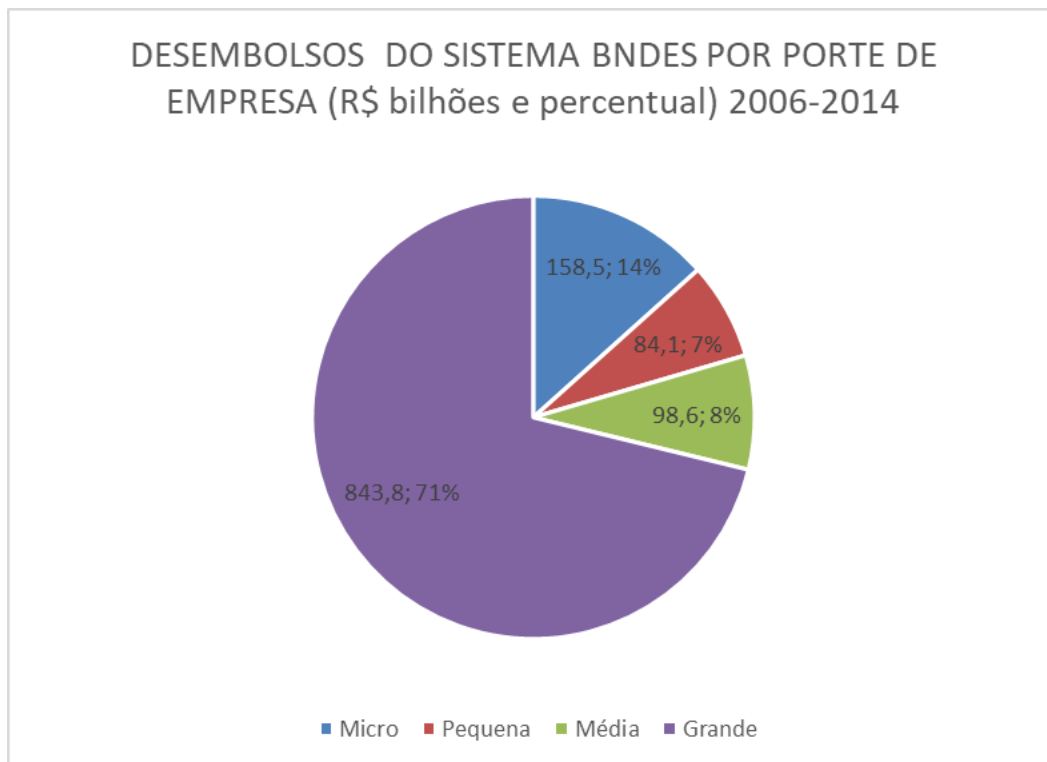
Gráfico 9 - Evolução dos desembolsos do BNDES (em bilhões de reais) - 1995-2021



Fonte: BNDES. Disponível em

<<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/estatisticas-desempenho/estatisticas-operacionais-sistema-bndes>

Gráfico 10 - Desembolsos do BNDES por porte de empresa (R\$ bilhões e percentual) - 2006-2014



Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponíveis em:

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/centraldedownloads/>

Cabe reter o seguinte: os governos Lula, seguidos pelo primeiro governo Dilma, operaram uma redefinição do papel do BNDES em relação ao que vinha desempenhando na

década anterior. Na era FHC, contrariando o papel histórico atrelado à formulação e implementação de políticas industriais e de desenvolvimento, o BNDES assumiu uma orientação ligada ao cumprimento das metas de estabilização macroeconômica do governo, sobretudo pela função que desempenhou como financiador e gestor das privatizações de empresas estatais. Como coloca Costa, nesse período,

O Banco teve papel decisivo por ter conduzido o processo [de privatizações] e direcionado seus recursos para que ele se concretizasse. Destacamos que embora as privatizações fossem uma bandeira do Banco há anos, ao viabilizá-las seus dirigentes preocuparam-se, fundamentalmente, em garantir ágios expressivos e assim ampliar o ingresso de recursos no país. A instituição não foi capaz de definir um modelo de privatização que priorizasse mais o objetivo de equacionar os gargalos infraestruturais e viabilizar o desenvolvimento do que a obsessão fiscalista do governo e a necessidade de minimizar os déficits fiscal e em conta corrente.
(COSTA, 2011, p. 262)

Em 2002, ainda no final do governo FHC, o BNDES aprovou um novo estatuto, cujas alterações prosseguiriam em 2003, com o governo Lula, que forneceram uma base legal-institucional para a nova orientação da instituição financeira, a qual contaria como um dos seus pilares centrais o fomento ao crescimento e à internacionalização de grandes grupos nacionais. As mudanças estatutárias incluíam funções atribuídas ao Banco no financiamento e fomento de aquisição de ativos e investimentos realizados por empresas de capital nacional no exterior, o financiamento da exportação de produtos e serviços e a prestação de apoio técnico e financeiro para a estruturação de projetos que promovessem a integração do Brasil à América Latina⁵⁹⁸.

A multiplicação dos aportes ao Banco sob uma nova orientação política, voltada prioritariamente ao favorecimento de um seleto universo de grandes grupos econômicos nacionais, evidencia o papel do BNDES enquanto uma instituição que atendeu aos interesses da grande burguesia interna no período do neoliberalismo desenvolvimentista. A *política das campeãs nacionais*, como aqui concebemos tal orientação, consistiu na realização de vultosos desembolsos pelo Banco a tais grupos, na forma de linhas de crédito e aquisição de participação acionária, com vias a proporcionar seu crescimento e internacionalização.

5.1.2 Seleção de amostra de grupos econômicos da grande burguesia interna

Chegada à conclusão quanto ao papel do BNDES para a grande burguesia interna no período do neoliberalismo desenvolvimentista, temos a premissa necessária, para, do ponto de

⁵⁹⁸ (BUGIATO, 2014);

vista metodológico, respondermos à seguinte pergunta: quais foram os grupos econômicos controlados pela grande burguesia interna que foram os principais beneficiários da política de financiamento desta instituição financeira e que, portanto, são casos paradigmáticos para o estudo das determinações econômicas dessa fração de classe?

A seguir, descrevemos as etapas que foram percorridas no processo de identificação e seleção desses grupos econômicos, juntamente aos resultados encontrados em cada uma delas.

a) 1ª Etapa: Identificação das campeãs nacionais beneficiadas pela política de financiamento do BNDES no período do neoliberalismo desenvolvimentista.

Essa etapa foi realizada por meio da pesquisa, nas estatísticas de financiamento do BNDES, dos grupos econômicos que foram os maiores tomadores de recursos do banco. O BNDES divulga publicamente dados referentes aos 50 maiores tomadores de recursos da instituição financeira (pela via de empréstimos e/ou participação acionária), cobrindo o período inteiro de 2004 a 2022 ou por triênios dentro desse mesmo intervalo temporal. Dado que nosso interesse é pelos tomadores de recursos nos anos do neoliberalismo desenvolvimentista, foi realizado um recorte e agregação dos dados referentes aos 50 maiores tomadores de recursos no intervalo 2004-2015, conforme exposto na Tabela VIII. Nessa tabela, indicamos o montante de recursos recebido por eles, a procedência de seus acionistas controladores (nacionalidade ou estatal), seus respectivos ramos de atividade econômica e as empresas controladoras ou principais acionistas (quando não houver acionista controlador) para as empresas que não são matrizes.

Tabela IX- Listagem dos 50 maiores tomadores de recursos do BNDES, montante de recursos, ramo de atividade e acionistas controladores/principais acionistas - 2004-2015

Nº	Tomador de recursos	Total (Bilhões de R\$)	Origem do controlador acionário	Ramo de atividade econômica ¹	Empresa controladora ou principais acionistas (quando não há acionista controlador) ²
1	Petrobras	62,4	Estatal	Energia	-----
2	Embraer	41,3	Pulverizado	Autoindústria - Fabricação de aeronaves	-----
3	Norte Energia	23,3	Brasileiro	Energia	Eletrabras, Neoenergia, Petros, Funcef, Vale, Light, Cemig, Sinobras

4	Vale	23,3	Brasileiro	Mineração	-----
5	Tim	18,2	Italiano	Telecomunicações	Telecom Italia
6	CNO - Odebrecht ³	14,9	Brasileiro	Construção civil	-----
7	Estado De São Paulo	14,0	Ente da Federação	-----	-----
8	Oi	13,7	Pulverizado	Telecomunicações	-----
9	TAG - Transportadora Associada De Gás	12,6	Estatal	Energia	Petrobras
10	Petrobras Netherlands B V	9,9	Estatal	Energia	Petrobras
11	Energia Sustentável Do Brasil	9,4	Franco-brasileiro	Energia	Eletrobras, Engie, Mitsui
12	Telefônica Brasil	9,0	Espanhol	Telecomunicações	Telefónica
13	Caixa Econômica Federal	8,7	Estatal	Financeiro	-----
14	Suzano	8,4	Brasileiro	Papel e celulose	-----
15	Klabin	8,3	Brasileiro	Papel e celulose	-----
16	Santo Antônio Energia	8,2	Brasileiro	Energia	Furnas, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Cemig, Caixa Fip Amazônia Energia
17	Fiat Brasil	8,2	Ítalo-estadunidense	Autoindústria	FCA
18	Finep	8,0	Estatal	Financiamento de projetos científicos e tecnológicos	-----
19	Braskem	8,0	Brasileiro	Química e petroquímica - Fabricação de produtos de material plástico	Odebrecht

20	JBS	7,3	Brasileiro	Bens de consumo - Abate e fabricação de produtos de carne	J&F Investimentos
21	Anglo American	6,4	Inglês	Mineração	
22	Banco do Brasil	6,2	Estatal	Financeiro	
23	Eletronuclear	6,1	Estatal	Energia	Eletronuclear
24	Estado do Rio De Janeiro	6,1	Ente da Federação	-----	-----
25	CNH Industrial Brasil	5,8	Italiano	Bens de capital - Fabricação de caminhões e ônibus	CNH Industrial
26	Mercedes-Benz Do Brasil	5,0	Alemão	Autoindústria	Daimler AG
27	Transpetro	4,4	Estatal	Energia	Petrobras
28	Weg Equipamentos Elétricos	4,4	Brasileiro	Bens de capital - Fabricação de motores elétricos, peças e acessórios	-----
29	Andrade Gutierrez	4,2	Brasileiro	Construção civil	-----
30	Porto Do Açu	4,1	Brasileiro	Infraestrutura	Prumo
31	BRF	4,0	Brasileiro	Bens de consumo - Abate e fabricação de produtos de carne	Marfrig, Previ, Kapitalo, Petros
32	Marfrig	4,0	Brasileiro	Bens de consumo - Abate e fabricação de produtos de carne	-----
33	Estado Do Maranhão	3,8	Ente da Federação	-----	-----

34	Estado Do Espírito Santo	3,8	Ente da Federação	-----	-----
35	Aeroporto Internacional De Guarulhos	3,6	Brasileiro	Infraestrutura	Grupar
36	Ford Brasil	3,5	Americano	Autoindústria	Ford Motor Company
37	Renault Do Brasil	3,5	Francês	Autoindústria	Renault
38	Bertin	3,4	Brasileiro	Bens de consumo - Abate e fabricação de produtos de carne	JBS, Subsidiária da J&F Investimentos
39	CCEE	3,4	Brasileiro ⁴	Energia	-----
40	MRS Logística	3,2	Brasileiro	Transporte	MBR, CSN, Vale, Gerdau
41	Ambev	3,0	Belga	Bens de consumo	AB Inbev
42	CSN – Companhia Siderúrgica Nacional	2,9	Brasileiro	Siderurgia e metalurgia	Vicunha Steel
43	Companhia Hidrelétrica Teles Pires	2,9	Brasileiro	Energia	Neoenergia
44	Estaleiro Atlântico Sul	2,8	Brasileiro	Bens de capital - Construção de embarcações de grande porte	Camargo Correa, Queiroz Galvão
45	General Motors Do Brasil	2,8	Estadunidense	Autoindústria	General Motors
46	Eldorado Brasil Celulose	2,7	Brasileiro	Papel e celulose	J&F Investimentos
47	Rumo Malha Sul	2,7	Brasileiro	Transporte	Rumo
48	VLI Multimodal	2,7	Brasileiro	Transporte	VALE, Mitsui, FI-FGTS e Brookfield
49	Companhia Brasileira De Alumínio	2,5	Brasileiro	Siderurgia e Metalurgia	Votorantim

50	Interligação Elétrica Do Madeira	2,5	Colombiano	Energia	Isa CTEEP
----	----------------------------------	-----	------------	---------	-----------

Elaboração própria. Fontes: BNDES - Maiores clientes, em <https://www.bndes.gov.br/wps/port>; Revista Exame – Maiores e Melhores 2022, em <https://mm.exame.com/>; Classificação Nacional de Atividade Econômicas(CNAE), em <https://concla.ibge.gov.br>; endereços eletrônicos institucionais das empresas listadas;

¹A classificação para os ramos foi a utilizada como “setores” no Ranking Melhores e Maiores 2022 da Revista Exame, mesmo no caso das empresas não localizadas no Ranking. Nos casos em que a classificação nos pareceu genérica, acrescentou-se a divisão ou grupo da atividade segundo a classificação da CNAE – IBGE;

² As informações se referem à composição do capital social dos grupos econômicos em abril de 2022, que não necessariamente é a mesma ou similar à do período 2004-2015;

³ Em dezembro de 2020, a Companhia Norberto Odebrecht (CNO) alterou seu nome para Novonor;

⁴Sociedade civil sem fins lucrativos.

b) *2ª Etapa: seleção dos grupos econômicos da grande burguesia interna entre os maiores tomadores de recursos do BNDES.*

A Tabela IX nos oferece um bom panorama dos principais clientes do BNDES no neoliberalismo desenvolvimentista. Entretanto, nela constam beneficiários que não podem ser caracterizados como grupos controlados pela grande burguesia interna, ou, se o podem em situações específicas, não costumam sê-lo na maioria das conjunturas. No primeiro caso estão os entes da federação e as empresas estatais. No segundo, alguns grupos controlados pelo capital estrangeiro que contam com unidades produtivas no território nacional e que, eventualmente, podem estar em uma situação objetiva de conflito e disputa com outros capitais externos que buscam acessar os mercados locais. Embora essa possibilidade exista, deve-se levar em conta que se trata de poucos casos em relação ao universo de grupos estrangeiros. Ademais, a condição econômica objetiva dos capitais com matrizes estrangeiras os distingue em termos das condições de apropriação do valor para fora do país – especialmente para as economias centrais – fator que os distancia em suas relações econômicas dos grupos econômicos controlados por brasileiros.

Dessa forma, para que nossas unidades de análise realmente correspondam em maior medida aos grupos controlados pela grande burguesia interna, foi realizada uma seleção, na lista dos 50 maiores tomadores de recursos do BNDES em 2004-2015, *dos grupos econômicos controlados por capitais privados de nacionalidade brasileira*. Além disso, alguns dos grupos econômicos entre estes últimos são empresas das quais outros grupos econômicos (suas matrizes) detêm a totalidade das ações. Nesses casos, substituímos os grupos controlados por suas matrizes para a realização da pesquisa

Essa seleção resultou em uma lista de 23 grupos. São eles: *Vale, Odebrecht, Suzano, Klabin, Norte Energia, Santo Antônio Energia, Braskem, JBS, WEG, Andrade Gutierrez, Prumo (controladora integral do Porto do Açu), BRF, Marfrig, Aeroporto de Guarulhos, Bertin, MRS, CSN, Companhia Hidrelétrica Teles Pires, Estaleiro Atlântico Sul, Eldorado*

*Brasil Celulose, Rumo (controladora integral da Rumo Malha Sul), VLI Multimodal e Companhia Brasileira de Alumínio*⁵⁹⁹.

5.1.3 Levantamento individualizado e por ramos de atividade

Tais grupos formam o conjunto de referência do levantamento de informações financeiras, operacionais e trabalhistas do presente trabalho. Esse levantamento foi realizado em dois níveis distintos de agregação de dados, de acordo com a disponibilidade de informações encontradas para cada uma das variáveis pesquisadas. Para algumas variáveis, foram levantadas informações *individualizadas* dos grupos econômicos. Para outras, realizou-se um levantamento de informações sobre os *ramos de atividade econômica* dos quais os respectivos grupos econômicos fazem parte ou, para o caso de dados trabalhistas, daquelas categorias de trabalhadores típicos desses ramos de atividade. Os dados levantados foram agregados em tabelas, a partir das quais foram elaborados os gráficos que constam na seção do ciclo do capital das campeãs nacionais do presente Capítulo. Tais tabelas estão disponibilizadas para consulta no Apêndice desta Tese, em que consta o *link* para acessá-las por meio de endereço eletrônico.

Para além do fator determinante da disponibilidade de dados, cada um dos níveis de agregação dos dados – dados individualizados dos grupos econômicos e por ramos de atividade econômica - fornece algumas vantagens e limitações para a pesquisa empírica. O levantamento individualizado foi utilizado para investigar variáveis referentes aos momentos D, M'-D' e D' do ciclo do capital dos grupos econômicos. A principal vantagem dessa forma de levantamento diz respeito à precisão dos dados coletados, na medida em que a referência a capitais individuais permite observar isoladamente características de grupos controlados pela grande burguesia interna.

⁵⁹⁹ Vale salientar que essa seleção não pretende indicar um conjunto homogêneo e imutável de grupos econômicos controlados por uma fração de classe que deverá, de forma independente de variáveis conjunturais, comportar-se como burguesia interna. Conforme pudemos observar, as frações de classe não devem ser observados por um viés essencialista. Elas movimentam-se por determinações que também se dão no nível da conjuntura em constante mutação e seus integrantes se agrupam segundo diferentes critérios evidenciados na luta política. Isso quer dizer que alguns controladores de grupos econômicos que assumem uma posição de burguesia interna no neoliberalismo desenvolvimentista podem fazê-lo por razões mais ou menos eventuais e podem apresentar um comportamento típico de burguesia integrada em outras conjunturas. Como a pesquisa que fazemos sobre os dados dos grupos econômicos não se limita ao intervalo do neoliberalismo desenvolvimentista, é possível que alguns dos proprietários dos grupos econômicos investigados tenham tido um comportamento de burguesia integrada em outros momentos, ou seja, que não haja uma correspondência exata entre eles e a grande burguesia interna para todo o período de investigação. Entendemos, contudo, que, por trabalhar com uma amostra de vários grupos, isso não prejudica a observação das tendências mais importantes das relações de produção dessa fração de classe na fase atual do capitalismo brasileiro;

Como limitações, deve-se citar, principalmente, que os dados individualizados dos grupos econômicos estão disponíveis, na maioria dos casos, apenas para as companhias de capital aberto, que são obrigadas por lei a fornecerem publicamente suas informações econômico-financeiras. Além disso, há um aspecto referente à forma de organização dos grupos: alguns deles são estruturados sob a forma de Sociedades de Propósito Específico (SPEs), um modelo de organização empresarial com atividade restrita e objetivo específico. São eles: Norte Energia, Santo Antônio Energia, Usina Hidrelétrica Teles Pires, Aeroporto de Guarulhos e Estaleiro Atlântico Sul. Esses grupos são formados como consórcios de grandes capitais de controle nacional para a operação de unidades de produção específicas (hidroelétricas, aeroporto e estaleiro). A limitação relacionada a esse aspecto diz respeito à ausência, em suas informações econômico-financeiras, de dados que revelem relações de associação e transferências de valor para o capital estrangeiro. Na forma de consórcios, seus dados apontam para o domínio completo de capitais privados nacionais e/ou estatais, sem a presença de grupos externos. Entretanto, trata-se de uma constatação ilusória, na medida que as relações com o capital estrangeiro se dão justamente no âmbito das relações de produção dos grupos econômicos que as controlam. Além disso, por se tratarem de unidades de produção específicas, esses grupos não oferecem informações sobre internacionalização produtiva, que é um dos aspectos que investigamos.

Esses dois fatores limitantes levaram-nos a considerar para a pesquisa individualizada⁶⁰⁰, da lista anterior de 23 grupos, 13 grupos que são organizados como empresas de capital aberto e que não são SPEs. São eles: *Vale, Suzano, Klabin, Braskem, JBS, WEG, Prumo, BRF, Marfrig, MRS, CSN, Eldorado Brasil Celulose e Rumo.*

O levantamento por ramos de atividade foi utilizado na pesquisa de variáveis referentes aos momentos D-MP, D-FT, e P do ciclo do capital dos grupos econômicos. A maior vantagem dessa forma de levantamento é que, em contraste com a necessidade de exclusão de grupos de capital fechado do levantamento individualizado, ele contemplou a totalidade dos ramos em que se enquadram os grupos econômicos da grande burguesia interna, oferecendo indicadores sobre os mesmos.

A limitação da pesquisa por ramos de atividade é que os dados referentes a cada ramo, em tese, podem incluir grupos econômicos que não integram a grande burguesia interna. Essa

⁶⁰⁰ As únicas exceções são a pesquisa sobre o grau de internacionalização dos grupos econômicos, em que utilizamos um índice que também abrange empresas e capital fechado de forma individualizada, e a pesquisa sobre a proporção de receitas advindas do exterior dos grupos econômicos, em que não foram considerados aqueles que não possuem produção de bens e serviços para o mercado externo;

limitação é contornada, em parte, porque os grupos econômicos dos quais estamos tratando estão em sua maioria entre as maiores empresas dos seus respectivos ramos, e, em alguns casos, entre as maiores empresas a nível global daquele ramo, de forma que é possível presumir que as tendências observadas nas variáveis pesquisadas para o ramo são em grande parte derivadas de suas próprias tendências individuais.

Na tabela X, apresentamos os grupos econômicos pesquisados segundo o montante das receitas de 2022 e sua posição em comparação com os demais grupos dos ramos de atividade econômica aos quais pertencem, levantamento realizado com informações do *ranking* Maiores e Melhores de 2022, da revista Exame.

Tabela X: Campeãs nacionais, segundo receitas, ramo de atividade e posição no ranking de empresas do ranking de atividade econômica em 2022

Grupo Econômico	Receita em 2022 (Bilhões R\$)	Ramo de atividade econômica¹	Posição no ramo de atividade econômica em 2022
Vale	206,1	Siderurgia, Mineração e Metalurgia	1°
Odebrecht (atual Novonor)	Não consta	Imobiliário e construção civil	Não classificado
Suzano	41,0	Papel e celulose	1°
Klabin	16,5	Papel e celulose	2°
Norte Energia	4,8	Energia	35°
Santo Antônio Energia	Não consta	Energia	Não classificado
Braskem	105,6	Petróleo e químico	2°
JBS	350,7	Alimentos e bebidas	1°
WEG	23,6	Bens de capital e eletroeletrônicos	1°
Andrade Gutierrez	Não consta	Imobiliário e construção civil	Não classificado
Porto do Açu	Não consta	Transporte, logística e serviços logísticos	Não classificado
BRF	48,3	Alimentos e bebidas	4°
Marfrig	85,4	Alimentos e bebidas	2°
Aeroporto de Guarulhos	1,6	Transporte, logística e serviços logísticos	36°
Bertin	Não consta	Alimentos e bebidas	Não classificado

MRS	4,4	Transporte, logística e serviços logísticos	18°
CSN	47,9	Siderurgia, Mineração e Metalurgia	4°
Hidrelétrica Teles Pires	Não consta	Energia	Não classificado
Estaleiro Atlântico Sul	Não consta	Bens de capital e eletroeletrônicos	Não classificado
Eldorado Brasil Celulose	6,1	Papel e celulose	3°
Rumo (Controladora da Rumo Malha Sul)	6,8	Transporte, logística e serviços logísticos	8°
VLI Multimodal	6,5	Transporte, logística e serviços logísticos	12°
Cia. Brasileira de Alumínio	8,4	Siderurgia, Mineração e Metalurgia	9°

Fonte: Ranking Melhores e Maiores 2023 da Revista Exame, em <https://mm.exame.com/>;

¹ Nessa tabela, a classificação dos ramos de atividade econômica é a mesma do *ranking* da Revista Exame, a partir da qual se a posição dos grupos econômicos

Os dados evidenciam a importância dos grupos econômicos em seus respectivos ramos.

Dez destes, ou aproximadamente 42% deles, estão entre as cinco maiores empresas do seu ramo no Brasil, e 50% deles estão entre as dez maiores. Cabe ainda algumas observações quanto aos demais:

a) é importante mencionar a particularidade referente aos dois grupos econômicos da construção civil que não foram encontrados no *ranking* Maiores e Melhores, no qual constam as 63 maiores empresas da construção civil – Odebrecht (atual Novonor) e Andrade Gutierrez – e ao grupo Estaleiro Atlântico Sul, controlado pelas construtoras Camargo Correa e Queiroz Galvão. Esses grupos econômicos ocuparam - na maior parte do período que compreende o capitalismo neoliberal brasileiro - posições de liderança entre os grandes capitais da construção civil, mas foram fortemente atingidos pelos impactos da Operação Lava-jato sobre seus negócios. Em ranking elaborado pela revista AméricaEconomia, de 2012, por exemplo, a Odebrecht estava posicionada como a maior empresa de construção civil da América Latina, enquanto a Camargo Correa figurava na sétima posição e a Andrade Gutierrez na oitava posição⁶⁰¹;

b) o grupo Bertin vendeu a divisão de produção de carne (sua principal atividade econômica) à JBS em 2009, o que provavelmente contribuiu para a queda de sua importância no ramo de alimentos e bebidas;

⁶⁰¹ (PORTAL VGV, 2012)

c) embora classificados em posições relativamente inferiores, as SPEs Norte Energia, Santo Antônio Energia e Usina Hidrelétrica Teles Pires são controladas por grupos que estão, em sua maioria, entre as maiores empresas do ramo de energia⁶⁰².

A Tabela IX nos evidencia, ademais, que estamos lidando com um recorte dos maiores capitais da grande burguesia interna. São empresas nacionais que ocupam posição de liderança não apenas na reprodução do capital em seus respectivos ramos, mas na economia brasileira como um todo. Demonstra também, por essa via, que se trata de grupos econômicos representativos para o estudo das determinações econômicas da grande burguesia interna.

Feita a seleção dos grupos econômicos e as considerações metodológicas sobre as formas de levantamento de dados da pesquisa, passemos a análise de cada uma das fases do ciclo do capital deles.

5.2 O ciclo do capital das campeãs nacionais

5.2.1 Primeira fase da circulação(D-M)

A primeira fase da circulação pode ser dividida em três momentos. O momento inicial D, em que se deve determinar “a origem do capital dinheiro que comparece para iniciar o ciclo”⁶⁰³, em meio a qual “se colocam as interrogantes a respeito de quem investe, quanto investe e em que investe”⁶⁰⁴; o momento D-Mp, em que o capital se destina à compra de meios de produção; e o momento D-Ft, a compra da força de trabalho.

Quais são as principais fontes de financiamento da grande burguesia interna brasileira no padrão exportador de especialização produtiva? Em que medida esse capital destina-se às atividades produtivas internas e externas(internacionalização)? Qual é a origem dos meios de produção adquiridos pela burguesia interna, sobretudo o capital fixo? Como se dá a remuneração da força de trabalho pela burguesia interna? Ela ocorre, via de regra, abaixo do seu valor normal? Essas são as principais questões a serem respondidas nessa etapa.

⁶⁰² No ano de 2022, os acionistas controladores dessas empresas e suas respectivas posições no ramo de atividade econômica, de acordo com a classificação do *ranking* Maiores e Melhores, são os seguintes: a) Norte Energia: Vale (1ª posição no ramo de siderurgia, mineração e metalurgia), Cemig (10ª posição no ramo de energia), Light (10ª no ramo de energia), Neoenergia(91ª posição no ramo de energia), Eletrobras (9ª posição no ramo de energia), Eletronorte (não classificada, mas controlada pela Eletrobras); b) Santo Antonio Energia: Furnas Centrais Elétricas(21ª posição no ramo de energia), Novonor (ex-Odebrecht, não classificado no ramo de construção civil) e Andrade Gutierrez (não classificado no ramo de construção civil); c) Usina Hidrelétrica Teles Pires: Neoenergia, Eletrobras e Furnas(posições já mencionadas);

⁶⁰³ (MARINI, 2012, p. 23);

⁶⁰⁴ (OSORIO, 2012, p. 48);

5.2.1.1- D – O capital-dinheiro investido pelas campeãs nacionais

Quais são os principais critérios que devem ser utilizados para a compreensão das formas específicas da incidência do capital-dinheiro no momento do investimento da grande burguesia interna brasileira, mais exatamente sobre sua ambivalência contradição/dependência em relação ao capital estrangeiro?

Em primeiro lugar, vimos que a burguesia interna se distingue das demais frações capitalistas segundo o critério de sua *posição no sistema econômico internacional*: ela não é plenamente integrada ao capital estrangeiro imperialista como a burguesia integrada, mas tampouco tem uma condição autônoma tal qual a burguesia nacional. Essa posição intermediária diz respeito a duas dimensões de investigação centrais que aqui queremos ressaltar: a) a questão da origem nacional ou estrangeira/imperialista do financiamento que comparece no momento inicial D do ciclo do capital. A presença relevante do capital estrangeiro/imperialista como financiador do ciclo do capital da grande burguesia interna aponta no sentido de uma relação de dependência financeira. Em contrapartida, a relevância do capital nacional poderá ser interpretada como uma maior autonomia relativa sobre as condições de financiamento dessa fração de classe; b) a questão do destino nacional ou estrangeiro do investimento do capital-dinheiro no momento D. A presença relevante da grande burguesia interna em países estrangeiros – a internacionalização do seu capital - aponta para uma condição mais vantajosa de disputa por mercados com o capital estrangeiro.

Em segundo lugar, essa questão deve ser respondida também pelo viés dos *mecanismos e do grau em que incide o financiamento do Estado aos capitais da grande burguesia interna*. Como já pudemos descrever em um nível de abstração mais elevado e no nível de análise da conjuntura, a disputa em prol da política de Estado como forma de proteção na concorrência com o capital estrangeiro é uma característica da atuação da grande burguesia interna no processo político indicativo do conflito entre essa fração capitalista e o capital estrangeiro. Assim, do ponto de vista do capital nacional, deve-se diferenciar entre capital privado e investimento estatal que, ao incidir sobre o ciclo de valorização, funciona também como capital.

Em terceiro lugar, a dinâmica que assume o movimento do capital no atual padrão exportador de especialização produtiva também diz respeito à *característica eminentemente produtiva ou especulativa sob a qual ele funciona no interior do ciclo do capital das frações burguesas*, aspecto que toma importância no momento de investimento do capital-dinheiro. Pudemos sintetizar o movimento de autonomização do capital que leva ao aparecimento do capital fictício e sua dinâmica especulativa e ao exacerbamento da forma mistificada do

capital⁶⁰⁵. Esse fenômeno tem implicações sobre a dinâmica de reprodução de capitais produtivos. A financeirização do capital está relacionada à tendência à subordinação do investimento produtivo à lógica rentista e curtoprazista do capital financeiro. Por outro lado, o capital financeiro tem como atores-chave os chamados investidores institucionais⁶⁰⁶ que são em grande medida oriundos das formações econômico-sociais imperialistas. Dessa forma, o aspecto fictício/especulativo do capital que financia a grande burguesia interna – mensurável, entre outros aspectos, pela incidência do investimento de investidores institucionais nesse financiamento - se mostra relevante diretamente como um indicador de dependência financeira do capital estrangeiro e indiretamente como indicador de dependência tecnológica, na medida em que implica uma lógica que desfavorece o aumento da produtividade baseado na incorporação de novas técnicas e tecnologias. É importante apontar, ainda, que em relação esse critério, estamos inseridos do momento D, mas simultaneamente nos referindo ao momento D-D' em que se centra a lógica da financeirização.

Investigamos, considerando esses três critérios, variáveis que podem indicar como, no momento inicial D, alguns aspectos apontam para a ambivalência característica das relações de produção da grande burguesia industrial. Precisamente, pesquisamos, para o momento do financiamento do investimento da grande burguesia interna, variáveis que se referem:

- a) à importância dos capitais de origem estatal, privada nacional e estrangeira no financiamento do investimento das campeãs nacionais;
- b) à importância dos capitais que operam sob a lógica rentista e especulativa e dos capitais que operam sob a lógica produtiva no financiamento do investimento das campeãs nacionais;
- c) o grau de internacionalização das campeãs nacionais, ou seja, da reprodução do seu capital em unidades localizadas no exterior.

Em relação ao peso dos capitais segundo sua origem estatal, privada nacional ou estrangeira, a pesquisa se concentra na análise *a.1)* da composição acionária das campeãs nacionais segundo a participação acionária média de grupos econômicos de controle nacional/estrangeiro e privado/estatal *a.2)* da proporção média de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e em moeda nacional das campeãs nacionais em relação ao seu endividamento total.

⁶⁰⁵ Ver Capítulo II;

⁶⁰⁶ Investidores institucionais são instituições que centralizam rendas não reinvestidas na produção e não consumidas pelas famílias para a operação nos mercados financeiros. Constituem-se de fundos de pensão, fundos coletivos de aplicação, sociedades de seguros, gestoras de investimento, bancos, entidades de capitalização, etc. Esses investidores são os atores-chave da acumulação de capital fictício, tendo assumido proporções gigantescas no capitalismo contemporâneo a nível mundial (CHESNAIS, 2005);

Quanto ao peso dos capitais segundo sua lógica de operação predominante – especulativa ou produtiva – é realizada a análise da composição acionária das campeãs nacionais segundo a participação acionária média de grupos econômicos divididos por tipo de capital, conforme uma classificação dos tipos “rentista” e “produtivista” que descrevemos mais à frente.

Por fim, para a análise do grau de internacionalização dos grupos econômicos, recorreremos a um indicador de internacionalização elaborado pelo Núcleo de Estratégia e Negócios Internacionais da Fundação Dom Cabral com base em métrica de ativos, receitas e trabalhadores contratados no exterior dos grupos econômicos, conforme metodologia descrita mais à frente.

Nota metodológica

Os dados referentes à composição acionária dos grupos econômicos foram coletados de forma individual para cada um dos grupos e agregados com periodicidade anual nas variáveis investigadas. Calculou-se, então, a média aritmética dessas variáveis para cada um dos anos.

As fontes dos dados sobre composição acionária foram, principalmente, duas categorias de documentos disponibilizados obrigatoriamente pelas companhias de capital aberto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) do Banco Central: os Formulários de Referência (FREs) e Informativos Anuais (IANs)⁶⁰⁷. Nesses documentos, os grupos econômicos devem informar o nome e o percentual de participação no seu capital social de todos os investidores com 5% ou mais das suas ações e o percentual de participação dos investidores com menos de 5% das suas ações, podendo ocultar a identidade destes últimos.

Os IANs fornecem dados das companhias durante o período de 1997 a 2008 e os FREs durante o período de 2010 a 2022. Dessa forma, foram levantados dados referentes ao período 1997-2022, com exceção do ano de 2009, pois nesse ano não são disponibilizadas pelas companhias nenhuma das duas categorias de documentos. Não obstante, o período em que cada grupo econômico disponibiliza seus dados varia de acordo com a data em que têm seus registros aceitos e mantidos ativos pela CVM (requisito para serem listados na bolsa de valores).

Na Tabela XI, são indicados os grupos econômicos e os períodos de levantamento de dados de cada um deles para os dados relacionados à composição acionária. Também é indicada a porcentagem média em que foi possível discriminar a origem nacional, estrangeira ou estatal

⁶⁰⁷ Disponíveis na base de dados dos Documentos de Companhias Abertas da CVM, em <https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/fmConsultaExternaCVM.aspx>;

dos acionistas em cada grupo econômico, o que se deve ao fato de que, com exceção da Eldorado Celulose, em que 100% dos acionistas são identificados, os grupos econômicos contêm entre os detentores de suas ações uma proporção de acionistas com menos de 5% do capital, e, por isso, geralmente não identificáveis segundo sua nacionalidade.

Tabela XI: Grupos econômicos da pesquisa de composição acionária, segundo período dos dados disponibilizados, porcentagem média de discriminação da origem dos acionistas e ramo de atividade.

Grupos econômicos	Período dos dados	% Média do capital social discriminado por origem (nacional, estrangeira ou estatal)	Ramo de atividade ¹
Vale	1997-2022	91,8	Mineração
Suzano	1997-2022	80,9	Papel e Celulose
Klabin	1997-2022	51,1	Papel e Celulose
Braskem	1997-2022	69,4	Petroquímico
JBS	2006-2022 (Registro na CVM em 27/03/2007)	73,5	Alimentos e bebidas
WEG	1997-2022	50,2	Bens de capital
Prumo	2007-2017 (Registro CVM em 12/06/2008)	80,6	Transporte e Logística
BRF	1997-2022	67,0	Alimentos e bebidas
Marfrig	2006-2022 (Registro CVM em 18/06/2007)	63,7	Alimentos e bebidas
MRS	1997-2022	91,7	Transporte e Logística
CSN	1997-2022	74,0	Siderurgia e metalurgia
Eldorado Brasil Celulose	2012-2022 (Registro CVM em 06/06/2012)	100,0	Papel e Celulose
Rumo	1997-2022	53,2	Transporte e Logística
MÉDIA	Xxxx	72,8	xxxxx

Fontes: Formulários de Referência (FREs) e Informativos Anuais (IANs) dos grupos econômicos. Elaboração própria.

¹Classificação dos ramos de atividade segundo o Ranking Maiores e Melhores 2022

Também foram utilizados como fontes de dados para a investigação da composição acionária, de forma complementar aos FREs e IANs, as Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) e Releases de Resultados, documentos igualmente exigidos pela CVM às companhias de capital aberto, os Relatórios 20F⁶⁰⁸, enviados pelos grupos

⁶⁰⁸ Disponíveis em <https://www.sec.gov/forms>;

econômicos listados na Bolsa de Valores de Nova Iorque ao governo dos Estados Unidos, e a plataforma de dados financeiros Fundamentus⁶⁰⁹.

Os dados dos acionistas segundo o controle nacional ou estrangeiro foram agregados de acordo com a nacionalidade indicada dos mesmos nas estatísticas de composição acionária e, para o caso dos estrangeiros, também considerando a parcela de ações comercializadas em bolsas estrangeiras, informada por alguns dos grupos econômicos. Já na variável controle estatal foram agregadas as proporções de participação de bancos estatais (ex. BNDES e Banco do Brasil), empresas estatais (Ex: Petrobras e Eletrobras), fundos de pensão ligados a empresas estatais (ex: Previ e Funcef) e do Tesouro Nacional.

Os dados dos acionistas segundo o tipo rentista ou produtivista dos acionistas foram agregados nestas categorias de acordo com o esquema de classificação abaixo:

Tabela XII: Categorias “Produtivista” e “Rentista”, subcategorias componentes e exemplos de acionistas.

Categorias	Subcategorias	Exemplos
Produtivista	Companhias privadas e estatais com atividade econômica principal não financeira (segundo cadastro do CNPJ)	Votorantim (Suzano), Gerdau (MRS), Petrobras (Braskem)
	Holdings de instituição não financeira (segundo cadastro do CNPJ)	Niblak Participações (Klabin), J&F Investimentos (JBS), NSP Investimentos (Braskem)
	Pessoas físicas do grupo de controle	Marcos Antonio dos Santos (Marfrig), Ricardo Arduini (Rumo), Eike Fuhrken Batista (Prumo)
	BNDES	-----
Rentista	Investidores institucionais de controle nacional, estrangeiro e estatal (exceto BNDES)	Alden Fundo de Investimento (Suzano), Capital Research (Vale), Funcef (Rumo)
	Investidores de varejo no mercado de capitais (<i>free float</i>)	Investidores nacionais e estrangeiros não identificados, ADRs (aplicação na Bolsa de Valores de Nova Iorque)

Fontes: Formulários de Referência (FREs) e Informativos Anuais (IANs) dos grupos econômicos. Elaboração própria.

Presume-se que as companhias com atividade econômica principal não financeira, as holdings de instituição não financeira, as pessoas físicas do grupo de controle e o BNDES, devido às características de suas próprias atividades, à sua presença frequente como controladores dos grupos econômicos e, no caso das holdings, à sua participação acionária em geral mais elevada que das outras subcategorias, tenham uma tendência maior a buscar o investimento de capital visando a ampliação da capacidade operacional dos grupos econômicos.

⁶⁰⁹ [https://www.fundamentus.com.br/;](https://www.fundamentus.com.br/)

Em contrapartida, os investidores institucionais⁶¹⁰ e investidores de varejo no mercado de capitais tenderiam a apresentar um comportamento do investimento mais volúvel e voltado a ganhos especulativos no mercado de capitais.

Os dados referentes ao grau de endividamento médio em moeda estrangeira ou nacional dos grupos econômicos em relação a seu endividamento total foram coletados de forma individual para cada um dos grupos. Os dados coletados foram os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e empréstimos e financiamentos em moeda nacional (circulante e não circulante) e o total de empréstimos e financiamentos. Calculou-se, então, a razão entre os dois primeiros e o segundo para cada ano em cada um dos anos e, depois, a média aritmética das proporções encontradas nos grupos econômicos para cada um dos anos.

As fontes de dados foram os balanços patrimoniais dos grupos econômicos, disponíveis nas Demonstrações Financeiras Padronizadas disponibilizadas à CVM, bem como, quando necessário, as Notas Explicativas deste mesmo documento. O período contemplado pelo levantamento é de 2008 a 2022, com variações decorrentes das diferentes datas de registro dos grupos econômicos na CVM e da disponibilização ou não de dados na DFP de 2010 sobre os anos de 2010, 2009 e 2008. As DFPs de anos anteriores não discriminam os empréstimos e financiamentos dos grupos segundo moeda nacional ou estrangeira, o que justifica o início da série em 2008, e não em 1997 como no caso dos levantamentos de composição acionária.

A Tabela XIII indica os grupos econômicos e os períodos de levantamento de dados de cada um deles para as informações referentes aos empréstimos e financiamentos segundo origem nacional/estrangeira.

Tabela XIII: Grupos econômicos, segundo período dos dados disponibilizados sobre empréstimos e financiamentos em moeda nacional/estrangeira e ramo de atividade

Grupos econômicos	Período dos dados	Ramo de atividade¹
Vale	2008-2022	Mineração
Suzano	2009-2022	Papel e Celulose

⁶¹⁰ A classificação de acionistas como investidores institucionais se deu de acordo com a definição do Banco Central dos mesmos. Conforme o Artigo 2º do Parágrafo 2º da Resolução CVM nº 27, de 8 de abril de 2021, “Considera-se investidor institucional [...]os seguintes investidores: I - instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; II - companhias seguradoras e sociedades de capitalização; III - entidades abertas e fechadas de previdência complementar; IV - fundos patrimoniais; V - fundos de investimento registrados na CVM; VI - clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; e VII - investidores não residentes com qualificação análoga às das categorias elencadas nos incisos I a VI deste parágrafo nos seus respectivos países de origem”;

Klabin	2009-2022	Papel e Celulose
Braskem	2009-2022	Petroquímico
JBS	2008-2022	Alimentos e bebidas
WEG	2008-2022	Bens de capital
Prumo	2008-2017 (Registro CVM em 12/06/2008)	Transporte e Logística
BRF	2008-2022	Alimentos e bebidas
Marfrig	2008-2022 (Registro CVM em 18/06/2007)	Alimentos e bebidas
MRS	2010-2022	Transporte e Logística
CSN	2009-2022	Siderurgia e metalurgia
Eldorado Brasil Celulose	2011-2022 (Registro CVM em 06/06/2012)	Papel e Celulose
Rumo	2011-2022	Transporte e Logística

Fonte: DFPs dos grupos econômicos disponibilizados à CVM. Elaboração própria.

Os dados referentes ao grau de internacionalização dos grupos econômicos foram coletados de forma individual para cada um dos grupos. O indicador de internacionalização da Fundação Dom Cabral é a média das razões de receitas no exterior em relação ao total de receitas, de ativos no exterior em relação ao total de ativos e de trabalhadores no exterior em relação ao total de trabalhadores dos grupos econômicos. Dele resultam índices que variam de 0 a 1. Quanto mais próximos de 1, mais internacionalizados são os grupos econômicos. Na nossa pesquisa, levantamos os valores para cada grupo e a média geral dos índices em cada um dos anos pesquisados.

A fonte de dados são os Rankings das Transnacionais Brasileiras disponibilizados no sítio eletrônico da Fundação Dom Cabral. Os dados foram levantados para alguns anos selecionados, que correspondem àqueles em que o *website* da instituição disponibiliza relatórios de internacionalização. Não obstante, há variações da quantidade de anos em que os índices de internacionalização são disponibilizados para cada grupo econômico. Acreditamos que isso se deva ao fato de que em alguns anos os grupos não responderam à pesquisa dessa instituição. Na exposição dos resultados indicamos os anos em que não constam dados dos grupos.

Como o índice de internacionalização reúne indicadores de grupos tanto de capital aberto quanto de capital fechado, foi possível considerar, para esse dado, também os grupos Andrade Gutierrez e Odebrecht, para além daqueles considerados na Tabela XII.

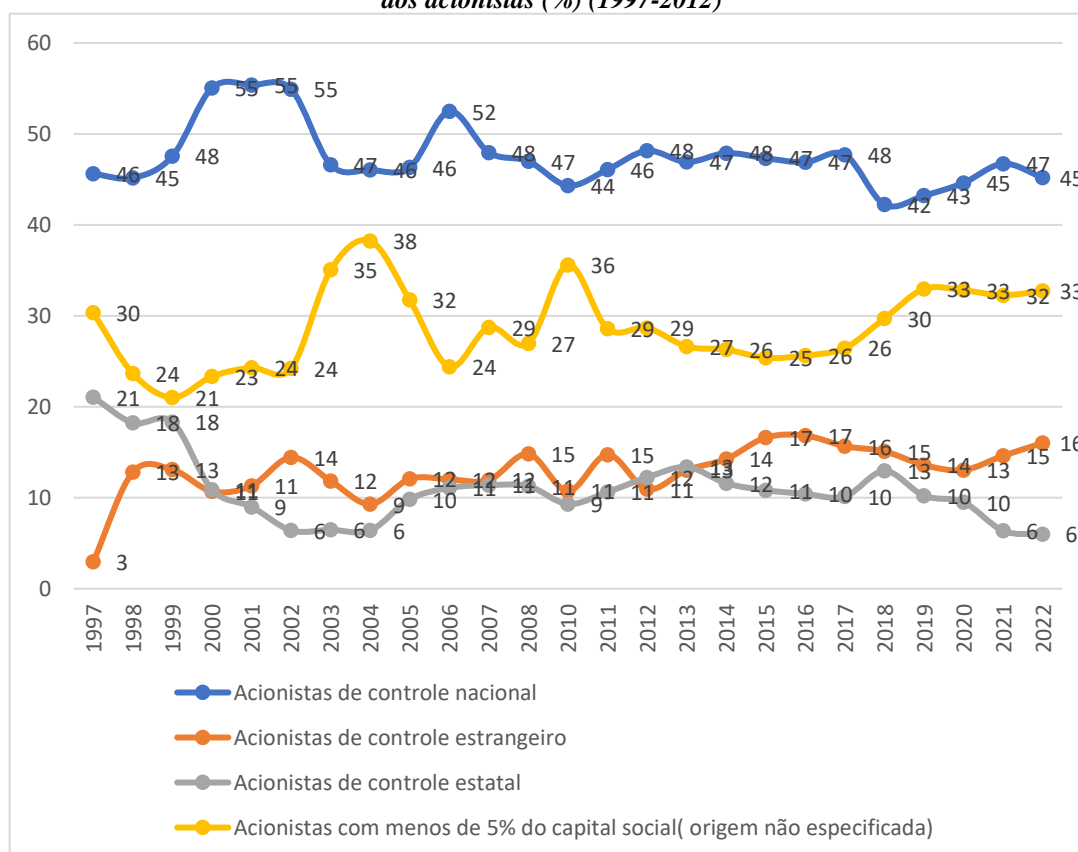
Resultados e análise

No Gráfico 11, observamos a evolução da composição acionária das campeãs nacionais segundo a origem estatal/nacional privada/estrangeira dos seus acionistas, entre 1997 e 2022.

A evolução da proporção de acionistas privados de controle nacional apresenta mudanças com maior variação em períodos curtos. Entre 1997 e 2000, há uma orientação de crescimento, elevando-se de 46% para 55%. Depois, inicia-se certo zigue-zague nas proporções, seguido de estabilidade entre 2014 e 2017 e alcançando um ponto mínimo de 42% em 2018, para logo depois se recuperar, chegando a 51% em 2021 e caindo a 45% em 2022. Entre 2000 e 2022, é possível observar uma leve tendência à redução na proporção de acionistas nacionais privados: saindo de um teto de 55% entre 2000 e 2002 e passando a um patamar próximo a 45% a partir da década de 2010.

Os acionistas de controle estatal apresentam tendências diversas no período: entre 1997 e 2003, intervalo de apenas seis anos, há uma significativa tendência de queda com o percentual declinando de 21% para 6%. Entre 2004 e 2013, a participação de acionistas estatais cresce de 6% para 13%. Há uma leve queda de 12 para 10 % entre 2014 e 2017, um aumento para 13% em 2018 seguido de uma importante queda nos anos seguintes, chegando a 6% em 2022.

Gráfico 11 - Participação média na composição acionária das campeãs nacionais segundo origem do controle dos acionistas (%) (1997-2022)



Fontes: FRES, IANs e DFPs disponibilizados à CVM – Banco Central

Os acionistas de controle estrangeiro, não obstante as variações, apresentam uma tendência geral de crescimento. Apenas entre 1997 e 1998, a proporção se eleva de 3 para 13%. Essa proporção permanece em um patamar próximo até 2012, quando inicia uma tendência de elevação até 17% em 2017, seguida de queda até 2020 e nova elevação a 16% em 2022.

Os acionistas com menos de 5% do capital social, cuja origem não é especificada, também apresentam uma tendência geral de crescimento. Após queda de 30 para 21% entre 1997 e 1999, a proporção cresce para 38% em 2004, cai para 24% em 2006, cresce até 36% em 2010, cai novamente entre 2011 e 2017 para 26% e alcança 33% em 2022.

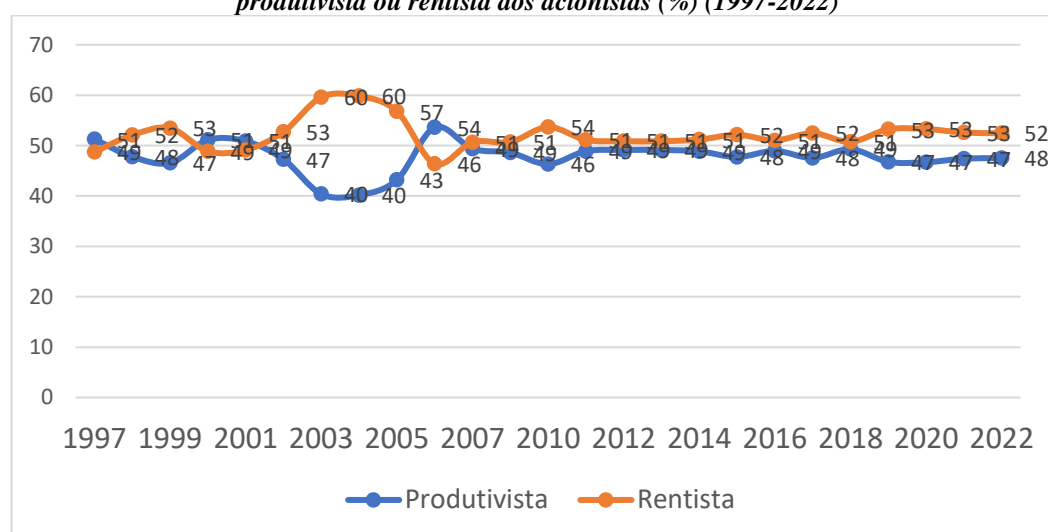
A análise dos resultados oferece alguns aspectos relevantes para o estudo da ambivalência das relações de produção da grande burguesia interna:

- a) A participação determinante do capital privado nacional na composição acionária das campeãs nacionais indica a importância da base de acumulação própria da grande burguesia interna -vista aqui sob o prisma do investimento nacional em capital-dinheiro - e o conflito potencial com o capital estrangeiro que pode advir das disputas pela apropriação do valor. Como é de se esperar para o caso em questão, em que são analisados grupos econômicos de controle brasileiro, a participação de acionistas de controle nacional não é muito menor que 50% do total de ações. Não obstante, após os anos iniciais, em que ocorre um aumento na proporção de acionistas privados nacionais – possivelmente, em boa parte, acionistas que assumem uma fração do capital até sob controle estatal – a tendência moderada de queda até 2022 aponta para uma perda relativa de importância da base de capital nacional dos grupos econômicos;
- b) O aumento da participação de acionistas estrangeiros, que sai de uma média de 3% de participação em 1997 para 16% em 2022 aponta para o crescimento da associação de capitais da grande burguesia interna com o capital estrangeiro, e, por essa via, entende-se que já pode ser considerado um primeiro indicador do estreitamento das relações de dependência da grande burguesia interna, na medida em que implica que uma parcela maior do valor produzido seja apropriado por investidores estrangeiros, provenientes em sua grande maioria de países imperialistas, sob a forma da distribuição do lucro aos acionistas;
- c) A evolução da participação do capital de controle estatal pode ser correlacionada com a política de Estado implementada no período. O período de 1997 a 2002 cobre parte do governo FHC, quando houve forte orientação privatista da política estatal. Cabe mencionar que algumas

das campeãs nacionais são grupos privatizados na década de 1990⁶¹¹. Mesmo que no final de 1997 todos já estivessem sob gestão da iniciativa privada, houve, nos anos subsequentes do segundo mandato FHC, uma progressiva redução da participação estatal no capital social dessas empresas com o desinvestimento do BNDES e de alguns fundos de pensão públicos. A partir de 2004, o giro na política estatal ocorrido com o neoliberalismo desenvolvimentista orientou-se para o aumento do investimento do BNDES nas campeãs nacionais pela via da compra de participação no capital social, entre outros mecanismos. Em 2015, há uma nova inflexão da política de Estado voltada ao desinvestimento do BNDES.

d) A proporção elevada de acionistas detentores de menos de 5% das ações, variando de 24 a 38% do capital social dos grupos econômicos, demonstra o grau de inserção das campeãs nacionais no mercado de capitais, com tendência geral crescente. Entende-se que esse indicador aponta por si só a vulnerabilidade à lógica especulativa dos grupos econômicos, na medida em que essa categoria de acionistas é formada em grande medida por investidores de varejo do mercado secundário de capitais, além de investidores institucionais não identificados, cujas aplicações são especulativas. Vejamos com mais rigor esse aspecto no Gráfico 12, a seguir.

Gráfico 12 - Participação média na composição acionária das campeãs nacionais segundo categoria produtivista ou rentista dos acionistas (%) (1997-2022)



Fontes: FREs, DFPs e IANs disponibilizados à CVM – Banco Central

A evolução da proporção das categorias de acionista no capital social dos grupos econômicos não apresenta uma tendência duradoura de crescimento/queda do tipo produtivista ou rentista, apenas em períodos curtos. Entre 1997 e 2000 os acionistas produtivistas apresentam estabilidade em torno de 50% da participação, seguida de queda entre 2001 e 2003,

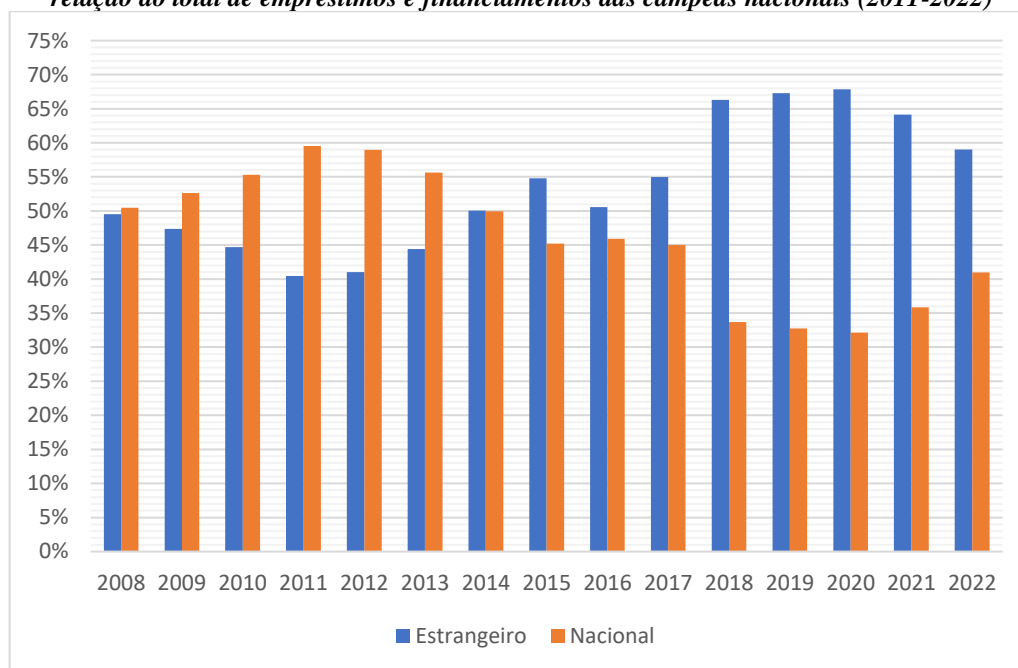
⁶¹¹ É o caso da Vale (ex-Companhia Vale do Rio Doce, privatizada em 1997) e da CSN (privatizada em 1993). A Braskem surge de uma fusão de seis grupos em 2002, entre os quais algumas empresas do setor petroquímico privatizadas no início da década de 1990. A MRS surge em 1996, assumindo a concessão de malhas ferroviárias da estatal privatizada Rede Ferroviária Federal;

chegando a 40%. Crescem entre 2004 e 2006 para um pico de 56% e reduzem a 48% em 2008. Seguem em estabilidade até 2015, quando há um breve aumento para 54% em 2016, seguido de queda para 44% em 2021 e um pequeno aumento para 48% em 2022. Como se trata da proporção entre duas variáveis médias, a variável rentista seguiu trajetória diametralmente oposta à produtivista.

O Gráfico 12 evidencia a elevada participação dos acionistas rentistas no capital social das campeãs nacionais. Esta se aproxima da participação dos acionistas produtivistas em torno de 50% da composição acionária dos grupos econômicos. No nosso entendimento, esse aspecto indica a importância da tendência especulativa no comportamento dos investidores desses grupos. Em momentos pontuais, inclusive, a proporção de participação dos acionistas rentistas ultrapassa os produtivistas (2003,2004 e 2010). Parece-nos que essa é a conclusão importante que podemos reter dessas estatísticas.

O Gráfico 13 indica a proporção média de empréstimos e financiamentos em moeda nacional e estrangeira dos grupos econômicos, no período 2008-2022.

Gráfico 13 - Proporção média de empréstimos e financiamentos em moeda nacional e estrangeira em relação ao total de empréstimos e financiamentos das campeãs nacionais (2011-2022)



Fontes: DFPs disponibilizados à CVM – Banco Central

A proporção média de empréstimos e financiamentos nacionais cresce de aproximadamente 40% a 55% entre 2008 e 2012, momento em que os empréstimos e financiamentos estrangeiros passam a uma tendência de elevação em termos relativos, saindo de aproximadamente 37% para mais de 62% em 2020, com uma breve queda de 51% a 46% entre 2015 e 2016. Nos dois últimos anos, os empréstimos e financiamentos nacionais voltam a se elevar de 30% em 2020 para aproximadamente 38% em 2022. Contabilizando-se todo o

período, a tendência é de crescimento da proporção de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, que saem de 42% em 2008 para 54% em 2022.

As flutuações ao longo do período podem ser correlacionadas com aspectos da política estatal, na medida em que os anos em que crescem proporcionalmente os empréstimos nacionais (2008-2012) caracterizam-se pela ampliação da política de financiamento do BNDES de outros bancos públicos e de expansão do crédito em geral. Em contrapartida, o maior avanço da proporção estrangeira se dá no mesmo ano (2013), em que é retomada a tendência à elevação das taxas básicas de juros e se acelera a partir de 2016, quando ocorre a virada neoliberal ortodoxa na política estatal cujo maior favorecido é o capital financeiro internacional. Não obstante, pode-se observar uma evolução geral positiva da proporção de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira ao longo de todo o período. Esse elemento, assim como no caso do aumento da proporção da participação de acionistas estrangeiros, aponta no sentido de reforço tendência à associação de capitais e de estreitamento da dependência do capital estrangeiro em sua forma financeira pela grande burguesia interna.

Tabela XIV: Índice de internacionalização e posição no Ranking de internacionalização das campeãs nacionais

Grupos econômicos		2006	2007	2008	2009	2012	2013	2016	2017
Vale	Índice	0,29	0,38	0,39	0,34	0,28	0,29	0,27	0,27
	Posição	2	5	4	7	12	19	22	24
Klabin	Índice	----	----	----	----	----	----	0,04	0,05
	Posição	----	----	----	----	----	----	45	46
Braskem	Índice	----	----	----	----	----	----	0,07	0,39
	Posição	----	----	----	----	----	----	38	12
JBS	Índice	----	----	----	0,62	0,59	0,50	0,54	0,58
	Posição	----	----	----	1	1	8	11	7
WEG	Índice	0,22	----	0,17	0,16	0,28	0,28	0,30	0,33
	Posição	7	----	16	10	13	22	21	17
BRF/Sadia/Perdigão	Índice	0,11	0,02	0,02	0,01	0,27	0,29	0,06	----
	Posição	20	27	32	37	15	18	41	----
Marfrig	Índice	----	----	0,41	0,37	0,43	0,52	0,54	0,36
	Posição	----	----	3	6	5	7	10	14
Andrade Gutierrez	Índice	0,17	0,10	0,04	0,05	0,13	0,28	0,11	----
	Posição	11	19	26	27	25	21	36	----
Odebrecht	Índice	0,27	0,57	0,36	0,38	0,35	0,55	0,74	0,72
	Posição	5	2	6	5	8	1	2	2

Suzano	Índice	----	0,01	0,26	0,28	0,27	----	----	----
	Posição	----	29	10	10	14	----	----	----
Rumo (ALL)	Índice	0,12	0,12	0,17	0,13	----	----	----	----
	Posição	19	18	17	19	----	----	----	----
CSN	Índice	0,16	----	----	----	----	----	----	----
	Posição	13	----	----	----	----	----	----	----
Índice médio geral		0,19	0,20	0,23	0,26	0,33	0,39	0,30	0,38

Fonte: Fundação Dom Cabral, <fdc.org.br>

A Tabela XIV mostra os índices de internacionalização das campeãs nacionais e a posição que ocupam no *Ranking* de internacionalização para anos selecionados.

No período de 2006 a 2013, o qual, conforme vimos, foi implementada uma política estatal orientada à internacionalização de grandes grupos econômicos brasileiros, observamos um aumento do grau de internacionalização dos grupos WEG, BRF, Marfrig, Andrade Gutierrez, Odebrecht e Suzano, seis dos oito grupos que possuem dados de 2013 e de pelo menos mais um ano anterior. Todos os grupos que possuem dados de 2013 ficaram neste ano entre as 25 empresas mais internacionalizadas do *ranking*.

Entre 2006 e 2016, o índice médio de internacionalização das campeãs nacionais dobrou de proporção, denotando o significativo crescimento exterior desses grupos transnacionais. Entre 2013 e 2016, a tendência se reverte, devido às fortes quedas no índice dos grupos BRF e Andrade Gutierrez, à leve queda do índice da Vale e à tendência à estagnação, ainda que com um pequeno aumento, do índice de JBS, WEG e Marfrig. Em 2017, o índice médio volta a crescer, sobretudo pelo forte aumento do indicador da Braskem, com os demais grupos registrando quedas ou pequenos aumentos. Percebe-se que nos anos de 2013, 2016 e 2017, fase em que há uma inflexão política com a interrupção da experiência neoliberal desenvolvimentista, o crescimento ininterrupto do grau de internacionalização é paralisado, com o indicador de internacionalização mantendo-se na casa dos 30%.

O crescimento do grau de internacionalização entre 2006 e 2013 aponta para o fortalecimento, nesse período, das campeãs nacionais em uma das dimensões de disputa com o capital estrangeiro. Por outro lado, a estagnação no período posterior denota tanto a interrupção desse processo quanto a condição mais favorável às campeãs nacionais para a disputa de mercados estrangeiros que aquela que possuíam cerca de uma década antes.

5.2.1.2 D-Mp – A aquisição de meios de produção pelas campeãs nacionais

A industrialização inorgânica das formações econômico-sociais dependentes se caracteriza pela fragilidade no desenvolvimento do Setor I – produtor de meios de produção –

cuja implicação fundamental é a tendência à não generalização da geração de mais-valor relativo nas formações econômico-sociais. Essa característica implica na necessidade de importação de meios de produção, sobretudo bens de capital de maior complexidade tecnológica, para suprir as necessidades da indústria local, engendrando transferências de valor sob as formas da deterioração dos termos de troca e do pagamento de royalties e serviços pela utilização de tecnologias estrangeiras⁶¹². Em que medida essa tendência observada para a formação dependente em geral incide diretamente nas relações de produção das campeãs nacionais da grande burguesia interna brasileira no padrão exportador de especialização produtiva, de maneira a reforçar seu caráter dependente, e como ela teria evoluído ao longo do tempo?

A análise dessas questões passa pela investigação da origem nacional ou estrangeira dos meios de produção em geral, e, em particular, daqueles tecnologicamente mais avançados, que são utilizados para a produção de bens e serviços pelos grupos econômicos da grande burguesia interna. Dessa forma, nossa pesquisa empírica do momento D-Ft das campeãs nacionais concentrou-se no levantamento de dados referentes a dois indicadores:

- a) Proporção de importações em relação ao consumo intermediário dos ramos de atividade dos quais fazem parte os grupos econômicos;
- b) Proporção de importação de máquinas e equipamentos em relação ao consumo intermediário total de máquinas e equipamentos dos ramos de atividade dos quais fazem parte os grupos econômicos.

Nota metodológica

Os dados referentes ao consumo intermediário foram coletados por ramos de atividade econômica aos quais os grupos econômicos da grande burguesia interna pertencem para a construção dos indicadores. Calculou-se, então, a média aritmética desses indicadores para cada ramo de atividade em cada um dos anos.

As fontes de dados são matrizes insumo-produto anuais elaboradas pelo Núcleo de Economia Regional e Urbana da Universidade de São Paulo (NEREUS-USP)⁶¹³ a partir de dados preliminares das Contas Nacionais do IBGE, por meio de metodologia desenvolvida pelos economistas Joaquim Guilhoto e Umberto Sesso Filho⁶¹⁴. Essas matrizes fornecem duas tabelas nas quais recolheu-se os dados: a) uma tabela de usos e recursos, em que constam os valores de consumo intermediário total e os valores em importações do consumo intermediário

⁶¹² Ver Capítulo I

⁶¹³ Disponíveis em < [⁶¹⁴ \(GUILHOTO e SESSO FILHO, 2005; GUILHOTO e SESSO FILHO, 2010\);](http://Matrizes.de.insumo-produto|NEREUS(usp.br)>;</p>
</div>
<div data-bbox=)

segundo ramos de atividade; b) uma tabela de importações, na qual constam os valores de importação de produtos que se enquadram em uma seleção de máquinas e equipamentos segundo ramos de atividade. Todos os dados estão a preços correntes.

As matrizes insumo-produto cobrem um intervalo que vai de 1995 a 2018. Contudo, ao longo desse período há duas metodologias de classificação distintas dos ramos de atividade econômica: um primeiro que abrange o período 1995-2009 e um segundo que vai de 2010 a 2018. Dessa forma, foram agregados dados referentes a ambos os intervalos, porém em gráficos separados, já que a mudança da metodologia de classificação inviabiliza a comparação dos indicadores entre as séries temporais.

Dado que os ramos de atividade a serem investigados são referenciados nos grupos econômicos da grande burguesia interna, foi necessário, como etapa preliminar, estabelecer quais são esses ramos a partir da caracterização das atividades dos grupos. Para tanto, foi realizado um procedimento em duas etapas: a) identificar a atividade econômica principal das campeãs nacionais, segundo consta em seu registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Essas atividades são classificadas de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) 2.0, do IBGE; b) estabelecer a correspondência entre as atividades econômicas principais dos grupos, classificadas segundo a CNAE 2.0, e os ramos de atividade econômica segundo as classificações das matrizes insumo-produto de 1995-2009 e de 2010-2018. Os resultados encontrados por essa metodologia contam na Tabela XV.

Tabela XV: Grupos econômicos, segundo atividade econômica principal constante no CNPJ e classificações nas matrizes insumo-produto de 1995-2009 e 2010-2018.

Grupo econômico	Atividade econômica principal CNAE 2.0(subclasse)	Classificação das Matrizes 1995-2009	Classificação das Matrizes 2010-2018
Vale	Extração de minério de ferro	Extrativa mineral	Extração de minério de ferro, inclusive beneficiamentos e a aglomeração
JBS	Frigorífico - abate de bovinos	Abate de animais	Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca
BRF	Abate de aves	Abate de animais	Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca
Marfrig	Frigorífico - abate de bovinos	Abate de animais	Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca
Bertin	Frigorífico - abate de bovinos	Abate de animais	Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca
Suzano	Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel	Celulose, papel e gráfica	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel
Klabin	Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel	Celulose, papel e gráfica	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel

Eldorado Brasil	Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel	Celulose, papel e gráfica	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel
Braskem	Fabricação de produtos petroquímicos básicos	Refino do petróleo	Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros
CSN	Produção de laminados planos de aço ao carbono, revestidos ou não	Siderurgia	Produção de ferro-gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura
CBA	Produção de alumínio e suas ligas em formas primárias	Metalurgia não ferrosos	Metalurgia de metais não-ferrosos e a fundição de metais
WEG*	Fabricação de motores elétricos, peças e acessórios	Material elétrico	Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos
Estaleiro Atlântico Sul	Construção de embarcações de grande porte	Peças e outros veículos	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores
Norte Energia	Geração de energia elétrica	Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)	Energia elétrica, gás natural e outras utilidades
Santo Antônio Energia	Geração de energia elétrica	Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)	Energia elétrica, gás natural e outras utilidades
Hidrelétrica Teles Pires	Geração de energia elétrica	Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)	Energia elétrica, gás natural e outras utilidades
Odebrecht	Construção de Obras-De-Arte Especiais	Construção civil	Construção
Andrade Gutierrez	Construção de Rodovias e Ferrovias	Construção civil	Construção
MRS	Transporte ferroviário de carga	Transportes	Transporte terrestre
Rumo*	Transporte ferroviário de carga	Transportes	Transporte terrestre
VLI Multimodal	Transporte ferroviário de carga	Transportes	Transporte terrestre
Prumo	Atividades do Operador Portuário	Transportes	Transporte aquaviário
Aeroporto de Guarulhos	Operação dos aeroportos e campos de aterrissagem	Transportes	Transporte aéreo

Fontes: Matrizes de insumo-produto do Nereus-USP, página de Consulta eletrônica de CNPJ da Receita Federal (<https://consultacnpj.redesim.gov.br/>) e página da Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica da Receita Federal (https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp).

*A atividade econômica principal desse grupo consta como "Holding de instituições não financeiras". Optou-se por selecionar, nesses casos, uma atividade econômica secundária relacionada à classificação do grupo segundo ramos pelo Ranking Melhores e Maiores da Revista Exame.

Houve, ainda, um procedimento necessário para a construção do indicador sobre a proporção do consumo de máquinas e equipamentos importados em relação ao consumo total de máquinas e equipamentos. Foram selecionados os produtos que são considerados como provenientes do ramo de produção de máquinas e equipamentos, para conformar esta última categoria. Assim como para a classificação dos ramos de atividade, os produtos também tem classificações diferentes para os períodos 1995-2009 e 2010-2018. A seleção de produtos resultante é a seguinte:

Tabela XVI: Seleção de produtos considerados máquinas e equipamentos para as matrizes de 1995-2019 e de 2010-2018

	Máquinas e equipamentos (produtos)
Matriz 1995-2009	Fabricação e manutenção de máquinas e equipamentos*
	Tratores e máquinas de terraplanagem
	Material elétrico
	Equipamentos eletrônicos
Matriz 2010-2018	Componentes eletrônicos
	Máquinas para escritório e equipamentos de informática
	Material eletrônico e equipamentos de comunicações
	Equipamentos de medida, teste e controle, ópticos e eletromédicos
	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos
	Elerodomésticos**
	Tratores e outras máquinas agrícolas
	Máquinas para a extração mineral e a construção
Outras máquinas e equipamentos mecânicos	

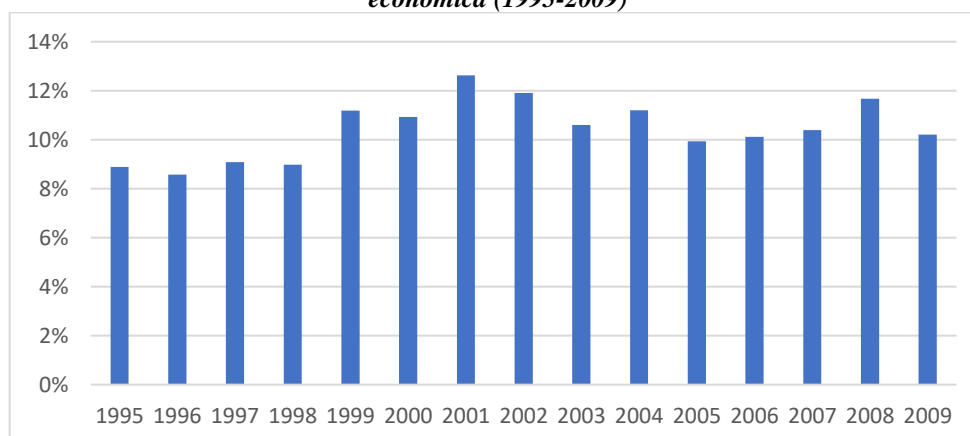
*Embora se trate de um processo, essa categoria está classificada como produto nas matrizes

**Ainda que eletrodomésticos, a rigor, dificilmente possam ser considerados bens de capital, eles são vinculados ao ramo de fabricação de máquinas e equipamentos elétricos das matrizes. Por isso, optou-se por considera-los

Resultados e análise

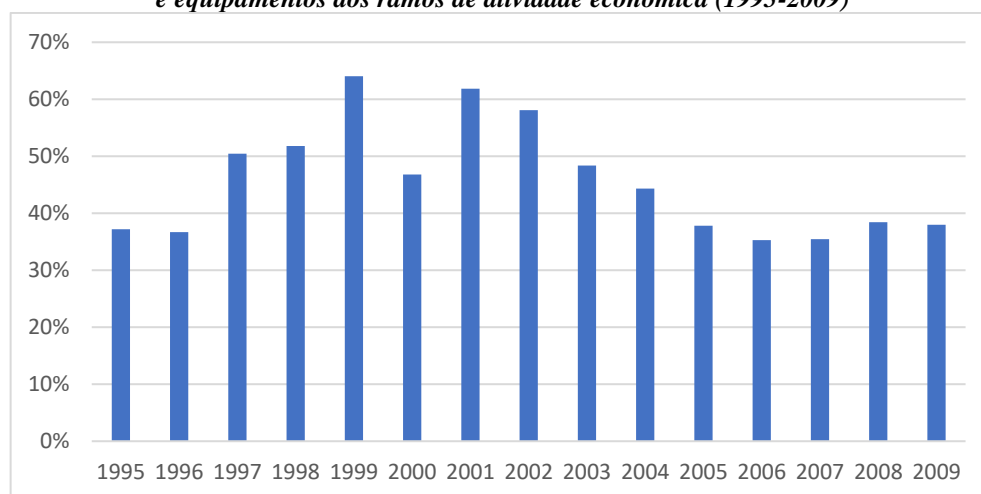
Os Gráficos 14 e 15 mostram, respectivamente, a proporção média das importações sobre o consumo intermediário total e das importações de máquinas e equipamentos sobre o consumo total de máquinas e equipamentos dos ramos de atividade aos quais pertencem as campeãs nacionais, no período 1995-2009.

Gráfico 14 - Proporção média de importações sobre consumo intermediário total dos ramos de atividade econômica (1995-2009)



Fonte: Nereus – USP

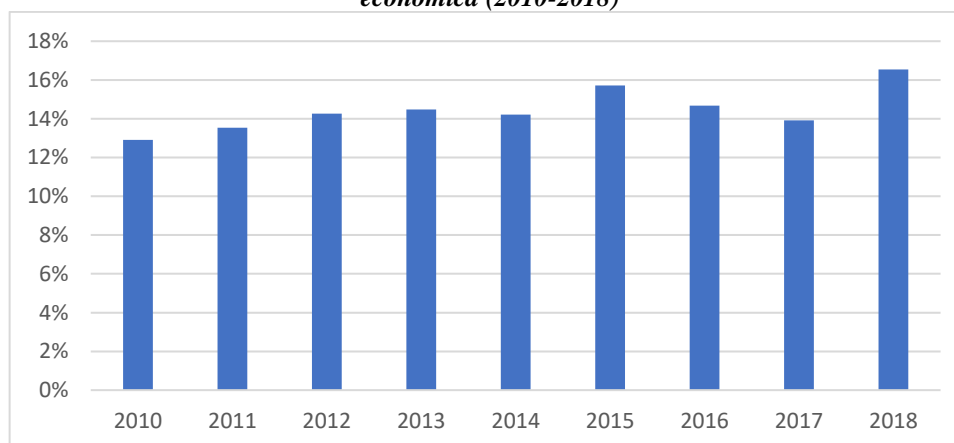
Gráfico 15 - Proporção média de importações de máquinas e equipamentos sobre consumo total de máquinas e equipamentos dos ramos de atividade econômica (1995-2009)



Fonte: Nereus - USP

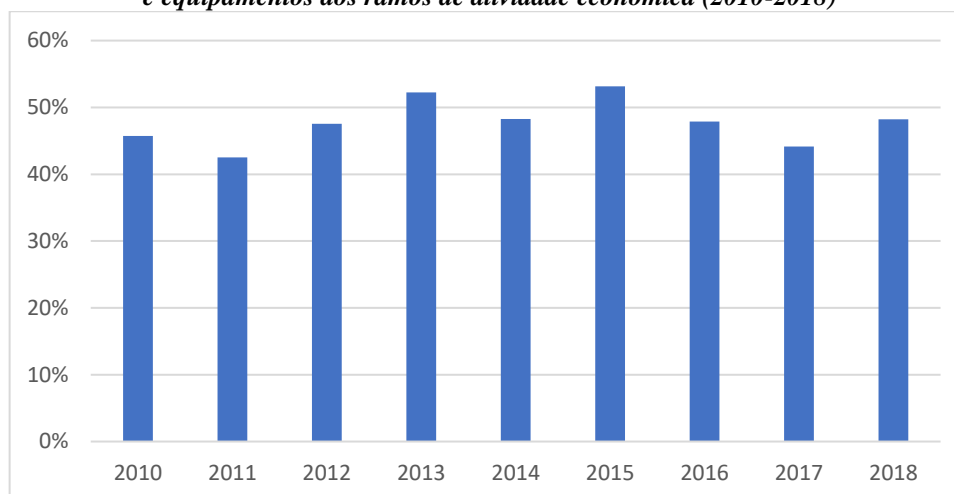
A proporção média de importações em geral sobre o consumo intermediário total passa de 8%, em 1995, para 12%, em 2001, quando inicia um movimento descendente chegando a 9% em 2005, para então retomar o crescimento até 11%, em 2008, e depois de volta a 9%, em 2009. A proporção média de importações de máquinas e equipamentos sobre o consumo geral destes é de 34% em 1995 e 1996, iniciando, então, uma trajetória de crescimento até 59% em 1999. Não obstante, a partir de 2002, o percentual médio de máquinas e equipamentos importados cai significativamente, de 57% para 33% em 2007, recuperando ligeiramente a 35% em 2008 e 2009.

Gráfico 16 - Proporção média de importações sobre consumo intermediário total dos ramos de atividade econômica (2010-2018)



Fonte: Nereus - USP

Gráfico 17 - Proporção média de importações de máquinas e equipamentos sobre consumo total de máquinas e equipamentos dos ramos de atividade econômica (2010-2018)



Fonte: Nereus - USP

Nos Gráficos 16 e 17, observamos os mesmos indicadores para o período 2010-2018, segundo a classificação de ramos econômicos e produtos utilizada para esse intervalo. Verifica-se uma situação de relativa estabilidade em ambos, especialmente na proporção de importações sobre o consumo intermediário. Esta vai de 13% a 14% entre 2010 e 2014, alcança 16% em 2015 e volta ao patamar de 14% em 2017. Em 2018, a uma proporção um pouco mais elevada de 18%. A proporção das importações de máquinas e equipamentos sobre seu consumo total caiu de 42% para 39% entre 2010 e 2011, eleva-se para 49% em 2013, cai a 45% em 2014 e volta a 49% em 2015, caindo para 41% em 2017 e indo a 45% em 2018.

Da nossa perspectiva, a análise dos indicadores dos Gráficos 14 e 15 evidencia, como aspecto mais relevante, a importância de elementos econômicos conjunturais na determinação da proporção em que os ramos econômicos recorreram a importações, em geral, e a importações de máquinas e equipamentos, em particular. Nesses gráficos, o aumento da participação das importações em geral e das importações de máquinas e equipamentos até 2001 coincide com os anos de aumento da penetração das importações e de forte reestruturação produtiva decorrente da abertura comercial promovida pelo neoliberalismo ortodoxo. Com efeito, notou-se, na segunda metade da década de 1990, na esteira da retração do mercado interno e da redução do nível de investimento na economia brasileira, a reconfiguração da indústria de bens de capital do país, que se tornava cada vez mais enxuta, menos diversificada, mais dependente de peças e componentes importados e em menores condições de suprir a demanda interna⁶¹⁵. É de se esperar que, em tal situação, os grupos econômicos da grande burguesia interna tenham aumentado sua dependência de importações para suprir suas necessidades de máquinas e equipamentos.

⁶¹⁵ (MAGACHO, 2012);

Por outro lado, a redução da proporção de importações a partir de 2002 se dá no contexto de retomada do crescimento econômico, expansão das exportações e ampliação do mercado interno. A demanda crescente por bens de capital com o aumento dos investimentos industriais e do investimento público proporcionou a evolução da produção de bens de capital para suprir a indústria nacional. Entre 2003 e 2008, o valor bruto da produção industrial de bens de capital cresceu, em termos reais, 10,6% ao ano, enquanto o crescimento do PIB, embora elevado, não atingiu 5% ao ano. Assim, em alguns ramos observou-se um aumento significativo do suprimento de máquinas e equipamentos nacionais. Magacho demonstra que o consumo interno de máquinas e equipamentos tipicamente industriais, de equipamentos de transporte e máquinas e equipamentos agrícolas e de geração e distribuição de energia elétrica aumentou em relação ao de produtos importados entre os períodos 2002-2004 e 2005-2008.⁶¹⁶

Essa constatação pode nos fazer levantar a hipótese de que, no período do neoliberalismo desenvolvimentista, a estrutura industrial brasileira teria caminhado rumo ao estabelecimento de bases mais consistentes com um processo de industrialização orgânica, com a internalização do Setor I. Não obstante, embora nesse intervalo tenha sido inegável o crescimento do setor, Magacho apresenta limitações de duas ordens. A primeira tem relação à capacidade da indústria de máquinas e equipamentos de suprir uma demanda crescente por bens de capital, dada as limitações da capacidade instalada. A segunda se refere ao baixo potencial tecnológico da indústria nacional de bens de capital. No primeiro caso, conforme a análise do autor, enquadram-se indústrias de máquinas e equipamentos para os ramos de extração e prospecção de petróleo, indústria extrativa e de alimentos, as quais, durante o intervalo 2004-2008, elevaram sua produção de forma a atender uma parte importante do mercado nacional, o qual, entretanto, necessitou de importações para suprir a demanda. No segundo caso estão as indústrias de máquinas e equipamentos para os ramos de papel e celulose, metalúrgica e têxtil, que, além de terem dificuldades no suprimento da demanda, também apresentaram, nesse período, incapacidade na provisão de bens de capital tecnologicamente mais avançados.

De fato, pode-se sugerir, a partir da observação dos Gráficos 16 e 17, que a manutenção da proporção de importações em geral e de máquinas e equipamentos dos ramos dos grupos econômicos da grande burguesia interna em níveis relativamente próximos entre 2010 e 2018 são indicadores de que a substituição de importações existente no período anterior chegava a um limite. Seja como for, o fato é que na presente investigação realizada para o momento D-MP do ciclo do capital da grande burguesia interna, cobrindo o período 1995-2018, não foi

⁶¹⁶ (MAGACHO, 2012, p. 82);

identificada tendência clara ao estreitamento das relações de dependência em sua forma tecnológica, como caracterizaria um aumento da proporção de meios de produção importados em relação ao total de meios de produção consumidos pelos grupos econômicos da grande burguesia interna.

5.2.1.3- D-Ft – A compra da força de trabalho pelas campeãs nacionais

Do ponto de vista do nosso interesse nesse trabalho – a ambivalência das relações de produção da grande burguesia interna– o elemento que ganha importância na análise do pagamento da força de trabalho pela grande burguesia interna é a superexploração da força de trabalho mediante a forma de pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor – ou valor *normal*. A ocorrência da superexploração sob essa e outras formas aponta para a condição dependente dessa fração burguesa, na medida em que aparece como uma contratendência à queda nas taxas de lucro mediada pelas transferências de valor⁶¹⁷.

Para analisar a manifestação da superexploração no momento da compra da força de trabalho – o pagamento de salários aos trabalhadores – buscaremos utilizar como indicador a média salarial dos trabalhadores ocupados nos ramos em que se inserem os grupos econômicos da grande burguesia interna. Essa média é analisada em comparação ao Salário Mínimo Necessário (SMN) calculado pelo DIEESE para o mesmo ano de referência, parâmetro aproximado de um valor normal da força de trabalho, conforme expomos no Capítulo I, e ao salário mínimo legal.

Nota metodológica

Os dados referentes ao salário médio por trabalhador foram coletados por ocupação dos trabalhadores nos ramos aos quais os grupos econômicos da grande burguesia interna pertencem. Calculou-se, então, a média aritmética dos salários médios de cada ocupação em cada um dos anos.

As fontes das informações salariais das ocupações são as bases de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), disponibilizadas pelo Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (PDET – MTE)⁶¹⁸. A fonte dos dados do Salário Mínimo Necessário (SMN) e do salário mínimo legal é o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)⁶¹⁹. Os dados referentes aos salários por ocupação, ao SMN e ao salário mínimo legal cobrem o período de 2003 a 2021.

⁶¹⁷ Ver Capítulo I;

⁶¹⁸ Disponível em < <http://pdet.mte.gov.br/aceso-online-as-bases-de-dados>>;

⁶¹⁹ Disponível em < <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>;

A classificação das ocupações dos trabalhadores ao longo do período 2003-2021 se dá segundo subgrupos principais da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) 2002. Tendo em vista que esses dados são levantados de acordo com os ramos de atividade dos grupos econômicos da grande burguesia interna aos quais pertencem os subgrupos ocupacionais, foi necessário, como etapa preliminar ao levantamento, estabelecer quais são esses subgrupos característicos da atividade econômica das campeãs nacionais. Para tanto, foi realizado um procedimento em duas etapas: a) identificar a atividade econômica principal das campeãs nacionais, segundo consta em seu registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), em CNAE 2.0; b) estabelecer a correspondência entre as atividades econômicas principais dos grupos econômicos e os subgrupos ocupacionais mais característicos dessas atividades, segundo a CBO 2002. Sobre esta última etapa, cabe dizer que não foi encontrada em órgãos oficiais nenhuma tabela de correspondência entre atividades econômicas e ocupações (ou seja, entre a CNAE e a CBO). Não obstante, considerou-se que, para a maior parte das atividades, foi possível indicar subgrupos de ocupações diretamente relacionados, com pouca margem para dúvidas. A tabela daí resultante é a que segue:

Tabela XVII: Grupos econômicos, segundo atividade econômica principal constante no CNPJ e classificação em subgrupo ocupacional

Grupos Econômicos	Atividade econômica principal (CNAE 2.0 - subclasse)	Subgrupo principal correspondente (CBO 2002)
Vale	Extração de minério de ferro	Trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil
JBS	Frigorífico - abate de bovinos	Trabalhadores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo
BRF	Abate de aves	Trabalhadores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo
Marfrig	Frigorífico - abate de bovinos	Trabalhadores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo
Bertin	Frigorífico - abate de bovinos	Trabalhadores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo
Suzano	Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel	Trabalhadores de instalações e máquinas de fabricação de celulose e papel
Klabin	Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel	Trabalhadores de instalações e máquinas de fabricação de celulose e papel
Eldorado Brasil	Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel	Trabalhadores de instalações e máquinas de fabricação de celulose e papel
Braskem	Fabricação de produtos petroquímicos básicos	Trabalhadores de indústrias de processos contínuos e outras indústrias

CSN	Produção de laminados planos de aço ao carbono, revestidos ou não	Trabalhadores de indústrias siderúrgicas e materiais de construção
CBA	Produção de alumínio e suas ligas em formas primárias	Trabalhadores da transformação de metais e compósitos
WEG	Fabricação de motores elétricos, peças e acessórios	Trabalhadores da fabricação e instalação eletroeletrônica
Estaleiro Atlântico Sul	Construção de embarcações de grande porte	Trabalhadores da transformação de metais e compósitos
Norte Energia	Geração de energia elétrica	Operadores de produção, captação, tratamento e distribuição (energia, água e utilidades)
Santo Antônio Energia	Geração de energia elétrica	Operadores de produção, captação, tratamento e distribuição (energia, água e utilidades)
Hidrelétrica Teles Pires	Geração de energia elétrica	Operadores de produção, captação, tratamento e distribuição (energia, água e utilidades)
Odebrecht	Construção de Obras-De-Arte Especiais	Trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil
Andrade Gutierrez	Construção de Rodovias e Ferrovias	Trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil
MRS	Transporte ferroviário de carga	Técnicos de nível médio em serviços de transportes; Trabalhadores de funções transversais
Rumo	Transporte ferroviário de carga	Técnicos de nível médio em serviços de transportes; Trabalhadores de funções transversais
VLI Multimodal	Transporte ferroviário de carga	Técnicos de nível médio em serviços de transportes; Trabalhadores de funções transversais
Prumo	Atividades do Operador Portuário	Técnicos de nível médio em serviços de transportes; Trabalhadores de funções transversais
Aeroporto de Guarulhos	Operação dos aeroportos e campos de aterrissagem	Técnicos de nível médio em serviços de transportes; Trabalhadores de funções transversais

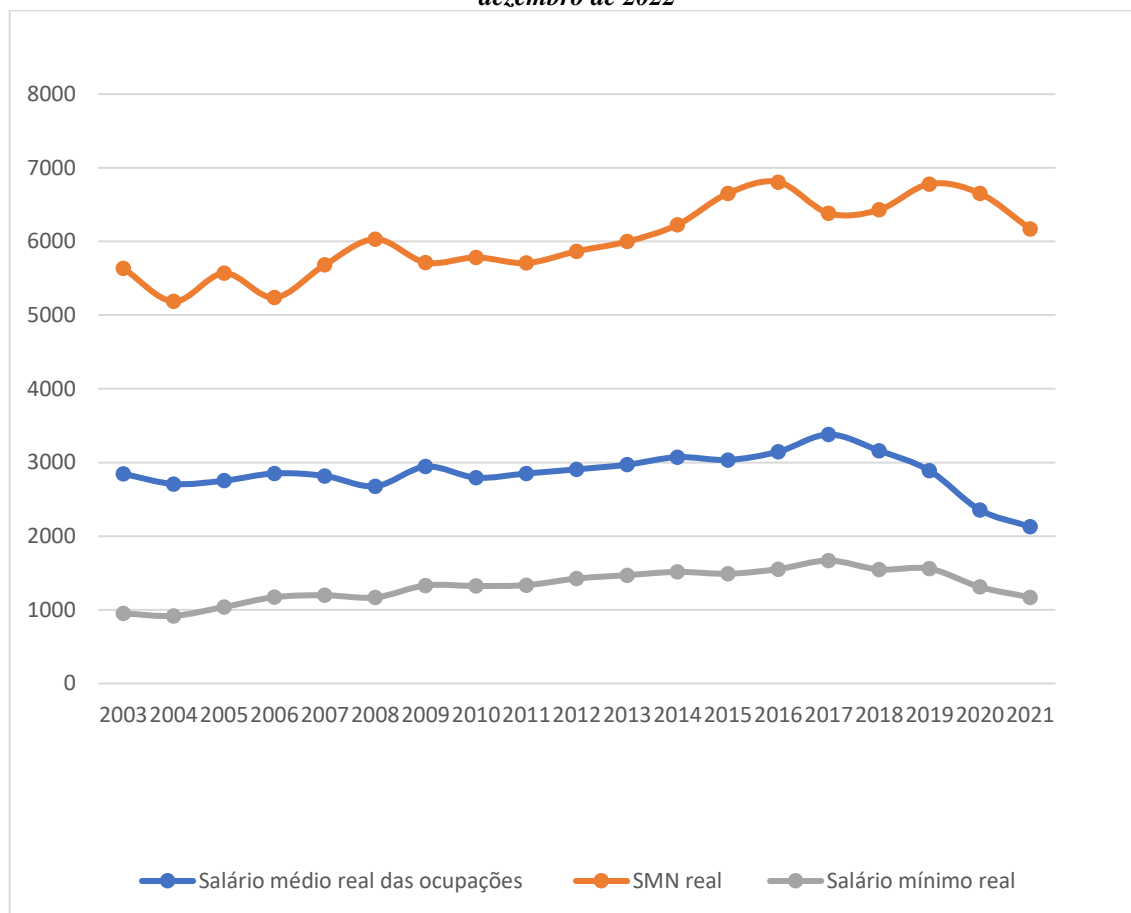
Fontes: Portal da Classificação Brasileira de Ocupações (<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>), página de Consulta eletrônica de CNPJ da Receita Federal (<https://consultacnpj.redesim.gov.br/>) e página da Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica da Receita Federal (https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp).

Para o cálculo da variação real dos salários médios das ocupações, do salário mínimo legal e do salário mínimo necessário, os valores foram convertidos para preços de dezembro de 2022, segundo o índice IGP-M.

Resultados e análise

O Gráfico 18 apresenta a evolução das diferentes médias salariais.

Gráfico 18 - Evolução real do salário médio das ocupações dos ramos de atividade das campeãs nacionais, do salário mínimo legal, do SMN e do rendimento médio mensal por trabalhador (2003-2021), a preços de dezembro de 2022



Fontes: RAIS e CAGED (PDET – MTE) e DIEESE

Verifica-se que a média salarial dos trabalhadores das ocupações dos ramos das campeãs nacionais tem uma tendência de alta entre 2004 e 2017, com uma queda apenas em 2008. Em preços de 2022, o salário médio vai de R\$ 2462 em 2004 para R\$3072 em 2017, um aumento real de 24,6%. Entre 2017 e 2021, ele apresenta significativa redução, de R\$3072 para R\$1934. Ainda que não consideremos este último ano, devido aos efeitos da paralisação econômica decorrente da pandemia da Covid-19 sobre os rendimentos dos trabalhadores, observa-se uma redução para R\$ 2142 em 2020, de 27%. O salário mínimo legal apresenta tendências parecidas no período. Porém, nesse caso houve um aumento bem maior, de 81% entre 2004 e 2017, e uma redução de 43% entre 2017 e 2021. De forma similar, o rendimento médio dos trabalhadores eleva-se 14% de 2012 a 2017, quando chega a R\$ 3958, e sofre queda de 43% entre este último ano e 2021, quando chega a R\$ 2763. O SMN inicia tendência de aumento entre 2006 e 2016, com crescimento de aproximadamente 30% no período, quando passa a um movimento alternado de aumento e redução até 2021. Neste último ano, seu valor é de R\$6170.

A análise dos salários médios das ocupações dos ramos de atividade das campeãs nacionais em comparação com as médias salariais nos fornece algumas constatações interessantes tanto a nível conjuntural quanto estrutural. No nível de análise da conjuntura, verifica-se que, durante o neoliberalismo desenvolvimentista, os salários das ocupações tiveram uma tendência de alta, tal qual o salário mínimo real e o rendimento médio por trabalhador, em uma evolução que, provavelmente, diz respeito ao contexto de elevação da formalização do emprego e aumento do número e das condições dos reajustes salariais conquistados pelos trabalhadores. As três médias coincidem também na tendência de queda que se verifica a partir de 2017, no contexto do reestabelecimento do neoliberalismo ortodoxo na política estatal, com a implementação do teto de gastos (2016), da reforma trabalhista (2017) e da reforma da previdência (2019), e do aumento da taxa de desemprego.

De uma perspectiva estrutural, verifica-se que, embora com tendência de aumento até 2017, o valor da remuneração média dos trabalhadores ocupados nos ramos de atividade das campeãs nacionais é menor que o Salário Mínimo Necessário, o qual podemos utilizar como parâmetro aproximado do valor da força de trabalho, abaixo do qual o nível dos salários se estabelece como superexploração da força de trabalho pela forma da remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor. Os trabalhadores ocupados nos ramos dessa seleção da grande burguesia interna recebem salários inferiores, inclusive, ao rendimento médio dos trabalhadores brasileiros entre 2012 e 2021. Na Tabela XVIII, podemos verificar as proporções entre essas variáveis.

Tabela XVIII: Proporção entre SMN e rendimento médio dos trabalhadores e salários médios das ocupações dos ramos de atividade das campeãs nacionais

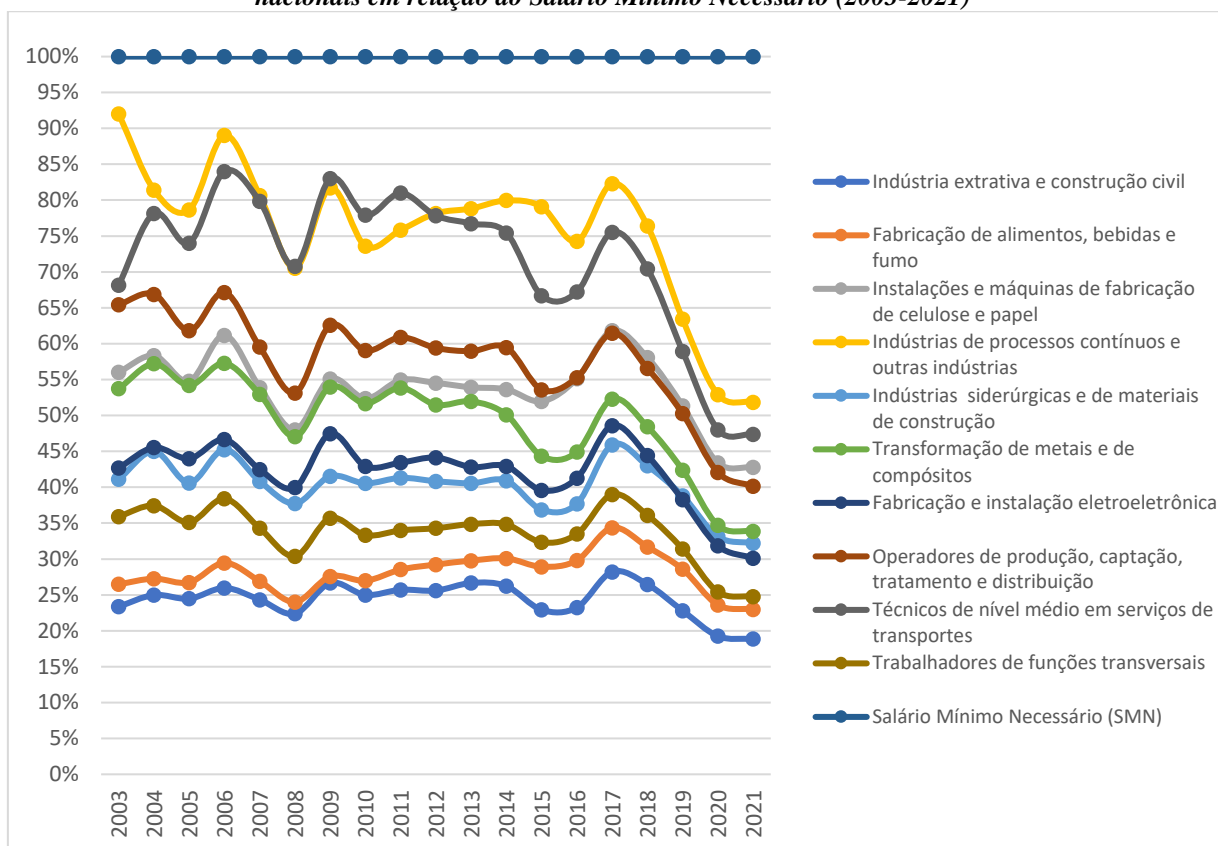
	SMN/salários das ocupações	Rendimento Médio/salários das ocupações
2003	2,0	-----
2004	1,9	-----
2005	2,0	-----
2006	1,8	-----
2007	2,0	-----
2008	2,3	-----
2009	1,9	-----
2010	2,1	-----
2011	2,0	-----
2012	2,0	1,2
2013	2,0	1,2
2014	2,0	1,2

2015	2,2	1,2
2016	2,2	1,2
2017	1,9	1,2
2018	2,0	1,2
2019	2,3	1,3
2020	2,8	1,3
2021	2,9	1,3

A significativa distância entre o SMN e os salários das ocupações nos sugere que estamos diante da superexploração da força trabalho sob a forma da remuneração abaixo do seu valor. Ainda assim, é necessário fazer a ponderação de que o índice do SMN tem como base de cálculo os custos de reprodução de uma unidade familiar, considerando-se dois adultos e duas crianças (que contam como um adulto para o cálculo), enquanto os salários dos trabalhadores nas ocupações dos ramos das campeãs nacionais, conforme estamos analisando, são considerados de forma individual. Poder-se-ia objetar, dessa maneira, que é necessário, para comparar-se determinada renda com o SMN, considerar o salário médio de dois adultos que compõem a unidade da família. Podemos, como um exercício hipotético, cogitar uma situação típica em que determinada família recebe o dobro do valor dos salários das ocupações, levando em conta, dessa forma, salários de dois adultos que a compõem e recebem remunerações em níveis similares. Observando as proporções da Tabela XVI, nota-se que o resultado da operação ficaria, nesse caso, no limiar do SMN para os anos de 2003 a 2018, com algumas pequenas variações, e abaixo dele a partir de 2019.

Essa análise nos permite inferir que, *em média*, as remunerações das ocupações dos ramos de atividade das campeãs nacionais estiveram - sobretudo durante o período do neoliberalismo desenvolvimentista (caindo depois de 2017) – em uma zona de fronteira entre a superexploração pelo pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor e a exploração da força de trabalho com o seu pagamento pelo seu valor normal. Não obstante, esse valor médio oculta a grande disparidade de remuneração entre as ocupações, como vemos no Gráfico 19.

Gráfico 19 - Nível percentual dos salários das ocupações dos ramos de atividade das campeãs nacionais em relação ao Salário Mínimo Necessário (2003-2021)



Fontes: RAIS e CAGED (PDET-MTE) e DIEESE

Em proporção ao SMN, o nível dos salários das ocupações está em uma faixa que vai da casa dos 20%, em ocupações da indústria extrativa e construção civil, até mais de 90%, em postos de indústrias de processos contínuos e outras indústrias em 2003 e 2006. Cinco das dez ocupações investigadas (indústria extrativa e construção civil; fabricação de alimentos, bebidas e fumo; trabalhadores de funções transversais; indústrias siderúrgicas e de materiais de construção; e fabricação e instalação eletroeletrônica) recebem salários menores que 50% que o SMN durante todo o período de 2003 a 2021. Conforme é possível verificar na Tabela XV, estas são ocupações típicas de 14 das 23 campeãs nacionais (Vale, Odebrecht, Andrade Gutierrez, JBS, BRF, Marfrig, Bertin, MRS, Rumo, VLI Multimodal, Prumo, Aeroporto de Guarulhos, CSN, WEG), ou 61% delas. A partir dos parâmetros que estabelecemos para a mensuração da superexploração, esses dados nos revelam que, mesmo nos momentos em que houve elevação dos salários, a maioria dos grupos econômicos de referência detinham ocupações típicas que se caracterizaram pela superexploração pela forma da remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor.

5.2.2 Fase da produção (...P...)

Na fase da produção, conforme vimos, assumem importância os mecanismos utilizados pelo capital para ampliar a taxa de exploração – prolongamento da jornada de trabalho, intensificação do trabalho e aumento da produtividade do trabalho. Os dois primeiros ganham, nas economias dependentes, a particularidade estrutural de se agudizarem para além dos limites que permitem repor o valor total da força de trabalho, passando a atentar dessa forma contra o fundo de vida dos trabalhadores. O último, em contrapartida, assume no capitalismo dependente a tendência à não generalização, o seja, à não conversão do mais-valor extraordinário em mais-valor relativo.

Na nossa pesquisa, buscamos analisar os mecanismos para a ampliação da taxa de exploração nos grupos econômicos das campeãs nacionais, amostra da grande burguesia interna. Para tanto, são pesquisados os seguintes indicadores:

- a) Para as variações de produtividade: a variação da produtividade do trabalho por trabalhador ocupado dos ramos de atividade das campeãs nacionais ao longo do período;
- b) Para a superexploração mediante o aumento da intensidade de trabalho: a proporção de acidentes de trabalho sofridos pelos trabalhadores dos ramos de atividade das campeãs nacionais. Conforme vimos do Capítulo 1, este é um índice que aponta indiretamente para a intensificação do ritmo do trabalho além de limites normais;
- c) Para mensuração das condições de trabalho de maneira geral, as quais incidem sobre a agudização da superexploração da força de trabalho em suas diversas formas: a evolução da proporção de trabalhadores terceirizados (sujeitos à vínculos mais precários de trabalho, maiores jornadas, ritmo de trabalho mais intenso e salários menores que dos trabalhadores empregados diretamente) em relação ao total de trabalhadores nos grupos econômicos.

Quanto à superexploração especificamente pela forma do prolongamento das jornadas de trabalho além de limites normais, não foi possível encontrar dados referentes à duração média de trabalho por grupos econômicos ou por ramos de atividade. A base de dados do RAIS disponibiliza apenas dados da jornada contratual de trabalho por ramos de atividade, que, portanto, não contabilizam as horas extras realizadas pelos trabalhadores. Além disso, a observação da variação das jornadas de trabalho ao longo dos anos por esses dados traz o problema de que não se distingue neles as reduções da jornada média de trabalho sem redução salarial daquelas com redução salarial. Não obstante, a redução da taxa de exploração com a redução da jornada de trabalho só pode ocorrer se não há redução proporcional dos salários.

Optou-se, dessa maneira, por não apresentarmos dados referentes à jornada de trabalho na pesquisa empírica realizada no presente trabalho.

Nota metodológica

A produtividade média por trabalhador ocupado dos ramos econômicos é mensurada com periodicidade anual e calculada pela divisão do valor adicionado (a preços de 2020) dos ramos pela população ocupada neles.

A fonte de dados é o Observatório da Produtividade Regis Bonelli, ligado ao Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE-FGV). O período coberto pelo levantamento é de 1995 a 2022.

Os ramos de atividade são classificados segundo a CNAE, porém a um nível de agregação maior que dos outros levantamentos realizados. A correspondência dos grupos econômicos e suas atividades principais com os ramos desse levantamento está exposta na Tabela XIX.

Tabela XIX: Grupos econômicos, segundo atividade econômica principal constante no CNPJ e classificação no levantamento de produtividade média.

Grupo econômico	Atividade econômica principal CNAE (subclasse)	Classificação do ramo de atividade
Vale	Extração de minério de ferro	Indústria extrativa mineral
JBS	Frigorífico - abate de bovinos	Indústria de transformação
BRF	Abate de aves	Indústria de transformação
Marfrig	Frigorífico - abate de bovinos	Indústria de transformação
Bertin	Frigorífico - abate de bovinos	Indústria de transformação
Suzano	Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel	Indústria de transformação
Klabin	Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel	Indústria de transformação
Eldorado Brasil	Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel	Indústria de transformação
Braskem	Fabricação de produtos petroquímicos básicos	Indústria de transformação

CSN	Produção de laminados planos de aço ao carbono, revestidos ou não	Indústria de transformação
CBA	Produção de alumínio e suas ligas em formas primárias	Indústria de transformação
WEG*	Fabricação de motores elétricos, peças e acessórios	Indústria de transformação
Estaleiro Atlântico Sul	Construção de embarcações de grande porte	Indústria de transformação
Norte Energia	Geração de energia elétrica	Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)
Santo Antônio Energia	Geração de energia elétrica	Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)
Hidrelétrica Teles Pires	Geração de energia elétrica	Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)
Odebrecht	Construção de Obras-De-Arte Especiais	Construção
Andrade Gutierrez	Construção de Rodovias e Ferrovias	Construção
MRS	Transporte ferroviário de carga	Transporte
Rumo*	Transporte ferroviário de carga	Transporte
VLI Multimodal	Transporte ferroviário de carga	Transporte
Prumo	Atividades do Operador Portuário	Transporte
Aeroporto de Guarulhos	Operação dos aeroportos e campos de aterrissagem	Transporte

Fontes: Observatório de Produtividade Regis Bonelli, página de Consulta eletrônica de CNPJ da Receita Federal (<https://consultacnpj.redesim.gov.br/>) e página da Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica da Receita Federal (https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp)

Os ramos indústria extrativa mineral, indústria de transformação, serviços industriais de utilidade pública (SIUP) e construção formam, em conjunto, o ramo da indústria geral. Analisaremos tanto a evolução dos ramos industriais separadamente como da indústria em geral.

O indicador da proporção média de acidentes de trabalho tem periodicidade anual. Ele foi calculado considerando, em primeiro lugar, os índices anuais de acidentes de trabalho de cada um dos ramos de atividade das campeãs nacionais, formado pelo número de acidentes “típicos” de trabalho (acidentes que ocorrem no exercício das atividades profissionais) em

determinado ramo para cada mil pessoas empregadas naquele ramo; em seguida foi calculada a média dos índices para cada um dos anos

A fonte dos dados de acidentes de trabalho são os Relatórios do Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho (AEAT), produzidos com informações dos registros de Comunicação de Acidentes de Trabalho (CATs) e reunidos na base de dados históricos da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (DATAPREV).

O intervalo contemplado pelos dados de acidentes de trabalho é de 2002 a 2021. Contudo, ao longo desse período há duas metodologias de classificação distintas dos ramos de atividade econômica: a primeira abrange o período de 2002 a 2006 e segue as classes CNAE 1995; a segunda vai de 2007 a 2021 e está conforme classes da CNAE 2.0. Dessa forma, foram agregados dados referentes a ambos os intervalos, porém em gráficos separados. Na Tabela XX, apresentamos os ramos considerados para a pesquisa segundo cada uma das classificações.

Tabela XX: Grupos econômicos, segundo atividade econômica principal constante no CNPJ e classificação nas CNAE 2.0 e CNAE 1995

Grupos Econômicos	Atividade econômica principal (CNAE 2.0 - subclasse)	Classe correspondente CNAE 2.0	Classe correspondente CNAE 1995
Vale	Extração de minério de ferro	Extração de minério de ferro	Extração de minério de ferro
JBS	Frigorífico - abate de bovinos	Abate de Reses, Exceto Suínos	Abate de reses, preparação de produtos de carne
BRF	Abate de aves	Abate de Suínos, Aves e Outros Pequenos Animais	Abate de reses, preparação de produtos de carne
Marfrig	Frigorífico - abate de bovinos	Abate de Reses, Exceto Suínos	Abate de reses, preparação de produtos de carne
Bertin	Frigorífico - abate de bovinos	Abate de Reses, Exceto Suínos	Abate de reses, preparação de produtos de carne
Suzano	Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel	Fabricação de Celulose e Outras Pastas para a Fabricação de Papel	Fabricação de Celulose e Outras Pastas para a Fabricação de Papel
Klabin	Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel	Fabricação de Celulose e Outras Pastas para a Fabricação de Papel	Fabricação de Celulose e Outras Pastas para a Fabricação de Papel
Eldorado Brasil	Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel	Fabricação de Celulose e Outras Pastas para a Fabricação de Papel	Fabricação de Celulose e Outras Pastas para a Fabricação de Papel
Braskem	Fabricação de produtos petroquímicos básicos	Fabricação de Produtos Petroquímicos Básicos	Fabricação de Produtos Petroquímicos Básicos
CSN	Produção de laminados planos de aço ao carbono, revestidos ou não	Produção de Laminados Planos de Aço	Produção de Laminados Planos de Aço
CBA	Produção de alumínio e suas ligas em formas primárias	Metalurgia do Alumínio e Suas Ligas	Metalurgia do Alumínio e Suas Ligas
WEG*	Fabricação de motores elétricos, peças e acessórios	Fabricação de Geradores, Transformadores e Motores Elétricos	Fabricação de motores elétricos

Estaleiro Atlântico Sul	Construção de embarcações de grande porte	Construção de Embarcações e Estruturas Flutuantes	Construção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes
Norte Energia	Geração de energia elétrica	Geração de Energia Elétrica	Produção de energia elétrica
Santo Antônio Energia	Geração de energia elétrica	Geração de Energia Elétrica	Produção de energia elétrica
Hidrelétrica Teles Pires	Geração de energia elétrica	Geração de Energia Elétrica	Produção de energia elétrica
Odebrecht	Construção de Obras-De-Arte Especiais	Construção de Obras-De-Arte Especiais	Obras de artes especiais
Andrade Gutierrez	Construção de Rodovias e Ferrovias	Construção de Rodovias e Ferrovias	Obras Viárias
MRS	Transporte ferroviário de carga	Transporte Ferroviário de Carga	Transporte ferroviário interurbano
Rumo*	Transporte ferroviário de carga	Transporte Ferroviário de Carga	Transporte ferroviário interurbano
VLI Multimodal	Transporte ferroviário de carga	Transporte Ferroviário de Carga	Transporte ferroviário interurbano
Prumo	Atividades do Operador Portuário	Gestão de Portos e Terminais	Atividades auxiliares aos transportes aquaviários
Aeroporto de Guarulhos	Operação dos aeroportos e campos de aterrissagem	Gestão de Portos e Terminais	Atividades auxiliares aos transportes aéreos

Fontes: Portal da CNAE (<https://cnae.ibge.gov.br/>), página de Consulta eletrônica de CNPJ da Receita Federal (<https://consultacnpj.redesim.gov.br/>) e página da Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica da Receita Federal (https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp).

A proporção de trabalhadores terceirizados em relação ao total de trabalhadores dos grupos econômicos é mensurada com periodicidade anual.

As fontes dos dados são os Formulários de Referência (FREs) disponibilizados pelas Companhias Abertas à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) do Banco Central. Para a maioria dos grupos econômicos, os dados sobre o quantitativo de trabalhadores terceirizados são disponibilizados de 2007 a 2022. Contudo, em alguns casos, esses dados só estão disponíveis a partir de anos posteriores, conforme a Tabela XXI.

Tabela XXI: Grupos econômicos e período de disponibilidade de dados sobre quantitativo de trabalhadores terceirizados.

Grupos Econômicos	Período dos dados
Norte Energia	2017-2022
Vale	2007-2022
Suzano	2007-2022
Klabin	2007-2022
Braskem	2009-2022
JBS	2007-2022
WEG	2007-2022
BRF	2007-2022

Marfrig	2009-2022
MRS	2007-2022
CSN	2007-2022
Rumo	2007-2022

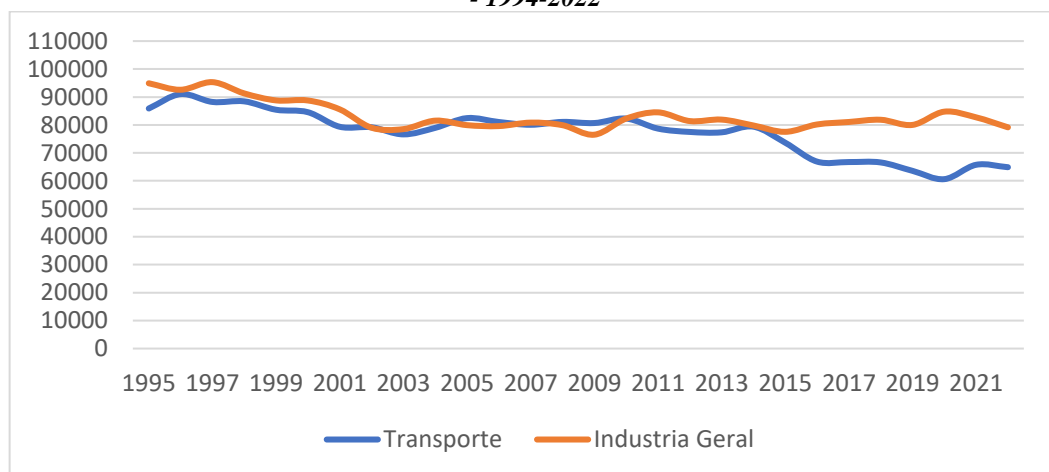
Fonte: FREs – CVM – Banco Central

À diferença da seleção dos grupos econômicos feita para a pesquisa do momento D, em que não foram consideradas as Sociedades de Propósito Específico (SPEs) devido às características que assumem as relações financeiras desse tipo de organização empresarial com o capital estrangeiro, na pesquisa sobre trabalhadores terceirizados entendemos que não haveria prejuízo em considerar todos os grupos de capital aberto. Por outro lado, os grupos Santo Antônio Energia, Aeroporto de Guarulhos e Eldorado Brasil não disponibilizam dados sobre o quantitativo de trabalhadores terceirizados. Dessa forma, apenas o grupo Norte Energia foi considerado a mais no levantamento em relação à seleção utilizada em D.

Resultados e análise

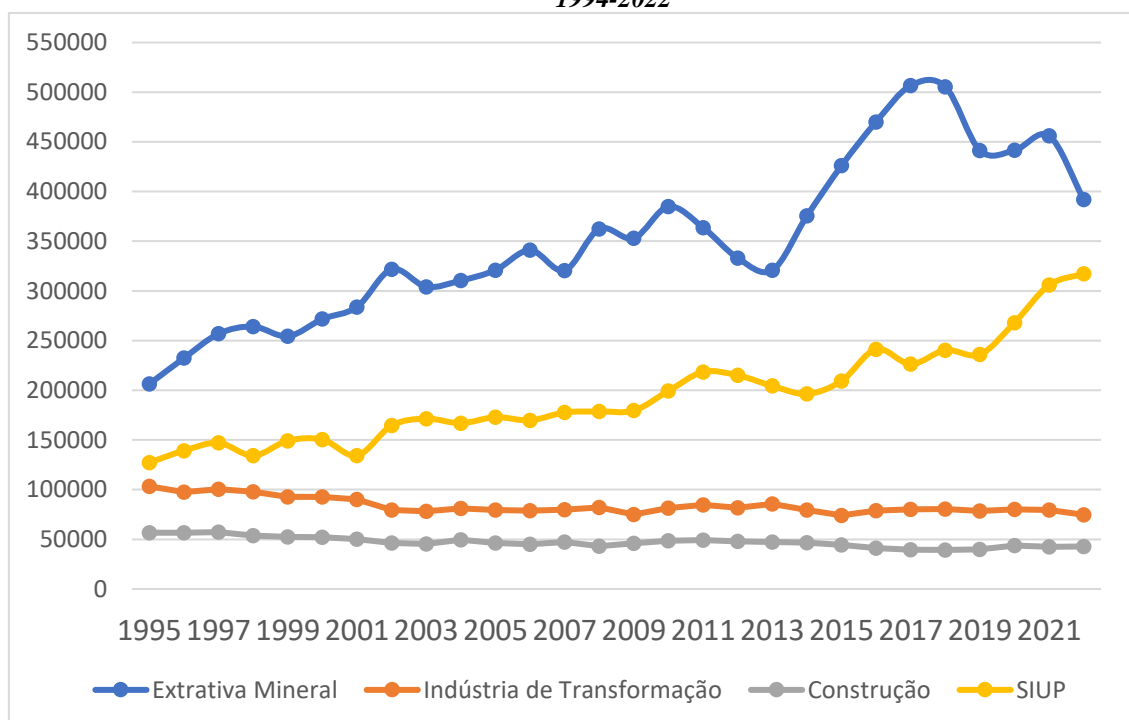
Os Gráficos 20 e 21 apontam a evolução da produtividade por trabalhador ocupado da indústria em geral e do ramo de transporte e dos ramos da indústria separadamente, no período 1995-2022, respectivamente.

Gráfico 20 - Evolução da produtividade por trabalhador ocupado, em preços de 2020 - Indústria e Transporte - 1994-2022



Fonte: Observatório da produtividade Regis Bonelli (IBRE-FGV)

Gráfico 21 - Evolução da produtividade por trabalhador ocupado, em preços de 2020 - Ramos industriais - 1994-2022



Fonte: Observatório da produtividade Regis Bonelli (IBRE-FGV)

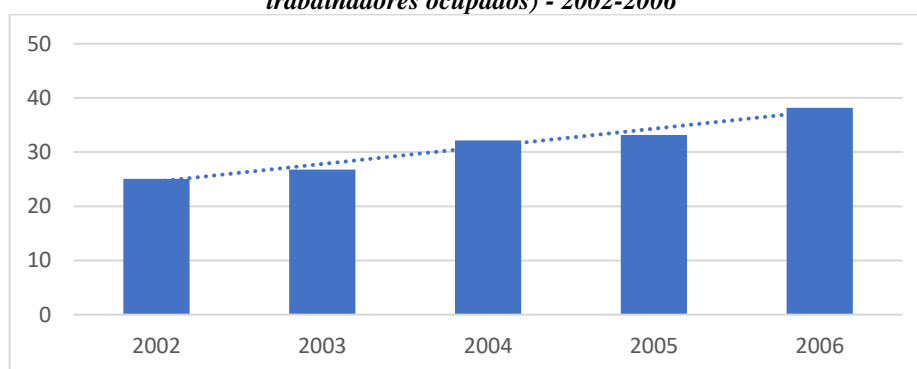
A observação da evolução da produtividade da indústria em geral e do transporte nos oferece importantes sugestões quanto às limitações que atingem ramos de atividade em que operam os grupos econômicos da grande burguesia interna. Embora o grau de agregação dos dados na indústria seja nesse caso bastante elevado, a tendência à queda entre 1995 e 2002 e de estagnação no restante do período indica que não se fez presente, para boa parte dos capitais industriais, o recurso ao aumento da capacidade produtiva de forma sistemática para aumentar a taxa de exploração. O ramo do transporte ratifica de forma ainda mais aguda essa tendência, na medida em que à queda de produtividade entre 1995 e 2003 e à estagnação até 2014 acresce-se um descenso significativo a partir de 2014.

Ao desagregarmos um pouco mais os dados dos ramos industriais, vemos uma importante variação de produtividade que fica oculta quando se analisa a indústria em geral. Os ramos da indústria extrativa mineral e de serviços industriais de utilidade pública (SIUP) tiveram importante crescimento da produtividade do trabalho entre 1995 e 2010, e, após um período de queda até 2014, voltaram a registrar curva ascendente, interrompida em 2018 para a indústria extrativa e que persistiu até 2021 para a de SIUP. Em contrapartida, as indústrias de transformação e da construção civil mantiveram a produtividade em níveis praticamente constantes em todo o período. Estes dois últimos ramos abarcam 15 das 23 campeãs nacionais de referência da presente pesquisa, ou cerca de 65% delas. Podemos indicar, portanto, a tendência majoritária à estagnação da produtividade entre os ramos das campeãs nacionais, no nível de agregação de dados aqui pesquisado. Essa tendência sugere que os aumentos de

produtividade não foram recursos preferencias utilizados pelos grupos econômicos de referência da grande burguesia interna para o aumento da taxa de exploração da força de trabalho, ainda que não tenhamos dados individuais ou mais desagregados dos mesmos. Resta perguntar, portanto, se e em que medida incidiram os mecanismos de superexploração para atingir tal objetivo.

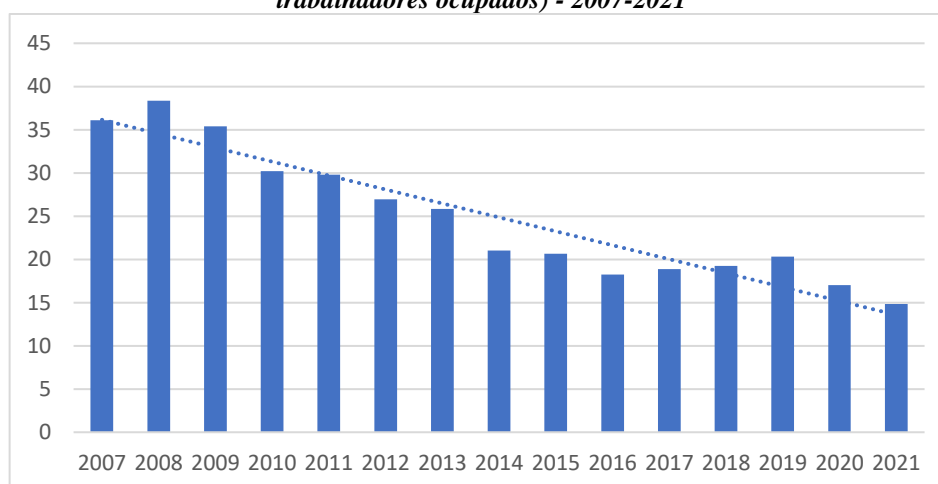
Os Gráficos 22 e 23 mostram a evolução do índice médio de acidentes de trabalho dos ramos de atividade das campeãs nacionais no período de 2002 a 2021. Conforme vimos, tal indicador serve como parâmetro para investigar a superexploração pelo aumento da intensidade do trabalho.

Gráfico 22 - Índice médio de acidentes de trabalho dos ramos de atividade das campeãs nacionais (por mil trabalhadores ocupados) - 2002-2006



Fonte: AEAT – DATAPREV

Gráfico 23 - Índice médio de acidentes de trabalho dos ramos de atividade das campeãs nacionais (por mil trabalhadores ocupados) - 2007-2021



Fonte: AEAT – DATAPREV

O índice médio de acidentes de trabalho tem tendência à elevação no intervalo de 2002 a 2006 e 2007-2008, alcançando então 38,34 acidentes de trabalho típicos por mil pessoas ocupadas. De 2009 a 2021, verifica-se uma reversão na curva, com uma queda progressiva da

proporção de acidentes de trabalho, chegando ao menor número da série de 2008 a 2021 neste último ano, com 14,83 acidentes por mil pessoas ocupadas.

Dentro dos parâmetros indiretos estabelecidos para verificar a elevação da intensidade do trabalho, podemos sugerir que, durante o período 2002-2008, para os acidentes de trabalho, temos uma tendência que sinaliza a incidência da superexploração. Nesse intervalo, o índice médio de acidentes de trabalho cresceu cerca de 52%. Esse elevado crescimento denota um aumento do desgaste da corporeidade físico-psíquica dos trabalhadores típica da elevação da intensidade do trabalho além de limites normais nos ramos de atividade das campeãs nacionais. O oposto ocorre para o período 2009-2021, em que a redução do índice de acidentes sugere indiretamente uma redução do nível de intensidade do trabalho.

Como hipótese, podemos supor que ambas as tendências se relacionam com o ciclo econômico do período. Como se sabe, em um contexto de aumento da demanda, interessa ao capitalista aumentar a produção de mercadorias, seja por meio do aumento da jornada de trabalho, da intensidade do trabalho, da elevação da produtividade e/ou contratação de mais força de trabalho. Quando, em contrapartida, encara uma situação de demanda estagnada ou em queda, é preferível ao capitalista aumentar a taxa de exploração pela via da redução dos salários em relação à elevação da jornada de trabalho ou da intensidade do trabalho, dado que o mesmo encontra um problema de realização de uma massa de mercadorias maior que o nível de demanda, que se agravaria caso os trabalhadores fossem levados a produzir ainda mais mercadorias.

A ampliação da demanda interna e externa pode explicar o recurso preferencial à superexploração por meio da elevação da intensidade do trabalho que se verifica até 2008, enquanto os efeitos da crise global deste ano e a conjuntura de desaceleração econômica que se verifica a partir de 2011 e de recessão de 2015 em diante são possíveis causas para a redução dos níveis de intensidade de trabalho e para o aumento da pressão pela redução dos salários como forma preferencial de superexploração.

Finalmente, vejamos como se estabelece a tendência à terceirização dos vínculos de trabalho das campeãs nacionais. Cabe explicar, antes de tudo, que esse levantamento se baseia na compreensão de que a terceirização é um fenômeno atual intrinsecamente ligado à superexploração da força de trabalho, na medida em que, ao vulnerabilizar a situação do trabalhador nos vínculos de trabalho estabelecidos, fornece condições favoráveis à ampliação da taxa de exploração da força de trabalho das mais diversas formas. Mencionemos, a esse respeito, um estudo comparativo realizado por Pelatieri et al. sobre as condições de trabalho e remuneração em atividades tipicamente terceirizadas e atividades tipicamente contratantes.

Sem que seja necessário entrar nos meandros de cada uma das variáveis pesquisadas pelos autores, transcrevemos como apresentam a síntese dos resultados da pesquisa:

Os dados obtidos a partir de recortes específicos na Rais revelam, de um modo geral, que, nas atividades tipicamente terceirizadas, as condições de trabalho e a remuneração são inferiores às verificadas nas atividades tipicamente contratantes.

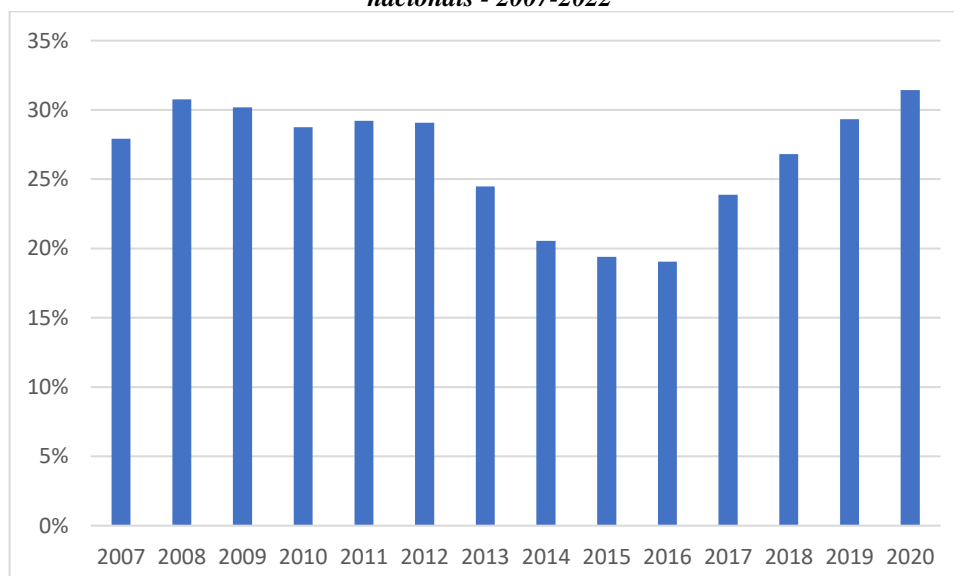
Em síntese, e considerando somente o ano de 2014, os dados obtidos revelam o seguinte:

- a taxa de rotatividade descontada é duas vezes maior nas atividades tipicamente terceirizadas (57,7% contra 28,8% nas atividades tipicamente contratantes);
- nas atividades tipicamente terceirizadas, 44,1% dos vínculos de trabalho foram contratados no mesmo ano, enquanto nas tipicamente contratantes o percentual foi de 29,3%;
- 85,9% dos vínculos nas atividades tipicamente terceirizadas tinham jornada contratada entre quarenta e uma e quarenta e quatro horas semanais; já nos setores tipicamente contratantes, a proporção era de 61,6%;
- os salários pagos nas atividades tipicamente terceirizadas fora da região Sudeste eram menores, o que reforça as desigualdades regionais;
- o percentual de afastamentos por acidentes de trabalho nas atividades tipicamente terceirizadas é maior do que nas atividades tipicamente contratantes – 9,6% contra 6,1%; e
- os salários nas atividades tipicamente terceirizadas eram, em média, 23,4% menores do que nas atividades tipicamente contratantes (R\$ 2.011 contra R\$ 2.639).

(PELATIERI, CAMARGOS, *et al.*, 2018)

O Gráfico 24 mostra a evolução da proporção da soma de trabalhadores terceirizados em relação ao total de trabalhadores das campeãs nacionais, para o período 2007-2022.

Gráfico 24 - Percentual de trabalhadores terceirizados em relação ao total de trabalhadores das campeãs nacionais - 2007-2022



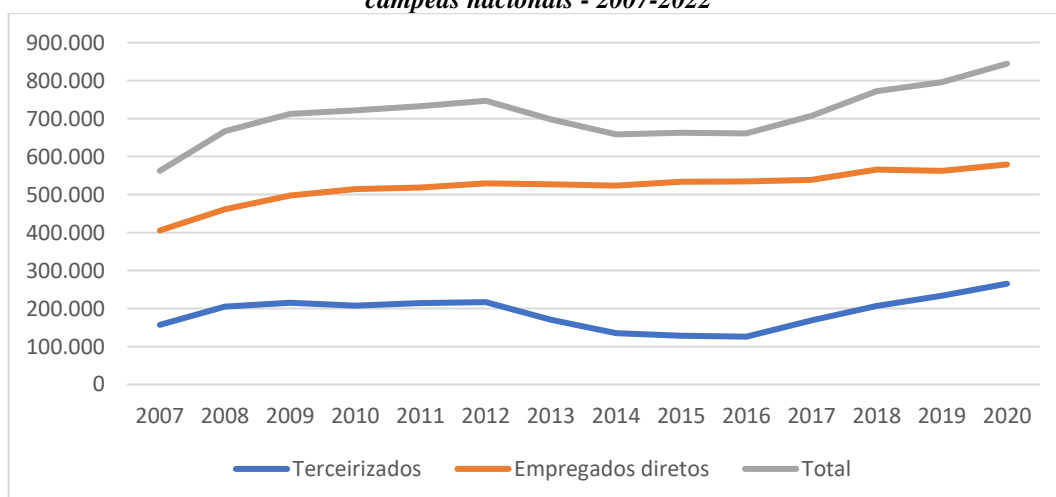
Fonte: FREs (CVM – Banco Central)

A proporção de trabalhadores terceirizados considerando-se o conjunto dos grupos econômicos eleva-se de 28% para 31% entre 2007 e 2008, mantendo-se aproximadamente nesse patamar até 2012. De 2013 a 2015, há uma redução do percentual de terceirizados, de 24% para 19%. Entre 2017 e 2021 é retomada uma significativa curva ascendente, com a proporção de trabalhadores terceirizados alcançando 31% do total da trabalhadores em 2020.

A principal questão que salta aos olhos é intervalo de queda da proporção de terceirizados. Seria reflexo de novas contratações de empregados diretos dos grupos econômicos? Haveria um processo de conversão de trabalhadores terceirizados em empregados diretos? Estaríamos diante de uma tendência à reversão da terceirização, ou essa queda diz respeito a aspectos conjunturais?

O Gráfico 25 mostra o número de trabalhadores terceirizados e com vínculos diretos das campeãs nacionais, além do total de trabalhadores. Como se pode notar, a queda ocorrida a partir de 2013 corresponde a uma queda nas mesmas proporções no número total de trabalhadores, com a curva de trabalhadores diretos mantendo tendência levemente ascendente. Ou seja, a queda da proporção de terceirizados se deveu a demissão dos mesmos, e não ao aumento expressivo do número de empregados diretos. Esse aspecto nos aponta, a uma só vez, para três observações relevantes: a) provavelmente, a queda da proporção de terceirizados se relaciona com a conjuntura de estagnação econômica que se abre em 2013, e não a alguma tendência estrutural de mudança no padrão de contratação da força de trabalho b) essa evolução referenda o caráter vulnerável dos postos de trabalho terceirizados, na medida em que foram estes os trabalhadores que mais sofreram com as demissões entre 2013 e 2016; c) a retomada das contratações em 2017 se dá de forma muito concentrada com força de trabalho terceirizada, indicando o fortalecimento dessa tendência nos últimos anos da série histórica

Gráfico 25 - Quantitativo de trabalhadores terceirizados, empregados diretos e total de trabalhadores das campeãs nacionais - 2007-2022



Fonte: FREs (CVM – Banco Central)

5.2.3 Segunda fase da circulação(M'-D')

A segunda fase da circulação é constituída por três momentos: o momento M', no qual, após o processo de produção, comparecem as particularidades do valor de uso e o trabalho incorporado no valor de troca das mercadorias; o momento M'-D' propriamente dito, em que o capital-mercadoria vai ao mercado com o objetivo de realizar-se na forma de capital-dinheiro; e o momento D', em que ocorre a apropriação do valor produzido pelos trabalhadores aos capitalistas.

A análise da ambivalência com o capital estrangeiro nas relações de produção da grande burguesia interna, no âmbito da segunda fase da circulação do capital, deve tratar de questões referentes ao valor de uso e ao valor de troca das mercadorias produzidas e à distribuição dos lucros, sob a perspectiva de entender o seu lugar no padrão exportador de especialização produtiva brasileiro e as condições para apropriação do capital de sua inserção internacional. Assim, listamos como principais questões a serem respondidas no estudo sobre as campeãs nacionais: quais são as principais mercadorias levadas ao mercado pelas campeãs nacionais e qual é o seu grau de complexidade tecnológica? A quais mercados e tipos de consumo elas se destinam? Após a realização do capital com a venda das mercadorias, como lucro dos capitalistas das campeãs nacionais é dividido entre a proporção que retorna ao início do ciclo do capital para uma nova rodada de acumulação e aquela que se destina à remuneração dos sócios proprietários? Em que sentido essa divisão pode nos oferecer indicações sobre a dependência e a financeirização das relações de produção da grande burguesia interna?

5.2.3.1- M' – Os valores de uso produzidos pelas campeãs nacionais

O padrão exportador de especialização produtiva brasileiro se caracteriza por uma produção industrial tendencialmente concentrada em setores de menor intensidade tecnológica e por uma especialização exportadora regressiva que se concentra na produção de bens menos elaborados— embora, como vimos, o mercado interno não deixe de desempenhar papel importante na economia nacional. Ambos os aspectos refletem a posição na divisão internacional do trabalho em que se colocam as economias latino-americanas na fase atual do sistema mundial⁶²⁰. Cabe nos questionarmos: a grande burguesia interna brasileira se insere dentro desse padrão sob a perspectiva dos valores de uso que produz?

⁶²⁰ Ver Capítulo II;

Para responder a essa questão, analisamos as campeãs nacionais segundo o nível de intensidade tecnológica dos ramos de atividade econômica em que se inserem, levando em consideração que o grau de complexidade tecnológica da atividade produtiva realizada (trabalho concreto) se relaciona fortemente com a complexidade tecnológica dos bens (valores de uso) produzidos.

Nota metodológica

Utilizamos, aqui, a classificação setorial de categorias tecnológicas desenvolvida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com base no indicador de intensidade em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) dos ramos de atividade. Este indicador consiste na em uma proporção média da razão entre os investimentos em P&D e o valor adicionado bruto de determinado ramo nos países da OCDE⁶²¹.

As categorias em que a OCDE classifica os ramos são: alta, média-alta, média, média-baixa e baixa intensidade em P&D. Os ramos de atividade são divididos segundo a Revisão 4 da *Internacional Standard Industrial Classification (ISIC)*, que é igual à CNAE brasileira no nível de Divisões.

Resultados e análise

A Tabela XXII mostra os grupos econômicos, segundo divisão CNAE/ISIC e nível de intensidade tecnológica.

Tabela XXII: Campeãs nacionais, segundo divisão CNAE/ISIC e nível de intensidade tecnológica

Grupo econômico	Divisão CNAE/ISIC	Nível de intensidade tecnológica
Vale	Extração de minerais metálicos/Indústria extrativa	Média-baixa
JBS	Fabricação de produtos alimentícios	Média-baixa
BRF	Fabricação de produtos alimentícios	Média-baixa
Marfrig	Fabricação de produtos alimentícios	Média-baixa
Bertin	Fabricação de produtos alimentícios	Média-baixa
Suzano	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	Média-baixa
Klabin	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	Média-baixa

⁶²¹ (GALINDO-RUEDA e VERGER, 2016). A Tabela completa de classificação de ramos econômicos segundo intensidade tecnológica pode ser consultada em (MORCEIRO, 2019);

Eldorado Brasil	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	Média-baixa
Braskem	Fabricação de produtos químicos	Média-alta
CSN	Metalurgia	Média
CBA	Metalurgia	Média
WEG	Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	Média-alta
Estaleiro Atlântico Sul	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	Média
Norte Energia	Eletricidade, gás e outras utilidades	Baixa
Santo Antônio Energia	Eletricidade, gás e outras utilidades	Baixa
Hidrelétrica Teles Pires	Eletricidade, gás e outras utilidades	Baixa
Odebrecht	Obras de infraestrutura	Baixa
Andrade Gutierrez	Obras de infraestrutura	Baixa
MRS	Transporte terrestre	Baixa
Rumo*	Transporte terrestre	Baixa
VLI Multimodal	Transporte terrestre	Baixa
Prumo	Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes	Baixa
Aeroporto de Guarulhos	Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes	Baixa

Fontes: (MORCEIRO, 2019) e Portal da CNAE (<https://cnae.ibge.gov.br/>). Elaboração própria.

A classificação das campeãs nacionais mostra de maneira inequívoca a predominância de atividades de reduzida intensidade tecnológica, cujos valores de uso produzidos são caracterizados por menor complexidade tecnológica. Dezoito dos 23 grupos econômicos, ou 78% deles, são classificados em ramos de baixa ou média-baixa intensidade tecnológica e apenas os grupos Braskem e WEG operam em ramos de média-alta intensidade, ao passo que nenhuma das campeãs nacionais exerce atividades em ramos considerados de alta tecnologia.

Esse quadro aponta para a identidade entre os grupos econômicos da grande burguesia interna e o padrão exportador de especialização produtiva em sua característica de especialização regressiva. Embora as campeãs nacionais estejam entre os maiores grupos dos seus respectivos ramos e ocupem, em vários casos, posições de destaque no mercado internacional, a natureza das suas atividades é de baixa tecnologia, em comparação com os ramos de atividade que lideram o progresso tecnológico a nível global.

5.2.3.2- M'-D' – Os mercados de realização do capital das campeãs nacionais

A realização do capital, ou seja, a transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro mediante a troca de equivalentes, pode variar em torno de dois critérios: por orientação doméstica ou externa (realização no mercado interno ou estrangeiro) e por tipo do consumo (consumo produtivo ou individual). No caso do consumo individual, este pode se dar na esfera alta de circulação (consumo dos capitalistas e segmentos de elevado poder aquisitivo) ou na esfera baixa (consumo dos trabalhadores e parte dos segmentos médios).

No capitalismo dependente, a tendência à cisão no ciclo do capital entre mercado externo e mercado interno e entre esferas de circulação engendra uma dinâmica de acumulação que concentra os mercados da produção industrial no exterior e nos segmentos da população com renda oriunda do mais-valor. Essa tendência, sobretudo a destinação externa da produção, é reforçada no atual padrão exportador de especialização produtiva.

Nessa fase da investigação, pesquisaremos como pode ser caracterizada a realização do capital da grande burguesia interna de acordo com o critério dos mercados de destino dos valores de uso, no intuito de entender se essa realização se dá predominantemente – ou não – dentro da tendência à cisão do ciclo do capital e de sua forma exacerbada no atual padrão de reprodução do capital. Investigarei, por conseguinte, as seguintes variáveis:

- a) A proporção das receitas geradas no exterior em relação as receitas totais das campeãs nacionais;
- b) A quais esferas de circulação se destinam de forma predominante as mercadorias produzidas pelas campeãs nacionais.

Nota metodológica

A proporção média das receitas geradas do exterior em relação ao total de receitas é mensurada com periodicidade anual. O intervalo coberto é de 1997 a 2022, porém, para alguns grupos econômicos, esse intervalo é menor, de acordo com a disponibilidade de dados, conforme indicado na Tabela XXIII. Foram considerados apenas os grupos econômicos que possuem atividades voltadas à exportação ou filiais em outros países registrados em algum momento da série histórica. Portanto, dos grupos econômicos de capital aberto entre as campeãs

nacionais, MRS, Rumo e Prumo (além das SPEs Norte Energia, Santo Antonio Energia, Hidrelétrica Teles Pires e Estaleiro Atlântico Sul) não foram considerados.

Tabela XXIII: Grupos econômicos e período de disponibilidade de dados sobre receitas do exterior

Grupos Econômicos	Período dos dados
Vale	1997-2022
Suzano	2000-2022
Klabin	2000-2022
Braskem	1997-2022
JBS	2009-2022 (Exceto 2011)
WEG	1997-2022
BRF	1997-2022
Marfrig	2005-2022
CSN	2003-2022
Eldorado Brasil Celulose	2011-2021

Fontes: FREs, IANs e DFPs (CVM – Banco Central)

De forma geral, os dados recolhidos são referentes ao consolidado dos grupos econômicos, ou seja, à empresa controladora e às empresas controladas consideradas conjuntamente. Contudo, para os grupos Vale e Braskem em alguns anos, só foram encontrados dados referentes à empresa controladora (no primeiro, entre 1997 e 2005, e, no segundo, entre 1997 e 2002).

As fontes de dados de receitas do exterior são os FREs, DFPs e IANs disponibilizados pelas companhias de capital aberto à CVM do Banco Central.

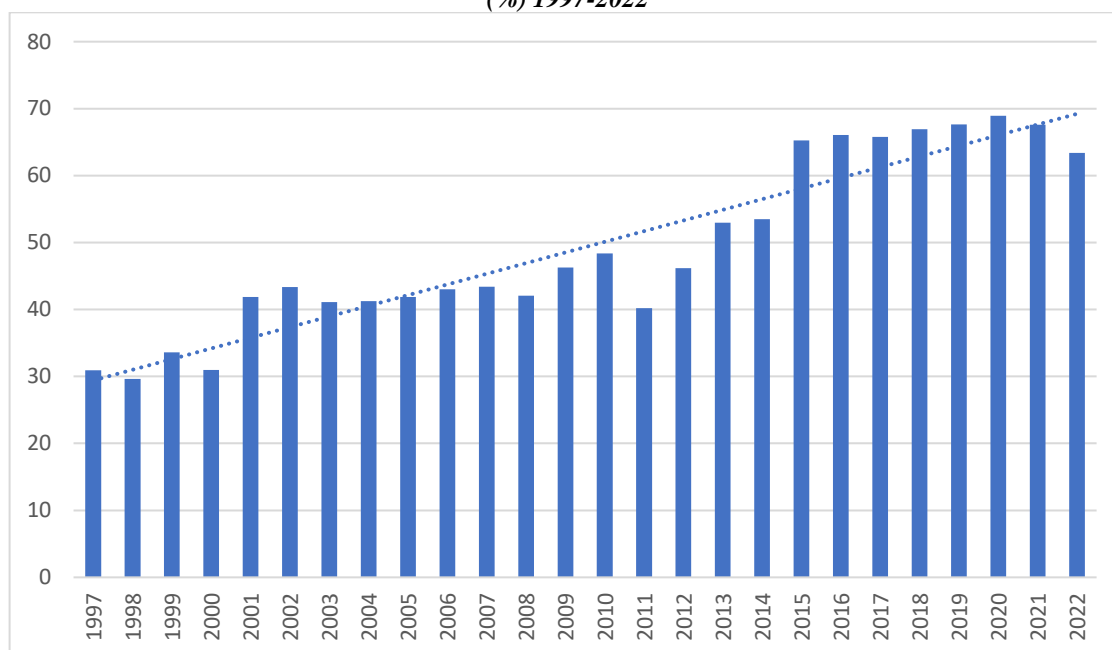
Resultados e análise

O Gráfico 26 mostra a evolução da proporção média de receitas provenientes do exterior em relação ao total de receitas das campeãs nacionais, no período 1997-2022. Observa-se uma expressiva tendência ao aumento proporcional das receitas externas em relação aquelas auferidas no mercado interno. Em 2022, o percentual das receitas do exterior, de 63% das receitas totais, equivaleu a mais que o dobro da proporção de 1997, de 30,9%. Nota-se, ainda, que o crescimento proporcional das receitas do exterior se deu principalmente entre 2000 e 2001 e 2014 e 2015.

O significativo aumento da importância relativa das receitas externas nos indica que a característica exportadora do padrão exportador de especialização produtiva comparece cada vez mais nas relações de produção das campeãs nacionais. Pode-se contrapor essa afirmação com a constatação de que parte do aumento das receitas do exterior provém não de exportações, mas de remessas de lucro de filiais das campeãs nacionais, as quais teriam crescido junto à tendência de internacionalização dos grupos econômicos no período do neoliberalismo

desenvolvimentista. Essa objeção, contudo, não invalida a conclusão de que há uma tendência de longo prazo entre as campeãs nacionais brasileiras de priorizar, progressivamente, os mercados externos como *locus* principal de realização do seu capital, a qual se observa, inclusive, em anos não pertencentes ao período do *boom* de internacionalização de empresas nacionais.

Gráfico 26 - Proporção média de receitas do exterior em relação ao total de receitas das campeãs nacionais (%) 1997-2022



Fontes: FREs, DFPs e IANs (CVM-Banco Central)

Em um nível de mais elevado grau de abstração, as relações econômicas das campeãs nacionais manifestam a tendência estrutural da cisão do ciclo do capital entre mercado interno e mercado externo que caracteriza as formações econômico-sociais dependentes, em que a estrutura produtiva é determinada em grande medida pela pauta exportadora.

Por outro lado, com relação ao problema das esferas de circulação para as quais são destinadas parte das mercadorias das campeãs nacionais, percebe-se que os valores de uso produzidos por esses grupos econômicos são predominantemente matérias-primas (ex: minério de ferro e celulose), bens e serviços de consumo intermediário da produção de outras indústrias (ex: plásticos, aço, eletricidade) e bens e serviços de consumo individual que não são vinculados prioritariamente à esfera alta ou à esfera baixa de circulação da economia, mas que incidem sobre o valor da força de trabalho (ex: alimentos, eletricidade). Essas mercadorias incidem, portanto, sobre os custos de capital constante e capital variável do setor de bens e serviços finais, tanto do mercado interno quanto, principalmente, devido ao seu direcionamento majoritário, do mercado externo. Tal configuração remete ao papel desempenhado pelas

economias dependentes latino-americanas para a manutenção das taxas de lucro das economias centrais que se verificou, sobretudo, durante o período do padrão agromineiro exportador no início do século XX e que retoma importância no padrão exportador de especialização produtiva.

5.2.3.3 D' – A distribuição dos lucros das campeãs nacionais

Após a passagem da forma mercadoria para a forma dinheiro, é no momento D' que se dá a apropriação do valor produzido pelos trabalhadores e a distribuição do lucro entre os capitalistas. Dado o retorno do capital a sua forma inicial, a forma-dinheiro, esse momento se relaciona diretamente com o momento D. Isso implica que, para a análise da ambivalência das relações de produção da grande burguesia interna, os critérios importantes a serem adotados nesse momento são similares aos de D, mas com o sinal trocado. Aqui, interessa o valor que *retorna* aos capitalistas por meio de lucros, dividendos e juros. Por outro lado, no caso de D', deve ser considerado também um aspecto decorrente da reprodução ampliada do capital com o recurso ao valor adicionado pelo trabalho: a proporção do lucro que se volta para reinvestimento no mesmo grupo econômico.

Alinhado a essas considerações, investigamos:

- a) A proporção dos dividendos distribuídos aos acionistas das empresas em relação ao lucro líquido anual (chamado de *payout*) e a proporção do lucro líquido destinada ao reinvestimento;
- b) O montante destinado ao pagamento de empréstimos no mercado internacional.

Nota metodológica

A taxa de remuneração dos acionistas (*payout*) média é mensurada com periodicidade anual e é a média das razões entre o montante destinado à remuneração dos acionistas e o lucro-base usado no cálculo da distribuição, que corresponde ao lucro líquido dos grupos econômicos descontado da reserva legal, reserva de incentivo fiscal e algumas outras cifras eventuais descritas nas notas explicativas das demonstrações financeiras. Como o objeto da pesquisa é a proporção *do lucro gerado em cada exercício* que é destinada aos acionistas, foram desconsideradas remunerações oferecidas aos acionistas que ultrapassam o lucro anual, assim como os dados dos anos em que houve prejuízo líquido.

O período considerado para os dados de *payout* é de 1997 a 2022. Porém, a disponibilidade de dados de cada um dos grupos varia. Os grupos investigados e a disponibilidade de dados estão na Tabela XXIV.

Tabela XXIV: Grupos econômicos e período de disponibilidade de dados sobre remuneração dos acionistas.

Grupos econômicos	Período dos dados
Vale	1997-2022
Suzano	1997-2022(com exceção de 1999)
Klabin	1997-2022
Braskem	1997-2022
JBS	2006-2022
WEG	1997-2022
Prumo	2007-2017
BRF	1997-2022
Marfrig	2007-2022
MRS	1997-2022
CSN	1997-2022
Eldorado Brasil Celulose	2011-2022
Rumo	1997-2022

Fontes: DFPs e atas de assembleias de acionistas (CVM – Banco Central)

As fontes dos dados são as notas explicativas e o balanço de mutações no patrimônio líquido das DFPs e as atas de assembleias de acionistas enviados pelos grupos econômicos à CVM do Banco Central.

Os dados referentes à taxa de crescimento do ativo imobilizado dos grupos econômicos, que também serão utilizados como parte da nossa argumentação conforme exporemos mais à frente, tem periodicidade anual e são calculados tendo como base o valor absoluto do ativo imobilizado dos grupos econômicos. O período dos dados coletados é de 2010 a 2022 (com exceção da Prumo, que é de 2010 a 2017). A fonte dos dados são os balanços patrimoniais das DFPs.

O grau de endividamento externo médio é mensurado com periodicidade anual e é a média das razões entre os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e o patrimônio líquido dos grupos econômicos. A fonte dos dados são os balanços patrimoniais das DFPs. O período dos dados é de 2008 a 2022. Porém, a disponibilidade de dados sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira de cada um dos grupos varia. Os grupos investigados e a disponibilidade de dados estão na Tabela XXV.

Tabela XXV: Grupos econômicos e período de disponibilidade de dados sobre endividamento em moeda estrangeira.

Grupos econômicos	Período dos dados
Vale	2008-2022
Suzano	2009-2022
Klabin	2009-2022
Braskem	2009-2022 (com exceção de 2015 e 2020)
JBS	2008-2022
WEG	2008-2022
Prumo	2008-2017
BRF	2008-2022
Marfrig	2008-2022
MRS	2010-2022
CSN	2009-2022
Eldorado Brasil Celulose	2011-2022
Rumo	2011-2022

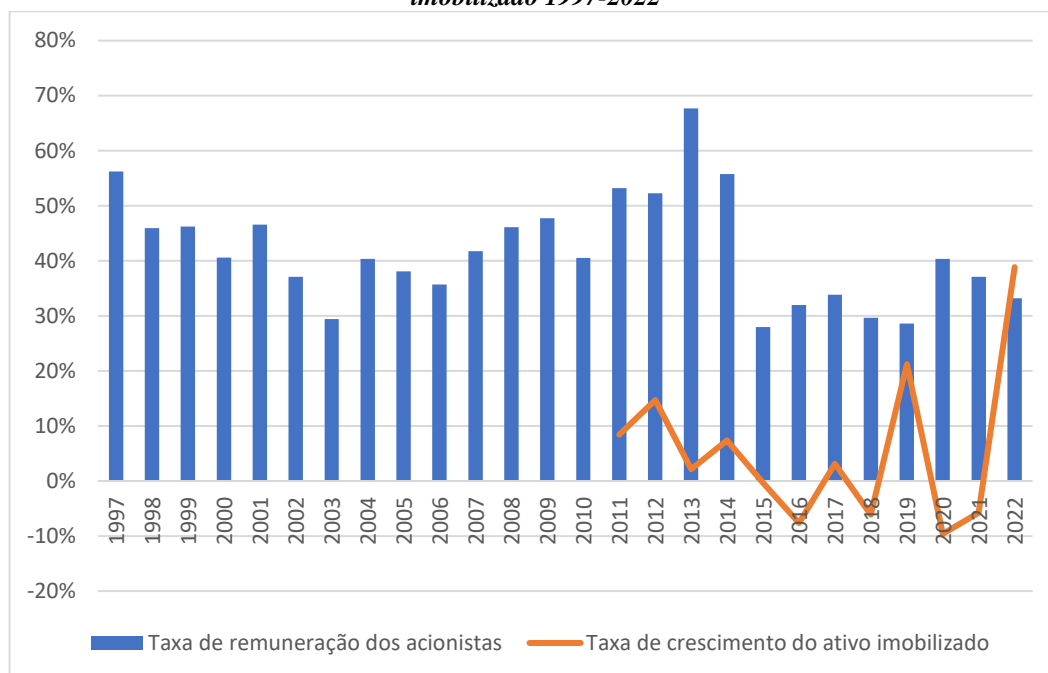
Fontes: DFPs (CVM – Banco Central).

No caso específico da Braskem, não foram considerados os dados referentes aos anos de 2015 e 2020. Em relação ao primeiro, porque as informações sobre o patrimônio líquido nesse ano estavam discrepantes em diferentes demonstrativos financeiros anuais. Sobre o segundo, porque o patrimônio líquido do ano resultou negativo, de maneira que a operação da razão que resulta no grau de endividamento externo perderia teria sentido lógico.

Resultados e análise

O Gráfico 27 mostra a taxa média de remuneração dos acionistas das campeãs nacionais, para o período de 1997 a 2022.

Gráfico 27 - Taxa de remuneração dos acionistas das campeãs nacionais e taxa de crescimento do ativo imobilizado 1997-2022



Fontes: DFPs e atas de assembleia (CVM-Banco Central)

A série histórica da taxa de remuneração nos revela três tendências mais importantes: a) entre 1997 e 2003, uma tendência de queda, com o indicador caindo de 56% para 29%; b) entre 2006 e 2013, uma tendência ascendente, de 40 % para 68%; c) entre 2014 e 2022, nova tendência de queda, saindo de 56% para 33%, tendo chegado a um mínimo de 29% em 2019.

A curva descendente na taxa de remuneração em períodos de desaceleração econômica e a ascensão na fase de maior crescimento econômico, durante o neoliberalismo desenvolvimentista, sugerem uma correlação entre a taxa de *payout* e o nível de atividade econômica. Essa situação indica que aqui se manifesta um sintoma da financeirização: na fase de aumento das receitas e ampliação das expectativas de lucro dos grupos econômicos, a política de remuneração dos acionistas implementada privilegia o aumento da fatia do lucro oferecida aos detentores de ações em detrimento do reinvestimento produtivo; em contrapartida, quando há estagnação ou queda da atividade, com piora das expectativas de retorno, a deliberação sobre a destinação de resultados das campeãs nacionais tende a conservar uma parcela maior para a manutenção do caixa das empresas. Tendo em vista que essa redução da taxa de remuneração ocorre precisamente nas fases de redução da taxa de investimento da economia, não é factível considerar que ela seja em geral compensada por um aumento no reinvestimento na ampliação da capacidade produtiva das campeãs nacionais.

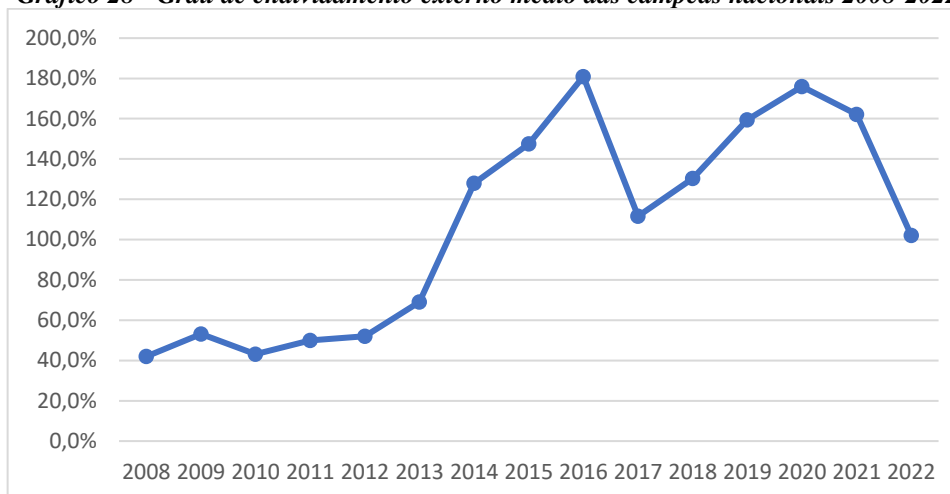
Esta última hipótese se confirma para o período 2011-2028: como podemos ver no Gráfico 27, há uma tendência decrescente da taxa de crescimento do ativo imobilizado (formação bruta de capital fixo) dos grupos econômicos, na mesma fase em que há queda da

taxa de remuneração. Em outras palavras, as campeãs nacionais recorrem a uma parcela relativamente maior do excedente gerado, não para reinversão produtiva, mas para manutenção de caixa em momentos de maior incerteza nas expectativas. Já entre 2019 e 2022, a taxa varia em decorrência de alguns aumentos individuais específicos (em 2019, da Suzano, de 154%, e em 2022 da Marfrig, de 389%). Prevalece, portanto, uma lógica que secundariza o investimento produtivo durante todo o período considerado, enquanto, nos momentos de crescimento econômico, os interesses dos detentores de ações são priorizados.

Cabe acrescentar, ainda, que, conforme vimos na fase D, os sócios proprietários das campeãs nacionais vêm sendo constituídos em uma proporção cada vez maior por acionistas de controle estrangeiro. A tendência ao aumento significativo da proporção dos lucros destinados a esses capitalistas (em detrimento do retorno do capital individual ao início do ciclo que orienta sua reprodução ampliada) também pode ser considerada, sob esse prisma, como uma manifestação de transferências de valor sob a forma de remessas de dividendos que prevalecem na fase de crescimento da atividade econômica.

E em relação ao capital-dinheiro utilizado para o pagamento de dívidas ao final do ciclo do capital? O Gráfico 28 nos indica, para o período 2008-2022, um crescimento expressivo do grau de endividamento estrangeiro das campeãs nacionais. De uma proporção equivalente, em média, a 42% do patrimônio líquido dos grupos econômicos, os empréstimos e financiamentos estrangeiros chegam a 180% em 2016. Após uma brusca queda para 112% em 2015, voltaram a crescer até 176% em 2020, quando voltam a cair a 102% até 2022. Assim, o grau de endividamento externo médio das campeãs nacionais ao fim da série é 2,4 vezes maior que no início dela.

Essa diferença significativa e a permanência de níveis de endividamento externo que ultrapassam 100% do patrimônio líquido dos grupos econômicos a partir de 2014 apontam para uma tendência estrutural de crescimento relativo da dívida externa das campeãs nacionais e sua manutenção em patamares elevados. Essa situação nos permite sugerir que se manifesta, nas relações econômicas desses grupos nos últimos 15 anos, o mecanismo de transferência de valor na forma de serviço da dívida, determinante do capitalismo dependente.

Gráfico 28 - Grau de endividamento externo médio das campeãs nacionais 2008-2022

Fonte:DFPs (CVM-Banco Central)

5.3 As campeãs nacionais entre a dependência e o conflito com o capital estrangeiro: principais conclusões

A investigação realizada nesse capítulo nos forneceu uma série de tendências que, quando vistos em sua totalidade – em suas mediações com as leis tendenciais da economia dependente, com os determinantes particulares do padrão de reprodução do capital brasileiro e com as relações políticas estabelecidas por essa fração capitalista – nos permitem chegar a algumas sínteses para o entendimento da característica ambivalência das relações de produção da grande burguesia interna, aqui representada pelo seletivo grupo de campeãs nacionais.

A seguir, expomos as principais conclusões do estudo econômico realizado. Elas são referentes às relações de dependência e às relações de conflito das campeãs nacionais com o capital estrangeiro, as quais, de forma necessariamente contraditória, fazem-se presentes no âmbito de suas relações de produção.

5.3.1 As campeãs nacionais e a dependência do capital estrangeiro

5.3.1.1 Conclusão I: As campeãs nacionais são cada vez mais financeiramente dependentes e associadas ao capital estrangeiro;

As campeãs nacionais recorrem de maneira cada vez mais significativa, para o financiamento de suas atividades, ao investimento estrangeiro no mercado de capitais e ao endividamento externo, enquanto apresentam uma leve tendência de longo prazo à redução participação de investidores nacionais em seu capital. Essas mudanças resultam em uma

elevação do grau de associação de capitais nacionais e estrangeiros, expressa na presença cada vez mais importante destes últimos em sua composição acionária e na participação cada vez maior das dívidas contraídas em moeda estrangeira em seus empréstimos e financiamentos, colocando as campeãs nacionais em uma posição financeira mais fragilizada diante do capital estrangeiro.

A essa configuração de dependência financeira deve-se a ocorrência de transferências de valor pelas vias a) do aumento na proporção dos dividendos distribuídos a acionistas estrangeiros que compõem o capital social das campeãs nacionais durante o período de crescimento econômico e do neoliberalismo desenvolvimentista; e b) do pagamento de empréstimos externos progressivamente mais vultuosos em relação ao patrimônio líquido das campeãs nacionais.

Tais tendências sinalizam para o nexos entre associação de capitais e dependência financeira que está cada vez mais nítido no caso das campeãs nacionais.

5.3.1.2 Conclusão II: As campeãs nacionais caracterizam-se por processos produtivos e valores de uso de reduzida complexidade que expressam a dimensão tecnológica da dependência no capitalismo brasileiro;

Na nossa investigação no âmbito da segunda fase da circulação, pudemos constatar que as principais atividades econômicas das campeãs nacionais possuem baixo grau de complexidade tecnológica, das quais resultam valores de uso formados por bens intermediários e bens de consumo finais caracterizados por um menor grau de elaboração, situação que, do ponto de vista dos capitais individuais, expressa uma inserção subordinada na divisão internacional do trabalho, enquanto manifesta estrangulamentos tecnológicos que a formação econômico-social como um todo convive para o desenvolvimento de ramos de mais elevada densidade tecnológica .

5.3.1.3 Conclusão III: As campeãs nacionais recorrem à superexploração da força de trabalho, mecanismo de compensação das transferências de valor;

A análise dos dados referentes aos salários dos trabalhadores das campeãs nacionais aponta para a tendência a uma violação sistemática do valor normal da força de trabalho na maioria dos ramos de atividade das campeãs nacionais, enquanto aqueles relacionados aos acidentes de trabalho indicam essa tendência durante o período de maior crescimento da

economia. Por outro lado, a produtividade por trabalhador ocupado não avançou de forma significativa nesse período para a maior parte dos ramos desses grupos econômicos, sugerindo que o meio privilegiado de elevação da taxa de exploração se deu pela via da superexploração.

A observação da superexploração da força de trabalho, quando considerada juntamente às manifestações das transferências de valor no âmbito da reprodução do capital das campeãs nacionais, sinalizam para a ocorrência do clássico mecanismo de compensação das economias dependentes, em que os trabalhadores “pagam a conta” da inserção subordinada da burguesia dos países dependentes no mercado internacional.

5.3.1.4 Conclusão IV: Os mercados prioritários das campeãs nacionais evidenciam estruturas produtivas cada vez mais divorciadas das necessidades das massas e condizentes com o atual padrão de reprodução do capital brasileiro;

Os principais mercados da grande burguesia interna estão no exterior, em proporções progressivamente maiores ao longo dos anos. A tendência exportadora e de especialização regressiva aponta para a identidade entre as relações de produção das campeãs nacionais e o padrão de reprodução do capitalismo brasileiro atual. Sua vinculação minoritária com o mercado interno brasileiro expressa, além disso, que sua estrutura produtiva está inserida dentro da tendência mais geral a uma orientação divorciada das massas, na qual o consumo dos trabalhadores, embora não desprezível, detém caráter menos importante na realização do capital desses grupos econômicos.

5.3.1.5 - Conclusão V: As campeãs nacionais detêm uma estrutura de financiamento atravessada por uma lógica especulativa

A incidência do processo de financeirização sobre as relações de produção das campeãs nacionais foi analisada, no presente trabalho, com base na investigação da composição acionária dos grupos econômicos segundo o *modus operandi* tipicamente produtivista ou rentista dos seus acionistas, por meio da qual se constatou forte participação dos investidores institucionais e investidores de varejo em seu capital social. Esse resultado sugere a relevância do investimento sob uma lógica especulativa e curtoprazista, bem como do aumento da vulnerabilidade financeira das campeãs nacionais. Consideramos, além do mais, que esse aspecto é mais um determinante da dependência financeira da grande burguesia interna, não apenas porque grande

parte dos investidores institucionais é estrangeira, mas porque a vulnerabilidade aos fluxos de capitais causada por esse tipo de acionistas relaciona-se à subordinação de tais movimentações ao poder monetário dos países capitalistas centrais, notadamente os Estados Unidos mediante seu poder de senhoriação sobre o padrão monetário internacional.

5.3.2 As campeãs nacionais e o conflito com o capital estrangeiro

5.3.2.1 Conclusão I: As campeãs nacionais recorrem ao apoio estatal mediante a participação significativa de instituições e empresas estatais na sua estrutura de capital, aspecto que as favorece na concorrência com o capital estrangeiro

Nossa pesquisa indica que o Estado detém importante papel na reprodução do capital da grande burguesia interna. Foi pesquisado como se dá esse papel pela via da participação acionária do BNDES e outros bancos públicos, empresas públicas e fundos previdenciários. Entretanto, tal tendência não se mostra uniforme ao longo do tempo. Durante o período consoante com o estabelecimento e consolidação do capitalismo neoliberal brasileiro, essa participação foi mais expressiva em duas fases: nos últimos anos da década de 1990, mas em tendência de declínio ano a ano; e no período de 2006-2016, nos anos de neoliberalismo desenvolvimentista.

A correlação entre o aumento do financiamento estatal das campeãs nacionais e a política estatal neoliberal desenvolvimentista indica as melhores condições de financiamento que a grande burguesia interna encontra para concorrer com a grande burguesia integrada quando ocupou posição de maior relevância na correlação de forças do bloco no poder.

5.3.2.2 Conclusão II: As campeãs nacionais possuem uma participação importante do capital privado nacional na sua estrutura de capital, o que denota a força de uma base de acumulação nacional e aponta para potenciais conflitos na apropriação de valor com o capital estrangeiro

Vimos que, embora em queda, a participação de acionistas privados nacionais em cerca de metade do capital acionário das campeãs nacionais demonstra a relevância do investimento nacional e indica, nesse sentido, um elemento importante de disputa com o capital estrangeiro no momento de distribuição dos lucros e dividendos.

5.3.2.3 Conclusão III: Existe, até certo ponto, capacidade de suprimento nacional de meios de produção para as campeãs nacionais, o que contribui para conformar uma estrutura tecnológico-produtiva com algum grau de autonomia do capital estrangeiro

A análise da de importação de máquinas e equipamentos evidenciou que, durante os anos de neoliberalismo desenvolvimentista, o aumento da demanda dos ramos de atividade das campeãs nacionais proporcionou o aumento da produção de bens de capital direcionados a esses ramos, chegando, em alguns casos, a supri-los sem grandes necessidades de aumento de importações dos mesmos.

Como descrevemos, esse processo enfrentou limitações produtivas e tecnológicas para sua sustentação a médio e longo prazo. Ainda assim, ele evidencia uma relativa autonomia em relação ao capital estrangeiro para a provisão de meios de produção às campeãs nacionais. Este pode ser considerado um fundamento material para o aumento da margem de manobra da grande burguesia interna frente ao capital estrangeiro no processo político e para a possibilidade que, em certas conjunturas, essa fração de classe assumira posição mais conflitiva com à grande burguesia integrada e o capital internacional, como, de fato, aconteceu durante a fase neoliberal desenvolvimentista.

5.3.2.4 - Conclusão IV: As campeãs nacionais avançaram em sua internacionalização produtiva durante o período do neoliberalismo desenvolvimentista, fator que as coloca em melhores condições de disputa com o capital estrangeiro;

A internacionalização do capital da grande burguesia interna, ocorrida durante o período neoliberal desenvolvimentista e constatada pelo aumento proporcional das receitas, ativos e trabalhadores ocupados no exterior, conforme mensurado nos índices de internacionalização pesquisados, fornece uma base econômica mais sólida para a disputa desses grupos econômicos com o capital estrangeiro por mercados externos.

Esse processo, cuja base material foi constatada no presente capítulo, forneceu as condições e foi simultaneamente condicionado por uma agudização das tensões no âmbito da política externa no período do neoliberalismo desenvolvimentista entre essa fração de classe e o capital internacional, tal qual vimos no Capítulo IV, conformando uma conduta do Estado brasileiro chamada de “subordinação conflitiva”, a qual está estreitamente relacionada à posição que assume a grande burguesia interna no bloco no poder.

5.4 A preponderância da dependência sobre o conflito com o capital estrangeiro nas relações econômicas das campeãs nacionais

Um olhar atento sobre as conclusões a que chegamos até o momento nos permite alcançar uma síntese da maior importância. Podemos formulá-la da seguinte maneira: *as determinações da dependência das campeãs nacionais em relação ao capital estrangeiro, ao apresentarem caráter perene e terem, em alguns casos, se intensificado nas últimas décadas, demonstram deter uma incidência preponderante sobre as relações de produção das campeãs nacionais em relação às determinações do conflito das campeãs nacionais com o capital estrangeiro, as quais arrefeceram a longo prazo ou foram condicionadas por elementos da conjuntura para se desenvolverem e, nesse sentido, limitadas pelas mudanças conjunturais.*

O aumento do grau de associação com acionistas estrangeiros, a elevação do endividamento externo, a produção de valores de uso de baixa complexidade tecnológica, a orientação expressiva e cada vez mais aguda da produção às exportações, o recurso à superexploração da força de trabalho pelo pagamento abaixo de seu valor, foram, todos eles, processos ininterruptos passados pelas campeãs nacionais desde os primeiros anos em que tem início o levantamento de dados para cada uma das variáveis da presente pesquisa. As únicas exceções, nesse sentido, foram as variações na proporção da força de trabalho com vínculos terceirizados - cuja queda relativa em determinado momento se deveu à demissão de trabalhadores terceirizados, evidenciando, portanto, o caráter precarizado desse vínculo de trabalho - e na incidência da superexploração da força de trabalho pelo aumento da intensidade do trabalho, cuja verificação se dá sobretudo entre 2002 e 2008.

Em contrapartida, o aumento da participação de empresas e instituições estatais na estrutura de capital das campeãs nacionais, o crescimento da oferta nacional de meios de produção para os ramos de atividade em que operam e a elevação do grau de internacionalização desses grupos econômicos foram processos ocorridos em uma fase específica do capitalismo neoliberal brasileiro. A saber, durante o período do neoliberalismo desenvolvimentista, em que a grande burguesia interna logrou ocupar melhor posição no bloco no poder e a política estatal implementada atendeu a um leque maior de seus interesses. Por outro lado, a relevante participação de acionistas privados nacionais na estrutura de capital das campeãs nacionais durante todo o período, que denota a força de uma base de acumulação nacional, apresenta uma ligeira - embora não irrelevante - tendência de queda no longo prazo, o que, portanto, aponta no sentido de um *aumento* da dependência do capital estrangeiro.

É verdade que, em certa medida, esses processos causaram modificações que perduraram até o período posterior ao neoliberalismo desenvolvimentista, como é o caso da internacionalização produtiva e a ampliação da capacidade produtiva de ramos de bens de capital voltados às atividades das campeãs nacionais. Entretanto, mesmo nesses casos, o refluxo da política estatal coincidiu com limitações para a continuidade dessas tendências. O grau de internacionalização das campeãs nacionais estacionou a partir de 2013 e a proporção de máquinas e equipamentos importados em relação aos nacionais consumidos esses grupos econômicos parou de reduzir ainda antes, após 2008, enquanto outras pesquisas apontam para limitações tecnológicas e produtivas para a ampliação da oferta desses bens.

Essa síntese, ao nosso ver, sinaliza para a existência de uma hierarquia interna às relações ambivalentes da grande burguesia interna brasileira – aqui estudada pela amostra das campeãs nacionais - com o capital estrangeiro. Embora essa fração burguesa dificilmente dilua seus interesses completamente frente a esse capital, apresentando sempre algum grau de conflito com ele, a sua condição dependente - mantendo-se sempre importante nas relações de produção - detém um caráter dominante ou prevalecente em relação aos aspectos referentes ao conflito com o capital forâneo.

Dessa forma, a nossa conclusão aponta para a maior importância da dependência nas relações de produção da grande burguesia interna e no condicionamento de seu lugar na luta de classes. Essa dependência, traduzida nas relações políticas em uma flagrante fraqueza político-ideológica, é um indicativo dos estreitos limites em que a grande burguesia brasileira tem condições de se contrapor aos interesses do capital imperialista, embora dentro deles estejam abertas possibilidades de contradições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa Tese, analisamos os determinantes políticos e econômicos das relações de classe da grande burguesia interna no capitalismo neoliberal brasileiro. A exposição foi dividida em dois grandes momentos: no primeiro momento, em que se inserem os três primeiros capítulos, traçamos um quadro geral do capitalismo neoliberal dependente brasileiro, cujo objetivo foi informar o conjunto da análise com elementos teóricos fundamentais e algumas propostas metodológicas a serem utilizadas no momento posterior. No segundo momento, em que se inserem o quarto e quinto capítulos, adentramos o estudo propriamente dito das relações políticas e econômicas da grande burguesia interna.

No decorrer da exposição sobre o capitalismo neoliberal brasileiro, analisamos, no Capítulo I, as tendências fundamentais que regem o funcionamento do capitalismo dependente e os determinantes do Estado dependente. Pudemos conceituar e estabelecer os nexos existentes entre as categorias transferência de valor como intercâmbio desigual, superexploração da força de trabalho e cisão do ciclo do capital, assim como averiguar as formas históricas por meio das quais se manifestam essas categorias e elencar alguns indicadores e dados que evidenciam a incidência das mesmas nas economias latino-americanas. De outra parte, realizamos a análise de como incidem a inserção subordinada no mercado mundial e a superexploração da força de trabalho sobre a forma particular que assumem os Estados dependentes, caracterizados pela subsoberania, o reforço das dimensões repressiva, ideológica e do seu papel econômico e pela sua função de elo entre as classes dominantes locais e as classes dominantes estrangeiras.

No Capítulo II, avançamos em uma reflexão sobre o sistema mundial ilustrando as principais interpretações da globalização e nos filiamos àquela que apreende criticamente esse processo e indica elementos que dizem respeito à forma particular que assume a reprodução do capital nas economias dependentes a partir das últimas décadas do século XX. Descrevemos, em seguida, os aspectos teóricos e metodológicos da abordagem do padrão de reprodução do capital, destacando a sua importância para o estudo da dependência enquanto um nível de análise intermediário entre o sistema mundial e a formação econômico-social e um instrumento para a compreensão da dependência em situações histórico-concretas, bem como apresentando sua matriz teórico-metodológica, baseada no ciclo do capital industrial de Marx e seus condicionantes referentes à forma de Estado e ao sistema mundial, e, finalmente, analisando como opera o padrão exportador de especialização produtiva no caso particular brasileiro e o Estado dependente neoliberal que é seu correspondente político. Essa análise nos demonstrou

a tendência exportadora crescente, a reprimarização e a desindustrialização da economia brasileira, as mudanças referentes ao mercado interno, ao consumo assalariado e à incidência da superexploração e o papel crescente desempenhado pelos investimentos do capital estrangeiro e pela acumulação de capital fictício. Também abordamos o Estado neoliberal dependente em sua relação com as relações de classes, destacando seu papel de instância coordenadora da inserção das formações econômico-sociais dependentes na globalização, a agudização do seu caráter subsoberano, a precarização das suas instituições e o reforço da sua dimensão repressiva sob o padrão exportador de especialização produtiva.

No Capítulo III, realizamos um interlúdio teórico-conceitual cujo intuito principal foi delimitar alguns conceitos básicos da teoria poulantziana das classes sociais, sobretudo o conceito de burguesia interna. Para tanto, contextualizamos a produção teórica de Poulantzas e sua filiação ao marxismo estrutural de Louis Althusser, conceituamos classe social enquanto efeito global das estruturas sociais, assim como os conceitos de efeitos pertinentes, fração de classe, bloco no poder e hegemonia política. Expomos o conceito de burguesia interna considerando a) o seu lugar na estrutura teórica de Poulantzas enquanto uma fração de classe intermediária à burguesia integrada e à burguesia nacional; b) as suas características de ambivalência nas relações econômicas, comportamento político pendular, fragilidade político-ideológica, incapacidade hegemônica de longo prazo, necessidade apoio e proteção estatal, possibilidade de concessões limitadas a setores da classe trabalhadora segundo a conjuntura e caráter predominantemente industrial; c) os elementos determinantes da dependência e do conflito com o capital estrangeiro nas relações de produção da burguesia interna, de um ponto de vista teórico-abstrato.

Adentramos o estudo da grande burguesia interna brasileira no Capítulo IV, com a pesquisa sobre suas relações políticas no capitalismo neoliberal. Comprovamos a existência do movimento pendular da grande burguesia interna na formação econômico-social brasileira, o qual se construiu em cinco orientações dominantes da década de 1980 a 2022: a) o abandono da ideologia desenvolvimentista pela grande burguesia interna e progressiva conversão ao neoliberalismo doutrinário, na década de 1980; b) a adesão da grande burguesia interna à política neoliberal ortodoxa com a formação do Estado neoliberal e a consolidação da grande burguesia integrada no bloco no poder, na década de 1990; c) o afastamento da grande burguesia interna do neoliberalismo ortodoxo nos últimos anos da década de 1990; d) a ascensão da posição da grande burguesia interna no bloco no poder a partir de 2003, e mais notadamente a partir de 2006, com os governos neoliberais desenvolvimentistas, liderando uma frente com setores da classe trabalhadora; e) a reaproximação entre grande burguesia interna à grande

burguesia integrada e ao capital estrangeiro em torno de uma nova virada neoliberal ortodoxa, cujo marco político foi a dissolução da frente neodesenvolvimentista e sua integração ao campo golpista liderado pela burguesia integrada, o qual perduraria até os anos de neofascismo no governo brasileiro. A nossa investigação nos possibilitou chegar, ainda, à conclusão da maior importância de que a grande burguesia interna brasileira, embora adotando seu comportamento zigzagueante na conjuntura política, não enfrentou abertamente as formas institucionais do poder estrutural do capital financeiro, em uma demonstração de sua fraqueza político-ideológica que remete, em boa medida, à ambivalência das suas relações de produção.

No Capítulo V, analisamos a ambivalência das relações de produção da grande burguesia interna brasileira, recorrendo à proposta teórico-metodológica do ciclo do capital e ao estudo de uma amostra dessa fração de classe, constituída das campeãs nacionais que foram beneficiadas pelas políticas de financiamento do BNDES nos anos do neoliberalismo desenvolvimentista. Mostramos, inicialmente, os elementos que conduzem a perceber o BNDES nesse período como um centro de poder da grande burguesia interna: a multiplicação dos aportes do Banco, sua orientação aos grandes grupos econômicos nacionais e a redefinição institucional do seu papel, voltando-se ao fortalecimento e à internacionalização de grandes grupos brasileiros. Identificamos, então, os grupos econômicos e ramos de atividade econômica que seriam investigados e expomos em seguida, para cada fase do ciclo do capital, os resultados quanto aos elementos relacionados ao conflito e à dependência com o capital estrangeiro.

As campeãs nacionais, conforme concluímos, são cada vez mais financeiramente dependentes do capital estrangeiro; caracterizam-se por processos produtivos e produzem valores de uso de reduzida complexidade tecnológica; recorrem à superexploração da força de trabalho; tem seus mercados prioritários no exterior (expressando a cisão no ciclo do capital dependente); e são atravessadas por uma lógica especulativa de acumulação típica da financeirização. Em contrapartida, elas têm como elementos que fundamentam o conflito com o capital estrangeiro: o recurso ao apoio estatal na sua estrutura de capital (entre outros mecanismos); uma participação importante do capital privado nacional na sua estrutura de capital; uma capacidade relativa de suprimento de meios de produção de origem nacional; um avanço de sua posição nos mercados internacionais devido ao processo de internacionalização do seu capital.

Embora ambas as dimensões – da dependência e do conflito – estejam presentes em suas relações econômicas, chegamos à conclusão de que a dimensão da dependência é preponderante em relação à dimensão do conflito, pois seus elementos possuem caráter mais duradouro, e, em alguns casos, se intensificaram nas últimas décadas, enquanto os aspectos referentes ao

conflito tem uma correlação maior com determinações da conjuntura para se desenvolverem ou vêm em tendência de perda de importância a longo prazo.

Em síntese, consideramos que a análise que desenvolvemos nessa Tese expressou a complexidade política e econômica da grande burguesia interna brasileira. Nas suas relações de classe, compareceram aspectos que apontaram tanto para o par dependência econômica do capital estrangeiro/adesão ao neoliberalismo, quanto para o par conflito com o capital estrangeiro/resistência ao neoliberalismo. Não obstante, ficou marcado, nas pesquisas realizadas, a subordinação da grande burguesia interna às formas institucionais do poder estrutural do capital financeiro e o elemento de predominância do aspecto da dependência nas relações de produção dessa fração de classe. Tal diagnóstico nos permite fazer uma observação de grande importância, à guisa de conclusão, do ponto de vista do fornecimento de subsídios à formulação tática e estratégica às organizações da classe trabalhadora: diante de uma grande burguesia interna preponderantemente dependente e politicamente inapta ao enfrentamento aberto às formas institucionais que aguçam a subsoberania do Estado e a dependência do capitalismo no Brasil, a presente Tese referenda a conclusão de que é ilusório conceber a existência real ou potencial de uma burguesia nacional no universo do grande capital brasileiro. Como pudemos demonstrar na pesquisa empírica realizada, a grande burguesia brasileira é, em maior ou menor medida, subordinada aos interesses imperialistas e demonstra tal condição de forma transparente nas conjunturas em que se alinha politicamente aos mesmos em uma ofensiva sobre as classes populares, ainda que tal movimentação aparentemente contrarie alguns de seus interesses. É dentro desse entendimento, explorando, quando possível e necessário, as contradições que advém dos conflitos no “andar de cima”, que se pode orientar a prática política com o objetivo de fazer avançar as condições da luta popular.

Esperamos que, afinal, o presente trabalho tenha contribuído como mais um tijolo no edifício teórico do estudo das classes sociais no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. Desafios da real política industrial brasileira do século XXI, 2009.
- ALTHUSSER, L. **Sobre a reprodução**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- AMARAL, M. **Teorias da dependência e do imperialismo: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo**. São Paulo: Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 2012.
- ÁVILA, R. V. D. Dívida Interna: a nova face do endividamento externo. In: ROSILENE WANSETTO, F. F. **Ilegitimidade da dívida pública: quem deve a quem?** Alternativas desde o Sul. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- BAMBIRRA, V. **Teoria de la dependencia: una anticrítica**. Cidade do México: Ediciones Era, 1978.
- BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2019.
- BANDOLI, M. Caio Prado Junior e Florestan Fernandes no debate sobre o papel da burguesia nacional nos projetos de esquerda. **Encontros**, 2012.
- BARBOSA, N.; SOUZA, J. A. D. P. D. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER, E.; GARCIA, M. A. **Brasil: entre o passado e o futuro**. São Paulo: Boitempo/Fundação Perseu Abramo, 2010.
- BARRETO, R. **Operações de Hedge Cambial em Empresas Não Financeiras: Um Estudo de Caso das Empresas Aracruz Celulose e Sadia**. [S.l.]: FGV, 2011.
- BASTOS, P. P. Z. Ascensão e crise do governo Dilma Roussef e o golpe de 2016. **Revista de Economia Contemporânea**, 2017a.
- BASTOS, P. P. Z. Que horas ela volta? Economia política e política econômica de Lula a Dilma. In: MARINGONI, G.; MEDEIROS, J. **Cinco mil dias: O Brasil na era do Lulismo**. São Paulo: Boitempo, 2017b.
- BERRINGER, T. **A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula**. Curitiba: Appris, 2015.
- BERRINGER, T. A escola de Campinas: análise poulantziana da política brasileira. **Crítica Marxista**, 04 nov. 2020. 37-56.
- BERRINGER, T.; FORLINI, L. Crise política e mudança na política externa no governo Temer: contradições no seio da burguesia interna brasileira. **Conjuntura austral**, Porto Alegre, 2018.
- BIANCHI, A. **Um ministério dos industriais: A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BNDES. BNDES - Desembolsos do Sistema BNDES. **BNDES**. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/centraldedownloads>>.
- BOITO JR., A. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.
- BOITO JR., A. Indicações para o estudo do marxismo de Althusser. **Novos Temas**, 2013.
- BOITO JR., A. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT**. São Paulo: Unesp, 2018.
- BOITO JR., A. **Dilma, Temer e Bolsonaro: crise, ruptura e tendências na política brasileira**. Goiânia: Philos Academy, 2020.
- BOITO JR., A. O caminho brasileiro para o fascismo. **Caderno CRH**, Salvador, 2021.
- BOITO JR., A.; BERRINGER, T. Neodesenvolvimentismo, classes sociais e política externa nos governos do PT. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 2013.

- BORON, A. **Filosofia política moderna: de Hobbes a Marx**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.
- BRANDÃO, R. **A agenda empresaria no golpe de 2016: a CNI e a reforma trabalhista do governo Temer**. 30º Simpósio Nacional de História. Recife: [s.n.]. 2019.
- BUGIATO, C. A política de financiamento do BNDES e a burguesia brasileira. **Cadernos do desenvolvimento**, 2014.
- BUGIATO, C. **A política de financiamento do BNDES e a burguesia brasileira**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Tese de Doutorado), 2016.
- CAMPEDELLI, A. L. O regime de metas de inflação no Brasil: um balanço do governo Dilma. **Nexos econômicos**, 2016.
- CANO, W. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**, 2012.
- CARCANHOLO, M. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. **Trabalho, educação e saúde**, p. 191-2015, 2013.
- CARCANHOLO, M. Uma teoria da superexploração da força de trabalho em Marx? Um Marx que nem mesmo ele tinha percebido. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, p. 10-30, Junho-setembro 2016.
- CARCANHOLO, M.; AMARAL, M. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- CARCANHOLO, R. **Capital: essência e aparência: volume 2**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- CARDOSO, F. H. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- CARVALHO, L. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.
- CEPAL. **América Latina y el Caribe. Series Estadísticas Económicas. 1950-2008**. [S.l.]. 2009.
- CHESNAIS, F. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. **Economia e Sociedade**, Campinas, 2002.
- CHESNAIS, F. **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- COLLETI, C. Neoliberalismo e burguesia agrária no Brasil. **Lutas e Resistências**, Londrina, 2006.
- COSTA, K. F. **Metamorfoses: o papel do BNDES na reordenação da economia brasileira**. Campinas: Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, 2011.
- DINIZ, E. **Globalização, reformas econômicas e elites empresariais**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- FAGUNDES, G. O racismo no caso brasileiro e as raízes da superexploração do proletariado negro. **Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 2020.
- FARIAS, F. D. Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas. **Crítica marxista**, 2009.
- FARIAS, F. D. As condições de existência das classes sociais no capitalismo. **Cadernos Cemarx**, 2019.

- FEIJO, C.; CORRÊA, M.; LEMOS, P. Financeirização, empresas não financeiras e o ciclo econômico recente da economia brasileira. **Economia e Sociedade**, 2017.
- FERREIRA, C. Sobretrabalho em Marx, expropriação e superexploração no capitalismo dependente. In: GRANEMANN, S. **Teoria social, formação social e serviço social: pesquisas marxistas em debate**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018. p. 264.
- FERREIRA, C. E. M. Pressão legítima e indispensável. **Folha de São Paulo**, p. 3, 29 abril 1996.
- FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- FILGUEIRAS, L. A natureza do atual padrão de desenvolvimento brasileiro e o processo de desindustrialização. In: CASTRO, I. **Novas interpretações desenvolvimentistas**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado, 2013.
- FILGUEIRAS, L. Padrão de reprodução do capital e capitalismo dependente no Brasil atual. **Caderno CRH**, 2018.
- FLECK, A. O que é neoliberalismo? Isto existe? **Princípios: Revista de Filosofia**, Natal, 2022.
- FLORES, A.; DEL PASSO, O. As frações burguesas e o governo Bolsonaro durante a pandemia da Covid-19 (2020-2021). **Práxis e hegemonia popular**, Marília, SP, 2021.
- FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1974.
- GALINDO-RUEDA, F.; VERGER, F. OECD Taxonomy of Economic Activities Based on R&D Intensity. **OECD Science, Technology and Industry Working Papers**, 2016.
- GARAGORRY, J. A. **Economia e política no processo de financeirização do Brasil**. São Paulo: Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.
- GARBIERO, G. Interpretações sobre a burguesia no Brasil: as perspectivas de Celso Furtado, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini. **Programa de Pós-graduação em Sociologia Política**, 2018.
- GERMER, C. A relação abstrato-concreto no método da economia política. In: CORAZZA, G. **Métodos da ciência econômica**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- GORENDER, J. **A burguesia brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GRANATO, L. **O Estado latino-americano: teoria e história**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.
- GUILHOTO, J.; SESSO FILHO, U. Estimação da matriz insumo-produto a partir de dados preliminares das contas nacionais. **Economia aplicada**, 2005.
- GUILHOTO, J.; SESSO FILHO, U. Estimação da matriz insumo-produto utilizando dados preliminares das contas nacionais: aplicação e análise de indicadores econômicos para o Brasil em 2005. **Economia & Tecnologia**, 2010.
- HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- HEGEL, W. F. **Princípios da filosofia do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- IBGE. **Estatísticas do Cadastro Nacional de Empresas:2015**. IBGE. [S.l.]. 2018.
- IBGE. Produto Interno Bruto - SIDRA. **IBGE**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6784>>.
- KATZ, C. **A teoria da dependência 50 anos depois**. São Paulo: Expressão popular, 2020.
- KREIN, J. D. A reforma trabalhista de FHC: análise de sua efetividade. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, 2004.
- LAPAVITSAS, C. Financialisation, or the Search for Profits in the Sphere of Circulation. **Research on Money and Finance**, 2009.
- LENIN, V. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

- LENIN, V. **Imperialismo**: Estágio superior do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- LUCE, M. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? **Trabalho, Educação e Saúde [online]**, 2013.
- LUCE, M. S. **Teoria marxista da dependência**: problemas e categorias - uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- MAGACHO, G. **A indústria de bens de capital no Brasil**: restrição externa e dependência tecnológica no ciclo de crescimento recente. Campinas: Unicamp (dissertação de mestrado), 2012.
- MARINI, R. M. Plusvalia extraordinaria y acumulación de capital. **Cuadernos Políticos**, México, 1979.
- MARINI, R. M. **América Latina**: Dependência e integração. São Paulo: Página Aberta, 1992.
- MARINI, R. M. Proceso y tendencias de la globalización capitalista. In: MARTINS, C. E. **América Latina, dependencia y globalización**. [S.l.]: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 1996.
- MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011a.
- MARINI, R. M. Sobre a Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011b.
- MARINI, R. M. Memória. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011c. p. 66.
- MARINI, R. M. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; MATHIAS, L. **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2017.
- MARTINS, C. E. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARTINS, C. E. Algumas reflexões em torno do conceito de superexploração do trabalho. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, 2017.
- MARTUSCELLI, D. A burguesia mundial em questão. **Crítica marxista**, p. 29-48, 2010.
- MARTUSCELLI, D. Poulantzas e o conceito de "burguesia interna". **Demarcaciones**, 2014.
- MARTUSCELLI, D. **Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil**. Curitiba: CRV, 2015.
- MARTUSCELLI, D. O pêndulo brasileiro: até quando? **Lumen**, 2017.
- MARTUSCELLI, D. Burguesia interna e capitalismo dependente: uma reflexão a partir dos casos argentino e brasileiro. **Crítica marxista**, 2018.
- MARTUSCELLI, D. Estado e lutas sociais no Brasil(1989-2019). **Observatório do Estado Latino-americano - ODELA (UFRGS)**, 2019. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/odela/2019/10/24/estado-e-lutas-sociais-no-brasil-1989-2019/>>.
- MARTUSCELLI, D. Polêmicas sobre a definição do impeachment de Dilma Rousseff como golpe de Estado. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, 2020.
- MARTUSCELLI, D.; GUILMO, N.; BRAGA, F. O pensamento de Nicos Poulantzas: reflexões sobre o Estado e as classes sociais. **Cadernos Cemarx**, p. 7-18, 2019.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

- MARX, K. **O capital: crítica da economia política: Livro I: O processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política: Livro II: O processo de circulação do capital.** São Paulo: Boitempo, 2014.
- MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto comunista.** [S.l.]: Paz e Terra, 2021.
- MAZZEO, A. C. **Estado e burguesia no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2015.
- MEDEIROS, C. A. D. **Inserção externa, crescimento e padrões de consumo na economia brasileira.** Brasília: IPEA, 2015.
- MOLLO, M. D. L. R.; AMADO, A. M. O debate desenvolvimentista no Brasil: tomando partido. **Economia e Sociedade,** Campinas, 2015.
- MORAES, F. **O comportamento do consumo no Brasil: impactos da abertura e estabilização econômica no mercado de automóveis.** Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro(Trabalho de Conclusão de Curso), 2004.
- MORCEIRO, P. C. Nova Classificação de Intensidade Tecnológica da OCDE e a Posição do Brasil. **Temas de economia aplicada,** 2019.
- MOREIRA, C.; MAGALHÃES, E. Um novo padrão exportador de especialização produtiva? Considerações sobre o caso brasileiro. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política,** 2014.
- MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro.** São Paulo: Perspectiva, 2019.
- NAKATANI, P. O papel e o significado da dívida pública na reprodução do capital. In: ROSILENE WANSETTO, F. F. **Ilegitimidade da dívida pública: quem deve a quem?** Alternativas desde o Sul. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- NAKATANI, P. As formas concretas e derivadas do capital portador de juros. In: NAKATANI, P.; MELLO, G. **Introdução à crítica da financeirização: Marx e o moderno sistema de crédito.** São Paulo: Expressão Popular, 2021.
- NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** São Paulo: Perspectiva, 2017.
- NASSIF, A. Há evidências de desindustrialização no Brasil? **Revista de Economia Política,** 2008.
- NASSIF, A.; CASTILHO, M. Trade patterns in a globalised world: Brazil as a case of regressive specialization. **Cambridge Journal of Economics,** Cambridge, 2020.
- OIT. **Relatório Global sobre os Salários de 2016-2017.** Organização Internacional do Trabalho. [S.l.]. 2017.
- OIT. **Relatório Global sobre os Salários de 2020-2021.** Organização Internacional do Trabalho. Genebra. 2020.
- OLIVEIRA, F. A. D. **Os industriais e o Plano Real: as razões de um certo apoio contraditório.** 46º Encontro Anual da ANPOCS. [S.l.]: [s.n.]. 2022.
- OLIVER, L. Revisitando al Estado: las especificidades actuales del Estado en América Latina. In: OLIVER, L.; ESCUDERO, T. C. **Poder y política en América Latina.** México: Siglo XXI Editores, 2005.
- OREIRO, J. L. Do tripé macroeconômico ao fracasso da Nova Matriz: A evolução do regime de política macroeconômica no Brasil (1999-2014). **Politka,** 2015.
- OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política,** 2010.
- OSORIO, J. **Crítica de la economía vulgar: reproducción del capital y dependencia.** Zacatecas: Universidad Autónoma de Zacatecas, 2004.

- OSORIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.
- OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERRERIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. **Padrão de reprodução do capital**: uma proposta teórica. [S.l.]: [s.n.], 2012.
- OSORIO, J. Cuestiones epistémicas en el análisis de la dependencia y del capitalismo dependiente. **REBELA**, Florianópolis, 2019a.
- OSORIO, J. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Expressão Popular, 2019b.
- PAULANI, L. **Brasil Delivery**: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008.
- PELATIERI, P. et al. Terceirização e precarização das condições de trabalho: condições de trabalho e remuneração em atividades tipicamente terceirizadas e contratantes. In: CAMPOS, A. G. **Terceirização do trabalho no Brasil**: novas e distintas perspectivas para o debate. [S.l.]: [s.n.], 2018.
- PINTO, E. C. **Bloco no Poder e Governo Lula**: grupos econômicos, política econômica e novo eixo sino-americano (Tese de Doutorado. [S.l.]: Instituto de Economia - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.
- PINTO, E. C. É o lucro estúpido! - Entrevista para o Programa 20 Minutos de Breno Altman. **YouTube**, 19 agosto 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XB9kHh1y8QU&t=918s>>. Acesso em: 30 jun. 2023.
- PINTO, E. C. et al. A guerra de todos contra todos e a Lava-Jato: A crise brasileira e a vitória do capitão Jair Bolsonaro. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, 2019.
- PINTO, E. C.; TEIXEIRA, R. A. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, Campinas, 2012.
- POULANTZAS, N. **A crise das ditaduras**: Portugal, Grécia, Espanha. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- POULANTZAS, N. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. Campinas: Unicamp, 2019.
- PRADO, F. C. **A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo**. Marília: Lutas Anticapital, 2020.
- PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos da Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- RAPOSO, B.; ALMEIDA FILHO, N.; AMARAL, M. **Padrão de reprodução do capital no capitalismo dependente e financeirizado**. XXIII Encontro Nacional de Economia Política. Niterói: Sociedade Brasileira de Economia Política. 2018.
- Relatório Global sobre os Salários de 2012-2013. Organização Internacional do Trabalho. [S.l.]. 2013.
- Relatório Global sobre os Salários de 2014-2015. Organização Internacional do Trabalho. [S.l.]. 2015.
- ROLEMBERG, G. Dependência revisitada: o pensamento de Ruy Mauro Marini, Fernando Henrique Cardoso e Celso Furtado em perspectiva comparada. **REBELA**, 2023.
- SAAD FILHO, A.; MORAIS, L. **Brasil**: neoliberalismo versus democracia. São Paulo: Boitempo, 2018.

- SAES, D. Modelos políticos latino-americanos na nova fase da dependência. In: RIZZOTTO, M. L. F. **Políticas sociais e desenvolvimento: América Latina e Brasil**. São Paulo: Xamã, 2007.
- SAES, D. As frações da classe dominante no capitalismo: uma reflexão teórica. In: PINHEIRO(ORG), M. **Ditadura: o que resta da transição**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- SAES, D. Capitalismo e processo político no Brasil. **Boletim Campineiro de Geografia**, 2016.
- SANTANA, R. **Capitalismo dependente brasileiro e a globalização neoliberal: três momentos de uma inserção subalterna (1980-2016)**. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Educação e Humanidades, 2019.
- SANTOS, S.; ALVES, Y.; AZEVEDO, M. Estado neoliberal e educação profissional no Brasil: transformações de paradigmas em nosso circuito histórico. **RDP**, Brasília, 2021.
- SANTOS, T. D. **Democracia e Socialismo no Capitalismo dependente**. [S.l.]: Vozes, 1991.
- SANTOS, T. D. **Imperialismo y dependencia**. [S.l.]: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.
- SANTOS, T. D. **Desenvolvimento e civilização: homenagem a Celso Furtado**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2016.
- SANTOS, T. D. **Socialismo ou fascismo**. Florianópolis: Insular, 2018.
- SCHERER, A. Investimento direto estrangeiro, fusões e aquisições e desnacionalização da economia brasileira: um balanço da década do Plano Real. **Indicadores Econômicos FEE**, 2004.
- SILVA FILHO, E. Trajetória recente do investimento direto e em carteira no Brasil. **Boletim de Economia e Política Internacional**, 2015.
- SINGER, A. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas. **Novos Estudos**, 2015.
- SINGER, A. **O Lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SODRÉ, N. W. **História da burguesia brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- SOUZA, P. F. M. E. A reforma previdenciária no governo Lula. **PRISMAS**, Brasília, 2006.
- TEIXEIRA, A.; GOMES, H. O capital em movimento: dos ciclos às formas autonomizadas do capital. In: NAKATANI, P.; MELLO, G. **Introdução à crítica da financeirização: Marx e o moderno sistema de crédito**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.
- WEFFORT, F. **Os clássicos da política**. São Paulo: Ática, 2011.
- ZIBECHI, R. O Estado policial democrático, 2019. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/sobre-o-ihu/78-noticias/594979-o-estado-policial-democratico-artigo-de-raul-zibechi>>.

Matérias na imprensa

- BBC BRASIL. Fiesp diz que PAC é positivo, mas pede juro menor. **BBC Brasil**, Brasília, 22 Janeiro 2007. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/01/070122_pacfiespdb;
- CIESP CAMPINAS. Otimismo foi a tônica da reunião de grandes empresários com o presidente Jair Bolsonaro na Fiesp. **Ciesp Campinas**, 10 mar. 2020. Disponível em: https://www.ciespcampinas.org.br/site/noticias/1421/2020/03/otimismo_foi_a_tonica_da_reuniao_de_grandes_empresarios_com_o_presidente_jair_bolsonaro_na_fiesp;
- CNI. Autonomia do Banco Central aumenta credibilidade da instituição, avalia CNI. **Portal da Indústria**, 10 fev. 2021. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/institucional/autonomia-do-banco-central-aumenta-credibilidade-da-instituicao-avalia-cni/>;

FOLHA DE SÃO PAULO. Lucros dos bancos sobem mais de 1000% em dez anos. **Folha de São Paulo**, 21 junho 2004;

FOLHA DE SÃO PAULO. Fim de alíquota de importação de armas gera novo choque entre Bolsonaro e indústria nacional. **Folha de São Paulo**, 9 dez. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/12/fim-de-aliquota-de-importacao-de-armas-gera-novo-choque-entre-bolsonaro-e-industria-nacional.shtml>;

G1. Em um mês, programa habitacional tem pedidos para 55 mil moradias. **G1**, Brasília, 15 maio 2009. Disponível em: https://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,MUL1126604-9356.00-EM+UM+MES+PROGRAMA+HABITACIONAL+TEM+PEDIDOS+PARA+MIL+MORA DIAS.html;

GAUCHAZH. Participação de smart TVs cresce mais de 300% em sete anos e atinge totalidade de vendas no país. **GauchaZH**, 28 set. 2021.

METRÓPOLES. Conselho de empresários critica redução de tarifas do Mercosul. **Metrópoles**, 11 jun. 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/economia-br/conselho-de-empresarios-critica-reducao-de-tarifas-do-mercosul>;

METRÓPOLES. Indústria pede que redução de tarifa no Mercosul seja suspensa. **Metrópoles**, 24 jun. 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/economia-br/industria-pede-que-reducao-de-tarifa-no-mercosul-seja-suspensa>;

MOTOR 1. Brasil perde posição e foi o 8º maior mercado automotivo de 2021. **Motor 1**, 11 Abril 2022. Disponível em: <https://motor1.uol.com.br/news/578574/brasil-oitavo-maior-mercado-2021/>.

O GLOBO. As bancadas que realmente contam. **O Globo**, 11 outubro 1998;

O GLOBO. Lula divulga proposta de política industrial e empresário da Fiesp critica o governo. **O Globo**, 19 agosto 1998;

O GLOBO. Após PIB fraco, Bolsonaro e Guedes vão à Fiesp em busca de sugestões do empresariado. **O Globo**, 06 mar. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/apos-pib-fraco-bolsonaro-guedes-vao-fiesp-em-busca-de-sugestoes-do-empresariado-24288886>;

PORTAL VGV. Norberto Odebrecht é a maior empresa de engenharia e construção da América Latina, aponta ranking. **Portal VGV**, 2012. Disponível em: <https://www.portalvgv.com.br/portal/site/norberto-odebrecht-e-a-maior-empresa-de-engenharia-e-construcao-da-america-latina-aponta-ranking>;

VEJA. Bancos lucraram 8 vezes mais no governo de Lula do que no de FHC. **Veja**, 12 Setembro 2014. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/bancos-lucraram-8-vezes-mais-no-governo-de-lula-do-que-no-de-fhc>;

APÊNDICE A - Link para acesso às tabelas referentes ao ciclo do capital das campeãs nacionais

<https://drive.google.com/drive/folders/1Hx2gWFabwEiK8wCE0FoC5mOtZ-Cvz9VT?usp=sharing>